

DANIEL CALADO CAFÉ

**REDES EM TEIAS MUSEOLÓGICAS:
SOCIOMUSEOLOGIA,
REDES MUSEOLÓGICAS LOCAIS, E
O MUSEU DO TERRITÓRIO DE ALCANENA.**

Tese de Doutoramento apresentada para a obtenção do grau de Doutor em Museologia no Curso de Doutoramento em Museologia conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Professor Doutor Mário Caneva de Magalhães Moutinho

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Unidade Funcional de Museologia

**Lisboa
2012**

Dedicatória.

À Maria Francisca, fonte de inspiração, entusiasmo e paixão pela vida.

À Lina, amiga e companheira na vida, amparo nos momentos difíceis.

Com elas se vai consolidando, em mim, o sentido da esperança
e a possibilidade de construir o futuro.

Agradecimentos.

Chegar ao termo de uma tese de doutoramento é uma tarefa árdua. Todavia, este não foi um caminho trilhado sozinho. Agradecer é recordar o modo prestimoso como cada um assinalou, de forma indelével, este trajeto que percorri. Mesmo que o agradecimento e a palavra «obrigado» se revista de significado expressivo, não revelará por inteiro o modo como os gestos e a atenção de todos foram marcantes, para mim, em todo este percurso.

Torna-se impossível identificar todos aqueles a quem desejaria dirigir-me neste momento. Porém, no cerrar deste ciclo de saberes nos meandros da museologia e da ciência, gostaria, neste espaço, de particularizar um agradecimento sucinto aos que contribuíram, de um modo mais próximo, para o confinar deste período de aprendizagem.

Expresso ao Professor Doutor Mário Caneva de Magalhães Moutinho, Magnífico Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, a minha profunda gratidão pela orientação deste trabalho, pela sua sapiência, pelas suas perspetivas, apoio e sugestões que contribuíram, decisivamente, para a concretização do mesmo.

À Professora Doutora Judite Santos Primo, coordenadora do Curso de Doutoramento em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, agradeço o privilégio de conhecer alguém com mente brilhante e espírito nobre, clareza de pensamento, fundamentada no rigor e disciplina do método científico, revelando-se pedra basilar na minha formação no campo da museologia. Agradeço-lhe pela luz que fez surgir no início do trabalho, alumando o caminho, talhando-o passo a passo quando este ainda se encontrava pouco claro, pelo seu apoio incansável que me enriqueceu e as sugestões preciosas de leitura que me facultou.

No decorrer do trabalho de investigação, pude beneficiar da generosidade e boa vontade de alguns professores, tanto dentro como fora do nosso «retângulo» português, que dedicaram algum do seu tempo ao conceder entrevistas, na busca e descoberta de uma narrativa de investigação. Refiro-me, nomeadamente, ao Professor Sérgio Lira (Universidade Fernando Pessoa – Porto), Professor Amado Mendes (Universidade Autónoma de Lisboa), Professor António Nabais (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias), Professora Francisca Hernández (Universidad Complutense de Madrid) e ao Professor Juan Carlos Rico. No mesmo âmbito, agradeço a amabilidade e disponibilidade da Dr.^a Ana Paula

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena Assunção (fundadora da Rede de Museus de Loures – uma das primeiras redes locais de museus concebidas no país) em conceder a entrevista efetuada. A todos, o meu reconhecimento pela atenção que me quiseram prestar.

Gostaria, igualmente, de agradecer a todos os técnicos municipais ou de instituições museais e autarcas que participaram no inquérito efetuado nesta investigação. Sem o seu contributo e disponibilidade, teria sido impossível a concretização deste estudo.

À minha cara colega, Ana Paula Gonçalves Correia, deixo o meu sentido agradecimento pelo seu prestimoso contributo na execução do logotipo idealizado para o Museu do Território de Alcanena. Lembrarei sempre a sua simpatia, prontidão e disponibilidade nesta tarefa que ajudou a enriquecer este projeto que se foi construindo.

Ao meu amigo António João Pinto Pires, o meu reconhecimento pela sua amizade, estímulo e todo o apoio para levar a bom termo esta jornada.

À colega e amiga Aida Maria Dionísio Rechená, dirijo um abraço especial e agradeço a sua calorosa amizade, apoio, incentivo, palavras sempre amigas e momentos enriquecedores de reflexão partilhada que contribuíram para acender o raciocínio reflexivo tão imprescindível para a construção de um projeto científico.

Aos demais colegas de doutoramento, que sempre se mostraram solidários e amigos nos diversos momentos deste projeto doutoral, o meu sentido obrigado.

Aos meus pais, expresso uma palavra muito terna pelo estímulo, apoio e fé que sempre me demonstraram. Agradeço-lhes os valores e princípios que me souberam inculcar e que contribuíram para a construção da pessoa que sou hoje. A eles, a minha gratidão.

À minha querida esposa, amiga e companheira na vida, sublime ouvinte das angústias que por vezes me assolavam, endereço uma palavra muito especial. Agradeço o incondicional apoio, afeto e aconchego, infinita paciência, constância com que suportou as prolongadas ausências e abstrações, confiança que sempre depositou na finalização deste projeto e pela companhia interior que sempre me faz. Ela foi a mais próxima e leal companheira de viagem e aventura que mais me ajudou a encontrar a força de que, por vezes, carecia para enfrentar este desafio. Foi ela a minha mais atenta e espontânea professora, a mais incansável propulsora e animadora de espírito. A ti, Lina, um terno e carinhoso beijo.

À Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, agradeço a oportunidade de realizar um sonho.

Resumo.

O presente estudo tem por objetivo, a partir da teoria da sociomuseologia e das noções de organização em rede geradas pelo processo de globalização, identificar, analisar e descrever as redes de museus no contexto local, procurando descortinar o desenvolvimento de eventuais práticas sociomuseológicas locais permitindo esboçar linhas gerais de funcionamento orgânico do Museu do Território de Alcanena.

Perspetiva-se, em primeiro lugar, traçar uma visão da realidade nacional respeitante à prática da sociomuseologia no contexto local e em rede. Em segundo lugar, tenciona-se, a partir das elações daí extraídas e aliadas à reflexão teórica desenvolvida, tecer sugestões apontando pontos-chave a considerar para uma possível operacionalização teórico-prática do Museu do Território de Alcanena. Objetiva-se conciliar as noções da sociomuseologia com uma efetiva e funcional prática museológica local partilhada e participada, na qual os princípios da corresponsabilização, cooperação e inclusão das comunidades locais no funcionamento dos museus são fatores essenciais para o incremento de um verdadeiro trabalho sociomuseológico local em rede.

Resultantes de uma profunda transformação por força da globalização, na sociedade hodierna propagam-se complexas e diversificadas teias relacionais, levando à abundante proliferação de redes organizacionais que parecem assumir um papel central e tendencialmente crescente na nova (re)organização mundial. O campo da museologia parece não estar imune a esta nova realidade e, fruto dos consequentes desafios colocados aos museus no atual contexto social em mudança, uma organização museal assente numa lógica de rede parece assumir-se, cada vez mais, como fator crucial para o sucesso dos mesmos, gerando novas perspetivas de futuro para estas instituições.

Palavras-chave: Sociomuseologia, museus locais, redes, sistemas, contemporaneidade.

Abstract.

This thesis aims to identify, analyze and discuss museum networks in local context from a sociomuseological theory standpoint, while considering the concept of network organization itself, conveyed by the globalization process. This insight may provide a better understanding of local museum practices and organization in Portugal, enabling to sketch feasible museum function guidelines for the *Alcanena Territory Museum* based on the Sociomuseology Theory.

We seek firstly to provide an overview and draft a general outline of Sociomuseology network practices in local context on a nationwide scale. Secondly, from the conclusions extracted thereof, and combined with the literature review presented, we proceed to suggest key points for a theoretical as well as practical operational layout of the *Alcanena Territory Museum*. The goal is to connect and blend the Sociomuseology Theory with an effective and functional local museum network practice whereupon principles such as co-responsibility, cooperation and local community inclusion in everyday museum issues assume a key part in implementing true Sociomuseology-based local museum networks set on the pursuit of sustainable local development.

As a result of the profound transformation brought forth by the globalization phenomenon, today's society presents multifarious and diverse relational ties, leading to the vast spread of organizational networks which appear to take on a central role in the worldwide ever-changing social and institutional (re)organization. Museums seem not to be exempt from this new state of affairs. Thus, as it would appear, due to the new challenges laid to museums in today's shifting social context, a network-based museum organization seems to be increasingly assumed as a critical factor for the success of museums, generating new expectations for the future of these institutions.

Keywords: Sociomuseology, local museums, networks, systems, contemporaneousness.

Abreviaturas e siglas.

ADCR	Associação para o Desenvolvimento da Conservação e Restauro
ADSAICA	Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros
ADRAVE	Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave
ADTURX	Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto
AMMT	Associação de Municípios do Médio Tejo
ANMP	Associação Nacional dos Municípios Portugueses
APA	<i>American Psychology Association</i>
APIC	Associação Portuguesa da Indústria dos Curtumes
APPI	Associação Portuguesa do Património Industrial
ARPICA	Associação de Reformados e Pensionistas do Concelho de Alcanena
BM	Biblioteca Municipal
CAAL	Clube de Atividades ao Ar Livre
CAF	<i>Common Assessment Framework</i>
CAORG	Centro de Artes e Ofícios Roque Gameiro
CCDR-LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CCDRC	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CE	Conselho da Europa
CEDPI	Centro de Difusão do Património Industrial
CLMA	Conselho Local de Museus de Alcanena
CMA	Câmara Municipal de Alcanena
CPFD	<i>Centre Public de Formation de Directeurs et Chefs de Projects d'Actions Culturelles</i>
CTGA	Centro de Interpretação das Grutas do Almonda
CTIC	Centro Tecnológico da Indústria do Couro
DGEMN	Direção-geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
DGLB	Direção-geral do Livro e da Biblioteca
DGT	Direção-geral de Turismo
EMS	Ecomuseu do Seixal

FCAP	Faculdade de Ciências da Administração
ICCROM	<i>International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property</i>
ICMM	Congresso Internacional de Museus Marítimos
ICN	Instituto de Conservação da Natureza
ICOFOM	Comité Internacional para a Museologia
ICOM	Conselho Internacional dos Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
ICTOP	<i>International Committee for the Training of Personnel</i>
IFLA	<i>International Federation of Library Associations</i>
IGESPAR, I.P.	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.
INA	Instituto Nacional de Administração
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPLB	Instituto Português do Livro e das Bibliotecas
IPM	Instituto Português de Museus
ITP	Instituto de Turismo de Portugal
LNEG	Laboratório Nacional de Energia e Geologia
MANVR	Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real
MC	Ministério da Cultura
MERCATOR	<i>Route des Merchands, Ville des Marchés en Méditerranée</i>
MGC	<i>Museums Galleries Commission</i>
MINOM	Movimento Internacional para a Nova Museologia
MMA	Museu Municipal de Alcochete
MTA	Museu do Território de Alcanena
MuMA	Rede de Museus de Matosinhos
NEMO	<i>Network of European Museums Organizations</i>
NUTS	Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins Estatísticos
OAC	Observatório das Atividades Culturais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Objetivo Estratégico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMT/WTO	Organização Mundial do Turismo

ONG	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PARH	<i>People are the real history</i>
PDF	<i>Portable Document Format</i>
PDM	Plano Diretor Municipal
PECA	Plano Estratégico do Concelho de Alcanena
PECHA	Plano Especial de Proteção do Centro Histórico
PEN	Planos Estratégicos Nacionais
PMCL	Plano Museológico do Concelho de Loulé
PNSAC	Parque Natural da Serra d’Aire e Candeeiros
POC	Programa Operacional de Cultura
POR-LVT	Programa Operacional Regional - Lisboa e Vale do Tejo
RCBP	Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas
RMA	Rede de Museus do Algarve
RMG	Rede de Museus e Galerias do Mogadouro
RMGO	Rede de Museus e Galerias de Óbidos
RPM	Rede Portuguesa de Museus
SMS	Sociedade Martins Sarmiento
SPI	Sociedade Portuguesa de Inovação
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats.</i>
TERCUD	Centro de Estudos do Território, Cultura e Desenvolvimento
TICCIH	Comité Internacional para a Conservação do Património Industrial
UE	União Europeia
ULHT	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIDROIT	Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado

Índice Geral

Dedicatória.....	2
Agradecimentos.....	3
Resumo.....	5
Abstract.....	6
Abreviaturas e siglas.....	7
Índice dos Quadros.....	13
Índice de Figuras.....	17
Índice de Gráficos.....	21
Índice de Apêndices (em suporte digital).....	25
INTRODUÇÃO.....	26
O tema e os motivos para a sua escolha.....	27
A problemática.....	32
Fontes e metodologia de investigação.....	41
Estrutura da tese.....	69
CAPÍTULO I - DA MUSEOLOGIA TRADICIONAL À SOCIOMUSEOLOGIA.....	73
1.1. Noções de património e a sua salvaguarda.....	75
1.1.1. Noções de património.....	75
1.1.2. Os quadros conceptuais de património e seu enquadramento legal europeu.....	80
1.1.3. O enquadramento legal nacional.....	83
1.1.4. Competências e atribuições do poder local na ação de salvaguarda patrimonial.....	87
1.2. Emergência de um novo pensamento no campo da museologia.....	90
1.2.1. A função social do museu – a génese.....	90
1.2.2. A nova museologia e a sociomuseologia.....	92
1.2.2.1. Documentos orientadores da nova museologia e os novos focos de interesse.....	92
1.2.2.2. Grandes documentos orientadores do pensamento da nova museologia.....	95
1.2.2.3. Uma nova museologia.....	101
1.2.2.4. A sociomuseologia: uma nova abordagem conceptual de museu.....	107
1.2.2.5. O objeto, o facto e o olhar museológico.....	112
1.2.3. Sociomuseologia e o património ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento.....	117
CAPÍTULO II – MUSEUS E REDES NA CONTEMPORANEIDADE: NOVAS PERSPETIVAS NA ERA GLOBAL?.....	121

2.1.	Globalização e contemporaneidade: realidades, consequências e desafios colocados à sociedade, à cultura e aos museus.....	125
2.1.1.	Governança: a inovação na administração local aplicada aos museus (em rede).....	132
2.1.2.	Crises de identidade, criação de identidades e a afirmação de grupos sociais e locais através de museus em rede.....	148
2.2.	A aparente crise nos museus na nova realidade global – que resposta?	155
2.3.	Redes e sistemas aplicados à museologia.....	163
2.3.1.	A génese e transformação diacrónica da rede.....	163
2.3.2.	Museus, museologia e redes.....	171
CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO: REDES MUSEOLÓGICAS LOCAIS E PRÁTICAS SOCIOMUSEOLÓGICAS.....		178
3.1.	Inquérito sobre redes museológicas locais aos municípios portugueses.....	179
3.1.1.	Caraterização da amostra do inquérito sobre redes museológicas locais.....	182
3.1.2.	Redes museológicas locais sinalizadas.....	187
3.1.3.	Período de criação das redes museológicas locais.....	191
3.1.4.	Periodicidade do funcionamento dos espaços museais.....	199
3.1.5.	Caraterização sumária da missão definida para as estruturas e os espaços museais.....	204
3.1.6.	Envolvimento das comunidades locais na gestão, planeamento e funcionamento das redes museológicas locais.....	224
3.1.7.	Análise da estrutura funcional das redes museológicas locais.....	233
3.1.8.	Perspetivas da museologia face à sociedade globalizada.....	246
3.1.9.	Análise de públicos frequentadores dos espaços museais locais em rede.....	252
3.1.10.	Os serviços educativos das redes museológicas locais.....	257
3.1.11.	«Comunicação» com os públicos.....	271
3.2.	Pesquisa documental realizada na Internet sobre redes museológicas locais.....	282
3.2.1.	Caraterização da amostra resultante da pesquisa documental.....	284
3.2.2.	Estruturas de funcionamento das redes museológicas locais e considerações gerais.....	287
3.2.3.	Considerações referentes à análise da pesquisa documental de redes museológicas locais.....	344
3.3.	Síntese analítica dos estudos empíricos e relação com as questões de pesquisa.....	348
CAPÍTULO IV – PLANO ESTRATÉGICO PARA O MUSEU DO TERRITÓRIO DE ALCANENA.....		362
4.1.	Nota justificativa.....	363
4.2.	Introdução.....	367
4.2.1.	Enquadramento geral.....	367
4.2.2.	Enquadramento territorial.....	370
4.2.3.	Breve enquadramento histórico do território.....	372

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena	
4.2.4.	Caraterização do Museu do Território de Alcanena. 374
4.2.4.1.	Apresentação da rede. 374
4.2.4.2.	Constituição da rede. 376
4.3.	Diagnóstico 401
4.4.	Plano estratégico para o MTA. 411
4.4.1.	Missão institucional. 411
4.4.2.	Visão institucional. 411
4.4.3.	Valores institucionais..... 413
4.4.4.	Princípios orientadores da ação estratégica do MTA. 413
4.4.5.	Eixos estratégicos. 416
4.5.	Nota final do plano estratégico do MTA. 465
	CONCLUSÃO. 466
	BIBLIOGRAFIA 490
	Bibliografia citada e referenciada. 491
	Cartas internacionais citadas. 516
	Legislação nacional citada. 516
	Convenções e Recomendações internacionais citadas. 517
	Declarações e Tratados internacionais citados. 517
	Declarações internacionais fundamentais na nova museologia citadas. 518
	Estatutos de entidades internacionais citadas..... 518
	Outras fontes citadas – Entrevistas..... 519
	Cartas internacionais consultadas..... 519
	Convenções e Recomendações internacionais consultadas..... 520
	Estudos consultados. 521
	Jornais / periódicos consultados..... 521
	Instituições consultadas..... 523
	Legislação municipal consultada. 524
	Outros regulamentos consultados..... 526
	Legislação nacional consultada..... 526
	Recursos da Internet..... 526
	ÍNDICE REMISSIVO. 546
	APÊNDICE. 552

Índice dos Quadros.

Número	Título	Página
Quadro 1	Resumo das respostas ao inquérito obtidas aos municípios.	182
Quadro 2	Distribuição das redes identificadas por regiões.	189
Quadro 3	Municípios que não possuem rede mas manifestam intenção de a concretizar.	190
Quadro 4	Municípios que não possuem rede museológica local nem manifestam intenção na sua concretização.	191
Quadro 5	Período da criação das redes museológicas locais.	194
Quadro 6	Período da criação de museus/núcleos locais integrados ou não em redes museológicas locais.	196
Quadro 7	Funcionamento das redes museológicas identificadas nos municípios e sua periodicidade de funcionamento.	200
Quadro 8	Registo das diferentes realidades quanto à periodicidade na abertura dos museus das redes locais e à regularidade dos seus horários.	203
Quadro 9	Itens de intervenção da instituição museal, no domínio interno, enquanto condutor ao desenvolvimento local.	207
Quadro 10	Itens de intervenção da instituição museal, no domínio externo, enquanto condutor ao desenvolvimento local.	207
Quadro 11	Resultado da análise da missão das redes museológicas locais. (Municípios com redes locais de museus – 48.)	209
Quadro 12	Outros aspetos presentes nas missões das redes museológicas locais. (Municípios com redes locais de museus – 48.)	213
Quadro 13	Resultado da análise da missão das futuras redes museológicas locais. (Municípios com redes museológicas locais a implementar no futuro – 72.)	215
Quadro 14	Municípios e número de aspetos da sociomuseologia a considerar nas suas futuras redes museológicas locais identificadas (72).	218
Quadro 15	Outros aspetos mencionados nas missões das redes museológicas locais a serem criadas. (Municípios com redes locais de museus em formação – 72.)	219

Quadro 16	Resultado da análise da missão dos museus locais. (Municípios com museus locais mas sem redes nem projeto de implementação – 20.)	220
Quadro 17	Outros aspetos presentes nas missões dos museus locais não integrados em rede. (Municípios com museus mas sem redes locais instituídas – 20.)	222
Quadro 18	Mostra/resumo comparativo dos elementos da teoria da sociomuseologia presentes nas missões dos museus / núcleos museológicos / redes museológicas locais e outros espaços museológicos não agrupados em rede.	223
Quadro 19	Especificação do envolvimento das comunidades locais na vida ativa dos espaços museológicos locais em rede.	226
Quadro 20	Especificação do envolvimento das comunidades na vida ativa dos espaços museológicos locais com redes em fase de implementação.	229
Quadro 21	Especificação do envolvimento das comunidades locais na vida ativa dos espaços museais locais não incluídos em redes museológicas e sem perspetiva da sua inclusão.	232
Quadro 22	Análise da estrutura de funcionamento e relação entre os núcleos museológicos dos municípios com rede.	235
Quadro 23	Ligação das redes museológicas locais a redes extra municipais.	243
Quadro 24	Aspetos referenciados das organizações museológicas locais face aos desafios da globalização na museologia.	247
Quadro 25	Número de respostas por rede museológica local à problemática da globalização sobre a ação museológica contemporânea.	250
Quadro 26	Quantidade de tipologias de público identificado nas redes museológicas locais (48).	253
Quadro 27	Quantidade de tipologias de público identificado nas futuras redes museológicas locais (72).	255
Quadro 28	Análise do entendimento de «comunicação com os públicos» dos museus locais em rede.	272
Quadro 29	Municípios envolvidos na pesquisa documental via Internet e que tinham respondido ao inquérito.	284

Quadro 30	Redes museológicas locais em municípios que tinham informado da sua existência no inquérito.	285
Quadro 31	Redes museológicas locais em municípios que afirmaram a sua inexistência no inquérito.	286
Quadro 32	Composição do Museu do Território de Alcanena.	377
Quadro 33	Matriz SWOT incidente na reflexão teórica dos Capítulos 1 e 2.	402
Quadro 34	Matriz SWOT incidente nos resultados do estudo empírico e na execução do projeto do MTA.	403
Quadro 35	Relação das associações locais ou coletividades existentes no concelho de Alcanena, por tipologia.	407
Quadro 36	Relação de possíveis parcerias entre representantes das comunidades locais e o MTA.	421
Quadro 37	Diagnóstico e Objetivos do <u>Eixo 1</u> do Plano Estratégico do MTA: <u>Liderança e Visão Estratégica</u> .	432
Quadro 38	OE1: Estabelecer e divulgar os princípios orientadores da organização em conjunto com os parceiros da rede.	433
Quadro 39	OE2: Gerir, numa perspetiva sociomuseológica em rede, os recursos humanos do MTA.	434
Quadro 40	OE3: Garantir e facultar meios físicos e logísticos necessários para um funcionamento sociomuseológico do MTA.	436
Quadro 41	OE4: Promoção de uma estrutura congregadora das diversas forças vivas locais, parceiras do MTA.	437
Quadro 42	Diagnóstico e Objetivos do <u>Eixo 2</u> do Plano Estratégico do MTA: <u>Práticas e políticas museológicas</u> .	441
Quadro 43	OE5: Melhorar a prestação do MTA através da sociomuseologia e de práticas museológicas inovadoras.	442
Quadro 44	OE6: Centrar a vida cultural e social das comunidades nos «seus» núcleos museológicos.	445
Quadro 45	OE7: Reforçar a articulação horizontal entre todos os parceiros do MTA.	446
Quadro 46	Diagnóstico e Objetivos do <u>Eixo 3</u> do Plano Estratégico do MTA: <u>Qualidade do serviço prestado e impacto na(s) comunidade(s)</u> .	451
Quadro 47	OE8: Criar uma imagem corporativa para o MTA e melhorar a comunicação institucional externa e interna.	452

Quadro 48	OE9: Implementar um sistema de gestão de informação.	453
Quadro 49	OE109: Melhorar o reconhecimento identitário dos cidadãos e comunidades nos núcleos do MTA.	454
Quadro 50	OE11: Melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.	455
Quadro 51	Diagnóstico e Objetivos do <u>Eixo 4</u> do Plano estratégico do MTA: <u>Integração no Meio, inclusão e promoção da coesão territorial.</u>	459
Quadro 52	OE12: Alargar as áreas de intervenção social dos espaços museológicos do MTA.	460
Quadro 53	OE13: Desenvolver a estratégia de rede, quer no contexto local, quer noutros.	461
Quadro 54	OE14: Integrar as forças vivas e membros das comunidades e promover o seu envolvimento na «vida» dos núcleos museológicos.	462
Quadro 55	OE15: Desenvolver uma estratégia de união e coesão territorial para as comunidades locais.	463
Quadro 56	OE16: Reconhecer o mérito dos cidadãos e suas conquistas individuais e coletivas, reforçando a autoestima pessoal e comunitária.	464

Índice de Figuras.

Número	Título	Página
Figura 1	Função circulatória do método para a elaboração de um trabalho científico, segundo Quivy & Campenhoudt.	42
Figura 2	A base da pesquisa-ação, segundo Gary Thomas.	43
Figura 3	Formulação da pergunta de partida para a investigação.	48
Figura 4	Função dos dois tipos de museologia, segundo Hugues de Varine esquematizado por André Desvallées.	103
Figura 5	Campos de intervenção dos tipos de museologia, segundo Fernández.	103
Figura 6	Âmbito de intervenção do museu tradicional, segundo Marc Maure.	108
Figura 7	Âmbito de intervenção do novo museu, segundo Marc Maure.	108
Figura 8	Âmbito de intervenção do novo museu.	109
Figura 9	Traços caracterizadores da sociomuseologia, segundo Mário Moutinho.	112
Figura 10	Conceito de facto museológico, segundo Waldisa Russio.	113
Figura 11	Conceito de olhar museológico.	115
Figura 12	Relação de interdependência transversal nas áreas do conhecimento face ao fenómeno da globalização.	129
Figura 13	Relação de permeabilidade das fronteiras entre sociedade, estado e economia no novo contexto global.	129
Figura 14	As relações património – sociedade.	135
Figura 15	Noção de «governança».	138
Figura 16	Qualidades distintivas entre a administração pública tradicional e a governação, segundo Bilhim (2004) e Frey (2003).	140
Figura 17	Correlação entre formas de atuação museológica e da administração local.	141
Figura 18	Vantagens da autonomia nas instituições culturais.	147
Figura 19	Dinâmica da organização ou “burocracia”, segundo Max Weber.	165
Figura 20	Principais contributos à teoria das organizações.	165

Figura 21	Tipologia de contextos de poder nas organizações.	166
Figura 22	Dinâmica do sistema aberto, segundo a teoria dos sistemas de Bertalanffy.	167
Figura 23	Redes centralizadas, descentralizadas e distribuídas, segundo Baran.	170
Figura 24	Tipologia de instituições museais e respetivas funções.	260
Figura 25	Estrutura orgânica de funcionamento da rede museológica Museu Municipal de Alcochete.	288
Figura 26	Estrutura orgânica de funcionamento do Roteiro Museológico de Alcoutim.	289
Figura 27	Possível estrutura orgânica de funcionamento da «Rede Municipal de Museus» de Almada.	291
Figura 28	Estrutura orgânica de funcionamento da «Rede Municipal de Museus» de Arruda dos Vinhos.	295
Figura 29	Estrutura orgânica de funcionamento do Museu da Cidade de Aveiro – estrutura polinucleada.	297
Figura 30	Estrutura orgânica de funcionamento da Rede Local de Museus de Caldas da Rainha.	298
Figura 31	Estrutura orgânica de funcionamento da Rede de Museus de Estremoz.	300
Figura 32	Estrutura orgânica de funcionamento do Museu Municipal Santos Rocha.	301
Figura 33	Estrutura orgânica de funcionamento dos Museus da Sociedade Martins Sarmento – Guimarães.	302
Figura 34	Estrutura de funcionamento do Museu Marítimo de Ílhavo.	304
Figura 35	Estrutura orgânica de funcionamento da Rede de Museus de Loulé.	306
Figura 36	Estrutura orgânica de funcionamento da Rede de Museus de Loures.	310
Figura 37	Relação de dependência da rede MuMA.	313
Figura 38	Estrutura orgânica da Rede de Museus MuMA.	313
Figura 39	Estrutura orgânica de funcionamento da rede museológica «Melgaço Museus».	314
Figura 40	Estrutura orgânica de funcionamento do Museu de Mértola.	316

Figura 41	Estrutura orgânica de funcionamento da Rede de Museus e Galerias de Mogadouro.	318
Figura 42	Estrutura orgânica de funcionamento da Rede de Museus e Galerias de Óbidos (RMGO).	320
Figura 43	Estrutura orgânica de funcionamento da Rede de Museus de Palmela – Museu Municipal de Palmela.	323
Figura 44	Estrutura orgânica de funcionamento da Rede de Museus de Penafiel – Museu Municipal de Penafiel.	325
Figura 45	Estrutura orgânica de funcionamento do Museu Municipal de Póvoa de Varzim.	326
Figura 46	Estrutura orgânica de funcionamento do Museu Municipal de Ribeira Grande.	328
Figura 47	Estrutura orgânica de funcionamento do Museu Municipal de Santarém.	329
Figura 48	Estrutura orgânica de funcionamento do Ecomuseu do Seixal.	332
Figura 49	Organograma da estrutura municipal do Museu Municipal de Tavira.	335
Figura 50	Relação entre espaços museológicos do Museu Municipal de Tavira.	336
Figura 51	Estrutura orgânica de funcionamento do Museu do traje de Viana do Castelo.	339
Figura 52	Estrutura orgânica de funcionamento do Museu Municipal de Vila Franca de Xira.	341
Figura 53	Estrutura orgânica de funcionamento do Museu Municipal de Vila Real.	343
Figura 54	Princípios do Plano Estratégico para o funcionamento do MTA.	364
Figura 55	Ação estratégica para o desenvolvimento de Alcanena através da museologia.	365
Figura 56	Localização do concelho de Alcanena no contexto territorial português.	370
Figura 57	Mapa do concelho de Alcanena com divisão administrativa por freguesias e aglomerados urbanos de sede de freguesias.	371
Figura 58	Símbolo heráldico de Alcanena.	373
Figura 59	Localização e distribuição dos núcleos do Museu do Território de Alcanena.	377

Figura 60	Esquematização da visão estratégica para o MTA.	412
Figura 61	Eixos do Plano Estratégico do MTA.	416
Figura 62	Esquema da tendência organizacional verificada nas redes museológicas locais em Portugal (2012).	420
Figura 63	Dinâmica do Museu do Território de Alcanena enquanto sistema vertical.	420
Figura 64	Dinâmica de interação institucional no MTA.	424
Figura 65	Dinâmica da relação entre os diversos intervenientes no funcionamento do MTA enquanto rede horizontal.	424
Figura 66	Possível estrutura funcional do «Conselho Local de Museus de Alcanena».	425
Figura 67	Dinâmica funcional intercomunitária e extramunicipal do MTA.	440
Figura 68	Marca e logotipo «Alcanena, capital da pele».	447
Figura 69	Proposta de logotipo para o MTA.	448
Figura 70	Amostra de proposta promocional do MTA com alusão ao curtume (1).	448
Figura 71	Amostra de proposta promocional do MTA com alusão ao curtume (2).	449

Índice de Gráficos.

Número	Título	Página
Gráfico 1	Taxa de resposta dos municípios ao inquérito.	183
Gráfico 2	Incidência percentual de respostas dos municípios de cada região. (Em relação ao universo regional dos municípios.)	183
Gráfico 3	Número de respostas ao inquérito obtido de cada região.	184
Gráfico 4	Incidência percentual de respostas ao inquérito. (Em relação ao total de respostas obtidas – 224.)	185
Gráfico 5	Respostas ao inquérito obtidas de cada região. (Em relação ao total de respostas obtidas – 224.)	185
Gráfico 6	Incidência percentual de respostas ao inquérito. (Em relação ao universo nacional – 308.)	186
Gráfico 7	Número de municípios que apenas responderam às duas primeiras perguntas.	186
Gráfico 8	Existem na área do município redes patrimoniais, museológicas ou ecomuseológicas?	187
Gráfico 9	Existe projeto ou intenção de concretizar uma rede patrimonial, museológica ou ecomuseológica a curto ou médio prazo na área do município?	188
Gráfico 10	Municípios onde existem ou irão existir redes patrimoniais, museológicas ou ecomuseológicas.	188
Gráfico 11	Evolução da criação das redes museológicas locais por datas.	194
Gráfico 12	Percentagem incidente no período de criação das redes locais de museus.	195
Gráfico 13	Evolução da criação de museus locais / núcleos museológicos locais por década.	197
Gráfico 14	Evolução da existência de museus locais / núcleos museológicos locais por década.	197
Gráfico 15	Incidência percentual das datas de criação de museus locais.	198
Gráfico 16	Regime de funcionamento dos museus das redes municipais.	202

Gráfico 17	Horários de funcionamento dos museus das redes municipais.	202
Gráfico 18	Mostra da análise das preocupações com os princípios da sociomuseologia nas missões definidas para as redes museológicas locais.	210
Gráfico 19	Quantidade de aspetos da sociomuseologia presentes nas missões das redes museológicas locais identificadas.	212
Gráfico 20	Percentagem de aspetos da sociomuseologia presentes nas missões das redes museológicas locais identificadas.	212
Gráfico 21	Assunção, nas missões das redes museológicas locais, de preocupações com a noção de rede.	214
Gráfico 22	Mostra da análise das preocupações com princípios da sociomuseologia nas missões definidas para as futuras redes museológicas locais (72).	216
Gráfico 23	Quantidade de aspetos da sociomuseologia presentes nas missões das futuras redes museológicas locais identificadas (72).	218
Gráfico 24	Síntese da análise da missão dos museus locais. (Municípios com museus locais mas sem redes nem projeto de implementação – 20.)	221
Gráfico 25	Quantidade de aspetos da sociomuseologia presentes nas missões dos museus locais não integrados em redes museológicas locais.	222
Gráfico 26	Envolvimento das comunidades locais na gestão, planeamento e funcionamento das redes museológicas locais. (Municípios com rede – 48.)	225
Gráfico 27	Envolvimento das comunidades locais na gestão, planeamento e funcionamento das redes museológicas locais em formação. (Municípios em processo de constituição de redes locais de museus – 72.)	228
Gráfico 28	Envolvimento das comunidades na gestão, planeamento e funcionamento dos museus locais não agrupados em rede. (Total de 107 municípios.)	231
Gráfico 29	Respostas obtidas referentes à estrutura de funcionamento das redes museológicas locais.	234
Gráfico 30	Tutelas apuradas das redes museológicas locais (resultado parcial de 38 respostas validadas).	239

Gráfico 31	Tutelas apuradas das redes museológicas locais (resultado total de 48 redes museológicas locais existentes).	240
Gráfico 32	Modo de funcionamento das redes museológicas locais.	241
Gráfico 33	Redes museológicas locais associadas a outras organizações / redes extramunicipais.	242
Gráfico 34	Outras estruturas extramunicipais às quais pertencem os espaços museológicos locais em rede.	244
Gráfico 35	Incidência das redes museológicas locais noutras estruturas extramunicipais.	244
Gráfico 36	Aspetos referenciados das organizações museológicas locais face aos desafios da globalização na museologia.	248
Gráfico 37	Respostas obtidas referentes à problemática da globalização na ação museológica contemporânea.	251
Gráfico 38	Análise de públicos frequentadores dos espaços museológicos locais organizados em rede (em 48 redes).	253
Gráfico 39	Quantidade / diversidade de tipologias de público identificadas pelas redes museológicas locais (48).	254
Gráfico 40	Análise de públicos frequentadores dos futuros espaços museológicos organizados em rede (72 futuras redes).	255
Gráfico 41	Quantidade / diversidade de tipologias de público identificadas pelas futuras redes museológicas locais (72).	256
Gráfico 42	Síntese da análise aos serviços educativos das redes museológicas locais.	264
Gráfico 43	Redes museológicas locais com serviços educativos formalmente constituídos.	265
Gráfico 44	Existência de diretrizes específicas para o desenvolvimento de projetos nos serviços educativos das redes museológicas locais.	266
Gráfico 45	Existência de estratégias para a operacionalização das ações dos serviços educativos das redes museológicas locais.	266
Gráfico 46	Existência de princípios norteadores da ação dos serviços educativos das redes museológicas locais.	267
Gráfico 47	Incidência das ações dos serviços educativos das redes museológicas locais.	267

Gráfico 48	Área de incidência da programação dos serviços educativos das redes museológicas locais.	268
Gráfico 49	Alcance das atividades dos serviços educativos suscetíveis de promover «museus novos» (Henriques, 1996).	269
Gráfico 50	Panorama das redes museológicas locais referente às práticas sociomuseológicas nos serviços educativos.	270
Gráfico 51	Incidência no entendimento de «comunicação» dos museus locais em rede.	275
Gráfico 52	Incidência da perceção de «comunicação» por parte das redes museológicas locais.	277
Gráfico 53	Aparente tendência excludente das comunidades locais na comunicação entre estas e os museus em rede.	277
Gráfico 54	Respostas obtidas incidentes na perspetiva de «comunicação» entendida como «comunicação de conteúdos expositivos ao público visitante».	278
Gráfico 55	Respostas obtidas incidentes de «comunicação» entendida como «meio de divulgação dos museus para o exterior».	279
Gráfico 56	Respostas obtidas incidentes na perspetiva de «comunicação» entendida como «meio de aferição do grau de satisfação dos públicos».	279
Gráfico 57	Distinção entre «comunicação» com públicos e «divulgação/promoção» das instituições para o exterior.	281
Gráfico 58	Taxa de resposta dos municípios ao inquérito.	284
Gráfico 59	Municípios portugueses com redes museológicas locais identificadas.	285
Gráfico 60	Estrutura funcional das redes museológicas locais identificadas via Internet.	344
Gráfico 61	Controlo hierárquico das tutelas sobre as estruturas de rede.	345
Gráfico 62	Inclusão dos princípios sociomuseológicos na missão / visão institucional.	346
Gráfico 63	Envolvimento das comunidades locais na cogestão das atividades desenvolvidas pelas redes pesquisadas via Internet.	346

Índice de Apêndices (em suporte digital).

Número	Título	Página
Apêndice I	Entrevistas efetuadas para a investigação.	i
Apêndice II	Questionário aplicado no inquérito aos municípios.	lxvi
Apêndice III	Fichas de registo de respostas ao inquérito.	lxxii
Apêndice IV	Grelhas de análise criadas para o tratamento de dados do inquérito.	lxxxii
Apêndice V	Síntese informativa da análise às redes museológicas locais pesquisadas via Internet.	civ

INTRODUÇÃO.

O tema e os motivos para a sua escolha.

O presente estudo surgiu, com alguma naturalidade, na sequência da conceção de uma rede local de museus para o concelho de Alcanena: Museu do Território de Alcanena (MTA).

Trata-se de um projeto museológico transversal à totalidade territorial do referido município, assentando nos pressupostos de que as alterações sociais, económicas e culturais, que ao longo dos tempos ocorreram, foram estruturando um território que apresenta, atualmente, índices de desenvolvimento consideráveis no contexto do território do Médio Tejo e até mesmo a um nível mais alargado.

Porém, este desenvolvimento, assente nos resultados de sucesso no setor dos curtumes, tem proporcionado, igualmente, um certo mal estar generalizado entre as populações pelo grave problema ambiental que, ao longo de décadas, foi contribuindo para a baixa autoestima das populações, devido ao impacto negativo que a atividade industrial tem provocado no agravamento do passivo ambiental local. De igual modo, à semelhança do que ocorre em muitos setores industriais na atualidade, o curtume tem atravessado momentos difíceis com repercussão na sua competitividade e viabilidade nos mercados nacional e internacional, aspeto este que se tem vindo a acentuar no contexto atual de crise económica e financeira internacional. Qualquer destes casos coloca em evidência um estado de inquietude generalizado no seio das comunidades perante a eminente perspectiva de dificuldades económicas.

Este conjunto de circunstâncias tem protagonizado uma crescente tendência depreciativa das realidades e identidades locais no seio das populações e, conseqüentemente, da perspetiva tida sobre algum património municipal, suscitando grandes preocupações, nomeadamente, no que respeita à preservação, salvaguarda e divulgação das tradições e do próprio património que fizeram o quotidiano de numerosas gerações deste concelho.

Consciente da necessidade de, por um lado, contrariar esta tendência de desvalorização do património do município de Alcanena e das suas características particulares e, por outro lado, repor a autoestima das populações locais referente à sua memória e identidades coletivas, procurando sensibilizá-las para aquilo que, afinal, as identifica enquanto

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

uma comunidade concelhia com identidade própria e *sui generis*, desenvolveu-se o projeto do Museu do Território de Alcanena.

Existe, pois, a necessidade de a autarquia local desenvolver projetos e ações voltados para a valorização do conjunto patrimonial local e das identidades diversificadas e vincadas. De igual modo, existem condições muito favoráveis para a reconversão deste património colocando-o ao serviço das suas populações com o objetivo não só de contribuir para a consciencialização do valor patrimonial local como, simultaneamente, proporcionar um desenvolvimento sustentado das respetivas comunidades.

O objetivo do projeto foi daí, sobretudo, entender a diversidade patrimonial existente no aludido município e, com base nos pressupostos da sociomuseologia, delinear um plano de defesa e promoção patrimonial concebendo uma estrutura museológica polinucleada e estrategicamente descentralizada em diversas localidades, atuando como reforço da identidade e componente da sua promoção; elemento mobilizador para o desenvolvimento social, cultural e económico e fator de coesão e agregação territorial.

Foi este o ponto de partida para a escolha da temática da presente tese de doutoramento pois, idealizada e justificada a dita estrutura museológica, sentiu-se que, para a plena concretização do projeto, carecia dar-se um passo sequente: parecia ser necessário estudar formas de organização e funcionamento prático e *integrado* desta *rede*¹. Isto porque não era pretendido que esta estrutura se transformasse num simples *roteiro*² local de museus, um mero elencar de entidades e instituições museais locais para visitantes, espaços “descontextualizados arrancados ao tempo (...) [simples] curiosidades (...) organizadas taxologicamente”³ (Mestre & Molina, 2008, p.18). Preconizava-se, sim, que a mesma se assumisse como uma verdadeira *teia*⁴ de relacionamentos sociais e culturais, uma *rede* ativa e *plataforma* de partilha, entreajuda, cooperação, corresponsabilização e comunicação geradora

¹ Para os efeitos deste estudo, compreende-se por «rede» uma estrutura de características horizontais, não hierarquizada, formada por um conjunto de entidades que, partilhando objetivos comuns, unem esforços colaborativos na prossecução de finalidades comuns, formando, desse modo, uma determinada estrutura interconetada.

² No mesmo sentido, compreende-se por «roteiro» a “indicação de caminhos, ruas, etc., de uma região ou povoação” (*Infopédia – Enciclopédia e Dicionários Porto Editora online*). Um roteiro funciona enquanto listagem de locais a visitar, ausente de qualquer elemento dinâmico ou estratégico unificador entre as suas partes constituintes.

³ Tradução livre.

⁴ A «teia» é uma estrutura que, no mundo animal, a aranha vai armando com recurso a fios orgânicos entrosados que formam uma rede. Na tecelagem, a «teia» permite criar as mais diversas tipologias de tecidos entrelaçando fios dos modos mais variados. Apelida-se, por isso, «teia» ao conjunto de fios de um tear que forma a base para a produção dos tecidos. Na sociedade, também as relações sociais se vão tecendo a cada passo formando uma estrutura relacional que, depois de consolidada, forma uma distinta rede de afinidades.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

de sinergias comunitárias de (re)conhecimento identitário e desenvolvimento de todo um território municipal, onde a sociomuseologia fosse assumida como quadro teórico referencial de base para o seu funcionamento participado e inclusivo das comunidades locais.

A questão que se colocava era: **como assegurar a prossecução de tais objetivos numa rede museológica local?**

Este foi o problema que prendeu a nossa particular atenção, cuja resposta se traduziu no *objetivo geral* desta tese. Tenta-se identificar novos caminhos para a resolução de uma problemática concreta que afeta uma parte considerável das atuais instituições museológicas locais e que se traduz na necessidade de criar estruturas capazes de desenvolver sinergias e potencialidades aptas a dar uma resposta que beneficie instituições e comunidades numa era cada vez mais complexa. Procura-se esboçar e sugerir uma estrutura organizacional que sirva este projeto, explorando práticas museológicas e experiências concretas que poderão permitir não só compreender as dinâmicas e propriedades envolvidas numa organização em rede aplicadas à museologia, como tecer um conjunto de considerações para o funcionamento de uma rede museológica local que desenvolva uma metodologia promotora de uma real participação da(s) comunidade(s) no processo de agregação territorial num prisma de desenvolvimento sustentável das populações locais.⁵

Tal propósito implica refletir no modo como a sociomuseologia poderá ocupar um lugar central numa organização museológica estabelecida, efetivamente, em rede.

Movidos por estes propósitos, sentimo-nos impelidos a investigar **as redes museológicas locais e sua relação com a sociomuseologia no contexto da contemporaneidade** – tema central e principal foco deste estudo.

Partindo deste desígnio, tomou-se como *objetivo específico*, observar não só as características e a problemática que envolvem uma organização em rede como as próprias redes museológicas locais já existentes nas suas variadas formas e tipologias, em território nacional. Mas mais importante que perceber a morfologia de rede, a existência, as formas e tipologias destas estruturas organizativas nos museus locais é sinalizar e desvelar, nelas, eventuais práticas sociomuseológicas e as respetivas implicações (ou não) na operacionalização dessas redes museológicas⁶.

⁵ Um território «disléxico», desarrumado e ineficiente não é um território habilitado para o desenvolvimento. A falta de estratégia é uma causa indiscutível para a perda de competitividade e um sério entrave para toda a tipologia de desenvolvimento.

⁶ Os museus, segundo Chagas (1994a), exercem três funções básicas: a preservação, a investigação e a comunicação. No contexto contemporâneo, verifica-se que os museus são confrontados frequentemente com

Na presente tese de doutoramento, aborda-se o tema da morfologia da rede aplicada à museologia e à recente tendência de adoção deste sistema organizativo por parte dos museus e das autarquias locais nas suas infraestruturas museológicas. Ao fazê-lo, poderão descortinar-se as respetivas consequências e implicações teórico-práticas para a sociomuseologia, esperando poder contribuir para o avanço no processo contínuo de consolidação do conhecimento na área científica da museologia, especificamente no campo da sociomuseologia, ampliando e evidenciando novos contributos através da formulação e estudo de problemáticas inovadoras nesta temática. Considera-se pertinente o levantamento e tratamento dos dados aqui trabalhados, no que respeita a algumas das atuais realidades museológicas locais⁷ pois permitirão identificar, compreender e apreciar redes museológicas ao nível local, respetivas e/ou eventuais práticas sociomuseológicas e os possíveis impactos que essas dinâmicas transportarão, ou não, para o respetivo meio envolvente.

Procura-se colocar este campo específico do conhecimento em diálogo com outras áreas, nomeadamente a sociedade, a economia e as tecnologias de informação, cruzando a teoria da sociomuseologia com a teoria da sociedade informacional, que, por sua vez, assenta na teoria das organizações e na teoria geral dos sistemas que mais tarde originou a conceção da rede enquanto sistema. Também se procura cruzar com a sociomuseologia novos paradigmas sociais emergentes: o paradigma da tecnologia da informação (Castells, 2007), o novo paradigma das ciências sociais (Ianni, 1994) e o novo paradigma da governação (Bilhim, 2007).

Nesta investigação iremos, pois, rever teorias, práticas, paradigmas e ruturas de paradigmas, numa tentativa de traçar novos potenciais caminhos para a museologia em resultado dos desafios colocados pela nova ordem mundial (Castells, 2007; Rocha, 2000; Arrighi & Silver, 1999) gerada pelo fenómeno da globalização.

O caminho esboçado contempla, como pano de fundo, esta “névoa global” (Arrighi & Silver, 1999, p.3; Darthein, 2004, p.1) de dubiedades que afetam a sociedade em todo o seu conjunto e o próprio pensamento contemporâneo num período em que emergem novos

questões que ultrapassam as preocupações da sociomuseologia e da própria função social que a instituição deve fazer prevalecer (Garcia, 2003; Schwantz, 2007). A opção de beneficiar uma destas funções básicas em detrimento das restantes poderá provocar o “desequilíbrio” na “orientação filosófica e política adotada pela instituição museal” (Chagas, 1994a, p. 64) pondo, desta forma, em causa a prática sociomuseológica. Tal facto levou-nos a investigar até que ponto a prática sociomuseológica está de facto a ocorrer nos museus e, neste caso, de forma integrada nas redes locais de museus.

⁷ Que constituem, segundo Mário Moutinho, a “expressão profunda da museologia contemporânea em Portugal” (Moutinho, 2010, p.137).

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

desafios perante as ciências sociais necessitando de se encontrar novas interpretações e entendimentos ante realidades originais e desconhecidas (Ianni, 1994).

Procura-se revelar a existência, ou não, de uma atual tendência de, se não uma organização de vários espaços e instituições museais locais em rede, pelo menos um novo impulso e/ou intenção de criação destas estruturas ao nível local averiguando eventuais benefícios sociais, económicos e funcionais em resultado dessa sinergia. A dimensão que é dada à sociomuseologia, neste contexto, assume, aqui, um carácter central.

O presente estudo não defende a organização em rede como a única forma organizativa para os museus. Poderá, sim, constituir uma nova tendência organizacional que, para alguns⁸, será uma inevitabilidade até porque conforme defende Mário Moutinho (2007), a sociomuseologia tem por missão a permanente (re)adaptação às realidades sociais em constante transformação e respetivos condicionalismos numa abordagem transdisciplinar com outros campos de conhecimento.

Espera-se que as considerações finais a retirar desta investigação possam, por um lado, contribuir para “minorar o [eventual] fosso entre a teoria e a prática” (Moutinho, 2010, p.140) da sociomuseologia e, por outro lado, contribuir para uma melhor compreensão dos vastos desafios que a prática sociomuseológica de hoje enfrenta na sua missão de superar velhas e novas desigualdades.

⁸ Lobo (2003); Assunção (2009); Hernández (2009); Rico (2009).

A problemática.

As profundas transformações sociais, económicas, políticas e culturais ocorridas nas últimas décadas do século XX, e de forma mais evidente neste alvorecer do século XXI, foram (re)estruturando e esculpindo, indelevelmente, uma sociedade que assume constantes reconfigurações, consequência dos efeitos da globalização. São colocadas novas interrogações a postulados estabelecidos, cruzadas e ligadas áreas tão diversas como a economia, o estado, a cultura e a sociedade⁹ que antes se encontravam quase apartadas, estanques.

O mundo entrou, pois, irreversivelmente num período definido pela multiculturalidade¹⁰, diversidade¹¹, interdependência¹² e interdisciplinaridade¹³, havendo lugar a uma nova forma de interação e relacionamento entre as referidas áreas do conhecimento numa configuração ainda pouco delineada (Rocha, 2000) constituindo, porém, um pré-requisito indispensável para a noção de desenvolvimento integrado do território (Henriques, 2006). Esta reconfiguração mundial exerce influência considerável no contexto do desenvolvimento local levando à inevitável e necessária “inovação” e “adaptação” das comunidades locais à nova conjuntura:

“Se o termo *desenvolvimento* é entendido como um processo multidimensional, a inter-relação entre variáveis económicas, socioculturais e político-administrativas é de relevância central. Se, como parece, o mundo se caracteriza por rápidas e *possivelmente aceleradas mudanças sistémicas*, as comunidades locais têm que ser caracterizadas enquanto subsistemas abertos que, por *inovação e adaptação* necessitarão de otimizar o seu desempenho neste contexto.”¹⁴ (Henriques, 2006, p.232).

As mais diversas relações entre a globalização e a sociedade, explorando os inevitáveis impactos que se abatem sobre essa mesma e as respetivas organizações de um modo geral, têm vindo a constituir-se e a consolidar-se cada vez mais como objeto de estudo no âmbito das ciências sociais (Ianni, 1994).

José Manuel Henriques (2006) afirma que, neste âmbito, o processo de reestruturação global constitui um ponto de partida para os estudos locais, defendendo que se trata de uma questão permanentemente aberta à investigação empírica.

⁹ Ianni (1994); Kohls (1999); Werthein (2000); Castells (2007); Gouveia, Neves & Carvalho (2009); Fernandes (2009).

¹⁰ Canclini (1997); Siqueira (2001); Fukuda-Parr (2004); Braga (2006); Freire (2006); Almeida (2008).

¹¹ Siqueira (2001); Braga (2006).

¹² Stockinger (1997); Rocha (2000); Siqueira (2003); Anico (2005); Featherstone (2006).

¹³ Siqueira (2003).

¹⁴ Tradução livre.

Por seu lado, tal como define Mário Moutinho, a sociomuseologia caracteriza-se pela “interdisciplinaridade com que apela a áreas do conhecimento perfeitamente consolidadas e as relaciona com a museologia propriamente dita” (Moutinho, 2007, p.1) verificando-se que “os museus têm vindo a pretender servir como meios de comunicação, abertos às preocupações do mundo contemporâneo” (Moutinho, 2010, p.136).

Com a crescente e constante transformação da sociedade, por força da globalização e da nova ordem mundial¹⁵, desenha-se uma nova ordem social (Rocha, 2000). É neste contexto em que se modificam profundamente as relações humanas reconfigurando as funções e as missões de alguns dos seus principais agentes¹⁶ que são introduzidas novas desigualdades sociais¹⁷ e que são assumidas novas formas organizacionais sob a figura de redes.

Como sustenta a globologia¹⁸ (Ianni, 1994), as transformações globais não incidem numa só área da sociedade ou do conhecimento, mas atuam, sim, de modo transversal em todos os setores globais, unindo os três vetores de sociedade, economia e estado numa amálgama indissociável¹⁹ de um “universo múltiplo” (Ianni, 1994, s/pág.) e de fronteiras permeáveis.

Deste modo, e resultante desta interação dinâmica, Ianni (1994) defende que o advento da globalização “[reabre] questões epistemológicas que pareciam resolvidas” (*Ibidem*, s/ página) obrigando a um renovado olhar sobre os paradigmas estabelecidos em todas as áreas do saber porque “todos os critérios presumíveis – níveis de análise, objetos, métodos, enfoques teóricos – ou já não são mais verdadeiros na prática, ou, se mantidos, constituem obstáculos a conhecimentos posteriores, antes do que estímulos para a sua criação”²⁰ (Wallerstein, 1987, p.312).

Mário Chagas corrobora esta visão afirmando que

“Assim como uma casa abandonada e sem uso social tende a entrar em decadência e ruína, assim também um determinado edifício teórico tende a entrar em colapso e deterioração quando perde o seu poder heurístico e o seu poder de previsão, quando são rompidos os seus laços com o desenvolvimento da sociedade.” (Chagas, 1994c, p.7)

¹⁵ Castells (2007); Rocha (2000); Setas (2011a, 2011b).

¹⁶ Souza Leão Júnior *et al.* (s/data); Kohls (1999); Henriques (2006).

¹⁷ Canclini (1997); Kohls (1999); Rocha (2000); Werthein (2000); Frey (2003); Henriques (2006).

¹⁸ Octávio Ianni (1994) defende que este termo se reporta à “ciência emergente da dinâmica global” (Ianni, 1994, s/pág.), observando o estudo de “estruturas e processos do sistema-mundo como um todo” (*Ibidem*).

¹⁹ Wallerstein (1987, p.312); Ianni (1994); Rocha (2000); Kohls (1999); Darthein (2004); Gouveia, Neves & Carvalho (2009).

²⁰ Tradução livre.

A nova conjuntura social e mundial leva, como se disse, a que este período em que se vive seja visto por alguns como um período pouco nítido (Arrighi & Silver, 1999; Darthein, 2004) tanto “marcado pela incerteza e o risco” (Giddens, 2000, p.x) como assinalado de oportunidades acrescidas para os seres humanos²¹ e as instituições.

A instituição museal não está, pois, imune a esta nova realidade e tem-se modificado definitivamente (Moutinho, 2010) estando naquilo que Mário Chagas define como um período de “metamorfose (...) [convivendo] hoje com uma realidade em mudança acelerada e bastante diversa da original” (Chagas, 1994a, p. 64).

Partindo da noção de que os museus são, de facto, instituições “abertas às preocupações do mundo contemporâneo” (Moutinho, 2010, p.136), tenciona-se, assim, aproximar a teoria e a prática sociomuseológica aos novos contextos sociais da contemporaneidade porque, como elucida Moutinho, “a abertura do museu ao meio e a sua relação com o contexto social que lhe dá vida tem provocado a necessidade de elaborar e esclarecer relações, noções e conceitos” (Moutinho, 1993, p.6) respeitante a esta problemática.

O estudo, ao identificar as bases sociomuseológicas e debruçar-se sobre a realidade nacional quanto à sua prática, procura explorar e aplicar novos métodos e abordagens operativas para a resolução de problemas contemporâneos, tentando encontrar soluções equilibradas para as populações e seu património. Para tal, e tendo em conta o “caráter multifacetado” (Moutinho, 2010) da museologia na sua relação com outros campos das ciências sociais, serão confrontadas diversas áreas do conhecimento que hoje constituem parte integrante da amálgama social criada pela globalização até porque, como defende Chagas “como [na museologia] não se trata de um campo acabado e fechado, mas antes em construção, aberto e arejado pela exigência interdisciplinar, os estudos sobre as trocas possíveis com outros campos são de grande importância” (1994c, p.24).

Nesta sequência, há necessidade de abordar diversas problemáticas.

Em primeiro lugar, há que ter presente que, neste contexto mundial de transformação, de novas realidades e desafios colocados perante a instituição museal, o campo da museologia sofreu uma transformação concetual de fundo com o despontar de novos paradigmas no campo museológico e a introdução das premissas da nova museologia, o embrião da sociomuseologia. Na base desta nova concetualização teórica, encontram-se novas

²¹ Moore (1998); Cardoso (2006); Santos (2006); Castells (2007); Organização das Nações Unidas – ONU (2000).

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

noções de «património» que originaram um novo pensamento no campo da museologia. Surgiram documentos fundamentais no desenvolvimento do pensamento museológico do século XX, dos quais se destacam: a Declaração de Santiago do Chile (1972); a Declaração de Quebec (1984); a Declaração de Oaxtepec (1984) e a Declaração de Caracas (1992), todos no âmbito do Conselho Internacional de Museus (ICOM)²². No seu conjunto, são introduzidos novos conceitos que viriam a modificar o olhar sobre as instituições museais para sempre²³.

Uma das questões levantadas por parte de diversos autores e algumas instituições²⁴ prende-se com o facto de que, conforme defendido nos documentos fundamentais da nova museologia, os museus, quais “espelhos” da sociedade (Rivière, 1989) e das suas permanentes mutações (Hatton, 1998), não estão imunes às numerosas transformações sociais e enfrentam as mais diversas dificuldades²⁵, necessitando, por isso, de olhar a nova realidade e de se

²² O ICOM é uma organização internacional não-governamental de museus e profissionais de museologia centrada na preservação e divulgação de toda a tipologia patrimonial mundial. Foi criado em 1946, mantendo, desde então, relações com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), detendo estatuto consultivo no Conselho Económico e Social das Nações Unidas.

²³ Entre estes novos conceitos encontram-se alguns considerados basilares tais como:

- a) a perspectiva do museu integral enquanto visão holística da condição comunitária introduzida pela Declaração de Santiago do Chile (1972), onde o museu passa a ser encarado como instrumento de ação, de mudança e agente de desenvolvimento social, assumindo uma função social;
- b) a consolidação da interdisciplinaridade na ação museológica enquanto ciência que lida com questões de natureza social, cultural e económica defendida pela Declaração de Quebec (1984) e a afirmação de um novo movimento museológico designado de nova museologia, centrada nas necessidades sociais das comunidades encarando o património em todas as suas vertentes e características, a par da museologia tradicional ou clássica, mais vocacionada para uma ação centrada no objeto enquanto bem patrimonial *per se*;
- c) a consagração do trinómio território / património / comunidade que impõe o diálogo com a comunidade e a sua participação na ação museológica que é introduzida na Declaração de Oaxtepec (1984) e reafirma a necessidade da interação entre museologia e a problemática social, económica e política;
- d) na Declaração de Caracas (1992), o reajuste da noção de museu integral para museu integrado na comunidade com a consolidação das noções dos documentos anteriores, nomeadamente a desigualdade e a injustiça sociais, o museu enquanto entidade ao serviço da comunidade e da sua transformação social estimulando e despertando a consciência crítica. Contudo, um importante desenvolvimento prende-se com a ideia de que poderá ser a própria comunidade a gerir as suas instituições culturais assumindo o papel de cogestora das mesmas.

²⁴ Hatton (1998); Moore (1998); Rivière (1993); Sousa Santos (2003); García (2005); Carbonell (2005); *Museums and Galleries Commission [MGC]* (1987); ONU (2000); Direção da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM (2009).

²⁵ Encontram-se entre estas dificuldades:

- a) uma perspectiva de funcionamento tendencialmente centrada em interesses economicistas, relegando para segundo plano a sua função de cariz social e cultural (Moore, 1998; Jackson, 1998; Harney, 1998; Garcia, 2003), necessitando de reflexão sobre novas formas de gestão e organização (Davies, 1998; Friedman, 1998; Rico, 2002) e de financiamento (Lewis, 1998; Dickenson, 1998; Harney, 1998);
- b) o confronto com a crescente tendência de tornar o património em simples mercadoria (Lobo, 2003; Garcia, 2003);
- c) a adaptação aos novos fenómenos culturais e identitários emergentes por força da globalização (Fernandes, s/data; Canclini, 1997; Primo, 2001; Garcia, 2003; Appadurai, 2004; Mestre & Molina, 2008);
- d) o confronto com uma indefinição conceptual, existencial e identitária introduzida pelos efeitos da globalização (Dickenson, 1998; Hatton, 1998; McLean, 1998; Middleton, 1998; Rico, 2002; Lobo, 2003) e
- e) o questionamento da sua própria viabilidade e utilidade face à sua enorme propagação pelo mundo (Rivière, 1993; Moore, 1998; Hatton, 1998).

(re)adaptar aos desafios que ora são lançados. Aliás, é apontado por Bruno Soares & Tereza Scheiner (s/data) um atual, e muito real, perigo de exclusão ou “fechamento” ao mundo por parte dos museus locais com base na nova museologia, um “fechamento [que] representa (...) um movimento de proteção contra o sentimento de perda de referências [qual] forma de cristalização e de escudo contra a mudança” (Soares & Scheiner, s/data, p.2).

Adiantam estes autores, num tom crítico à sociomuseologia atual, que “nenhum museu, nenhuma comunidade, é completamente autossuficiente e pode viver bem, fechado em si mesmo” (*Ibidem*). Tal facto leva-nos a questionar se, no contexto global atual, a incidência demasiada marcada sobre o património, identidades e memórias locais, sem o respetivo diálogo com o exterior da comunidade, não estará a conduzir os museus de carácter local a um «fechamento hermético» de que os museus ditos tradicionais ou clássicos são/foram acusados. Os museus devem ser “janelas” abertas ao mundo, instituições dialogantes de partilha e construção (Soares & Scheiner s/data). Essa necessidade de abertura ao mundo merece, pois, alguma reflexão.

Em segundo lugar, a atual realidade social parece estar diretamente relacionada com a teoria da sociedade informacional e os novos conceitos do paradigma da tecnologia da informação²⁶ (Castells, 2007) germinados da revolução das tecnologias de informação²⁷ e parece incitar ao repensar de paradigmas e postulados aceites e à adoção de modelos inovadores de (re)organização institucional assim como a adoção de “novos instrumentos, procedimentos e formas de ação” (Frey, 2003) junto das instituições, neste caso, das museais.

O referido paradigma da tecnologia da informação introduz novas relações entre tecnologia, economia e sociedade. Com ele, a sociedade ficou capacitada de instrumentos e estruturas organizativas capazes de a conduzir a um desenvolvimento nunca antes observado (Castells, 2008). O próprio processo de transformação global ocorrido durante a implementação da própria Internet levou, em última instância, a um mundo ligado em rede, à designada “era das conexões” (Setas, 2011b), onde esta se tornou a estrutura dominante e empregue em todos os setores da sociedade²⁸. Assim, a reorganização da base material da sociedade centra-se nas tecnologias de informação e consubstancia-se na forma de redes²⁹.

²⁶ A aprofundar no Capítulo II.

²⁷ Cardoso (2006); Beja Santos (2006); Castells (2007); Kohls (1999); Rocha (2000); Werthein (2000); Henriques (2006).

²⁸ Kohls (1999); Werthein (2000); Cardoso (2006); Santos, B. (2006); Castells (2007).

²⁹ Cardoso (2006); Castells (2007); Rocha (2000); Werthein (2000); Kohls (1999).

O processo de globalização, responsável pela introdução da estrutura de «rede», também despertou múltiplas preocupações como a vulnerabilidade identitária, amplamente discutida por vários autores³⁰, levando à “transculturalização” (Lull, 2000) ou à designada “hibridação”³¹, “customização” (Inda & Rosaldo, 2002) ou “indigenização” (Appadurai, 2004) cultural, por vezes através de processos de hegemonização cultural (Acero, 1999; Garcia, 2003). Esta problemática, algo controversa, não poderá ser descorada pelas instituições museais, merecendo um renovado olhar numa perspetiva sociomuseológica.

Por fim, e em terceiro lugar, a questão do desenvolvimento territorial está fortemente vinculado às atribuições e competências do poder local que parece demonstrar um crescente interesse pelo “território simbólico (...) conquistando (...) um novo lugar na agenda política cultural” (Nascimento Júnior & Chagas, 2006, p. 14). Deste modo, parece tornar-se claro que, neste novo contexto, os desafios apresentados aos museus e à sociedade envolvem novos compromissos políticos locais³² e, conseqüentemente, a adoção do novo conceito de “governança”³³ (Bilhim, 2007) na postura autárquica, constatando-se que

“As autarquias locais têm de ser reinventadas. As organizações que serviram no passado encontram-se hoje em geral com necessidade de serem repensadas estrategicamente. Há novas missões, novos desafios que obrigam os líderes a pôr em causa os processos e as estruturas organizacionais tradicionais.” (Bilhim, 2004, p.72)

Nesta sequência, João Bilhim (2007), Egeu Laus (2004) e José Carvalho (2009) defendem que, na sociedade atual, existe a necessidade de uma rutura com o modo de fazer política local. Questionando os modelos tradicionais de ação autárquica, estes autores avançam com conceções que impulsionam e reinventam a postura do poder local, no fundo, convergindo com o postulado na teoria sociomuseológica: uma ação centrada no cidadão, na comunidade e nas suas necessidades promovendo

“a possibilidade de todos os cidadãos ouvirem e serem ouvidos e poderem congregiar em torno de suas vozes as mais variadas e múltiplas maneiras e formas de ação e atuação. Sem que ninguém tenha que falar por elas.” (Laus, 2004, s/pág.)

³⁰ Inda & Rosaldo (2002); Lull (2000); Hannerz (1992); Canclini (1997; 2008), Acero (1999), Primo (2001), Appadurai (2004); Bastos (2007); Fernandes (s/data) entre outros.

³¹ Canclini (1997; 2008); Garcia (2003); Santos (2003); Primo (2009).

³² Laus (2004); Werthein (2000); Bilhim (2007); Carvalho (2009); Anico & Peralta (2004).

³³ O conceito de governança reporta-se a perspetivas contemporâneas de ação autárquica que constituem vetores fundamentais da “nova administração local”: o âmago das novas missões das autarquias (Bilhim, 2004) e resultantes do efeito “da natureza ‘complexo, dinâmico e diverso’ do mundo em que vivemos” (*Idem*, p.31).

Laus (2004) defende, pois, um caminho paulatino de adoção de uma atuação política local menos representativa e mais direta, numa nova ação mais democrática e inclusiva do poder autárquico. Para este autor, se tal for o caminho, “as pessoas se sentem melhor e mais entusiasmadas participando daquilo que lhes agrada, no âmbito de suas relações geográficas (ou não), em torno de suas questões, ou onde podem contribuir melhor com sua experiência” (Laus, 2004, s/ pag.).

Também se verifica que o aumento exponencial do movimento associativo nacional na era pós vinte e cinco de abril dotou o país de recursos e parceiros sociais de inestimável valor. Este movimento traduz-se na “voz local que defende e protagoniza os interesses e aspirações dos grupos sociais e das comunidades” (Sá da Costa, 1993, p. 465). Torna-se, assim, necessário não apenas recorrer a estas instituições como entidades de diálogo e consulta, mas sobretudo, desenvolver um quadro legal de “relacionamento institucional entre as associações e os municípios” (*Ibidem*) que preveja a descentralização de competências naquelas com vista ao desenvolvimento das suas capacidades e apetências de intervenção social local (Aguileta, 2000).

Aceitando que “a governação erige a cidadania activa como factor crítico, preocupa-se com o capital social e os fundamentos sociais necessários para um desempenho económico e social efectivo” (Bilhim, 2007, p.33), será legítimo considerar que se poderá estabelecer uma analogia entre a teoria da governação e a teoria sociomuseológica.

Assim, o fomento da estrutura organizativa apelidada de «rede» aplicada ao campo da museologia a par de uma nova abertura por parte do poder político local assente no paradigma da *governação* (Bilhim, 2004) será também foco de análise. Esta aliança estratégica poderá “fomentar um desenvolvimento local mais sustentável através do fortalecimento de redes sociais e culturais e sua inserção progressiva nos processos político-administrativos locais” (Frey, 2003, p. 165) visando a revitalização comunitária local e a sua participação democrática na promoção do desenvolvimento sustentável local elevando o “índice de desenvolvimento humano no município beneficiado” (Freire, 2006, p.58).

Será, pois, intenção evidenciar o facto de que, esta conjuntura e esta “era das conexões” (Setas, 2011b) parecem exigir algo de novo à museologia: nas palavras de José Bastos,

“uma museologia menos monumental (...) capaz de treinar as novas gerações para a construção dos seus próprios museus, a partir das famílias, dos grupos de pertença, das redes e das biografias pessoais, permitindo uma elevadíssima flexibilidade à construção, interligação e renovação desses

museus, capazes de conectar gerações da mesma família, colegas da mesma instituição, adeptos dos mesmos grupos desportivos (...) filhos das mesmas aldeias ou bairros (...)” (Bastos, 2007, p.11).

Uma organização museológica local, assente numa lógica de rede, poderá constituir um fator crucial para o sucesso dos museus locais³⁴, pois as diversas tipologias de rede nas suas variadas formas são promotoras de novas atividades e de novas potencialidades para o mundo da cultura, de uma forma geral, e para os museus, de uma forma particular. De igual modo e a par desta nova reorganização institucional local, a transferência de competências e descentralização de responsabilidades dos municípios para o setor voluntário, na figura das associações locais, associações comunitárias, ou outras, através de protocolos de cooperação e um regulamento interinstitucional, poderá promover uma efetiva autonomia comunitária com base na corresponsabilização dos cidadãos nos seus próprios desígnios no caminho do desenvolvimento sustentável local garantindo as liberdades democráticas que assiste ao cidadão “na afirmação do direito partilhado a uma plena cidadania” (Moutinho, 2010, p.136).

A presente tese, centrando-se no campo específico da sociomuseologia, contempla, em toda a sua abordagem, a definição evolutiva de sociomuseologia e os seus traços distintivos apresentados por Mário Moutinho (2007a, 2011)³⁵ e presentes em outros autores. Analisa a problemática dos museus locais no contexto da sociedade contemporânea, nomeadamente, a sua (re)organização em sistemas locais de redes contemplando alguma autonomia face ao poder local objetivando contribuir para o aumento do conhecimento neste campo do saber em articulação com outras áreas numa perspetiva multidisciplinar.

³⁴ Neste estudo assume-se, de acordo com a definição de “museu” do Conselho Internacional dos Museus (ICOM), que “um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição” (Artigo 2º dos Estatutos do ICOM, 1995) sendo que esta definição se aplica “sem quaisquer limitações resultantes da natureza da entidade responsável, do estatuto territorial, do sistema de funcionamento ou da orientação das coleções da instituição em causa” (*Ibidem*, alínea a)). Todavia, os museus de cariz local, muitas vezes desprovidos de meios e recursos que possam garantir um efetivo cumprimento integral da definição do ICOM, apresentam características muito próprias. Será, pois, para os efeitos deste estudo, considerado um museu ou entidade assim autodesignada, tal como sugerido por Santos, Neves, Santos & Nunes (2005, p.23) uma entidade em funcionamento permanente ou sazonal, com pelo menos uma sala de exposição e com um mínimo de um funcionário ao serviço. Porém, este último aspeto poderá não verificar-se em todas as circunstâncias.

Mas porque o estudo incide na problemática da sociomuseologia, estará sempre subjacente neste trabalho que os museus são “instituições ao serviço da comunidade, que têm como missão crucial participar na formação da consciência da comunidade que servem, de forma a que esta apreenda através de um quadro histórico os problemas do homem enquanto indivíduo e enquanto ser social”. (Declaração de Santiago do Chile, 1972). Estas instituições serão entendidas, assim, enquanto veículos conducentes ao desenvolvimento local, e até regional, contribuindo para a dignificação das comunidades e das suas condições de vida.

³⁵ Vide **Figura 9 – Traços caracterizadores da sociomuseologia, segundo Mário Moutinho.**

A investigação pressupõe que os museus locais tendem a (re)estruturar-se, numa interação social e institucional mútua em sistemas de redes locais. Nesta teia de relações, organizadas sob o prisma sociomuseológico, as instituições museais interagem exercendo influência e sendo influenciadas reciprocamente. Essa dita teia de relações poderá levar a que cada unidade contribua para a formação de uma entidade museológica única, porém, composta de várias entidades com identidades e características próprias.

Na verdade, tal como a nova museologia não substitui a museologia clássica ou tradicional, antes alarga o seu campo de ação, agindo como complemento desta (Moutinho, 2010), também a tendência da reorganização dos museus em redes poderá trazer novas possibilidades às instituições museais existentes e vindouras. Poderá oferecer um novo estímulo às práticas museológicas permitindo o desenvolvimento e abordagens alternativas ou complementares inovadoras que podem enaltecer, ou, se quisermos, instituir e/ou ampliar, a interação e comunicação com as comunidades e o público utente ao valorizar e implementar a relação entre diversas instituições, comunidades e utentes através dos novos espaços de fluxos (Castells, 2007), incidindo, em tudo, nos princípios e teoria da museologia social preconizadas pelos documentos fundamentais da nova museologia.

Em suma, a adoção de um modelo museológico em rede, enquanto forma de ultrapassar, de modo integrado e concertado, as dificuldades introduzidas pela nova ordem mundial e pela sociedade global tendencialmente uniformizadora e consumista e potencialmente hegemónica, poderá constituir uma oportunidade na construção de novas abordagens que os museus podem assumir.

A implementação de redes museológicas poderá permitir o surgimento de museus comunitários (ou não) descentralizados e interconectados com outras comunidades, temáticas e realidades, abrangendo não só a área do seu território local fechado e limitado, mas também um novo território alargado, mais abrangente e aberto ao mundo numa *outra* perspetiva do ternário matricial de Russo (1990). Tal será possível, graças, em parte, ao alargamento da aplicação da teoria da sociomuseologia, bem como da própria noção de espaço, lugar, comunidade e tempo, que se foram transformando e amplificando devido às características da era da informação (Castells, 2007).

A natureza, a complexidade desta conetividade e a relação central com a sociomuseologia são objeto de análise que conduziram à conceção da pesquisa.

Fontes e metodologia de investigação.

a) A metodologia.

A busca do conhecimento e a prossecução de um trabalho de investigação científica exigem a adoção de um método de trabalho: um procedimento ou caminho que se estabelece para alcançar o conhecimento científico (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Assim, definida a temática central e os objetivos propostos, desenvolveu-se o estudo por etapas concretas com base nas orientações apresentadas por Raymond Quivy & Luc Van Campenhoudt (2008) para uma investigação em ciências sociais.³⁶

Os diversos tipos e estratégias de investigação, pesquisa e seus requisitos conceptuais constituem dispositivos ordenados, procedimentos sistemáticos, planos gerais, esquemas ordenadores e estratégias com que o investigador aborda os problemas que estuda e que pesquisa (Greenwood, 1963), assente num “raciocínio lógico” (Rodrigues, 2007, p.3) que permite “desenvolver conceitos de colecta de dados”. (Ribeiro, s/data, p.9).

A metodologia, ou o que Gary Thomas designa por “*design frame*” (Thomas, 2009, pp.99-126) assume uma importância fulcral no processo de investigação pois constitui como que o “chassis” (*Idem*, p.99) que sustentará toda a pesquisa sendo “composto por conceitos e hipóteses estreitamente articulados entre si para, em conjunto, formarem um quadro de análise coerente” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.150).

Impõe-se, pois, apresentar as escolhas adotadas quanto à metodologia seguida na presente investigação, descrevendo e justificando os métodos propostos que “proporcionam as bases lógicas da investigação científica” e os que “esclarecem acerca dos procedimentos técnicos” utilizados (Gil, 1999, pp.26-27) e as respetivas fundamentações.

Segue-se a justificação da escolha do método de investigação adotado e a sua adequação ao estudo, fundamentando as diversas dimensões de modalidades de pesquisa avançadas por William Costa Rodrigues (2007), Quivy & Campenhoudt (2008), Robert Yin (1981), Khairul Noor (2008), Charles Schell (1992), Gary Thomas (2009) e outros. Serão focados os métodos utilizados para a recolha e estudo dos dados obtidos, assim como apresentados os caminhos traçados nessa mesma recolha.

³⁶ Trata-se de um método dividido em sete etapas distintas: “1 – A pergunta de partida; 2 – A exploração; 3 – A problemática; 4 – A construção do modelo de análise; 5 – A observação; 6 – A análise das informações e 7 – As conclusões” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.27).

Como foi mencionado, tratando-se de uma investigação científica integrada na área das ciências sociais, optou-se por conduzir o estudo segundo o método sustentado por Quivy & Campenhoudt (2008) compreendendo etapas que contemplam a formulação da pergunta de partida, a fase de exploração, a colocação da problemática, a construção do modelo de análise, a fase de observação, a análise das informações e, por fim, as conclusões (*Idem*, p.27).³⁷

Apesar de autores como Rodrigues (2007) defenderem outras metodologias igualmente assentes em etapas sequenciais que configuram, na sua essência, um procedimento simples e linear³⁸, Quivy & Campenhoudt (2008) e Thomas (2009) sustentam que um método de investigação em ciências sociais, sendo igualmente de matriz linear, deverá possuir mecanismos de retroação, tornando-o num processo dinâmico, de característica circulatoria. Deste modo, assumirá uma ação contínua giratória ou em espiral entre quatro grandes áreas: plano de investigação ou operacionalização; observações; análise das informações; hipótese e concetualização (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.236).

Figura 1 – Função circulatoria do método para a elaboração de um trabalho científico, segundo Quivy & Campenhoudt.



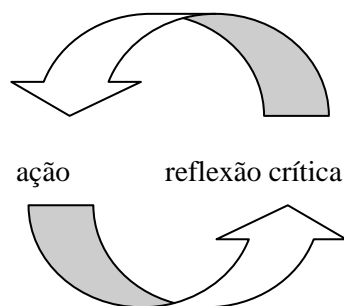
Fonte: Adaptado de Quivy & Campenhoudt (2008, p.236).

³⁷ Estes autores consideram que o procedimento de investigação científica se decompõe em três atos sequencialmente rígidos constituídos pela «rutura», a «construção» e a «verificação» que, apesar de serem distintos são, em simultâneo, dependentes uns dos outros. A observância firme da hierarquia destes três atos e a aplicação de modos, etapas ou fases de transição entre eles, obedecendo a uma metodologia de investigação científica devidamente testada e comprovada (Rodrigues, 2007, p.3), levará à construção de paradigmas de investigação a empregar num qualquer processo de investigação.

³⁸ Próprio da investigação em ciências naturais, onde a replicabilidade constitui a essência do método (Thomas, 2009).

Esta perspetiva metodológica, em que as questões tanto determinam quais os dados a obter e onde, como indicam o modelo de pesquisa a adotar (Yin, 2003), harmoniza-se mais à natureza das investigações em ciências sociais (*Ibidem*). Trata-se de um modelo mais flexível, permitindo uma constante confrontação entre os factos, as análises e as hipóteses e concetualizações, num processo que Gary Thomas apelida de “*emergent design*” (2009, p.101) ou «desenho que vai emergindo», conduzindo àquilo que este autor identifica como “*action research*”, ou seja, «investigação-ação». Este procedimento concetualmente flexível torna possível uma constante revisão crítica dos objetivos inicialmente propostos, das premissas iniciais e dos procedimentos à medida que a investigação se desenvolve (Thomas, 2009). No essencial, “a ideia-base é de um aperfeiçoamento contínuo do pensamento, construído sobre uma base de reflexão acerca dos problemas e as formas de os resolver”³⁹ (Thomas, 2009, p.112). Este processo, embora simplificado, é similar ao apresentado por Quivy & Campenhoudt (2008) e poderá ser expresso do seguinte modo:

Figura 2 – A base da pesquisa-ação, segundo Gary Thomas.



Fonte: Adaptado e traduzido de Thomas (2009, p.112).

Considerou-se adequado conduzir este trabalho sob a égide do método defendido por Quivy & Campenhoudt (2008) tomando-o o nosso referencial metodológico adotando, ainda, o processo de investigação avançado por Thomas (2009) cuja metodologia, sendo muitas vezes praticado por profissionais, visa desenvolver aperfeiçoamentos na sua profissão, pois “o objetivo principal é a *mudança* e a ênfase coloca-se na resolução de problemas do modo que parecer mais apropriado”⁴⁰ (Thomas, 2009, p.112). É, de resto, o nosso objetivo.

³⁹ Tradução livre.

⁴⁰ Tradução livre.

Deste modo, houve, no decorrer da investigação, um processo iterativo de reflexão no desenvolvimento das diversas etapas metodológicas, reformulando as hipóteses colocadas, revendo a pergunta de partida, resultante do processo de recolha e análise dos dados bibliográficos e empíricos. O estudo gera-se dessa combinação e conciliação entre a teoria e os dados empíricos obtidos que tanto apontou para os caminhos que foram escolhidos como permitiu rever as teorias abordadas.

Procura-se investigar, essencialmente, a realidade atual dos museus locais no que concerne à sua conetividade e (re)organização em estruturas de rede, numa perspetiva sociomuseológica que pressupõe uma ação centrada nas comunidades locais e nas suas necessidades, visando o seu desenvolvimento integrado numa sociedade global. O amplo leque de questões que o tema suscita acaba por se centrar nos seguintes aspetos correlacionados: a) Qual a realidade destas estruturas na atualidade?; b) Como lidam estas estruturas com as práticas e a teoria sociomuseológicas?; c) Como tendem estas estruturas organizativas a operar?⁴¹; d) Qual a preparação das instituições organizadas em rede para enfrentar os desafios da sociedade globalizada, nomeadamente no contexto da “nova ordem mundial” e da conseqüente reorganização social?

Por conseguinte, procurando clareza e objetividade na investigação, iniciou-se a mesma, conforme indicam Quivy & Campenhoudt (2008) e Judith Bell (2004), por uma questão de partida⁴² que teve por base as seguintes considerações:

- a) A partir dos pressupostos introduzidos pela Declaração de Santiago do Chile (1972) e consolidadas na Declaração de Caracas (1992) a sociomuseologia, encara o(s) património(s) local/locais como um bem/bens ao serviço das comunidades e do seu desenvolvimento sustentado, agindo como verdadeiros agentes de transformação e mudança social. Contudo, não existem indicadores claros (que conheçamos) que demonstrem qual a prática sociomuseológica exercida em território nacional;
- b) A partir das teorias germinadas pelos documentos fundamentais da sociomuseologia, as instituições museais começaram a ser encaradas como verdadeiros espaços culturais devendo abranger uma oferta variada de atividades aos seus visitantes, numa perspetiva de oferta de serviços, não necessariamente ligadas, diretamente, com as suas coleções;

⁴¹ Isto é, haverá tendência de organização horizontal ou vertical?

⁴² De acordo com Quivy & Campenhoudt (2008), a pergunta de partida não só aponta para as áreas temáticas a serem pesquisadas através da exploração com recurso a leituras direcionadas e entrevistas exploratórias, como receberá retorno do processo de exploração permitindo, tanto a sua formulação inicial como, caso tenha sido previamente definida, esteja sujeita a uma constante revisão e (re)definição, sempre que necessário, numa dinâmica constante e aberta.

- c) As instituições museais, assentes na abordagem sociomuseológica, são instituições abertas sobre o meio e conscientes da relação que têm que possuir com o meio social em geral e a comunidade em particular. Contudo é necessário entender em que medida é que essa abertura existe nos museus e nas redes museológicas locais;
- d) Estará a surgir uma “nova ordem mundial” (Castells, 2007; Rocha, 2000), resultante de uma conjuntura social global onde a teoria da sociedade de informação e os novos conceitos do paradigma da teoria da informação (Castells, 2007)⁴³ tenderão a conduzir a uma paulatina reorganização social⁴⁴ onde a rede parece assumir um papel central;
- e) Parece existir uma tendência recente e assumida de crescimento do número de museus dentro de uma mesma realidade concelhia⁴⁵ havendo lugar a um novo impulso por parte do poder local ao assumir, neste campo, um papel cada vez mais preponderante e ativo, sobretudo na era pós vinte e cinco de abril (Moutinho, 2010; Santos Silva, 2004; Sá da Costa 1993), reflexo direto de transformações sociais, políticas e económicas (Semedo, 2004; Sá da Costa, 1993)⁴⁶. Os municípios têm revelado um aumento no nível dos investimentos nesta área, ainda que de forma assimétrica e diversificada (Neves, 2000; Semedo, 2004);
- f) Paradoxalmente, apesar deste aumento considerável de instituições museológicas, muitos autores⁴⁷ e instituições como a Comissão Nacional Portuguesa do *International Council of Museums* – ICOM (2009) alertam para uma atual crise na instituição museal, nas mais diversas dimensões, tornando-se imperioso «repensar» a instituição museal tal como está;
- g) O novo contexto global da contemporaneidade veio estabelecer uma relação estreita entre economia, estado e sociedade⁴⁸. Esta conjuntura introduziu renovadas perspetivas na teoria e prática política numa abordagem de maior abertura para a participação e envolvimento da sociedade civil nos desígnios do processo de desenvolvimento local (Bilhim, 2004). Um dos atributos e mais-valias que caracterizam a ação do poder local resume-se na sua proximidade à comunidade local e das suas populações, sendo que o

⁴³ Apoiada por outros autores como Cardoso (2006) ou Beja Santos (2006).

⁴⁴ Ianni (1994); Rocha (2000); Siqueira (2003)

⁴⁵ Moutinho (2007); Neves & Santos (2006); Semedo (2004); Sá da Costa (1993).

⁴⁶ Embora outros tenham uma opinião oposta (Santos Silva, 2004).

⁴⁷ Moore (1998); Davies (1998); Friedman (1998); Jackson (1998); Harney (1998); Garcia (2003); Fernandes (s/data); Canclini (1997); Primo (2001); Rico (2002); Lobo (2003); Rivière (1993); McLean (1998), entre outros...

⁴⁸ Ianni (1994); Kohls (1999); Rocha (2000); Henriques (2006); Castells (2007).

desígnio último do poder local é conduzir as suas populações a uma qualidade de vida assente na perspetiva do desenvolvimento sustentável.

- h) A teoria da sociomuseologia traduz-se numa “parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea” (Moutinho, 2007, p.1), assentando neste pressuposto toda a base da nossa investigação.

Com este conjunto de observações⁴⁹, alarga-se a perspetiva de análise sobre uma problemática concreta (Quivy & Campenhoudt, 2008) centrada, neste caso, nas práticas (ou ausência delas) da sociomuseologia em espaços museais organizados (ou não) em redes de carácter local. O facto de as referidas dimensões se entrelaçarem, hoje, numa complexa teia de relacionamentos (inter)institucionais, políticos, económicos e sociais, podendo influenciar as práticas museológicas locais, interagindo, ou não, com os princípios da sociomuseologia, serão objeto de discussão nesta pesquisa⁵⁰, com vista à aplicação prática dos resultados obtidos na organização e funcionamento do MTA.

Deste modo, o estudo assume um carácter de *pesquisa aplicada* por oposição à noção de *pesquisa pura* (Rodrigues, 2007).

O cruzamento deste conjunto de considerações de diversas áreas do saber levantou um conjunto de inquietações mais específicas:

- O que significa hoje, numa sociedade global, trabalhar em rede?
- Que vantagens existirão, para a sociomuseologia, de uma abordagem organizativa em rede?
- O que caracteriza a sociedade global atual e daí que preocupações devem constar do pensamento de museólogos e gestores patrimoniais?
- De que forma é que, hoje, a instituição museal se está a adaptar às realidades da sociedade contemporânea?

⁴⁹ Entre outras, aprofundadas na pesquisa bibliográfica efetuada na fase exploratória do estudo.

⁵⁰ É tido por conveniente, neste momento, esclarecer aquilo que se entende por «pesquisa» e as diversas dimensões da qual a noção se reveste.

Definindo «pesquisa» enquanto “acto de pesquisar; indagação; inquirição, busca” e «pesquisar» enquanto modo de “informar-se acerca de; procurar com diligência; inquirir; indagar; investigar (...)” (Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Academia das Ciências de Lisboa e da Fundação Calouste Gulbenkian., 2001, p. 1385) a noção perfilha, como aponta W. C. Rodrigues (2007), duas finalidades, de acordo com os objetivos pretendidos. Por um lado, existe a “**pesquisa pura**” (básica) que compreende o ato de adquirir conhecimentos, não lhe perspetivando nenhuma aplicação prática propriamente e, por outro lado, a “**pesquisa aplicada**” onde é pretendida a utilização dos conhecimentos adquiridos “para a solução de problemas concretos da vida moderna.” (*Ibidem*)

- Será que as novas preocupações vão ao encontro das missões e objetivos primordiais de uma instituição museológica vocacionada para exercer uma função social, ou serão apenas reflexo de uma nova forma de encarar o mundo que se vê refletido no museu “radicando, a par e passo, para o bem e para o mal, a gênese do pensamento humano?” (Menezes, 2006, p.9).
- Que novas estruturas organizacionais poderão ser adotadas para melhor dotar as instituições museais de ferramentas para acompanhar os novos rumos da sociedade moderna e combater as tendências, eventualmente nefastas, para a missão primordialmente cultural dos museus?
- Quais as experiências, em rede, no âmbito da sociomuseologia, que podem servir de objeto de estudo para a otimização de práticas no âmbito da museologia do século XXI?

A partir destas inquietações e da discussão teórica efetuada⁵¹, resultou a seguinte pergunta de partida, ou questão central da investigação: **Como se enquadra a sociomuseologia nas redes museológicas locais, no contexto da sociedade contemporânea?**⁵² Pelo modo como esta foi colocada, derivou o tipo de pesquisa utilizado no

⁵¹ Na concretização de um estudo científico, há, necessariamente que recorrer a determinados “instrumentos” (Eco, 1977, p.65) que permitem trabalhar a problemática específica que se elegeu estudar. Para tal, tornou-se imperativo recorrer a diversas fontes, sejam primárias ou secundárias, em forma de texto escrito, ou em forma de entrevistas e inquéritos a aplicar e passados a texto escrito.

No que às pesquisas bibliográficas diz respeito, para o estudo realizado, procurou-se, sobretudo, e em primeiro lugar, encontrar material produzido no âmbito das questões referentes aos paradigmas contemporâneos da museologia, do património e da sociedade de informação. De igual modo, houve necessidade de aprofundar a problemática dos museus na atualidade, suas maiores dificuldades de adaptação à sociedade global, as perspetivas de futuro, as especificidades e implicações de uma sociedade global na instituição museal, e assim, reunir um conjunto de bibliografia que permitisse examinar estas questões chegando a um melhor entendimento acerca do pensamento corrente sobre estas matérias. A revisão bibliográfica resulta dessa pesquisa.

Ao longo deste processo, verificou-se no campo da bibliografia museológica que tem havido uma produção recente considerável acerca das questões referentes à gestão das instituições museais face à problemática da sociedade contemporânea e na gestão quotidiana desses mesmos problemas, revelando uma preocupação crescente com estes aspetos. Embora alguns autores (Moore, (1998); Davies (1998); Friedman (1998); Jackson (1998); Harney (1998); Garcia (2003); Fernandes (s/data); Canclini (1997); Primo (2001); Rico (2002); Lobo (2003); Rivière (1993); McLean (1998), o próprio ICOM através da Comissão Nacional Portuguesa (2009) entre outros, tenham levantado na última década questões pertinentes face ao estudo destas novas preocupações, o facto é que os pensamentos atuais destes autores e instituições apontam sempre para um futuro ainda por desvendar, indicando caminhos incertos ainda por traçar.

⁵² É de referir que a dinâmica e flexibilidade da perceção sobre a matéria em reflexão permitiu um permanente (re)ajustamento dos pensamentos e um enriquecimento do entendimento sobre o objeto em análise. Deste modo, a questão de partida foi comportando alguns acertos à medida que se foram descortinando a complexidade das especificidades e sensibilidades da matéria em estudo, resultante das pesquisas bibliográficas e recolha de informação variada efetuada. (Ridley, 2008; Quivy & Campenhoutd, 2008; Thomas 2009; Greenwood, 1963; Coutinho, 2005; Bell, 2004; Gil, 1999; Ribeiro, s/ data).

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

estudo empírico conduzido (mais concretamente, o estudo de caso), visando a confirmação ou infirmação das hipóteses avançadas em resposta à questão de partida.

Na verdade, a seleção da nossa pergunta de partida não foi produzida de modo incipiente. Resultou das reflexões e conclusões efetuadas no decorrer de todo o processo de investigação que permitiu esboçar, paulatinamente, o seu formato final (Bell, 2004)⁵³.

A nossa questão de partida assenta em pressupostos oriundos, por um lado, do campo central desta investigação – a sociomuseologia – e, por outro lado, dos campos da sociedade, economia e tecnologias de informação, numa perspetiva transdisciplinar, como foi mencionado. A **Figura 3** demonstra o processo de exploração e problematização permitindo (re)formular a pergunta de partida deste estudo a partir das três dimensões em apreciação:

Figura 3 – Formulação da pergunta de partida para a investigação.



Fonte: Elaboração própria (2012)

⁵³ Houve a preocupação de investir numa ponderação cuidada a este respeito porque, como alerta Bell, “a selecção de um assunto [ou da questão de partida] é mais difícil do que parece à primeira vista. Se dispuser de pouco tempo, há a tentação de escolher um tema antes de realizar o trabalho preliminar.” (Bell, 2004, p.36).

Com base nesta pergunta, perspetivou-se esboçar um recorte da realidade em observação e construir uma reflexão sobre os dados obtidos e analisados da investigação empírica efetuada. Daí, poderão fluir, em última instância, um leque de apreciações e considerações para o funcionamento orgânico do MTA, para que este venha a cumprir os propósitos anteriormente declarados.

Do tema central e da questão inicial, entrosado com os objetivos do estudo já referidos, surgiu o título da tese: **Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena.**

Determinada a questão de partida, impunha-se definir conceitos pois, conforme elucidam Quivy & Campenhoudt (2008, p.121), “a conceptualização é mais do que uma simples definição ou convenção terminológica. É uma construção abstrata que visa dar conta do real.” Neste sentido, para dar conta do real, foi definido trabalhar algumas áreas diretamente associadas ao tema central desta tese, esboçando recortes sobre as temáticas, estabelecendo analogias e cruzando teorias.

Ao aprofundar o tema em análise, verificou-se que os contributos de outros investigadores sobre as estruturas museológicas locais conetadas em rede e os seus desígnios eram poucos, assim como se revelaram raras ou nulas as referências às suas eventuais práticas sociomuseológicas. Também não foi possível, através da pesquisa bibliográfica, verificar a abrangência e a natureza de tais estruturas no campo da museologia.

Parecia, no entanto, racional que projetos museológicos de âmbito local tendessem a atuar na base de, pelo menos, alguns aspetos da sociomuseologia, quanto mais não fosse, pela sua natureza de proximidade com as populações⁵⁴. Por outro lado, tratando-se de estruturas organizadas em rede, supunha-se que deveriam estar despertas e/ou preparadas para enfrentar e lidar com as novas realidades introduzidas pela globalização. Mas tornou-se necessário comprová-lo cientificamente. Uma investigação sobre as práticas implementadas no âmbito dos espaços museais organizados em rede, identificando pontos fortes e fracos, poderia fornecer um recorte desta realidade concreta.

Motivamo-nos, assim, a enveredar por um caminho de pesquisa empírica como forma de coligir um conjunto de dados que permitissem traçar um contributo original no conhecimento científico no campo da museologia.

⁵⁴ Ainda reforçados com o conceito inovador de *governance* ou *governança* (Bilhim, 2004, p.31) onde as relações entre poder local e interação com a sociedade resultam na designada cidadania participativa.

Assim, partiu-se para as seguintes hipóteses para investigação⁵⁵:

- a) **Existe, na atualidade, uma tendência crescente de (re)organização museal e criação de redes museológicas locais;**
- b) **As redes museológicas locais têm propensão para uma prática baseada na sociomuseologia;**
- c) **As redes museológicas locais tendem a assumir uma dinâmica organizativa horizontal favorecendo a prática sociomuseológica;**
- d) **As redes museológicas locais estão preparadas para enfrentar os desafios da sociedade globalizada.**

Como forma de testar estas hipóteses, optou-se por realizar um inquérito por questionário ao universo dos municípios nacionais, na busca de respostas que pudessem clarificar as questões que nos inquietavam.

O inquérito teve como função responder a questões axiais como:

- Qual a extensão das redes museológicas locais? Quantas são na realidade?
- Quando surgiram estas redes museológicas? Trata-se de um fenómeno recente?
- Quais foram as missões que se determinaram para estas estruturas? Preveem, de algum modo, os princípios teóricos da sociomuseologia? Existe uma preocupação com o desenvolvimento local das comunidades?
- Qual é a relação entre os diversos espaços das redes e as respetivas tutelas ou o poder local? Há espaço para alguma autonomia institucional? Há lugar à corresponsabilização entre diversos parceiros locais?
- Que tipologia de rede é predominante nas redes museológicas locais?
- Qual é o grau de envolvimento das comunidades locais na gestão, planeamento e funcionamento das estruturas museológicas locais e das próprias redes locais?
- Na sua linha de ação (serviços educativos, atividades, exposições, etc.), as estruturas museológicas locais em rede estão voltadas para que populações: as comunidades locais, as comunidades escolares ou visitantes do exterior?
- Existe a perceção, dos responsáveis pelas redes museológicas locais, do real potencial e também das consequências concretas da globalização nas instituições museais e nas comunidades locais com que trabalham?

⁵⁵ As hipóteses constituem “afirmações sobre relações entre variáveis e oferecem ao investigador uma linha de orientação quanto à forma como o palpite original poderá ser testado” (Bell, 2004, p.39).

- Existirá a noção da problemática da hibridação cultural ou do multiculturalismo, e que são uma realidade da nossa sociedade, que podem constituir por um lado, uma ameaça ou, por outro lado, uma oportunidade para as identidades locais?

As respostas a estas interrogações permitirão compreender melhor o atual quadro destas estruturas museais e a sua relação com a *praxis* sociomuseológica, assim como tecer algumas considerações para o funcionamento do próprio MTA, ponderando:

- Uma tipologia de rede que melhor se adeque ao MTA, de forma a atuar na base da sociomuseologia;
- Um possível formato operacional do MTA que possa assegurar uma efetiva participação e envolvimento das comunidades locais nos desideratos da estrutura museológica;
- Um modo de assegurar a criação de sinergias sociais e comunitárias locais visando um efetivo desenvolvimento local;
- Um conjunto de considerações que sirvam de sugestões práticas para uma operacionalização do MTA assente na sociomuseologia.

Com o contributo deste estudo, poderá compreender-se melhor como os museus⁵⁶, tal como outras instituições de âmbito cultural, não só podem possuir potencial para se adaptar às constantes mutações da sociedade, como poderão inclinar-se hoje⁵⁷ a enveredar pelas novas tendências introduzidas pela sociedade de informação (Castells, 2007), isto é, pela organização em rede. O resultado desta pesquisa e das conclusões daí extraídas permitirá um melhor entendimento da complexidade e das implicações que envolvem a criação e o funcionamento destas estruturas museais, que parecem estar em expansão.

Mas mais importante ainda, e porque como define Moutinho, “o que caracteriza a Sociomuseologia não é propriamente a natureza dos seus pressupostos e dos seus objectivos (...) mas a interdisciplinaridade com que apela a áreas do conhecimento perfeitamente consolidadas e as relaciona com a Museologia propriamente dita” (Moutinho, 2007, p.1), esta investigação facultará uma oportunidade de reflexão sobre o lugar e a ação que a sociomuseologia poderá/deverá desempenhar nestas novas estruturas museais e nestes novos tempos em que se vive. Deste modo, poderá perspetivar-se organizações vocacionadas para agir sobre a sociedade, procurando o desenvolvimento das comunidades locais, o

⁵⁶ Ou, em muitos casos, as tutelas dos museus.

⁵⁷ Pelos mais variados motivos.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

desenvolvimento do espírito crítico das populações, providenciando um instrumento para que estas obtenham uma visão do seu lugar neste novo e confuso mundo.

Com o surgimento da nova museologia, o espaço «museu» soube «extravasar os muros do próprio edifício» e expandir-se a toda uma comunidade local, dando lugar a verdadeiros museus comunitários passando a assumir a função de fórum de reflexão (Assunção, 2009), lugar de diálogo e de abertura à comunidade numa relação entre homem/sujeito e o objecto/bem cultural num, espaço/cenário (Russio, 1990), na construção do «facto museológico»: o “elemento da realidade que emite informação ou permite a comunicação entre as pessoas e entre o presente e o passado” (Nascimento, 1994, p. 10).

Porém, os tempos mudam...

Nos nossos dias, e à luz da nova conjuntura social, o mesmo museu comunitário ou local poderá correr o risco de se tornar ele próprio numa unidade fechada, «desconetada» do resto da sociedade, qual «fragmento» isolado de um todo, se quisermos recorrer às expressões de Néstor Canclini (1997).

Se atentarmos, de novo, às palavras de Moutinho (2007)⁵⁸, ignorar, atualmente, nesta perspetiva sociomuseológica, a necessidade de repensar os museus no contexto da sociedade de informação (Castells, 2007) ou da “era das conexões” (Setas, 2011b), poderá, neste caso, equivaler ao assumir a mesma ótica hermética e encerrada em si que a museologia tradicional ou clássica apresentava na ação centrada no «seu» *edifício* museu e na «sua» *coleção* antes do advento da nova museologia.

Estudar a relação entre a **sociomuseologia e as redes museológicas locais**, e aplicando a mesma matriz ternária de Russio porém num âmbito territorial (ou local) mais abrangente, mais condizente às realidades atuais, permitirá equacionar novas possibilidades, encarar um novo desafio à ação sociomuseológica.

Poderá haver lugar a uma abertura do exercício dos museus não apenas centrado numa comunidade local, que no contexto de hoje se poderá considerar «fechada e hermética em si», mas sim, extravasar essa ação dos «muros» e limites físicos dessa comunidade para um território mais dilatado, seja físico, seja virtual, numa abordagem sociomuseológica que não olvide os fenómenos do multiculturalismo e da hibridação de culturas, que hoje caracterizam a sociedade. Esta perspetiva deixará de encarar o museu local ou comunitário, numa ótica hoje passível de ser considerada estática e voltada para si, para se converter em

⁵⁸ Nas quais explicita que “a Sociomuseologia traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea” (Moutinho, 2007, p.1).

algo mais dinâmico e criativo, tendendo a inserir-se num contexto social que procura e exige um novo tipo de abrangência de acordo com as ideias e os ideais dos novos tempos. Será esta a diferença entre dois tipos de ação sociomuseológica: a que se apega à tradição, memória e identidade local isolada numa visão de certo modo «míope» da conjuntura social e a que, numa ótica holística da conjuntura social, perspetiva uma ação alargada junto da sua comunidade caminhando segundo o compasso da sociedade e da sua constante transformação.

Esta nova postura sociomuseológica, nesta nova realidade social, contribuirá para o fomento da tolerância e respeito pelo «outro», reforçando ainda mais a ideia dos museus enquanto espaços de reflexão, diálogo e de interação mas numa «renovada perspetiva» de museu «integrado», numa sociedade conetada em rede.

Retomando as questões epistemológicas da investigação, perante a natureza deste estudo, e tomando em consideração o processo iterativo de reflexão no método de investigação adotado atrás referido, coloca-se a questão da construção do modelo de análise a adotar defendido por Quivy & Campenhoudt (2008).

De entre o conjunto de métodos que constituem a «base lógica» do estudo, poderão elencar-se abordagens divergentes na construção da teoria envolvendo dados empíricos em estudos de caso.

Por um lado, é defendida uma abordagem assente no método *hipotético-indutivo* por Kathleen Eisenhardt (1989), identificado por Quivy & Campenhoudt (2008) como um método onde a construção da teoria “parte da observação [e] o indicador é de natureza empírica. A partir dele constroem-se novos conceitos, novas hipóteses e, conseqüentemente, o modelo que será submetido ao teste dos factos” (*Idem*, p.143). Ou seja, não deverá ser valorizado, numa fase inicial, nem a teoria, nem as hipóteses a testar, mas antes os dados empíricos encontrados que conduzirão à constituição da teoria.

Por outro lado, e em sentido oposto, é sustentado por Jack Meredith (1998) uma abordagem alternativa ancorada no método *hipotético-dedutivo*, igualmente identificado por Quivy & Campenhoudt (2008) como um método onde a hipótese “[não é] o produto empírico de uma observação anterior [sendo antes] o produto teórico de um raciocínio fundamentado num postulado” (*Idem*, p. 143). Isto é, partindo dos conceitos e noções teóricas abordados na fase de exploração (revisão bibliográfica), e dos respetivos postulados daí extraídos, formulam-se questões tidas por pertinentes para a investigação. Robert Yin (2003) parece

concordar com esta perspectiva já que considera fundamental partir de uma base teórica sólida para a execução de um estudo empírico.

Todavia, recordando o que se defendeu anteriormente em que um método de investigação em ciências sociais, sendo de matriz linear, deverá possuir mecanismos de retroação, tornando-o num processo dinâmico, de característica circulatória, assumindo uma ação contínua giratória ou em espiral entre as quatro grandes áreas: do plano de investigação ou operacionalização, das observações, da análise das informações e hipótese e da concetualização, conforme alvitrado por Quivy & Campenhoudt (2008, p.236) poderá desvendar-se outra possibilidade.

Com efeito, Anna Dubois & Lars-Erik Gadde (2002) apresentam uma alternativa. Indo ao encontro da noção de dinâmica preconizada no método de investigação defendido por Quivy & Campenhoudt (2008) e Thomas (2009), os referidos autores propõem a combinação dos dois métodos anteriores naquilo que apelidam de método *abduativo*. Esta abordagem sugere aliar a base teórica da investigação às evidências do trabalho de campo e aos indicadores daí resultantes, numa circulação constante e mutuamente dependente. Por um lado, as bases teóricas servem de orientação apontando para os dados a pesquisar empiricamente e, por outro lado, são revistas e reforçadas através do entendimento empírico tornando umas e outras mutuamente dependentes, conforme defende Charles Ragin (1992). Foi, de resto, este, o método que suportou o modelo de investigação adotado para este trabalho, indicando o processo de recolha e análise de dados.

Face a este quadro, optou-se por aplicar o *estudo de caso* enquanto metodologia estratégica de investigação qualitativa (Noor, 2008) e quantitativa (Yin, 1981; Schell, 1992)⁵⁹ a ser ligado a uma “experiência” (Yin, 1981), recorrendo ao inquérito por questionário enquanto instrumento de pesquisa.

O processo de investigação recaiu no estudo de caso por:

- a) se tratar de um método que possibilita a obtenção de uma perspectiva holística do problema em análise (Noor, 2008; Schell, 1992);
- b) permitir compreender aspetos emergentes na ação e funcionamento de organizações, especialmente quando estas apresentam transformações rápidas (Noor, 2008);

⁵⁹ Embora Noor (2008) e outros autores defendem que os estudos de caso têm uma predominância para investigações qualitativas, Yin (1981) e Schell (1992) desmistificam este pressuposto, assumindo que os estudos de caso tanto podem incidir em dados quantitativos como qualitativos, considerando mesmo como erróneos aqueles entendimentos.

- c) se tratar de um estudo empírico que investiga um fenómeno contemporâneo no respetivo contexto de realidade (Gil, 1999), com recurso a fontes diversas (Yin, 1981; Tellis, 1997; Schell, 1992), possibilitando a generalização de resultados (Noor, 2008);
- d) se tratar de uma metodologia de investigação utilizada em estudos no campo das ciências sociais (Schell, 1992) “com tendência para ser seletivo, focando um ou dois assuntos fundamentais para compreender o sistema em análise” (Tellis, 1997, p.2);
- e) descrever o fenómeno em estudo propriamente dito (*Ibidem*);
- f) explorar situações em que se desconhece o resultado do fenómeno em análise (*Ibidem*);
- g) se tratar de uma pergunta inicial do tipo «como» sobre a qual o investigador não possui qualquer tipo de controlo (Yin, 2003; Schell, 1992).

Na realidade, o objeto de investigação configura estudar um fenómeno contemporâneo concreto⁶⁰ ou unidade de análise (Anderson, 1993) dentro de um contexto real concreto⁶¹ (Yin, 2003). Neste contexto, e como evidenciado no segundo capítulo do estudo, existe uma noção generalizada de que as instituições museais se encontram numa aparente crise existencial enquanto, paradoxalmente, vão surgindo em cada vez maior número em Portugal, concretamente, ao nível local. Deste modo, parece que o estudo de caso oferece condições para colocar a teoria em confronto com os dados empíricos num quadro metodológico não linear que serve o intuito desta investigação.

Convém mencionar que, no desenvolvimento do estudo de caso, houve o cuidado de assumir uma conduta metódica e regrada na recolha e tratamento dos dados obtidos para assegurar a validade e fiabilidade do estudo (Neale, Thapa & Boyce, 2006, p.4). Em simultâneo, tentou-se evitar a apresentação dos resultados em demasiado detalhe de modo a oferecer um leque equilibrado de informações, por um lado, o mais variado e rico possível e, por outro lado, de forma menos monótona (*Ibidem*).

Ainda na clarificação da lógica metodológica envolvida nesta investigação, recorreremos às três dimensões de pesquisa defendidas por Rodrigues (2007)⁶² que incluem: a *modalidade*, os *objetivos* e o *tipo de pesquisa* (*Idem*, 2007, p.5).

⁶⁰ Isto é, o surgimento acentuado de museus locais – em rede ou não – observando-se a existência de eventuais práticas sociomuseológicas.

⁶¹ Ou seja, a reorganização do tecido social em estruturas de rede.

⁶² Rodrigues (2007) identifica três dimensões de pesquisa e integra as suas múltiplas modalidades em seis tipologias distintas quanto: a) à área da ciência (que engloba a pesquisa teórica, a metodológica, a empírica e a

Argumenta-se que, no que respeita à primeira dimensão, classificada pelo citado autor por “*modalidade*”, o estudo contempla duas componentes. A primeira refere-se à *pesquisa bibliográfica* que “recupera o conhecimento científico acumulado sobre um problema” (*Idem*, p. 7) e a segunda respeita à *pesquisa de campo*, na forma de estudo de caso, uma vez que permite entender e analisar os factos “tal como ocorrem [não permitindo] isolar e controlar as variáveis, mas perceber e estudar as relações estabelecidas” (*Ibidem*)⁶³. Os objetivos delineados para a pesquisa de campo (estudo empírico) permitem classificar-se, no que se refere à sua natureza, enquanto *pesquisa aplicada*, por oposição a *pesquisa pura* (Rodrigues, 2007), no sentido em que perspetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigida à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais.⁶⁴ Esta abordagem reforça a escolha do estudo de caso como modelo desejável para este estudo empírico.

Na segunda dimensão de Rodrigues (2007), que o mesmo classifica por “*objetivos*” ou os métodos que indicam os meios técnicos da investigação mencionados por Gil (1999, p.35), esta investigação assume um carácter *exploratório*, uma vez que propõe “proporcionar maior familiaridade com o problema; um levantamento bibliográfico ou entrevistas e uma pesquisa bibliográfica ou estudo de caso” (Rodrigues, 2007, p.8) e, ao mesmo tempo, um carácter *descritivo* por se tratar, igualmente, de factos que são “observados, registados, analisados, classificados e interpretados sem interferência do pesquisador [usando] técnicas padronizadas de colecta de dados (questionário e observação sistemática)” (*Ibidem*). Exclui-se a pesquisa *explicativa*⁶⁵.

Por fim, a terceira dimensão de Rodrigues (2007) refere-se ao tipo de pesquisa a efetuar, ou seja, a forma de abordagem da mesma. Assim, enquanto a *pesquisa quantitativa* “traduz em números as opiniões e informações para serem classificadas e analisadas,

prática); b) à área da natureza (que supõe um trabalho científico original ou um resumo de assunto); c) aos objetivos pretendidos (prevendo, neste caso, a pesquisa exploratória, a pesquisa descritiva e a pesquisa explicativa); d) aos procedimentos (compreendendo a pesquisa de campo e a pesquisa de fonte de papel); e) ao objeto (envolvendo a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de laboratório e a pesquisa de campo) e, por fim, f) à forma de abordagem (englobando a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa). (Rodrigues, 2007, p.5).

⁶³ Excluiu-se a componente designada por **pesquisa experimental** uma vez que esta perspetiva “criar condições para interferir no aparecimento ou na modificação dos factos, para poder explicar o que ocorre com fenómenos correlacionados” (*Ibidem*).

⁶⁴ Relembre-se que um dos objetivos deste estudo assenta em dar seguimento à implementação de um projeto de rede museológica concreta: Museu do Território de Alcanena, isto é, da elaboração de um conjunto de apreciações que possam servir de quadro sugestivo de considerações de funcionamento orgânico desta rede museológica local.

⁶⁵ Exclui-se esta modalidade uma vez que a mesma pretende “identificar determinantes para a ocorrência dos fenómenos” recorrendo, para o efeito, no caso das ciências naturais ao método experimental e no caso das ciências sociais ao método observacional. (*Ibidem*).

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

utilizando-se técnicas estatísticas” (*Idem*, p. 9) a *pesquisa qualitativa* “é descritiva [e] as informações obtidas não podem ser quantificáveis (...) Os dados obtidos são analisados indutivamente e a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas” (*Ibidem*). Pretendendo empregar um método reflexivo e sobretudo transversal neste estudo, ao invés de optar apenas por um destes métodos, decidiu-se pela aplicação da *triangulação de métodos* apresentado por (Schell, 1992), pelas vantagens que apresenta para a investigação. Recorrendo à triangulação de métodos, torna-se possível aliar as características próprias da pesquisa qualitativa de uma investigação no campo das ciências sociais que envolvem itens inquantificáveis tais como opiniões, práticas ou valores a características de uma pesquisa quantitativa, quantificando os dados obtidos no contexto de uma realidade social em análise na investigação empírica, traduzindo-os estatisticamente conferindo, assim, cientificidade ao estudo permitindo “determinar em termos numéricos, a probabilidade de acerto de determinada conclusão” (Gil, 1999, p.35).

Os resultados quantitativos e qualitativos favorecerão uma visão holística do problema e permitirão corroborar ou refutar (na sua globalidade ou parcialmente) as hipóteses avançadas na problematização do estudo. A conjugação destas duas ordens de resultados permitirá entender a realidade atual da (re)organização das instituições museais locais em rede quanto ao número de redes existentes, mas também quanto à sua constituição orgânica, opções teóricas de operacionalização e sua influência no grau da tendência para desenvolver práticas sociomuseológicas. A análise das questões abertas no questionário aplicado conduziu à percepção do grau de preparação dos museus locais organizados em rede para enfrentar os desafios da sociedade globalizada.

Relativamente aos aspetos formais da tese, recorreremos às normas adotadas pela ULHT para a elaboração de teses de doutoramento e dissertações de mestrado aprovadas pelo Despacho da Reitoria número 101/2009, de 26 de maio que define a apresentação, a organização bibliográfica, a estrutura e formatação, assim como a apresentação e defesa pública dos referidos trabalhos académicos.

No que respeita as citações e referências bibliográficas, neste estudo foi utilizada a norma da *American Psychological Association* (APA), conforme recomendação do mesmo Despacho da Reitoria da ULHT.

b) As fontes e referências do quadro conceptual.

Pelo facto de o presente estudo incidir no campo teórico da sociomuseologia, o trabalho assenta nos pressupostos presentes na definição evolutiva de sociomuseologia de Mário Moutinho (2007a, 2010).

Partiu-se, no primeiro capítulo, para uma análise da noção de «património» recorrendo aos estudos de Mário Chagas (1994); Françoise Choay (1992); Olaia Merillas (2008); Josep Ballart (1997); Llorenç Prats (1997; 2009), Pierre-Laurent Frier (1997) e Luís Aires Barros (2004).

Para a revisão do quadro concetual de património e seu enquadramento legal internacional, foram observadas as definições e normativos de entidades de referência neste âmbito como é o caso do Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Conselho Internacional dos Museus (ICOM), o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e o Conselho Europeu (CE). O quadro legal nacional, na sua diversa legislação passada e presente, foi explorado assim como a própria Constituição da República Portuguesa no que se refere às incumbências, competências e atribuições do estado ao nível da proteção, valorização e salvaguarda do património cultural nacional, com especial enfoque na transferência de competências neste âmbito para a esfera do poder local que assume, gradualmente, maior protagonismo em todo este processo.

A nova museologia e a sociomuseologia, assim como o seu enquadramento teórico no âmbito mais amplo da museologia, foram abordadas com recurso à Carta de Atenas (1931), a Carta de Veneza (1964) bem como aos documentos orientadores do pensamento da nova museologia, concretamente, a Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972), a Declaração de Quebec – Princípios de Base de uma nova museologia (1984), a Declaração de Oaxtepec (1984) e a Declaração de Caracas (1992). A interpretação destes documentos foi trabalhada com recurso aos pensamentos de Mário Moutinho (1989, 1994, 2007a, 2007b, 2008, 2010), Maria Célia Santos (1996), Judite Primo (1995), João Paulo Constância (1993), Otilia Morgado Jorge (1993) e Luís Menezes (1993).

O conceito da nova museologia foi aprofundado através dos trabalhos de Francisca Hernández (1994) na nova aceção de museu dinâmico e centrado na sociedade; Maria Célia Santos (1996) e Mário Moutinho (1989) no entendimento de instituição «museu» enquanto motor de desenvolvimento local; Hugues Varine (1991, 1996) e Luiz Alonso Fernández

(1999) no entendimento dos distintos campos de intervenção da museologia tradicional e da nova museologia; Mário Chagas (1994b) e Waldisa Russio (1990) no seu contributo da estreita relação entre homem/sujeito – objeto/bem cultural – espaço/cenário e os elementos caracterizadores da nova museologia. A própria definição de sociomuseologia de Mário Moutinho (2007a, 2010) serviu, como se disse, de referência para o entendimento do referido campo do conhecimento na museologia.

Quanto à nova abordagem concetual de museu centrado na sociomuseologia, incidiu-se nos trabalhos de Marc Maure (1995) na sua contraposição dos âmbitos de intervenção do museu tradicional e do “novo museu” e nos autores Mário Moutinho (2007a, 2010), Pierre Mayrand (1998), Maria Mota Almeida (1996), Maria Célia Santos (1996), Hugues de Varine (1996) e Maria Cordovil (1993) na visão do novo museu enquanto instituição dinâmica centrada na intervenção social.

Ainda, no contexto da sociomuseologia, aprofunda-se o entendimento de «objeto museológico» e «facto museológico» com recurso aos textos de Rosana Nascimento (1994c), Waldisa Russio (1990), Mário Chagas (1994a) e Georges Rivière (1989). Já o conceito de «olhar museológico» é abordado com Mário Chagas (1994a) e Rosana Nascimento (1994b).

Para trabalhar o conceito de sociomuseologia e património enquanto fatores de desenvolvimento local, utilizaram-se os trabalhos de Maria Célia Santos (1994b), Judite Primo (2001), Conceição Moreira (1996), Mário Chagas (1994b) e José Sousa e Silva (s/data).

No segundo capítulo é feita a ligação entre sociomuseologia e a problemática da contemporaneidade e as respetivas mutações transversais impostas no âmbito das ciências sociais através da conceção dos sociólogos Octávio Ianni (1994) e Immanuel Wallerstein (1987) de que, cada vez mais, se revela necessário rever objetos, métodos e enfoques teóricos num mundo em permanente mudança abrindo vastas possibilidades de investigação em todos os ramos das ciências sociais e humanas. Por outro lado, a teoria do paradigma da tecnologia da informação de Manuel Castells (2007) é fundamental por constituir a base concetual de interligação entre as diversas áreas do conhecimento e as novas teias relacionais formadas entre os vários setores da sociedade. O desenvolvimento destes conceitos é feito, ainda, com referência a Gustavo Cardoso (2006).

O fenómeno da globalização e a problemática que este levanta no contexto da contemporaneidade é abordado, quanto à sua expansão e generalização, recorrendo aos estudos de Boaventura Sousa Santos (2003), Ana Almeida (2008) e Ricardo Darthein (2004).

As influências deste fenómeno no tecido social são trabalhadas com recurso a Marta Anico & Elsa Peralta (2004), Ana Almeida (2008), Judite Primo (2001), Octávio Ianni (1994), Teresa Acero (1999), Iñaki Aguilera (2000), Holgonsi Siqueira (2001), Thatyane Costa (2004), Mike Featherstone (2001), Néstor Canclini (1997), Arjun Appadurai (1994) e Klaus Frey (2003), sendo que a permeabilidade das fronteiras das diversas áreas da sociedade e as noções de pluralidade, multiculturalidade e interdependência são abordadas nos trabalhos de Holgonsi Siqueira (2001), Octávio Ianni (1994), Marisa Rocha (2000), Gottfried Stockinger (1997) e Manuel Castells (2007). A problemática da desigualdade social acentuada pela ação da globalização é, ainda, trabalhada através dos autores Volnei Kohls (1999), Marisa Rocha (2000) e Jorge Wertheim (2000) com especial enfoque para a questão da identidade que é desenvolvida com recurso aos autores Néstor Canclini (1997), Marta Anico (2005), Arjun Appadurai (2004), António Fernandes (s/data) e Judite Primo (2001).

A noção de que se torna necessário adotar novos instrumentos e formas de ação na (re)organização institucional contemporânea é desenvolvida utilizando os trabalhos de Klaus Frey (2003) e Iñaki Aguilera (2000).

O desenvolvimento integrado do território no contexto de interdependência global é trabalhado recorrendo a Marisa Rocha (2000) e José Manuel Henriques (2006).

A necessidade de adaptação dos museus ao novo contexto social/mundial é salientado através dos pensamentos de Georges Rivière (1989), Santacana Mestre & Nayra Molina (2008), Iñaki Aguilera (2000). Neste contexto, a aproximação das instituições museais a novas formas de ação autárquica centradas no paradigma da governação é fundamentada através dos autores Holgonsi Siqueira (2003), Klaus Frey (2003), Jesús López (2008), José Carvalho (2009), Volnei Kohls (1999), António Machado (2008), Iñaki Aguilera (2000) e Archimedes Amazonas & Cármen Lima (2009).

Verificada a necessidade de uma aproximação entre a ação museológica e a ação política no contexto local, o olhar sobre os preceitos do paradigma da governação fornece uma perspetiva da nova realidade da administração pública contemporânea, essencial para o entendimento do papel das autarquias no desenvolvimento de um trabalho social no campo da museologia e dos museus locais por elas tutelados. Daí que tenhamos recorrido a João Bilhim (2004), Klaus Frey (2004), Egeu Laus (2004), Jesús López (2008), Artur Sá da Costa (1993) e Santos Rusillo (2008) para melhor entendimento nesta área.

Decorrente das transformações sucedidas na sociedade, a aparente crise nos museus e possíveis respostas são abordadas através dos autores Georges Rivière (1993), Alf Hatton

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena (1998), Luis Lobo (2003), Nuno Garcia (2003), Kevin Moore (1998), Juan Rico (2002), Peter Lewis (1998), Victoria Dickenson (1998), Andy Harney (1998), Fiona McLean (1998), Victor Middleton (1998) e Santacana Mestre & Nayra Molina (2008).

A consequente tendência de (re)organização institucional em rede é aludida através dos autores Beja Santos (2006), Sérgio Lira (2008), António Nabais (2009), Ana Paula Assunção (2009), Santacana Mestre & Nayra Molina (2008) e Per-Uno Ågren (2002).

Para um melhor entendimento da noção de «rede», inicia-se por apresentar a noção de Manuel Castells (2007) a este respeito, reforçada com os pensamentos de Gustavo Cardoso (2006), Luis Lobo (2003), Danielle Migueletto (2001) e Anthony Giddens (2000). Verificada a necessidade de estudar as origens da rede enquanto sistema organizativo, foi analisada a teoria das organizações através de Michel Vogo (s/data), César Tureta, et al. (2006) e Santos Rusillo, et al. (2008) e a teoria dos sistemas com recurso a Renato Lieber (s/data), Paulo Motta (1999); Gottfried Stockinger (1997), César Tureta, et al. (2006) e, ainda, a noção de sistema aberto desenvolvido por Paul Baran (1964) que esteve na génese do atual entendimento de rede organizacional.

A aplicação prática da rede no campo da cultura em geral e no campo museologia em particular é abordada e justificada com referência a Luis Lobo (2003), António Nabais (2009), Paulo Fernandes (2008), Olímpio Martins (2008), António Fonseca Ferreira (2005), Santacana Mestre & Nayra Molina (2008), Per-Uno Ågren (2002), Klaus Frey (2003), Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo & Henri Campagnolo (2002), Gustavo Cardoso (2006) e Anthony Giddens (2000).

c) As técnicas e instrumentos de recolha de dados e ferramentas de registo.

Definidos os métodos empregues no estudo, as referências e as fontes, segue-se a justificação do processo de recolha de dados utilizados na investigação na etapa do procedimento científico designado por “observação” (Quivy & Campenhoudt, 2008, pp. 153-207): um processo de obtenção de dados observáveis de modo a testar as hipóteses colocadas.

Para tal, foram particularizadas as seguintes questões essenciais: O que será observado? Qual será a população⁶⁶ a submeter a essa observação? Como será cumprida essa observação?

⁶⁶ Por «população» entende-se “a totalidade de elementos ou «unidades» constitutivas do conjunto considerado (...), podendo este termo designar tanto um conjunto de pessoas como de organizações ou de objectos de

Procurando respostas a estas questões, recorreu-se à entrevista e ao inquérito por questionário enquanto instrumentos de investigação.

Como se referiu anteriormente, a conceção da investigação não obedeceu nem à lógica *hipotético-indutiva* (Eisenhardt, 1989) nem *hipotético-dedutiva* (Meredith, 1998), mas sim a uma abordagem *adbutiva* (Dubois & Gadde, 2002), permitindo que a teoria e o processo de obtenção e observação de dados se desenvolvessem em simultâneo, num percurso concomitante e estreitamente associado. Neste contexto, o desenho das entrevistas e do inquérito foi sendo esboçado ao longo do processo de exploração, ou revisão bibliográfica, enquanto esta foi sendo enriquecida conforme se foram levantando questões para as quais se pretendiam respostas.

Numa primeira instância, e como estratégia prévia à aplicação do questionário aos municípios, recorreu-se à realização de entrevistas⁶⁷.

De acordo com as orientações sugeridas por Noor (2008) as entrevistas foram inicialmente gravadas em suporte áudio (como forma de evitar perda de informação) com o consentimento explícito dos entrevistados, sendo posteriormente transcritas para suporte de papel.

Os entrevistados foram selecionados de modo a obter uma diversidade de opiniões acerca da problemática, abrangendo técnicos museólogos com experiência comprovada na área em análise e académicos ligados também ao campo de estudo em investigação.

Optou-se por realizar entrevistas semiabertas (em oposição a entrevistas fechadas ou dirigidas) por permitirem uma abordagem mais flexível e enriquecedora da informação pretendida. Formulou-se um guião apropriado, sem uma estrutura rígida, mantendo, porém, o assunto em discussão dentro dos parâmetros do tema em apreço.

Apesar da estrutura semiaberta da entrevista, as questões principais selecionadas foram delineadas de modo a obter uma abrangência clara de informação, seguindo-se-lhe um conjunto de questões mais concretas para o aprofundamento da informação pretendida. Deixou-se sempre uma margem para que os entrevistados pudessem desempenhar mais do que uma mera função de respondentes mas, antes, assumir a posição de informantes (Yin, 2003) permitindo que os mesmos pudessem abordar assuntos relacionados com o tema em

qualquer natureza” (*Idem*, p. 159) ou “o conjunto de elementos constituintes de um todo”. (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.160).

⁶⁷ Para aceder à transcrição das entrevistas efetuadas, *vide* Apêndice I.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

análise sem que tivessem partido diretamente do entrevistador. Muita da informação obtida serviu de base para a formulação do questionário no inquérito aplicado.

Embora a investigação tivesse recorrido a diversas fontes de dados, as entrevistas desempenharam uma função importante, na medida em que proporcionaram uma oportunidade para obter dados de personalidades que, de outro modo, não estariam disponíveis para consulta.

Numa segunda instância, recorreu-se ao inquérito por questionário como instrumento de recolha de dados. Por definição, o inquérito pode ser encarado como “uma interrogação particular acerca de uma situação englobando indivíduos, com o objectivo de generalizar” (Ghiglione & Matalon, 2001, pp.7-8), o que se coaduna com o aspeto do estudo de caso defendido por Noor (2008). Numa perspetiva mais abrangente, Dias *et al.* (s/data) sustentam que a modalidade de investigação por inquérito, sendo um método autónomo, inquire uma amostra representativa de uma população tendo por base um problema ou questão, estudando a incidência, a distribuição e as relações entre variáveis, realizando-se em contexto natural e sem manipulação.

Com efeito, o estudo representa um levantamento parcial e incompleto⁶⁸ de uma realidade e dimensão museológica concreta, centralizada no contexto da museologia local e suas eventuais práticas sociomuseológicas.

Apesar de se tratar de uma amostra incompleta, que acarreta naturais limitações, entende-se que tais restrições não colidiram com a prossecução dos objetivos do estudo, para o qual se elegeu como temas axiais a abordar: a) identificar a existência de redes museológicas, patrimoniais e/ou de defesa patrimonial locais; b) entender a respetiva orgânica de funcionamento destas redes; c) analisar a missão central e a visão geral dos objetivos de tais organizações, averiguando a eventual incorporação nestas da teoria e práticas sociomuseológicas; d) perceber a correlação dos núcleos ou polos destas redes, assim como o seu relacionamento com o poder local, ou outro, e vice-versa, entre outros temas secundários entendidos como relevantes.

Entre estas questões secundárias, mas não menos pertinentes, encontram-se as seguintes preocupações: a) Será que os responsáveis autárquicos apresentam a mesma preocupação de acompanhar a “tendência” de reorganização das suas estruturas museológicas

⁶⁸ Não se poderá considerar que os dados apresentados neste estudo refletem a realidade absoluta nacional, uma vez que nem todas as autarquias responderam aos questionários, embora a amostra de municípios respondentes seja suficientemente ampla para permitir obter um conjunto de conclusões pertinentes.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

em rede? Se sim, que práticas e preocupações da sociomuseologia estão na base, ou presentes, nestas redes locais e estão subjacentes à sua visão e missão? b) Será que a missão e a visão destas redes são trabalhar uma coleção; trabalhar com as populações locais; trabalhar com as memórias locais; trabalhar com os anseios e as preocupações comunitárias, com base nas suas memórias e identidades coletivas; entre outras? Parecem-nos questões muito elementares mas, na realidade, existe a necessidade de lhes obter as respetivas respostas para um melhor entendimento da realidade museológica no contexto da sociomuseologia em instituições conetadas em rede.

O modo como estas diversas dimensões se entrelaçam numa teia de relações, de procedimentos e de preocupações são objeto de discussão.

Foi, assim, realizado um levantamento de dados recorrendo, para tal, à aplicação de um inquérito por questionário⁶⁹, em suporte de papel, distribuído via correio convencional ao universo dos 308 municípios de Portugal continental e dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, em junho de 2008. O período de aplicação deste inquérito prolongou-se até dezembro de 2009⁷⁰. Para este propósito, recorreu-se à base de dados da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

Para estruturar os componentes que compuseram o instrumento de observação e recolha de dados, assentou-se na forma de observação indireta⁷¹, levando-nos a recorrer,

⁶⁹ Optou-se pela aplicação de um questionário uma vez que este “é um instrumento para recolha de dados constituído por um conjunto mais ou menos amplo de perguntas e questões que se considerem relevantes de acordo com as características e dimensão do que se deseja observar”. (Hoz, 1985, p, 58). Sendo o objetivo deste estudo, averiguar a situação generalizada de um assunto concreto, considerou-se este o meio mais adequado para atingir tal objetivo. Conforme Campos et. al. (1994), este meio de recolha de dados, tal como outros meios alternativos, manifestam um conjunto de vantagens e desvantagens na sua aplicação. Estamos conscientes destes riscos.

Se, por um lado, se verifica que o processo de elaboração e testagem do documento final é moroso; nem sempre existe uma facilidade de interpretação das respostas (concretamente as de tipo abertas); não é perceptível o grau de sinceridade contida nas respostas (poderão os respondentes formular respostas que pensem ir ao encontro das expectativas do investigador), entre outras. Por outro lado, este instrumento de recolha de informação serve de meio de diagnóstico (realidades concretas, dados específicos e quantificáveis para análise estatística, *inter alia*); possibilita uma recolha de informação célere e elevada num período de tempo limitado e, por fim, poderá auxiliar os intervenientes (através dos indicadores finais) na reflexão da sua própria realidade no contexto global do objeto de estudo. Assim, considerou-se que, apesar das desvantagens apontadas, o emprego deste instrumento de investigação serviria, de modo satisfatório, os propósitos desta investigação.

⁷⁰ A evidente dilatação no tempo ficou a dever-se, essencialmente, à dificuldade verificada em obter respostas, de modo atempado, dos municípios aos inquéritos.

⁷¹ Foi entendido que, para o propósito deste estudo, a forma de observação indireta seria, indiscutivelmente, a forma mais eficaz de recolher informação uma vez que a forma de observação direta se revelaria impraticável neste contexto. Estamos conscientes, no entanto, de que se trata de uma forma mais subjetiva de recolha de informação.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

necessariamente, ao inquirido por questionário especificamente elaborado para o efeito como instrumento de observação e recolha dos dados (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Procurou-se criar um questionário semiaberto⁷², de modo a obter um conjunto de dados os mais latos possíveis, com o propósito de melhor compreender a perspetiva dos responsáveis⁷³ em relação à organização de museus locais em rede e obter o máximo de indicadores referentes às práticas sociomuseológicas ao nível local solicitando, para o efeito, a melhor compreensão e respetiva colaboração do inquirido⁷⁴.

Conforme Campos, *et. al.* (1993), a conceção e aplicação do questionário resume-se às seguintes etapas: a) definição dos objetivos⁷⁵; b) definição das questões centrais a trabalhar⁷⁶; c) identificação/definição do universo-alvo, em análise⁷⁷; d) formulação das

⁷² A explicitar mais adiante.

⁷³ Os responsáveis pelo preenchimento do questionário foram algo heterogéneos, de acordo com os diversos despachos emitidos pelos presidentes de câmara ao ofício enviado. Por este motivo, os responsáveis pelo preenchimento do questionário vão deste autarcas, com responsabilidades nos pelouros da cultura e/ou museus a chefes de departamento, a técnicos superiores ou outros responsáveis pelos serviços. Apesar de se revelar essencial assegurar a representatividade da amostra procurando acautelar que os respondentes detenham as mesmas características (Fink & Kosecoff, 1985; Ghiglione & Matalon, 1991) (isto é: serem todos diretores de museus, serem todos autarcas, serem todos técnicos superiores responsáveis pelos serviços culturais dos municípios, *inter alia*) tal fator não foi possível acautelar por força das organizações administrativas internas de cada município. Todavia, parece-nos que o resultado final não será comprometido uma vez que todos os respondentes demonstraram domínio da matéria em questão. Deste modo, a heterogeneidade dos respondentes poderá considerar-se uma questão menor.

⁷⁴ Conforme defende Tuckman (2000), ao administrar um questionário, é essencial que o inquirido: a) seja informado do objetivo da investigação; b) tenha a garantia da confidencialidade da sua identificação; c) seja informado de que o investigador se encontra legitimado para realizar tal estudo; d) tenha a possibilidade de ser esclarecimento de qualquer dúvida que possa ser suscitada; e) tenha consciência de que a informação prestada terá um tratamento estritamente confidencial; f) seja convidado a cooperar com a investigação através do preenchimento o mais fidedigno e responsabilmente possível e g) tenha acesso a orientações especiais no preenchimento do questionário, se esse for o caso. (Tuckman, 2000, p.343)

Deste modo, ao elaborar o questionário aplicado na presente investigação, na sua página inicial, para além de identificar o investigador e o âmbito do estudo que se encontra a elaborar, explicitaram-se os propósitos da investigação, referindo que seria mantida a confidencialidade do inquirido e realçando a importância da sua colaboração para o sucesso do estudo. Foi mencionado o âmbito da investigação e respetivos objetivos e foram dadas instruções quanto ao seu preenchimento. Por fim, solicitou-se autorização, por escrito, ao inquirido para o uso da informação obtida no preenchimento das perguntas formuladas no documento para os fins a que se propôs (refira-se que todos os respondentes deram a respetiva autorização de utilização dos dados para a presente investigação.)

⁷⁵ Procurou-se definir claramente os objetivos de acordo com o nosso objeto concreto de estudo (Oppenheim, 1992; Ghiglione & Matalon, 1991; Fink & Kosecoff, 1985).

⁷⁶ De certo modo, o conjunto de informação que se pretende obter na aplicação de um questionário relaciona-se diretamente com as expectativas criadas na elaboração do questionário. Assim, as questões foram formuladas de forma a confirmar ou infirmar as hipóteses inicialmente propostas. Consideramos que a clareza das questões, acerca das quais se pretende obter informação, é essencial.

⁷⁷ Não sendo possível aplicar o questionário a todas as tipologias de museus locais (associativos, de Juntas de Freguesia, de instituições particulares, da Igreja, etc.) optou-se por restringir o questionário ao universo de estudo: aos municípios, de forma a obter-se uma amostra homogénea da problemática das redes museológicas locais. O facto de os elementos da amostra se constituir apenas por municípios, dar-nos-á alguma segurança quanto à representatividade do estudo. Ao mesmo tempo, o enfoque central do estudo prende-se com a problemática das redes locais onde os municípios detêm um papel preponderante. Não obstante, o estudo

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

questões⁷⁸; e) elaboração das instruções de aplicação⁷⁹; f) testagem das questões⁸⁰; g) redação definitiva das questões⁸¹; h) aplicação do questionário e i) análise dos resultados obtidos.

Deste modo, tendo presente os objetivos do estudo assim como os princípios orientadores da formulação de questionários preconizados por Fink & Kosecoff (1985), Ghigliione & Matalon (1991) e Oppenheim (1992), o questionário⁸² compôs-se de um total de dezoito perguntas⁸³, das quais treze foram de resposta aberta, de forma a incidir nos seguintes temas:

permitiu identificar um conjunto de informações suplementares como é o caso de outras tipologias de redes museológicas locais: Rede de Museus da Diocese de Braga, por exemplo.

⁷⁸ Foi decidido aplicar um conjunto misto de questões no questionário: questões abertas e fechadas uma vez que se pretendia obter uma mostra o mais ampla possível.

No primeiro caso (mais ligado a dados e conclusões qualitativos) é dada a possibilidade ao respondente de expressar os seus pensamentos e opiniões de forma livre e no segundo caso (mais correspondente a dados e conclusões quantitativas) é apresentado ao respondente um conjunto de questões específicas e de resposta sintética e direcionada (Oppenheim, 1992; Fink & Kosecoff, 1985). Esta abordagem metodológica da mencionada triangulação de métodos (Schell, 1992), aliando uma abordagem qualitativa a uma abordagem quantitativa permite, como foi defendido, retirar vantagens que as duas possibilidades oferecem. As questões abertas dão-nos a possibilidade de formular uma conclusão em relação a questões sobre as quais existem dúvidas ou incertezas quanto ao assunto em análise. Esta tipologia de questões apresenta, todavia, dificuldades no tratamento da informação obtida por se tratar de dados dificilmente quantificáveis. As questões fechadas, pelo contrário, são facilmente quantificáveis, de simples preenchimento e codificação e permitem uma comparação fácil entre as respostas do conjunto (Campos et. al, 1994).

Houve o cuidado de empregar uma linguagem acessível e clara de modo a evitar dúvidas de interpretação e compreensão por parte do responsável pelo preenchimento do questionário. Também, conforme ressalta Ghigliione & Matalon (2001, p. 139), houve a preocupação de: controlar a estrutura lógica da questão; evitar a inclusão de mais que uma ideia na mesma questão; evitar expressões que contenham elementos de afetividade, juízo de valor e conotações várias que pudessem subverter o sentido a questão e condicionar a resposta e, por fim, certificar-se previamente de que o conjunto das propostas de resposta por escolha múltipla abrangesse, efetivamente, todas as possibilidades de resposta.

⁷⁹ A folha de rosto do questionário conteve um conjunto de informações, como defendem Fink & Kosecoff (1985), desde os objetivos da investigação, a identificação do investigador, a identificação do respondente e instruções referentes ao modo de preenchimento do questionário, explicitando o motivo e o âmbito sua aplicação.

⁸⁰ A testagem e revisão do documento, prévio à sua distribuição, processo a que Bell (2004, p.129) refere de “exercício piloto”, é um processo fundamental pois permite avaliar a sua funcionalidade: identificar itens de construção deficitária; sinalizar termos menos perceptíveis para pessoas de formação académica menor; verificar se o questionário se apresenta demasiado extenso (Campos et. al., 1994) e, ainda, construir uma análise criteriosa das questões para detetar incongruências de lógica e de raciocínio (Bell, *Ibidem*).

Previamente à testagem do documento, o mesmo foi submetido à apreciação da Professora Doutora Judite Primo (então orientadora desta tese). Tendo sido analisado e discutido, foi-lhe introduzido *a posteriori* algumas alterações e melhoramentos tidos por convenientes. Por fim, foi apresentado a um conjunto de profissionais (apesar de reduzido) ligados à área da museologia e a políticos locais a fim de opinarem acerca da sua forma e conteúdo. Solicitou-se, como sugere Bell (2004, p.129), que estes colaboradores avaliassem o tempo despendido para o preenchimento do questionário; confirmassem a clareza das instruções e das questões colocadas (e, havendo pouca clareza ou ambiguidade, sugerissem reformulações); identificassem a omissão de algum tópico importante para o estudo e facultassem qualquer outra sugestão tida por conveniente. Obtidas as apreciações favoráveis, procedeu-se à sua redação final.

⁸¹ A redação final alicerçou-se tanto nos pareceres dos colaboradores que auxiliaram na testagem como no parecer e orientação da Professora Doutora Judite Primo.

⁸² Para consultar o questionário aplicado aos municípios portugueses neste estudo, *vide* Apêndice II.

⁸³ No que se refere ao número de questões colocadas, os referidos autores são unânimes ao considerar que não existe um número ideal. Todavia, tratando-se de questionários aplicados a serviços onde, normalmente, existe

- Existência, ou não, de redes de defesa patrimonial / cultural / museológicas locais e respetivos períodos de implementação;
- Caracterização sumária da missão definida para a(s) estrutura(s) / núcleo(s) / polo(s);
- Periodicidade de funcionamento;
- Envolvimento das comunidades / associações / organizações locais na gestão, planeamento e funcionamento destes espaços;
- Grau e tipo de relacionamento entre os museus / núcleos / polos da rede e/ou estrutura de funcionamento das redes e com as respetivas tutelas;
- Perspetiva alargada da problemática da instituição museal na atualidade com a problemática da sociedade globalizada;
- Tipo de afluência e de públicos que visitam o(s) museu(s) / rede;
- Preocupações tidas no âmbito dos serviços educativos e a sua relação com as comunidades locais;
- Preocupações tidas na comunicação com os públicos, incluindo as comunidades locais;
- Meios e formas de divulgação para promoção dos espaços museológicos / rede.

À medida que os inquéritos foram sendo devolvidos, foi-se verificando uma taxa inicial de resposta relativamente baixa⁸⁴ o que nos levou a efetuar um total de três

alguma falta de disponibilidade temporal para cooperar com este tipo de estudos e tendo presente que, para qualquer pessoa, a resposta a um questionário demasiado extenso e complexo poderá gerar cansaço, desmotivação e, em última instância, negligência no seu preenchimento (Campos, et. al., 1994), optou-se por restringir o questionário a dezoito perguntas criteriosamente selecionadas. A última (décima oitava questão) foi deixada totalmente em aberto para que o responsável pelo preenchimento pudesse, aí, encontrar um espaço para completar alguma informação ou ideia que, relacionada com o tema em análise, pudesse não ter tido cabimento em nenhuma outra questão anterior.

⁸⁴ Aliás, esta constitui uma das diversas ameaças à validade de um inquérito segundo Hoz (1985, p.59). De acordo com este autor, a taxa de recolha dos questionários muitas vezes fica aquém dos cinquenta por cento, o que afetará, inevitavelmente, a representatividade dos resultados finais. Não obstante, não foi este o caso do presente estudo. Segundo o mesmo autor, existem outras ameaças à validade dos resultados finais de um questionário que se prendem com diversos fatores, entre eles o desconhecimento do tema objeto de questionamento; a ocultação deliberada de informação; a desadequada interpretação e resposta às perguntas formuladas; a incapacidade dos respondentes responder de forma adequada às questões formuladas devido ao seu nível cultural, por vezes mais baixo ou a sua inexperiência na matéria para além da já mencionada dificuldade de recolha dos documentos. (*Ibidem*) No presente caso, e pela qualidade das respostas obtidas, não nos pareceu que terá ocorrido nenhuma destas dificuldades.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

insistências⁸⁵, numa tentativa de obter uma mostra a mais significativa possível. Como resultado, foram obtidas um total de 224 respostas, todas consideradas válidas.⁸⁶

O segundo momento desta investigação caracterizou-se pelo tratamento dos dados que deram lugar a indicadores que seriam, por sua vez, objeto de análise. Este procedimento incluiu três fases distintas: a) cada questionário recebido deu lugar ao respetivo registo na ficha criada para o efeito⁸⁷; b) as respostas obtidas foram introduzidas em grelhas próprias para cada questão, em suporte informático⁸⁸; c) os dados disponíveis foram validados e tratados com vista à construção de indicadores.

A caracterização da amostra foi realizada em consonância com a respetiva distribuição geográfica assumida pela divisão do território nacional segundo a subdivisão da Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS) II⁸⁹.

Como forma de cruzar informações obtidas e complementar eventuais falhas ocorridas no processo de aplicação do inquérito, foi realizada uma pesquisa paralela, através da Internet, aos sítios oficiais das autarquias. Neste processo, foram identificados diversos documentos – regulamentos municipais, notícias e notas de imprensa – que permitiram reunir um conjunto de informações suplementares e complementares ao inquérito referente à existência de redes museológicas locais e a sua dinâmica funcional.

A informação obtida foi registada, sistematizada e analisada de modo a facultar os meios para enriquecer a qualidade e verosimilhança dos resultados do inquérito.

⁸⁵ As insistências foram espaçadas entre abril de 2009, julho de 2009 e, por fim, dezembro de 2009, esta última, via correio eletrónico, reforçado por alguns contactos telefónicos, a fim de impor alguma celeridade no processo.

⁸⁶ Salienta-se, todavia, a existência de certas limitações do questionário, verificando-se, pontualmente, alguma dificuldade ou falta de motivação em responder a algumas questões de carácter aberto e / ou a falta de preparação ou reflexão para a resposta a outras.

⁸⁷ Para consultar as fichas de registo de resposta ao inquérito, *vide* Apêndice III.

⁸⁸ Para consultar as grelhas de análise criadas para o tratamento de dados, *vide* Apêndice IV.

⁸⁹ A divisão administrativa de primeira ordem em Portugal Continental continua a ser os distritos. Porém, para fins estatísticos, o país encontra-se dividido em *Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins Estatísticos* (NUTS). A NUTS I engloba Portugal Continental, a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira; a NUTS II incorpora as Regiões Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira. Por sua vez, a NUTS III congregam as regiões de Minho-Lima, Cávado, Grande Porto, Alto-Trás-os-Montes, Douro, Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Dão-Lafões, Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Cova da Beira, Beira Interior Sul, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Pinhal Litoral, Oeste, Médio Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Central, Lezíria do Tejo, Grande Lisboa, Península de Setúbal, Alentejo Litoral, Baixo Alentejo e Algarve.

A NUTS II, na qual assenta a nossa análise, é gerida pelas respetivas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) que coincidem com os limites administrativos dos municípios que integram cada sub-região.

Estrutura da tese.

A tese encontra-se estruturada em quatro capítulos, assumindo a forma de estudo de caso. No seu desenrolar, são pesquisadas e testadas informações referentes à problemática das redes museológicas locais e a prática sociomuseológica através de uma investigação empírica, procurando dialogar com o conhecimento acumulado na bibliografia já existente sobre as matérias.

Inicia-se o estudo com um segmento introdutório ao tema da tese onde são estabelecidos os objetivos, colocada a questão de partida e construídas as hipóteses a testar. Na introdução inclui-se a explanação da metodologia utilizada na tese. Nesta explanação, são desenvolvidos, em algum pormenor, os métodos adotados e sua fundamentação, os procedimentos tidos na investigação, os instrumentos de recolha de dados e as dificuldades encontradas no desenrolar deste trabalho.

Os primeiros dois capítulos são dedicados à revisão bibliográfica. Aí é estabelecida a fundamentação e contextualização teórica, ou aquilo que Rodrigues (2007) denomina de “referencial teórico” que, num trabalho de investigação científica, tem como objetivo expor o objeto de estudo a trabalhar e estabelecer um «diálogo» com autores que estudaram a temática em foco, estabelecendo-se laços entre as fontes de pesquisa e o investigador.

Foi através deste processo que se traçou uma “base conceptual organizada e sistematizada do conhecimento disponível e pertinente a ser pesquisado” (*Ibidem*.p.27) permitindo a formulação do problema. Deste modo, construiu-se o alicerce sobre o qual se edificou a compreensão, em múltiplas perspetivas, do fenómeno em estudo. Aí são abordadas as questões de natureza teórica, recolhidas, selecionadas, analisadas e interpretadas contribuições existentes de autores consultados sobre os assuntos em análise.

No Capítulo 1, intitulado «*Da museologia tradicional à sociomuseologia*», é feita uma abordagem, contextualização e apresentação de considerações respeitantes à teoria e práticas da sociomuseologia uma vez que se assume que o assunto central assenta, precisamente, nesta problemática.

Partindo-se das transformações graduais ocorridas no que respeita às noções de património e à necessidade da sua salvaguarda, menciona-se a emergência de um novo pensamento no campo da museologia e como este se prende com a introdução de uma nova

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

abordagem na função da instituição museal: a emergência de uma nova função – a função social. Analisa-se como este novo olhar introduziu novos focos de interesse no âmbito da museologia que levaram a uma nova abordagem concetual de museu: um museu que estaria ao serviço da(s) comunidade(s) e do seu desenvolvimento.

Estabeleceu-se como objetivos deste primeiro capítulo: a) apresentar os conceitos e quadros concetuais de património mencionando a necessidade da sua salvaguarda à luz do seu enquadramento legal nos documentos europeus e na perspetiva do direito e ordenamento jurídico português, enfatizando o papel das autarquias locais; b) analisar, à luz da nova perceção de património, o percurso evolutivo de uma museologia dita tradicional ou clássica para a nova museologia e a sociomuseologia focando o conceito de museologia social e a função social do museu; c) discutir as noções de «olhar museológico» e «facto museológico» na perspetiva sociomuseológica; d) construir uma reflexão sobre a aplicação do ternário matricial de Russo (1990) ao novo contexto do mundo globalizado e e) apreciar as consequências dessa aplicação no contexto da sociedade de informação e da organização em rede,

O Capítulo 2, denominado «*Museus e redes na contemporaneidade: novas perspetivas na era global?*», consiste numa reflexão sobre a problemática das redes aplicadas ao campo da museologia.

Inicia-se por discutir a problemática que envolve a sociedade contemporânea vincadamente marcada pelo fenómeno da globalização no contexto de uma nova economia de mercado capitalista neoliberal (Featherstone, 2006; Castells, 2007). São analisadas as consequências e desafios que esta mesma globalização introduziu na economia, sociedade, política, cultura e nos museus em particular. A reorganização da sociedade em rede deu origem a novas problemáticas, práticas e relações sociais.

A par destes novos desafios e desta nova conjuntura, considera-se que existe uma atual crise nos museus que parecem tender para se agrupar em redes. Para melhor entender este fenómeno, será necessário refletir no que se entende por «rede», fazendo a diferenciação deste modelo de organização com outro denominado por «sistema» (ou na classificação inicial de Paul Baran⁹⁰, das redes *centralizadas*, *descentralizadas* e as *distribuídas*). Foca-se, assim, a sua génese, remetendo para a teoria das organizações e a teoria geral dos sistemas

⁹⁰ Paul Baran foi um dos pioneiros na idealização dos diversos conceitos de redes (em muito inspirado nas preocupações militares próprias da Guerra Fria) e que resultou no embrião da própria Internet. (Vide <http://www.ibiblio.org/pioneers/baran.html>)

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

que originou o novo paradigma social defendido por Castells: o paradigma da tecnologia da informação. Este não evolui para o seu “fechamento como um sistema, mas para a sua abertura como uma rede de acessos múltiplos.” (Castells, 2007, p.94).

Analisadas as especificidades de cada uma destas organizações, é trabalhada a apropriação da noção de «rede» pelas instituições museais e estudadas as consequências e forma da sua aplicação à prática sociomuseológica.

Nestes dois primeiros capítulos, a revisão bibliográfica trabalhou, essencialmente, a preocupação de definir conceitos, estabelecer conexões entre eles e fundamentar a relação marcante que deverá/poderá existir entre as instituições museais locais e a sua organização em rede, na ótica deste estudo. A fundamentação teórica desta investigação teve por base, como se referiu, os pressupostos da sociomuseologia, a teoria das organizações, teoria geral dos sistemas, o paradigma da tecnologia da informação os efeitos da nova conjuntura social mundial, sua influência nas instituições e na sociedade através da tendência da organização em rede.

No Capítulo 3, intitulado «*Estudo de caso: redes museológicas locais e práticas sociomuseológicas*», é apresentado o estudo empírico e feita a análise e tratamento dos resultados obtidos no inquérito, resultante da aplicação do questionário enviado aos municípios nacionais, em suporte de papel. O inquérito teve como objetivo identificar e sinalizar a existência de eventuais redes museológicas locais, analisar as suas estruturas funcionais e organizativas e identificar nelas (eventuais) práticas sociomuseológicas, estabelecendo uma correlação com a pesquisa efetuada na fase exploratória da investigação.

Para tal, explicitou-se os procedimentos e os instrumentos de recolha e tratamento de dados, caracterizou-se a amostra dos municípios respondentes e realizou-se a análise e discussão dos resultados obtidos pela aplicação das grelhas de análise, cruzando a informação com outros estudos, outros dados formulados por terceiros e, ainda, dados complementares recolhidos via Internet numa tentativa de responder às questões colocadas no início da investigação, verificando a viabilidade ou não das hipóteses levantadas.

Foram sinalizadas as redes museológicas existentes⁹¹, identificada a regularidade do funcionamento dos espaços museais e feita a caracterização sumária da missão definida para as estruturas e/ou espaços museais.

⁹¹ Dentro das limitações impostas pelo universo de respostas obtidas no inquérito e pela pesquisa efetuada na Internet.

Partindo da abordagem feita na revisão bibliográfica, foi considerado importante verificar o grau de envolvimento das comunidades locais na gestão, planeamento e funcionamento das redes identificadas, assim como perceber a perspetiva alargada da problemática das instituições museais e suas redes com a problemática da sociedade atual.

Considerou-se fundamental perceber o relacionamento entre os museus/núcleos/polos da rede e as respetivas tutelas, pelo que foi igualmente objeto de análise. Para melhor entender o modo de funcionamento destas estruturas, no que concerne as práticas sociomuseológicas, foram analisadas questões que incluem a visão/ótica tida pelos responsáveis quanto aos públicos que visitam os museus, a programação e as atividades desenvolvidas pelos serviços educativos das redes e/ou espaços museais, a comunicação com os públicos e a divulgação e promoção feita das redes/núcleos/polos.

O Capítulo 4 destina-se a apresentar, sumariamente, o projeto do Museu do Território de Alcanena e, com base nos resultados obtidos no estudo empírico, sugerir em forma de plano estratégico uma tipologia de rede que melhor se adegue aos seus propósitos, de modo a atuar numa base sociomuseológica.

Este plano facultará: um formato operacional do MTA que visa assegurar uma efetiva participação e envolvimento das comunidades locais nos desideratos da estrutura museológica; um modo de assegurar a criação de sinergias sociais e comunitárias locais e, por fim, um conjunto de considerações que sirvam de sugestões práticas para uma operacionalização do MTA assente na sociomuseologia.

As considerações finais apresentadas neste estudo apontarão para a resposta à questão inicial do trabalho confirmando, ou não, as hipóteses colocadas.

CAPÍTULO I - DA MUSEOLOGIA TRADICIONAL À SOCIOMUSEOLOGIA.

Capítulo I – Da museologia tradicional à sociomuseologia.

Neste primeiro capítulo serão abordadas, contextualizadas e apresentadas considerações acerca da teoria sociomuseológica desde a sua génese à *praxis*.

A instituição museal e a própria noção de património sofreram nas últimas décadas uma transformação de fundo. Pode até dizer-se que o alargamento da noção simples de património andou a par da consolidação da sociomuseologia enquanto área de intervenção da museologia (Moutinho, 2007a, 2010) e conduziu à redefinição de «objeto museológico» (Moutinho, 2010; Nascimento, 1994c) e à concetualização do «facto museológico» (Russio, 1990; Nascimento, 1994c; Chagas, 1994c).

Verifica-se que «património» é uma noção relativa, variando de acordo com os diferentes tempos históricos e sociais e nos diferentes grupos sociais que atribuem a determinados bens uma “carga valorativa” (Chagas, 1994, p.40), permeável às flutuações da moda e aos critérios de uma época. Aquilo que se poderá considerar como património dependerá do que uma determinada comunidade ou grupo de pessoas, numa determinada época, considera digno de ser legado às gerações futuras.

Assim, partindo das transformações graduais ocorridas quanto às noções de património e à conseqüente perceção da necessidade da sua salvaguarda, menciona-se a emergência de um novo pensamento no campo da museologia e como este se prende com a introdução de uma nova abordagem na função da instituição museal: a função social. Esta perspetiva renovadora introduziu novos focos de interesse no âmbito da museologia que levou a uma abordagem concetual de museu diferente: uma instituição ao serviço da(s) comunidade(s) e do seu desenvolvimento onde o poder local tem vindo a intervir com cada vez mais predominância.

1.1. Noções de património e a sua salvaguarda.

1.1.1. Noções de património.

A noção de património tem vindo a sofrer uma transformação de fundo, repercutindo-se na própria instituição museal contemporânea. Tentar concetualizar o entendimento de património conduz-nos ao entendimento deste enquanto uma noção relativa, que varia com os diferentes tempos históricos e sociais e nos diferentes grupos sociais que atribuem esse valor, permeável às flutuações da moda e aos critérios de uma época. Mário Chagas entende o património como “um conjunto de bens culturais sobre o qual incide uma determinada carga valorativa” (Chagas, 1994, p.40) e aquilo que se poderá considerar como património dependerá do que uma determinada comunidade ou grupo de pessoas, numa determinada época, considera digno de ser legado às gerações futuras.

A noção de património, derivado do termo latino «*patrimoniu*», surge, ainda, associado ao conceito de herança paterna, bens de família e propriedade, reportando-se a uma herança, um legado recebido dos antepassados e que deveria ser transmitido aos descendentes (Chagas, 1994)⁹².

Quando, há cerca de dois séculos, primeiro surgiu a noção de património aliado aos museus, a sua perceção era bastante restrita. O património era então entendido como vestígios da civilização material do ser humano, os “restos da antiguidade” (Choay, 1992, p.12). Esta perspetiva assumia-se como uma noção egocêntrica, dir-se-ia antropocêntrica, e materialista sobre o qual os museus, durante muitos anos, desenvolveram toda a base da sua atividade.

Mas entender o património deste modo torna-se, hoje, insuficiente não podendo ser visto apenas como meros «vestígios». Deverá ser algo mais. E até à atualidade, a noção tem vindo a sofrer uma transformação considerável de múltiplas interpretações (Merillas, 2008).

O património poderá ser também, para além de outros aspetos, o legado que uma dada população pretende deixar para as gerações futuras, produto de uma seleção consciente (ou não) e que é herdado coletivamente. Nele deverá estar sempre subjacente um sentimento de posse por parte das gerações vindouras pois a noção de património surge “quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos identifica como seus um objecto ou um conjunto de

⁹² De resto, como definido pelo Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora. Este dicionário também identifica «património» como “herança paterna; bens que se herdaram dos pais ou avós; bens de família” mas ainda como “zonas, edificios e outros bens naturais ou materiais de determinado país que são protegidos e valorizados pela sua importância cultural”. (Infopédia – Enciclopédia e Dicionários Porto Editora, 2011).

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena
objectos”. (Ballart, 1997, p.17) Esta parece ser uma definição bastante direta e simples da
noção de «património».

Todos os objetos produzidos pela humanidade surgem num contexto espacial e temporal próprios que, esgotada a sua funcionalidade e significado, podem (ou não) ser transmitidos para as gerações futuras, fruto de um processo de seleção (natural e ocasional ou ponderado e intencional). Quando sobrevivem para as novas gerações, e se a eles estiver aliado o referido sentimento de pertença, verifica-se estar perante algo de valor sentimental, social, histórico e, por isso, cultural, detentor de um cariz identitário (Merillas, 2008).

Assim, nesta perspetiva, os seres humanos atribuem ao legado do passado e aos bens patrimoniais um valor de apreço individual ou social (coletivo) num dado contexto histórico e segundo as referências sociais da época. E neste sentido, o património pode ser entendido como “uma construção social” (Prats, 1997, p.19; 2009, p.81) onde a ênfase não recai nos bens culturais, mas sim nas “relações de pertença, propriedade e identidade que se geram entre determinados bens e pessoas” (Merillas, 2008, p. 79).

Por isso, deduz-se que aquilo que pode ser considerado património dependerá do que uma determinada comunidade ou grupo de pessoas, numa determinada época, considera digno de ser legado às gerações futuras.

À luz do exposto, e seguindo esta lógica, verifica-se que ao longo dos tempos e através das civilizações, tem havido diferentes atitudes e perspetivas sobre o património e o próprio entendimento de «património»⁹³ tendo sido muitas as definições para património cultural: umas mais amplas que outras, umas mais completas que outras. Tome-se como exemplo a definição proposta por Pierre-Laurent Frier que encara o património como um:

“... conjunto de marcas ou vestígios da actividade humana que uma dada comunidade considera essenciais para a sua identidade e memória colectivas, a preservar e transmitir às gerações vindouras”. (Frier, 1997, p.23)

Considera-se esta uma definição bastante abrangente, faltando-lhe, contudo, alguns aspetos pertinentes para uma definição mais completa que possa integrar outras noções que hoje são aplicadas ao património.

O Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT) define o património cultural como:

⁹³ Muito sucintamente poderá dividir-se o património em duas grandes categorias: o património tangível e o intangível considerando-se que, no primeiro caso, incidirão todas as ordens de património físico e material incluindo o natural, industrial ou artístico criado no presente *inter alia* e, no segundo caso, o património imaterial que incide no «saber» e o «saber-fazer».

“... os bens que, por motivos religiosos ou profanos possuem importante valor arqueológico, pré-histórico, literário, artístico ou científico e que integram uma das categorias enumeradas em anexo à presente Convenção.” (Convenção UNIDROIT, 1995, art.º 2º)

Porém, esta definição é aparentemente bastante rígida, inflexível e circunscrita quanto à abrangência daquilo que se poderá considerar como património cultural, havendo inclusive uma listagem que, à partida, delimitará os bens passíveis de se considerar como tal. Nem tão pouco abrange determinadas noções que são, já hoje, consagradas e indiscutíveis no panorama da noção geral de património, nomeadamente o património intangível.

Não obstante, a definição da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO, em 2003, oferece, oito anos depois, uma visão bastante mais ampla desta noção admitindo a existência de património cultural imaterial considerando-o:

“(...) práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interacção com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.” (Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003, Art.º 2º, n.º 1)

Corroborando, ainda, esta ideia, Luís Aires Barros refere que:

“O património cultural inclui não só a herança cultural de cada povo que se manifesta pelas expressões «mortas» como os locais arqueológicos, os monumentos arquitectónicos relevantes pelos estilos que mostram ou pelos eventos passados que evocam, enfim objectos artísticos e também de valor histórico hoje em desuso, mas também pelos bens culturais actuais, tangíveis e intangíveis, novas formas de artesanato englobando a assimilação local de novas tecnologias, as línguas e a sua evolução viva, os conhecimentos e vivências actuais.” (Barros, 2004, p.12).

Assim, a partir desta noção de património cultural, pode entender-se que todos os bens (a nível histórico, natural, arqueológico, arquitectónico e linguístico), sejam herdados ou criados, são testemunhas civilizacionais e, por isso, são portadores de interesse cultural. O património cultural é o espelho de valores de memória, de autenticidade e singularidade, integrando neste contexto os bens intangíveis que representam partes da identidade e memória de uma comunidade⁹⁴. Em suma, inclui-se no património cultural todos os bens tangíveis ou

⁹⁴ Vide Decreto-Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, art.º 2º, alíneas 3, 4.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

intangíveis, dotados de valor próprio, relevantes para o testemunho da identidade, cultura e história de cada comunidade.

Ao apreciar a transformação da noção de património cultural através destes excertos, verifica-se que o primeiro documento apresenta uma noção bastante **vaga**, o segundo (do UNIDROIT), uma noção mais restritiva, o terceiro (Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO), uma noção bastante mais abrangente, sendo que a quarta, finalmente, considera não só os bens herdados, mas ainda os que atualmente são criados e que podem pertencer a uma determinada comunidade como pertença sua. Estes dois últimos excertos apresentam, deste modo, uma noção de intemporalidade do património cultural.

Porém, em 1985, a perspetiva nacional quanto ao património cultural tinha dado, já por esta altura, um passo bastante significativo ao abrir as possibilidades quanto aos bens que pudessem integrar a noção de património cultural definindo-os como:

“(…) todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.” (Lei do Património Cultural, Lei n.º 13/85 de 6 de julho, Artigo 1º)⁹⁵

Esta primeira Lei do Património Cultural, Lei N.º 13/85 de 6 de julho (hoje revogada), oferece uma definição ampla, mas, sendo substituída pela Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro é introduzida a perspetiva de especial proteção e valorização:

“Integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.” (Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, Lei n.º 10/2001, de 8 de setembro, n.º 1 do art.º 2º)

Ainda, para além do património com valor, é assumido nesta Lei que a Língua Portuguesa é parte integrante do património cultural⁹⁶.

⁹⁵ Revogada.

⁹⁶ A língua portuguesa “(…) enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português.” (*Ibidem*). Diríamos mais, é um elemento intrínseco do património cultural português e que muitas vezes os portugueses desvalorizam quotidianamente utilizando, por exemplo, estrangeirismos para expressar as suas ideias. Até os próprios governantes do país na Assembleia da República utilizam os estrangeirismos em alternativa das expressões equivalentes em língua portuguesa. Tal atitude apenas contribui, em nosso entender, para o desprestígio do país, um mau exemplo para os portugueses e, no limite, um verdadeiro atentado contra um dos maiores valores patrimoniais culturais de Portugal: a Língua Portuguesa.

A língua portuguesa, como elemento do património cultural, é ainda relevante no âmbito de outras ações do estado tais como a manutenção de laços de amizade e cooperação com os Países de Língua Oficial Portuguesa (Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, Lei n.º 107/2001 de 8

Neste documento, surge ainda a inclusão do património imaterial considerado como uma parte integrante do *património*, pois são parcelas estruturantes da identidade e memória coletiva dos portugueses:

“Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas (...) Constituem, ainda, património cultural português quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o estado português, pelo menos para os efeitos nelas previstos.” (Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, n.º 4 e 5 do Art.º 2º)

O Artigo 91º da mesma Lei refere que:

“(…) integram o património cultural as realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória colectivas. Especial protecção devem merecer as expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção, de fabrico e os modos de preparar os alimentos.” (*Idem*, Artigo 91º, n.º 1 e 2)

Pelo exposto, conclui-se que não há *um* conceito legal de património cultural, mas sim *múltiplos conceitos* (Merillas, 2008).

O património é intemporal e por isso não lhe deve ser aplicado um conceito acabado, devendo optar-se por entender que dado aspeto «integra o património cultural» por oposição à afirmação perentória de que determinado aspeto «é património cultural». Esta última visão proporciona uma definição fechada e taxativa.

Deste modo, pode considerar-se que integra o património cultural tudo o que pode ser testemunho de valor cultural ou valor civilizacional e que o próprio património contribui para a construção da memória coletiva e identidade de uma sociedade e/ou comunidade.

Mas, tendo herdado este património⁹⁷ ao qual é atribuído um valor cultural, questiona-se: que procedimento ter com ele? Obviamente existe o dever de salvaguarda do mesmo. Deve-se, para isso, objetivar o tratamento deste património em três planos distintos de abordagem: em *primeiro* lugar, a **salvaguarda**⁹⁸ do património para em *segundo* lugar o

de setembro, n.º 4 do Artigo 7º); reconhecimento de certos direitos, não reconhecidos a estrangeiros aos cidadãos dos estados de Língua Portuguesa, *inter alia*.

⁹⁷ Seja pela sua passagem de uma a outra geração, seja através da herança de património fruto da criação e produção artística no presente.

⁹⁸ No campo da **salvaguarda** do património, destacam-se as ações de identificação, inventariação, valorização, classificação, conservação e reabilitação, reutilização e destruição.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

estudar e investigar⁹⁹ e para, em *terceiro* lugar, fazer a sua **divulgação**. Deste modo, surgiu documentação legal visando especificamente este propósito pois é ao estado¹⁰⁰ que cabe a tarefa de produzir legislação e definir linhas orientadoras para a proteção e salvaguarda do património¹⁰¹.

1.1.2. Os quadros concetuais de património e seu enquadramento legal europeu.

Importa, pois, analisar comparativamente os diversos conceitos legais de património cultural, bem como uma retrospectiva das ações de enquadramento legal do património abordando o respetivo conceito legal na perspetiva do direito e ordenamento jurídico português respeitante à ação de salvaguarda e proteção patrimonial. Será dado, igualmente, enfoque às normas de direito cultural em Portugal originárias na União Europeia ou outras proveniências¹⁰².

⁹⁹ O campo de **estudo e investigação** é o plano que transforma os chamados *vestígios patrimoniais* em *matéria de conhecimento*. Trata-se de explicar, interpretar e conhecer uma determinada realidade histórica através do estudo objetivo dos vestígios físicos e materiais. Nesta matéria, o trabalho de campo permite haver um maior contacto com a realidade e maior riqueza de dados, assim como compensar a ausência de informação documental sobre o património em causa recorrendo, por exemplo, à memória local através de entrevistas, inquéritos, entre outros. Permite, ainda, uma análise mais global dos aspetos geográficos, ecológicos e sociais.

¹⁰⁰ Entidade com competência na área de definição do conceito de património, identificação desse mesmo património e criação de planos legais para a sua salvaguarda.

¹⁰¹ Para tal finalidade, poderá contar com orientações e recomendações de outras instituições nacionais e internacionais que, para o efeito, fornecem tais linhas de orientação estratégica e conceptual, como adiante se desenvolverá.

¹⁰² Para se situar no contexto da legislação, deve referir-se que os diplomas que contêm as normas do direito do património cultural são provenientes da Constituição da República Portuguesa, do Direito Internacional, do Direito Comunitário e do Direito Nacional ou Interno.

Relativamente à influência das normas e os princípios de direito internacional no direito nacional, o Artigo 8º da Constituição da República Portuguesa refere que:

1. As normas e os princípios de direito internacional geral ou comum fazem parte integrante do direito português.
2. As normas constantes de convenções internacionais regularmente ratificadas ou aprovadas vigoram na ordem interna após a sua publicação oficial e enquanto vincularem internacionalmente o estado português.
3. As normas emanadas dos órgãos competentes das organizações internacionais de que Portugal seja parte vigoram directamente na ordem interna, desde que tal se encontre estabelecido nos respectivos tratados constitutivos.” (Constituição da República Portuguesa, Lei Constitucional n.º 1/2005, Art.º 8)

No quadro do direito internacional, os documentos que têm produzido efeito no quadro legislativo português são a Concordata com a Santa Sé, Convenções com a UNESCO, Convenção do UNIDROIT e Convenções do Conselho da Europa (CE).

A própria União Europeia, ciente da importância interna desta matéria estipula no Artigo 151º do Tratado da União Europeia (2003) que a comunidade contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-

Ao longo da segunda metade do século XX, a legislação europeia consagrou as definições de «património» através da legislação própria produzida neste período. A Convenção de Haia define, neste âmbito e pela primeira vez, o que deve ser entendido como património cultural assente na preocupação da proteção dos bens culturais em caso de conflito armado:

“Para os fins da presente Convenção, os bens culturais são considerados, independentemente da sua origem ou propriedade:

a) Os bens móveis ou imóveis de grande importância para o património cultural dos povos, tais como monumentos arquitetónicos, artísticos ou históricos, religiosos, sítios arqueológicos, grupos de edifícios de interesse ou valor histórico ou arqueológico, coleções científicas e coleções importantes de livros, arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos;

b) Os edifícios cujo objetivo principal e efetivo é preservar ou expor os bens culturais móveis definidos na alínea a), como museus, grandes bibliotecas e arquivos, e refúgios destinados a abrigar em caso de conflito armado, os bens culturais móveis definidos na alínea a);

a) Centros contendo um número considerável de bens culturais, tal como definido nas alíneas a) e b), conhecidos como «centros monumentais».”
(Convenção de Haia, 1954).¹⁰³

Em 1969, a Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico define que os bens arqueológicos devem ser entendidos como os

“vestígios e os objectos ou quaisquer outros indícios de manifestações humanas que constituem testemunho de épocas e civilizações, cujas principais fontes de informação científica são asseguradas por escavações ou por descobertas.” (Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, 1969: Artigo 1º).¹⁰⁴

A Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural, em 1972, define separadamente o que se deve entender como património cultural fazendo menção aos monumentos, os conjuntos e ainda os locais de interesse, elegendo a história, a arte, ciência, valores estéticos, etnológicos ou antropológicos como as temáticas centrais do património.

A Carta Europeia do Património Arquitetónico, em outubro de 1975, definiu que

“O património arquitectónico europeu é formado não apenas pelos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem

membros, respeitando a diversidade nacional e regional, e pondo em evidência o património cultural comum, apoiando ainda a conservação e salvaguarda do património cultural de importância europeia.

Assim, manteve em vigor os seguintes documentos produzidos no âmbito da Comunidade Económica Europeia: Regulamento (CEE) N.º 3911/92, do Conselho, de 9 de dezembro relativo à exportação de bens culturais; Diretiva 92/7/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de junho, sobre restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um Estado-membro a Resolução do Conselho de 12 de fevereiro de 2001, relativa à qualidade arquitetónica no meio urbano e rural.

¹⁰³ Tradução livre.

¹⁰⁴ Portugal aderiu a esta convenção em 1982.

as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído.” (Carta Europeia do Património Arquitectónico, 1975)

O património é algo mais vasto que o monumento e a sua preservação vai mais além do que a simples necessidade de preservar o edifício físico. Esta ideia aponta para que toda a envolvente de um monumento é uma parcela importante do valor dos monumentos e, por isso, necessário de ser preservada.

A Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, em Granada a 3 de outubro de 1985, apresenta novamente uma definição para o património cultural no âmbito dos monumentos, os conjuntos arquitectónicos e os sítios. Neste documento, a par do interesse artístico, histórico e arqueológico, surgem três novos tipos de classificação articulados com os anteriores já definidos em 1972: os interesses científicos, sociais e técnicos.

A Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico (1990) apresenta uma definição clara do património arqueológico:

“O património arqueológico é a parte do nosso património material para os quais os métodos arqueológicos proporcionam os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana e que a ela respeita ou lugares onde foram exercidas actividades humanas, as estruturas ou vestígios abandonados de todo o tipo, seja na superfície, no subsolo ou outros, assim como os bens a eles associados.” (Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico, 1990)¹⁰⁵

A designação supramencionada pretende abranger um vasto leque de materiais, protegendo legalmente todo um conjunto de objetos e informações associadas, a que se dá a designação genérica de *património arqueológico*.

Pela análise dos documentos atrás referidos, verifica-se que as definições para a noção de património vão progressivamente envolvendo um crescente número de artigos. Importa referir e relembrar que esta transformação das noções internacionais vai inevitavelmente refletir-se na produção de legislação nacional.

¹⁰⁵ Tradução livre.

1.1.3. O enquadramento legal nacional.

Desde muito cedo que surgiu em Portugal uma preocupação com a salvaguarda do património nacional.¹⁰⁶

De acordo a Constituição da República Portuguesa, o Património Cultural faz parte da estrutura do Estado Português e é um elemento vivificador da nacionalidade portuguesa e dos cidadãos. É tido como um fenómeno de valorização pessoal dos cidadãos e de desenvolvimento dos mesmos sendo um elemento de afirmação de Portugal no mundo.

Este é o espírito presente na Constituição da República Portuguesa que afirma ser tarefa fundamental do Estado “proteger e valorizar o património cultural do povo português”¹⁰⁷ incumbindo-o, ainda, de “(...) classificar e proteger paisagens e sítios de modo a garantir (...) a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico”¹⁰⁸, promover, em colaboração com as autarquias locais, a “protecção das zonas históricas”¹⁰⁹ e

¹⁰⁶ Segundo Isabel Policarpo (2004) na idade média havia já uma preocupação na salvaguarda dos edifícios militares, obviamente ligada às questões da defesa territorial. A mesma autora refere que no século XVI, e durante o período do Renascimento, alguns humanistas e figuras notáveis como André de Resende (História da Antiguidade da cidade de Évora, 1553), Damião de Góis (Urbis Olisiponmis Descriptio, 1554; Corographia, 1564) e Francisco de Holanda (Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa, 1571) ao mostrarem um interesse pelo antigo nos seus estudos, “relacionando-os com o aparecimento da história urbana e dos edifícios históricos” (*Idem*, p. 14), demonstravam uma preocupação de valorizar o património monumental enquanto documento, preservando os testemunhos do passado.

D. João VI ordenou por lei a recolha de objetos patrimoniais pela primeira vez com o intuito de preservar objetos históricos, prevendo penas para todos os grupos sociais no caso da destruição de património e “vestígios de outros povos antigos” (*Ibidem*) entre outros objetos.

No século XIX, surgiu a consciência da existência de um património cultural português que era necessário salvaguardar “(...) como um movimento de afirmação da sociedade liberal e romântica, gerado no contexto e ambiente da intelectualidade ilustrada, responsável pelas estruturas culturais da sociedade oitocentista, que implicou o reconhecimento de um conjunto de valores patrimoniais, monumentais, históricos e nacionais, herança do passado que importava transmitir às gerações vindouras (...)” (*Ibidem*)

Alexandre Herculano foi um dos notáveis autores que se destacou nesta área produzindo importantes textos como a revista *O Panorama* que ressaltam as preocupações sobre o património, seguindo-se-lhe outras personalidades a defenderem igualmente o património.

Foi em 1901 que surgiu o primeiro documento sobre património cultural: a portaria de 10 de abril sob a Monarquia Constitucional e o Liberalismo. Este documento alerta para a “importância de todos os elementos que possam contribuir para o conhecimento da nossa história antiga e recomenda que perante ruínas de edifícios antigos ou monumentos de certa grandeza, não se proceda à sua destruição (...)” (*Idem*, 2004, p.13)

Em 24 de outubro de 1901, surge o Decreto Orgânico referindo a classificação de monumentos nacionais, constituindo-se assim o ponto de partida para as classificações. O Decreto de 30 de dezembro de 1901 vem então definir os imóveis passíveis de classificação e a partir daqui deu-se toda uma progressão legislativa na defesa do património nacional.

¹⁰⁷ Constituição da República Portuguesa; Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de agosto; Art.º 9º; Diário da República – I Série A.

¹⁰⁸ *Idem*, Art.º 66º, n.º 2, alínea c).

¹⁰⁹ *Idem*, Art.º 66º, n.º 2 alínea e).

ainda “promover a salvaguarda e valorização do património cultural, tornando-o vivificador da identidade cultural comum.”¹¹⁰

Neste âmbito do património cultural, existem três domínios de ação: o dever de *preservar*, consistindo em não atentar contra; o dever de *defender* traduzindo-se na obrigação de impedir a destruição e o dever de *valorizar*, ou seja, de agir por forma a que o património cultural seja fruído por todos e para que em última análise seja promotor do enriquecimento da herança cultural do país.

Quanto aos cidadãos, a Constituição Portuguesa consagra o direito de ação popular para preservação do património cultural português¹¹¹. Confere ainda aos cidadãos o direito à fruição cultural incentivada e assegurada pelo Estado em colaboração com diversas entidades, designadamente as associações de defesa do património cultural¹¹². Refere ainda que “todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural”. (*Ibidem*).¹¹³

Deste modo, e tendo por base estes pressupostos, foram produzidos diversos diplomas contemporâneos no âmbito da salvaguarda do património cultural nacional.

Pode afirmar-se que, para além dos dois grandes marcos legislativos da proteção do património cultural – o Decreto n.º 20 985, de 7 de março de 1932 e a Lei n.º 13/85, de 6 de julho (Claro, 1996, p. 80) – existem, ainda, outras leis posteriores neste âmbito e que se encontram em vigor.¹¹⁴

¹¹⁰ *Idem*, Art.º 78º, n.º 2, alínea c).

¹¹¹ *Idem*, Art.º 52º, n.º 3, alínea a).

¹¹² *Idem*, Art.º 78º, n.º 1.

¹¹³ Como reflexão sobre este aspeto, não podemos deixar de questionar que se os cidadãos veem consagrado na sua constituição o direito à fruibilidade cultural, por que terão de pagar o acesso aos museus? O pagamento constitui uma limitação ao acesso. Não deveriam ser os museus de livre acesso para usufruto dos cidadãos à luz da Constituição Portuguesa? Não deveria caber ao Estado esse garante, tal como faz com o acesso à educação e à saúde?

¹¹⁴ Este conjunto de Leis inclui: Lei de Bases do Ambiente – Lei n.º 11/87, de 7 de abril; Responsabilidade Técnica dos Arquitetos nos Projetos em Imóveis Classificados, Vias de Classificação e Zonas de Proteção – Decreto-Lei n.º 205/88, de 16 de julho; Regime Jurídico da Rede Nacional de Áreas Protegidas – Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro; Património Cultural Subaquático – Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de junho; Lei de Bases da Política do ordenamento do território e do urbanismo – Lei n.º 48/98, de 11 de agosto; Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro; Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de junho; Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural – Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro; Criação e Gestão de Parques Arqueológicos – Decreto-Lei n.º 131/2002, de 11 de maio; Lei-quadro dos Museus Portugueses – Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto.

Ainda com relevância para o património cultural, foram publicadas em 2006 a Nova Lei Orgânica do Governo que deu origem à Nova Lei Orgânica do Meio Ambiente e Reordenamento do Território e Desenvolvimento Regional – Decreto-Lei 207/2006 de 27 de outubro e ainda a Nova Lei Orgânica do Ministério da Cultura – Decreto-Lei 215/2006 de 27 de outubro, alteradas pelo Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho sobre a reorganização e funcionamento do XIX Governo Constitucional.

Ainda com relevância para o património cultural, foi publicada em 2006 a Nova Lei Orgânica do Governo que deu origem à Nova Lei Orgânica do Meio Ambiente e Reordenamento do Território e Desenvolvimento Regional – Decreto-Lei 207/2006 de 27 de outubro e ainda a Nova Lei Orgânica do Ministério da Cultura – Decreto-Lei 215/2006 de 27 de outubro que definiu os organismos que então estavam diretamente dependentes do Estado¹¹⁵, havendo ainda, as câmaras municipais como entidades com competências específicas neste campo. Estes Decretos-Lei foram alteradas pelo Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho que veio estabelecer a orgânica do XIX Governo Constitucional prevendo adotar-se uma estrutura de governo mais reduzida e de menores custos “promovendo simultaneamente uma maior eficiência operacional e uma acrescida eficácia governativa”.¹¹⁶

Igualmente com responsabilidades na defesa do património surgem entidades como as juntas de freguesia, as associações de defesa do património cultural, associações de moradores, comunicação social, escolas e o cidadão comum que detém um papel importante na preservação, sensibilização e alerta para a destruição do património evitando a adulteração ou descaraterização do património.

Ainda no que concerne à salvaguarda do património cultural imaterial, em harmonia com a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adotada na 32ª Conferência Geral da UNESCO, em Paris em 17 de outubro de 2003, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008, de 24 de janeiro e ratificada pelo Decreto do presidente da República n.º 28/2008, de 26 de março, foi publicado o Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial, em desenvolvimento do disposto na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

¹¹⁵ Os organismos nacionais com competências neste campo, até junho de 2011 foram: Ministério da Cultura (Dec.- Lei n.º 215/2006, de 27 de outubro); Secretaria de Estado da Cultura; Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) - (antiga Biblioteca Nacional); Direção-Geral de Arquivos (DGARQ) - (ex-Torre do Tombo e Centro Português de Fotografia); Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR, I. P.) - (ex-Instituto Português de Conservação e Restauro, Instituto Português de Museus, Rede Portuguesa de Museus); Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, I.P. (CP-MC, I.P.) - (antiga Cinemateca); Direção-Geral das Artes (DGARTES) - (antigo Instituto das Artes (IA) e o Centro Português de Fotografia; Direção-Geral do Livro e da Biblioteca (DGLB) - (antigo Instituto Português do Livro e Bibliotecas - IPLB), as Direções Regionais de Cultura; Instituto do Cinema e do Audiovisual I.P. (ICA, I.P.) - (Cinema e Audiovisual).

Com as alterações introduzidas pelo XIX Governo Constitucional, empossado a 21 de junho de 2011, algumas alterações foram introduzidas nesta organização.

¹¹⁶ Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho.

Como documentos de extrema importância no âmbito da salvaguarda do património cultural, surgem a Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural – Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, em substituição da Lei n.º 13/85, de 6 de julho e abrange uma diversidade considerável de noções patrimoniais devido à sua grande atualidade.¹¹⁷

Esta Lei estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, revogando as Leis n.º 2032, de 11 de junho de 1949, e 13/85, de 6 de julho, mantendo em vigor o Decreto n.º 20 985, de 7 de março de 1932 com sucessivas alterações.

A temática ao longo deste diploma será o património enquanto elemento de extrema relevância para a identidade nacional e para a democracia.

Nesta Lei de Bases, o património cultural é perspetivado como “uma realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura”¹¹⁸ sendo tarefa fundamental do estado “elaborar as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural”¹¹⁹ pois “a salvaguarda e valorização do património cultural consubstancia um instrumento de transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento constitui elo de união intergeracional.”¹²⁰

O património cultural é visto neste diploma como a identidade de um povo, a sua herança e ainda como um elo inter geracional, o que torna essa cultura viva e permanente.

Em 2009, foi dado um passo significativo na legislação nacional em relação à defesa e salvaguarda do património cultural imaterial com a publicação do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho que consagra o regime jurídico de salvaguarda desse património, desenvolvendo o disposto na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

Como é visível, o percurso legislativo nacional em matéria do património cultural foi longo, havendo hoje uma maturação que permite a existência de uma mais ampla e completa visão nesta matéria do que em relação ao passado.

¹¹⁷ Estas noções são apresentadas por capítulos nomeadamente: o património arqueológico, arquivístico, audiovisual, bibliográfico fonográfico e fotográfico.

¹¹⁸ In Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, Lei n.º 107/2001; de 8 de setembro; Artigo 1º, n.º 1.

¹¹⁹ *Ibidem*.

¹²⁰ *Idem*; art.º 3º

1.1.4. Competências e atribuições do poder local na ação de salvaguarda patrimonial.

A salvaguarda do património é, como se mencionou, tarefa fundamental do estado. Entende-se por «estado» também o poder local.

Com o atual processo de globalização mundial, assiste-se ao fenómeno de hibridação cultural¹²¹ (Appadurai, 2004; Canclini, 1997, 2008; Garcia, 2003; Primo, 2001) abrindo caminho à criação de “novas identidades de novos sujeitos, não como identidades fixas e estáveis, mas como identidades abertas, díspares em permanente processo” (Almeida, 2008, p.54). Perante esta potencial ameaça para a conservação das identidades e memórias locais e tendo em conta os novos desafios colocados à governação local impostas pelo processo de globalização (Bilhim, 2007; Laus, 2004; Carvalho, 2009), torna-se premente proceder à salvaguarda do património local, base das memórias coletivas e identidades comunitárias. Pela descrição dos documentos legais existentes sobre a matéria, considera-se que estão criadas as condições para que o poder local – aquele que afinal está mais próximo das suas populações e das suas respetivas singularidades – o possa fazer.

A massificação da cultura na era democrática passou a facultar o acesso de todos os cidadãos à cultura, deixando de ser apenas um luxo de poucos. O acesso à cultura assumiu-se como um direito de todos que “obriga à ação pública”¹²² (Aguileta, 2000, p.15). Para Aguileta, o município é uma “instituição de choque, a primeira instância que liga o cidadão à sua vida quotidiana e, portanto, o primeiro destinatário das suas exigências, também na sua vida cultural”¹²³ (*Ibidem*).

Do mesmo modo, com a maturação do entendimento de «patrimonialização» e na sequência do conjunto da legislação produzida já referida, percebe-se que, cada vez mais, o papel das autarquias locais se reveste de primordial importância na salvaguarda do património, exigindo para tal uma política de intervenção e ação local. Certo é que nos últimos anos tem-se verificado um aumento substancial de instituições museais tuteladas pelo poder local (Moutinho, 2007a).

¹²¹ Aspeto que será focado e aprofundado no Capítulo II deste estudo.

¹²² Tradução livre.

¹²³ Tradução livre.

As primeiras competências das câmaras municipais no âmbito da salvaguarda do património municipal surgem na sequência da publicação da Lei n.º 2032, de 11 de junho de 1949 que faz menção às questões da arquitetura popular e as ligações urbanísticas e arquitetónicas com o meio envolvente. Assim, ao conceito de bem cultural, são acrescentados elementos de valor paisagístico e as autarquias passam, nesta altura, a dispor da possibilidade de propor classificações de imóveis como valor concelhio.

A Lei 13/85, de 16 de julho¹²⁴, veio possibilitar aos municípios e às regiões autónomas a classificação e desclassificação de património sob a sua jurisdição¹²⁵. Mas é com a Lei 159/99 de 14 de setembro, que se estabelece um quadro mais vasto e completo de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais. O Artigo 20º desse diploma refere que:

- “1. É da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos públicos nos seguintes domínios:
 - a) Centros de cultura, centros de ciência, bibliotecas, teatros e museus municipais;
 - b) Património cultural, paisagístico e urbanístico do município.
2. É igualmente da competência dos órgãos municipais:
 - a) Propor a classificação de imóveis, conjuntos ou sítios nos termos legais;
 - b) Proceder à classificação de imóveis, conjuntos ou sítios considerados de interesse municipal e assegurar a sua manutenção e recuperação;
 - c) Participar, mediante a celebração de protocolos com entidades públicas, particulares ou cooperativas, na conservação e recuperação do património e áreas classificadas;
 - d) Organizar e manter actualizado um inventários do património cultural, urbanístico e paisagístico existente na área do município;
 - e) Gerir museus, edifícios e sítios classificados, nos termos a definir por lei;
 - f) Apoiar projectos e agentes culturais não profissionais;
 - g) Apoiar actividades culturais de interesse municipal;
 - h) Apoiar a construção de equipamentos culturais de âmbito local.”¹²⁶

Nesta Lei, as atribuições e competências dos municípios em matéria de património cultural assenta no princípio de cooperação entre estes e o estado, seja ao nível da classificação, seja ao nível da preservação do património cultural. Surgia, deste modo, a noção de que haveria um auxílio ou apoio mútuo, maximizando sinergias na prossecução de interesses convergentes.

¹²⁴ Revogada pelo art.º 114 da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

¹²⁵ Contudo, veio verificar-se que as classificações promovidas por estas entidades eram de todo eficazes uma vez que tais valores considerados «concelhios» não eram reconhecidos ou assumidos oficialmente pelo Ministério da Cultura. Tal facto conferia uma incerteza quanto à eficácia destas medidas (Marques, 2004).

¹²⁶ Lei n.º 159/99, de 14 de setembro; Diário da República; I Série-A; Capítulo III; Artigo 20º.

Ainda a Lei n.º 169/99 de 18 de setembro (alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro) estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos municipais e das freguesias, abrindo caminho à cooperação inter organizacional, nomeadamente entre câmaras municipais e freguesias, mas também com instituições que poderão ser de cariz local:

“Compete à Câmara Municipal, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal.”¹²⁷

Deverá ser esta a intenção subjacente à intervenção hoje das entidades públicas como as autarquias locais no âmbito da salvaguarda do património, seja ele natural ou cultural, podendo envolver associações locais em representação das suas comunidades concertando sinergias na potenciação do desenvolvimento local:

“Urge consolidar a gestão das áreas protegidas e outras classificadas, como sejam as referentes ao património cultural, devendo as medidas a implementar ter em consideração a compatibilização da sua protecção com a necessidade de potenciar o desenvolvimento sócio económico local, através, entre outras possibilidades, da sua exploração turística.” (Marques, 2004, p.1).

Tal finalidade apenas terá sucesso com a efetiva participação de todos os agentes envolvidos: o poder político, o poder económico, as instituições sociais e culturais e a própria comunidade numa ação democrática de envolvimento direto das comunidades e do movimento associativo local (Aguileta, 2000, p.229).

Realizado um diagnóstico pormenorizado das potencialidades e debilidades deste processo, ponderadas a viabilidade e exequibilidade dos objetivos propostos, o património será um elemento essencial para o desenvolvimento de um território¹²⁸. Voltaremos a abordar este aspeto mais tarde.

¹²⁷ Lei n.º169/99, de 18 de setembro; Diário da República; I Série-A Artigo 64º, N.º 2, alínea n).

¹²⁸ Não fosse o património, para além de um “ativo cultural”, um ativo turístico (Mestre & Molina, 2008, p. 37).

1.2. Emergência de um novo pensamento no campo da museologia.

1.2.1. A função social do museu – a génese.

O século XIX foi extremamente importante do ponto de vista histórico e museológico. Na sequência dos efeitos da Revolução Francesa, houve neste período e por toda a Europa uma vasta proliferação de museus, fazendo com que este fosse considerado como o «século de ouro dos museus»¹²⁹.

Seguindo a prática francesa, a ideia generalizada nesta época era o tratamento das coleções com a finalidade de legitimar os códigos nacionais. Os museus nascem como construtores desses códigos nacionais e, em simultâneo, a instituição «museu» assume-se como um espaço público assente na ideia de que uma nação moderna tem que ter uma memória coletiva. Uma vez que o estado assume a responsabilidade de construir o discurso a ser apresentado ao visitante, procura-se legitimar o nacionalismo. Apesar de se afirmar que o museu tem uma função social¹³⁰, ainda é, neste período, um espaço voltado para as elites.

Com o início do século XX, os museus mergulham num período amorfo em termos museológicos, estagnando numa quase acomodação inquietante. Não houve lugar a qualquer transformação concetual nestas instituições e, em sentido contrário, houve até retrocessos em comparação com a mutação das mesmas no século XIX. É apenas na segunda metade do século XX, a partir dos anos 60 e 70, que se dá um novo dinamismo na museologia com a introdução da teoria da chamada **nova museologia**.

Os primeiros cinquenta anos do século XX estiveram sobretudo voltados para a salvaguarda das coleções nos museus. Por vezes, a preocupação exagerada, e incompreensivelmente quase fundamentalista da salvaguarda dos acervos museológicos por parte dos diretores dos museus levava ao condicionamento do seu acesso ao público e até, por vezes, aos estudantes e pesquisadores.

¹²⁹ Esta ideia foi veiculada devido à já referida vasta proliferação que os museus tiveram no século XIX e a visibilidade que estas instituições obtiveram nesse período. Na verdade, não podemos deixar de defender que, na nossa perspetiva, os verdadeiros anos de ouro da museologia foram a segunda metade do século XX como mais adiante será mostrado.

¹³⁰ Até certo ponto isto é verdade, pois a função educativa do museu descrita poderia ser entendida como tal. Contudo, a nosso ver, trata-se de uma função social muito limitada, para não dizer, quase inexistente.

Esta atitude de salvaguarda exacerbada levou, por exemplo, à situação adversa onde os museus limitavam a acessibilidade ao público reduzindo as visitas em apenas alguns dias da semana. O grande público começou, assim, gradualmente, a desinteressar-se pelos museus.

Entre os anos 50 e 70, percebeu-se que seria necessário trazer de novo o público aos museus e, ao analisar algumas práticas até aí levadas a cabo nos Estados Unidos da América, estava lançado o mote para a nova museologia.

Em geral, na primeira metade do século XX, o funcionamento e os princípios básicos dos museus europeus serviam como referência para o resto do mundo. Porém, neste período, nos Estados Unidos da América (e com o afastamento físico dos cenários de guerra vividos na Europa), desenvolveu-se um novo protagonismo nos museus. Pela sua própria condição de país recém-formado, despido de património e coleções de grande valor histórico, a população não manifestava grande interesse em visitar esses espaços museológicos. Havia sim, maior poder económico e estabilidade que na Europa.

Deste modo, foram desenvolvidas atividades pouco usuais nos museus europeus criando-se o conceito de “*museum bus*” (Santos, 1994a) cujo objetivo assentava em levar os museus às periferias das cidades baseando-se na ideia de que, se as pessoas não vinham aos museus, levavam-se os museus às pessoas.

Não eram «levados» os artefactos propriamente ditos, mas sim, réplicas dos objetos existentes nos museus, muitas vezes em tamanhos reduzidos. Mais tarde, esta ideia desenvolveu-se dando origem às maletas pedagógicas que «mostravam» o museu às prisões e aos espaços rurais, numa tentativa clara de aproximação dos museus ao público. Estes museus começaram a ser conhecidos como “museus dinâmicos” (Santos, 1994a, p.60).

Outro princípio inovador residia no facto de muitos destes museus funcionarem sob gestão partilhada público-privada por oposição a uma gestão pública. Tal conduziu à redobrada necessidade de cativar o público e visitantes para viabilizar financeiramente o museu.

Pela dinâmica que estas circunstâncias criaram, os museus começaram a ser encarados nos finais dos anos 50 como verdadeiros espaços culturais abrangendo uma oferta variada de atividades aos seus visitantes, como o teatro, desfiles de moda ou exposições diversificadas numa perspetiva de oferta de serviços não necessariamente ligadas, diretamente, com as suas coleções.

Paralelamente, e por esta altura, após a II Guerra Mundial, percebeu-se a necessidade de restabelecer a ordem e a memória, nascendo organismos internacionais não-

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

governamentais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e subsequentemente, o Conselho Internacional dos Museus (ICOM) e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) com a finalidade de promover a paz, mas também tomar posições no caso de novo conflito armado. Estes organismos revelaram-se elementos dinamizadores e fulcrais para todo o desenvolvimento na área da museologia que viria a suceder.

1.2.2. A nova museologia e a sociomuseologia.

1.2.2.1. Documentos orientadores da nova museologia e os novos focos de interesse.

No decorrer de toda a segunda metade do século XX, foram produzidos diversos documentos de referência para a museologia¹³¹. Na origem da sua produção, estão as conferências e encontros realizados ciclicamente em locais conforme as vontades e estratégias políticas, querendo evidenciar determinados aspetos ou, ainda, controlá-los, havendo sempre implicações políticas que, por vezes, é importante contextualizar para se perceber melhor a motivação das respetivas temáticas abordadas.

¹³¹ Para melhor entendermos o contexto em que se aplicam os diversos documentos produzidos e seus respetivos efeitos, importa mencionar quais os tipos de documentos que existem. Destacam-se, de acordo com Galhardo (1996, p. 95) quatro diferentes tipologias de documentos: as cartas, as recomendações, as resoluções e as convenções.

No caso das **cartas**, trata-se de documentos produzidos para esclarecer e definir princípios e conceitos sobre assuntos concretos de uma área, pensado e voltado para profissionais. Porém, não sendo documentos legais, não têm, obviamente, efeitos legais considerando-se apenas como «recomendações».

As **recomendações** não são documentos jurídicos nem possuem valor vinculativo. Contudo, definem princípios voltados para orientar as políticas de cada estado. A UNESCO produz muitas vezes recomendações com o objetivo de orientar as nações com a finalidade de levar a um ato legislativo. Estes documentos são produzidos por organismos não-governamentais e multinacionais.

As **resoluções** são documentos que “vinculam o conjunto dos Estados-membros e visam geralmente medidas mais concretas e pontuais, não tendo um âmbito tão alargado como as convenções” (*Ibidem*).

As **convenções** são documentos jurídicos, de âmbito multinacional que, após a sua assinatura pelos estados aderentes, estabelecerá um compromisso na aplicação os seus princípios no respetivo país.

Estes são quatro níveis diferentes de documentos produzidos, de âmbito internacional, embora nem sempre o seu conteúdo fora implementado ou adotado na sua época. Alguns documentos apenas foram «lidos» verdadeiramente e compreendidos vários anos mais tarde. O Documento de Santiago do Chile foi exemplo paradigmático pois apenas foi efetivamente tido em conta uma década após a sua criação. Hoje é considerado um documento excessivamente avançado para a sua época, tendo apenas verdadeira repercussão nas décadas de 80 e 90.

A generalidade de documentos produzidos refletia as preocupações tidas nas respetivas épocas, evidenciando uma transformação gradual nos conceitos sobre a museologia.

Relativamente à primeira documentação, ainda antes da fundação da UNESCO, em 1931 foi apresentado o documento conhecido por Carta de Atenas produzido no âmbito do Conselho Internacional de Arquitetos abordando a questão da conservação e restauro de monumentos (edifícios) edificados. Este documento reveste-se de grande importância pois, os profissionais desta área tomaram consciência do grau de destruição decorrente da I Guerra Mundial e da necessidade de agir perante esta realidade.

Após a criação do ICOM em 1946, foi tido como importante dar continuidade a este assunto, levando a sua discussão para fora da Europa, deslocando a Primeira Conferência Internacional do ICOM para o México. Segundo Judite Primo (1995), este documento estabeleceu um conjunto de métodos para aplicação no restauro, valorizando para além dos monumentos em si, toda a sua envolvente, estabelecendo o princípio de que é importante olhar em torno do monumento¹³², respeitando-o e enquadrando-o no seu contexto original. Questionou, ainda, a utilização dos monumentos para fins para os quais estes não foram concebidos¹³³.

Este documento apresenta um conjunto de conclusões muito importantes para o futuro das intervenções de restauro nos monumentos: deveria haver um respeito pela fisionomia, carácter histórico e artístico dos monumentos mantendo, sempre que haja absoluta necessidade de intervenção, toda a originalidade, características históricas e artísticas do monumento. Também o interesse coletivo deveria sobrepor-se ao interesse privado e a conservação dos monumentos exigia assim uma cooperação intelectual universal e deveria contribuir para a educação dos jovens.

Na sequência da Carta de Atenas, a Carta de Veneza, em 1964, introduz um desenvolvimento no conceito de monumento, passando a “integrar não só a criação arquitetónica isolada como os conjuntos urbanos ou rurais representativos de uma civilização particular, de um movimento significativo ou de um acontecimento histórico.”¹³⁴

¹³² Que se considera também um documento.

¹³³ Adotemos, a título de exemplo, o caso das igrejas que hoje são utilizadas como museus, garagens ou casas de fado e até a própria Assembleia da República que foi concebida para outro fim diferente daquele a que hoje possui.

¹³⁴ *Carta Internacional da Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios – Carta de Veneza*; maio de 1964 - Artigo 1º.

Esta Carta surge como um documento impulsionador da ação de preservação e restauro do património, abrindo as portas à troca de experiências, à cooperação científica e à interdisciplinaridade das ciências e técnicas de restauro defendendo

“que o restauro deverá ser sempre precedido e acompanhado de investigação (arqueológica, histórica e artística); que deverão ser respeitadas as contribuições de todas as épocas históricas e ainda que os elementos destinados a substituir partes destruídas ou em falta devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se contudo das partes originais.”¹³⁵

Revela-se, deste modo, um documento de grande relevância.

Resultante da primeira documentação internacional produzida e da sua aplicação, o processo de salvaguarda patrimonial esteve inicialmente centrado em três grandes áreas específicas: os grandes monumentos (em grande parte pelo ICOMOS), centros históricos e grupos de edificações (também pelo ICOMOS) e salvaguarda de património móvel e sítios dando-se um abandono da proteção isolada de monumentos e coleções havendo lugar à introdução de uma quarta área que suscitou uma linha de interesse e do qual já se fez menção: o património intangível.

Há, deste modo, durante toda a segunda metade do século XX um alargamento da noção primitiva de património em que este passa a abranger outras dimensões tais como a arquitetura rural e sua paisagem, monumentos e os elementos que os circundam, o tecido urbano, a paisagem rural, o património ambiental, assim como o sítio no qual a coleção ou monumento de insere. Há, ainda, o entendimento do saber e o saber fazer como património.

Surgem, assim, novos focos de interesse nos museus que se prendem com: a salvaguarda do património arquitetónico; a conservação do património integrado com a sua envolvente e a necessidade em articular a salvaguarda do património com o ordenamento do território; a interdisciplinaridade como forma de proteção dos bens culturais; a importância dos inventários; a participação ativa da sociedade nos museus e por fim, o trabalho com o património tangível e intangível – o património humano (saber e saber fazer) e ainda a preservação da diversidade cultural.

¹³⁵ *Ibidem.*

1.2.2.2. Grandes documentos orientadores do pensamento da nova museologia.

Resultante da perspectiva de transformação da função e missão dos museus, surgiram alguns documentos fundamentais e estruturantes do pensamento da nova museologia.

Estes documentos revestem-se da maior importância no que respeita à evolução concetual do espaço “museu” e constituem o embrião e o amadurecimento da apelidada nova museologia.

A Declaração do Rio de Janeiro (1958) sobre a função educativa dos museus, redigida na sequência do Seminário local no âmbito da UNESCO, revela uma preocupação profissional e educativa dos museus.

Efetou-se, neste encontro, uma profunda reflexão sobre a própria noção de «museu», discutindo-se as consequências das suas funções de conservação, estudo de exposição, o usufruto e educação do público de um conjunto de elementos de valor cultural independentemente do interesse artístico, histórico, científico ou técnico. Discutiu-se a questão de a museologia ser ou não considerada uma ciência. Debateram-se matérias como as especificidades dos grandes e pequenos museus, os seus problemas e carências, ou ainda, a problemática da própria apresentação tradicional dos objetos e a transformação de um museu enquanto elemento conservador para uma noção de museu enquanto meio de comunicação atrativo e incidente nas problemáticas reais da comunidade inserindo-se de forma ativa na comunidade, contribuindo para a sua transformação e desenvolvimento. Também a perceção de um museu relacionado com a escola e a necessidade premente da criação de serviços educativos assumiu importância.

Em suma, idealizou-se um museu que, muito à semelhança do que defende Georges Henry Rivière, seja capaz de conceber, guiar e utilizar todo um conjunto de realidades capazes de musealização.

A Declaração de Santiago do Chile (1972), produzida no final da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, vem a ser o documento de importância revolucionária no campo da museologia.

Esta Mesa Redonda teve lugar num momento em que havia a consciência de que a humanidade atingira um nível significativo de desenvolvimento científico e tecnológico, mas que essa realidade não se fazia sentir em termos do bem-estar económico e cultural, nem na

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

valorização do património natural, havendo, ainda, ao tempo, alguma desigualdade entre os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento.

Neste contexto, e após uma reflexão em torno do papel dos museus na América Latina da época, produziu-se um conjunto de recomendações que apontava para uma mudança de atitudes nos museus.

O documento foca as questões relacionadas com:

- as transformações sociais, económicas e culturais que são um desafio para a museologia;
- as assimetrias entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos;
- a problemática do desenvolvimento da sociedade e a necessidade de uma reflexão alargada a todos os setores da sociedade e não apenas a uma elite, sendo que os museus poderão proporcionar um contributo inestimável para a reflexão sobre esta problemática;
- que este contributo irá enriquecer os museus e não desvalorizá-los ao abrir os seus horizontes a outras áreas de pensamento, dando natural importância às áreas da educação, a agricultura, o meio ambiente e urbanismo. O museu deverá, portanto, desempenhar um papel ativo nas questões sociais, económicas e culturais por meio de ações educativas.

Levantou, ainda, questões aos participantes relativamente ao desenvolvimento demonstrado nos meios de onde provinham.

Um aspeto verdadeiramente inovador deste encontro foi a questão do museu “integral”¹³⁶, ou seja, uma instituição destinada a fornecer à comunidade onde se insere uma visão global do seu ambiente natural e da sua herança cultural permitindo “moldar a consciência da comunidade onde se encontra inserido, estimulando o seu desenvolvimento, através da ligação de um passado/memória a um presente/realidade e procurando projectar em antevisão um futuro/vontade” (Constância, 1993, p. 64). Tendo em consideração a totalidade dos problemas da sociedade, o museu enquanto ação ou instrumento dinâmico de mudança e desenvolvimento social assume uma função social, o embrião da sociomuseologia.

Pela nova filosofia mencionada, o património passa ser entendido e trabalhado de diversas perspetivas deixando de ser encarado numa ótica meramente monodisciplinar assumindo a característica interdisciplinar.

¹³⁶ Mais tarde, este termo foi modificado para “integrado” pelo facto de se entender que não era a expressão que melhor caracterizava a ideia pretendida.

Conforme sublinha Constância,

“Este será por certo um dos factores circunstanciais da Mesa Redonda de Santiago que se reveste de importância fundamental. A consciência emergente de que a museologia deve ser encarada como uma ciência interdisciplinar, integradora de conhecimentos das mais variadas áreas (...).” (Constância, 1993, p. 63).

Este encontro fica, ainda, marcado pela ideia de que o museólogo é detentor de uma responsabilidade política no museu.¹³⁷

A Declaração de Québec (1984) é o resultado das propostas provenientes da realização do Ateliê Internacional de Ecomuseus, por forma a permitir a troca de experiências de ecomuseologia e da chamada nova museologia em comparação com a museologia tradicional ou clássica. Após a troca de conhecimentos das práticas no âmbito deste novo movimento na museologia, houve, neste encontro, o reconhecimento formal de um novo movimento de renovação no campo da museologia a que se denominou «nova museologia».

Este documento estabelece algumas noções inovadoras e fundamentais no âmbito da ideologia da nova museologia, tais como:

- a utilização de testemunhas materiais e imateriais, e serem passíveis de constituir coleções;
- a questão de ordem social tendo por base a investigação e a interpretação, encaminhando soluções e identificando problemas;
- o museu extrapolando os seus limites físicos do edifício propriamente dito, procurando a sua inserção nos meios desfavorecidos tentando, deste modo, gerar o desenvolvimento comunitário, criar postos de trabalho e, assim, ser um fator de revitalização da economia;
- a atuação da museologia como forma de proporcionar uma evolução democrática da sociedade;
- o facto de o processo de exposição museológica assumir o carácter utilitário, enquanto instituição formativa rejeitando o carácter contemplativo até então instituído;
- o museu deve reconhecer e valorizar as culturas de todos os grupos humanos, inseridos na sua envolvência.

¹³⁷ O museólogo não é um ser neutro, é também um político na medida em que ao optar por trabalhar um determinado assunto em detrimento de outro, acaba por perder a sua neutralidade. *Vide* Ribeiro (1993).

A museologia assume, assim, uma postura de reconhecimento do direito à diferença.

De igual modo, e segundo Mário Moutinho (2007a; 2010), a instituição museal encara a necessidade de enveredar pelo caminho da interdisciplinaridade, contrariando as práticas correntes monodisciplinares de então que veiculavam o saber isolado, absoluto e redutor da ação museológica tradicionalmente instituída.

Em suma, e de certo modo, este documento trouxe a reafirmação de um dos aspetos importantes de Santiago: a socialização do objeto museológico.

A Declaração de Oaxtepec (1984), por sua vez, reafirma a ideia da nova museologia e a importância da interdisciplinaridade, introduzindo ainda um novo conceito: o movimento da nova museologia estabelece uma relação indissociável entre o indivíduo, o património e o território. Surge, desta forma, e a partir daqui, matéria de base para aplicar métodos de socialização e partilha do bem cultural, aplicando, assim, os princípios da nova museologia.

A Declaração de Caracas (1992) retoma, vinte anos depois, de certa forma, os princípios e pressupostos de Santiago do Chile (1972) baseando-se numa reflexão sobre a missão do museu como um agente de desenvolvimento integral de uma região e procura, ainda, atualizar os conceitos e reafirmar os compromissos assumidos neste mesmo encontro.

Por esta altura, os problemas sociais, económicos e ambientais tinham-se agravado no planeta, verificando-se um fosso cada vez maior entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, um aumento da corrupção, da violência, entre outros aspetos profundamente negativos na sociedade de então. Havia, por este motivo, necessidade do museu assumir um papel de consciencialização por parte das populações nestas problemáticas.

Nesta sequência, uma das perspetivas fundamentais deste documento prende-se com a tomada de consciência de que a informação e comunicação nos museus se revestem de grande importância e abrirão novos rumos para o desenvolvimento das comunidades.

Otília Morgado Jorge (1993, pp.70-71) afirma que estes caminhos de desenvolvimento estão assentes em cinco aspetos prioritários:

1. A **comunicação**, em que o museu é um local privilegiado para estabelecer uma relação comunicativa com os indivíduos e a comunidade. A utilização de uma “linguagem multidisciplinar” será um veículo para o enriquecimento pessoal contribuindo não só para um melhor conhecimento do passado, como também uma utilização de novos meios tecnológicos e científicos que hoje contribuirão para o desenvolvimento integral do indivíduo;

2. O museu enquanto **defensor do património** deve sensibilizar o cidadão para o património cultural, natural e ambiental que lhe pertence, alertando o estado para a necessidade de elaboração de legislação para a sua preservação e, ao mesmo tempo, o cidadão para o seu papel na preservação desse mesmo património
3. O museu deve desempenhar um papel de **liderança** no que se refere à recuperação e transmissão de valores da comunidade, devendo para tal “possuir um conhecimento pleno da realidade envolvente de forma a poder intervir de uma forma eficaz” (*Ibidem*).
4. Deverá haver uma **gestão** do museu relacionada com a sua função na comunidade após a realização de um “diagnóstico do ambiente externo”. Deverá procurar-se dar resposta às necessidades da comunidade (ambiente externo), aproveitar corretamente os recursos financeiros, técnicos e humanos bem como manter bom relacionamento com organizações e entidades externas.
5. Um dos aspetos fundamentais para uma boa gestão de um museu será a preocupação em formar **recursos humanos** detentores de criatividade e conhecimento sobre quem dependerá o sucesso da instituição.

Neste documento, introduz-se ainda uma correção ao conceito de museu “integral” para o museu “integrado”. Isto é, entende-se que um museu está integrado na vida de uma determinada comunidade, propondo ações e processos que contemplem e considerem as questões específicas de cada realidade local, no qual o museu atua e se situa.¹³⁸

Segundo os pressupostos neste documento, e indo ao encontro do que foi referido, o museu deveria procurar uma especificação concreta de um determinado espaço social, sendo concebido como um meio de comunicação, um instrumento útil ao ser humano para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

Este documento é, por isso, e acima de tudo, um documento revelador da necessidade de haver uma função comunicativa do museu em função do seu utilizador.

Ao compararmos o conteúdo e os conceitos apresentados nos documentos de Santiago do Chile e de Caracas verifica-se que apresentam muitos pontos em comum tais como:

- a denúncia da desigualdade social existente na sociedade;

¹³⁸ Considerou-se que haveria necessidade de alterar esta terminologia por entender que a expressão “integral” veiculava uma conotação mais dominadora e paternalista, enquanto o termo “integrado” transmitia uma noção de diálogo com a sociedade e uma instituição como parte integrante dessa sociedade. Trata-se da ideia de parceria com outras instituições, havendo lugar a uma maior proximidade com a comunidade local.

- o questionamento do papel da instituição museal, devendo esta ser algo mais do que aquilo que até então se preconizava;
- a promoção da ideia de que um museu deve estar ao serviço da sociedade, utilizando o património como recurso para estimular a consciência crítica;
- o alerta para a responsabilidade política do profissional dos museus;
- salientar a importância da formação profissional dos museus;
- a ideia de que o museu é um instrumento de desenvolvimento local.

Portanto, qualquer destes documentos reconhece que o museu, enquanto instituição ao serviço da comunidade, é um elo essencial para a formação da comunidade que serve “de forma a que esta aprenda através de um quadro histórico os problemas do seu presente, do homem enquanto indivíduo e, enquanto ser social” (Menezes, 1993, p.52).

No entanto, e ainda de acordo com Luís Menezes:

“(…) a Declaração de Santiago corporiza a ruptura epistemológica no âmbito da ciência museológica, ao inverter o seu objecto tradicional prioritário, a colecção, secundarizando-o em relação à comunidade, o campo por excelência operativo da Nova Museologia – quando não é o objecto que justifica a existência de uma organização cultural como o museu – a Declaração de Caracas toma esta ruptura e leva-a mais longe, direccionando a sua reflexão essencialmente para os meios e processos de que a organização museológica deve dispor para uma gestão mais eficiente e eficaz.” (Menezes, 1993, p.53)

Com estes dois documentos, a instituição museológica é elevada “não só como instrumento de desenvolvimento e fortalecimento da identidade do indivíduo e da comunidade, mas também como espaço dinâmico que propicia e estimula a consciência crítica” (*Ibidem*).

Pode dizer-se que se o primeiro documento introduz novas filosofias no âmbito da museologia, havendo uma nova consciência de que os museus poderão contribuir de alguma maneira para o desenvolvimento da sociedade e para a melhoria da sua qualidade de vida e o segundo é já a consagração deste princípio reafirmando esta nova postura no campo da museologia.

Em suma, a segunda metade do século XX foi riquíssima no que respeita à transformação dos princípios da instituição museológica. Ao verificar-se que esta não estava a responder aos anseios e necessidades das populações e que havia, por isso, urgência em repensar o «museu» desenvolveu-se o conceito inovador da nova museologia, hoje um facto incontornável no quadro museológico universal.

1.2.2.3. Uma nova museologia.

O conceito de «nova museologia» surge, como se referiu, do encontro de Santiago do Chile (1972), ainda que, ao tempo, não existisse tal designação, tendo sido apenas empregue pela primeira vez em 1984, na Declaração de Quebec: Princípios de base de uma nova museologia.

Todavia, as ideias gerais tinham sido lançadas aquando esse encontro sendo compreendidas como um fenómeno museológico novo, um conceito ou uma mudança de práticas no campo dos museus e da museologia onde a instituição museal assumiu um papel social.

Podem apontar-se três dos fatores principais para a transformação do conceito de museologia: as lutas pelas transformações sociais identificadas em primeira mão na América Latina; os documentos produzidos institucionalmente e o papel dos profissionais que procuraram inserir a museologia e os museus na contemporaneidade constituindo-se como um marco importante.

Por oposição ao conceito de museologia tradicional ou clássica que centraliza a sua ação nos objetos e na coleção, a museologia social promove a existência de instituições museológicas abertas sobre o meio e consciente da relação que devem possuir com o meio social em geral e com a comunidade em particular.

A nova museologia vem exigir ao museu que se transforme de uma instituição estática e encerrada em si mesma, num espaço mais dinâmico e centrado na sociedade. Trata-se de “uma conceção extensiva do património que faz sair o museu dos seus próprios muros”,¹³⁹ como define Francisca Hernández (1994, p.74).

Ainda Maria Célia Santos aprecia que:

“os museus devem deixar de ser passivos colecionadores, para se tornarem participantes activos nas transformações da sociedade. Eles não devem simplesmente empregar novos métodos, mas devem ser um novo intermediário destemido, encarando de frente os problemas complexos e crescentes, como o racismo, a pobreza (...) todos os aspectos relativos à existência humana procurando encontrar respostas.

As exposições devem ser projectadas de forma a apresentarem estas controvérsias, lado a lado, correlacionando problemas comuns, rotineiros com os factos históricos. Os nossos museus devem estar muito mais à frente das mudanças do que preservando simplesmente.” (Santos, 1996, p.53)

¹³⁹ Tradução livre.

Este movimento permitiu o surgimento de museus comunitários descentralizados, museus de ar livre, ecomuseus e economuseus traduzindo uma tendência para a preservação *in situ*. Isto foi possível, graças, em parte, ao alargamento da própria noção de património que se foi alterando através dos tempos, permitindo uma nova abordagem sobre o conceito de «objeto museológico».

Com a nova museologia, propõe-se uma transformação concetual no discurso museológico cortando, como se referiu, com uma visão histórica direcionada para o passado, adotando antes uma visão que, partindo do passado, projeta o seu discurso para o presente e o futuro¹⁴⁰.

Assim, abrem-se novas perspetivas de desenvolvimento das comunidades onde estão inseridos em que, como refere Maria Célia Santos, os museus se constituem como “uma consciência colectiva, força motriz de uma evolução sustentada” (Santos, 1996, p 64).

Esta abordagem inovadora confere aos museus uma nova função social que até aqui não possuíam, agindo ativamente ao nível do indivíduo e do coletivo, procurando a participação e o envolvimento comunitário consciente de que, ao valorizar o saber do cidadão, incrementará nele um maior espírito crítico dotando-o de melhores e maiores possibilidades de se tornar um cidadão mais apto e consciente da sua cidadania visando assim, o desenvolvimento tanto do indivíduo como comunitário.

Segundo Mário Moutinho, o “museu integral”

“é uma instituição ao serviço e inseparável da sociedade que lhe dá vida. Capaz de estimular em cada comunidade uma vontade de acção aprofundando a consciência crítica de cada um dos seus membros, buscando os fundamentos da acção nas condições históricas de desenvolvimento de cada comunidade.” (Moutinho, 1989, p. 31)

Ao participar ativamente nas atividades do museu, as comunidades deverão constituir-se parte integrante e construtiva do processo de musealização, assumindo um papel ativo na definição de conteúdos das exposições e da programação do museu.

Hugues de Varine produziu um quadro teórico-metodológico onde estabelece uma comparação entre as ideologias da museologia tradicional ou clássica e a nova museologia.

Enquanto na noção de museologia tradicional está subjacente uma função educativa num edifício (museu) no qual existe a coleção que está disponível para um determinado público, na nova museologia parte-se do princípio de uma função pedagógica entendida como

¹⁴⁰ Vide Chagas (2002) *Memória e poder: dois movimentos*. In *Cadernos de sociomuseologia*, n.º 5. Lisboa: ULHT.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena
 base para o desenvolvimento local de uma determinada comunidade participativa, tendo por base um determinado património inserido no contexto de um território.

Figura 4 – Função dos dois tipos de museologia, segundo Hugues de Varine esquematizado por André Desvallées.

Museologia Tradicional		Nova Museologia
Edifícios	→	Território
Coleções	→	Património
Público determinado	→	Comunidade participativa
Função educativa	→	Função pedagógica entendida como base para o desenvolvimento local

Fonte: Desvallées (1994, p.91). Adaptado.

Como se pode observar, ao invés de trabalhar todo um edifício, a nova museologia propõe trabalhar um território. No lugar de se trabalhar uma coleção, propõe trabalhar todo um património: estender o âmbito da sua intervenção de um determinado público que visita o museu para toda uma comunidade alargada constituída, por sua vez, por vários subgrupos e por fim, funcionar como base para o desenvolvimento local em oposição a simplesmente educar o visitante numa determinada matéria.

Luis Alonso Fernández vai mais longe ao desenvolver o raciocínio de Varine, complementando o quadro de Desvallées da seguinte forma:

Figura 5 – Campos de intervenção dos dois tipos de museologia, segundo Fernández.

Museu «clássico»		Museu de desenvolvimento da comunidade
Edifício (s)	→	Território
Coleção(ões)	→	Património (cultural e/ou natural) e todos os recursos disponíveis presentes na comunidade.
Disciplina(s) científica(s) e prática(s)	→	Desenvolvimento global, enfoque interdisciplinar
Público (voluntário e aficionado)	→	a) população da comunidade b) visitantes da comunidade
Prosecação do conhecimento, educação e entretenimento	→	Capacidade de iniciativa criativa

Fonte: Fernández (1999, p. 105). Tradução livre.

De forma muito lata, Varine (1991) defende três linhas gerais que deverá preceituar a instituição museal assente na nova museologia: primeiro, que a comunidade, no seu conjunto, tem que se reconhecer no seu museu; segundo, que deverá fazer uso do seu museu como ferramenta do seu próprio desenvolvimento e terceiro, que deverá controlá-lo permanentemente.

Mário Chagas, contrapondo outras definições de museologia, e ao procurar definir esta nova museologia, estabelece uma relação profunda entre o ser humano/sujeito, o objeto/bens culturais num espaço/cenário ao qual poderá chamar-se museu ou não.

O autor refere que:

“É interessante notar que o debruçamento sobre a relação anteriormente apontada afasta a museologia do objectivismo empirista, que impõe o dado ao sujeito, e também do relativismo subjectivo, que idealiza e fantasia a realidade. Este procedimento permite que o praticante da museologia construa o seu objecto de pesquisa de maneira crítica e processual.

A construção do objecto de estudo da museologia implica também na demarcação do seu campo de actuação que passa, então a ser delimitado através de três estacas fundamentais:

1. o homem / sujeito
2. o objecto / bem cultural
3. o espaço / cenário

participantes de uma realidade em trânsito.

Estas três estacas constituem, em verdade, um ternário matricial, uma unidade básica, uma matriz para o pensamento e a prática museal.” (Chagas, 1994b, p.22).

O mesmo autor destaca sete elementos que caracterizam o movimento da nova museologia:

1. a centralização da sua atividade na comunidade;
2. a ampliação do conceito de objeto museológico do tangível para o intangível;
3. a tendência para a preservação de objetos *in situ*;
4. a tendência à concetualização;¹⁴¹
5. a ascensão do conceito de museu descentralizado;
6. a racionalização da gestão de museus;
7. a musealização de instituições culturais tendo por base aspetos comerciais.¹⁴²

¹⁴¹ Com isto entende-se que deverá haver um campo teórico mais sustentado havendo lugar a uma investigação sobre os assuntos transformando-os em recursos educativos e recursos comunicacionais.

Estes elementos caracterizadores têm por base, conforme argumenta Maria Célia Santos (1996), princípios inovadores que a nova museologia adotou enquanto doutrina. Entre eles, encontram-se:

1. o reconhecimento das identidades e das culturas de todas as classes sociais¹⁴³;
2. a utilização dos bens coletivos como um referencial básico para a interpretação e intervenção social;
3. o desenvolvimento de uma ação museológica centrada na prática social e não nas coleções;
4. a socialização da função de preservação;
5. a interpretação da relação entre os indivíduos e o património;
6. a comunicação entre os técnicos do museu e os grupos comunitários com a finalidade de proporcionar o entendimento, a transformação e o desenvolvimento social;
7. a interpretação da influência da herança cultural na vivência dos membros de uma comunidade.

Considera-se, todavia, importante referir que a nova museologia não pretende substituir ou terminar com as práticas da museologia tradicional ou clássica. Propõe, antes, um alargamento do conceito da museologia tradicional, funcionando como complemento desta, pois, como declara Maria Célia Santos “a museologia faz-se com a vida e não simplesmente com os objectos.” (Santos, 1996, p. 62)

Deste modo, a nova museologia não pretende ofuscar as outras práticas instituídas, mas sim alargar o seu campo de ação, abrindo caminho para toda uma nova tipologia de museus: ecomuseus, museus da indústria, etnográficos entre muitos outros assumindo formas distintas e específicas de funcionamento¹⁴⁴.

¹⁴² Neste âmbito é importante não descorar o aspeto comercial da instituição, evitando, no entanto, os excessos que poderão retirar alguma credibilidade à instituição museal.

¹⁴³ Apenas as elites ou as classes com maiores recursos financeiros é que tinham representatividade nos museus. Agora todos acabam por ter representatividade. O museu torna-se uma instituição de todos e para todos.

¹⁴⁴ De acordo com Hugues de Varine (1996, p.2), à luz dos pressupostos da museologia contemporânea, o museu poderá assumir de entre três formas específicas de funcionamento: o “museu-espectáculo”, “museu-colecção” e “museu-comunitário”.

Ainda de acordo com o pensamento de Varine, o *museu-espetáculo* é um espaço cada vez mais dispendioso, mais visitado e procurado, vocacionado para os turistas e grupos escolares muito voltado para a sociedade de consumo, verdadeiros “supermercados da cultura oficial” (Varine, 1996, p.13) impessoais e estandardizados. Estes espaços, recorrendo cada vez mais às novas tecnologias, tendem a assumir uma

Estes museus contemporâneos, que surgem na sequência desta nova filosofia, têm como objetivo, em consonância com os pressupostos na IX Conferência do ICOM: *O museu ao serviço do homem, atualidade e futuro: o papel educativo e cultural* (Paris e Grenoble, 1971), a construção e análise da história das comunidades, possibilitando que os cidadãos possam, eles próprios, contribuir para uma ação onde estes possam reconhecer-se na sua identidade cultural, utilizando novas técnicas museológicas para solucionar problemas sociais e urbanos.

É por isto que o papel do museólogo será o de organizar um discurso museológico capaz de gerar a comunicação, promovendo a participação da comunidade para, no final, avaliar as ações do museu.

apresentação cada vez mais mediática e espetacular tendo em vista impressionar o visitante. Há uma tendência para a proliferação deste tipo de instituições.

O *museu-coleção*, por sua vez, tende a ser um espaço vocacionado para peritos ou públicos em áreas muito específicas e de alguma especialização atraindo o que Varine denomina de “públicos inteligentes” (*Ibidem*). Nestes museus, a coleção assume um lugar destacado havendo, inclusive, alguma exclusividade temática dado haver alguma pormenorização temática da instituição.

O *museu-comunitário* é o que o autor denomina por “museu de vocação global ou integral”. Será, como se observou, um espaço vivo, onde a preocupação principal são as populações e as suas necessidades.

De certa forma, Pierre Mayrand (s/data) corrobora esta ideia afirmando que dentro da renovação da museologia, os museus foram integrados em três grupos ou categorias distintas:

- os museus industrializados, voltados para a espetacularização do espaço museal, com grandes exposições, venda de serviços, detentores de objetivos políticos, económicos e mentalidades empresariais e competitivas (onde se incluem por exemplo museus como o Guggenheim). Este tipo de museu aposta nas novas tecnologias com a pretensão de «deslumbrar» o visitante com exposições espetaculares. Muitas vezes nem possuem coleções próprias, limitando-se a receber exposições de outros museus, como é o caso do Museu de Serralves.
- os museus intermédios, muito proliferados, como os museus municipais, estando mais próximos da pureza técnica da museologia, detentores de uma forte consciência museológica;
- Os museus sociais, completamente voltados para a comunidade e para o seu desenvolvimento, afinal, tudo o que representa a nova museologia.

Os novos museus são espaços cada vez mais específicos, desenvolvendo outras atividades paralelas como debates públicos, exposições temporárias, ações de sensibilização junto das comunidades e ainda auferindo de receitas próprias recorrendo ao aluguer de espaços próprios como os auditórios para congressos e reuniões, ou ainda a venda de serviços.

Surge, assim, um novo cenário museal em que brotam novas tipologias de patrimónios e novas tipologias de museus descentralizados, próximos dos cidadãos e nos quais se abre caminho para a socialização dos bens culturais. Estes museus, denominados por ecomuseus, museus de ar livre, economuseus, e exomuseus assumem uma função educativa e formativa do cidadão verdadeiramente revolucionária na perspetiva da instituição museal baseando-se nos princípios da liberdade e descentralidade, no pluralismo e comunicação.

1.2.2.4. A sociomuseologia: uma nova abordagem concetual de museu.

Como se observou, a nova museologia abriu caminho a uma nova tipologia de museus e a profissionais com preocupações, até então, impensadas. A instituição, a partir desta nova conceção, pode e deve exercer uma função fundamental na apreciação e crítica da problemática social contemporânea, promovendo um desenvolvimento económico, social e, como sustentam Agostinho Ribeiro (1993, p.9) e Mário Chagas (1994a, p.57), até mesmo político numa abordagem sociomuseológica.

A sociomuseologia assume-se como um sistema aberto e interativo, onde o museu consegue despertar a consciência coletiva sobre a realidade do património pondo-o ao serviço do entendimento dos cidadãos sobre a sua própria realidade e identidade cultural, colocando, ainda, todos os intervenientes da comunidade, o próprio museólogo, os profissionais do museu e os visitantes em permanente diálogo. É, recordando Mário Moutinho, “uma museologia que exprime a cultura do nosso tempo, a cultura das misturas, expressão de uma sociedade em mudança” (Moutinho, 2010, p.137) o que conduz, necessariamente, a uma *praxis* plural e dinâmica. Segundo Marc Maure:

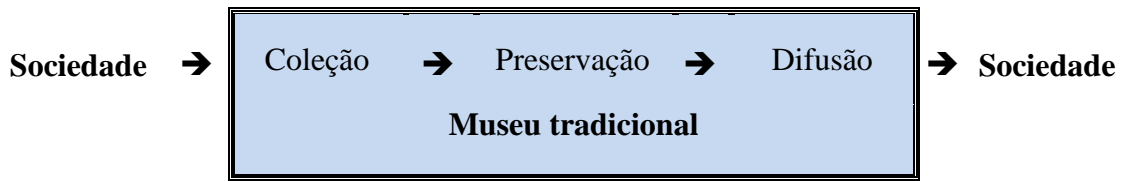
“um sistema aberto e interativo supõe a utilização de um novo modelo de trabalho museístico. Não se trata já de um processo onde as operações de recolha, preservação e difusão são efetuadas no museu, constituindo um mundo à parte isolado da sociedade”¹⁴⁵ (Maure, 1995, p.130).

Nesta ótica, o trabalho do museu deverá ir mais além, envolvendo a comunidade como um elemento integrante de um todo que é o museu.

Ilustrando este aspeto, o autor propõe duas figuras explicativas.

¹⁴⁵ Tradução livre.

Figura 6 – Âmbito de intervenção do museu tradicional, segundo Marc Maure.

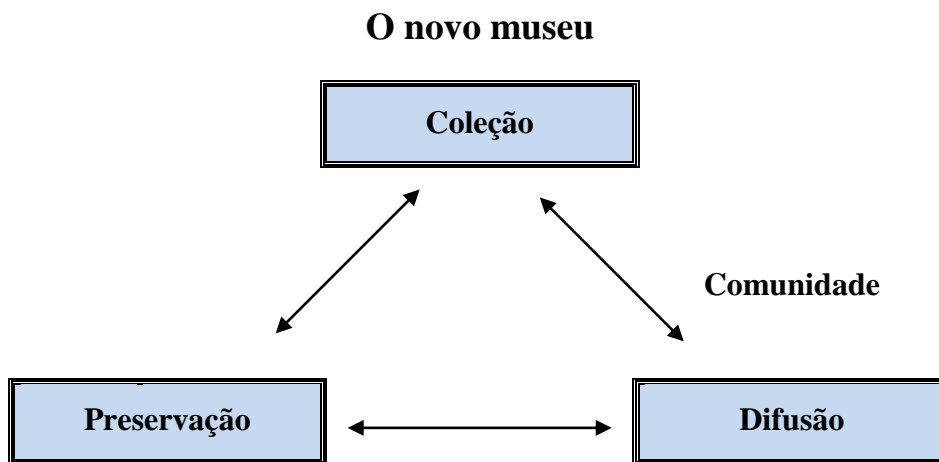


Fonte: Adaptado e traduzido de Maure (1995, p.130).

Pela análise da **Figura 6**, torna-se evidente que a instituição museológica de característica mais tradicional tem a sociedade no exterior de todo o processo de musealização. Esta tipologia de museu é um edifício fechado e hermético em si, organizando as suas funções de forma unidirecional e linear, sem qualquer participação da comunidade.

Em sentido contrário, no quadro que se segue, torna-se perceptível que a nova museologia propõe uma interligação entre as partes, num processo no qual a comunidade é uma parte integrante e ativa, num permanente diálogo entre a comunidade, o museólogo e a instituição museal.

Figura 7 – Âmbito de intervenção do novo museu, segundo Marc Maure.



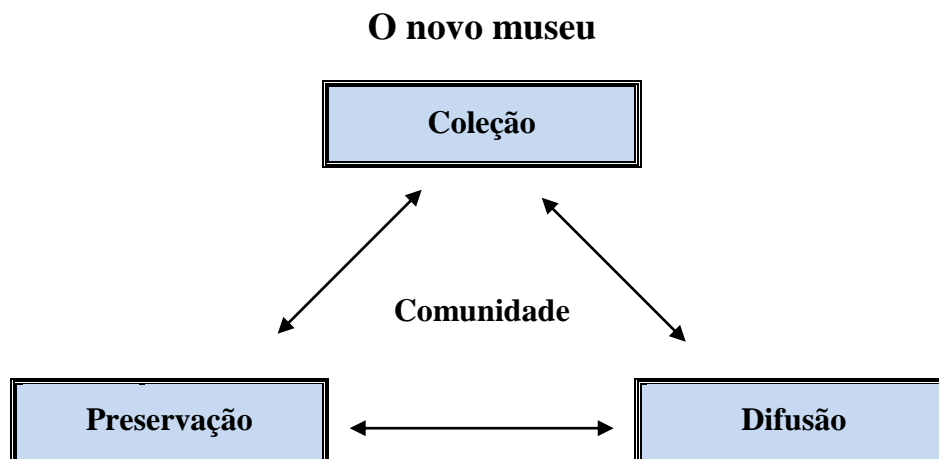
Fonte: Adaptado e traduzido de Maure (1995, p. 131).

Todavia, analisada a figura de Maure à luz dos pressupostos enunciados da nova museologia, entendemos que esta explanação do autor ainda apresenta alguma insuficiência ao não incluir a comunidade no interior da relação entre a coleção, a sua difusão e a sua

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

preservação, pelo que nos atrevemos a sugerir o seguinte ajustamento que inclua a comunidade no interior desta relação:

Figura 8 – Âmbito de intervenção do novo museu.



Fonte: Elaboração própria (2012).

A comunidade não será, pois, mais entendida como um conjunto de recetores de uma mensagem, mas sim, elementos conhecedores da sua própria história e meio envolvente. Por isso, o museu é visto neste novo enquadramento como um “catalisador” (Mayrand, 1998) ao serviço de uma comunidade permitindo que esta procure *a sua* leitura de uma história com várias perspetivas possíveis, contrariando a ideia de que o museu transmite a verdade dos factos históricos sem qualquer outra possibilidade de leitura.

Segundo Pierre Mayrand (1998), este novo museu, ou o *museu social*, deve ter por suporte uma dinâmica inovadora e criadora, assumindo-se como um museu de proximidade e caloroso, apelando às memórias, vivências e experiências das populações, da comunidade, compartilhando essas experiências e conhecimentos, ao contrário do museu tradicional que apenas partilha um produto e que muitas vezes existe para simplesmente conservar património, atrair turistas ou porque fica bem haver um museu numa localidade.

Neste prisma, e em consonância com Maria Mota Almeida, “o museu deixa de ser considerado um fim, para passar a ser um meio, em que existe uma interação profunda entre ele e o mundo em transformação” (Almeida, 1996, p. 110).

Para além de fidelizar as pessoas, há que lhes proporcionar um sentimento de pertença que anule os aspetos negativos associados aos museus tradicionais e que em nada beneficiam as comunidades.

Tal como refere Maria Célia Santos,

“a museologia não está relacionada somente com as acções que estão sendo desenvolvidas nos espaços fechados, dos museus tradicionais (...) mais do que preservar de forma distante e saudosista, devemos é nos apropriar do nosso património, contribuir para que a identidade seja vivida, na pluralidade e na ruptura, encarar de frente o facto de que o colectar, o conservar, o restaurar, o documentar e o expor, na maioria das vezes, estão-se tornando a nossa finalidade última.” (Santos, 1996, p.57)

As atividades e exposições destes novos museus deverão ser o reflexo do trabalho e esforço dos próprios membros da comunidade procurando que o seu envolvimento permita fornecer os meios de se reconhecerem, exprimirem e reverem neste museu que é seu. Será um museu de pedagogia viva e educação permanente, onde os museólogos desempenham um papel vital.

Neste modelo de museu, o museólogo e a sua equipa desempenham um papel de grande relevo “como actores de desenvolvimento local e militantes da acção comunitária” (Varine, 1996, p.12) reconhecendo-se que:

“na perspectiva do desenvolvimento integral da população a primeira obrigação do museu e da equipa museal é detectar as carências do meio e responder-lhes de modo correcto e eficaz (...) na detecção e resposta a esses problemas têm um papel fundamental os técnicos (museólogos, investigadores, animadores, agentes de desenvolvimento...) cuja acção se desenrola em ligação com os restantes elementos que integram o projecto e tem de ser sempre orientado para a resolução dos interesses da população. Nesse sentido, o museu é um centro de formação de criadores.” (Cordovil, 1993, p.16)

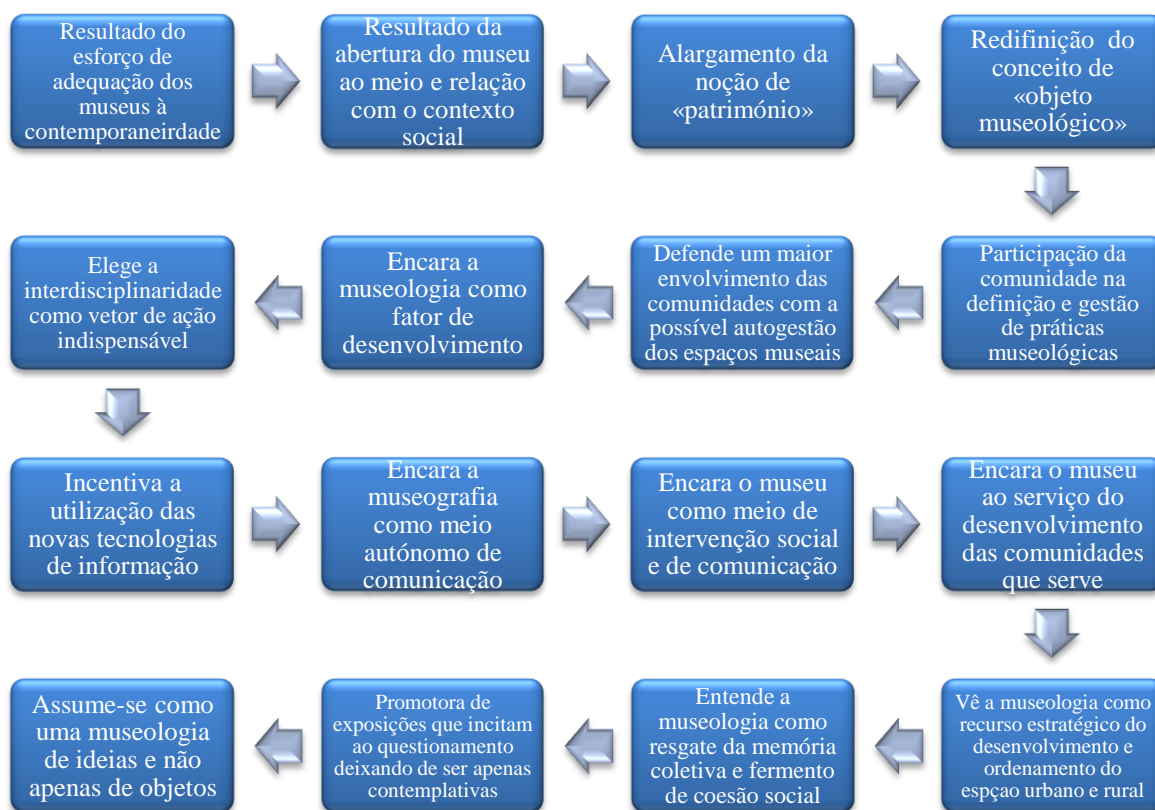
Estes museus têm, deste modo, muito pouco que ver com os ditos museus tradicionais, revelando outras preocupações de âmbito social, envolvendo toda uma comunidade, servindo como

“instrumento de intervenção capaz de mobilizar vontades e esforços para a resolução de problemas comuns, no seio das comunidades humanas onde se encontra. Os espaços e as colecções passam a plano «secundário» e a «pessoa», singular e/ou colectiva, assume o papel primordial no processo museológico.” (*Ibidem*)

A instituição museal da contemporaneidade deverá centrar a sua atividade baseada nos princípios da liberdade e descentralidade e na pluralidade (entenda-se a diversidade no tempo e no espaço). Pressupõe que a comunidade desempenhe um papel central na ação museal, assumindo-se como um local privilegiado para a produção e comunicação dos conhecimentos sendo “um agente de desenvolvimento através de um trabalho criador e de sentido libertador feito pela população (em que se integra a equipa museal), para a população” (*Ibidem*).

Porém, o facto de terem surgido estas novas funções nos museus, não invalida que as estruturas museológicas já existentes não continuem a servir o propósito para que foram concebidas pois, como afirma Mário Moutinho, a sociomuseologia “não é (...) um fenómeno de ruptura ou marginal, mas pelo contrário é fruto e semente de uma sociedade mais democrática” (Moutinho, 2010, p.137). Basta para tal, adaptarem a sua filosofia às novas correntes de pensamento museológico, aplicando as novas funções concordantes com as exigências de uma sociedade contemporânea, embora se reconheça que, nalguns casos, possa ser difícil. Ao compreender a instituição museal como uma tecnologia, uma ferramenta, as pessoas podem fazer dela o que bem entendem, transformar o museu num “lápiz” que podem utilizar para “escrever” (Nascimento & Chagas, 2006). Para isso, será necessário “alfabetizar” nesta nova linguagem para que possam utilizar esta ferramenta de literacia. Isto porque os museus são espaços de criação e de comunicação.

O leque de novas abordagens, concetualizações e entendimentos da sociomuseologia foi explorado por Mário Moutinho podendo sintetizar-se do seguinte modo:

Figura 9 – Traços caracterizadores da sociomuseologia, segundo Mário Moutinho.

Fonte: Moutinho (2010). Esquematização própria (2012).

Resultante deste reposicionamento dos museus face à nova conceitualização museológica, como se deverá encarar a ação museológica propriamente dita? Que função terão os objetos museológicos neste contexto? Será esse o assunto a abordar de seguida.

1.2.2.5. O objeto, o facto e o olhar museológico.

Na perspetiva tradicional, o objeto museológico é uma peça de museu que adquire importância enquanto tal quando lhe é atribuído valor cultural, estético, histórico ou outro e deixa de estar integrado no seu contexto original, perdendo a sua ligação com as pessoas, assumindo um lugar de objeto integrante no acervo de um museu. Tal situação acontece porque ao objeto é atribuído um valor simbólico, um “signo da cultura”, como refere Rosana

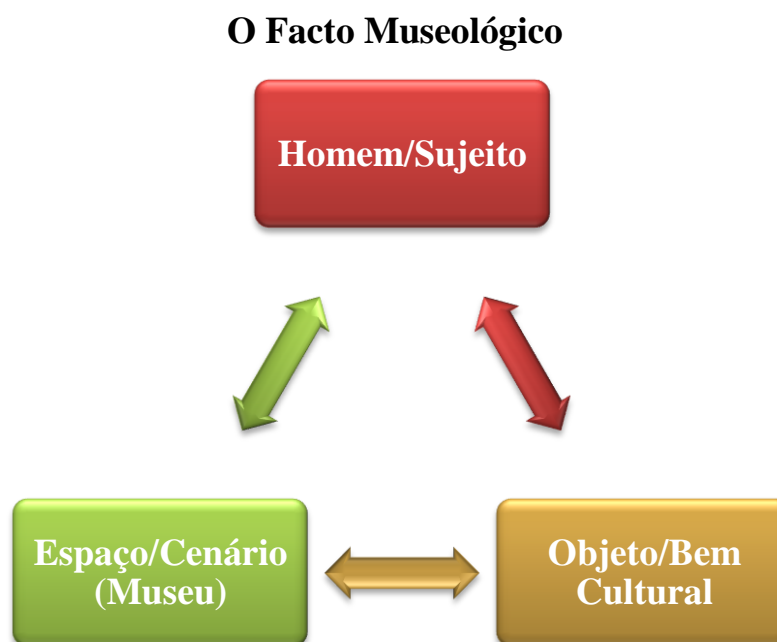
Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena Nascimento, “porque foram usados por mitos e heróis da nossa história, perdidos no passado, guardados em vitrines para serem contemplados” (Nascimento, 1994c, p.9).

Se o objeto for tido em conta apenas por esta simbologia, ou signo que lhe é atribuído, exposto apenas para a sua contemplação, então estaremos perante uma atitude vulgar e minimalista do potencial de informação que o dito objeto poderá transmitir, tanto no âmbito de ideias como de conceitos.

Porém, se, ao invés, for possível estabelecer uma relação direta entre o ser humano (enquanto sujeito que conhece), o objeto (enquanto bem cultural que integra uma realidade do qual o ser humano é uma parte intrínseca) e um espaço (museu enquanto lugar privilegiado de reflexão e diálogo), estar-se-á perante um **facto museológico** pois o facto museológico “é o elemento da realidade que emite informação ou permite a comunicação entre as pessoas e entre o presente e o passado” (Nascimento, 1994c, p.10).

Poderá estabelecer-se o seguinte diagrama de Waldisa Russio para elucidar este conceito:

Figura 10 – Conceito de facto museológico, segundo Waldisa Russio.



Fonte: Adaptado de Russio (1990).

Ainda a corroborar esta ideia Mário Chagas defende que a museologia é uma ciência em construção, que estuda o facto museológico o qual provém da

“ (...) relação profunda entre o homem/sujeito e o objecto/bem cultural num espaço/cenário denominado museu, tudo isso participando da mesma realidade em transformação (...) O processo de atribuição de sentidos está vinculado também à atribuição de valores. Isso faz compreender que os objectos/signos não têm valor em si, e sim valor culturalmente atribuído.” (Chagas, 1994a, p.58)

Entende-se, pois, que o *facto museológico* deverá ser encarado como o aspeto central do estudo da museologia provindo não diretamente do objeto museológico, mas sim da relação que este estabelece com o ser humano, permitindo a existência de uma comunicação entre as pessoas, o passado e o presente. Isto fará do *facto museológico* um símbolo que representará uma determinada manifestação cultural, facultando a mais variada informação ao ser humano.

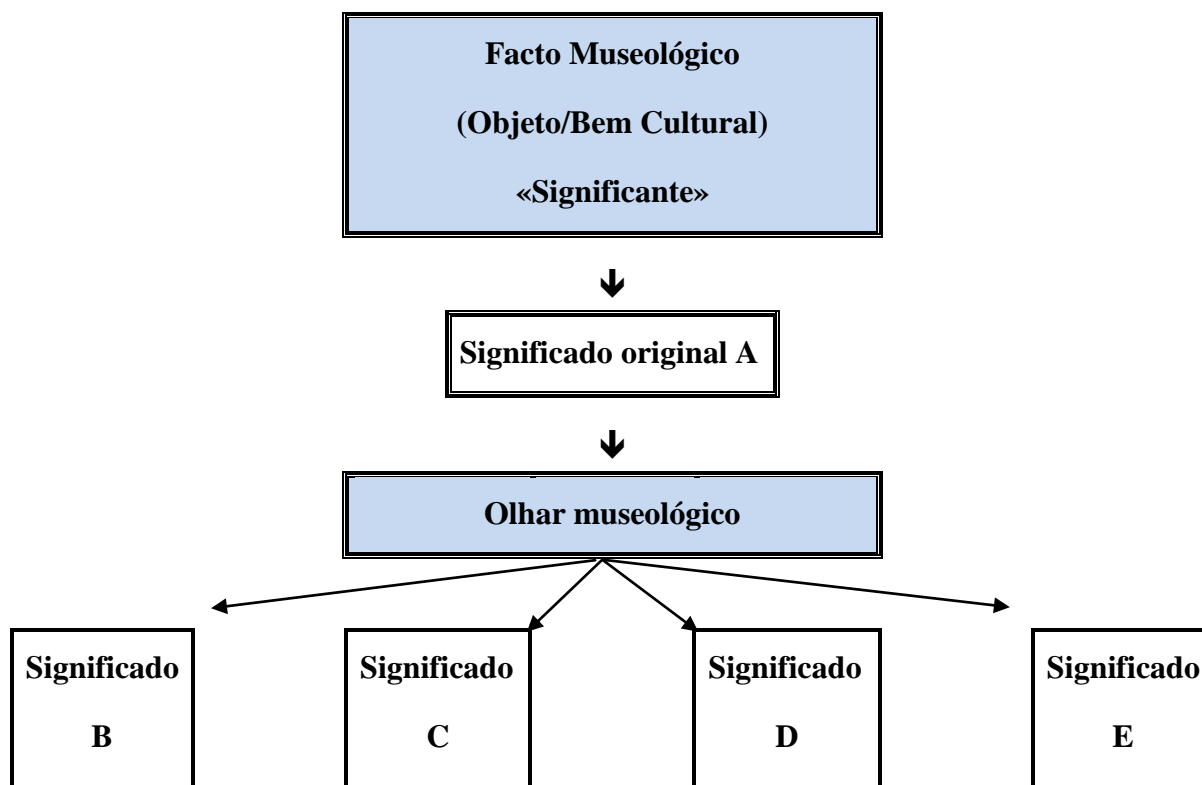
Ao mesmo tempo, a museologia é entendida por Georges Henri Rivière como uma

“(…) ciência aplicada, a ciência do museu. Estuda a história e a função da sociedade, as formas específicas de investigação e conservação física, de apresentação, animação e difusão, de organização e funcionamento, a arquitectura nova ou musealizada, os tempos ou lugares admitidos ou seleccionados, a tipologia e deontologia.” (Rivière, 1989, p.5)

A preservação destes factos museológicos tem claramente um carácter seletivo e é seguramente resultado de um ato de vontade. Como refere Mário Chagas, “potencialmente, tudo é musealizável” (Chagas, 1994a, p.36), mas isso não significa que tudo tenha que ser musealizado. Nem será lógico nem de todo conveniente guardar tudo: há que se proceder a uma seleção. O mesmo autor refere que:

“A musealização é uma cristalização do olhar museológico e implica no estabelecimento de um determinado recorte dentro do universo do museável. (...) potencialmente tudo é museável (...) mas, em verdade, apenas determinado recorte da realidade será musealizado. (...) A musealização é sempre resultado de um acto de vontade (...) é uma construção voluntária, de carácter selectivo e político, vinculada a um esquema de atribuição de valores: culturais, ideológicos, religiosos, económicos, etc.” (Chagas, 1994a, p.37)

À luz deste entendimento, dir-se-ia que o *olhar museológico* é um modo de olhar o mundo através de um «filtro museológico imaginário». Será um olhar capaz de estabelecer signos, procurando outros sentidos para além dos evidentes, estabelecendo relações entre as funções iniciais do objeto ou do bem cultural e outras possíveis representações. Em termos linguísticos, diríamos que atribui vários significados ao significante. Este processo interpretativo poderia ser exemplificado do seguinte modo:

Figura 11: Conceito de olhar museológico.

Fonte: Elaboração própria (2012)

No pensamento de Mário Chagas, trata-se de uma atitude crítica, um olhar questionador que, sem eliminar definitivamente a função inicial do objeto tangível ou intangível, do bem cultural ou natural, irá acrescentar-lhe novas funções, novos sentidos, transformando-o em representações, ou se quisermos, em *documentos* ou *suportes de informação* capazes de conferir aos mais diferentes espaços e/ou cenários o potencial para a constituição de museus. “O olhar museológico revela que a casa, a rua, a praia, a montanha, a floresta e a praça pública, com área verde e brinquedos infantis, são museus não institucionalizados (...)”. (Chagas, 1994a, p.75) O olhar museológico “depende mais de um estado de consciência do que do sentido da visão.” (*Idem*, p.77).

Poderá considerar-se que o olhar museológico não é intencional, mas o processo museológico, esse sim, é intencional e parte daquilo que o olhar museológico é capaz de discernir.

A partir da tomada de decisão de que determinado objeto irá representar algo que se pretende transmitir, está-se a entrar no processo a que Mário Chagas denomina de processo de

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

musealização e assim, “(...) nesta ordem de ideias, pode-se estabelecer que a musealização – de curta ou de longa duração – é uma construção voluntária, de carácter selectivo e político, vinculada a um esquema de atribuição de valores: culturais, ideológicos, religiosos económicos, etc.” (Chagas, 1994a, p.57)

A musealização será sempre um “sistema de recuperação de informações capaz de transformar as colecções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento” (Nascimento, 1994b, p.36).

Porém, estas fontes de pesquisa e instrumentos de transmissão de conhecimentos têm que ser sujeitos a um tratamento cuidadoso por se tratar de uma seleção política e voluntária, passível de múltiplas leituras. A história veiculada pelo museu e pelos factos museológicos não poderá ser entendida como inquestionável. Não será, nem deverá querer assumir-se como a verdade incontestável, mas sim, *uma possível leitura* constituída a partir de uma leitura feita por alguém num determinado momento – apenas uma de infinitas possibilidades (Chagas, 1994a).

Dito isto, pode considerar-se que musealizar é, sobretudo, preservar aquilo que é considerado importante pelas pessoas e para as pessoas, devendo entender-se o facto museológico como:

“um meio que, através da pesquisa, se chega ao processo de produção de conhecimento, tendo como vector a produção cultural do homem, que não é dissociado da rede de relações sociais, políticas e económicas, na qual foi produzindo, tendo um significado de uso, função e movimento no passado e no presente

Ou seja, (...) deve buscar através da pesquisa a historicidade da produção cultural do homem, com seus sistemas de valores, símbolos e significados, as teias de relações estabelecidas entre os homens que criam e recriam objectos no decurso da sua realização histórica.

Se o objecto museal é a produção prática da relação homem-natureza, na medida em que na relação homem-homem vão temporalizando os espaços e fazendo história, este objecto museal não pode ser entendido na sua relação em si, mas na sua relação com os homens e o seu mundo.” (Nascimento, 1994b, p.39).

Preservar os objetos do passado numa perspetiva descontextualizada significa um ato nulo, sem consequência. Mas, preservar os objetos do passado recorrendo aos jogos de significados e à “teia de relações” estabelecidas entre os seres humanos como instrumento de cidadania, motivará a transformação da sociedade que analisa, recria e (re)constrói a partir de uma referência que é o facto museológico.

1.2.3. Sociomuseologia e o património ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento.

Relembra-se que as autarquias locais detêm responsabilidades quanto à salvaguarda do património cultural, existindo nesta matéria grande potencial disponível a favor do desenvolvimento local.

As cidades e os territórios desenvolvidos são tidos muitas vezes como os lugares, por excelência, onde se pode aceder ao património histórico, cultural e artístico. É lá que se concentram os grandes museus, os monumentos mais emblemáticos e significativos da nossa nação, ignorando-se muitas vezes a existência de valores culturais no mundo rural.

Porém, e de uma forma geral, o mundo rural é detentor de todo um património cultural vivo, diversificado e dinâmico e que são afinal as suas tradições, memórias e objetos que, por vezes, não são reconhecidos como cultura. No entanto, também nestes residem os valores de uma nação (Santos, 1994b).

Como foi referido, o património necessita de ser entendido em todas as suas transversalidades. Pode-se, desta forma, entender toda a cultura de uma comunidade, e dos elementos que são parte integrante do seu património vivo e imaterial, afinal, a sua grande riqueza.

Há, pois, que recolher esses elementos para os estudar, valorizar e preservar para finalmente os divulgar às gerações vindouras, pois a modernização das comunidades rurais contribuirá, inevitavelmente, para o desaparecimento das tradições, dos saberes e do saber fazer da cultura local, propiciando a conseqüente diminuição da diversidade cultural e a diluição das populações nas massas uniformizadas pois, nas palavras de Judite Primo:

“O processo de unificação da cultura tem-se generalizado e tem sido sentido tanto pelos Países que geram a globalização como por aqueles que são submetidos por essa mesma globalização. O processo de globalização é dado como sendo a chave para buscarmos entender todas as mudanças (ou pelo menos grande parte delas) que têm vindo a ocorrer no Ocidente e, como consequência dessas mudanças, é possível perceber a progressiva perda de identidades culturais, ou seja, a progressiva redução de valores que são próprios e caracterizam cada nação.” (Primo, 2001, p. 13)

A autora argumenta mesmo que a perda de identidade cultural por parte das comunidades, sendo geradora de grande tensão nos países ocidentais, constitui uma dos aspetos mais negativos do processo de globalização originado pela disseminação das novas tecnologias.

Num mundo onde a globalização tem trazido graves problemas de perda das identidades locais, os museus adquirem uma importância vital para a sua preservação, contribuindo em simultâneo para que essas mesmas identidades possam permitir aos cidadãos refletirem sobre a *sua* sociedade, a *sua* identidade e os problemas quotidianos vividos por eles mesmos. Conceição Moreira (1996) declara que

“a nova museologia (...) tem essencialmente por missão favorecer por todos os meios o desenvolvimento da cultura crítica quer no indivíduo, quer em todas as camadas da sociedade como a melhor solução contra a aculturação, a massificação e a falsa cultura (...) só através dela (a cultura crítica) as populações poderão resistir de forma consciente à tomada de poder económico e cultural por parte de agentes externos à comunidade, impondo modelos culturais e de vida inadequados.” (Moreira, 1996, p.37).

Urge que se proceda à salvaguarda do património cultural local, levando estes objetivos mais longe, promovendo e apoiando o desenvolvimento local, procurando o equilíbrio entre a proteção do património e esse mesmo desenvolvimento, envolvendo as comunidades implicadas numa proposta de desenvolvimento local integrado.

O património, nas suas diversas vertentes, deverá assumir um papel de promoção de um desenvolvimento sustentado, recorrendo à memória coletiva como um recurso endógeno a ser rentabilizado, reforçando a consciência da própria identidade que de outra forma poderia ver-se esvanecida no caso de um museu centralizado. Tal como aponta Mário Chagas,

“(...) um país não se desenvolve sem memória. A memória é apanágio dos vivos (...). A memória não é tempo congelado, guardado na cristaleira com a chave trancada por dentro (...) A memória se renova no choque do dia-a-dia. Destruí-la é desaprender a falar, desaprender a ver, ouvir e andar. O museu do nosso tempo preserva pedaços/representações dessa memória-viva nova.” (Chagas, 1994b, pp.81-82)

A própria noção de *museu integral*, introduzida pela Declaração de Santiago do Chile (1972) que encara a instituição museológica como um instrumento de mudança social e um instrumento para o desenvolvimento sustentável, destinada a proporcionar à comunidade local uma visão de conjunto do seu meio material e cultural, assume-se como agente de desenvolvimento local, trabalhando com uma comunidade participativa e consciente do que é o património cultural, de como ele está inserido no território e como ele é retrato da singularidade dessa mesma comunidade e das suas memórias.

A *Recomendação sobre a Diversidade Cultural* (UNESCO – 2002), que defende a diversidade cultural como património comum da humanidade, encara essa mesma diversidade

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

cultural como motor de pluralismos e intercâmbios culturais, motor de desenvolvimento integrado e promotora de criatividade.

O Apelo de Granada (1986), no âmbito do Conselho da Europa com o tema *Arquitetura Rural no Ordenamento do Território*¹⁴⁶ realizado em Granada – Espanha alerta precisamente para os saberes e os fazeres tradicionais e refere que uma conservação integrada do património, deve ter em conta a fixação humana e a sua influência nessa comunidade. A conservação não tem a ver exclusivamente com a conservação física do objeto, mas com a influência nas pessoas possibilitando haver um desenvolvimento integrado a partir do património, contribuindo para um desenvolvimento global das regiões rurais (económica, cultural, social, entre outras).

Deste modo, o recurso endógeno já referido poderá ser considerado como um «produto» exclusivo dos portugueses, e mais concretamente das comunidades locais e rurais. Pode, por isso, ser encarado como um produto competitivo pela sua exclusividade. As autarquias locais, ao preservarem tanto o seu património tangível como intangível, estão a contribuir com produtos que, postos ao serviço do turismo, constituem um dos fatores de desenvolvimento local. Nas palavras de José Sousa e Silva, ex-subdirector geral da Direcção-Geral do Turismo,

“(…) o turismo é reconhecido como um meio susceptível de valorização do património natural e cultural, de correcção de assimetrias e de melhoria da qualidade de vida dos residentes. Face a esta relevância, importa potenciá-lo e desenvolvê-lo de um modo racional e equilibrado, de forma a que possa assumir-se claramente como um sector gerador de infra-estruturas, de equipamentos e de actividades, proporcionando uma verdadeira cadeia de riqueza com repercussões directas nas economias regionais (...) Os recursos naturais e culturais constituem a base ambiental de sustentação das actividades turísticas, actuando como o factor motivador dominante da procura e do desenvolvimento turístico.” (Silva, s/data, pp.18-19)

José Sousa e Silva afirma, ainda, que o “turismo sustentável é um conceito que se prende com o legado de valores histórico-culturais e ecológicos da geração presente deixado para as gerações futuras e, conseqüentemente, para as actividades turísticas futuras” (*Ibidem*). Esta perspectiva de turismo sustentável resulta da conciliação entre o desenvolvimento do turismo, e seus respetivos objetivos económicos, com a manutenção dos recursos que estão na base da sua existência. Estes recursos serão necessariamente as riquezas naturais, culturais, as

¹⁴⁶ Este foi o primeiro documento que nos revela uma preocupação de integração dos indivíduos no processo de conservação.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

caraterísticas sociais e, por vezes, as caraterísticas comunitárias de uma determinada região e que constituem, por si, o potencial territorial de que o desenvolvimento turístico necessita.

Por sua vez, o turismo cultural proporciona aos cidadãos uma tomada de consciência da necessidade de salvaguarda desse património que é seu, é vivo e permanente e, por isso, se lhe reconhece um valor intrínseco. Se o cidadão possuir consciência do valor do seu património, zelará pela sua salvaguarda porque «só se gosta daquilo que se conhece».

O património pode ser, deste modo, um elemento fundamental para o desenvolvimento integrado de uma determinada população assente no pressuposto de que agir em simultâneo sobre as estruturas físicas, a fixação humana, a criação de emprego e articulação de atividades diversificadas contribuirá para o desenvolvimento global das regiões rurais em termos económicos, culturais e sociais.

Neste âmbito, e de acordo com a Lei 107/2001, de 8 de setembro que refere que, para além do dever do estado, “constitui especial dever das autarquias locais promover e apoiar o conhecimento, a defesa e a valorização dos bens imateriais mais representativos das comunidades respectivas (...)”¹⁴⁷ deverão as autarquias locais promover a salvaguarda do seu património tangível e intangível, colocando-os ao serviço das suas populações, enquanto simultaneamente se procede à sua salvaguarda, contribuindo desse modo para um desenvolvimento local.

¹⁴⁷ Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, Lei n.º 107/2001; de 8 de setembro; Diário da República; I Série-A, Artigo 92, n.º 2.

**CAPÍTULO II – MUSEUS E REDES NA
CONTEMPORANEIDADE: NOVAS PERSPETIVAS NA ERA
GLOBAL?**

Capítulo II – Museus e redes na contemporaneidade: novas perspectivas na era global?

Neste segundo capítulo serão discutidas diversas matérias da atualidade procurando estabelecer correlações entre estas, a teoria sociomuseológica e a praxis museológica contemporânea.

Em primeiro lugar, pretende-se analisar algumas questões adstritas ao fenómeno da globalização e seus impactos na sociedade, na diversidade cultural e identitária para se poder construir uma reflexão acerca dos atuais desafios colocados perante as instituições museais, resultante das transformações sociais, ocorridas no século XX e, ainda, de forma mais evidente, neste século XXI.

No contexto da contemporaneidade, a ação da globalização aproximou os setores do estado, economia e sociedade.

Esta perspectiva plural da sociedade de hoje merece reflexão neste estudo.

Será, assim, lançado um olhar sobre as transformações que ocorrem no poder local e a problemática da democracia representativa e da democracia direta¹⁴⁸, transportando esta realidade para o campo da museologia. Será analisado o modo como esta problemática influencia e se relaciona com a temática sociomuseológica – o nosso recorte de análise – e a organização museal em rede. Esta abordagem mostra-se pertinente se atendermos ao facto de que os museus e as redes museológicas locais suportam uma forte intervenção do poder local¹⁴⁹ cuja ação e postura política (Silva, 2004) poderão exercer influência direta nas práticas sociomuseológicas.

Com a criação da Internet e o conseqüente surgimento da sociedade informacional (Castells, 2007), propagaram-se complexas e diversificadas teias relacionais levando à abundante proliferação de redes organizacionais que parecem assumir um protagonismo central e tendencialmente crescente nesta nova reorganização mundial exigindo adaptação, transformação e reimaginação (Anico, 2005) no funcionamento de todas as instituições.

¹⁴⁸ Bilhim (2009); Laus (2004); Werthein (2000); Carvalho (2009).

¹⁴⁹ É de referir que o estudo de Neves & Santos (2006) demonstra que a administração local tem vindo a assumir um peso crescente na tutela dos museus em território nacional. Tal fator leva-nos, necessariamente, a olhar para esta dimensão da realidade das instituições museais locais em rede que não pode ser ignorada neste estudo.

A sociedade ficou, pois, capacitada de instrumentos e estruturas organizacionais capazes de a conduzir a um desenvolvimento sem precedentes resultando num processo de mutação que levou a um mundo ligado em rede onde esta se tornou a estrutura dominante empregue em todos os setores da sociedade. Este contexto social está diretamente relacionado com a teoria da sociedade informacional e os novos conceitos do paradigma da tecnologia da informação (Castells, 2007; Werthein, 2000) germinados da revolução das tecnologias de informação¹⁵⁰.

O referido paradigma da tecnologia da informação emergiu na sequência da criação da Internet introduzindo novas relações entre tecnologia, economia e sociedade. Assenta, de acordo com Castells (2007), em cinco características base: a) a informação constitui a sua matéria-prima; b) os efeitos das novas tecnologias penetram em todos os sectores de atividade humana exercendo influência no desenvolvimento dessa mesma atividade; c) a lógica de «rede» passa a deter uma importância central, com tendência a ser empregue em qualquer tipo de processo; d) a noção de flexibilidade assume um cunho basilar pois permite a permanente reconfiguração das organizações e e) existe uma crescente convergência entre todas as tecnologias das diversas áreas do conhecimento, tornando-se interligadas.

Em segundo lugar, também se tenta evidenciar o facto de que, neste contexto, uma organização museológica local assente numa lógica de rede poderá constituir um fator crucial para o sucesso dos museus, pois as diversas tipologias de rede nas suas variadas formas parecem ser promotoras de novas atividades e de novas potencialidades para o mundo da cultura, de uma forma geral, e para os museus, de uma forma particular. Corroborando esta perspetiva, encontram-se autores que defendem que a reorganização da base material da sociedade se centra nas tecnologias de informação e se consubstancia na forma de redes¹⁵¹ demonstrando já constituir uma tendência na organização das instituições culturais dos nossos dias (Souza Leão Júnior, et al., s/data). A questão que se coloca é: como proceder a uma efetiva organização de museus locais em rede, promotora da prática sociomuseológica, tendo em conta que o envolvimento do poder local, que tutela parte expressiva das instituições museais locais, assume uma importância significativa?

O capítulo centrar-se-á, deste modo, na problemática da sociedade atual, levando-nos a debater a globalização do mundo, a sua relação com as redes e a consequente aplicação

¹⁵⁰ Cardoso (2006); Beja Santos (2006); Castells (2007); Kohls (1999); Rocha (2000); Werthein (2000); Henriques (2006).

¹⁵¹ Silva (2004); Castells (2007); Rocha (2000); Werthein (2000); Kohls (1999); Assunção (2009); Hernández (2009); Nabais (2009); Lira (2009); Rico (2009).

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

destas ao campo da cultura e da museologia, não olvidando uma análise da génese e morfologia da própria rede bem como a própria concetualização do que se entende por estrutura de «rede».

Esta reflexão reveste-se de significativa importância para o conhecimento na área da museologia abordando questões muito atuais do mundo contemporâneo, num período em que os museus atravessam momentos decisivos e preocupantes, até de alguma indefinição existencial, quanto ao presente e futuro, provocado pelas novas realidades e tendências da sociedade do nosso século. A perceção de que existem, hoje, realidades e tendências novas nos campos da museologia e da sociedade de informação suscita a necessidade de investigar e aprofundar estas realidades emergentes.

Torna-se, assim, necessário estudar as dimensões de interação entre a sociedade globalizada, a sociomuseologia e as redes museológicas locais não excluindo as novas responsabilidades sociais do poder local. Para tal, partindo da análise dessas novas teorias, será estudada a sua utilidade no campo da museologia atual perspetivando um olhar renovado sobre um outro caminho possível para a museologia contemporânea na sua missão de contribuir para o desenvolvimento local e sustentado do ser humano.

2.1. Globalização e contemporaneidade: realidades, consequências e desafios colocados à sociedade, à cultura e aos museus.

O mundo coetâneo atravessa momentos de grande incerteza e inquietação. São sentimentos que surgem, como é sabido, na sequência direta da crise financeira do setor imobiliário norte-americano que, alastrando de forma imprevista e incontrolável, veio a atingir os mercados financeiros mundiais alastrando numa das maiores crises económicas e financeiras globais das últimas décadas. Poucos terão conseguido antever as atuais consequências desta conjuntura que aflige a sociedade contemporânea, sem que se possa vislumbrar um desfecho a curto nem, tampouco, a médio prazo.

Toda esta condição é reflexo direto do fenómeno da globalização testemunhando a forma como a sociedade se encontra entrosada, dir-se-ia, conetada em rede. O fenómeno da globalização, através do complexo sistema de redes, é uma realidade que afeta diretamente os seres humanos por todo o globo, a todo o momento, nos diversos setores de atividade da sociedade.

A noção de «globalização» não será propriamente hodierna, pois já Karl Marx e Friedrich Engels (1848) alertaram no seu *Manifesto Comunista* para a existência de um fenómeno semelhante. Por sua vez, Georges Rivièrè (1993) afirma que, no final do século XIX, existia uma consciência de que o mundo e as sociedades estavam em mudança, fruto do desenvolvimento económico nascido de um período de progresso industrial, havendo, por isso, necessidade de proceder à salvaguarda das identidades regionais que se consideravam estar em perigo. Trata-se, porventura, do primeiro alerta no âmbito da defesa patrimonial para os «perigos da globalização» e os seus efeitos nas comunidades rurais e respetivas identidades locais. Por seu lado, Boaventura Sousa Santos (2003) e Ana Almeida (2008) defendem que, ainda em épocas mais recuadas, nos séculos XII, XIII, XV, XVI e XIX ter-se-ão dado processos de globalização hegemónica aquando do movimento das reconquistas cristãs e da expansão europeia, por exemplo. Para Boaventura Sousa Santos (2003), a globalização a que se assiste hoje é o “clímax” de todas as outras formas anteriores de globalização tornando-se, segundo Almeida, num “fenómeno único da história da humanidade” (Almeida, 2008, p.1). Ainda Ricardo Darthein (2004), comungando da perspetiva de Santos (2003) e Almeida (2008) adianta que este processo que se iniciou no século XVI passou a incorporar, paulatinamente, a partir do século XIX, algumas das características que hoje distinguem a

globalização: “a economia-mundo, o Estado-nacional, o Estado hegemónico e os ciclos sistêmicos.” (Darthein, 2004, p.15).

Seja como for, de acordo com todos os autores consultados, terá sido nos últimos anos do século XX que o fenómeno tomou dimensões verdadeiramente generalizadas.

Todavia, o próprio fenómeno em si, e a forma como é depreendido, não reúne consenso, coexistindo várias sensibilidades e concetualizações¹⁵² sobre o modo como a globalização afeta pessoas, ideias, modos de vida e, sobretudo, a problemática da diversidade.

Para uns, são salientadas as influências homogeneizadoras que o «*american way of life*» exerce no tecido social (Anico & Peralta, 2004), nas pessoas, e sobretudo nos jovens, de todo o planeta num certo «atentado» ao direito à diversidade identitária. Se quisermos, trata-se da “unificação universal de culturas”¹⁵³ (Primo, 2001, p.1), da proliferação da “monoidentificação” (Acero, 1999, p.16), ou seja, da “cultura exclusiva” (*Ibidem*), que

¹⁵² Consideramos que cabe, neste momento, referir que, no que à interpretação de «globalização» diz respeito, está longe de haver consenso entre autores. Tal reforça a ideia de que se está a viver um período de crise, transição e incertezas. Ricardo Darthein (2004) aponta cinco noções interpretativas do fenómeno de globalização com diferenças consideráveis entre estas e mesmo dentro na mesma linha interpretativa. Em termos muito gerais, a primeira é, por ele, designada de “globalista” sugerindo a existência de um novo foco de estudo: a sociedade global. Esta perspetiva pressupõe que as novas tecnologias introduzem um meio para comunicar e, assim, aumentar a produção financeira numa escala mundial. Nesta ótica, existem dois grupos distintos de autores: uns que encaram este movimento como positivo, repleto de novas oportunidades e outros que encaram este movimento com maior pessimismo.

A segunda interpretação baseia-se na “teoria da hegemonia compartilhada” pondo em causa a perspetiva dos globalistas. Defendem estes autores que a globalização ampliou a internacionalização da economia global num cenário em que os estados permaneceriam ainda a deter responsabilidade das realidades quotidianas.

Uma terceira interpretação centra-se nos princípios defendidos pelos “neodesenvolvimentistas” que encaram a globalização enquanto um fenómeno essencialmente financeiro assente na fusão global dos mercados numa ofensiva hegemónica dos Estados Unidos da América na sua condição de superpotência mundial.

A quarta perspetiva, profundamente dividida quanto à sua concetualização, surge pelos defensores do «sistema mundial» e divide-se entre aqueles que “partem do conceito de moderno sistema mundial (...) para analisar a globalização e os que questionam esse conceito (...) em favor da tese da existência de um único sistema mundial, tornando-o como a referência teórica para interpretá-la”. (Darthein, 2004, p.4).

Por fim, a última interpretação de globalização é a “teoria da dependência” que encara este fenómeno como o momento de crise no seio do sistema capitalista e baseia-se, em muito, nas reflexões de Karl Marx.

¹⁵³ Ana Almeida (2008), numa perspetiva menos defensora das identidades locais e suas particularidades, contesta esta ideia defendendo que, no contexto atual, “o mundo está cada vez mais interligado, mas não unificado”. (Almeida, 2008, p.54). Prossegue esta autora elucidando, de modo um tanto fatalista, que “de facto, perderam-se muitos ritos e tradições peculiares e muitos outros se irão também perder, mas, à medida que os descartam, as sociedades vão adoptando novos ritos e tradições, talvez mais adequados e pertinentes à realidade do seu espaço-tempo. As culturas e as identidades não precisam, por isso, de ser confinadas ao isolamento em prol de uma suposta autenticidade” (*Ibidem*). A cultura e as identidades, segundo a mesma autora, qual processo em mutação ou “construção” (Appadurai, 2004), é um processo cambiante, de características positivas de constante “fazer, refazer e transformação [cultural e identitária que] longe de ser uma materialização que se herda, é um processo que põe em marcha o potencial humano para a autoprodução e transformação (...) [abrindo] possibilidades de criação de novas identidades e novos sujeitos” (Almeida, 2008, p.53). Este aspeto será ainda aprofundado neste capítulo.

Octávio Ianni (1994, s/pág.) e Ana Almeida (2008) identificam por “europeização”, “americanização” ou “ocidentalização”.

Para outros, a noção da sociedade globalizada, enquanto sistema homogeneizador do tecido social (Aguileta, 2000; Almeida, 2008), é uma visão falaz. Contestam-se estes entendimentos de cultura e identidade, defendendo-se, *a contrariu sensu*, que a cultura global é caracterizada pela diversidade e pluralidade e não pela uniformidade¹⁵⁴ (Siqueira, 2001; Costa, 2004; Almeida, 2008). Neste entendimento, a nova realidade global introduz uma nova capacidade de “promover a identidade, solidariedade e novas formas de cooperação e interação em conformidade com as particularidades da sociedade informacional” (Frey, 2003, p.174), nomeadamente sob a forma de redes de relacionamentos sociais promotoras do pluralismo cultural (Siqueira, 2001; Almeida, 2008). Esta perspetiva defende que, sem a ação disseminadora da informação e a interação social, sem a exposição constante às influências mútuas de culturas diversas à escala mundial proporcionada pela sociedade informacional, não haveria contato entre as diversidades culturais humanas excluindo, assim, a oportunidade de (re)afirmação identitária (Costa, 2004) ou enriquecimento e adaptação identitária próprio do “contínuo singrar da vida” (Almeida, 2008, p.53).

Neste sentido, pode considerar-se, como sustenta Featherstone (2001), que coexistem visões tanto homogeneizadoras como heterogeneizadoras das culturas globais e, simultaneamente, todo um conjunto de perceções intermédias.

O que se torna necessário é encarar esta problemática de forma neutra evitando aquilo que Ianni (1994) designa por “posicionamentos exacerbados”. Este autor sintetiza, perspicuamente, os diversos posicionamentos e principais divergências concetuais – algumas radicalizadas – sobre a diversidade no domínio da globalização:

“Alguns [autores] chegam ao extremo de autonomizar o diferente, diverso, *sui generis*. Apegam-se ao local e esquecem o global, imaginando que o singular prescinde do universal. Enfatizam a diferença, tornando-a original, estranha, exótica; ou elegendo-a primordial, isenta, ideal. Incorrem no etnocentrismo ocidentalizante que pretendem criticar, tornando o outro, que querem resgatar e proteger, em ente abstrato, deslocado da realidade, da trama que o constitui como diferente. Alimentam uma nostálgica utopia escondida no próprio imaginário. Outros subordinam toda a diversidade à

¹⁵⁴ Esta noção surge no sentido em que o processo de relacionamento social, altamente complexo proporcionado pela estrutura da rede, fomenta o pluralismo cultural, ou seja, aquilo que Holgónsi Siqueira (2001) apelida de “democracia dialógica”.

O consenso, salienta este autor, fomenta a coibição de opinião, valores, perspetivas e ideias e conduz perigosamente a uma tendência fundamentalista ao alhear a possibilidade do desacordo. Por este motivo, a globalização oferece um meio para (re)afirmar as diferenças identitárias e colocá-las ao serviço da harmonia e tolerância entre os seres humanos.

globalidade. Reconhecem a diversidade, mas não a contemplam, não percebem a sua originalidade. Esquecem que o local pode não só se afirmar como se recriar no contraponto com o global. Naturalmente entre esses dois extremos, uns priorizando o local e outros o global, há toda uma gama de posições. Revelam-se nas reflexões sobre os mais diversos aspetos da realidade. Este é o contexto metodológico em que se situam algumas das controvérsias correntes nas ciências sociais. Uns preocupam-se com a diversidade, procurando a identidade, e protestando contra a globalidade. Outros contrapõem o saber local ao global, falando em indigenização ou cristalização das ciências sociais, fazendo reservas ou oposição à ocidentalização.” (Ianni, 1994, s/pág.)

Por sua vez, também se entende que este novo mundo e complexo «estado de coisas» resulta de “uma revolução tecnológica, centrada nas tecnologias de informação, [que] começou a remodelar, de forma acelerada, a base material da sociedade” (Castells, 2007, p.1) havendo lugar a uma nova forma de interação entre a economia, o estado e a sociedade naquilo que Manuel Castells (2007) apelida como “um sistema de geometria variável” (*Ibidem*) onde as transformações globais não incidem isoladamente numa só área da sociedade ou do conhecimento atuando, antes, de modo transversal em todos os setores globais, unindo vetores de sociedade, economia e estado numa amálgama¹⁵⁵ de um “universo múltiplo” (Ianni, 1994, s/pág.) e de fronteiras permeáveis que perderam o seu sentido tradicional (Siqueira, 2003).

Desenha-se, pois, uma nova ordem social (Rocha, 2000), uma realidade em rede entendível como uma “totalidade em formação [que constitui] um jogo de relações, processos e estruturas de dominação, apropriação, integração e contradição, soberania e hegemonia, configurando uma totalidade em movimento, complexa e problemática” (Ianni, 1994, s/pág.). Modificam-se profundamente as relações humanas, reconfigurando as funções e as missões de alguns dos seus principais agentes: estado, economia e instituições sociais¹⁵⁶ introduzindo-se novas desigualdades sociais e contradições que envolve, para além dos agentes focados, a geografia, história, religião, tradição, identidade, etnicismo, fundamentalismo, ideologia, e utopia (Ianni, 1994, s/pág.).

Esta realidade impõe um olhar interdisciplinar no estudo das ciências sociais porque “o mundo [já] não é um mundo homogêneo e rígido, mas sim hiperplural, indeterminado e que se caracteriza pela flexibilidade e pela imprevisibilidade das mudanças” (Siqueira, 2003, p.3).

¹⁵⁵ Wallerstein (1987, p.312); Ianni (1994); Rocha (2000); Kohls (1999); Darthein (2004); Gouveia, Neves & Carvalho (2009).

¹⁵⁶ Souza Leão Júnior *et al.* (s/data); Kohls (1999); Henriques (2006); Castells (2007).

Figura 12 – Relação de interdependência transversal nas áreas do conhecimento face ao fenómeno da globalização.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Figura 13 – Relação de permeabilidade das fronteiras entre sociedade, estado e economia no novo contexto global.



Fonte: Elaboração própria (2012).

A sociedade de informação entrou, pois, irreversivelmente num período definido pela pluralidade, multiculturalidade e interdependência (Castells, 2007; Stockinger, 1997), num movimento e numa configuração que “transborda os limites convencionais desta ou daquela ciência social” (Ianni, 1994, s/pág.), havendo lugar a uma renovada forma de interação entre cultura, economia, estado e sociedade.

Em todo este processo terá sido a própria economia¹⁵⁷, na lógica da conectividade e das redes de comunicação e informação¹⁵⁸, que contribuiu para a massiva transformação ocorrida a nível mundial, acentuando um “desenvolvimento desigual, desta vez não apenas entre o Norte e o Sul, mas entre os segmentos e territórios dinâmicos das sociedades em todos os lugares e aqueles que correm o risco de se tornarem irrelevantes sob a perspetiva da lógica do sistema” (Castells, 2007, p. 2). A problemática da desigualdade social acentuada pela ação da globalização é, ainda, abordada em autores como Kohls (1999), Rocha (2000) e Werthein (2000) revelando, unanimemente, preocupação acrescida no respeitante a este efeito perverso da globalização.

Deste modo, pode considerar-se que a nova era trouxe, por um lado, a proeza da libertação e desenvolvimento de alguns através da interação, partilha de informação e comunicação mas, por outro lado, revelou-se incapaz de dar resposta às camadas subdesenvolvidas presentes em certos nichos da sociedade, um pouco por toda a parte, criando as consequentes assimetrias¹⁵⁹ que parecem intensificar a “exclusão social, política e económica, afrouxando os laços sociais no nível comunitário e colocando em risco a própria democracia” (Frey, 2003, p.166).

No fundo, com as devidas ressalvas atrás referidas, a questão central, ou seja, as *desigualdades e assimetrias sociais atuais*, à semelhança do que sucedeu com alguns dos pressupostos da Declaração de Santiago do Chile (1972) e da Declaração de Caracas (1992),

¹⁵⁷ Foi através do desenvolvimento do capitalismo, na sequência da queda do comunismo e do bloco soviético, que houve lugar a uma profunda reestruturação global que se expandiu de um campo inicialmente incidente no comércio, economia e finanças para o campo da interação social e cultural (Ianni, 1994, 1995; Kohls, 1999; Castells, 2007).

¹⁵⁸ Souza Leão Júnior, et al. (s/data); Frey (2003); Cardoso (2006); Castells (2007).

¹⁵⁹ Estas constantes contradições, esta dicotomia antagónica é enfatizada por Ianni ao afirmar que “o local e o global estão distantes e próximos, diversos e mesmos. As identidades embaralham-se e multiplicam-se. As articulações e as velocidades desterritorializam-se e reterritorializam-se em outros espaços, com outros significados. O mundo se torna mais complexo e mais simples, micro e macro, épico e dramático. (...) A globalização cria injunções e estabelece parâmetros, anula e abre horizontes.” (Ianni, 1994, s/pág.).

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena
ambas no âmbito do ICOM¹⁶⁰, voltam a estar em foco, embora noutros termos e a causar preocupação política¹⁶¹ e social.

Uma coisa parece certa: nesta perspetiva, o processo de globalização, ao transformar a anterior ordem mundial naquilo que hoje se conhece, introduziu novas realidades, problemáticas, assimetrias, desigualdades e desafios à sociedade onde, naturalmente, a museologia tem responsabilidades e obrigação social de análise e intervenção, agindo, nesta nova conjuntura, em prol do desenvolvimento social e cultural da sociedade e do ser humano. Existe mesmo, de acordo com Santacana Mestre & Nayra Molina (2008), o requisito de os museus locais se estruturarem, hoje, em rede como “única forma que o museu dispõe para se enfrentar com êxito ao isolamento”¹⁶² (Mestre & Molina, 2008, p.41) neste mundo interconetado.

Tomando como exemplo as experiências dos encontros de Santiago do Chile (1972) e de Caracas (1992), e outros, partindo da identificação dos reais problemas da sociedade dos nossos dias, devem os museus, eternos “filhos do seu tempo”¹⁶³ (Aguileta, 2000, p.104), diligenciar estratégias e procedimentos adequados, numa tentativa de colmatar as debilidades sociais carentes de intervenção assim como resolver as suas próprias fragilidades entretanto despontadas.

Tal provavelmente passará pela reflexão sobre os desafios sociais e culturais da realidade coeva bem como pela apropriação e desenvolvimento das novas ferramentas ora disponíveis e a consolidação de sinergias com outros setores da sociedade numa ação transdisciplinar a favor das ditas ações estratégicas. Poderá implicar que, partindo do património, identidade e das culturas locais, se possa incitar as pessoas ao diálogo, à comunicação, partilha cultural e cooperação em rede, numa ação conjunta com o poder local, devendo conduzir as comunidades a uma verdadeira inclusão social do século XXI e um verdadeiro desenvolvimento local sustentado.

¹⁶⁰ No caso dos documentos em questão, recorda-se que se elegeram, entre muitos outros assuntos, as desigualdades sociais existentes entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos como aspetos preocupantes. Na atualidade, uma das questões que se colocam centra-se, desta vez, não tanto nas desigualdades sociais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (embora, provavelmente, essa problemática ainda subsista), mas antes nas desigualdades sociais nas camadas da sociedade global que não entram em diálogo com o resto do mundo e com outras comunidades, numa espécie de autoexclusão social. A partilha de informação, a comunicação e o diálogo intercultural parece estabelecer um meio de inclusão social num mundo em que as redes e os constantes fluxos de comunicação são fatores determinantes para o desenvolvimento social das populações.

¹⁶¹ Refira-se, por exemplo, a implementação da anterior política nacional do «choque tecnológico» contra a infoexclusão numa tentativa de combater este tipo de desigualdade social.

¹⁶² Tradução livre.

¹⁶³ Tradução livre.

Torna-se claro para alguns que, neste contexto, entre outros aspetos, os desafios envolvem novos compromissos políticos locais¹⁶⁴ numa nova perspetiva de trabalho no âmbito do património cultural (López, 2008; Rusillo, 2008) e um novo conceito de “governança” (Bilhim, 2004) ou “*management* público” (López, 2008) que deverá aplicar-se na relação entre poder local, sociedade / comunidade local e a instituição museal.

Será, pois, esse o tema que se irá pinçar de seguida.

2.1.1. Governança: a inovação na administração local aplicada aos museus (em rede).

A nova ordem mundial, de que se fez menção, trouxe consigo um “redimensionamento do mundo” (Anico & Peralta, 2004), uma reestruturação económica, política, sociocultural e tecnológica (Siqueira, 2003) exercendo influência na organização da atividade humana em todos os seus aspetos incluindo a interação entre instituições e organizações¹⁶⁵ numa abordagem interdisciplinar ou interrelacionada¹⁶⁶.

Holgonsi Siqueira acredita que esta perspetiva encaminha e “associa-se a uma participação política ativa” (Siqueira, 2003, p.2) dos cidadãos na abordagem das novas problemáticas da sociedade e do campo da cultura exigindo mesmo, conforme destaca Iñaki Aguilera (2000), uma ação pública de proximidade neste domínio contrariando as tendências das políticas tradicionais centralizadoras, impositivas (Frey, 2003) e “cada vez mais isoladas dos cidadãos” (Kohls, 1999, p.3).

Este facto, abeirando-se dos princípios sociomuseológicos de participação ativa dos cidadãos nos desígnios da instituição museal, obriga-nos, neste estudo, a direcionar o olhar à ação autárquica, concretamente no que se refere à problemática da democracia representativa e da democracia direta, ou participativa, aplicável aos museus e às redes locais de museus. Tal afigura-se necessário visto que se tem verificado um importante aumento de instituições

¹⁶⁴ Aguilera (2000); Werthein (2000); Frey (2003); Laus (2004); Bilhim (2004); López, (2008); Carvalho (2009).

¹⁶⁵ Ianni (1994); Kohls (1999); Werthein (2000); Frey (2003); Anico (2005); Castells (2007); López (2008); Gouveia, Neves & Carvalho (2009); M. Fernandes (2009); Souza Leão Júnior, et al. (s/data).

¹⁶⁶ Kohls (1999); Siqueira (2003); Castells (2007); López, 2008).

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

museais locais na era pós 25 de abril¹⁶⁷ (Moutinho, 2010; Silva, 2004) tanto em número, como em tamanho¹⁶⁸ afigurando-se, por isso, como uma matéria de estudo fértil.

O campo da museologia parece constar, pois, de forma crescente, das agendas do poder local¹⁶⁹ multiplicando-se as iniciativas autárquicas neste domínio, tomada que foi a consciência da excepcional fonte de desenvolvimento territorial que constitui (López, 2008) assim como o não menor potencial promotor da popularidade do próprio poder instituído (*Ibidem*). De resto, tem-se reconhecido, como argumenta Volnei Kohls, que “as culturas manifestam-se [hoje] fundamentalmente por meio de sua inserção nas instituições e organizações” (Kohls, 1999, p.3).

Outra preocupação se levanta quando é sabido que muitas destas instituições museais tuteladas pela administração pública, embora declarem como “missão primordial o serviço à sociedade a que pertencem, em geral, poucos esforços fazem por cumpri-la”¹⁷⁰ (Machado, 2008, p.13). Existe, mesmo, um défice considerável de planificação e coordenação estratégica ou ferramentas de ação autárquica para o seu cumprimento (Frey, 2003; López, 2008) contribuindo para uma desarticulação e inoperância dos serviços municipais neste âmbito (Sá da Costa, 1993) e a conseqüente incapacidade “de promover um desenvolvimento sustentável no âmbito das comunidades locais” (Frey, 2003, p.165) nem tampouco a desejada inclusão da comunidade na atividade dos museus.

Este nosso olhar torna-se incontornável se for analisado o referido aumento considerável de instituições museais, ao nível local, àquilo que Augusto Santos Silva (2004) entende ser a tendência descentralizadora de estruturas culturais nos municípios na forma de redes, tendo estas constituído o alicerce da conceção político-cultural dos municípios na primeira década deste século (Silva, 2004).

Deste modo, tendo em conta que muitos museus locais e/ou redes museológicas locais são progressiva e crescentemente tutelados pelos municípios (Neves & Santos, 2006), a atitude e o exercício do governo local poderá influir nas práticas da sociomuseologia parecendo-nos que esta última poderá estar diretamente vinculada e condicionada pela primeira.

¹⁶⁷ Tanto por iniciativa municipal como por iniciativa não-governamental ficando a dever-se, por um lado, ao reforço do movimento associativo cultural e, por outro lado, da própria descentralização e reforço dos poderes autárquicos no país (Moutinho, 2010).

¹⁶⁸ Souza Leão Júnior et al. (s/data); Neves & Santos (2006); Aguilera (2008).

¹⁶⁹ Sá da Costa (1993); Neves & Santos (2006); Mestre & Molina (2008).

¹⁷⁰ Tradução livre.

Não obstante, apesar da aposta incisiva do poder local na propagação de infraestruturas e equipamentos culturais¹⁷¹, possivelmente com tendência para a organização em redes, deparamo-nos com uma realidade pouco desenvolvida no domínio de modelos teóricos de funcionamento, “desfasado e inútil para orientar a praxis”¹⁷² (Aguileta, 2000, p.16) carecendo de alguma reflexão e aprofundamento para o propósito do nosso estudo.

Analisando esta problemática, de um modo geral, autores como Bilhim (2004), Frey (2003), Laus (2004), Aguileta (2000); Amazonas & Lima (2009) e Carvalho (2009) defendem que na conjuntura atual, existe a necessidade de uma rutura com o modo de fazer política local, indo ao encontro de uma ação centrada no cidadão, na comunidade e nas suas necessidades¹⁷³ onde reside

“a possibilidade de todos os cidadãos ouvirem e serem ouvidos e poderem congregiar em torno de suas vozes as mais variadas e múltiplas maneiras e formas de ação e atuação. Sem que ninguém tenha que falar por elas.” (Laus, 2004, s/pag.).

Assim, o citado autor propõe trilhar-se um caminho gradual na adoção de uma ação política local menos representativa e mais direta. Isto porque as profundas mudanças globais fazem com que as receitas do passado já não servem os interesses dos cidadãos do novo milénio (Aguileta, 2000) num período em que “prevalece a ideia de contrato da igualdade das partes e as regras do jogo são estabelecidas na base da confiança mútua e não da soberania” (Bilhim, 2004, p.32) tornando a inovação na administração local uma necessidade¹⁷⁴.

Nesta ótica, Santos Rusillo (2008) aponta dois escopos possíveis no modo como o poder local pode promover a relação entre o património e a sociedade¹⁷⁵: um modelo assente numa relação vertical, outro numa relação horizontal, isto é, no seu entendimento, um modelo ultrapassado e um outro que se justifica na perspetiva de uma sociedade plural, participativa e inclusiva, respetivamente. Deste modo, o autor defende que

“O modelo em vigor, previsto por gestores de equipamentos e lugares patrimoniais, vertical e unidirecional, tem outorgado aos utentes um papel secundário, ao preocupar-se mais por assegurar a preservação das coleções ou sítios sob sua tutela e gestão, muitas vezes em grave perigo, que satisfazer as necessidades e expetativas daqueles. Um modelo vertical válido no seu momento, mas pouco justificável no presente”¹⁷⁶ (Rusillo, 2008, p.21).

¹⁷¹ Bilhim (2004), Sá da Costa (1993) e Silva (2004) referem que o poder local tem desempenhado um papel preponderante na gestão territorial, sobretudo ao nível da implementação de infraestruturas e equipamentos.

¹⁷² Tradução livre.

¹⁷³ No fundo, daquilo que defende a teoria sociomuseológica.

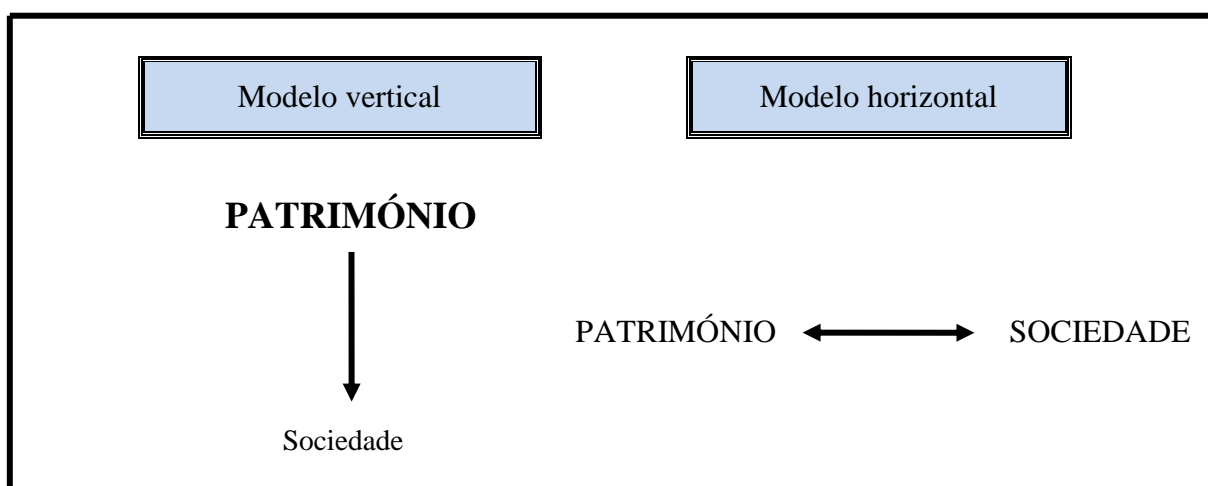
¹⁷⁴ Aguileta (2000); Souza Leão Júnior, et al. (s/data); Bilhim (2004).

¹⁷⁵ Neste caso, associar-se-á o seu pensamento às instituições museais que nos encontramos a trabalhar.

¹⁷⁶ Tradução livre.

Torna-se evidente para Rusillo (2008) que a relação que deverá ser estabelecida entre o património e a sociedade¹⁷⁷ numa ação política de promoção desse mesmo património tutelado pela administração local, deve possuir uma natureza horizontal de inclusão e participação ao invés de uma orientação hegemónica de verticalidade unidirecional¹⁷⁸. Referimo-nos, então, à adoção de uma nova postura política denominada por *governança*.

Figura 14 – As relações património – sociedade.



Fonte: Adaptado e traduzido de Rusillo (2008, p.20).

Importa, então, analisar o que se entende por *governança* porque, no fundo, as práticas sociomuseológicas e as políticas museais locais dependem, em muito, como se viu, da atitude e da abertura democrática dos autarcas, dos seus valores pessoais e do modelo de administração por eles aplicado. Bilhim (2004) argumenta, inclusivamente, que hoje a importância das qualidades, do estilo e a postura dos candidatos aos governos locais suplantam já os próprios conteúdos dos programas eleitorais.

Esta mesma noção de governança é referida por Jesús López (2008) como “*management público*” incluindo novos instrumentos e ferramentas de planificação estratégica e gestão de projetos que suplantem as práticas de uma ação política assente numa mentalidade administrativo-burocrática (López, 2008). O autor qualifica esta nova ação política como uma “gestão integral do património [que sendo] muito mais que uma nova

¹⁷⁷ No nosso caso, entenda-se as instituições museais e a comunidade/sociedade.

¹⁷⁸ As naturezas horizontais e verticais das organizações é um assunto que irá ser aprofundado neste capítulo.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

metodologia aplicada ao desenvolvimento de um ativo cultural específico, é uma nova forma de compreender o património”¹⁷⁹ (López, 2008, p.13) e envolver os cidadãos.

João Bilhim (2004) aponta três tipos de governos locais: o modelo patrocinador, o modelo de crescimento económico e o modelo estado-providência esclarecendo, em simultâneo, dois tipos de governação: aquela que se centra na ação unilateral (governo ou sociedade separadamente), também denominada por administração tradicional ou democracia representativa, e a que se desenvolve numa ação centrada na interação com os cidadãos (governo com a sociedade), igualmente apelidada por democracia participativa. É esta última definição governativa que o autor designa de *governação*, adiantando que existe uma tendência, cada vez mais visível e aparente, de adoção desta estratégia de ação na administração local portuguesa numa tentativa de mudança de paradigma em que os cidadãos e as instituições se podem expressar por meio da cooperação, negociação e participação. Esta postura assume uma importância extrema na consolidação da democracia e constitui um passo civilizacional considerável.

José Augusto de Carvalho (2009) lembra, pois, recorrendo às palavras de Mário Soares por ocasião do décimo aniversário das primeiras eleições autárquicas democráticas, que:

“A unidade nacional, nas sociedades modernas se reafirma e constrói ‘no pluralismo, na descentralização e a diversidade das soluções’, considerando que ‘as experiências de participação dos cidadãos a todos os níveis do poder e na vida das comunidades, têm constituído sempre escolas de civismo, favorecendo o sentido de responsabilidade de cada parcela ou de cada cidadão’. (...) Nenhuma instância da administração pública serve melhor tais desígnios do que as autarquias locais. Autarquias locais para o reforço da cidadania, contra a indiferença e o conformismo. Ser cidadão comporta direitos e deveres, liberdades e responsabilidades, ter pensamento crítico e participação democrática. Participação democrática ou democracia participativa, na convicção de que a longa caminhada pela dignificação do Homem passa pela partilha de valores, saberes e poderes.” (Carvalho, 2009, p.1)

É neste sentido que o citado autor considera que o poder local constitui uma instituição de constante serviço à comunidade “e sobretudo, um serviço com especiais características: próximo, transparente, aberto, participativo, inclusivo e qualificante” (Carvalho, 2009) acabando por gerir saberes, relacionamentos e processos na base da cooperação e resolução de problemas num determinado território onde o ser humano se revê.

¹⁷⁹ Tradução livre.

No fundo, estabelecendo-se as necessárias comparações, não se poderá deixar de constatar uma extraordinária afinidade entre os pressupostos do paradigma da governação e os traços caracterizadores da teoria sociomuseológica.

A governação pressupõe, no cenário de permeabilidade das fronteiras entre sociedade, estado e economia, a adoção de uma nova filosofia de ação política centrada no princípio das relações horizontais e solidárias entre governantes, cidadãos e grupos de cidadãos visando, como fim último, a capacitação do desenvolvimento local sustentado (Frey, 2003; Laus, 2004; Bilhim, 2004). Trata-se, de resto, de uma transformação administrativa de fundo visando dois objetivos: “a melhoria da gestão e o aprofundamento da democracia e da participação do cidadão”¹⁸⁰ (Aguileta, 2000, p.275). Isto apesar de dita participação ser, ainda, encarada relutantemente na esfera política pois, embora existindo princípios para a incentivar,

“Falta determinação para as implementar e as instituições tendem a ser bastante ciosas a esse respeito, revelando uma profunda desconfiança em relação ao movimento associativo, uma conceção da propriedade pública enquanto propriedade privada do partido político governante e do cidadão como mero administrado e não como sujeito ativo.”¹⁸¹ (Aguileta, 2000, p.237)

Constituem, pois, requisitos para a postura governativa assente na governação a capacitação de ambientes de comunicação, articulação, concertação e corresponsabilização entre os envolvidos: políticos, cidadãos, comunidades e instituições locais, organizações governamentais e não-governamentais visando uma participação ativa transversal e transparente por todo o território abrangido, procurando definir metas para obter o desenvolvimento sustentado desejado. Tal sinergia potencia, mediante as metas previamente estabelecidas, o desenvolvimento local de base democrática e a inclusão social ao dinamizar uma ação integrada, cooperativa e solidária

“numa deslocação de responsabilidade [que] encontra a sua expressão institucional no desaparecimento da nitidez dos limites entre o público e o privado, que por sua vez se encarna na multiplicação das entidades voluntárias ou do sector terciário, denominadas grupos voluntários, sem fins lucrativos, organizações não governamentais, empresas comunitárias, cooperativas, mutualistas ou organizações assentes na comunidade. Estas organizações ocupam-se de um vasto leque de questões sociais e económicas (...) ou seja, estas organizações assumiram algumas das tarefas tradicionais do governo”. (Bilhim, 2004, pp.32-33)

¹⁸⁰ Tradução livre.

¹⁸¹ Tradução livre.

De acordo com Bilhim (2004), Sá da Costa (1993), Aguilera (2000) e Rusillo (2008), encontram-se na base da noção de governação, para além dos aspetos já mencionados itens como: atuar territorialmente; governar por metas de melhoria social, estimulando a transparência dos programas estratégicos; promover a transversalidade nas ações de governo local; construir políticas públicas culturais inclusivas; potencializar os recursos patrimoniais do território de modo a promover o desenvolvimento sustentado local das comunidades como um todo; desenvolver a corresponsabilidade e implementar um ambiente de diálogo e, ainda, construir uma visão de futuro coletiva estimulando parcerias e cooperação estratégica no fortalecimento da democracia.

Pelo exposto, pode sintetizar-se, em esquema, a noção de governação do seguinte modo:

Figura 15 – Noção de «governação».

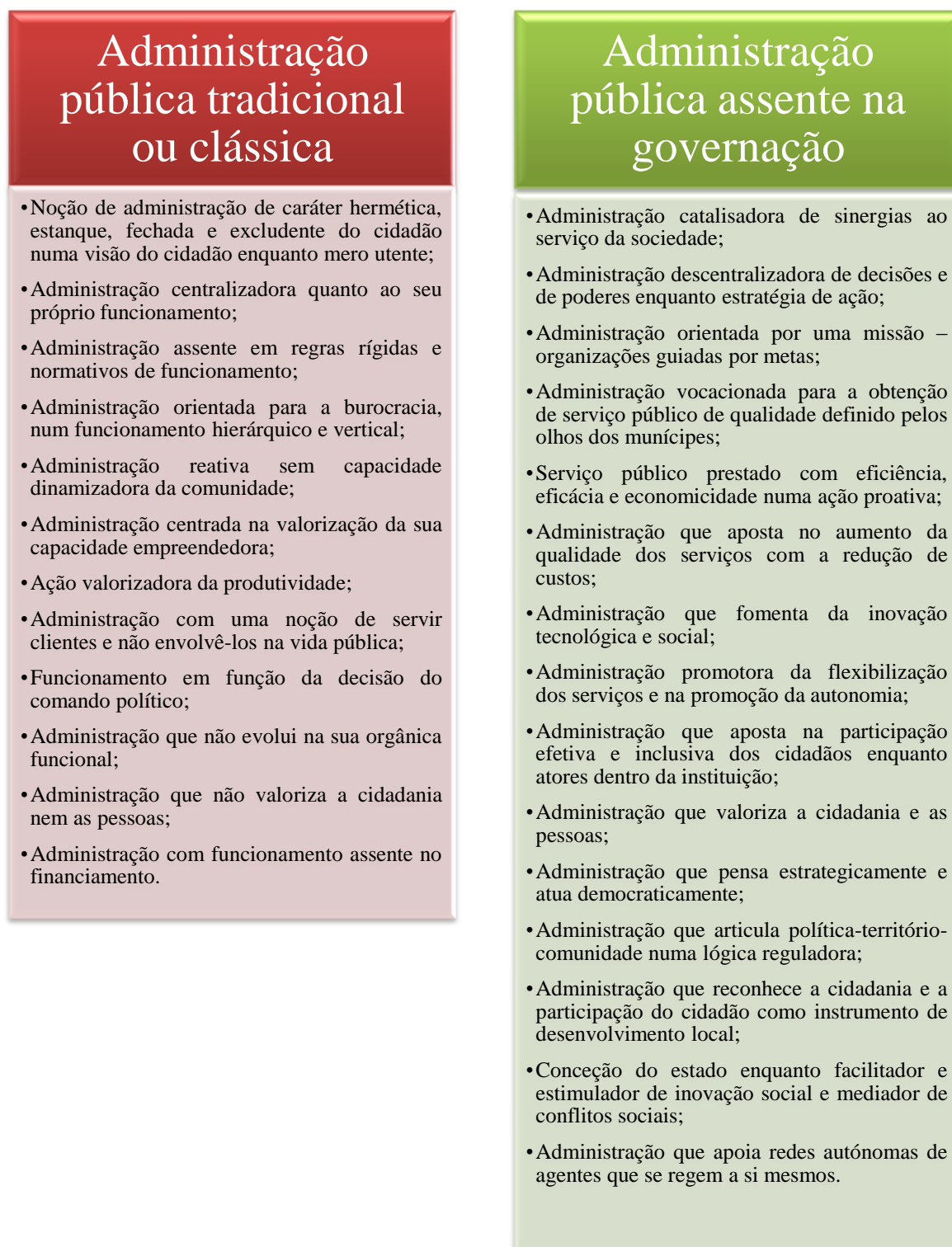


Fonte: Elaboração própria (2012).

A partir desta aclaração sobre as características diferenciadoras da administração tradicional e da governação assente nos autores citados, pode resumir-se que enquanto a **velha administração**, ou a **administração pública tradicional** apresenta: regras rígidas de funcionamento; a base de funcionamento assente na burocracia, na hierarquia e na verticalidade de ação; a centralização de funcionamento na própria administração; um caráter fechado e excludente do cidadão e uma visão do cidadão enquanto mero utente, por seu lado, a **nova administração pública**, ou a **governação** centra-se: na obtenção de serviço público de qualidade; na promoção de um serviço público definido pelos olhos dos munícipes; num serviço público prestado com eficiência, eficácia e economicidade; no aumento da qualidade dos serviços com a redução de custos; o fomento da inovação tecnológica e social; na flexibilização dos serviços; na promoção da autonomia; na aposta da descentralização enquanto estratégia de ação; na valorização de “capital social” (Bilhim, 2004; Frey, 2003); na participação efetiva dos cidadãos; no caráter aberto, interativo e inclusivo do cidadão na organização e, por fim, na visão do cidadão enquanto ator dentro da instituição.

Deste modo, deduz-se que o novo paradigma da governação admite a complexidade e transformação sofrida pela sociedade, refletindo-se nos sistemas de governo, ressaltando o facto de que se terá dado uma transferência de responsabilidades tradicionalmente tidas como exclusivas da administração pública, para a esfera do voluntariado e do setor privado, valorizando o papel do cidadão e a sua participação ativa, contribuindo para o desenvolvimento de consciências pessoais e sociais. Poderá dizer-se que a administração pública assume, hoje, uma função social, uma nova postura de prestação de serviços (Aguileta, 2000) fazendo face às novas exigências da sociedade: sociais, culturais, educativas e de desenvolvimento social. Rompe com as estruturas meramente burocrático-administrativas ancoradas ao passado (*Ibidem*), muito à semelhança do que sucedeu com a instituição museal aquando da introdução da nova museologia, transformando-se o museu tradicional de «templo» contemplativo para uma nova forma de museu, qual «fórum» de discussão e crescimento intelectual e social.

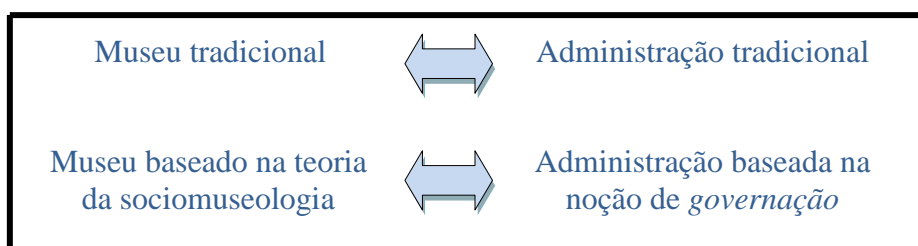
Figura 16 – Qualidades distintivas entre a administração pública tradicional e a governação, segundo Bilhim (2004) e Frey (2003).



Fonte: Elaboração própria (2012)

Ao realizar-se um exercício comparativo entre as propriedades da *administração tradicional ou clássica* e a administração baseada na noção de *governança* frente às propriedades do museu tradicional ou clássico e o museu estribado na sociomuseologia, poderá estabelecer-se a seguinte analogia entre as duas noções em análise, constituindo-se uma correlação entre conceitos e práticas.

Figura 17 – Correlação entre formas de atuação museológica e da administração local.



Fonte: Elaboração própria (2012)

Apreciadas as considerações de Aguilera (2000), coincidem nas práticas da *museologia tradicional* e da *administração tradicional* fatores como: a hegemonia do cumprimento escrupuloso dos trâmites processuais institucionais; a dependência total e hermética nas decisões políticas da tutela sem consideração para contributos vindos do exterior da organização; uma preocupação em assegurar a mera existência por oposição ao cumprimento de objetivos; a impessoalidade e a impossibilidade contributiva do indivíduo nos desígnios institucionais; o distanciamento face à cidadania que é vista como passiva; a hierarquização por oposição à horizontalidade estrutural da instituição e a organização rígida e inflexível.

Coincidem nas noções de *sociomuseologia* e *governança*, entre outros, os seguintes fatores: o processo de democratização institucional; a perceção de mudança social e a necessidade de adaptação das instituições às condicionantes coetâneas; a reconcetualização da função social institucional; uma aproximação às pessoas e a abertura institucional ao meio e à sociedade; a ênfase na participação e envolvimento do cidadão; o realce da instituição enquanto instrumento de criação de consciências pessoais e críticas; a tónica na prestação de serviços; a corresponsabilização social; o emprego das novas tecnologias de informação e comunicação junto do cidadão; o contributo institucional para o desenvolvimento sustentado

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena local e o período de surgimento destes princípios orientadores, isto é, entre as décadas de 70 e 90 do século XX.

Se for tido em consideração que “o caráter das ações a desenvolver [pelos instâncias administrativas] afeta a comunidade de forma global”¹⁸² (López, 2008, p.12) e que

“as instituições não desempenham apenas o papel de satisfazer necessidades humanas e de estruturar interações sociais. Ao mesmo tempo, as instituições determinam posições de poder, eliminam possibilidades de ação, abrem chances sociais de liberdade e erguem barreiras para a liberdade individual” (Frey, 2003, p.171).

estes fatores levam-nos a considerar a possibilidade de que, por um lado, uma abordagem política centrada no modelo de administração tradicional ou na democracia representativa poderá tender a proporcionar um funcionamento de instituições museais assentes na museologia tradicional: fechada e pouco inclusiva.

Por outro lado, uma administração local baseada no paradigma de governação, pela analogia mencionada, poderá criar as condições necessárias para o funcionamento de museus assente na sociomuseologia: inclusivos, dialogantes e abertos ao meio e às comunidades locais.

Se for este o caso, revela-se necessário apelar para uma administração pública local mais aberta, democrática e inclusiva dos cidadãos nos desígnios dos seus destinos no que diz respeito à ação dos museus locais (organizados ou não em rede).

Como se viu, a participação ativa dos cidadãos no exercício democrático da cidadania é um assunto central análogo tanto na governação como na sociomuseologia. Todavia, apropriando-nos do paradigma da governação e aplicado à *praxis* do campo da museologia, uma das questões que se colocam é: como exercer esta participação, no âmbito de uma rede local de museus, sendo que esta problemática envolve simultaneamente instituições museais, respetivas tutelas públicas e cidadãos/comunidades?

Desvenda-se uma possível resposta recorrendo a Sá da Costa (1993) e, mais uma vez, às obras de Iñaki Aguileta (2000) e Klaus Frey (2003) encontrando, ainda, eco no paradigma da governação presente na obra de João Bilhim (2004).

Necessita-se de uma “iniciativa institucional cujo resultado seja um planeamento [da região] preciso, orientado para a valorização econômica da região e por meio de uma rede inovadora do património histórico [da região]” (Amazonas & Lima, 2009, p.98). Com estes

¹⁸² Tradução livre.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

instrumentos será possível “favorecer a coesão e integração social”¹⁸³ (López, 2008). Este processo poderá passar pela adoção de verdadeiras redes locais que aliam capital social¹⁸⁴ a um desenho institucional e processos políticos locais impulsionadores do desenvolvimento sustentado (Frey, 2003).

Para tal, algumas questões devem ser analisadas.

Em primeiro lugar, de que modo envolver dinamicamente os cidadãos neste processo?

Aguileta (2000) defende que um dos desígnios da administração local passa pelo apoio e promoção do movimento associativo, encarando o associativismo e voluntariado como uma complementaridade à ação autárquica e não um elemento com o qual o município deve competir.¹⁸⁵ É através destas organizações, que “representam a índole espiritual da comunidade como um todo” (Frey, 2003, p.171) que o poder local poderá estabelecer uma conetividade privilegiada com as respetivas comunidades, representando, deste modo, um contributo para a consolidação da cultura cívica evidenciando “um potencial elevado de solidariedade e aprendizagem institucional em casos de governos dispostos a estabelecer processos públicos de participação e deliberação democrática” (Frey, 2003, p173). As associações culturais são, no fundo,

“a voz local que defendem e protagonizam os interesses e aspirações dos grupos sociais e das comunidades [sendo que] onde a iniciativa associativa promove não deve entrar a autarquia. O papel desta será apoiar e criar condições favoráveis para o florescimento e crescimento do movimento associativo” (Sá da Costa, 1993, p.9).

Tal passa necessariamente pela questão da disponibilização de meios e infraestruturas para o desenvolvimento da sua atividade e capacidade de intervenção social (Aguileta, 2000; Sá da Costa, 1993). Não deve, pois, o município excluir o envolvimento associativo na gestão direta dos programas culturais municipais pois, para além de a sua participação constituir um direito de cidadania, torna o ato governativo mais participado e, assim, mais democrático (Aguileta, 2000).

¹⁸³ Tradução livre.

¹⁸⁴ Por «capital social» Frey entende “os elementos de organização social como as redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício recíproco (...) considerado de fundamental importância não apenas para a consolidação da democracia (...) mas também para uma efetiva governança local (...) para sustentar redes de inovação tecnológica e de políticas públicas para o desenvolvimento comunitário e social” (Frey, 2003, p.166).

¹⁸⁵ Frey (2003) considera que o simples facto de pertencer a uma associação é sinónimo de ser cidadão atuante e participativo na sociedade.

Mas para se atingir os objetivos propostos de funcionamento de uma rede local de museus na base da participação direta dos cidadãos, não bastará, certamente, a proximidade e disponibilidade destes e das respetivas associações locais pois o seu mero envolvimento pontual poderá tornar-se efémero e resumir-se a uma participação ocasional sem consequência (Sá da Costa, 1993).

Isto conduz-nos à segunda questão: que caminhos se poderão trilhar e mecanismos implementar para desenvolver um envolvimento verdadeiramente eficaz das comunidades e suas representantes junto das instituições museais locais em rede?

Claramente que deverão existir instâncias consolidativas dessa participação comunitária/institucional como mecanismos de consulta, recolha e partilha de informação (Souza Leão Júnior, et al., s/data; Bilhim, 2004), **uma rede efetiva**¹⁸⁶ podendo passar pela criação de uma **plataforma** ou **rede de diálogo/consulta**, entre o município e essas associações através de uma estrutura municipal¹⁸⁷ (Aguileta, 2000), um “**desenho institucional**” (Frey, 2003) autónomo, independente e descentralizado¹⁸⁸ promotor da renovação das instituições sociopolíticas (*Ibidem*).

Esta plataforma, socialmente construída (Souza Leão Júnior et al., s/data), poderá assumir a forma de um conselho representativo das instituições e das comunidades: um instrumento ou ferramenta de gestão “desenhada para o desenvolvimento global dos recursos de uma cidade, província ou região”¹⁸⁹ (López, 2008, p.14) e cujo principal objetivo passa por “fixar as políticas e linhas gerais de ação, a fim de criar um marco adequado para a canalização e otimização do potencial patrimonial”¹⁹⁰ (*Ibidem*).

Mas mais que fixar políticas, e linhas gerais de ação trata-se de constituir um “[canal de comunicação] que proporcione às organizações comunitárias condições favoráveis para engajar-se nas questões públicas [sem as quais] o capital social dificilmente pode ser

¹⁸⁶ A capacidade penetrante das redes no tecido social permite que estas não só repartem o poder mas constituam e propaguem novas relações de poder na vida social, cultural e política capazes de “promover a identidade, solidariedade e novas formas de cooperação e interação em conformidade com as particularidades da sociedade informacional” (Frey, 2003, p.174).

¹⁸⁷ Por «municipal» não se considera uma estrutura tutelada pela autarquia, mas, sim, uma estrutura autónoma, conforme o espírito de governação, composta por elementos do território municipal onde a autarquia poderá, e deverá, ter assento.

¹⁸⁸ Algumas características-base da governação, como se referiu, são o princípio da autonomia e independência, ou seja, o princípio de uma participação ampla dos cidadãos sem formalismos constrangedores. A descentralização de poderes é outra forma de aumentar a democraticidade da ação autárquica (Aguileta, 2000). Aliás, Sá da Costa (1993) adianta que um dos modos de avaliar o funcionamento democrático da sociedade passa por verificar o grau de autonomia e independência presente na atividade do movimento associativo local.

¹⁸⁹ Tradução livre.

¹⁹⁰ Tradução livre.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

mobilizado em prol da promoção do bem comum” (Frey, 2003, p.170). Poderão, pois, estabelecer-se parcerias e protocolos entre o município e as instituições comunitárias com vocação para o trabalho de defesa, estudo e salvaguarda patrimonial local disponibilizando espaços museológicos para o desenvolvimento da sua ação junto da comunidade, em comunhão com o município numa ação concertada com as restantes instituições museais no território. A concessão dos espaços museológicos a essas associações poderá consolidar os objetivos já enunciados, estabelecendo os necessários meios de cooperação interinstitucionais, viabilizadas e nutridas por relações de interdependência.

A criação de uma plataforma de entendimento social, isto é, a referida estrutura municipal, congregando representantes das associações, poderá constituir o garante da descentralização política e do envolvimento precioso das comunidades numa oportunidade de

“modificar (...) a ágora: espaço nem público nem privado, mas precisamente, público e privado em simultâneo. Espaço no qual os problemas particulares se encontram com significado – isto é, não apenas para produzir prazeres narcísicos nem encontrar alguma terapia através da exposição pública, mas para procurar coletivamente alavancas controladas e suficientemente poderosas para aliviar os indivíduos das suas inquietações pessoais; espaço onde ideias como ‘bem público’, ‘sociedade justa’ ou ‘valores partilhados’ podem nascer e tomar forma” (Bauman, 1998, p.3).

Esta plataforma de entendimento, constituída pelos referidos representantes associativos, poderá desenvolver uma relação de parceria interinstitucional entre o município, as juntas de freguesia, instituições culturais locais e particulares envolvidos nas instituições museais/musealizadas através de uma rede de cooperação e interação no desenvolvimento de sinergias fomentadoras de projetos de interesse estratégico para o desenvolvimento das comunidades e do território como um todo.

Este organismo, qual engrenagem sintonizada com as instituições comunitárias/associações locais e o município, deverá agir transversalmente no território, desenvolvendo o sentido de corresponsabilidade social numa atmosfera de parceria, diálogo e tolerância na construção integrada e “multivocal” (Anico, 2005) do desenvolvimento do território. O processo visará fortalecer a própria democracia e sentido de identidade comunitária contrastando com a oposta tendência.

Um dos objetivos desta plataforma deverá ser o diagnóstico da realidade sociocultural das suas comunidades com base em indicadores patrimoniais locais com vista a desenvolver ações concertadas. Deverá participar no processo de orçamentação dos

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

programas a desenvolver e apoiar pelo município para evitar a setorização potenciando melhor os recursos públicos (Frey, 2003; Aguilera, 2008).

Outra preocupação deverá situar-se no estabelecimento de metas de melhoria social a atingir em sede de concertação municipal. Todo o processo deverá ser alvo de avaliação das medidas e das ações tomadas com vista à otimização dos esforços conjuntos.

Na sequência desta abordagem salientam-se dois aspetos significativos que advêm do princípio da governação e que são indispensáveis para um funcionamento democrático desta estrutura. O primeiro prende-se com a descentralização decisória, exigência democrática dos nossos dias, que deve, segundo Aguilera (2000), estar no centro da postura da administração local. É através desta forma que o distanciamento entre o poder e o cidadão se esbate, estimulando a proximidade entre estes e a eficácia dos serviços na prossecução dos interesses dos cidadãos enquanto fomenta a participação.

Em segundo lugar, e no seguimento da descentralização decisória, surge a implementação de autonomia. Aguilera (2000) salienta que é desejável existir uma maior autonomia possível das instituições culturais, reforçando, ainda, este mesmo autor que relativamente à administração no contexto local, é preferível “deixar fazer” do que propriamente fazer (Aguilera, 2000, p.53) tendo em conta as vantagens que tal abordagem advoga nos resultados da ação política. Este caminho reforça a ideia de que a “administração não é um fim, é [apenas] um meio”¹⁹¹ (*Idem*, p.69) para alcançar os objetivos democráticos do desenvolvimento sustentado que todos anseiam.

¹⁹¹ Tradução livre.

Figura 18 – Vantagens da autonomia nas instituições culturais.



Fonte: Aguilera (2000, p.53). Esquematização própria (2012).

A autonomia conduz, por sua vez, à promoção da emancipação das comunidades e dos cidadãos (Frey, 2003, p.182) no seu processo de desenvolvimento humano (Bilhim, 2004) centrado em torno da questão da identidade.

Todavia, a problemática respeitante à identidade merece, igualmente, uma reflexão cuidada pois, nos nossos dias, a globalização económica trouxe a globalização cultural com algum “distanciamento e alheamento dos indivíduos em relação ao seu passado (...), origens e especificidades locais” (Anico, 2005, p.3).

É sobre estas questões que nos debruçaremos de seguida.

2.1.2. Crises de identidade, criação de identidades e a afirmação de grupos sociais e locais através de museus em rede.

É, geralmente, consensual afirmar que a globalização apresenta um risco real e considerável quanto à sobrevivência das identidades locais e, de certo modo, é-o de facto. Judite Primo (2001) alerta para os perigos da globalização e a consequente perda de valores e identidades locais frente ao “avanço avassalador” da globalização. No seu artigo, a autora tenta perceber as consequências da globalização na museologia e o modo como “os seus objectos de estudo, no caso: os bens culturais, as identidades e a diversidade cultural podem sofrer com uma política que estimule um processo de unificação universal das culturas” (Primo, 2001, p.1), explanando que

“a globalização tem-se caracterizado por uma enorme tensão entre os valores e códigos locais e os valores e códigos, supostamente universais. Essa tensão não é exclusiva da cultura, ela está presente em outras áreas como a economia e o direito, por exemplo” (Primo, 2001, p.2).

A autora prossegue o seu raciocínio lançando o alerta, asseverando que a forma de combater este problema, através da ação museológica, reside na necessidade das populações em primeiro lugar “sentir a ameaça e a falta das suas referências culturais” (*Ibidem*) e em segundo lugar:

“perceber a importância das referências culturais locais, que essas possuem e seu significado e devem ser devidamente preservadas e estimulados no seu natural processo de transformação e essa tarefa insere-se no campo de acção da instituição museal, ‘capacitando’ as nossas comunidades e utilizadores das instituições museais para o exercício pleno da criticidade.” (Primo, 2001, pp.2-3)

Os museus detêm, claramente, um papel preponderante neste imperativo. Contudo, emergem outros fatores a considerar, podendo levar os museus a refletir sobre o seu modo de atuação na prossecução destes objetivos para o novo século.

As referidas interações entre economia, estado e sociedade introduziram significativas alterações ao nível social, ambiental e político que abalaram alguns dos princípios sociais instituídos, com especial ênfase, por exemplo, no papel e relevância, cada vez mais fragilizado, dos movimentos sociais que se encontram isolados, fragmentados e efémeros (Castells. 2007. p.3) ou, ainda das comunidades locais que, paulatinamente, vão sofrendo do mesmo problema. Porém, apesar da atual vulnerabilidade e pouca eficácia na ação dos grupos sociais isolados, se em sentido contrário, estes se organizarem através de

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

relações de interajuda e de interação numa concertação de esforços e de sinergias, os resultados da fragmentação social poderão ter o efeito oposto (Canclini, 1997) e a organização em rede terá contribuído para a obtenção dos resultados desejados nas comunidades locais, isto é: a inclusão e reafirmação social e identitária no contexto do mundo globalizado. A questão central de uma ação conjunta de grupo ou comunidade revela-se fundamental na prossecução destes objetivos.¹⁹²

Por outro lado, pelo atual contexto provocado pela realidade observada anteriormente neste estudo, e de certo modo, numa tentativa de contrariar a tendência de “monoidentificação” (Acero, 1999) ou “unificação universal de culturas” (Primo, 2001) que Néstor Canclini (1997), em consonância com Manuel Castells (2007), atribuem, em parte, à atual concentração populacional nas grandes metrópoles que, ao “gerar o anonimato” leva a que “as identidades coletivas encontrem cada vez menos na cidade e em sua história, distante ou recente, seu palco constitutivo” (Canclini, 1997, pp.282-350), emerge uma conseqüente busca de identidade, por parte do indivíduo, que Castells (2007) localiza nas suas formas mais primárias: religiosas, étnicas, territoriais e nacionais e que Canclini (1997) acrescenta com outras, tais como, juvenis ou feministas.

Sintetizando, Manuel Castells (2007) refere que “cada vez mais, as pessoas organizam o seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que são ou acreditam ser” (Castells, 2007, p.3) e devido à constante ligação com outras realidades através dos constantes fluxos nas redes globais, “as nossas sociedades estruturam-se, cada vez mais, em torno de uma oposição bipolar entre a Rede e o *Self*”¹⁹³ (Castells, 2007, p.4).

¹⁹² Não se pode ignorar que, *in extremis*, a ligação em rede fora do contexto de grupo ou comunidade poderá conduzir ao efeito adverso. Isto é, à semelhança do que já foi referido, decorrente de uma realidade em que as redes de comunicação e informação estabelecidas entre indivíduos a nível global permitem a sua ligação instantânea a qualquer ponto do globo, e a qualquer outro indivíduo ou grupo social, poderá contribuir para a autoexclusão da comunidade local, da sua sociedade, e, em última análise, até da sua região ou país, num processo voluntário, ou não, de afastamento da sua realidade e identidade levando a uma possível inclusão noutros grupos sociais virtuais formados pelos fluxos através das redes. (Castells, 2007) Hipoteticamente, o indivíduo que, através dos fluxos das redes, se exclui ou desprende das suas realidades comunitárias locais, tenderá a construir novas identidades híbridas, podendo levar, ou não, em última instância, à negação da sua identidade cultural de origem. Trata-se das culturas híbridas que as redes ajudam a fomentar pela natural facilidade com que colocam diferentes indivíduos de lugares diversos em contacto e partilha de informação e culturas (Canclini, 1997; Primo, 2009; Garcia, 2003) num novo processo de construção do «eu» (Appadurai, 2004) e de novas identidades, eventualmente desvinculadas das identidades locais e de que já se fez menção.

¹⁹³ A ausência de identidades coletivas nos espaços urbanos, bem como o processo de assunção de identidades alternativas ou a “miscigenação” (Garcia, 2003) de identidades desvinculadas das comunidades locais e assentes nas comunidades virtuais tenderá a acentuar o desvanecimento das particularidades das identidades locais (Almeida, 2008) levantando, aparentemente, um problema para os museus que trabalham assentes nos princípios da nova museologia ou da museologia social numa ação em torno da comunidade e centrada na comunicação intracomunitária. A forma como estes museus, em geral, deve lidar com esta nova realidade, e mais concretamente, com a aparente e emergente tendência de crise existencial das comunidades locais e das

A problemática da defesa das identidades locais parece acentuar-se: pela facilidade de comunicação existente; pela desmedida partilha de informação à escala global; pela disseminação de símbolos exógenos e práticas alheias com que as redes globais fustigam as culturas locais, assim como pelo atual fenómeno de migração global em que nos assumimos, cada vez mais, como cidadãos do mundo¹⁹⁴ ou cidadãos desta “aldeia global” (McLuhan & Fiori, 1971).

Por estes motivos, reconhece-se uma tendência atual que alguns autores apelidam pejorativamente de “padronização dos hábitos” (McLuhan & Fiori, 1971), “ocidentalização” (Robertson, 2002), “americanização” (*Ibidem*), “imperialismo cultural” (*Ibidem*) e que outros autores designam de forma menos depreciativa de “transculturalização” (Lull, 2000), “hibridação”¹⁹⁵, “customização” (Inda & Rosaldo, 2002), “indigenização” (Appadurai, 2004), “miscigenação” cultural (Garcia, 2003), “mundialização” cultural (Robertson, 2002; Featherstone, 2001) ou simplesmente de “multiculturalidade” (Santos, 2003) a um nível global levando ao surgir de uma nova “geração-mix” (Garcia, 2003), por vezes resultante de um processo de hegemonização cultural (Acero, 1999; Garcia, 2003).¹⁹⁶

Para além deste espectro da hibridação cultural, Castells (2007), Almeida (2008) e Costa (2004) desenvolvem a questão de multiculturalidade, não no sentido hegemónico e homogeneizador da globalização, mas sim na aceção da coabitação de culturas, ilustrando que tais fenómenos são resultados diretos da interação clara entre os seres humanos muito diferentes através dos sistemas de redes globais¹⁹⁷. Afirma Castells que “(...) entrámos num

suas identidades provocadas, em parte, pelo recurso dos indivíduos às redes de comunicação e respetivos fluxos, constitui um aspeto incontornável e de grande importância que poderá encontrar uma resposta, paradoxalmente, na própria organização de museus em rede.

¹⁹⁴ Como referiu o grande filósofo grego Sócrates.

¹⁹⁵ Canclini (1997; 2008); Garcia (2003); Santos (2003); Costa (2004); Anico (2005); Primo (2009).

¹⁹⁶ Importa referir que a este respeito existe alguma discrepância de opiniões. Se, como se demonstrou, para uns autores a ação da globalização nas culturas e identidades locais toma um peso homogeneizador, para outros, assume uma forma heterogeneizadora. Não obstante, relembra-se que Mike Featherstone (2001) reconhece, por exemplo, que tanto existe uma tendência homogeneizadora como heterogeneizadora do processo de globalização nas culturas e identidades locais.

¹⁹⁷ Impõe-se, neste momento, esclarecer que a perspetiva homogeneizadora da globalização é contestada por diversos autores. Thatyane Costa (2004), encontrando eco em Arjun Appadurai (1994), Roland Robertson (2002) e Renato Ortiz (1994), por exemplo, sustenta que o conceito de uma globalização homogeneizadora e hegemónica constitui uma falácia originada em movimentos ativistas anti globalização. Segundo Costa (2004), o indivíduo não subjugua a sua identidade ou cultura local à interferência da cultura exterior, antes assimila-a num processo de enriquecendo cultural e identitário do próprio indivíduo num movimento de partilha e não de sobreposição cultural. Defende esta autora que a cultura local é “flexível, adaptável às novidades que a globalização e quaisquer outros movimentos possam trazer por meio de seus fluxos, pois é capaz de englobar novos significados, fatos, imagens de outras culturas sem se contradizer ou perder seu caráter local e suas características essenciais que a diferem das demais formas de vida” (Costa, 2004, p.257). Citando Max Weber (1991), Costa (2004) compara a cultura como uma teia de relações que o indivíduo

mundo verdadeiramente multicultural e interdependente, que apenas pode ser percebido e modificado a partir de uma perspectiva plural que une a identidade cultural, os sistemas de rede globais e as políticas multidimensionais” (Castells, 2007, p.32).

Ainda, autores como Arjun Appadurai (2004) apresentam a perspectiva de que o poder das novas tecnologias e meios de informação e comunicação até desempenham um papel positivo e primordial na formação dos indivíduos fornecendo “recursos para toda a espécie de construção do eu em todo o tipo de sociedades e para todo o tipo de pessoas” (Appadurai, 2004, pp.14-15). Nesta ótica, “a comunicação electrónica [se quisermos: os vários formatos de rede] é uma ferramenta para que cada indivíduo se imagine como um projecto social em curso.” (*Ibidem*)

Esta construção identitária, “o projeto social em curso” referido por Appadurai, ou a construção identitária não alicerçada nas identidades locais mas antes na interação por meio dos fluxos das redes de conexão (Castells, 2007; Costa, 2004; Almeida, 2008) “híperplurais” (Siqueira, 2003) e flexíveis, poderá advir da problemática apresentada por António Teixeira Fernandes (s/data) naquilo que considera ser a busca identitária do ser humano no mundo global e que será já reflexo da consequência do “isolamento” e falta de referências das populações das grandes metrópoles, como mencionou Canclini (1997, 2008), da ausência das referências culturais essenciais para a preservação das identidades, como já foi referido por Primo (2001) e defendido por Anico (2005) ou, ainda, do impacto que a globalização exerce na capacidade de (re)interpretação identitária num cenário que Anico (2005) apelida de “glocal”, e que resulta do cruzamento do global com o local numa “modalidade de adaptação ou hibridação que liberta as comunidades do peso de uma versão essencialista da identidade cultural” (Anico, 2005, p.5).

Neste cenário, Fernandes (s/data) argumenta que os indivíduos na sociedade contemporânea são confrontados com uma atual crise de identidade, em muito devido aos

constrói a par e passo da sua vida. O contacto com outros elementos culturais exteriores irá permitir a (re)construção identitária “hibridizada” numa dinâmica positiva constantemente vivida e transformada onde “imagens e significados entre as culturas não as empobrece ou enfraquece: é uma possibilidade de se enriquecer e diversificar distintas maneiras de viver” (Costa, 2004, p.259). Explícita, ainda, a autora que “a homogeneização da cultura não implica o desaparecimento das diferenças dos hábitos, das necessidades e do consumo das culturas locais, mas, pelo contrário, observa-se a presença de uma heterogeneização de produtos, ideias, imagens, possibilidades trazidas pelo aumento do fluxo entre culturas. A cultura local jamais será massificada porque ela recria significados para serem atribuídos a essas novidades, que podem ser bem diferentes daqueles dados pela cultura que ‘exportou’ esses elementos” (Costa, 2004, p.260). Ortiz (1994) corrobora a ideia afirmando que uma cultura mundializada não elimina outras formas e manifestações culturais. O que poderá haver, de facto, quando se fala de uma cultura global é, segundo Ulf Hannertz (1997, p.252), o conjunto das “culturas locais e suas relações, trocas, contatos cada vez mais acentuados (...).”

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

reflexos já concretos do fenómeno da globalização, necessitando, por esse motivo, e em consonância com Primo (2001), de voltar a valorizar o seu património histórico-monumental, redescobrimo-o, porém, já num período de “busca dos vestígios do passado, da procura de raízes e do reviver da memória colectiva” (Fernandes, s/data, p.12) que, porventura, já se poderá ter perdido ou se encontra nesse caminho.

No fundo está a referir-se à ação da museologia social que tenta colmatar este problema ao trabalhar o património e identidade local junto da comunidade, tornando as instituições museais relevantes neste processo enquanto instrumentos pedagógicos e ideológicos (Anico, 2005).

Porém, se os museus se limitarem apenas a valorizar o património no seio dessa mesma comunidade sem partilhar os conhecimentos, valores patrimoniais, as suas identidades, vivências e anseios com outras comunidades na sociedade informacional atual, sem pôr em confronto identidades, patrimónios e ideias num movimento intercomunitário e inter-relacional que possibilitaria o estabelecimento de vínculos de confluência que articulam dimensões sociais e saberes fragmentados (Canclini, 1997; Siqueira, 2003), depressa se desvanecerá o interesse das pessoas pelos museus¹⁹⁸. É, hoje, necessário, não só (re)conhecer as realidades locais e compreendê-las para viver melhor o presente e construir um futuro melhor, mas também partilhá-las com outros segmentos da sociedade, outras comunidades numa interação cultural de partilha de experiências e conhecimentos com os «outros» numa verdadeira dialética de afirmação identitária e inclusão social: uma vantagem que a globalização acaba por apresentar na defesa das identidades locais, trazendo benefícios mútuos para todos os envolvidos.

Perante a problemática da monoidentificação (Acerco, 1999); da multiculturalidade (Castells, 2007); da necessidade de preservação dos valores, códigos e referências culturais perante os perigos da globalização (Primo, 2001); da efetiva perda de identidades e de referências histórico-monumentais, já consequência dos efeitos da globalização (Fernandes, s/data) e a consequente necessidade de procurar construir uma identidade por falta de referências identitárias (Appadurai, 2004), os museus¹⁹⁹ enfrentam uma responsabilidade acrescida de, através das novas estratégias de trabalho em rede, proporcionar às pessoas essa

¹⁹⁸ Na atualidade, devido à forte concorrência dos museus com outras instituições de entretenimento (Garcia, 2003; Moore, 1998 e outros), o museu não pode correr o risco de se limitar apenas à sua comunidade fechada. Terá que se abrir ao mundo e trazer novas realidades, novos conhecimentos, novas informações e, sobretudo, o diálogo com os «outros» para o seu seio.

¹⁹⁹ Em especial aqueles que assumem uma dinâmica assente na teoria sociomuseológica.

possibilidade de entender e valorizar a sua identidade territorial, étnica ou cultural e o seu lugar no mundo. Tal poderá tornar-se possível colocando as comunidades, através do seu património e identidade cultural, em confronto dialógico com outras realidades, numa ação de abertura intercultural socialmente inclusiva. Conhecer a nossa cultura e realidade, bem como as culturas e realidades dos «outros», ajuda-nos a entender melhor a nossa identidade, o nosso lugar na «aldeia global», consentindo um outro olhar sobre o mundo que nos rodeia e que não se restringe apenas à nossa comunidade circunscrita. O mundo é, hoje, muito mais que isso.

A dita rede museológica, à semelhança do museu comunitário baseado na *praxis* sociomuseológica, poderá amplificar o papel museal já assumido de ágora (Assunção, 2009) ou fórum de ideias (Aguileta, 2000; Hernández, 1994, 1998), expandindo o campo de ação do museu centrado na sociomuseologia. Agora, para além do trabalho intracomunitário, deverá introduzir-se um novo elemento: uma abordagem e dialética extra e intercomunitária com o mundo e os «outros» ao invés de uma simples reflexão centrada apenas na comunidade local e seu património e quotidiano restrito, dando, deste modo, novo ímpeto ao “exercício pleno da criticidade” (Primo, 2001, pp.2-3) que a sociedade de hoje, por ação dos novos meios de conhecimento e informação, tanto pode restringir e condicionar como pode estimular e promover ou, ainda, que o poder local por meio da sua ação política tanto pode estrangular e suprimir como pode animar e fomentar.

Dito de outro modo, isto implica que, a tarefa de colocar o património e as referências culturais locais ao serviço do desenvolvimento da comunidade poderá, hoje, ter que implicar extravasar os limites da própria comunidade local²⁰⁰ *strictu sensu*, num alargamento da noção do campo de intervenção territorial e patrimonial da nova museologia de Hugues de Varine e André Desvallées (1994), e enveredar num novo esforço efetivo e coletivo de diálogo entre seres humanos num espaço fora do território comunitário restrito, com outras entidades locais municipais, regionais, nacionais ou internacionais que, podendo realizar-se através dos museus, conetados em redes de comunicação, entreatajuda, aproximação e ação intercomunitária, diálogo intercultural, partilha de experiências e culturas, culminará numa nova abordagem de abertura ao mundo.

Neste espírito, e reforçando esta ideia, Gustavo Cardoso (2006) acredita que a criação de significado, e na nossa perspetiva, o reforço das identidades comunitárias e a tolerância social, na era da informação faz-se

²⁰⁰ Que atualmente, e na perspetiva das novas teorias da sociedade informacional e global, se poderá considerar *per si* fechada e restrita.

“através da formação de identidade de grupo e diferenças de grupo, da interação pessoal/social e dos rituais/práticas do dia a dia, da compreensão (e mudança) das regras, normas e convenções, do acesso às narrativas, histórias e fantasias, mas que o fazemos acumulando a interação face a face com uma crescente possibilidade de mediação, oferecida pelos mass media e comunicações globais (...).” (Cardoso, 2006, pp.119-120)

Digamos que se poderá tratar de um novo passo lógico na continuidade e transformação natural da teoria sociomuseológica, no corolário de acompanhar as transformações que ocorrem na sociedade, resultante das atuais circunstâncias e realidades globais.

A reflexão apresentada neste capítulo coloca em evidência a problemática introduzida pelo fenómeno da globalização na economia, sociedade e identidades que acabam por incidir nos museus e na sua atuação.

Reportando-nos às afirmações de Cardoso (2006) atrás citadas, entendemos que caberá à sociedade e às instituições culturais, neste caso aos museus, tentar responder aos problemas deste desafio do século XXI, trabalhando as questões das crises de identidade e da desigualdade social introduzida pela nova forma de exclusão social, desenvolvendo meios de colocar em diálogo diferentes comunidades, culturas ou grupos numa interação mútua, agindo como mediadores de comunicação, transformando as fragilidades das consequências da globalização em oportunidades e pontes de ligação (Moore, 1998) ao relacionar diferentes culturas, pessoas e comunidades. A globalização pode, por um lado, ser entendida como uma ameaça para as identidades locais, mas, colocada noutra perspetiva, também poderá constituir uma resposta para a autoafirmação identitária e comunitária se for utilizada enquanto ferramenta inclusiva fomentadora do diálogo, participação, envolvimento e partilha cultural.

Tal poderá consubstanciar-se, através da reestruturação da instituição museal isolada *per si*, em redes museológicas das mais diversas tipologias e das mais variadas abrangências territoriais, procurando, através de uma especificação concreta de um determinado espaço social, constituir-se como um meio de comunicação com o exterior, um instrumento útil ao ser humano para enfrentar os desafios do presente e do futuro, amplificando, deste modo, a sua função e abrangência comunicativa e educativa em função do seu utilizador.

Trata-se, possivelmente, de uma novo desafio para os museus e para a museologia, tendo a instituição museal, como defende Stephen Weil (1990), que repensar, de novo, o seu papel na era global.

2.2. A aparente crise nos museus na nova realidade global – que resposta?

Perante o cenário traçado, repleto de incertezas e receios, existem, como se referiu, aqueles que, ignorando os potenciais benefícios da globalização, anunciam perspectivas derrotistas, céticas e, por ventura, trágicas para a sociedade, aos quais Manuel Castells apelida de “profetas da tecnologia” (Castells, 2007).

A contrariu sensu, este mesmo autor defende e vislumbra, antes, a oportunidade para uma nova transformação da sociedade, positiva, acreditando “no poder libertador da identidade sem aceitar a necessidade da sua individualização ou da sua captura pelo fundamentalismo” propondo, e sustentando o que se defendeu no presente capítulo, que “todas as grandes tendências de mudança no nosso novo e confuso mundo são relacionáveis e que podemos entender a sua inter-relação (...) para ajudar à construção de um mundo diferente e melhor” (Castells, 2007, pp.4-5) reconhecendo, tal como Aguilera (2000), que não existem respostas feitas para as soluções.

Na nossa perspectiva, caberá à sociedade e, neste caso, às instituições museais, encontrar e esboçar o seu próprio caminho, tendo subjacente que, como afirma Castells (2007) acabado de citar: as novas tendências são *relacionáveis* e este princípio *estará na base da construção de um mundo melhor*.

Apesar da natural tendência de resistência à mudança, a verdade é que, quer se queira ou não, o mundo está diferente. Necessita de um novo olhar e de novas abordagens: de um novo entendimento (Castells, 2007). Os museus, enquanto instituições integradas no tecido social, deverão assumir de igual modo estas premissas de acompanhamento das mudanças que diariamente ocorrem, podendo procurar trabalhar em rede, colocando os diferentes intervenientes de culturas diversas, provenientes muitas vezes de variados lugares, em contato e em confronto saudável e construtivo, aplicando a mesma teoria da museologia social numa perspectiva não em torno quase exclusivamente da comunidade em si, mas agora centrada na ação e comunicação entre várias comunidades e realidades que possam interagir para um melhor entendimento do «outro» construindo uma sociedade mais tolerante, inclusiva, fraterna e justa.

Na verdade, vive-se, atualmente, num mundo globalizado ligado em rede: uma estrutura que conquistou o seu lugar estratégico na organização mundial e que revolucionou o modo de vida do ser humano. A rede aproxima os seres humanos²⁰¹, cria novas culturas (ou auxilia na consolidação de culturas tradicionais), cria novas identidades (ou ajuda na divulgação e preservação de identidades locais ou tradicionais), facilita a comunicação (ou ajuda ao isolamento com os pares da comunidade local), rentabiliza esforços e recursos e aumenta exponencialmente o conhecimento e as novas descobertas²⁰².

A instituição museal, pela própria natureza, foi sempre “filha do seu tempo” (Aguileta, 2000, p.104), reflexo da sua sociedade e “espelho” (Rivière, 1993) da realidade quotidiana e da mundivisão que dominou²⁰³ as diversas épocas da civilização humana. Foi refletindo os ideais e as idiossincrasias dos seres humanos (Menezes, 2006) nas diversas transformações civilizacionais ocorridas e, ao mesmo tempo, foi sendo palco da conseqüente manipulação da sociedade nos eternos jogos de *memória e poder* (Chagas, 2002). Em suma, e neste raciocínio, conforme refere o *Museums and Galleries Commission* (1987, p.51), tanto os museus como a sociedade se encontram em constante transformação e, como destaca Alf Hatton, “(...) não se deve esquecer que os museus, como entidades sociais que são, tendem (...) a refletir as mudanças sociais (...)”²⁰⁴ (Hatton, 1998, 227).

Deste modo, se, por um lado, os efeitos da globalização introduzem novos desafios e momentos de incerteza e indefinição na sociedade, será natural considerar, por outro lado, que a própria instituição museal não estará imune a tal facto (Lobo, 2003; Garcia, 2003), restando-lhe encontrar formas de se adaptar aos reptos agora lançados e que poderão determinar o seu sucesso no futuro.

Como se viu, pela natural e indispensável relação que o museu detém com a sociedade, surge, deste “novo e confuso mundo” (Castells, 2007) um conjunto de indefinições, divergências concetuais, incertezas sociais aos mais diversos níveis, conduzindo a uma aparente crise nos museus, nos mais variados domínios, abordada de forma mais ou menos explícita, por múltiplos autores.

²⁰¹ Ou, paradoxalmente, e *a contrariu sensu*, ajuda a afastá-los. Tome-se por exemplo o caso da Internet quando é utilizada para fins contra a humanidade tais como o planeamento de atentados, ou para a comunicação e difusão de movimentos racistas ou criminais.

²⁰² Que, na opinião de Garcia (2003) nem sempre serão necessariamente benéficas para a sociedade.

²⁰³ E que hoje continua a dominar.

²⁰⁴ Tradução livre.

Já Georges Rivière (1993), apesar de defender com otimismo a futura prosperidade da instituição museal²⁰⁵, alertou, na década de setenta do século passado, para os perigos e dificuldades que os museus enfrentavam naquela época assim como os que viriam a enfrentar no futuro (Rivière, 1993, p.96).

É, pois, num cenário de dificuldades para a instituição museal que Kevin Moore (1998) defende, por exemplo, uma drástica, mas eventualmente mais «vantajosa», redução de museus considerando que um conjunto de museus mais reduzido e condicente com as realidades do mercado traria mais benefícios que prejuízos (Moore, 1998). Coincidindo com esta ideia, até o próprio Rivière chega, paradoxalmente, a colocar este cenário como possível e, eventualmente, benéfico para os museus (Rivière, 1993, p.96).

Contrastando categoricamente com esta possibilidade, Stephen Weil (1990) afirma, com recurso a uma certa ironia subtil, que

“Quando a humanidade dominar o tempo por forma a eliminar toda e qualquer iniquidade, quando os jovens se acomodam em aceitar o mundo que um dia herdarão dos seus anciãos, quando os artistas nada mais procuram que uma oportunidade para reproduzir os trabalhos dos seus antecessores, quando todos acreditarem que tudo o que possa ser útil já fora inventado e quando o último migrante inquieto se acomodou na última fronteira certo de que nenhum lugar reside para lá dela... Até lá – e estejamos todos esperançosos de que «lá» esteja ainda bem distante – a proliferação descontrolada, robusta e até mesmo violenta dos museus não deve constituir motivo de preocupação. É, pelo contrário, o sinal de algo saudável”.²⁰⁶ (Weil, 1990, p.6).

A verdade é que, para alguns críticos e mais céticos, como é o caso de Dietrich Schwanitz (2007), a instituição museal, muito à semelhança do que sucede com a escola dos nossos dias, está a desviar-se da sua função primordial de formação global do cidadão e de dotação de meios para que este possa recorrer a um meio de aprendizagem e entendimento da sua sociedade e da cultura em geral. Desvia-se, por um lado, do desenvolvimento integral da pessoa humana e, por outro lado, da criação de uma atitude crítica e consciente numa prática de cidadania responsável.

O período de indefinição que se vive na sociedade e no campo dos museus é de tal modo notório que move Luis Lobo (2003) a considerar que a atual noção de «museu» já não

²⁰⁵ Na realidade, as expectativas de Rivière não foram defraudadas. Se, de acordo com Stephen Weil (1990), em 1989 era reconhecido pelo ICOM que, à escala mundial, estimava-se existir cerca de quarenta mil instituições museais, nas últimas décadas do século XX houve, como já foi referido, um aumento exponencial de instituições museais, acentuando-se, ainda mais, esta tendência na primeira década do presente século, conforme já foi demonstrado.

²⁰⁶ Tradução livre.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

satisfaz ninguém. Devido à quantidade de inovações e exigências que se colocam aos museus da atualidade, emerge uma necessidade premente de refletir e, eventualmente, redefinir (ou não) alguns dos princípios de base, ou secundários, dos museus. De acordo com Kevin Moore, “os museus também devem fazer, cada vez mais, frente ao que se poderão denominar «pressões sociais» para poder responder com maior eficácia às necessidades de uma sociedade plural”²⁰⁷ (Moore, 1998, p. 10), entenda-se: hoje, global e multicultural.

Resultante da nova realidade social, cada vez mais, o museu:

- é confrontado com uma perspectiva de funcionamento centrada, tendencialmente, em interesses crescentemente economicistas ou mercantilistas sujeitas, em grande parte, pelas leis do mercado²⁰⁸ por oposição à sua função de cariz social e cultural²⁰⁹, levando à necessidade de refletir sobre as suas funções²¹⁰, novas formas de gestão e organização²¹¹ e até de financiamento²¹².
- se vê confrontado com crescente tendência de tornar o património em simples mercadoria²¹³ num mundo que aposta, progressivamente, no negócio do lazer assumindo, com maior tendência, uma postura de espaço de diversão;
- se vê envolvido numa problemática de adaptação aos novos fenómenos culturais e identitários emergentes por força da globalização²¹⁴;
- se vê, simplesmente, perante uma atual indefinição concetual, existencial e identitária²¹⁵ perante os efeitos da globalização, já abordados;
- é colocado perante a discussão da sua própria viabilidade e utilidade frente à proliferação profícua em tão elevado número. É que, na opinião de alguns²¹⁶, pelo simples facto de existirem e se multiplicarem livremente, acabam por causar uma «atrapalhação» institucional ao promover uma concorrência interna, «saturando» o mercado já de si abundantemente servido de empresas de entretenimento ou de lazer. Em última instância, acabam por desperdiçar recursos, duplicar funções e discursos, pondo em causa a sua sustentabilidade por serem concorrentes diretos uns dos outros.

²⁰⁷ Tradução livre.

²⁰⁸ Que, por vezes colocam em causa a própria sobrevivência do museu.

²⁰⁹ Moore (1998); Jackson (1998); Harney (1998); Garcia (2003).

²¹⁰ Aguilera (2000).

²¹¹ Davies (1998); Friedman (1998); Rico (2002).

²¹² Lewis (1998); Dickenson (1998); Harney (1998).

²¹³ Lobo (2003); Garcia (2003); Aguilera (2000).

²¹⁴ Fernandes (s/data); Canclini (1997); Primo (2001); Garcia (2003); Appadurai (2004).

²¹⁵ Dickenson (1998); Hatton (1998); McLean (1998); Middleton (1998); Rico (2002); Lobo (2003); Mestre & Molina (2008).

²¹⁶ Rivière (1993); Moore (1998, p.11); Hatton (1998).

Resultante de todos estes aspetos, Rico (2002), em consonância com Lobo (2003), afirma passar-se atualmente por uma crise existencial nos museus, havendo até alguns autores que preveem, inclusive, e apocaliticamente, a inevitável queda e desaparecimento deste tipo de instituições. Provavelmente não será esse o desfecho desta notável instituição de tão nobre história, mas não deixa de se constituir uma preocupação inquietante que estes assuntos tenham que ser debatidos e que se encontrem formas de minimizar as dificuldades que sentem, hoje, no seu funcionamento.

Elucidando melhor: à semelhança do referido por Moore (1998), autores como Rico (2002), Aguilera (2000), Mestre & Molina (2008) defendem que pelo facto de os museus da atualidade²¹⁷ se encontrarem submersos numa profunda crise necessitam, por isso, de enveredar por um processo de mudança e renovação. Nesta senda ainda por desbravar, repleta de incertezas e abundante insegurança rumo ao futuro desconhecido, devem ser traçados novos percursos possíveis, novas abordagens, desconhecendo se essas opções são, ou não, de facto, os trilhos mais acertados. No entanto, não se vislumbra outra possibilidade senão encontrar uma solução para este problema.

Perante este cenário de crise, é nosso entendimento, assim como de outros autores como Lobo (2003), que a reestruturação dos museus em rede poderá configurar-se como uma estratégia para conseguir ultrapassar algumas das atuais dificuldades que se lhe impõem, uma vez que o museu deve, por natureza, encarar os desafios específicos com que se confronta e adaptar-se aos períodos de transformação social, sob pena de se esgotar em si mesmo, perdendo a sua verdadeira essência enquanto instituição ao serviço do ser humano – um verdadeiro “catalisador”²¹⁸ que, em diálogo com as pessoas e as comunidades, age em prol do seu desenvolvimento.

Kevin Moore (1998) parece partilhar desta opinião de adequação dos museus a novos modelos organizativos para fazer frente às dificuldades emergentes, pois no seu entendimento, a adoção desta forma de organização institucional “permitiria aos museus aproveitar estas oportunidades e prosperar no futuro, não se limitando a sobreviver nestes tempos cambiantes (...). Os museus devem ser capazes de conceber as pressões sociais como uma oportunidade e não como uma ameaça”²¹⁹ (Moore, 1998, p.11).

²¹⁷ Mesmo querendo referir-se mais concretamente aos museus de arte, mais tradicionais, pensamos que não pode deixar de se constituir uma preocupação para os restantes museus, aliás como afirma Garcia (2003).

²¹⁸ Moore (1998, p.17); Mayrand (1998); (Aguilera (2000).

²¹⁹ Tradução livre.

Mas Mestre & Molina (2008) ainda vão mais longe, assumindo uma posição mais extrema ao defender que, atualmente,

“para sobreviver, os museus locais necessitam de estar interligados em redes [pois] a construção de redes é a única forma que o museu local dispõe para enfrentar com êxito o isolamento. A criação de redes permite que cada membro da rede beneficie das vantagens e da economia de escala.”²²⁰
(Mestre & Molina, 2008, p.41)

Já se afirmou que a instituição museal, reflexo e “espelho” da sociedade, não se poderá desvincular dos novos contextos sociais, encarando-os como o mote para a sua adaptação à nova e complexa conjuntura socioeconómica, política e cultural que hoje domina, influencia e condiciona o mundo e as pessoas. Se, como foi afirmado neste estudo, a sociedade atual está intrinsecamente influenciada pela estrutura da rede²²¹, estamos em crer, mais uma vez, que, neste contexto, e em consonância com os autores citados, um modelo museológico assente numa lógica de rede parece constituir, cada vez mais, um fator crucial para o sucesso da instituição. Será nesta ótica que as instituições de uma forma geral, e os museus de uma forma particular, poderão tender para se organizar em rede, proliferando estas estruturas organizativas com maior frequência por toda a sociedade, colhendo todo o tipo de vantagens que daí advêm, podendo, como foi demonstrado, funcionar enquanto fator de ligação entre os diversos grupos da sociedade e entre os diversos indivíduos inseridos neste mundo simultaneamente fragmentado (Canclini, 1997) e, ao mesmo tempo, ligado entre si (Castells, 2007).

Concomitantemente, as características funcionais e otimizadoras de recursos e meios, próprias das redes, permitem colmatar muitas das dificuldades que estão na base da atual crise nos museus.

No pensamento de Lobo (2003) e Mestre & Molina (2008), é praticamente incontestável que o futuro dos museus, em especial os de pequena e média dimensão, passará pela sua estruturação e reorganização em rede, seja por motivos patrimoniais, seja por motivos economicistas²²². Lobo (2003) encara, porém, este modelo organizativo como se de uma *moda* se tratasse. Segundo o autor, os vocábulos «rede» e «museu» surgem muitas vezes

²²⁰ Tradução livre.

²²¹ Uma das características basilares da sociedade informacional (Cardoso, 2006; Castells, 2007; Kohls, 1999).

²²² Aliás, este foi um dos aspetos identificados como um dos principais motivos da atual crise dos museus.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

associados ao termo propagado e generalizado de “gestão cultural” (Lobo, 2003) apenas porque “soa bem” e por estar na moda²²³.

Contudo, não partilhamos desta apreciação, de certo modo redutora do potencial das redes museológicas. Defendemos que uma organização museológica em rede proporciona um conjunto de vantagens muito vastas e eficientes. Se for verdade, como se verá no estudo das redes museológicas locais que se apresentará, que parece existir um número crescente e significativo destas organizações criadas ou em fase de estruturação em território nacional, é nossa convicção de que, mais que uma **moda**²²⁴, poderá dizer-se que se trata de uma **tendência**²²⁵. Mas mais: para além de se poder considerar uma tendência, poderá ainda encarar-se, porventura, como uma **inevitabilidade**²²⁶, isto é, uma solução ou caminho incontornável, num futuro mais ou menos próximo, perante as novas exigências que se colocam aos museus na atualidade.

Na realidade, o que mais caracteriza esta sociedade globalizada, na opinião de muitos autores, é o modo adotado do seu funcionamento – em rede – pois, no mundo global “a rede é a mensagem” (Beja Santos, 2006). Deverão as instituições museais saber tirar partido desta nova ferramenta de gestão e organização que privilegia a otimização de recursos, o conhecimento, a interajuda ou cooperação, a partilha de informação facilitadores de novas atividades e promotores de novas potencialidades para os museus e até para o mundo da cultura de um modo geral.

Rivière (1993), ao apresentar uma noção de museu, descentralizado pelo território, ao qual apelida de ecomuseu, terá sido pioneiro na senda destas novas ideias²²⁷, pois, de acordo com Per-Uno Ågren (2002, p.20), uma certa organização museal em rede descentralizada por um território poderá aproximar-se da própria noção de ecomuseu apesar de que, atualmente, esta noção contemporânea de organização em rede pressupõe muitos outros aspetos que, ao tempo, seria perfeitamente imprevisível antever.

²²³ Até certo ponto, a afirmação de Lobo (2003) tem a sua pertinência. Não raras vezes, as apelidadas «redes museológicas» não passam de uma listagem de instituições para divulgação conjunta perante o público, constituindo uma espécie de roteiro turístico. Nestes casos, não existe um verdadeiro trabalho em rede. Por vezes nem existe sequer qualquer ligação interinstitucional ressaltando o facto de constarem da mesma listagem de um qualquer folheto turístico. É, no fundo, o que acontece com muitas «redes de museus» das regiões autónomas espanholas (Hernández, 2009; Rico, 2009) e, porventura, na nossa própria Rede Portuguesa de Museus (Lira, 2008; Nabais, 2009; Assunção, 2009), entre outras.

²²⁴ Termo que carrega consigo uma conotação transitória e efémera.

²²⁵ Neste caso, com a aplicação deste termo, parece que se está perante a assunção consciente e crescente de uma nova abordagem organizativa com estratégias, planeamentos e objetivos definidos que proporcionarão resultados favoráveis para as instituições carentes de soluções para as suas dificuldades.

²²⁶ Mestre & Molina (2008); Aguilera (2000); Assunção (2009); Hernández (2009); Nabais (2009); Rico (2009).

²²⁷ Salvaguardando as devidas diferenças...

Ao identificar a crescente necessidade de organização em rede, Ågren (2002) oferece-nos a perspetiva de duas estruturas organizacionais de redes que foram aplicadas no passado no campo da museologia, referindo-se concretamente às **redes horizontais** e às **redes verticais**²²⁸, cada qual detentora de características muito próprias, de acordo com a finalidade para a qual a estrutura tenha sido criada.

Não obstante, por «estar na moda», como aponta Lobo (2003), a designação de «rede» tem sido ampla e erroneamente empregue levando a que “esta proliferação indiscriminada do conceito de redes ameaça relegá-la ao *status* de uma metáfora evocativa, aplicada tão incorretamente que acabará significando qualquer coisa” (Tureta, Rosa & Ávila, 2006, p.8).

É por este motivo que importará refletir acerca do que se entende verdadeiramente por organização em «rede» e a sua aplicabilidade à museologia. Será esse o próximo tema a desenvolver.

²²⁸ Preferimos apelar as chamadas redes horizontais simplesmente de «redes» e as chamadas redes verticais de «sistemas», sendo esclarecido mais adiante neste estudo estas opções.

2.3. Redes e sistemas aplicados à museologia.

2.3.1. A génese e transformação diacrónica da rede.

No decurso deste estudo, foram-se despontando alguns aspetos teóricos e considerações acerca de dois conjuntos organizacionais: a rede e o sistema.

Ambos apresentam, hoje, e consoante as diversas perspetivas dos autores, características distintas e frequentemente confundidas. Castells elucida o seu entendimento contemporâneo sobre as diferenças entre o «sistema» e a «rede», de uma forma simples e clara, ao qualificar o sistema enquanto uma estrutura *fechada* e a rede enquanto uma organização *aberta* e “de acessos múltiplos” (Castells, 2007, p.94).

Este entendimento estrutural é, pois, consequência de um longo caminho trilhado na transformação concetual das organizações ao longo de quase um século. Por isso, convém debruçarmo-nos sobre a origem da noção de «rede» e a sua transformação diacrónica para melhor a entender e também para melhor perceber a concetualização de Castells (2007) neste âmbito.

No pensamento de Cardoso (2006) e Ågren (2002), em muito, próximo das teorias de Castells (2007), a rede, enquanto estrutura organizacional, esteve sempre presente na sociedade ao longo dos tempos. A imagem primordial de rede, enquanto objeto tresmalhado recolhedor, *foi apropriada pela atual linguagem da era da informação*, com o surgimento das novas tecnologias. A imagem de rede remete para um conjunto de entidades que, partilhando objetivos comuns, unem esforços na prossecução de finalidades comuns, formando, desse modo, uma determinada estrutura interconetada (Lobo, 2003). Esta ideia assimilada pelas empresas, tornou-se um modelo que “alia a flexibilidade à eficácia e à eficiência.” (Cardoso, 2006, p.103), transpondo-se rapidamente para outras áreas do conhecimento e da sociedade.

De acordo com Cardoso (2006), em consonância com os pensamentos de Castells (2007) e Giddens (2000), as redes são consideradas “estruturas abertas, capazes de se expandir sem limite, integrando novos nós desde que consigam comunicar dentro da rede, nomeadamente, desde que partilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho).” (Cardoso, 2006, p.103).

Mas é em Migueletto (2001) que se encontra uma definição bastante completa do entendimento de uma rede:

“A rede é um arranjo organizacional formado por um grupo de atores, que se articulam – ou são articulados por uma autoridade – com a finalidade de

realizar objetivos complexos, e inalcançáveis de forma isolada. A rede é caracterizada pela condição de autonomia das organizações e pelas relações de interdependência que estabelecem entre si. É um espaço no qual se produz uma visão compartilhada da realidade, se articulam diferentes tipos de recursos e se conduzem ações de forma cooperada. O poder é fragmentado e o conflito é inexorável, por isso se necessita de uma coordenação orientada ao fortalecimento dos vínculos de confiança e ao impedimento da dominação.” (Migueleto, 2001, p.48)

Todavia, a «rede» como a conhecemos e como é designada por Castells (2007), Cardoso (2006) e Giddens (2000) tem a sua génese na teoria geral dos sistemas idealizada inicialmente por Ludwig Von Bertalanffy²²⁹, no campo da biologia, na década de 40 do século XX, aquando da sua pesquisa de “um modelo científico explicativo do comportamento de um organismo vivo”²³⁰. Por sua vez, foi ela mesma um desenvolvimento da teoria das organizações de Max Weber²³¹.

A teoria das organizações²³² e a teoria dos sistemas²³³ são complexas e extensas, daí que apenas se focarão os seus aspetos basilares que poderão constituir interesse para este estudo. A teoria das organizações de Max Weber admite que “o principal motivo para a existência das organizações é o fato de que certos objetivos só podem ser alcançados por meio da ação coordenada de grupos de pessoas” (Vogo, s/data, p. 98) que constituem o designado grupo social secundário ou formal²³⁴.

Registe-se que, de acordo com a teoria das organizações de Max Weber, todas as organizações formais são burocracias, reportando-se a entidades que se baseiam num conjunto de regras que determinam direitos e obrigações: “a burocracia é um estágio na evolução das organizações” (Vogo, s/data, p.99). Constituem-se características do funcionamento destas organizações, ou “burocracias”: o aspeto formal, impessoal e profissional.

Vogo (s/data) argumenta que, a noção de formalidade relaciona-se, neste caso, com o facto de estas organizações se regerem por regulamentos ou leis rígidas que explicitam o

²²⁹ Ludwig Von Bertalanffy [1901-1972] foi um biólogo austríaco que publicou os seus trabalhos sobre a teoria geral dos sistemas entre 1950 e 1968. Foi pioneiro na sua crítica à divisão dos campos do conhecimento em áreas estanques como a física, a química, a biologia ou a psicologia, sugerindo, antes o estudo de sistemas globalmente.

²³⁰ Universidade Aberta (s/ data).

²³¹ Max Weber [1864-1920] foi um jurista, economista e sociólogo alemão.

²³² De acordo com Vogo (s/data), existem várias categorias de organizações consoante as perspetivas dos seus defensores.

²³³ Incluem-se, nesta teoria, conceitos tão díspares como a entropia, sintropia, homeostase e a homeorrese e classificações de sistemas naturais (respeitantes à natureza) e sistemas sintéticos (respeitantes ao ser humano).

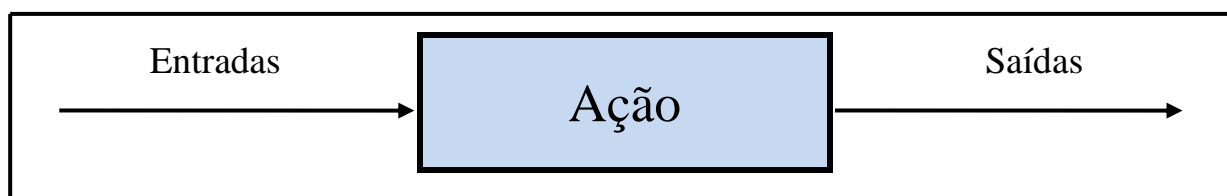
²³⁴ Existem, segundo o autor, dois grupos sociais: o primário (informal) e o secundário (formal). Incluem-se neste último, os indivíduos que possuem relações “regidas por regulamentos explícitos” (Vogo, s/data, p.98) e por isso também apelidados de «burocracias».

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

papel de cada ator na organização. A impessoalidade prende-se com a hierarquia estipulada no relacionamento dos membros da organização e, por fim, o profissionalismo reporta para o aspeto ocupacional do indivíduo na organização por meio do seu desempenho pessoal e subordinado ao seu superior hierárquico. Note-se que estas noções assemelham-se à administração tradicional já focada neste estudo.

Deste modo, pode sintetizar-se que a ação da organização não sofre qualquer intercâmbio com o seu exterior, num processo hermético e hierarquizado, conforme é visível na **Figura 19**:

Figura 19 – Dinâmica da organização ou “burocracia”, segundo Max Weber.



Fonte: Elaboração própria (2012)

Importa referir, ainda, que, apesar do alicerce concetual comum, existiram diversos autores que desenvolveram abordagens várias da teoria das organizações sempre a partir da teoria-base de Max Weber. Neste leque de autores, existiam aqueles, que se revelaram algo críticos à filosofia apontando para diversas disfunções organizacionais desta teoria.

Figura 20 – Principais contributos à teoria das organizações.

Autores	Ideias centrais
Max Weber	Tipo ideal de burocracia.
Amitai Etzioni	Tipologia das organizações com base nos tipos de poder.
Peter Blau; Richard Scott	Tipologia das organizações com base nos tipos de beneficiários.
Charles Perrow; Robert K. Merton; William Roth	Disfunções organizacionais.
Tom Burns; G. M. Stalker	Modelos mercantilista e orgânico de organização.

Fonte: Elaboração própria (2012). Sintetizado de Vago (s/data).

Não obstante, segundo Vago (s/ data), a teoria das organizações assenta, no seu essencial, no pressuposto da obediência e do exercício hierárquico do poder na estrutura fazendo com que as organizações operem “sob um regime de procedimento administrativo

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena [em que] os papéis, funções e posições são definidos por meio de um alto nível de supervisão” (Tureta, Reis & Ávila, 2006, p.10). Deste modo, toda a estrutura ou organização assenta numa dinâmica vertical, hierarquizada e sempre sob o prisma do recurso ao poder nos seus variados contextos.

Figura 21 – Tipologia de contextos de poder nas organizações.

Tipo de poder	Tipo de contrato psicológico	Tipo de organização
Poder coercivo baseado em punições.	Alienatório: obediência sem questionamento.	Coerciva: objetivo é controlar o comportamento.
Poder manipulativo baseado em recompensas.	Calculista: obediência interesseira.	Utilitária; objetivo é obter resultados.
Poder normativo baseado em crenças e símbolos.	Moral: disciplina interior.	Normativa; objetivo é realizar uma missão ou tarefa em que os participantes acreditam.

Fonte: Adaptado de Vago (s/data, p.102)

Com o desenvolvimento desta teoria, como se mencionou, algumas falhas ou disfunções foram apontadas pelos seus seguidores, nomeadamente: a noção do particularismo ou a satisfação de interesses pessoais dentro da organização; a existência excessiva de regras; o seguimento rígido de uma hierarquia; o mecanicismo²³⁵, a interrupção do fluxo de informação²³⁶; o desincentivo à inovação e a indefinição de responsabilidade²³⁷.

Esta primeira teoria sobre organizações e estruturas revelou-se própria de uma época (Rusillo, 2008, p.21).

Com o natural avanço da sociedade e dos novos entendimentos científicos, surgiu na década de 50 do século XX, através de Ludwig Von Bertalanffy, uma outra visão organizacional baseada numa nova teoria: a teoria geral dos sistemas que introduziu uma perspetiva diferente das burocracias ou organizações. Relegando o termo «burocracia», incutiu à noção de organização um carácter aberto, dinâmico e retroativo por oposição à índole oclusa, estática e linear anterior.

A teoria geral dos sistemas postula, de modo sintético, que um sistema é composto por um conjunto de entidades ou elementos relacionados dinâmica e holisticamente num

²³⁵ Por mecanicismo entende-se o desempenho limitado e pouco autónomo com que se poderá realizar qualquer tarefa.

²³⁶ Isto devido à forte componente hierarquizada da organização.

²³⁷ Os resultados obtidos pelo desempenho da organização não adquirem qualquer relevância neste contexto, dada, novamente, a forte componente de hierarquização na organização.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

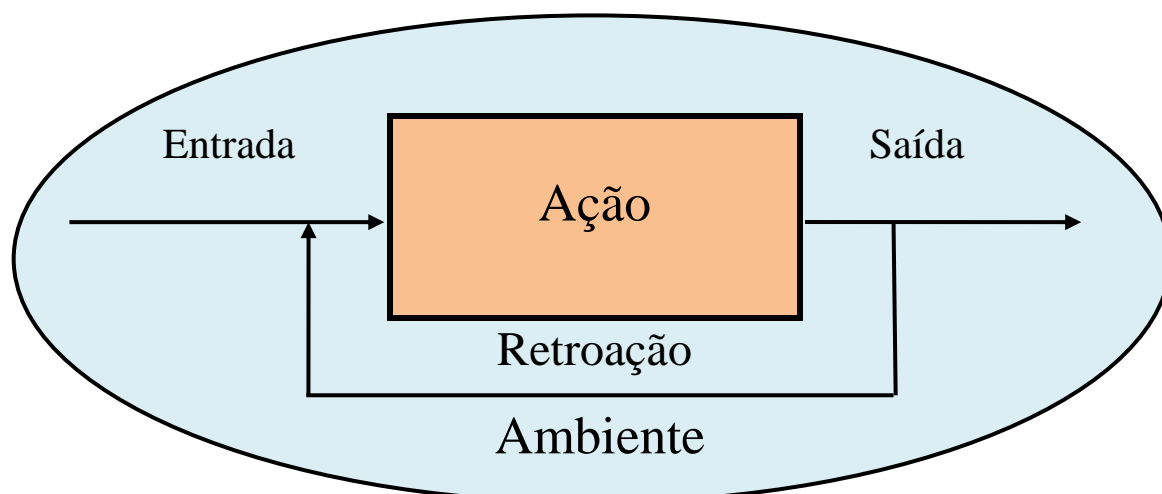
determinado ambiente perfazendo um todo ou uma unidade integrada indissociável, possuindo uma finalidade em comum e construindo uma relação de interdependência com o meio exterior, ou ambiente, operando sobre entradas de informação, energia ou matéria para as processar e fornecer saídas de nova informação, energia ou matéria (Lieber, s/data).

Nitidamente que se trata de uma transformação concetual de fundo em relação ao anterior entendimento organizacional. Paulo Motta (1999) oferece uma visão dessa transformação ocorrida na perceção organizacional ao afirmar que

“A organização [passou a ser] vista preferencialmente de forma sistémica e globalista, mantendo transações com o seu ambiente que influencia a sua sobrevivência e progresso. Tende-se a ver a organização como um todo orgânico e coerente, onde elementos sociais se interligam e desempenham funções específicas para manter um equilíbrio dinâmico. Os fatores explicativos encontram-se nos papéis e nas interações mantidas pelos atores sociais na busca pela sobrevivência e adaptação ao meio ambiente no qual se inserem. (...) Deixa-se de acreditar na verdade contida no plano das ideias administrativas para procurá-la na realidade. É a predominância da observação sobre o pensamento. (...) Assim, nesse paradigma, tanto a organização quanto as pessoas são dependentes do meio e só podem ser compreendidas em função do contexto no qual estão inseridas [pois] a mudança é um processo consciente de se criar uma nova realidade organizacional. Nesse paradigma, o comportamento humano é resultado de um processo de interação social: o indivíduo não é apenas um ser passivo, reagindo a estímulos do ambiente, mas também um ser ativo, que participa diretamente na formulação de seus próprios valores.” (Motta, 1999, s/pág.)

A **Figura 22** tenta demonstrar esta nova dinâmica organizacional:

Figura 22 – Dinâmica do sistema aberto, segundo a teoria dos sistemas de Bertalanffy.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Esta nova noção e estes princípios organizacionais inovadores de Bertalanffy foram aplicados nas diversas áreas do conhecimento como a física, a biologia, a tecnologia, a sociologia e outras estabelecendo uma base para a unificação das ciências naturais e as ciências humanas, numa nova abordagem interdisciplinar das ciências humanas até então inédita.

A libertação da tónica burocrática e hierarquizada da teoria das organizações permitiu olhar para o ambiente circundante de outra forma, de um modo mais democratizado da sociedade (Stockinger, 1997). A reciprocidade e a partilha são, de resto, também requisitos que Bertalanffy define como característica básica de um sistema aberto e inclusivo (Lieber, s/data).

Outro requisito reside na “potencialidade das organizações de influenciar o ambiente e a possibilidade de colaboração entre organizações [trazendo] à luz as relações inter organizacionais que emergem como resposta à complexidade e turbulência, dando origem às redes” (Tureta, Reis & Ávila, 2006, p.2).

Sustentam os autores acabados de citar que a abordagem da teoria geral dos sistemas pressupõe que, tal como os organismos biológicos, as organizações se encontram abertas ao ambiente em que se inserem necessitando de manter uma dependência mútua para a sua própria subsistência. Este princípio adequou-se de tal modo ao mercado financeiro que acabou por se implantar com êxito no campo empresarial uma vez que

“os sistemas abertos, tal como as organizações, possuem como característica marcante um intercâmbio permanente com o ambiente, influenciando-o e sendo por ele influenciado (...) dando origem a novas configurações (...) possibilitando-as sobreviverem num mercado complexo, incerto e altamente competitivo.” (*Idem*, p.4).

Os sistemas podem, deste modo, e a partir do postulado da teoria geral dos sistemas, definir-se quanto à sua natureza, que pode apresentar-se fechada²³⁸ ou aberta²³⁹ e ainda, quanto à sua constituição, que pode assumir a forma concreta²⁴⁰ ou concetual²⁴¹ (Tureta, Reis & Ávila, 2006).

O que nos interessa reter, pois, da teoria geral dos sistemas é que esta permite identificar duas tipologias sistémicas concretas. Consoante a relação que a estrutura ou

²³⁸ Um sistema fechado não interage com o meio envolvente, não permitindo a permuta de influências.

²³⁹ Um sistema aberto interage com o meio ambiente promovendo interação através de entradas e saídas de informação ou dados.

²⁴⁰ Assume-se que um sistema é concreto quando o mesmo é constituído por equipamentos ou objetos tangíveis.

²⁴¹ Assume-se que um sistema é concetual quando é constituído por conceitos abstratos, possibilidades ou planos.

organização estabelece na interação com o ambiente/meio envolvente, a estrutura/organização/sistema pode apresentar uma dinâmica aberta ou fechada, na medida em que permite, ou não, interação com esse mesmo ambiente.

Outro aspeto fundamental da teoria dos sistemas é que as relações que as entidades estabelecem entre si podem assumir relações “mútuas ou unidirecionais, lineares ou não, contínuas ou intermitentes, e variar em graus de eficácia e prioridade causal” (Lieber, s/data, p.4) o que levanta a questão da característica horizontal ou vertical do sistema e as diversas dinâmicas que este poderá assumir.

É nesta sequência que, Paul Baran desenvolveu, em 1964, a noção do sistema aberto empregando, pela primeira vez, o termo «rede» e que se manteve até à data. A sua teoria esteve, de resto, na génese da própria Internet.

No seu trabalho inicial, elaborado para a força aérea norte-americana, Baran propôs um sistema de comunicação digital assente num conceito de rede distributiva para efeitos de sobrevivência nacional em caso de ataque nuclear (Baran, 1964). Na sua obra, o autor determina as bases conceituais entre *redes distribuídas* e *sistemas hierarquizados ou centralizados* estabelecendo uma diferenciação entre estas duas estruturas organizacionais.

Para Baran (1964), a vasta variedade de redes resumem-se, no seu essencial, a dois elementos fundamentais: a centralidade, num formato gráfico de estrela, e a distributividade, na forma de rede trespalhada (Baran, 1964, p.1).

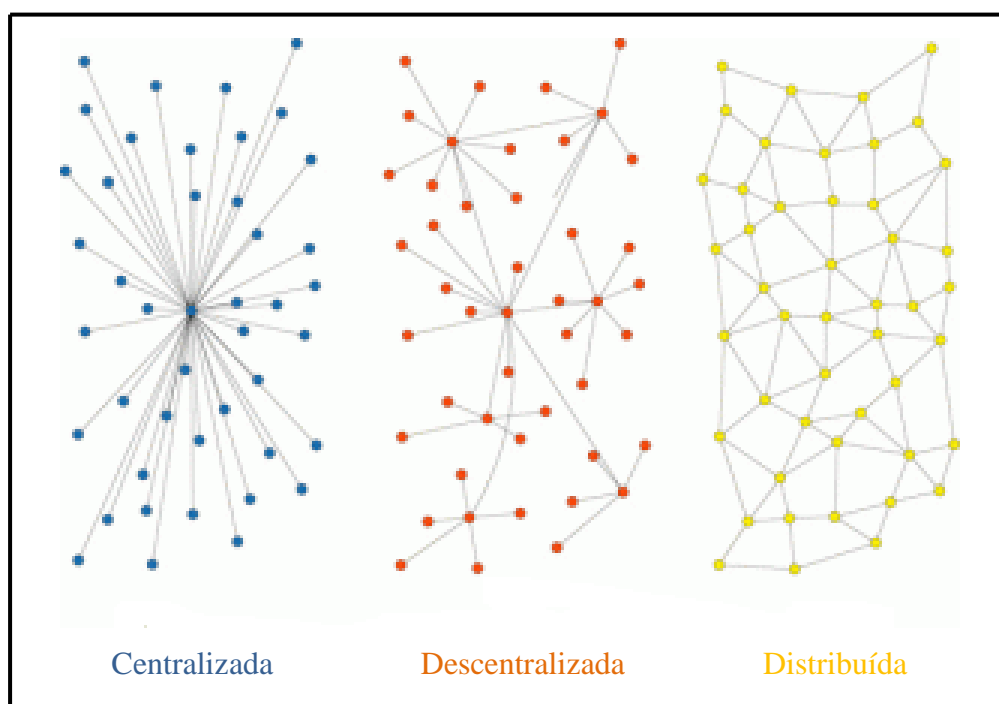
É possível visualizar-se esta dinâmica na **Figura 23** cuja primeira imagem demonstra a dependência exclusiva de vários elementos, apelidados de “estações” por Baran (1964) ou “nós” (Castells, 2007), num único ponto hierarquizado de onde emanam todas e quaisquer diretrizes. Esta estrutura é apelidada de “sistema centralizado”, assumindo uma ação fechada e hierárquica semelhante à dinâmica organizacional compreendida na teoria das organizações de Max Weber já analisada. Qualquer ato que afete o nó central exercerá influência no sistema na sua totalidade.

A segunda configuração revela já alguma abertura funcional e independência hierárquica relativamente ao nó central embora exista, ainda, um grau de sujeição a este que, em última instância, acaba por centralizar à mesma o poder de decisão. Trata-se, por isso, segundo Baran (1964), de uma “rede descentralizada” pois o formato de estrela mais pequena integra a forma de estrela maior. Neste caso, qualquer ato que afete algum dos nós descentralizados afetará o conjunto que o orbita, mantendo, ainda a mesma problemática em torno do nó central, já referido.

Por fim, a terceira imagem representa uma rede tresmalhada na qual cada estação, ou nó, apresenta a possibilidade de comunicar e partilhar informação e intervir com os restantes. Neste caso, denominado por Baran de “rede distribuída” a tónica dominante não é a verticalidade do fluxo, mas sim, a horizontalidade em que cada nó ou estação constitui, *per si*, uma entidade com autonomia. Esta perspetiva justapõe-se à noção do sistema aberto consagrado na teoria geral dos sistemas.

Apesar de a **Figura 23** demonstrar as ideias gerais subjacentes às diversas formas de rede, não se poderá deixar de comentar que a mesma apenas representa, de forma simplificada a dinâmica que é bastante complexa da estrutura de rede. Por exemplo, a ilustração da rede descentralizada não prevê a conectividade entre nós ou estações constantes dos centros desconetados entre si. Do mesmo modo, a ilustração da rede distribuída não contempla as ínfimas possibilidades de ligação de todos os nós entre si.

Figura 23 – Redes centralizadas, descentralizadas e distribuídas, segundo Baran.



Fonte: Adaptado e traduzido de Paul Baran (1964, p.2).

Pelo exposto, pode considerar-se que existem sistemas centralizados e redes descentralizadas e distribuídas sendo que, dentro das tipologias de rede descentralizada e

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

distribuída, existem variados graus de descentralização e ínfimas possibilidades de distribuição.

A apropriação destas noções pelo campo da museologia é, como se viu, uma inevitabilidade seja pelas vantagens que acarreta para o funcionamento das instituições museais, seja pela necessidade que existe de a instituição museal se adaptar às exigências e desafios cada vez mais abrangentes e complexos que lhe são impostos pelo mundo globalizado.

2.3.2. Museus, museologia e redes.

No contexto da sua intervenção social, o museu da chamada era da informação ou, se quisermos, da sociedade informacional (Castells, 2007) terá, provavelmente, que se adaptar a esta nova conjuntura e aos novos desafios em resposta à crise que atravessa devendo, por isso, assumir, cada vez mais, uma postura de plataforma de comunicação, educação e interação social entre poder local (tutela) e utentes / comunidades no exercício pleno da cidadania. Se tal já era, de uma forma natural, evidente nas teorias constantes da documentação fundamental da nova museologia²⁴², atualmente adquire nova relevância dado o contexto de proximidade, comunicação, interação e integração no seio da sociedade, necessitando de expandir a sua ação para fora dos limites das comunidades locais ou das instituições museais mais tradicionais, estas, já de si, isoladas e fechadas em si mesmas.

Aliás, este cenário de «fórum» num mundo global²⁴³ vem dar suporte àquilo que se tem vindo a estabelecer como um novo modelo estrutural de relações em todo o tipo de instituições e organizações: a rede. Esta estrutura organizacional assume na sociedade uma importância crescentemente incontornável uma vez que

“A morfologia da rede parece estar bem adaptada à crescente complexidade de interacção e aos modelos imprevisíveis do desenvolvimento derivado do poder criativo dessa interacção (...) Esta configuração topológica, a rede, pode agora ser implementada materialmente em todos os tipos de processos e organizações graças a recentes tecnologias de informação. (...) Quando as redes se difundem, o seu crescimento torna-se exponencial. (...) Estar fora da rede é cada vez mais penalizante em virtude do número decrescente de oportunidades em chegar a outros membros fora dela.” (Castells, 2007, pp.87-88)

²⁴² Ou seja: o documento produzido aquando do Seminário do Rio de Janeiro (1958); Declaração de Santiago do Chile (1972); Declaração de Québec (1984); Declaração de Oaxtepec (1984) e Declaração de Caracas (1992).

²⁴³ Mundo, esse, em que a comunicação e a partilha de informação estão, cada vez mais, na sua base estrutural, constituindo elementos incontornáveis do modo de vida contemporâneo.

Por sua vez, e dadas as dificuldades mencionadas anteriormente, havendo um número cada vez maior de museus necessitando de lutar pela sua própria sobrevivência, poderão apontar-se ou apelar-se para uma necessária

“ (...) mudança ontológica, uma redefinição das suas funções e seus objetivos, ou uma reestruturação da sua gestão e organização para se tornar parte de uma engrenagem mais eficiente, mais económica em todos os sentidos permitindo que todos sejam um museu inteiro sem que cada um o tenha que ser por si. Em poucas palavras: ser outra coisa ou ser o mesmo de forma diferente.”²⁴⁴ (Lobo, 2003)

De certo modo, bebendo da teoria da rede distribuída de Baran (1964), esta perspectiva interessante de que cada componente de uma rede museológica poderá ajudar na construção de um museu único mais completo sem que cada núcleo o tenha que ser individualmente, podendo manter a sua própria identidade e autonomia face aos restantes núcleos (Nabais, 2009; Hernández, 2009), é uma ideia inovadora no campo da museologia e repleta de potencialidades. Aliás, este é o princípio subjacente à rede museológica municipal de Alcanena designada por *Museu do Território de Alcanena* (Café, 2007). Pretende-se que cada componente da rede se torne numa “peça de engrenagem mais eficaz, mais económica”, como referiu Lobo (2003), de onde advirão muitas vantagens e benefícios para todas as partes.

Muitos têm defendido, como é o caso de Paulo Fernandes (2008), Olímpio Martins (2008), Ana Paula Assunção (2008) e António Fonseca Ferreira (2005), que a organização institucional nos campos da cultura, do património e dos museus deva passar por uma ou até múltiplas redes (Mestre & Molina, 2008), na expectativa de tentar ultrapassar as adversidades próprias das exigências do mundo global, constituindo-se esta como uma prática com tendência para se alastrar.

Tendo presente as características do paradigma da tecnologia de informação enunciadas por Castells (2007), tome-se como exemplo as referências de Per-Uno Ågren, que, aludindo concretamente à opção estratégica tomada para a implementação da Rede Portuguesa de Museus, acaba por enumerar muitas das virtudes presentes na adoção de uma estrutura organizacional em rede aplicada no âmbito da museologia. Enfatizando aspetos extremamente importantes e vantajosos de um funcionamento em rede como são a participação, a cooperação e a partilha, de que já se fez menção, afirma que:

“optar pelo conceito de rede (...) realça a importância central da comunicação. E tira partido da electrónica que revolucionou os nossos meios

²⁴⁴ Tradução livre.

de comunicação e que, na verdade, oferece novas e inesperadas condições de eficácia no âmbito das ligações em rede. Ao adoptar os princípios da flexibilidade e transversibilidade, a rede (...) aceita (...) uma horizontalidade de vozes múltiplas que está de acordo com a diversidade da realidade museológica e com os objectivos fundamentais, ou seja, a participação, a cooperação e a partilha. Está igualmente em consonância com o espírito de equipa, considerado um elemento-chave para uma actividade museológica com êxito, aspecto que Luis Monreal defendeu vigorosamente na conferência geral do ICOM em Barcelona.” (Ågren, 2002, p.21)

Através deste excerto, são visíveis os pontos mais fortes que, segundo Ågren, a estrutura organizacional em rede oferece no campo da museologia: a comunicação interinstitucional e com o público; o aproveitamento das novas tecnologias de informação e comunicação e a conseqüente maior eficácia de funcionamento institucional; a possibilidade de dar voz aos diversos intervenientes fomentando a participação, a cooperação e a partilha (neste caso institucional²⁴⁵) e, por fim, o incremento e até o próprio aumento do espírito de equipa, considerado pelo autor como fundamental para o êxito do funcionamento da instituição museal.

Klaus Frey avança, ainda, com outras vantagens que incluem:

“um comportamento coordenado, sem a necessidade de aceitar a rigidez de organizações inflexíveis e burocráticas; (...) a função estratégica de reduzir as incertezas com relação ao comportamento de outros atores, como competidores ou parceiros; (...) a função instrumental de melhoria do desempenho, ou seja, um aumento dos resultados produzidos; (...) preservação da autonomia dos parceiros e aumento da sua capacidade de aprendizagem; (...) a capacidade de agregação (...)” (Frey, 2003, p.175).

e a sua capacidade para a implementação de projetos inovadores.

Pode dizer-se que as primeiras «redes» estabelecidas no campo da museologia²⁴⁶ tenham sido as «redes» nacionais em França, estabelecidas na sequência da Revolução Francesa, no século XVIII, sendo que, na época, a estratégia política do estado era de utilizar a cultura e o ensino como formas de legitimação do poder²⁴⁷, levando a que estas «redes» servissem de transmissores dos “valores nacionais de orgulho e lealdade” (Ågren, 2002, p.18).

Este tipo de «rede», que à luz do entendimento de Baran é um «sistema vertical, centralizado(r)»²⁴⁸, exerce, segundo Ågren (2002) na sua estrutura, uma “função de controlo” mostrando-se este autor crítico e cético em relação à eficiência *deste modelo* organizativo em

²⁴⁵ É de notar a evidente ligação com o conceito de governação (Bilhim, 2004).

²⁴⁶ Incluíam-se, também, as redes de bibliotecas e arquivos neste âmbito.

²⁴⁷ Chagas (2002); Rivière (1993).

²⁴⁸ Embora Ågren (2002) o classifique, e à luz do exposto, erradamente, como uma “rede distributiva”...

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

«rede». Esta sua observação apenas confirma o uso errado que faz do termo «rede» nesta circunstância.

De facto, existe no campo da museologia, e da sociedade em geral, uma tendência frequente e comum de se confundir as noções de «rede» e «sistema». Lobo afirma, por exemplo, que em Espanha, para além de coexistirem estas duas estruturas, os termos são empregues de forma indiscriminada ou “subsidiária”²⁴⁹ (Lobo, 2003).

Daí que, em primeiro lugar, analisado o que se entende verdadeiramente por «rede», pode dizer-se que se trata de uma estrutura organizada segundo uma lógica de *horizontalidade*, partilhando objetivos comuns (Lobo, 2003) de forma a permitir “a conexão de seus diferentes nós ou sujeitos em termos de igualdade, autonomia e corresponsabilidade, sendo também equitativa ou distributiva a receção de benefícios de todo tipo.”²⁵⁰ (Lobo, 2003).

Em segundo lugar, a rede horizontal apresenta características condicentes com o espírito de equipa, cooperação, partilha e participação, de que já se fez menção, levando à interatividade entre a instituição e as populações e, em última análise, a concretização de uma “política cultural descentralizada” (Ågren, 2002, p.19) muito próprio das práticas da governação e da nova museologia²⁵¹.

As questões de autonomia²⁵²; reciprocidade²⁵³; interdependência²⁵⁴; corresponsabilidade²⁵⁵; conetividade²⁵⁶; flexibilidade²⁵⁷; capacidade de inovação²⁵⁸ e a inexistência de hierarquias ou organizações “exógenas”²⁵⁹ são, de igual modo, fatores diferenciadores da rede em relação ao sistema e que confirmam o carácter democrático desta estrutura organizativa.

²⁴⁹ Esta não é uma realidade exclusivamente espanhola. Em Portugal, também se verifica uma utilização errada e indiscriminada do termo «rede» quando, na realidade, o que de facto se trata é de um «sistema».

²⁵⁰ Tradução livre.

²⁵¹ Ågren explicita este aspeto recorrendo a um exemplo prático efetuado na Suécia, afirmando que a: “rede horizontal interativa que estava a ser desenvolvida pelo museu regional aproximava-se inconscientemente do conceito de ecomuseu. A interatividade significava também que sentíamos a obrigação premente de dar resposta aos colaboradores locais e de confirmar o valor da sua contribuição para a nossa história cultural (...). Tratava-se de uma rede com base em frequentes viagens pela região, pelas comunidades e aldeias, ou seja, em contactos face a face com os habitantes.” (Ågren, 2002, p.20).

²⁵² Lobo (2003); Castells (2007); Nabais (2009); Hernández (2009).

²⁵³ Castells (2007).

²⁵⁴ Castells (2007).

²⁵⁵ Lobo (2003).

²⁵⁶ Castells (2007); Lameiras-Campagnolo & Campagnolo (2002); Lobo (2003).

²⁵⁷ Giddens (2000); Lameiras-Campagnolo & Campagnolo (2002); Cardoso (2006); Castells (2007).

²⁵⁸ Lameiras-Campagnolo e Campagnolo (2002); Castells (2007).

²⁵⁹ Lobo (2003); Cardoso (2006); Castells (2007); Lobo (2003); Cardoso (2006); Castells (2007).

Este modelo organizativo é, por assim dizer, “um sistema altamente dinâmico, aberto, suscetível de inovação e com reduzidas ameaças ao seu equilíbrio” sendo “instrumentos apropriados para a economia, trabalho, política e organização social da nossa época”, (Cardoso, 2006, p.103) o que vem dar suporte à nossa tese de que os museus devem enveredar, cada vez mais, por este modelo organizativo.

Permitindo aquilo a que Giddens apelida de “articulação” e “reciprocidade entre as partes” (Giddens, 2000), a rede apresenta, de facto, numerosas vantagens à museologia pela sua versatilidade, polivalência e constante flexibilidade a todos os níveis, para além das vantagens mencionadas na ação a desenvolver junto das comunidades. Permite, ainda, em termos materiais e de gestão, a partilha de recursos humanos especializados (ou não); a partilha dos mais variados equipamentos; a partilha de objetos para exposições temporárias itinerantes, dando a conhecer melhor cada uma das instituições num âmbito mais alargado; a ação concertada e conjunta de divulgação e promoção institucional; a interajuda e concertação de estratégias de gestão e, ainda, a partilha e discussão de experiências e uma construção de alternativas melhores e mais eficientes na gestão e funcionamento institucional, entre outros.

Verifica-se, deste modo, que a rede consente toda uma dinâmica dentro da sua ação, admitindo constantes adaptações constitutivas, e permanentes reconfigurações numa ação museológica renovadora face aos constrangimentos e crises que atravessa. Esta característica de fácil adaptabilidade e versatilidade, essencial no mundo globalizado de hoje, faz dela um modelo organizacional de grande potencial inovador para a organização no seu conjunto, conferidor de uma vertente competitiva indispensável nas atividades económicas, e claro, nos museus.

No que concerne as características do «sistema», tal como já foi referido por Castells (2007) e Baran (1964) e preconizado na teoria das organizações, trata-se de uma estrutura fechada apresentando um regime de dependência, tendencialmente organizada de forma hierárquica, vertical, entre os diversos componentes, supondo “a existência de um líder gestor do próprio sistema (...) em busca de benefícios geralmente destinados a esse ente organizador (frequentemente governado de fora), que, apenas indiretamente são projetados para o resto.”²⁶⁰ (Lobo, 2003).

Por oposição à rede, o sistema é “dotado de uma fronteira e de uma finalidade concebidas *a priori* (...) [definindo-se como sendo] um conjunto de elementos

²⁶⁰ Tradução livre.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

interdependentes expressamente escolhidos com o fim de responder a uma finalidade global”²⁶¹ (Lameiras-Campagnolo & Campagnolo, 2002, pp.26); apresenta um conjunto de objetivos fechados e concretos não suscetíveis de alteração; define de antemão as diretrizes e linhas orientadoras quanto ao modelo de comunicação e divulgação (*Ibidem*).

É apontado por Lameiras-Campagnolo & Campagnolo (2002) que na museologia a “rede” opõe-se à tendência de organização vertical onde existe um controlo hierárquico de recursos e decisão, levando a efeito, antes, uma ação flexível em conformidade com uma “«poderosa dinâmica relacional, organizacional e contratual», revestindo prioritariamente (...) uma dimensão topológica e uma função circulatória”²⁶² (*Ibidem*).

Resumindo, verifica-se que diversos autores admitem existir dois tipos de rede: a que é organizada segundo uma conceção de verticalidade – mais propriamente o sistema – e aquela organizada de acordo com uma estrutura horizontal – concretamente, a rede. No primeiro caso, existe a tendência para, como refere Anthony Giddens (2000), o exercício do poder, numa dinâmica de controlo sobre a organização e suas ações e, no segundo caso, uma “função circulatória” (Lameiras-Campagnolo & Campagnolo, 2002, p.28) que privilegia uma articulação “multimodal e bidirecional” (*Idem*, p.25) naquilo que Giddens apelida de “circuito homeostático” (Giddens, 2000, pp.60-61).

Em ambos os casos, tanto na rede como no sistema, é suposto a celebração de protocolos pelos quais se regem as atuações das partes, sendo que no caso do sistema, “estes seriam decididos e impostos” e no caso da rede, “são fruto de acordo e compromisso, sendo suscetíveis de admitir alterações que sejam apresentados em resultado de uma nova configuração ou outras alterações”²⁶³ (Lobo, 2003).

Estas considerações vêm reforçar a nossa convicção de que o modelo em rede horizontal constitui uma solução de potencial sucesso na criação de uma rede municipal polinucleada e descentralizada²⁶⁴ ou de outras redes, por exemplo, regionais.

De acordo com o exposto, esta estrutura organizacional – a rede horizontal – permitirá que pequenos e médios museus de reduzidos recursos e capacidades se possam associar mutuamente, em qualquer rede de sua conveniência estratégica formando organizações capazes de inovar e adaptar-se constantemente aos diversos desafios da sociedade.

²⁶¹ Apresentando-se, por isso, e de acordo com Castells (2007), como algo que é “fechado”.

²⁶² Giddens (2000, pp.60-61).

²⁶³ Tradução livre.

²⁶⁴ Como é o caso do Museu do Território de Alcanena, o nosso objeto de estudo concreto.

Deste modo, estas unidades organizacionais assumem-se como projetos empreendedores únicos, sustentados por uma rede de componentes autónomos com objetivos comuns colocando de lado o isolamento e individualismo que hoje não leva a parte nenhuma. Os projetos museológicos podem incluir circuitos de visitas (roteiros), campos específicos de atividade (atividades industriais ou artesanais) ou áreas territoriais (freguesias circunvizinhas, parques naturais, entre outros). A informação concertada é crucial para a execução do plano de ação individual de cada núcleo, em consonância com as linhas gerais de um plano geral de ação estratégica.

A própria rede municipal de museus poderá ser enriquecida pelos núcleos ao pertencerem a outras redes: internas do museu; externas do museu com outros museus; redes pessoais e redes de computadores. As novas tecnologias de informação facilitam todo o processo, proporcionando um modelo flexível e adaptável.

**CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO: REDES
MUSEOLÓGICAS LOCAIS E PRÁTICAS
SOCIOMUSEOLÓGICAS.**

Capítulo III – Estudo de caso: redes museológicas locais e práticas sociomuseológicas.

3.1. Inquérito sobre redes museológicas locais aos municípios portugueses.

O estudo que se segue assenta na concetualização teórica abordada e respetivos pressupostos referenciados nos primeiros dois capítulos desta tese, apresentando os resultados obtidos da aplicação de um inquérito, sob forma de questionário, ao universo dos municípios nacionais. Assume um carácter exploratório, representando um levantamento parcial e incompleto²⁶⁵ de uma realidade e dimensão museológica concreta, centrada no contexto dos museus locais e suas eventuais práticas sociomuseológicas.

Apesar de se tratar de uma mostra incompleta, que acarreta naturais limitações, entende-se que tais restrições não colidiram com a prossecução dos objetivos do estudo, para o qual se elegeu como temas axiais a abordar: a) identificar a existência de redes museológicas, patrimoniais e/ou de defesa patrimonial locais; b) entender a respetiva orgânica de funcionamento destas redes; c) analisar a missão central e a visão geral dos objetivos de tais organizações, averiguando a eventual incorporação nestas da teoria e práticas da sociomuseologia; d) perceber a correlação dos núcleos ou polos destas redes, assim como o seu relacionamento com o poder local ou outro; e) a relação estabelecida entre estas instituições em rede e as comunidades locais, entre outros temas relevantes que irão sendo abordados.

O modo como estas diversas dimensões se entrelaçam numa teia de relacionamentos, de procedimentos e de preocupações serão objeto de discussão, lançando-se um olhar a outras questões secundárias mas não menos pertinentes para os objetivos centrais do estudo: a) será que os responsáveis autárquicos enveredam na «tendência» de reorganização das suas estruturas museológicas em rede? Se sim, que práticas e preocupações da sociomuseologia estão na base, ou presentes, nestas redes locais e estão subjacentes à sua visão e missão?; b) será que a missão e a visão destas redes são trabalhar uma coleção, trabalhar com as

²⁶⁵ Não se poderá considerar que os dados aqui apresentados refletem a realidade nacional absoluta uma vez que nem todas as autarquias responderam aos questionários, embora a parcela de municípios respondentes seja suficientemente ampla que permite obter um conjunto de conclusões pertinentes.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

populações locais, trabalhar com as memórias locais, trabalhar com os anseios e as preocupações comunitárias, com base nas suas memórias e identidades coletivas?, entre outras. Parecem-nos questões elementares mas, na realidade, existe a necessidade de lhes obter as devidas respostas para um melhor entendimento da realidade museológica no contexto da sociomuseologia em instituições conetadas em rede.

Este inquérito teve, pois, como objetivo identificar eventuais redes museológicas locais, analisar a sua estrutura funcional e descortinar nelas práticas sociomuseológicas. Para tal, foi feita a caracterização da amostra dos municípios respondentes, sinalizadas as redes museológicas existentes, identificada a regularidade do funcionamento dos espaços museais e feita a caracterização sumária da missão definida para as estruturas e/ou espaços museais. Partindo da abordagem realizada nos primeiros dois capítulos desta tese, foi considerado importante verificar o grau de envolvimento das comunidades locais na gestão, planeamento e funcionamento das redes identificadas, assim como perceber a perspetiva alargada da problemática das instituições museais e suas redes com a problemática da sociedade atual.

Considera-se fundamental perceber o relacionamento entre os museus/núcleos/polos da rede e as respetivas tutelas, pelo que foi igualmente objeto de análise.

Para melhor entender a ótica de funcionamento destas estruturas com as práticas sociomuseológicas, foram analisadas questões que incluem a perspetiva tida pelos responsáveis quanto aos públicos que visitam os museus, a programação e as atividades desenvolvidas pelos serviços educativos das redes e/ou espaços museais, a comunicação com os públicos e a divulgação e promoção feita das redes/núcleos/polos.

Foi, assim, realizado um levantamento de dados, recorrendo, para tal, à aplicação de um inquérito por questionário ao universo dos 308 municípios de Portugal continental e dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, em junho de 2008 e que se prolongou até dezembro de 2009²⁶⁶, em suporte de papel, via correio convencional. Para este propósito, recorreu-se à base de dados da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

Para estruturar os componentes que compuseram o instrumento de observação e recolha de dados, assentou-se na forma de observação indireta, levando-nos a optar, necessariamente como instrumento de observação e recolha dos dados, pelo inquérito por questionário especificamente elaborado para o efeito.

²⁶⁶ A evidente dilatação no tempo deveu-se, essencialmente, à morosidade verificada na obtenção das respostas aos inquéritos.

Procurou-se criar um questionário semiaberto, de modo a obter um conjunto de dados os mais latos possíveis, com o propósito de melhor compreender a perspectiva dos responsáveis em relação à organização de museus locais em rede e obter o máximo de indicadores referentes às práticas sociomuseológicas ao nível local solicitando, para o efeito, a melhor colaboração e compreensão do inquirido.

À medida que os inquéritos foram sendo devolvidos, foi-se verificando uma taxa inicial de resposta relativamente baixa o que nos levou a efetuar um total de três insistências²⁶⁷, numa tentativa de obter uma amostra a mais significativa possível. Como resultado, foram obtidas um total de 224 respostas, todas consideradas válidas.

O segundo momento desta investigação caracterizou-se pelo tratamento dos dados que deram lugar a indicadores que seriam, por sua vez, objeto de análise. Este procedimento incluiu três fases distintas: a) cada questionário recebido deu lugar ao respetivo registo na ficha criada para o efeito²⁶⁸; b) as respostas obtidas foram introduzidas em grelhas próprias para cada questão, em suporte informático²⁶⁹; c) os dados disponíveis foram validados e tratados com vista à construção de indicadores.

A caracterização da amostra foi realizada em consonância com a respetiva distribuição geográfica assumida pela divisão do território nacional segundo a subdivisão da Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS) II.

²⁶⁷ As insistências foram espaçadas entre abril de 2009, julho de 2009 e, por fim, dezembro de 2009, esta última, via correio eletrónico, reforçado por alguns contactos telefónicos, a fim de impor alguma celeridade no processo.

²⁶⁸ Vide Apêndice III.

²⁶⁹ Vide Apêndice IV.

3.1.1. Caracterização da amostra do inquérito sobre redes museológicas locais.

Como se pode constatar no **Quadro 1**, a amostra abrange a totalidade do território nacional, com especial relevância para as regiões Norte e Centro, onde as percentagens de resposta são superiores tanto em relação ao universo nacional (308) como em relação às respostas obtidas (224). A taxa de resposta ao inquérito foi de 73%, o que corresponde a 224 respostas obtidas, versus 84 não obtidas.²⁷⁰ (*Vide Gráfico 1*)

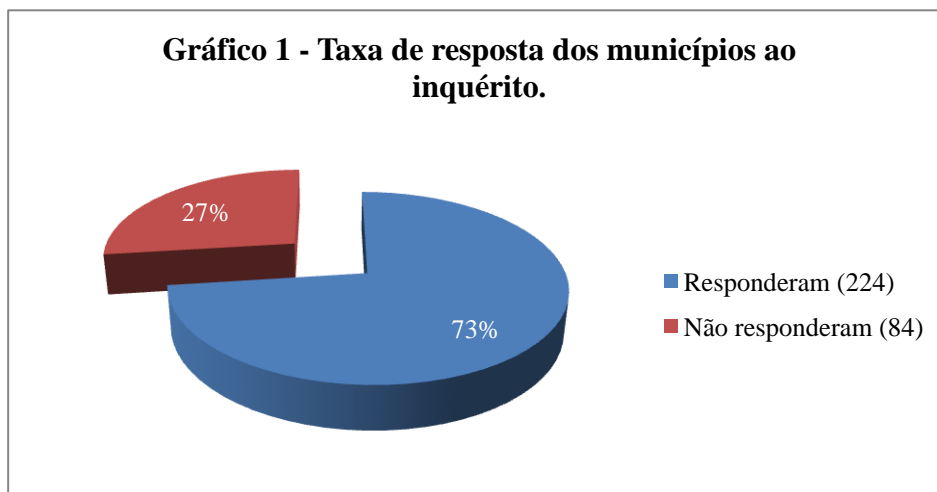
O **Quadro 1** sintetiza o número de respostas obtidas ao inquérito estabelecendo uma correlação de respostas absolutas obtidas por região face ao universo de municípios existentes nessa mesma região. Nesse mesmo quadro, é possível observar a representatividade percentual destas respostas em relação ao universo regional, o universo nacional e o universo das respostas obtidas ao inquérito e que são objeto de análise neste estudo.

Quadro 1 – Resumo das respostas ao inquérito obtidas aos municípios.

Região	Respostas obtidas por região.	Universo de municípios por região	Percentagem de respostas em relação ao universo regional.	Percentagem de respostas em relação ao universo nacional (308).	Percentagem de respostas em relação ao universo de respostas obtidas (224).
Norte	67	86	77.9%	21.75%	29.9%
Centro	76	100	76%	24.67%	33.9%
Lisboa	15	18	83.3%	4.9%	6.69%
Alentejo	40	58	68.9%	12.9%	17.85%
Algarve	12	16	75%	3.9%	5.36%
Açores	9	19	47%	2.9%	4.02%
Madeira	5	11	45.45%	1.6%	2.23%

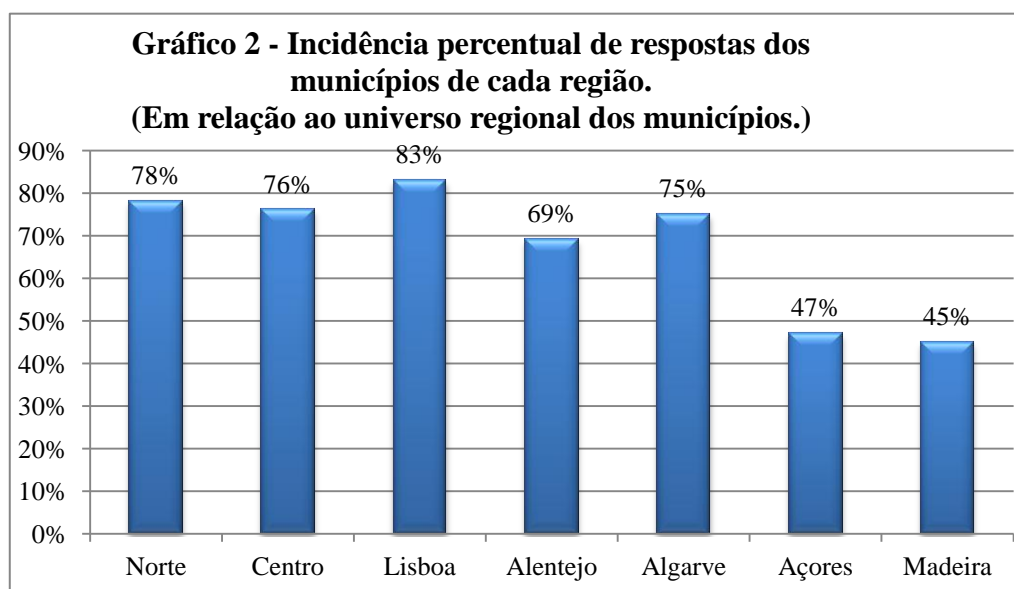
Fonte: Elaboração própria (2012).

²⁷⁰ Poderia parecer que, pelo facto de se obter apenas 73% de respostas, a validade dos resultados deste estudo pudessem, de algum modo, ficar comprometidos. Porém, Thomas (2009) sustenta que, no campo das ciências sociais, a amostra em si não pretende representar generalizações, mas sim, perspetivas, isto é, um recorte de uma determinada realidade tornando, deste modo, os estudos desta natureza válidos para os efeitos pretendidos (Tomas, 2009, p. 101).



Fonte: Elaboração própria (2012).

É de salientar que, conforme evidenciado no **Gráfico 2**, a taxa de resposta em relação ao universo regional oscila entre os 45% (Região Autónoma da Madeira) e os 83% (Região de Lisboa).

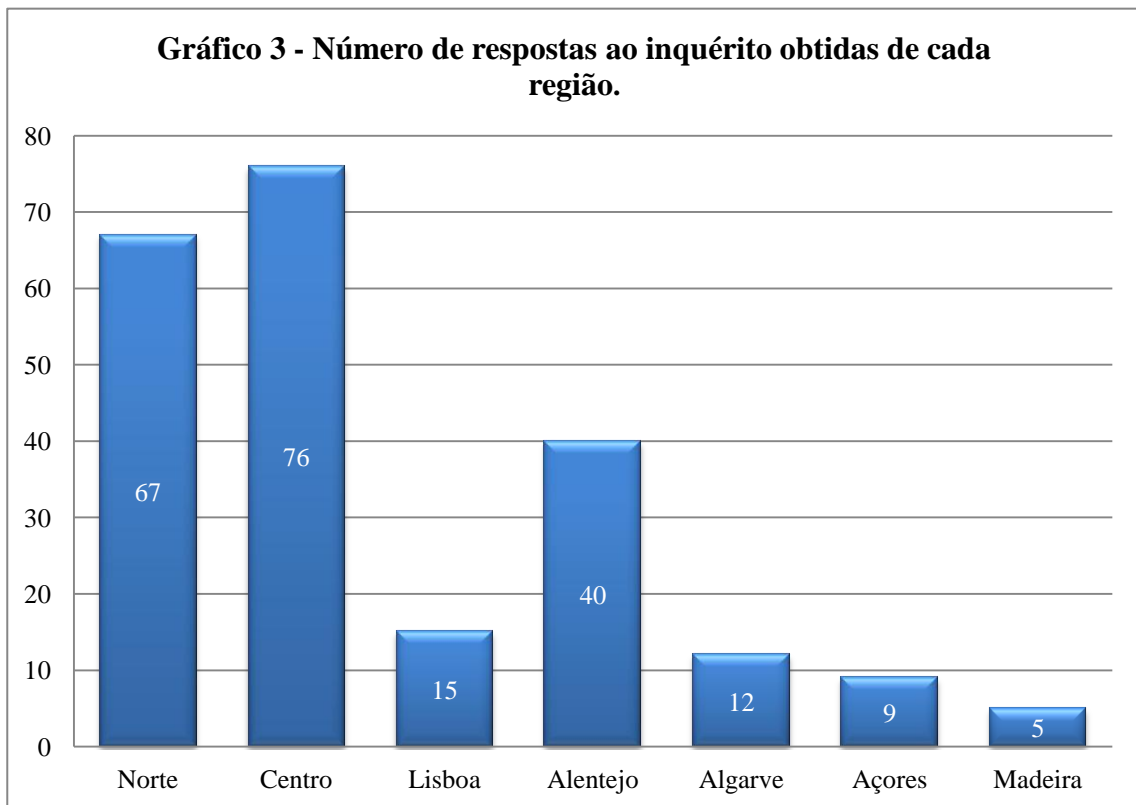


Fonte: Elaboração própria (2012).

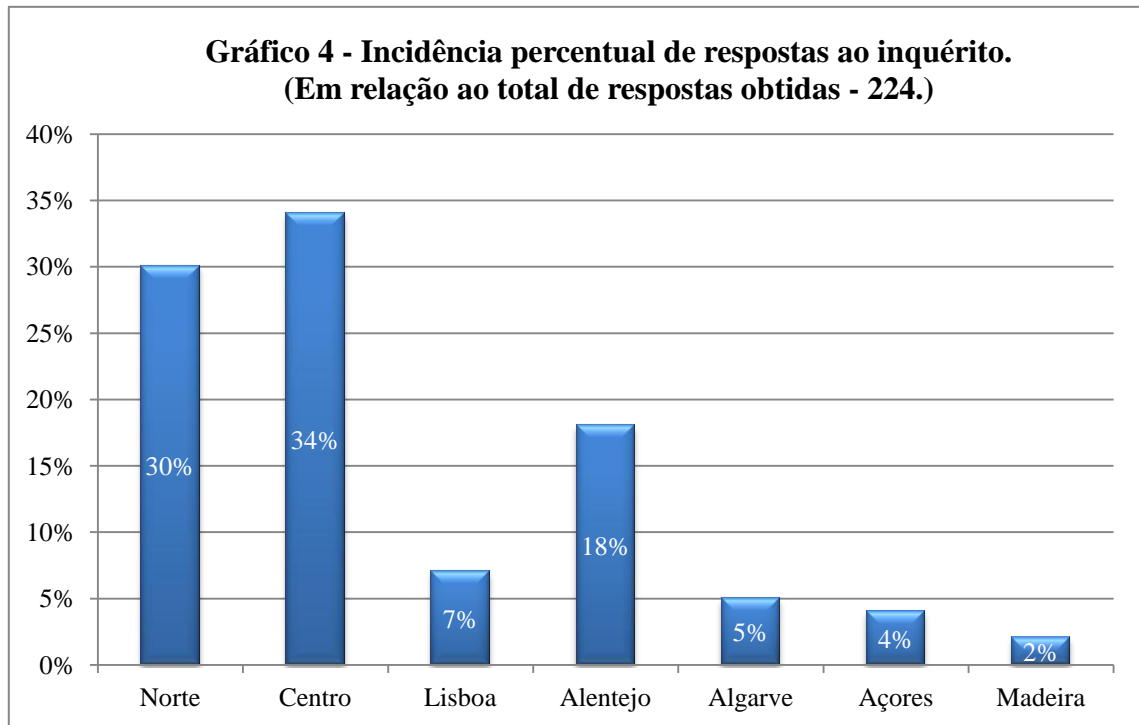
A maioria dos municípios respondentes localiza-se na região Centro, contabilizando 33.9% das respostas obtidas, 24.67% em relação ao universo nacional e 76% do seu universo

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena regional, logo seguido pela região Norte num total de 29.9% de respostas obtidas, 21.75% em relação ao universo nacional e 77.9% do seu universo regional (*Vide Gráficos 3 – 6*). Tal configura uma clara predominância do número de respostas absolutas nas regiões do Centro e do Norte, em relação às demais regiões, caso esse a que não será alheio o facto de, por força da realidade demográfica nacional, se concentrarem um maior número de municípios nestas duas regiões.

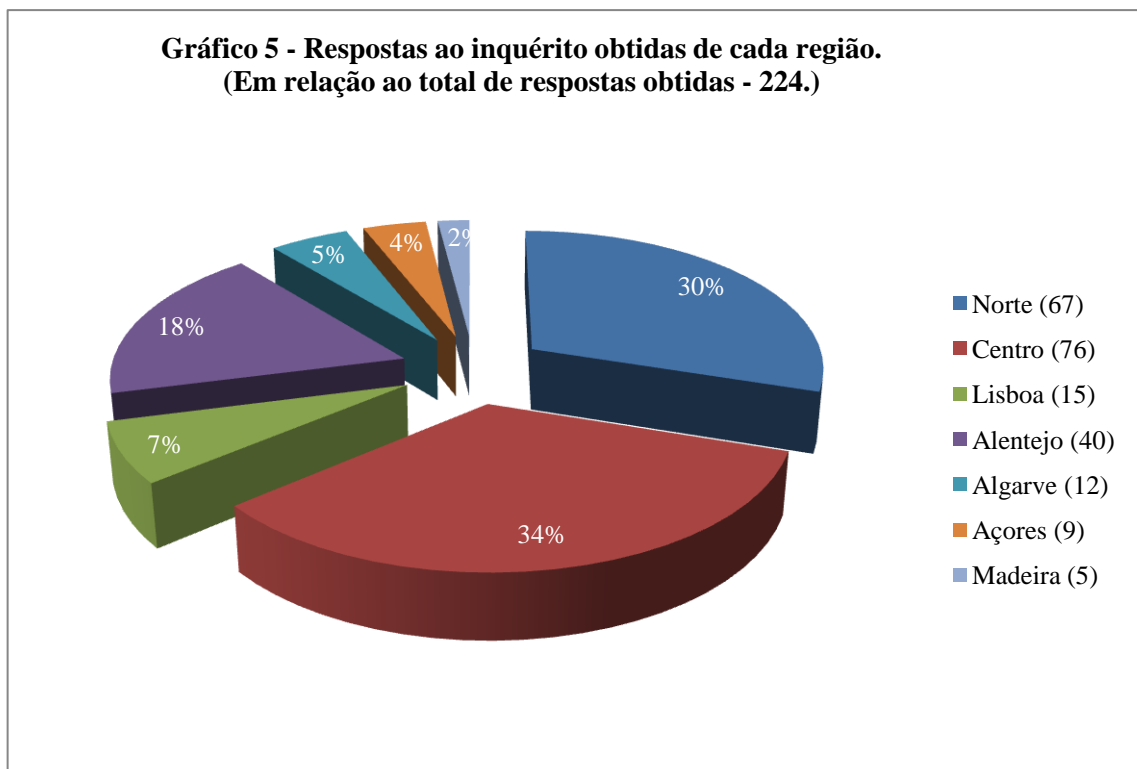
Porém, ao analisar o **Gráfico 2**, torna-se claro que, em relação ao universo regional dos municípios, a representatividade da amostra é repartida com um nível de representatividade mais ou menos equitativa, flutuando entre 68.9% (Alentejo) e os 83.3% (Lisboa). As regiões autónomas da Madeira e dos Açores apresentaram uma taxa de resposta inferior às restantes regiões em todos os parâmetros de análise.



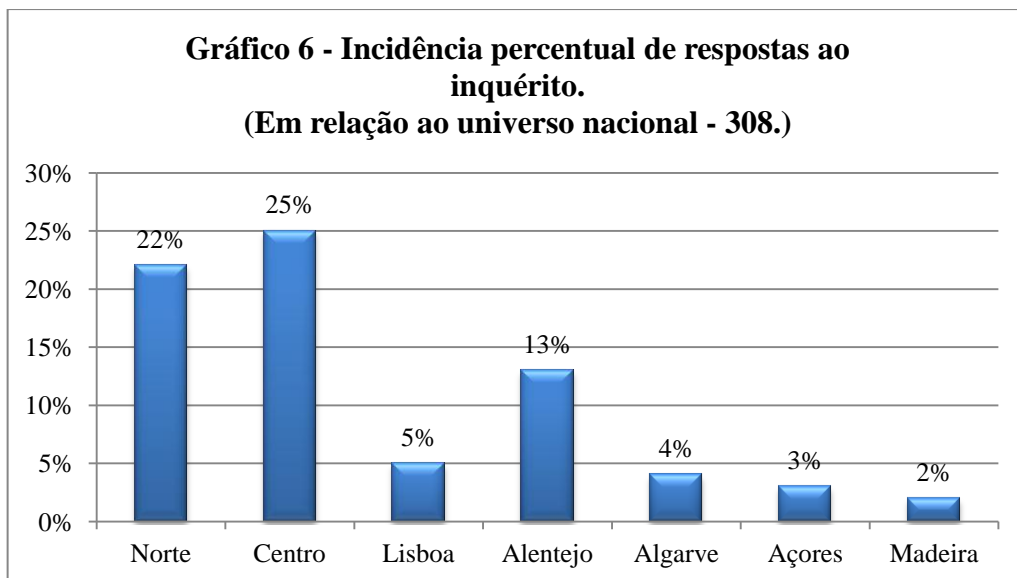
Fonte: Elaboração própria (2012)



Fonte: Elaboração própria (2012).

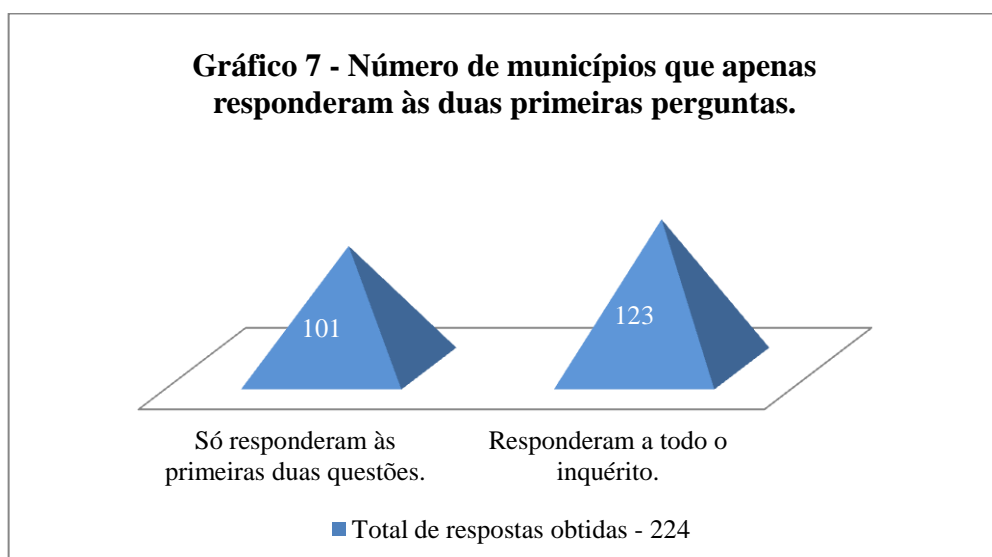


Fonte: Elaboração própria (2012).



Fonte: Elaboração própria (2012).

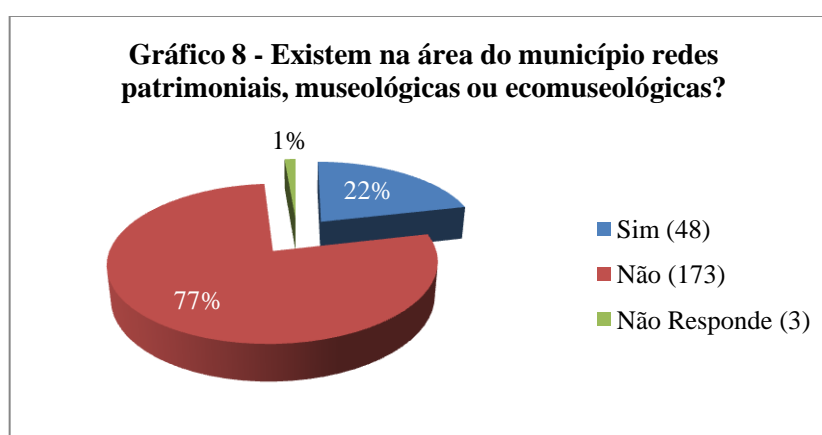
É de se referir, tal como demonstra o **Gráfico 7**, que responderam apenas às duas primeiras questões do inquérito um total de 101 municípios, havendo 123 que responderam à totalidade do inquérito ou a grande parte deste.



Fonte: Elaboração própria (2012).

3.1.2. Redes museológicas locais sinalizadas.

A leitura do **Gráfico 8** demonstra o apuramento de 48 redes museológicas²⁷¹ resultante da aplicação do inquérito. Tal como se pode constatar, uma grande maioria de municípios (77%, isto é, um total absoluto de 173) afirma não possuir nenhuma rede patrimonial, museológica ou ecomuseológica no seu território, enquanto 22%, ou seja, 48 municípios, afirmam possuir tais estruturas culturais. Uma pequena parte residual (1%, isto é, um total de 3 municípios) não respondeu a esta questão²⁷².



Fonte: Elaboração própria (2012).

Porém, os municípios sem redes constituídas (173), quando questionados sobre intenções futuras, seja a curto, médio ou longo prazo, de concretização de uma rede patrimonial, museológica ou ecomuseológica nos seus territórios, sobem para 83 casos (37% dos municípios) que pretendem fazê-lo, contra 94 casos (42% dos municípios) que não tencionam concretizar tais projetos.

Estes dados demonstram, assim, que a criação de redes museológicas locais parece constituir uma tendência crescente nos municípios portugueses.

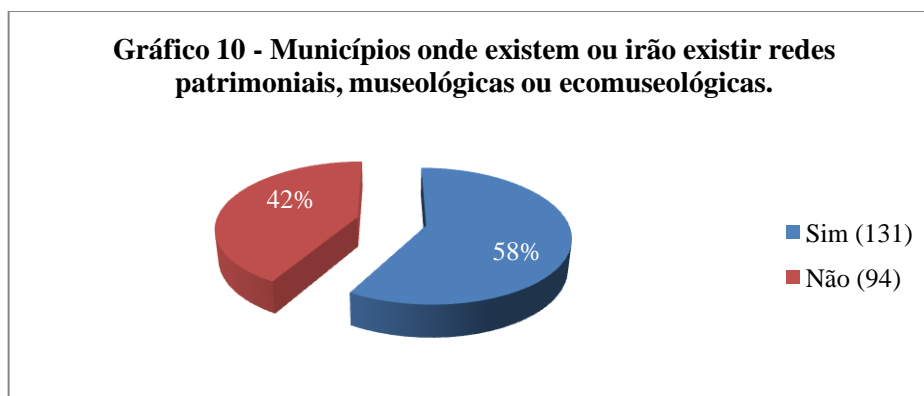
²⁷¹ No questionário, existiu a preocupação de incluir no universo de análise redes que pudessem englobar as áreas de museologia, defesa do património e / ou ecomuseológicas, numa tentativa de alargar o espetro de análise e enriquecer os dados a fornecer no estudo. No entanto, verificou-se que tal preocupação se revelou redundante e infrutífera, na medida em que a esmagadora maioria dos municípios não teve em conta, nem referiu, as redes de defesa do património ou ecomuseológicas, limitando-se a mencionar as redes museológicas.

²⁷² Ainda a acrescentar a estes dados, registou-se que, a par desta realidade, 8 municípios inquiridos (4%) afirmaram possuir estruturas municipais museológicas polinucleadas embora não as considerem propriamente redes. Todavia, grande parte das redes assumidas configuram, na realidade, esta tipologia organizativa, o que perfaria 56 casos de redes museológicas locais existentes, ou seja, 26% dos municípios inquiridos. Não obstante, para efeitos deste estudo apenas serão consideradas como redes identificadas aquelas que foram assumidas como tal pelas respetivas tutelas que responderam ao inquérito.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Assim, no seu conjunto, as autarquias detentoras de redes museológicas (48) e as que tencionam concretizar redes museológicas num futuro mais ou menos próximo (83) perfazem um total de 131 municípios (58%) que conterão com estas estruturas num universo de 224. Ou seja, estes dados revelam que mais de metade dos municípios inquiridos tenderá a constituir redes museológicas, tornando-se uma área de intervenção e de ação municipal expressiva, abrangendo uma percentagem considerável de autarquias.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Para melhor compreender os pormenores desta realidade, os **Quadros 2, 3 e 4** revelam a distribuição das redes identificadas por regiões, assim como a distribuição dos municípios que não possuem rede mas tencionam concretizar tal projeto no futuro, e ainda, os municípios que não possuem rede nem tencionam prosseguir tal projeto, casos estes, também identificados por regiões.

É notória a distribuição maioritária das redes existentes pelas regiões do Norte e Centro de Portugal, 8% e 5% respetivamente em relação ao total de respostas obtidas, 6% e 4% respetivamente em relação ao universo dos municípios portugueses. Não obstante, ao

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

analisar-se a existência de redes museológicas locais no contexto regional, em termos percentuais, a região do Algarve assume uma clara aposta, neste género de organizações, isto é, 31% dos municípios da região, logo seguida da região Norte com um total de 20% neste contexto.

Esta aposta algarvia poderá justificar-se pela experiência partilhada da Rede de Museus do Algarve. Isto porque, de acordo com os dados recolhidos nos inquéritos, todos os municípios do Algarve que possuem estas redes museológicas locais têm cooperado e participado na referida Rede de Museus do Algarve. Está, de certo modo, implícito nas respostas destes municípios ao longo do questionário que tal fator e tal experiência contribuíram para proporcionar uma outra visão cooperativa, funcional e organizativa, criando hábitos de trabalho específicos, germinando numa nova tendência e numa nova prática organizacional para os museus locais.

Também a Região do Alentejo e a Região Autónoma da Madeira assumem alguma relevância da presença de redes no contexto regional, mas que acaba por esvanecer na perspetiva mais ampla da realidade nacional.

Todavia, em termos de valores absolutos de existência de redes locais de museus, é na Região Norte, com 17 casos (12% dos municípios regionais), e na Região Centro, com 13 casos (12% dos municípios regionais), onde se verifica a maior aposta sua na implementação.

Quadro 2 - Distribuição das redes identificadas por regiões.

Região NUT II	Número de redes identificadas (por região).	Universo de municípios por região	Percentagem de redes no contexto do universo regional.	Percentagem de redes no contexto do universo nacional (308).	Percentagem de redes em relação ao universo de respostas obtidas (224).
Norte	17	86	20%	6%	8%
Centro	13	100	12%	4%	5%
Lisboa	2	18	11%	1%	1%
Alentejo	8	58	14%	3%	4%
Algarve	5	16	31%	2%	2%
Açores	0	19	0	0	0
Madeira	3	11	16%	1%	1%
Totais	48	308	-	17%	21%

Fonte: Elaboração própria (2012).

No que se refere às novas perspetivas de criação de redes museológicas, como demonstra o **Quadro 3**, as regiões Norte e Centro continuam a ser aquelas que mais irão apostar nestas estruturas museais, tanto no contexto nacional (24 casos na Região Norte – 28%; e 37 casos na Região Centro – 37%) como no contexto das respostas obtidas (11% e 17%, respetivamente), apenas ultrapassadas, em termos percentuais, pela região do Algarve, no contexto regional, novamente com uma forte aposta a este nível (6 casos, isto é, 38%, versus os 28% da Região Norte e 37% da Região Centro).

Quadro 3 - Municípios que não possuem rede mas manifestam intenção de a concretizar.

Região NUT II	Intenção de municípios por região.	Universo de municípios por região	Percentagem de intenções em relação ao universo regional.	Percentagem de intenções em relação ao universo nacional (308).	Percentagem de intenções em relação ao universo de respostas obtidas (224).
Norte	24	86	28%	8%	11%
Centro	37	100	37%	12%	17%
Lisboa	3	18	2%	1%	1%
Alentejo	9	58	16%	3%	4%
Algarve	6	16	38%	2%	3%
Açores	2	19	5%	0.6%	1%
Madeira	2	11	9%	0.6%	1%
Totais	83	308	-	27.2%	38%

Fonte: Elaboração própria (2012).

Quadro 4 - Municípios que não possuem rede museológica local nem manifestam intenção na sua concretização.

Região	Municípios por região.	Universo de municípios por região	Percentagem de respostas em relação ao universo regional.	Percentagem de respostas em relação ao universo nacional (308).	Percentagem de respostas em relação ao universo de respostas obtidas (224).
Norte	25	86	29%	8%	11%
Centro	27	100	27%	9%	12%
Lisboa	7	18	39%	2%	3%
Alentejo	21	58	36%	7%	9%
Algarve	3	16	29%	1%	1%
Açores	6	19	38%	2%	3%
Madeira	3	11	27%	1%	1%
Totais	92	308	-	30%	40%

Fonte: Elaboração própria (2012).

Não obstante, os resultados espelhados no **Quadro 4**, referentes aos municípios que não possuem rede local de museus e não demonstram intenção futura de concretizar tal projeto, revelam que, em termos de valores absolutos, são as Regiões do Centro, Norte e Alentejo (27, 25 e 21 casos respetivamente) que possuem municípios desinteressados, no momento do inquérito aplicado, nestes projetos. Novamente, não será alheia a esta realidade o facto de, demograficamente, se concentrarem maior número de municípios nestas regiões.

Curiosamente, verifica-se que esta posição dos municípios é bastante homogénea se se tiver em conta a percentagem de respostas em relação ao universo regional, oscilando entre os 27% e os 39% de municípios por região sem projetos a desenvolver nesta área.

3.1.3. Período de criação das redes museológicas locais.

A crescente autonomização do poder local, a partir do 25 de Abril, decorrente da descentralização do poder central para as autarquias locais, tem levado a um fenómeno de

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

crescimento considerável no espectro das políticas culturais locais e tem sido objeto de diversos estudos do Observatório das Atividades Culturais (OAC)²⁷³.

Conforme aponta Sá da Costa, de “uma situação desarticulada, de total inoperância e de absoluta ausência de estruturas e serviços camarários vocacionados para a cultura” (Sá da Costa, 1993, pp. 457-471) herdada de um regime ditatorial de décadas, regista-se, de um modo geral, que o poder local tem planeado e desenvolvido um conjunto notável de políticas culturais com repercussão apreciável no contexto do desenvolvimento local (Silva, 2004; Sá da Costa, 1993) e que se tem traduzido, em parte, na construção de infraestruturas e equipamentos que têm contribuído, sobremaneira, para uma melhor gestão do território (Bilhim, 2004).

Ao que à cultura se refere, Santos Silva (2004) define dois momentos distintos de ação do poder local na era pós 25 de Abril: o primeiro momento coincide com a primeira década após as primeiras eleições autárquicas democráticas (1976-1986) onde “apenas sobreviveram certas manifestações de cultura festiva e recreativa popular (...)” (Silva, 2004, p.12) e o segundo momento²⁷⁴ compreende o período de integração de Portugal na União Europeia (concretamente, entre 1986 e 2006), justificando o autor três ordens de ideias para este facto e que são, grosso modo: a) as novas oportunidades surgidas de financiamento e conceção de infraestruturas diversas proporcionadas pela adesão à União Europeia; b) a clara aposta no alargamento das infraestruturas culturais na reorganização, em rede, do setor cultural nacional que terá influenciado as políticas culturais locais e c) decorrente destes dois fatores, “o perfil da procura local de eventos de cultura e lazer” (Silva, 2004, p.12) ter-se-á modificado, levando à criação de novos públicos e novas perspetivas de ação autárquica ao nível cultural. Nesta perspetiva, este autor sustenta que:

“ (...) as políticas culturais autárquicas tendem a evoluir mais em função da sequência das políticas nacionais — quer dizer, das que são definidas e postas em prática pelos governos nacionais e, em particular, pelos sucessivos responsáveis da pasta da Cultura — do que em função de programas ideológicos definidos em termos locais e que se confrontem entre si numa base partidária.” (Silva, 2004, p.14)

Porém, uma década antes, já Sá da Costa (1993) considerava o inverso, afirmando que, por falta de resposta da administração central para as necessidades na área das infraestruturas culturais, eram os municípios em si, e *per si* com suas dinâmicas próprias, que

²⁷³ Refiram-se, a título de exemplo os estudos de Santos (2000); Nunes & Neves (2005); Santos & Neves (2005); Martinho & Gomes (2005); Pinheiro & Gomes (2005); Lourenço & Gomes (2005).

²⁷⁴ Que constitui um período de desenvolvimento cultural considerável, na perspetiva do autor.

delineavam e consubstanciavam “de forma isolada” (Sá da Costa, 1993) um conjunto de políticas culturais adequadas às suas necessidades e expectativas, ainda que de algum modo heterogéneo, de acordo com as diversas sensibilidades e naturais condicionantes próprias das respetivas realidades económico-sociais regionais e locais. O autor defendia, já nesse período de 1993, que

“ (...) a maior parte dos municípios já ultrapassou a fase em que a actividade cultural se confina à animação sociocultural, valorizando mais os factores de democratização/participação, e do acesso da população aos bens culturais, introduzindo-lhes razões de desenvolvimento sociocultural e, mesmo económico, nos planos culturais, de que são expoentes, a preservação do património (recuperação de edifícios, criação de museus, etc.), e o turismo cultural.” (Sá da Costa, 1993)

Apesar da existência de alguma convergência nas convicções destes dois autores no que concerne à perspectiva das duas fases e dois períodos distintos de ação autárquica na área cultural, existe, paralelamente, alguma divergência de opinião no que concerne à dinâmica e iniciativa das autarquias. Enquanto Santos Silva (2004) defende alguma dependência e incapacidade de concretização autónoma por parte das autarquias no contexto de uma política cultural própria, ao invés, Sá da Costa (1993) realça não só a capacidade de ação das autarquias como também a própria dinâmica e iniciativa destas nesta área.

Não obstante, estando em concordância com a opinião de outros autores como Bilhim (2004) de que o poder local tem desempenhado um papel eminente, com evidentes frutos na gestão do território, sobretudo ao nível do planeamento de infraestruturas e de equipamentos (Bilhim, 2004), ambos confirmam que, entre finais da década de 80 e princípios da década de 90 do século XX, houve lugar ao início de um investimento considerável, por parte do poder local, na área do planeamento e execução de infraestruturas culturais. Esta ideia é corroborada pelo próprio ICOM (2009) confirmando que “os museus portugueses conheceram um notável desenvolvimento quantitativo e qualitativo, nas últimas décadas” (ICOM, 2009, p. 1), facto comprovado pelos inquéritos nacionais de 1999 (“Inquérito aos Museus em Portugal”) e de 2003 (“O Panorama Museológico em Portugal”) que, conforme ressalta a instituição,

“revela como no período em análise, se duplicou o número de instituições que cumpriam os ‘requisitos mínimos’ para se considerarem verdadeiros museus e quase se triplicou o número dos que obedeciam a um conjunto de critérios mais exigentes e verdadeiramente europeus.” (ICOM, 2009, p.1)

Também o estudo de Neves & Santos (2006) destaca a “persistência da fase de crescimento ancorada no número de museus e na persistência dos elevados valores dos

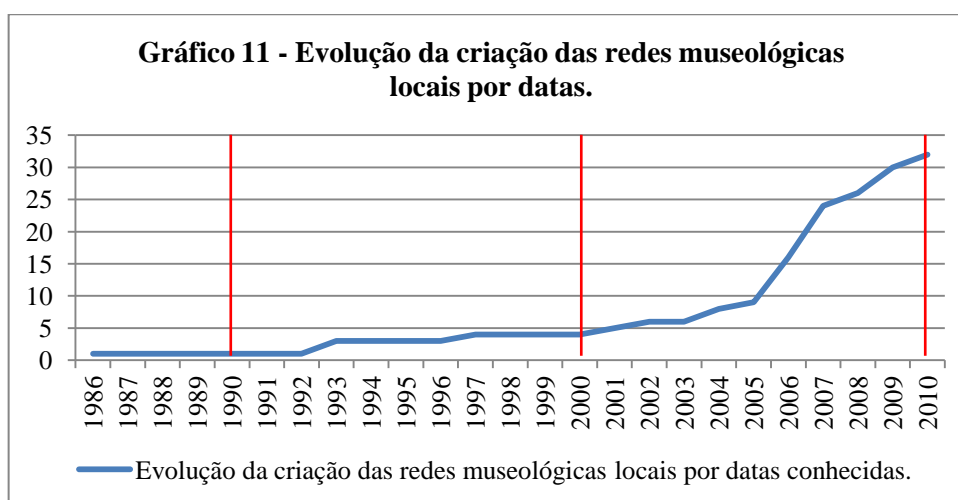
Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena projectos e das intenções” (Neves & Santos, 2006, p.23) considerando que “o panorama museológico em Portugal permanece (...) numa fase de expansão” (*Ibidem*).

Os dados obtidos no inquérito aplicado aos municípios relativos ao período da criação das redes museológicas locais parecem corroborar a tendência atrás evidenciada. A sistematização desses dados no **Quadro 5** e **Gráficos 11 e 12** confirma que a criação destas estruturas museológicas locais é uma tendência relativamente recente pois, dos 48 casos identificados de redes museológicas locais, 28 redes (59%) surgiram na primeira década deste século e apenas 4 redes (8%) surgiram entre os anos de 1986 e 1997. Sem data indicada da sua criação foram registadas 16 redes (33%).

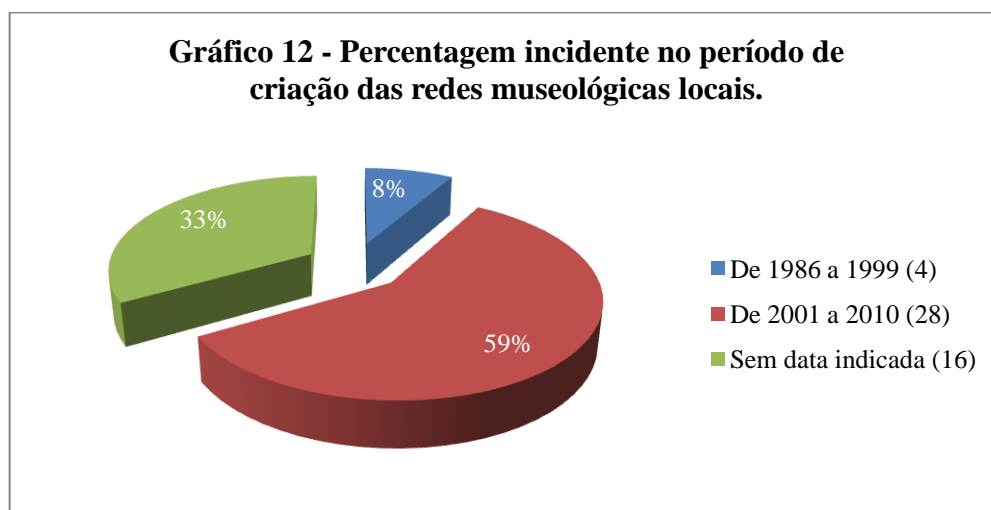
Quadro 5 – Período da criação das redes museológicas locais.

Data	Número de casos
Sem data indicada	16
1986	1
1993	2
1997	1
2001	1
2002	1
2004	2
2005/2006	1
2006/2007	7
2007	8
2008	2
2009	4
2010	2
Total	48

Fonte: Elaboração própria (2012).



Fonte: Elaboração própria (2012).



Fonte: Elaboração própria (2012).

A par desta informação, ao recolher o conjunto de dados referentes às datas de criação das redes museológicas²⁷⁵ existentes em território municipal, os municípios (com ou sem redes locais de museus formadas) facultaram um conjunto de dados suplementares relevantes que importa referir.

Ao observar o período no qual incide a criação dos museus locais, verifica-se uma tendência similar à já constatada, isto é, uma clara predominância e inclinação acentuada de criação de museus locais na primeira década do presente século em relação ao total de museus ou núcleos museológicos locais criados ao longo de todo o século XX.

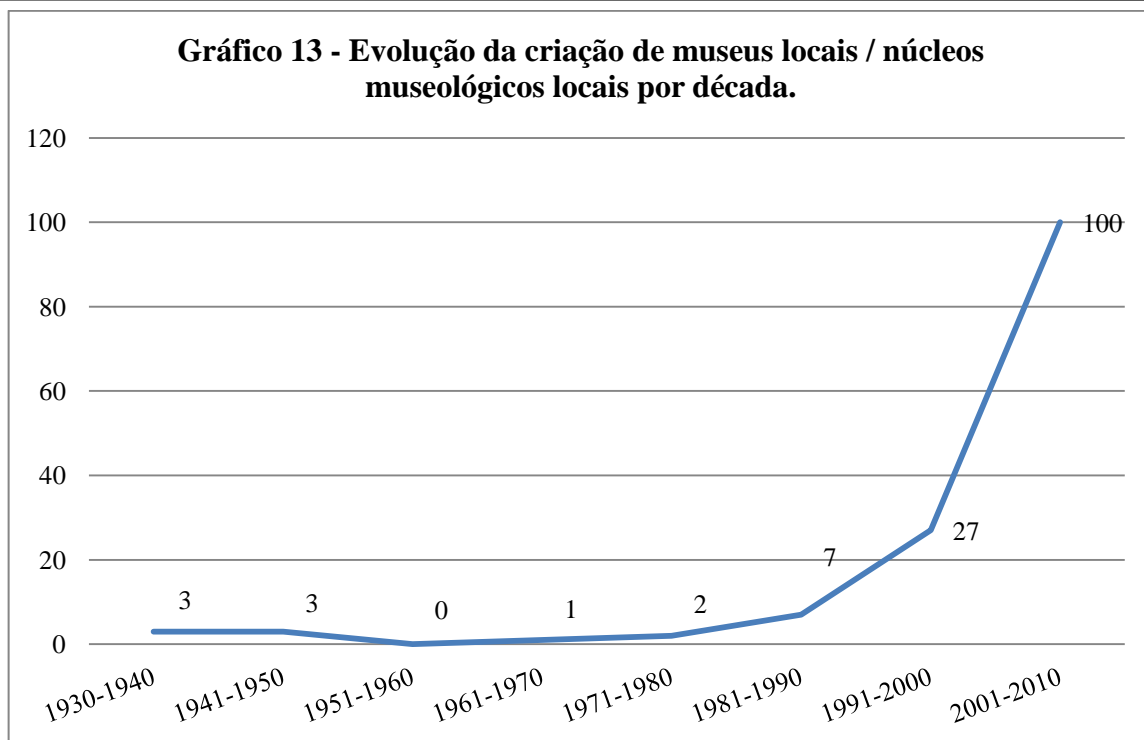
Isto é, segundo os dados presentes no **Quadro 6** e sistematizados no **Gráfico 13**, no período que medeia os anos de 1930 e 2000 foram criados 43 museus / núcleos museológicos locais. Ainda, a primeira década do século XXI viu nascer 100 novos espaços museais locais, ou seja, numa só década mais do dobro que em relação ao século anterior. Acresce a estes dados, a existência de outros espaços museais que, pela natureza das respostas dadas, não foram possíveis quantificar nem precisar a respetiva data de criação. Não obstante, é relevante registar a clara aposta das autarquias locais no campo desta tipologia de equipamentos culturais, confirmando as teorias de Sá da Costa (1993), Santos Silva (2004), Bilhim (2004) e Neves & Santos (2006).

²⁷⁵ Questão número 3 do inquérito.

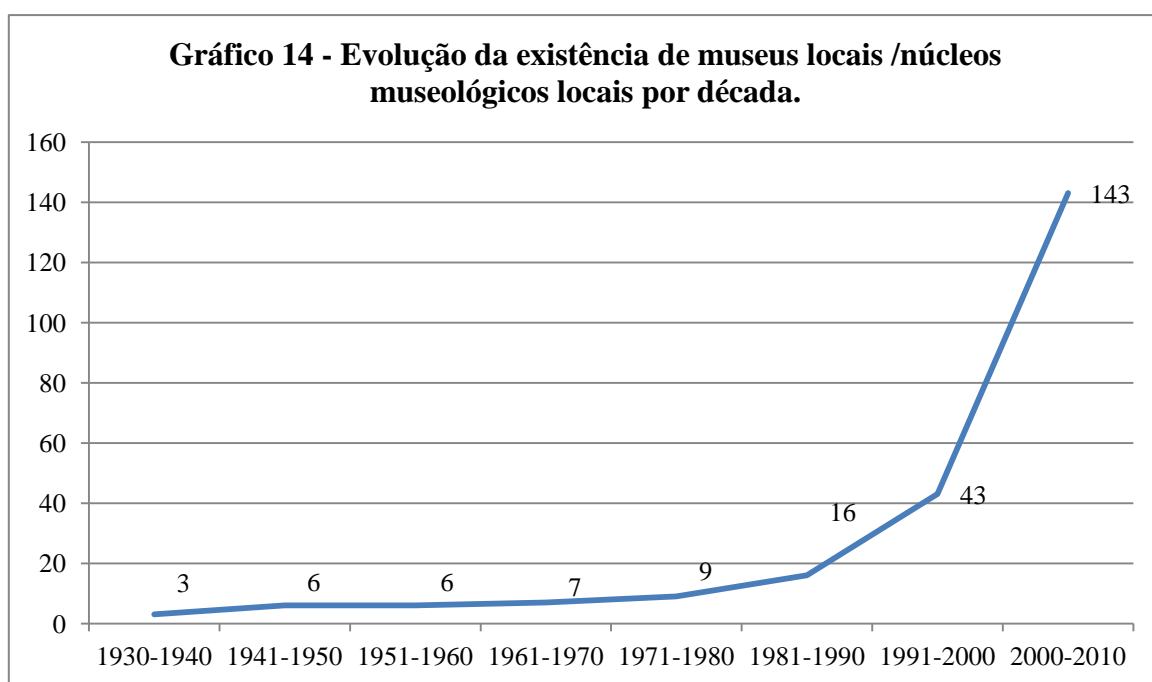
Quadro 6 – Período da criação de museus/núcleos locais integrados ou não em redes museológicas locais.

Data	Número de museus/núcleos
1930	1
1937	1
1938	1
1943	1
1945	1
1947	1
1960	1
1975	2
1981	1
1982	1
1984	1
1986	2
1987	1
1989	1
1990	2
1991	2
1992	1
1993	5
1995	2
1996	2
1997	7
1998	1
1999	2
2000	3
Subtotal	43
2001	13
2002	4
2003	4
2004	13
2005	4
2006	5
2007	16
2008	15
2009	15
2010	9
Um museu/núcleo ainda a criar	2
Subtotal	100
Total	143
Criados ao longo da primeira década séc. XX	1 caso (totais não quantificados)
Entre 1993 e 2004	2 casos (totais não quantificáveis)
Vários museus/núcleos ainda a criar	11 casos (totais não quantificáveis)

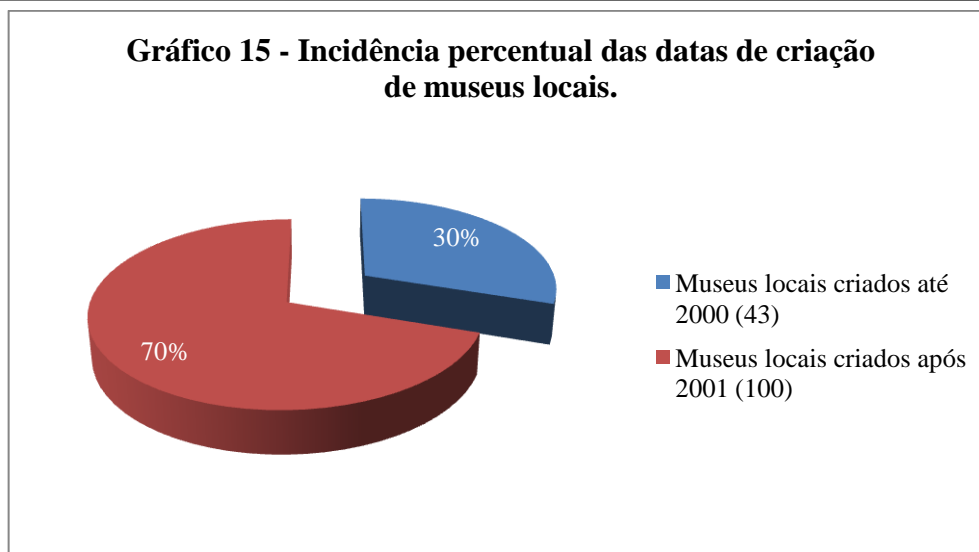
Fonte: Elaboração própria (2012).



Fonte: Elaboração própria (2012).



Fonte: Elaboração própria (2012).



Fonte: Elaboração própria (2012).

A relação percentual do período de criação de museus locais é bastante sugestiva, conforme demonstra o **Gráfico 15**, numa relação de, sensivelmente, 70% de museus locais criados na primeira década do século XXI contra 30% de museus da mesma tipologia criados ao longo de todo o século XX. Esta realidade testemunha a clara aposta do poder local nesta área da cultura.

3.1.4. Periodicidade do funcionamento dos espaços museais.

Verificando-se uma clara aposta na implementação de redes locais de museus, julgou-se essencial, por uma questão de clareza no que concerne à eficácia e eficiência da rede, analisar a periodicidade de funcionamento²⁷⁶ assim como a regularidade do respetivo horário de funcionamento²⁷⁷ das redes existentes promovidas pelos municípios.

Por um lado, trabalhar um espaço museológico, ou um conjunto de espaços museológicos envolvendo as comunidades locais, pressupõe, à partida, uma necessidade de haver um horário mais alargado de modo a abranger os tempos livres dessas mesmas populações. Trabalhar *com* públicos²⁷⁸ será sempre diferente do que trabalhar *para* públicos e o envolvimento desses públicos na gestão e planeamento dos espaços implica um horário mais amplo de funcionamento. Parece, pois, ser essencial existir um horário alargado e flexível quando está em causa a aplicação das noções da sociomuseologia e o trabalho em parceria, ou rede, e projetos transversais, pois:

“A maior amplitude de horários, para além de demonstrar uma mudança na relação com os públicos, democratizando o seu acesso, permite outras oportunidades: a diversificação da programação cultural, o acesso de diferentes públicos, a dinamização de parcerias e projectos transversais que envolvam diferentes instituições.” (Câmara & Fernambuco, 2008, pp.21-22)

Por outro lado, sabendo que grassa, muitas vezes, nas instituições museológicas tuteladas pelas autarquias, a existência de horários e períodos de funcionamento de algum modo irregulares²⁷⁹, torna-se importante ter uma noção concreta desta mesma realidade.

²⁷⁶ Por «periodicidade de funcionamento», entende-se: a frequência da abertura dos espaços ao público. Este item de análise foi dividido em três categorias: diariamente (em consonância com o período normal de funcionamento dos espaços museológicos, conforme estipulado pela Rede Portuguesa de Museus); por marcação e esporadicamente (inclui dias especiais, abertura sazonal ou outros períodos específicos determinados pela tutela municipal).

²⁷⁷ No que concerne à «regularidade do respetivo horário de funcionamento», esclarece-se que se estipularam três parâmetros de análise: regular (i.e. prevendo um horário fixo cumprindo com o horário normal estipulado pela Rede Portuguesa de Museus); irregular (com horário fixo mas apresentando algumas divergências em relação ao estipulado pela Rede Portuguesa de Museus) e fechado (para o caso de existirem espaços que, embora se encontrem ligados à rede, estejam encerrados pelos mais diversos motivos).

²⁷⁸ Ao empregar o termo «públicos» está, necessariamente, implícita a comunidade local na abordagem que é feita neste estudo.

²⁷⁹ Este facto, constatado nas respostas dos inquiridos, deve-se, segundo os inquiridos, aos mais variados motivos, que passam pela falta de recursos humanos ou outros, havendo, inclusive muitos espaços habitualmente fechados apenas sendo possível a respetiva visita por marcação prévia ou em períodos sazonais bem definidos.

Deste modo, o **Quadro 7** espelha, de forma geral, a realidade do funcionamento das redes museológicas identificadas nos municípios e sua periodicidade de funcionamento.

Quadro 7 – Funcionamento das redes museológicas identificadas nos municípios e sua periodicidade de funcionamento.

N.º	Município com rede	Periodicidade de funcionamento				Regularidade do horário de funcionamento			
		D	M	E	NR	R	I	F	NR
1	Alijó	X						X	
2	Almodôvar				X				X
3	Arganil	X						X	
4	Aveiro	X				X			
5	Azambuja	X	X				X		
6	Beja	X				X			
7	Cabeceiras de Basto	X	X	X		X			
8	Cascais	X				X			
9	Castanheira de Pêra	X	X	X			X		
10	Castelo Branco	X							X
11	Castro Marim	X				X			
12	Castro Verde	X	X						X
13	Chaves	X				X			
14	Évora	X		X					X
15	Golegã	X							X
16	Idanha-a-Nova	X				X			
17	Lagoa (Açores)	X	X				X		
18	Lagos	X				X			
19	Lamego	X		X			X		
20	Loulé	X				X			
21	Mação	X				Resposta inconclusiva			
22	Matosinhos	X	X			X			
23	Melgaço	X				X			
24	Montalegre	X	X			X			
25	Óbidos	X				X			
26	Oleiros				X				X
27	Ovar	X	X	X		X			
28	Penafiel		X						X
29	Penamacor	X	X			X			
30	Peniche	X				X			
31	Ponte da Barca		X	X			X		
32	Póvoa de Lanhoso	X	X	X		X			
33	Póvoa de Varzim	X							X
34	Proença-a-Nova	X				X			
35	Redondo	X	X						X
36	Ribeira Grande	X	X			X			
37	Santa Comba Dão	X							X
38	Santa Maria da Feira	X				X			

39	Santiago do Cacém	X				X			
40	São Roque do Pico	X				X			
41	Sintra	X				X			
42	Tavira	X				X			
43	Vale de Cambra	X	X			X			
44	Valongo	X	X			X			
45	Vila Nova de Cerveira	X		X		X			
46	Vila Real	X	X			X			
47	Vila Real de S. António	X				X			
48	Vinhais	X							X
Totais		48	17	8	2	29	5	2	11

Legendas:

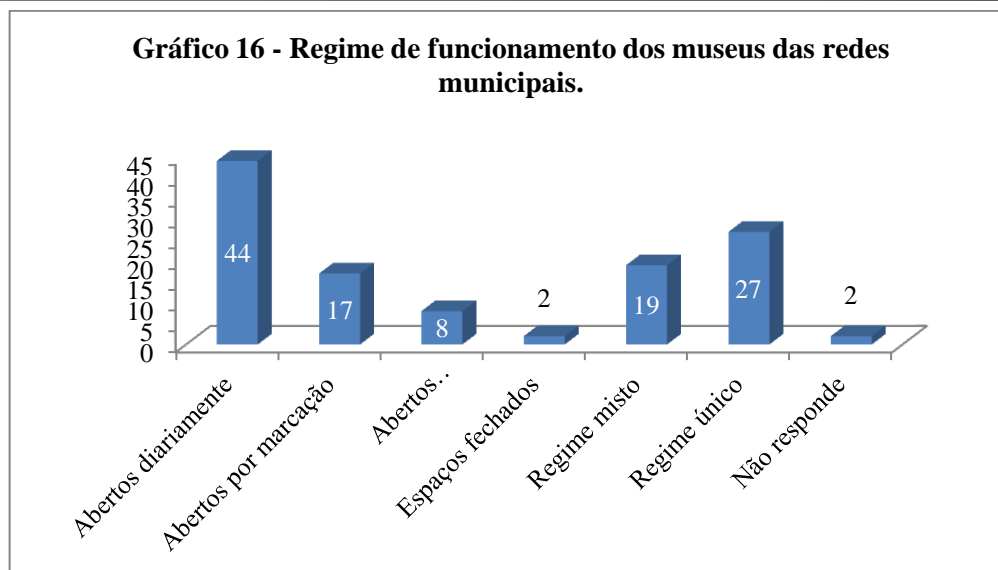
D - Diariamente R - Horário regular NR - Não responde
M - Por marcação prévia I - Irregular
E - Esporadicamente F - Instituições fechadas

Fonte: Elaboração própria (2012).

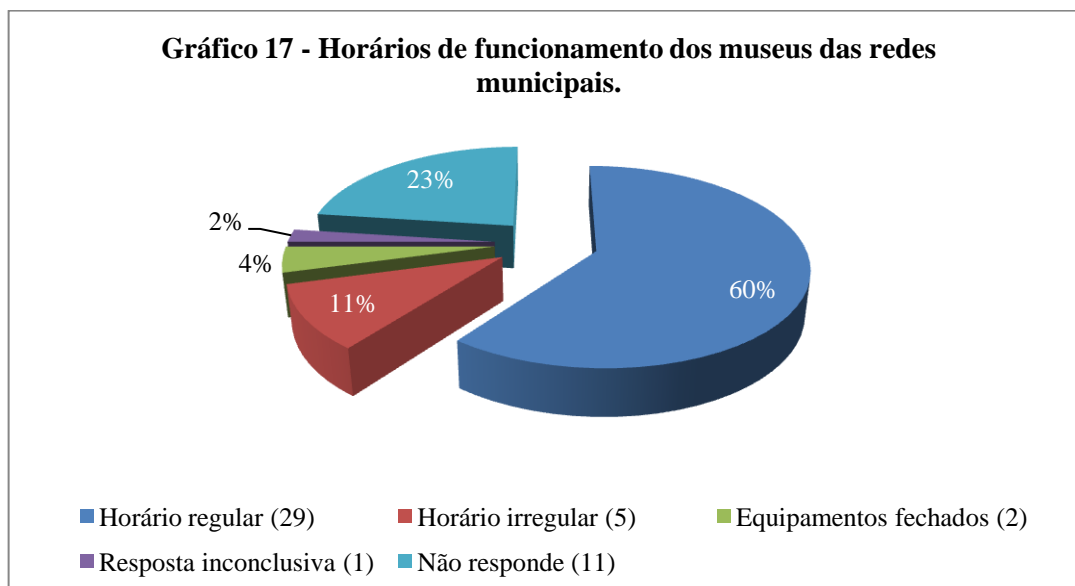
Analisada, de forma global, a situação dos espaços museológicos quanto a este assunto, observando o **Gráfico 16**, verifica-se que, das 48 redes museológicas municipais identificadas no inquérito, uma esmagadora maioria de 44 (92%) municípios com rede museológica afirma que os seus espaços museológicos estão abertos ao público diariamente. De igual modo, 17 (35%) municípios referem, ainda, possuir espaços visitáveis por marcação e 8 (17%) estão abertos de forma esporádica, ainda que qualquer destes casos pode apresentar estas situações concomitantemente. Dois municípios com rede museológica local não responderam a esta questão. É de mencionar que parte significativa das redes apresenta períodos de funcionamento mistos (19 casos) ou únicos (27 casos).

Quanto à regularidade dos respetivos horários de funcionamento²⁸⁰, 29 (60%) possuem horário regular, sendo que 5 (11%) possuem horário irregular e 2 (4%) possuem alguns equipamentos museológicos fechados. Ainda em relação a esta questão, 11 (23%) municípios não responderam e 1 (2%) apresentou uma resposta inconclusiva.

²⁸⁰ Por «regularidade de horário de funcionamento», considera-se que são regulares os horários dos espaços que se encontram abertos diariamente com horário fixo e estável, de modo a que os visitantes tenham uma perceção clara dos momentos em que poderão visitar os espaços e que as suas visitas não estejam condicionadas por quaisquer impedimentos irregulares de funcionamento.



Fonte: Elaboração própria (2012).



Fonte: Elaboração própria (2012).

Porém, observando mais atentamente os dados obtidos, verifica-se que os horários de funcionamento das redes museológicas locais apresentam realidades bastante heterogêneas.

Das 44 redes identificadas, 18 (38%) possuem todos os seus espaços abertos ao público permanentemente e em horário regular; 2 (4%) municípios possuem equipamentos museológicos abertos diariamente mas com outros espaços fechados; 5 (10%) municípios têm os seus espaços museológicos abertos diariamente mas não indicam período de funcionamento; 2 (4%) municípios possuem espaços abertos tanto diariamente como por

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

marcação, sem indicação do período de funcionamento; 2 (4%) têm espaços abertos tanto diariamente como por marcação mas com horários irregulares; 4 (8%) apresentam espaços abertos nas três condições: diariamente, por marcação e esporadicamente, sendo que três dos casos com horários regulares e um com horários irregulares; 3 (6%) têm espaços abertos tanto diariamente como esporadicamente; 8 (17%) têm espaços abertos diariamente e com marcação com horários regulares; 1 (2%) possui espaços abertos apenas por marcação enquanto 1 (2%) também apresenta espaços por marcação mas também abertos esporadicamente. Dois (4%) municípios não responderam a estas duas questões.

O **Quadro 8** sistematiza, em concreto, as diversas realidades no que ao funcionamento dos espaços museais das redes museológicas concerne.

Quadro 8 – Registo das diferentes realidades quanto à periodicidade na abertura dos museus das redes locais e à regularidade dos seus horários.

Casos	Número	Percentagem
Possui todos os espaços abertos ao público permanentemente e em horário regular.	18	38%
Possui alguns espaços museológicos abertos mas com outros espaços fechados.	2	4%
Possui todos os espaços museológicos abertos mas não indicam período de funcionamentos.	5	10%
Possui todos os espaços abertos tanto diariamente como por marcação, sem indicação do período de funcionamentos.	2	4%
Possuem espaços abertos tanto diariamente como por marcação mas com horários irregulares.	2	4%
Possuem espaços abertos nas três condições: diariamente, por marcação e esporadicamente, sendo que três dos casos com horários regulares e um com horários irregulares.	4	8%
Possuem espaços abertos tanto diariamente como esporadicamente.	3	6%
Possuem espaços abertos diariamente e com marcação com horários regulares.	8	17%
Possuem espaços abertos apenas por marcação.	1	2%
Possuem espaços por marcação mas também abertos esporadicamente	1	2%
Não responderam às duas questões.	2	4%

Fonte: Elaboração própria (2012).

Pelo exposto, não existe uma clara uniformização no funcionamento destas redes museológicas locais, estando o seu funcionamento sujeito às realidades locais e específicas de cada município.

3.1.5. Caraterização sumária da missão definida para as estruturas e os espaços museais.

Para a prossecução dos objetivos propostos neste estudo, considera-se necessário proceder à análise das missões que as autarquias definiram para as suas redes museológicas obtendo-se, deste modo, um recorte dos desígnios fundamentais que sustentam a razão de ser e os objetivos estratégicos destas organizações.

É através da definição da missão de uma instituição que o dirigente ou a tutela anuncia os respetivos objetivos, os percursos que a instituição deve/prende seguir e o que o próprio aspira relativamente à sua organização institucional (Henriques, 2010).

Para Abreu (2008), a

“missão é a razão de ser de uma organização e os objectivos são as metas a atingir. Se, por um lado, os responsáveis dos museus estão cientes do cumprimento da sua missão e objectivos, por outro, há também a necessidade de criar estratégias para uma organização e gestão cada vez mais conveniente.” (Abreu, 2008, p. 19)

Poderá considerar-se, em termos gerais, que a missão de uma instituição constitui as suas linhas estratégicas gerais e basilares de ação, funcionando como uma “verdadeira chave inspiradora de toda a sua atividade”²⁸¹ (Hernández, 2007, p.76). É através desta que se compreende a motivação da instituição, o seu propósito, quais os bens com que lida ou trabalha, quais as principais preocupações, valores, aspirações e prioridades filosóficas (Porto, 2008).

Segundo Porto, são dois os pontos a constar na missão de uma instituição em dois níveis distintos: “o propósito básico da organização (...) e os valores que a organização pretende agregar a elementos que com ela interagem” (Porto, 2008, p.2) assumindo, por isso, no nosso caso em apreço, uma importância vital para o sucesso da implementação de práticas sociomuseológicas, entre outras, claro.

É neste contexto que Jesús López (2008), em sintonia com Porto (2008), apresenta, duas linhas orientadoras para a missão de uma entidade promotora do património cultural. Por um lado, o propósito básico da entidade deve centrar-se na “valorização, investigação, comunicação, promoção e fomento das diferentes expressões do património histórico-cultural do território dependente da [respetiva] administração local promotora” (López, 2008, p.27)²⁸²

²⁸¹ Tradução livre.

²⁸² Tradução livre.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

desenvolvendo as funções primárias de proteção, conservação, restauração, investigação, difusão, controlo e documentação (*Ibidem*). Mas tais propósitos gerais parecem-nos escassos à luz do nosso entendimento de ação museológica pois não preveem qualquer especificidade distintiva da sociomuseologia, ficando-se pela execução de tarefas técnico-burocráticas. No entanto, indo de novo ao encontro de Porto (2008), o mencionado autor, reconhece que devem constar igualmente na missão “os valores que a organização pretende agregar a elementos que com ela interagem” (Idem, p.2) ao afirmar que:

“as novas condições sociais e culturais da sociedade de informação afetam diretamente as diversas manifestações da cultura e do património, tanto no âmbito global, como no prisma da sociedade local. A comunidade local encontra nestas expressões um elemento chave na construção e reelaboração da sua identidade cultural. Uma identidade que, cada vez mais, se apresenta como um dos valores mais seguros com os que se podem contar na esfera local para fazer face a determinados impactos globalizantes. Este processo de transformação não só está a modificar os princípios e valores dominantes, como também está a produzir um processo de mudança que conduz à redefinição da função social destes ativos patrimoniais. (López, 2008, p.11)²⁸³.

López (2008) considera necessário, pois, que as missões das atuais instituições promotoras do património devem fazer refletir na sua missão, precisamente, a necessidade de envolver as comunidades locais em todo o processo de “construção e reelaboração da sua identidade cultural” (*Ibidem*), acrescentando nós, a necessidade de incluir outras noções sociomuseológicas.

Como o presente estudo pretende identificar redes museológicas/patrimoniais locais e abordar o seu modo de funcionamento registando as possíveis práticas sociomuseológicas nelas presentes, procura-se a assunção formal e o manifesto reconhecimento nas missões das redes museológicas locais sinalizadas, para além dos objetivos fundamentais da instituição museal acima mencionados, a existência, ou não, das já mencionadas noções caracterizadoras da sociomuseologia.

Contudo, tratando-se de organizações locais, assentes em instituições museais de carácter local, vocacionados para o desenvolvimento local, não se poderá descorar os elementos base deste tipo de instituições museais por contraponto com os museus de outra índole. Esses elementos deverão estar, igualmente, subjacentes no decorrer da nossa análise. Deste modo, será abordada a problemática das características dos museus locais para, assim, transportá-las para a realidade das redes locais de museus.

²⁸³ Tradução livre.

Como já foi demonstrado, grande parte das redes museológicas / instituições museais locais atuais foram criadas desde o ano 2000, o que pressupõe que, tratando-se de instituições / organizações recentes, deveriam ter presentes (na sua conceção e função) abordagens museológicas contemporâneas sob pena de nascerem “doentes e ignorados pela população, afastados do momento presente e mortos para a vida futura ainda antes de começar a crescer”. (Stoffel & Moreira, s/data)

Na perspetiva de Primo (2000), revela-se central que as instituições museais atuem de forma centrada nos “problemas locais da sua área de influência e das pessoas que formam a comunidade local” (Primo, 2000, p. 39) numa perspetiva de promoção do desenvolvimento integrado tal como preconizado na Declaração de Santiago do Chile (1972) e na Declaração de Caracas (1992). E se essa comunidade local, hoje, por força da nova realidade da globalização (Castells, 2007), extrapolar os muros da comunidade local, tal como entendida tradicionalmente como a aldeia, o burgo (muito à semelhança do que o museu fez quando extrapolou as paredes do museu edifício para a comunidade local)? E se essa comunidade passar a ser entendida enquanto comunidade municipal ou, até, regional?²⁸⁴ Hoje existe a realidade das Comunidades Intermunicipais, das Comunidades Urbanas, das Comunidades Metropolitanas, tudo dentro das respetivas escalas.

A rede museológica local, comparada por analogia com o museu de índole local (assente nos pressupostos da sociomuseologia) poderá ser entendida enquanto instrumento de desenvolvimento local, salvaguardando-se os devidos contornos próprios e distintos.

Estabelecida esta analogia, no entender de Fernando João Moreira (1999), são dois os domínios de ação da instituição museal enquanto condutor ao desenvolvimento local que poderemos transportar para o âmbito da rede museológica local: o *domínio interno* e o *domínio externo*. Enquanto o primeiro domínio incide na intervenção direta da ação

²⁸⁴ O quadro ternário matricial da museologia definida por Russio (1990) e desenvolvido por Chagas (1994a) estabelece uma relação direta entre o ser humano (enquanto sujeito que conhece), o objeto (enquanto bem cultural que integra uma realidade do qual o ser humano é uma parte intrínseca) e um espaço (museu enquanto lugar privilegiado de reflexão e diálogo): no fundo aquilo que constitui o facto museológico. Se este raciocínio for aplicado à estrutura museológica organizada em rede, se entendermos os três vértices definidores do facto museológico Sujeito/Comunidade – Bens Culturais/Património – Espaço/Museu/Território numa ótica alargada de «comunidade» (enquanto comunidade alargada de um município ou região, com uma identidade própria), de Bens culturais/Património (enquanto património alargado de uma comunidade municipal ou região, que identifica aquela região e respetivas gentes) e de Espaço/Museu/Território (enquanto território alargado de um município ou região) a ação museológica poderá adquirir uma nova dinâmica, um novo impulso num mundo global e conectado em rede onde a comunicação se tornou a base de toda a sociedade e não se deixará de aplicar as noções da sociomuseologia, embora aplicada noutra escala pois segundo Nascimento, o facto museológico “é o elemento da realidade que emite informação ou permite a comunicação entre as pessoas e entre o presente e o passado” (Nascimento, 1994, p.10) acrescentando nós, independentemente da escala da comunidade.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

museológica na melhoria da qualidade de vida e dos bens das populações locais, a segunda incide na no pressuposto de que a ação museológica deverá aumentar essa qualidade de vida e bens das populações através da obtenção de benefícios financeiros externos à comunidade (seja através do turismo, ou outro). De acordo com Primo (2000), o domínio interno – ações dirigidas para a própria comunidade – apresenta os seguintes itens de intervenção:

Quadro 9 – Itens de intervenção da instituição museal, no domínio interno, enquanto condutor ao desenvolvimento local.

Promover a identidade local através de estudos, exposições e/ou outras ações que colaborem para evidenciar aspetos relevantes da história local;
Promover a identidade territorial dos habitantes;
Promover os laços interpessoais no sentido de sedimentar a construção da ideia de comunidade;
Promover a integração dos novos habitantes e/ou grupos marginalizados através da divulgação dos contornos culturais próprios e dos problemas específicos dos grupos carenciados de integração e, por fim, o fenómeno de ações concretas de carácter coletivos capazes de promover a cooperação intergrupos em torno da resolução de problemas;
Promover um ambiente de dinamismo individual e coletivo;
Promover e viabilizar ações de formação na área de influência do museu e que se adequem às estratégias de desenvolvimento local e do museu;
Promover outras ações que estejam relacionadas com a intervenção do museu, a população e os problemas existentes na sua área de influência.

Fonte: Adaptado de Primo (2000, p. 41)

Do mesmo modo, o domínio externo, como o próprio nome indica, caracteriza-se por ações voltadas para o exterior da comunidade com a finalidade de, através de ações diversas, obter investimentos externos que possam contribuir para o desenvolvimento local:

Quadro 10 – Itens de intervenção da instituição museal, no domínio externo, enquanto condutor ao desenvolvimento local.

Promover o potencial turístico local, através, por um lado, da conceção de um museu que desempenhe a função de pólo turístico e, por outro lado, concretizando ações específicas que busquem atingir esse objetivo;
Promover a visibilidade externa do local, através da divulgação das características patrimoniais;
Promover e valorizar os produtos locais de base tradicional;
Promover os valores locais tendo por objetivo a educação patrimonial de turistas e visitantes, promovendo, assim, um turismo que se caracterize por ser responsável e comprometido com a sustentabilidade e a dinâmica de base local.

Fonte: Adaptado de Primo (2000, p. 42).

De acordo com Primo (2000), estas duas filosofias operacionais terão efeitos divergentes nos resultados obtidos pelo espaço museal e “condicionará a sua própria política estratégica, assim como a sua natureza de intervenção e a sua relação com os utilizadores/construtores”. (Primo, 2000, p.42) Se, no primeiro caso, a instituição museal cumprirá a sua função social junto da comunidade que serve, servindo de fórum de ideias, reflexão e diálogo, no segundo caso, a instituição museal será pouco mais que um “espaço de contemplação” desprovido de vida e, em última análise, de interesse por parte da comunidade que serve.

Deste modo, tendo por base as considerações mencionadas, cruzando-as com as principais noções da teoria sociomuseológica (Moutinho, 2010), definiram-se para análise das respostas obtidas nos inquéritos os seguintes parâmetros: a) a perceção do espaço museal enquanto instrumento dinâmico de mudança e desenvolvimento social; b) a perceção de que a museologia é uma ciência interdisciplinar; c) a inclusão do património imaterial para além do material nos bens patrimoniais a trabalhar pelos dos museus; d) a preocupação de questões sociais na problemática museológica a abordar; e) a visão da museologia como forma de inculcar maior democraticidade na sociedade; f) a perceção do espaço museal enquanto instituição formativa e não contemplativa; g) a preocupação com o tratamento das particularidades do território onde está inserida a rede e/ou os espaços museológicos; h) a perceção do museu enquanto agente de desenvolvimento local; i) a perceção do museu enquanto instituição ao serviço da comunidade; j) a assunção de um enfoque concreto de um determinado espaço social; k) a utilização do património como recurso para estimular a consciência crítica e, por fim, l) a assunção de que as comunidades devem ser parte integrante das preocupações e da vida dos museus.

No final da análise, poderá formular-se uma ideia genérica de qual o tipo de redes locais de museus e espaços museológicos locais são preferencialmente adotados pelo poder local.

O **Quadro 11** demonstra, com clareza, quais as práticas sociomuseológicas que as autarquias elegem como prioridade na intervenção das estruturas de rede por elas promovidas.

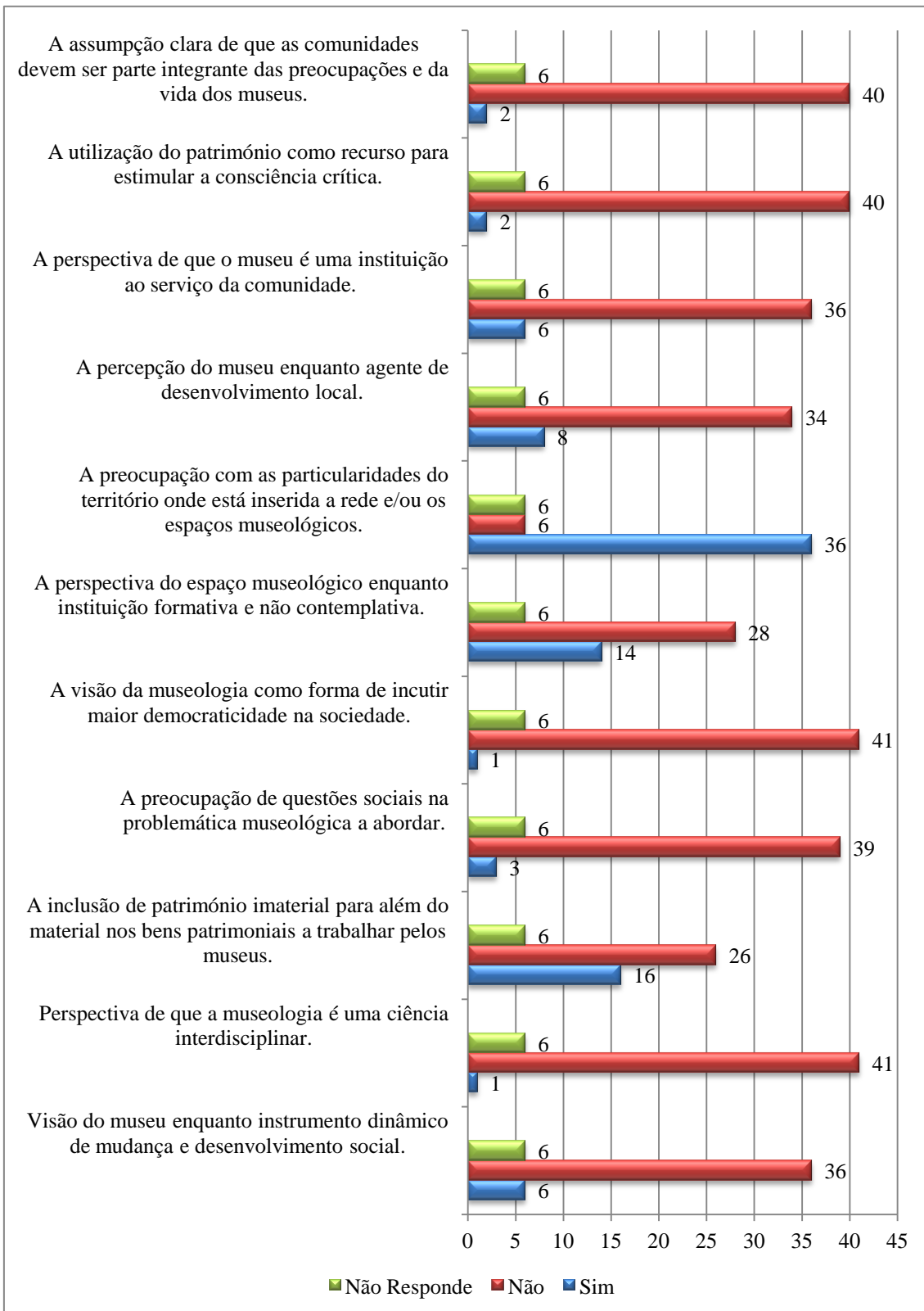
**Quadro 11 – Resultado da análise da missão das redes museológicas locais.
(Municípios com redes locais de museus – 48).**

Itens analisados	Sim	%	Não	%	NR	%
Visão do museu enquanto instrumento dinâmico de mudança e desenvolvimento social.	6	12.5	36	75	6	12.5
Perspetiva de que a museologia é uma <i>ciência interdisciplinar</i> .	1	2	41	85	6	12.5
A inclusão de <i>património imaterial</i> para além do material nos bens patrimoniais a trabalhar pelos museus.	16	33	26	54	6	12.5
A preocupação de <i>questões sociais</i> na problemática museológica a abordar.	3	6	39	81	6	12.5
A visão da museologia como forma de incutir maior democraticidade na sociedade.	1	2	41	85	6	12.5
A perspetiva do espaço museológico enquanto <i>instituição formativa e não contemplativa</i> .	14	29	28	58	6	12.5
A preocupação com as <i>particularidades do território</i> onde está inserida a rede e/ou os espaços museológicos.	36	75	6	12.5	6	12.5
A perceção do museu enquanto agente de desenvolvimento local.	8	17	34	71	6	12.5
A perspetiva de que o museu é uma instituição ao serviço da comunidade.	6	12.5	36	75	6	12.5
A utilização do património como recurso para estimular a consciência crítica.	2	4	40	83	6	12.5
A assunção clara de que as comunidades devem ser parte integrante das preocupações e da vida dos museus.	2	4	40	83	6	12.5

Legenda: NR – Não Responde

Fonte: Elaboração própria (2012).

Gráfico 18 – Mostra da análise das preocupações com os princípios da sociomuseologia nas missões definidas para as redes museológicas locais.



Fonte: Elaboração Própria (2012)

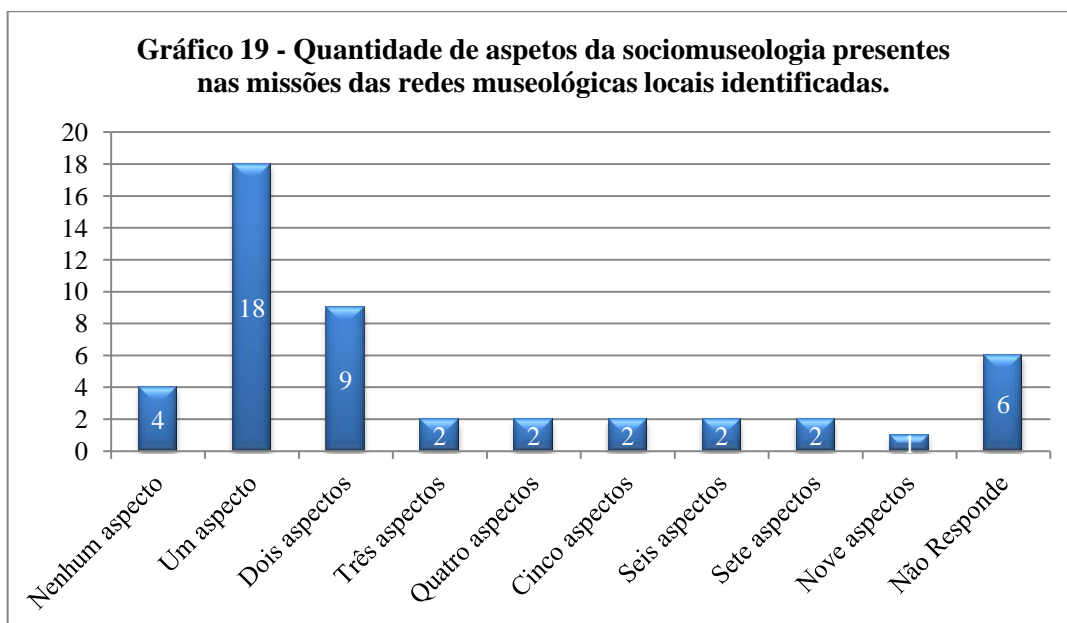
Torna-se notório, através da análise dos dados constantes do **Quadro 11** e da sistematização dessa informação no **Gráfico 18** que a preocupação predominante dos municípios com redes museológicas locais, em relação à constituição das suas redes, assenta na salvaguarda, estudo e divulgação das particularidades do território onde está inserida a rede museológica com um total de 36 municípios a evidenciarem este aspeto (75%). Os restantes princípios basilares da sociomuseologia em evidência na missão das redes museológicas locais ficam bastante aquém do expectável, realçando-se apenas as questões da inclusão de *património imaterial* para além do material nos bens patrimoniais a trabalhar pelos dos museus com um total de 16 municípios a assumirem este aspeto (33%) e a perspetiva do espaço museológico enquanto instituição formativa e não contemplativa com 14 casos (29%).

Ao invés, apenas um município evidenciou o facto de entender que a museologia é, hoje, uma ciência interdisciplinar e, ainda, que a museologia é uma ciência capaz de incutir maior democraticidade na sociedade, isto é, em relação a estes dois aspetos, um só caso (2%).

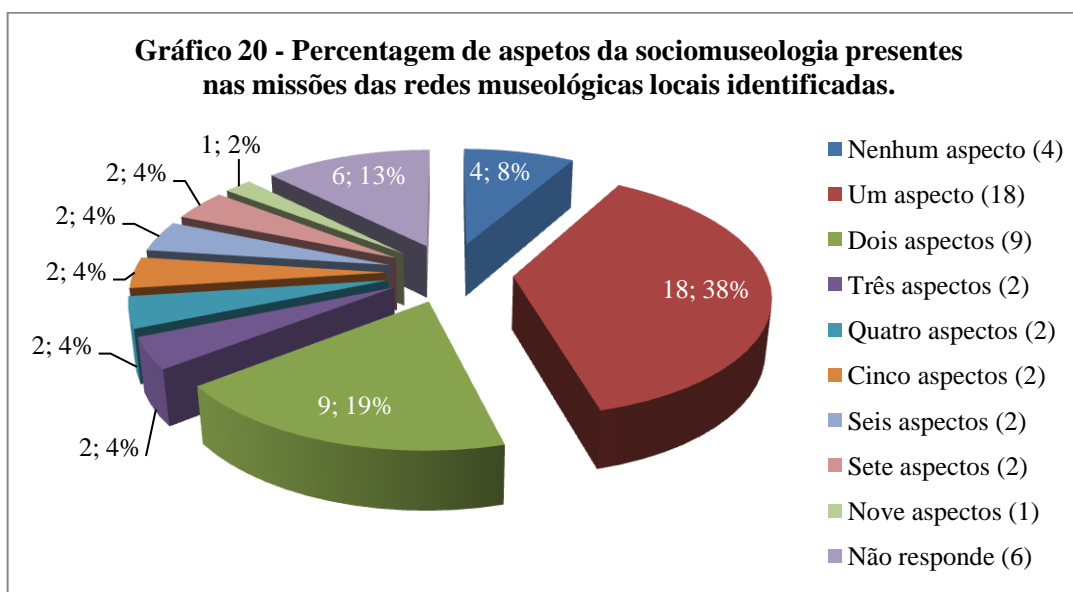
De igual modo, é surpreendente que, na sua esmagadora maioria, os municípios não assumem na missão que criaram para as suas estruturas locais de museus em rede, que estes espaços devem incluir, de modo claro, as comunidades locais como parte integrante e como preocupação na vida dos seus museus: apenas 2 municípios (4%) o fazem.

A perceção de que os museus são, hoje, por um lado, instrumentos dinâmicos de mudança e desenvolvimento social ao serviço das comunidades, promovendo, por outro lado, o desenvolvimento local está presente em apenas 12.5% a 17% dos municípios com rede local de museus, isto é, 6 a 8 municípios, respetivamente. A própria noção de que as questões sociais são aspetos que devem ser objeto de intervenção nestes espaços culturais apenas está presente em 3 municípios (6%).

Importa mencionar que dos 48 municípios com rede museológica local implementada, os que evidenciaram maior número de preocupações com os princípios da sociomuseologia foram Santa Maria da Feira (com 9), Aveiro e Vinhais (com 7), Ponte da Barca e Peniche (com 6), Idanha-a-Nova e Santiago do Cacém (com 5), Loulé e Ovar (com 4) e Vila Real de Santo António (com 3). Como se verificará no **Gráfico 19**, e de uma forma mais evidente no **Gráfico 20**, um total de 18 municípios apenas evidenciaram um aspeto, 9 municípios evidenciaram dois aspetos e 4 municípios não evidenciaram nenhum dos aspetos em análise.



Fonte: Elaboração própria (2012).



Fonte: Elaboração própria (2012)

Ainda, para além dos aspetos referidos, através do **Quadro 12**, podemos evidenciar outros objetivos e preocupações presentes nas missões destas estruturas e que, de certo modo, ajudam a entender alguns dos propósitos que os autarcas elegem como centrais quanto aos objetivos para os quais foram criadas:

**Quadro 12 – Outros aspetos presentes nas missões das redes museológicas locais.
(Municípios com redes locais de museus – 48.)**

Outras preocupações e evidências realçadas pelos municípios	Municípios	
Preocupação apenas com fins expositivos;	Almodôvar; Azambuja; Castro Marim; Castro Verde; Golegã; Lagoa (Açores); Lamego; Penamacor; Póvoa de Lanhoso; Ribeira Grande; São Roque do Pico.	11
A par de fins expositivos, há a preocupação em contribuir para o desenvolvimento do sentimento de identidade local;	Ponte da Barca; Vale de Cambra; Vila Real; Vinhais.	4
Preocupação apenas com o fortalecimento da identidade do concelho;	Santa Comba Dão.	1
Preocupação centrada apenas na identificação, conservação, estudo e/ou divulgação de património;	Alijó; Cascais; Évora; Matosinhos ²⁸⁵ ; Melgaço; Óbidos; Póvoa de Varzim; Proença-a-Nova; Redondo; Valongo; Vila Nova de Cerveira; Vila Real de Santo António.	12
Preocupação centrada apenas na promoção do turismo;	Arganil.	1
Preocupação centrada apenas em aliar a preservação de um espólio e sua divulgação para fins turísticos;	Castanheira de Pêra.	1
Preocupação centrada, para além da preservação de um espólio e sua divulgação, atrair turismo e aumentar a qualidade de vida dos habitantes locais;	Loulé.	1
Noção concreta e assumida de organização coesa que interliga vários pólos;	Aveiro; Cabeceiras de Basto; Matosinhos; Peniche; Sintra; Vinhais.	6
Noção concreta de rentabilização de custos e meios;	Aveiro; Cabeceiras de Basto; Matosinhos.	3
Preocupação, assumida, com a descentralização de políticas culturais;	Aveiro.	1
Preocupação apenas com a questão de se tratar de uma gestão integrada de um conjunto de espaços;	Sintra; Tavira.	2
Não responderam	Beja; Castelo Branco; Mação; Oleiros; Penafiel.	4

Fonte: Elaboração própria. (2012)

²⁸⁵ Porém, demonstra possuir a noção de rentabilização de meios através da cooperação.

Pelos resultados obtidos nesta abordagem, foi ainda possível verificar-se que apenas 12 (25%) municípios assumem explicitamente, na missão das suas organizações, preocupações relacionadas com uma efetiva organização em rede, nomeadamente como se verifica no **Gráfico 21**: a) alguma noção de organização coesa que interliga diversos polos (6 – 13%); uma noção concreta de rentabilização de custos e meios (3 – 6%); uma preocupação assumida de descentralização de políticas culturais (1 – 2%) e uma preocupação apenas com a gestão integrada de um conjunto de espaços (2 – 4%).



Fonte: Elaboração própria (2012)

Entendendo que faria todo o sentido estender a análise da questão referente aos aspetos da sociomuseologia presentes nas missões dos restantes municípios respondentes ao questionário, com o intuito de obter uma visão abrangente da realidade local quanto à aplicação da teoria e das práticas sociomuseológicas de um modo generalizado pelos municípios nacionais, do mesmo modo que se analisaram as respostas fornecidas pelos municípios com redes locais de museus implementadas, também se procedeu à análise das perspectivas, por um lado, dos municípios com intenção de implementar uma rede museológica local num futuro próximo e, ainda, por outro lado, dos municípios com museus mas onde não existe nenhuma rede local implementada nem intenção futura da sua concretização.

Resultante desta análise, o **Quadro 13** demonstra claramente quais as práticas sociomuseológicas que as autarquias elegem como prioridade na futura intervenção das suas estruturas de rede a serem criadas.

Quadro 13 – Resultado da análise da missão das futuras redes museológicas locais. (Municípios com redes museológicas locais a implementar no futuro – 72²⁸⁶)

Itens analisados	Sim	%	Não	%	NR	%	ND	%
Visão do museu enquanto instrumento dinâmico de mudança e desenvolvimento social.	2	3	36	50	33	46	1	1
Perspetiva de que a museologia é uma <i>ciência interdisciplinar</i> .	1	1	37	51	33	46	1	1
A inclusão de <i>património imaterial</i> para além do material nos bens patrimoniais a trabalhar pelos dos museus.	3	4	35	49	33	46	1	1
A preocupação de <i>questões sociais</i> na problemática museológica a abordar.	1	1	37	51	33	46	1	1
A visão da museologia como forma de inculzir maior democraticidade na sociedade.	1	1	37	51	33	46	1	1
A perspetiva do espaço museológico enquanto <i>instituição formativa e não contemplativa</i> .	3	4	35	49	33	46	1	1
A preocupação com as <i>particularidades do território</i> onde está inserida a rede e/ou os espaços museológicos.	35	49	5	7	33	46	1	1
A perceção do museu enquanto agente de desenvolvimento local.	2	3	36	50	33	46	1	1
A perspetiva de que o museu é uma instituição ao serviço da comunidade.	2	3	36	50	33	46	1	1
A utilização do património como recurso para estimular a consciência crítica.	0	0	38	53	33	46	1	1
A assunção clara de que as comunidades devem ser parte integrante das preocupações e da vida dos museus.	1	1	37	51	33	46	1	1

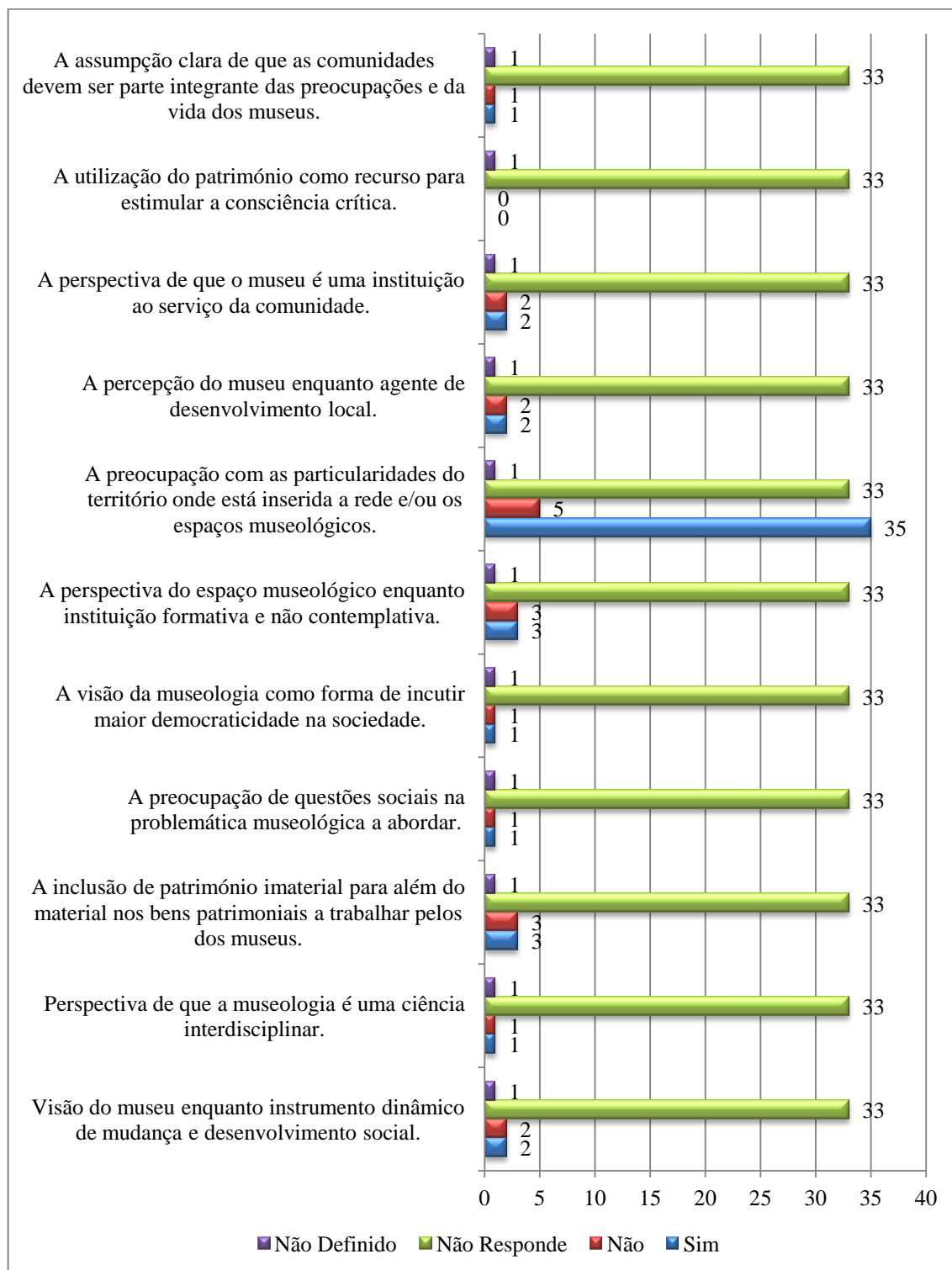
Legenda: NR – Não Responde

ND – Não Definido

Fonte: Elaboração própria (2012).

²⁸⁶ Note-se que onze municípios não foram incluídos nesta análise por terem respondido noutra categoria em duplicado. Foram, por isso, retirados desta categoria aquando da análise deste aspeto para evitar duplicação de informação.

Gráfico 22 – Mostra da análise das preocupações com os princípios da sociomuseologia nas missões definidas para as futuras redes museológicas locais (72).



Fonte: Elaboração própria (2012).

Torna-se claro que a aceção predominante dos municípios com redes locais de museus em fase de constituição assenta, tal como acontece com os municípios com redes implementadas, na salvaguarda, estudo e divulgação das particularidades do território onde está inserida a rede museológica com um total de 35 (49%) municípios a evidenciar este aspeto, ainda assim, ligeiramente abaixo do nível dos municípios com redes já constituídas.

Quanto aos restantes princípios basilares da sociomuseologia em evidência na missão das futuras redes museológicas locais, a presença destes princípios ficam muito aquém do expectável, não se realçando nenhum em concreto. Nunca mais que três destes municípios evidenciam as outras questões. Inclusivamente, o património visto como recurso para estimular a consciência crítica não foi tido em conta por nenhum dos 72 municípios.

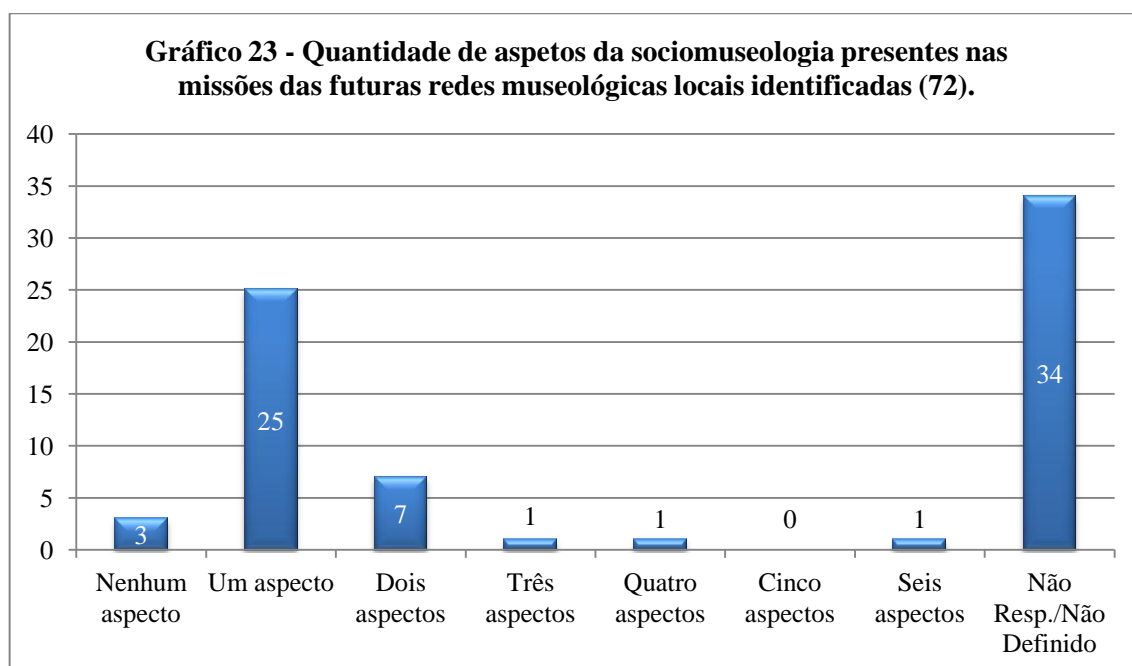
Poderá contribuir para este estado de coisas, o facto de, encontrando-se estas redes locais de museus em constituição, 33 municípios não terem respondido à questão e 1 ter afirmado que a missão não está ainda definida, traduzindo-se num total de 47% de municípios nestas condições.

Importa mencionar que, dos 72 municípios que responderam nesta questão do inquérito ter intenção de implementar uma rede local de museus, o município que evidenciou maior número de preocupações com os princípios da sociomuseologia foi Alcanena (com 6), seguido de Góis (com 4), Silves (com 3), Celorico da Beira, Coimbra, Miranda do Corvo, Mondim de Basto, Paços de Ferreira, São Brás de Alportel e Sesimbra (com 2), Albufeira, Almeirim, Arruda dos Vinhos, Barreiro, Boticas, Caminha, Felgueiras, Lousada, Machico, Monção, Montijo, Oliveira de Frades, Ourém, Ourique, Portel, Ribeira de Pena, Rio Maior, Sever do Vouga, Sousel, Torre de Moncorvo, Torres Vedras, Trancoso, Vila de Rei, Vizela e Vouzela (com 1) e, por fim, Amarante, Armamar e Freixo de Espada a Cinta com nenhum aspeto sinalizado. Um total de 25 municípios apenas evidenciaram um aspeto e 3 municípios não evidenciaram nenhum dos aspetos em análise, como se verificará no **Quadro 14** e no **Gráfico 23**.

Quadro 14 – Municípios e número de aspetos da sociomuseologia a considerar nas suas futuras redes museológicas locais identificadas (72).

Número de princípios da sociomuseologia a considerar nas futuras redes	Municípios (72)	
Nenhum	3	4%
Um	25	35%
Dois	7	10%
Três	1	1%
Quatro	1	1%
Cinco	0	-
Seis	1	1%
Não Responderam	34	47%

Fonte: Elaboração própria (2012).



Fonte: Elaboração própria (2012).

Ainda, para além dos aspetos que foram analisados, à semelhança do sucedido anteriormente para os municípios com redes museológicas criadas, é possível evidenciar outros presentes nas missões das futuras estruturas e que, de certo modo, ajudam a entender qual o entendimento de alguns dos propósitos que os autarcas elegem como centrais quanto aos objetivos das suas futuras estruturas:

Quadro 15 – Outros aspetos mencionados nas missões das redes museológicas locais a serem criadas (Municípios com redes locais de museus em formação – 72).

Outras preocupações e evidências realçadas pelos municípios	Municípios	
Preocupação apenas com fins expositivos;	Almeirim; Armamar.	2
Para além de fins expositivos, há a preocupação em contribuir para o desenvolvimento do sentimento de identidade local;	Celorico da Beira; Coimbra; Felgueiras; Lousada.	4
Preocupação centrada apenas na identificação, conservação, estudo e/ou divulgação de património;	Albufeira; Amarante; Arruda dos Vinhos; Barreiro; Boticas; Caminha; Montijo; Oliveira de Frades; Ourém; Ourique; Portel; Ribeira de Pena; São Brás de Alportel; Sever do Vouga; Sousel; Torre de Moncorvo; Torres Vedras; Trancoso; Vila de Rei; Vizela; Vouzela.	21
Preocupação centrada em aliar a preservação de um espólio e sua divulgação para fins turísticos;	Castanheira de Pêra; Monção; Paços de Ferreira.	3
Preocupação centrada em aliar a preservação de um espólio e sua divulgação para fins educativos e pedagógicos;	Mondim de Basto	1

Fonte: Elaboração própria (2012).

Por sua vez, nos municípios respondentes ao inquérito com museus mas sem intenção futura de criar uma rede museológica local, a mostra da visão destes no que se refere às noções da sociomuseologia presentes nas missões dos museus locais é a que se segue no

Quadro 16:

**Quadro 16 – Resultado da análise da missão dos museus locais.
(Municípios com museus locais mas sem redes nem projeto de implementação – 20).**

Itens analisados	Sim	%	Não	%	NR	%
Visão do museu enquanto instrumento dinâmico de mudança e desenvolvimento social.	2	10	6	30	12	60
Perspetiva de que a museologia é uma <i>ciência interdisciplinar</i> .	0	0	8	40	12	60
A inclusão de <i>património imaterial</i> para além do material nos bens patrimoniais a trabalhar pelos dos museus.	1	5	7	35	12	60
A preocupação de <i>questões sociais</i> na problemática museológica a abordar.	0	0	8	40	12	60
A visão da museologia como forma de inculir maior democraticidade na sociedade.	0	0	8	40	12	60
A perspetiva do espaço museológico enquanto <i>instituição formativa e não contemplativa</i> .	1	5	7	35	12	60
A preocupação com as <i>particularidades do território</i> onde está inserida a rede e/ou os espaços museológicos.	6	30	2	10	12	60
A perceção do museu enquanto agente de desenvolvimento local.	0	0	8	40	12	60
A perspetiva de que o museu é uma instituição ao serviço da comunidade.	1	5	7	35	12	60
A utilização do património como recurso para estimular a consciência crítica.	0	0	8	40	12	60
A assunção clara de que as comunidades devem ser parte integrante das preocupações e da vida dos museus.	0	0	8	40	12	60

Legenda: NR – Não Responde ND – Não Definido

Fonte: Elaboração própria (2012).

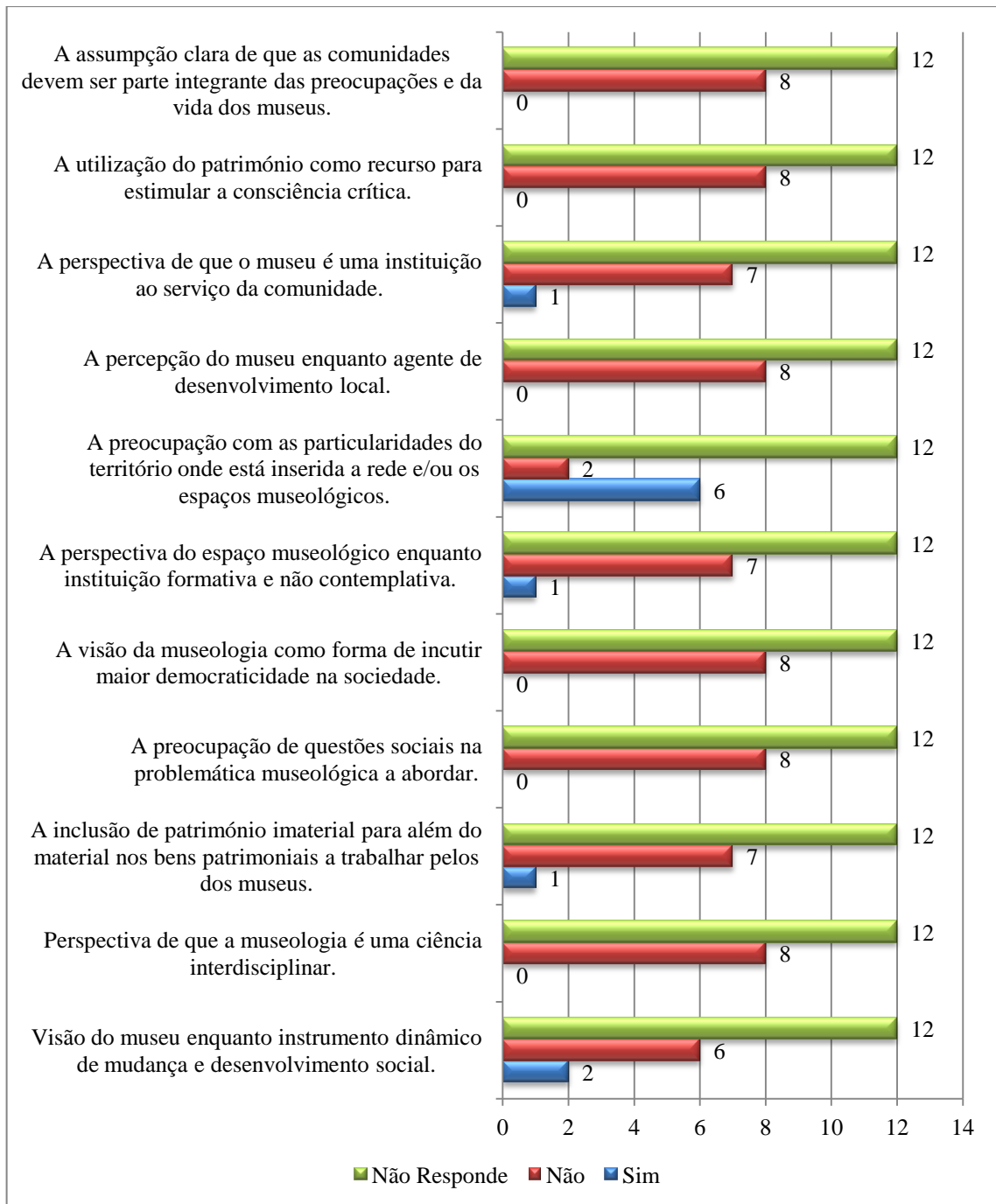
Torna-se claro que a preocupação predominante dos municípios com museus locais mas sem redes museológicas locais nem futuros planos para a sua implementação, tal como sucede com os municípios com as duas situações anteriores, se centra na salvaguarda, estudo e divulgação das particularidades do território onde está(ão) inserido(s) os museus locais. Um total de 6 municípios evidenciaram este aspeto (30%) ainda que a maioria de 12 (60%) entendeu não responder a estas questões.

Quanto aos restantes princípios basilares da sociomuseologia em evidência na missão dos museus locais destes municípios, à semelhança da realidade verificada na análise anterior, a presença destes princípios é muito ténue e quase insignificativa, não se realçando nenhum em concreto.

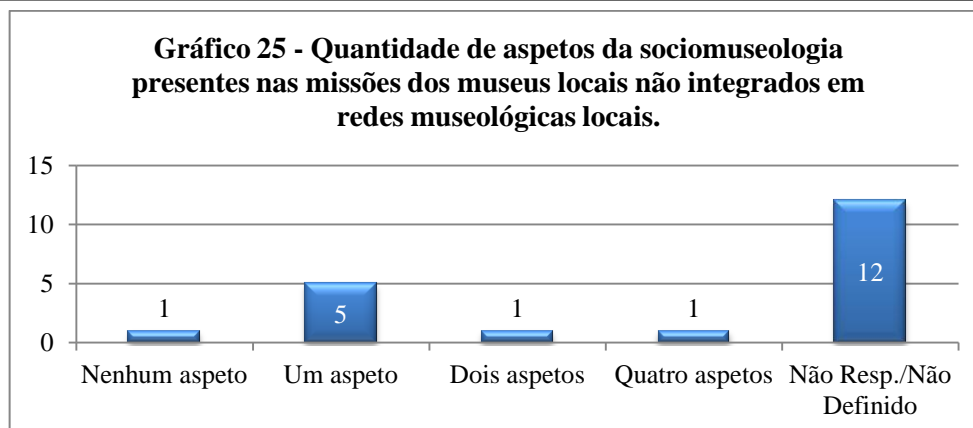
Importa mencionar que dos 20 municípios com museus locais mas sem intenção de criar uma rede futura, apenas um (Alvaiázere) evidenciou a presença de um total de quatro

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena preocupações com os princípios da sociomuseologia. O município de Avis evidenciou dois aspetos e apenas Anadia, Entroncamento, Figueira da Foz, Mértola e Oliveira de Azeméis mostraram consciência de um aspeto da sociomuseologia.

**Gráfico 24 – Síntese da análise da missão dos museus locais.
(Municípios com museus locais mas sem redes nem projeto de implementação – 20).**



Fonte: Elaboração própria (2012)



Fonte: Elaboração própria (2012).

Ainda, para além dos aspetos que foram analisados, à semelhança do sucedido anteriormente para os municípios com redes museológicas criadas ou em vias de serem criadas, é possível evidenciar, através da informação sistematizada no **Quadro 17**, outros aspetos presentes nas missões dos museus locais não integrados em rede e que, de certo modo, ajudam a perceber qual o entendimento de alguns dos propósitos que os autarcas elegem como centrais quanto aos objetivos destes seus equipamentos museológicos:

Quadro 17 – Outros aspetos presentes nas missões dos museus locais não integrados em rede. (Municípios com museus mas sem redes locais instituídas – 20).

Outras preocupações e evidências realçadas pelos municípios	Municípios	
Preocupação apenas com fins expositivos;	Avis; Figueira da Foz; Mértola; Porto Moniz.	4
Para além de fins expositivos, há a preocupação em contribuir para o desenvolvimento do sentimento de identidade local;	Alvaiázere.	1
Preocupação centrada na identificação, conservação, estudo e/ou divulgação de património;	Anadia; Figueira da Foz; Entroncamento; Mértola.	4
Preocupação centrada apenas com a preservação da memória local;	Oliveira de Azeméis.	1

Fonte: Elaboração própria (2012).

O **Quadro 18** sintetiza todos os dados recolhidos referentes aos aspetos da sociomuseologia presentes nas missões dos museus não agrupados em redes e, ainda das redes locais de museus identificadas:

Quadro 18 – Mostra/resumo comparativo dos elementos da teoria da sociomuseologia presentes nas missões dos museus / núcleos museológicos / redes museológicas locais e outros espaços museológicos não agrupados em rede.²⁸⁷

Itens em análise	Municípios com redes constituídas (48)						Municípios com intenção de formar redes (72)								Municípios sem intenção de formar redes museológicas locais (20)					
	S	%	N	%	NR	%	S	%	N	%	NR	%	ND	%	S	%	N	%	NR	%
Visão do museu enquanto instrumento dinâmico de mudança e desenvolvimento social.	6	12.5	36	75	6	12.5	2	3	36	50	33	46	1	1	2	10	6	30	12	60
Perspetiva de que a museologia é uma ciência interdisciplinar.	1	2	41	85	6	12.5	1	1	37	51	33	46	1	1	0	0	8	40	12	60
A inclusão de <i>património imaterial</i> para além do material nos bens patrimoniais a trabalhar pelos museus.	16	33	26	54	6	12.5	3	4	35	49	33	46	1	1	1	5	7	35	12	60
A preocupação de <i>questões sociais</i> na problemática museológica a abordar.	3	6	39	81	6	12.5	1	1	37	51	33	46	1	1	0	0	8	40	12	60
A visão da museologia como forma de inculir maior democraticidade na sociedade.	1	2	41	85	6	12.5	1	1	37	51	33	46	1	1	0	0	8	40	12	60
A perspetiva do espaço museológico enquanto <i>instituição formativa e não contemplativa</i> .	14	29	28	58	6	12.5	3	4	35	49	33	46	1	1	1	5	7	35	12	60
A preocupação com as <i>particularidades do território</i> onde está inserida a rede e/ou os espaços museológicos.	36	75	6	12.5	6	12.5	35	49	5	7	33	46	1	1	6	30	2	10	12	60
A perceção do museu enquanto agente de desenvolvimento local.	8	17	34	71	6	12.5	2	3	36	50	33	46	1	1	0	0	8	40	12	60
A perspetiva de que o museu é uma instituição ao serviço da comunidade.	6	12.5	36	75	6	12.5	2	3	36	50	33	46	1	1	1	5	7	35	12	60
A utilização do património como recurso para estimular a consciência crítica.	2	4	40	83	6	12.5	0	0	38	53	33	46	1	1	0	0	8	40	12	60
A assunção clara de que as comunidades devem ser parte integrante das preocupações e da vida dos museus.	2	4	40	83	6	12.5	1	1	37	51	33	46	1	1	0	0	8	40	12	60

Fonte: Elaboração própria (2012).

²⁸⁷ O total de respostas possíveis, conforme os dados fornecidos pelos 224 municípios, limita-se a 140 municípios. Os restantes 84 municípios não forneceram dados passíveis de análise no respeitante a este ponto.

3.1.6. Envolvimento das comunidades locais na gestão, planeamento e funcionamento das redes museológicas locais.

Tanto no âmbito da sociomuseologia como no contexto da *governança*, como foi amplamente referido, a questão da participação das comunidades locais nos destinos e no funcionamento das instituições, sejam museais ou não, torna-se um assunto central. Um dos aspetos evidenciados neste estudo é de que parece haver uma ideia formada, por parte das autarquias que tutelam as redes locais de museus, assim como de outras que pretendem constituir futuras redes locais de museus, de que a razão de ser prioritária das suas redes e respetivos espaços museológicos é a defesa das especificidades territoriais e da cultura local, seu respetivo estudo e divulgação. Todavia, na perspetiva sociomuseológica, este processo apenas fará sentido se as comunidades locais forem, efetivamente, envolvidas uma vez que são essas mesmas comunidades que constituem o objeto central de todo o processo de musealização, dando corpo ao conteúdo das exposições e das temáticas a abordar.

Vive-se, hoje, num mundo dinâmico, numa sociedade democrática conetada onde as dinâmicas sociais se cruzam e entrelaçam em teias complexas de atividade diversificada (Sá da Costa, 1993; Canclini, 1997, 2008; Castells, 2007). Todos os agentes sociais: grupos de associações locais, comissões de moradores e outras organizações são agentes para a mudança social.

Desde o 25 de abril, o poder local sofreu uma profunda transformação em todos os setores da sua atuação, incluindo o setor cultural em que “de uma situação desarticulada, de total inoperância, e de absoluta ausência de estruturas e serviços camarários vocacionados para a cultura” (Sá da Costa, 1993) passou para um número considerável de municípios que tende a proporcionar mais estruturas e serviços, centralizando a gestão e o planeamento dos seus equipamentos.

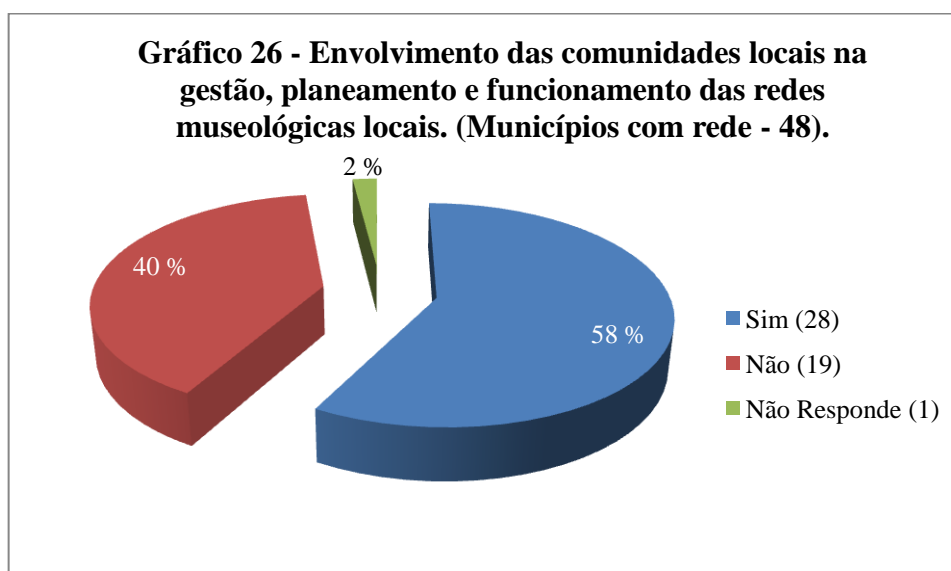
A ex-Ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, na sua intervenção na apresentação do Plano Estratégico dos Museus “Museus para o século XXI” (2010) menciona que

“É preciso valorizar e incrementar a ligação efectiva dos cidadãos aos seus Museus – pretendemos que estes sejam espaços de fruição cultural e simultaneamente, espaço de prazer.

No quadro desta redefinição de perfis e competências, é fundamental assumir inequivocamente o objectivo de estabelecer uma relação mais

estreita entre o património e as respectivas comunidades, única forma de garantir a revitalização das estruturas e de promover o dinamismo, a longevidade e a reinvenção dos museus; e divulgar maior e melhor conhecimento e contribuir para o desenvolvimento dos cidadãos.” (Canavilhas, 2010).

No caso do envolvimento das populações e comunidades locais na gestão, planeamento e funcionamento das redes locais de museus identificadas, a maioria das autarquias com redes museológicas em funcionamento, um total de 28, refere genericamente que estas são, realmente, envolvidas, perfazendo 58% das autarquias. Dezanove municípios, isto é, 40%, afirmam que as comunidades locais não intervêm neste processo e apenas um município (2%) não respondeu à questão.



Fonte: Elaboração própria (2012).



Todavia, quando solicitadas para explicitar esse envolvimento, torna-se claro que a situação não se revela, assim, tão linear e aquilo que se poderia considerar, numa primeira instância, como um verdadeiro envolvimento comunitário assume outros perfis. Do mesmo modo, alguns municípios que responderam não ter envolvimento das suas comunidades na vida dos museus acabam por manifestar algum tipo de intervenção a este nível, ainda que esta se mostre ténue. Ao solicitar que fosse explicitado o envolvimento das comunidades locais, foram obtidas as seguintes respostas dos municípios com redes estabelecidas:

Quadro 19 – Especificação do envolvimento das comunidades locais na vida ativa dos espaços museológicos locais em rede.

Resposta fornecida pelo município	Municípios	Total
Não Responde;	Aveiro; Golegã; Mação.	3
O trabalho dos museus é para <i>usufruto</i> das comunidades educativas locais;	Azambuja.	1
Foi formada uma cooperativa para proporcionar formação na área da tecelagem e para a exploração e funcionamento das lojas dos museus;	Cabeceiras de Basto.	1
Foram celebrados protocolos e/ou existe a colaboração com a paróquia local;	Cabeceiras de Basto; Ribeira Grande.	2
Os espaços museais funcionam <i>com base em parcerias estabelecidas ou interação e cooperação</i> com instituições públicas ou privadas e/ou associações locais;	Santa Maria da Feira; São Roque do Pico; Valongo.	3
Os espaços museais funcionam <i>com o apoio</i> da Junta de Freguesia local e/ou outras associações e instituições;	Castanheira de Pêra; Castelo Branco; Penafiel; Proença-a-Nova; Santa Comba Dão; São Roque do Pico; Tavira.	7
A gestão dos espaços museais é feita <i>em articulação</i> com a Junta de Freguesia; paróquia e associações locais;	Peniche.	1
O Município funciona como <i>referência institucional e apoia</i> as diversas entidades na gestão dos espaços que estas mesmas tutelam;	Castro Verde; Ovar.	2
Os espaços funcionam com base no envolvimento direto e exclusivo dos respetivos proprietários das coleções;	Lagoa (Açores).	1
As comunidades <i>limitam-se a participar</i> em tarefas, eventos e atividades esporádicas organizadas pelos museus;	Lagos; Ribeira Grande.	2
“Os eventos organizados permitem a participação da população local”;	Loulé.	1
As populações locais são chamadas a participar nos eventos organizados para elas enquanto público-alvo;	Lagos.	1
Os museus colaboram com as comunidades cedendo-lhes salas para a realização das suas atividades comunitárias;	Aveiro.	1
As comunidades limitam-se a emprestar peças para a organização de exposições e/ou atividades conjuntas;	Aveiro; Idanha-a-Nova; Ponte da Barca; Santa Maria da Feira.	4
As populações são envolvidas ao serem solicitadas na ajuda nas tarefas de manutenção;	Cabeceiras de Basto.	1
As coletividades locais utilizam e dinamizam os espaços através da realização de eventos diversos programados e executados pelos próprios;	Matosinhos.	1

A comunidade local limita-se a ser informante de conteúdos para exposições diversas;	Vila Real de Santo António.	1
A comunidade oferece apoio técnico, logístico, elementos de pesquisa, apoio financeiro, etc.	Ribeira Grande.	1
Doação de espólio, regência dos pólos museológicos e, por vezes, visitas guiadas;	Montalegre.	1
Os espaços funcionam apenas com a responsabilidade das respetivas tuteladas (Câmaras Municipais; Juntas de Freguesia e associações);	Ponte da Barca; Póvoa de Lanhoso; Vila Nova de Cerveira.	3
Não existe uma responsabilidade repartida da direção, gestão e conceção de programas museológicos dos respetivos espaços tutelados pelas próprias instituições;	Ovar, Vila Nova da Cerveira.	2
Existe apenas a responsabilidade de abertura e funcionamento dos espaços museais centrada apenas nas Juntas de Freguesia e/ou associações, particulares ou outras instituições;	Cabeceiras de Basto; Castanheira de Pêra; Castro Verde; Tavira.	4
Os proprietários das coleções são responsáveis pela abertura e funcionamento dos espaços. A responsabilidade do município centra-se na manutenção dos edifícios e coleções;	Lagoa (Açores).	1
Existe uma participação ativa das comunidades na gestão, planeamento de atividades e funcionamento de espaços museais;	Matosinhos; Montalegre.	2
As populações locais emitem pareceres sobre os programas museológicos a implementar e/ou conteúdos programáticos, atividades e/ou financiamento;	Cabeceiras de Basto; Proença-a-Nova.	2
As comunidades locais realizam e organizam exposições temporárias e permanentes, publicações e tratam o espólio;	Castelo Branco; Peniche.	2
Os espaços museais são espaços abertos de interação com as comunidades.	Montalegre.	1
As coletividades locais não estão envolvidas, de todo, na gestão, planeamento ou funcionamento dos museus/núcleos;	Valongo.	1

Legenda:

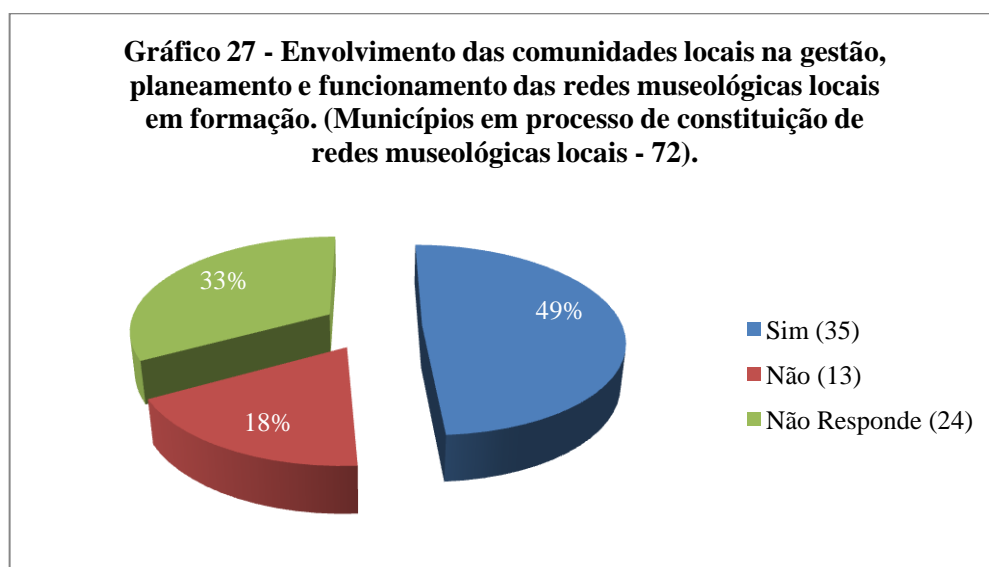
Não responde  A comunidade participa  A comunidade não participa 

Revela alguma abertura à comunidade  Não revela abertura à comunidade 

Fonte: Elaboração própria (2012).

Um olhar sobre a informação sintetizada no **Quadro 19** mostra-nos que, em grande parte, as comunidades são meras utilizadoras dos espaços museais e frequentadoras das atividades que esses mesmos promovem, embora sejam chamadas a colaborar através da cedência de informação e objetos para as exposições. Muitas vezes, o dito «envolvimento» das comunidades locais resume-se à ligação interinstitucional concretizada através da celebração de acordos ou protocolos entre o município e as juntas de freguesia, paróquias ou associações locais, comedindo-se, deste modo, a ligação direta com as pessoas da comunidade. Tal situação indica, não obstante, haver algum tipo de ligação com o meio e com as pessoas, ainda que essa ligação seja, de certo modo, indireta pois nenhum dos municípios afirma excluir as comunidades locais da vida dos seus equipamentos museais.

Alargando o espetro de análise para as outras 72 autarquias que, apesar de não possuírem rede museológica a funcionar, pretendem ser detentoras destas estruturas no futuro, verifica-se, ao consultar a grelha de análise produzida para o efeito²⁸⁸, que também uma parte considerável destas, num total de 35 (49%), afirmam querer envolver diretamente as suas comunidades locais na vida e funcionamento das suas instituições museais. Um número mais moderado de 13 (18%) declaram não pretender envolver as suas populações nestas responsabilidades e 24 autarquias (33%) não respondem à questão.



Fonte: Elaboração própria (2012).

²⁸⁸ Vide Apêndice ???

Não obstante, e à semelhança do anteriormente sucedido, quando solicitadas para explicitar esse envolvimento²⁸⁹, torna-se novamente claro que a situação não é, assim, tão linear e o que pareceria configurar-se um verdadeiro envolvimento comunitário, de facto, não o é.

Pedido que fosse explicitado o envolvimento das comunidades locais, foram obtidas as seguintes respostas dos municípios com espaços museais estabelecidos e com redes museológicas em fase de implementação:






Quadro 20 – Especificação do envolvimento das comunidades na vida ativa dos espaços museológicos locais com redes em fase de implementação.

Resposta fornecida pelo município	Municípios	Total
Não Responde;	Armamar; Caminha; Machico; Ourique; Pinhel; Trancoso.	6
Ainda não definido;	Sever do Vouga	1
Nenhum;	Celorico da Beira; Cuba.	2
Envolvimento parcial;	Oliveira do Hospital.	1
Baixo grau de envolvimento;	Caminha.	1
Envolvimento moderado/razoável;	Oliveira do Hospital; Ourique.	2
Envolvimento em regime de voluntariado;	Fundão; Mondim de Basto; São Brás de Alportel.	3
Procura haver o envolvimento das comunidades locais, Juntas de Freguesia e associações locais através da celebração de protocolos interinstitucionais de cooperação e da <i>coresponsabilização nas questões da gestão e programação museológica</i> ;	Alcanena.	1
Formulação de protocolos e/ou colaboração com a paróquia local (a autarquia apenas se limita a providenciar uma verba anual para o funcionamento dos espaços);	Cuba	1
A gestão dos espaços é feita em articulação com a Junta de Freguesia, paróquia e associações locais;	Terras de Bouro; Vila Nova de Paiva.	2
O funcionamento dos espaços é feito com base em parcerias estabelecidas com instituições/associações locais;	Arraiolos; Portel.	2

²⁸⁹ Registe-se que as respostas foram dadas tendo em conta os diversos espaços museais que atualmente existem em funcionamento, independentemente de estes não se encontrarem formalmente ligados em rede.

A autarquia funciona como referência institucional e apoia as diversas entidades na gestão dos espaços que tutelam;	Vila Nova de Famalicão.	1
Os espaços museológicos funcionam com base no envolvimento direto e exclusivo dos respetivos proprietários das coleções;	Castelo de Vide.	1
As comunidades locais limitam-se a participar nos eventos organizados pelos museus;	Boticas; Góis; Mondim de Basto; Sesimbra.	4
Participação ativa na gestão, planeamento de atividades e funcionamento de espaços museais;	Ribeira da Pena; Torre de Moncorvo.	2
Funcionamento dos espaços museais apenas sob a responsabilidade das respetivas tutelas (Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e associações);	Rio Maior; Vizela.	2
Envolvimento das populações apenas na recolha de dados para as exposições;	Barreiro; Sousel; Valença; Vila de Rei.	4
Envolvimento das populações na recolha de dados para as exposições e ao nível da conceção de atividades;	Torres Vedras.	1
Participação da comunidade e/ou Junta de Freguesia em trabalhos de escavações arqueológicas;	Fundão; Monção.	2
A população ajuda nas tarefas de manutenção;	Torre de Moncorvo.	1
Responsabilidade da abertura e funcionamento dos espaços museais centrada apenas na Junta de Freguesia e/ou associações locais, particulares ou outras instituições;	Arraiolos; São Brás de Alportel.	2
As populações locais são chamadas a participar e/ou colaborar nos eventos organizados para eles enquanto público-alvo;	Boticas; Ourém, Portel.	3
Responsabilidade não repartida da direção, gestão e conceção de programas museológicos dos respetivos espaços tutelados pelas próprias instituições;	Vila Nova de Famalicão.	1
A comunidade local limita-se a ser informante de conteúdos para exposições diversas.	Barreiro, Espinho, Sousel.	3

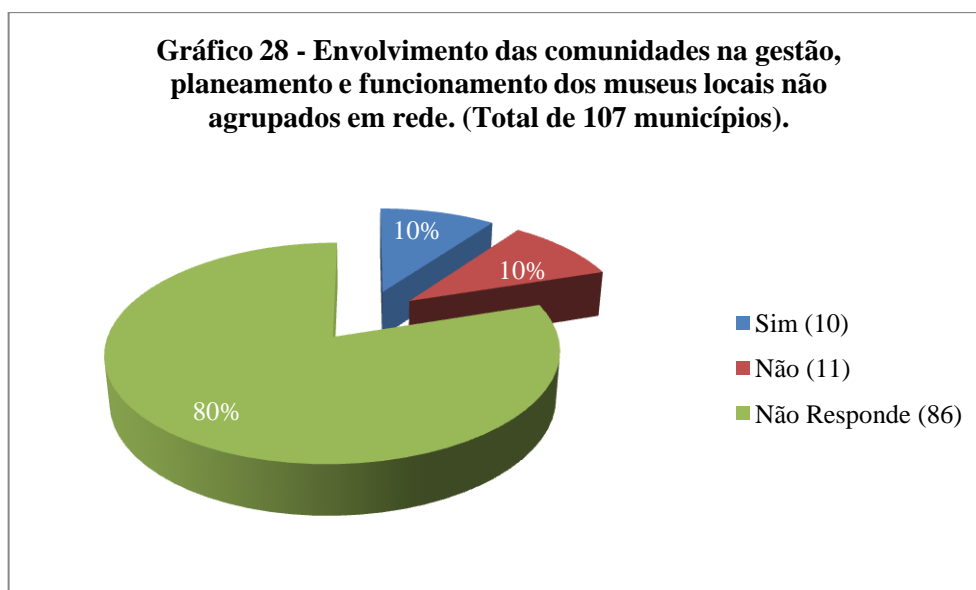
Legenda:

Não responde  A comunidade participa  A comunidade não participa 
 Revela alguma abertura à comunidade  Não revela abertura à comunidade 

Fonte: Elaboração própria (2012)

O **Quadro 20**, revela, novamente, que, em grande parte, as comunidades são meras utilizadoras dos espaços museais e frequentadoras das atividades que esses mesmos promovem, embora sejam chamadas a colaborar através da cedência de informação e objetos para as exposições. A forte ligação interinstitucional concretizada através da celebração de acordos ou protocolos entre o município e as juntas de freguesia, paróquias ou associações locais é uma realidade substituindo-se, deste modo, à ligação direta com as pessoas da comunidade. Todavia, tal como na situação anterior, continua a haver algum tipo de ligação com o meio e com as pessoas, ainda que essa ligação seja, de certo modo, indireta. Neste caso concreto, nenhum dos municípios afirma excluir as comunidades locais da vida dos seus equipamentos museais.

Relativamente aos restantes municípios respondentes (num total de 107 que não detêm museus agrupados em rede), a esmagadora maioria destes, 86 (80%), preferiu não responder à questão, ficando, deste modo, por se perceber qual o entendimento destes municípios em relação a esta problemática, o que por si só, já poderá ser revelador de algo. Por sua vez, 11 municípios (10%) respondeu que não envolve as comunidades locais na vida dos seus museus, e 10 (9%) afirmam que envolvem, mesmo assim, as comunidades locais na vida dos seus museus.








Fonte: Realização própria (2012)

Quadro 21 – Especificação do envolvimento das comunidades locais na vida ativa dos espaços museais locais não incluídos em redes museológicas e sem perspectiva da sua inclusão.

Resposta fornecida pelo município	Municípios	Total
Não Responde;	Entroncamento; Porto Moniz.	2
Envolvimento das comunidades, associações e organizações locais apenas incide na organização de exposições temporárias e dinamização de atividades;	Alvaiázere.	1
Os espaços museais apenas trabalham para usufruto da comunidade educativa local;	Crato.	1
Funcionamento dos espaços apenas com a responsabilidade das respetivas tutelas (Autarquia, Junta de Freguesia e associações);	Lourinhã.	1
Participação das comunidades em eventos e atividades programadas pelas instituições museais;	Mértola, Paredes de Coura.	2
Funcionamento baseado em parcerias não formais estabelecidas com instituições/associações locais;	Mértola.	1
Envolvimento da população local apenas na recolha de dados para as exposições;	Oliveira de Azeméis; Sousel.	2

Legenda:

Não responde  A comunidade participa  A comunidade não participa 
 Revela alguma abertura à comunidade  Não revela abertura à comunidade 

Fonte: Elaboração própria (2012).

Pelo exposto, as respostas obtidas neste conjunto de municípios não difere muito das anteriormente apuradas nos outros dois conjuntos de municípios.

O que se retém desta análise é que, havendo no discurso oficial dos municípios a vontade de envolver diretamente as comunidades na gestão, planeamento e funcionamento das instituições museais (em rede, em vias de constituir rede ou sem intenção de constituir rede), a *praxis* revela um envolvimento passivo das comunidades em detrimento da desejada ação proativa preconizada pela teoria sociomuseológica.

3.1.7. Análise da estrutura funcional das redes museológicas locais.

Vimos que a ação política da administração local poderá imprimir – intencionalmente ou não – tendências funcionais no próprio exercício institucional, conduzindo a uma postura opressora ou libertadora no que se refere ao envolvimento das comunidades no seu funcionamento. Josep Ballart Hernández (2007) confirma que esta ação variável, por parte responsáveis pelas organizações, predetermina um grau de flexibilidade funcional mais ou menos acentuado. Diríamos nós, até presente ou ausente.

Hernández (2007, pp.62-66) identifica, a este respeito, três tipologias de organizações: um primeiro modelo de organização dependente organicamente da respetiva tutela; um segundo modelo dependente embora com autonomia de gestão e um terceiro modelo totalmente independente.

No *modelo de organização organicamente dependente*, as instituições integram a estrutura orgânica da tutela como uma secção constituinte da mesma e, por conseguinte, não auferem nenhum grau de autonomia, seja na gestão do espaço, administrativa ou económica funcionando numa lógica de “pirâmide hierárquica” (Hernández, 2007, p.63). Nesta tipologia organizativa, onde prevalece uma política pautada por critérios fortemente restritivos, existe uma ausência de autonomia, acarretando todo o tipo de problemas tocante a uma adequada prática sociomuseológica: “limitação de liberdade de movimentação, trabalho condicionado e rotineiro (...) e, muitas vezes, falta de eficácia e de incentivos”²⁹⁰ (*Ibidem*). Esta lógica de organização institucional desvaloriza a importância das comunidades locais em todo o processo museológico.

No segundo modelo de organização dependente com autonomia de gestão, verifica-se que as instituições museais tendem a assumir a característica de organização autónoma, procurando envolver “representantes de entidades com presença social, económica ou cultural do entorno do museu”²⁹¹ (*Idem*, p.64). Existe, nestes casos, a possibilidade de existir um órgão que, em conjunto com o diretor da instituição, possa “traçar linhas gerais de ação (...)

²⁹⁰ Tradução livre.

²⁹¹ Tradução livre.

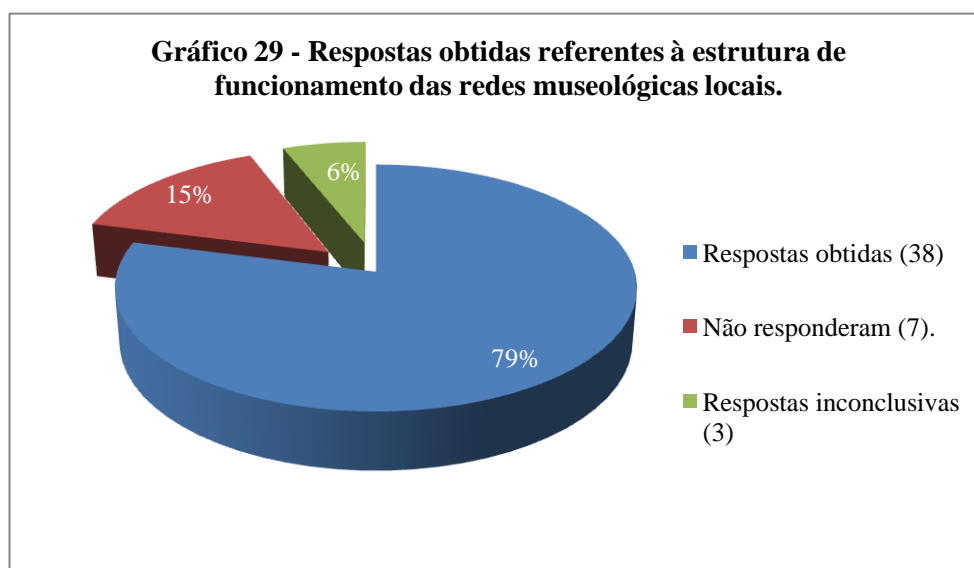
Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena aprovar grandes projetos e contribuir para a viabilidade económico-financeira do museu.”²⁹² (*Ibidem*).

O terceiro modelo orgânico totalmente independente incide, segundo Hernández (2007), nas instituições que surgem na forma de associações ou fundações cuja missão é estar ao serviço da sociedade. Nestes casos, muitas vezes os museus possuem plenos poderes de ação e responsabilidades. Porém, a sua estrutura interna de funcionamento assemelha-se, mais uma vez, ao modelo de pirâmide hierárquica ou “num modelo de grupos de trabalho segundo uma lógica empresarial”²⁹³ (*Idem*, p.66).

Para, neste estudo, se compreender o funcionamento e tipologia das redes museológicas locais em território nacional, colocaram-se algumas questões específicas a este respeito no inquérito realizado aos municípios.

Solicitou-se a indicação da estrutura de funcionamento da rede e a relação entre cada núcleo, órgão ou estrutura museológica com o intuito de verificar eventuais correspondências com formatos verticais ou horizontais; maior ou menor flexibilidade funcional.

Pela síntese das respostas presentes no **Quadro 22**, constata-se que 7 municípios não responderam à questão e 3 facultaram respostas inconclusivas, num total de 10 casos omissos, ou seja, 21% dos municípios com redes museológicas locais declaradas e assumidas.



Fonte: Elaboração própria (2012).

²⁹² Tradução livre.

²⁹³ Tradução livre.

Quadro 22 – Análise da estrutura de funcionamento e relação entre os núcleos museológicos dos municípios com rede.

Município	Especificação
1. Alijó	Diversos espaços tutelados pela autarquia. Não especifica estrutura de funcionamento.
2. Almodôvar	Três espaços (dois museus e uma galeria) em rede e mais dois museus em fase de implementação. Espaços tutelados pela autarquia. Estrutura funcional coordenada e organizada por uma equipa superior.
3. Arganil	Três espaços museais em rede tutelados pela autarquia. Relação de articulação entre os diversos espaços. Permite a criação de rede informativa e de divulgação do diverso património concelhio. Não especifica a estrutura de funcionamento.
4. Aveiro	O Museu da Cidade de Aveiro contempla quatro museus em rede tutelados pela autarquia. Estes espaços possuem três “divisões” distintas comuns implicando a necessidade de colaboração e incremento da complementaridade das tarefas a desempenhar. Não especifica a estrutura de funcionamento.
5. Azambuja	Diversos espaços tutelados pela autarquia. Não especifica estrutura de funcionamento.
6. Beja	Não responde.
7. Cabeceiras de Basto	Diversos espaços tutelados pela autarquia. Não especifica estrutura de funcionamento.
8. Cascais	Não responde.
9. Castanheira de Pêra	Dois espaços museais em rede tutelados pela autarquia. Gestão assegurada por uma empresa municipal.
10. Castelo Branco	Três museus tutelados pela autarquia e pelo estado. Não especifica a estrutura de funcionamento.
11. Castro Marim	Quatro espaços museais em rede tutelados pela autarquia. Existe um plano municipal de gestão global do património do concelho com o objetivo de identificar e valorizar o património diversificado do município. Gestão assegurada pela autarquia.
12. Castro Verde	Não responde.
13. Chaves	Não responde.
14. Évora	Quatro museus em rede. Estrutura de funcionamento e relação entre os núcleos é inexistente.
15. Golegã	Não responde.
16. Idanha-a-Nova	Diversos espaços tutelados pela autarquia. Não especifica estrutura de funcionamento.
17. Lagoa (Açores)	Diversos espaços tutelados pela autarquia. Estrutura de funcionamento e relação entre os núcleos é inexistente.
18. Lagos	Diversos núcleos existentes e outros em formação, tutelados pela autarquia. Gestão assegurada pela autarquia – Serviço de Museologia e Documentação Histórica. Rede informal a funcionar com a sua formalização em curso.

19. Lamego	Quatro espaços museais em funcionamento e um em fase de implementação. Cada espaço possui gestão própria à exceção do museu em fase de implementação que estará ligado ao Museu de Lamego. Não existe informação acerca da formalização da rede.
20. Loulé	Diversos espaços museais. Rede formal em que a gestão do funcionamento, conservação e manutenção de todos os espaços museais, assim como desenvolvimento de atividades dos serviços educativos está a cargo e centralizado no Museu Municipal. Técnicos da Divisão da Cultura promovem iniciativas nos diversos locais.
21. Mação	Diversos espaços tutelados pela autarquia. Não especifica estrutura de funcionamento.
22. Matosinhos	<p>Dez museus integram a rede e apenas um é tutelado pela autarquia. A MuMA é uma rede formal que tem como missão mediar e apoiar o tecido museológico do concelho através do fomento da cooperação entre as diversas instituições que albergam museus no território concelhio. Alguns dos seus objetivos gerais são: incrementar a colaboração entre a autarquia e os museus de Matosinhos; promover e divulgar os museus e as suas coleções; democratizar o acesso à informação e à formação de pessoal especializado; descentralizar e racionalizar meios técnicos e financeiros; incentivar a aplicação de corretas práticas museológicas e museográficas.</p> <p>A MuMA é uma estrutura organizada e constituída por uma equipa permanente que presta apoio, a vários níveis, aos espaços museológicos do concelho de Matosinhos. Este apoio passa pela ajuda financeira, mas, principalmente, pelo auxílio no atingir de algumas das exigências da legislação relativa à atividade museológica nacional (produzir inventários e catalogação informática das coleções, fazer o estudo relativo às condições de conservação, realizar intervenções de restauro, promover serviços educativos, etc.).</p> <p>Há uma relação estreita entre todos os museus e a rede, havendo reuniões periódicas e ações de formação com os museus e responsáveis pela MuMA, o que aproxima as pessoas e as respetivas instituições.</p>
23. Melgaço	Diversos espaços tutelados pela autarquia. Estrutura de funcionamento e relação entre os núcleos é inexistente.
24. Montalegre	Diversos espaços tutelados pela autarquia. Estrutura de funcionamento e relação entre os núcleos não é especificada.
25. Óbidos	Diversos espaços tutelados pela autarquia. Estrutura de funcionamento e relação entre os núcleos é dependente da autarquia.
26. Oleiros	Não responde.
27. Ovar	Diversos espaços museais com tutela da autarquia e outras entidades privadas. Não existe coordenação entre os espaços.
28. Penafiel	Diversos espaços tutelados pela autarquia. Não especifica estrutura de funcionamento.
29. Penamacor	Diversos espaços tutelados pela autarquia. Não especifica estrutura de funcionamento.
30. Peniche	Vários espaços museais sem especificar a tutela. Rede formal com gestão da autarquia mas com interligação a associações, juntas de freguesia e outros atores locais.

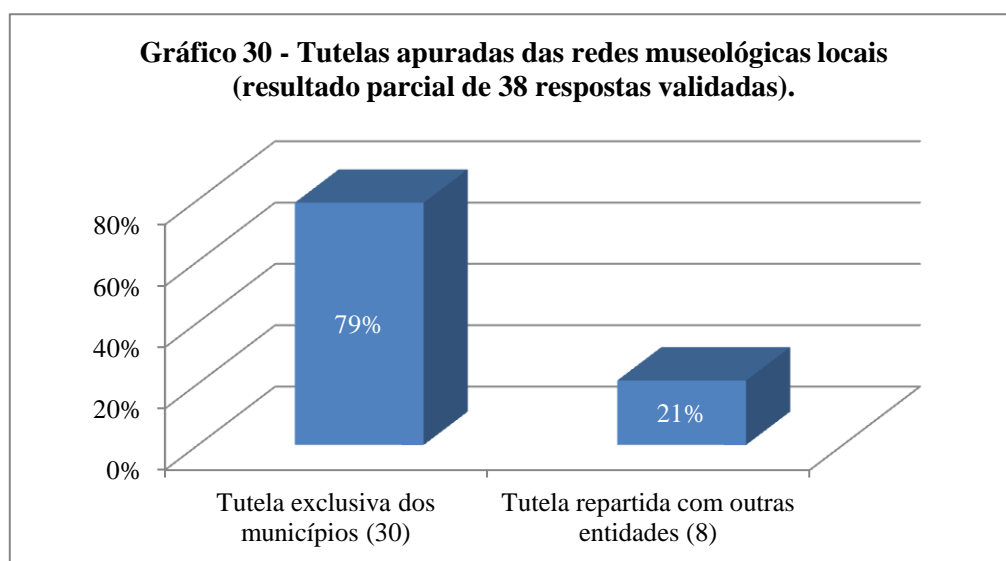
31. Ponte da Barca	Diversos espaços tutelados maioritariamente pela autarquia contando, ainda, com um espaço tutelado por uma entidade privada. Não especifica estrutura de funcionamento.
32. Póvoa de Lanhoso	Dois espaços museais: um tutelado pela autarquia e outro por uma entidade privada. Rede informal onde existe “uma boa relação institucional que permite o desenvolvimento de projetos em conjunto”.
33. Póvoa de Varzim	Não responde.
34. Proença-a-Nova	Espaços museais tutelados pela autarquia por outras entidades privadas. Não especifica estrutura de funcionamento.
35. Redondo	Três espaços museais tutelados pela autarquia. A rede informal está dependente da autarquia que controla todo o seu funcionamento. Estes três espaços funcionam em permanente ligação.
36. Ribeira Grande	Resposta inconclusiva.
37. Santa Comba Dão	Constituição de uma “Comunidade de Associações Santacombadenses” que visa a proteção do património. Não especifica funcionamento. Resposta inconclusiva.
38. Santa Maria da Feira	<p>Cinco museus tutelados pela autarquia. A rede formal denominada “Rede Municipal de Museus” tem por missão a salvaguarda da herança cultural da comunidade, criando os espaços museológicos adequados às especificidades de memórias coletivas, com vista ao desenvolvimento integrado da região. A estrutura conta com dois órgãos administrativos: direção executiva e conselho científico.</p> <p>O primeiro órgão visa:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Definir as linhas gerais de orientação estratégica para a prossecução dos objetivos da RMM; – Superintender nas relações com as outras entidades, públicas ou privadas, que visem a concretização de objetivos no âmbito da RMM, com destaque para o Instituto Português de Museus; – Promover levantamentos do património do concelho, designando para o efeito o museu mais vocacionado na temática patrimonial; – Promover e apoiar estudos científicos de interesse local e regional que perspetivem novas áreas temáticas, proporcionadoras de novos projetos museológicos; – Pronunciar-se sobre propostas de criação de novos museus da RMM; – Pronunciar-se e orientar a celebração de protocolos a estabelecer pelos museus da RMM; – Definir um plano de gestão de museus que deve incluir as políticas de aquisição e de alienação, de empréstimo temporário, de comunicação e de serviços educativos; – Promover e acompanhar a elaboração de normas e regulamentos sobre o conjunto de atividades dos museus; – Acompanhar a execução de programas ou projetos de apoio a qualquer um dos museus afetos à RMM; – Promover a atualização e valorização dos recursos humanos dos museus dependentes;

	<ul style="list-style-type: none"> – Elaborar e submeter à apreciação de entidade tutelar, os planos de atividades anuais dos museus e respetivos núcleos da RMM; – Acompanhar a execução do plano anual de atividades de cada um dos museus; – Formular pedidos de elaboração de relatórios trimestrais de cada museu e respetivos núcleos, procedendo-se a uma avaliação que permita os ajustamentos necessários à reformulação de projetos futuros; – Propor à entidade tutelar a realização de obras de manutenção, de restauro e de conservação dos diferentes espaços museológicos que integram a RMM, bem como a aquisição de imóveis de interesse patrimonial com funções museológicas; – Definir um plano geral de segurança para todos os museus e respetivos núcleos; – Proceder, quando necessário, à reformulação anual do diploma regulamentar; – Proceder à convocação de reuniões periódicas, através do presidente da direção executiva. <p><u>O segundo órgão visa:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Dar parecer técnico sempre que a direção executiva o solicitar; – Apoiar projetos e candidaturas dos museus que integram a RMM; – Dar apoio individual a projetos e candidaturas específicas. <p>A rede formal e respetivos órgãos está dependente da autarquia que controla todo o seu funcionamento. Estes cinco espaços funcionam em permanente ligação.</p>
39. Santiago do Cacém	Dois museus tutelados pela autarquia em que um possui tutela repartida com a junta de freguesia local. A rede informal está dependente da autarquia que disponibiliza 6 funcionários para o seu funcionamento para os dois espaços.
40. São Roque do Pico	Dois espaços museais. Resposta inconclusiva.
41. Sintra	Diversos espaços museais com tutela da autarquia, de privados e alguns não especificados de tutela mista. Estrutura de funcionamento não especificada.
42. Tavira	Seis espaços museais em funcionamento e dois em formação. Estrutura em formato de museu polinucleado tutelado pela autarquia e gerido por esta. Não existe independência entre as estruturas.
43. Vale de Cambra	Espaços com tutela exclusiva da autarquia. Estrutura de funcionamento não especificada.
44. Valongo	Três espaços museais tutelados pela autarquia. Os espaços funcionam sob responsabilidade do setor de património histórico e museus da autarquia e funcionam em regime de complementaridade.
45. Vila Nova da Cerveira	Espaços com tutela exclusiva da autarquia. Estrutura de funcionamento não especificada.
46. Vila Real	Três museus em rede tutelados pela autarquia. Gestão dos espaços é feita através de uma empresa municipal: Culturval: Gestão de Equipamentos Culturais de Vila Real, E.M.
47. Vila Real St. António	Espaços com tutela exclusiva da autarquia. Estrutura de funcionamento não especificada.
48. Vinhais	Espaços com tutela exclusiva da autarquia. Estrutura de funcionamento não especificada.

Fonte: Elaboração própria (2012).

Assim, das 38 respostas conclusivas obtidas (79% das redes identificadas), aferiu-se que a situação mais comum, no que concerne à tutela das redes museológicas locais, corresponde à tutela exclusiva pelos respetivos municípios, num total de 30 redes museológicas²⁹⁴. Outras 8 redes²⁹⁵ apresentam espaços tutelados tanto pelas autarquias locais como por diversas outras entidades – público ou privadas.

Tal parece apontar para que, aparentemente, as redes museológicas locais tendem a ser constituídas por espaços tutelados exclusivamente pelos próprios municípios num total de 63% das redes museológicas locais identificadas (de 48 casos).²⁹⁶

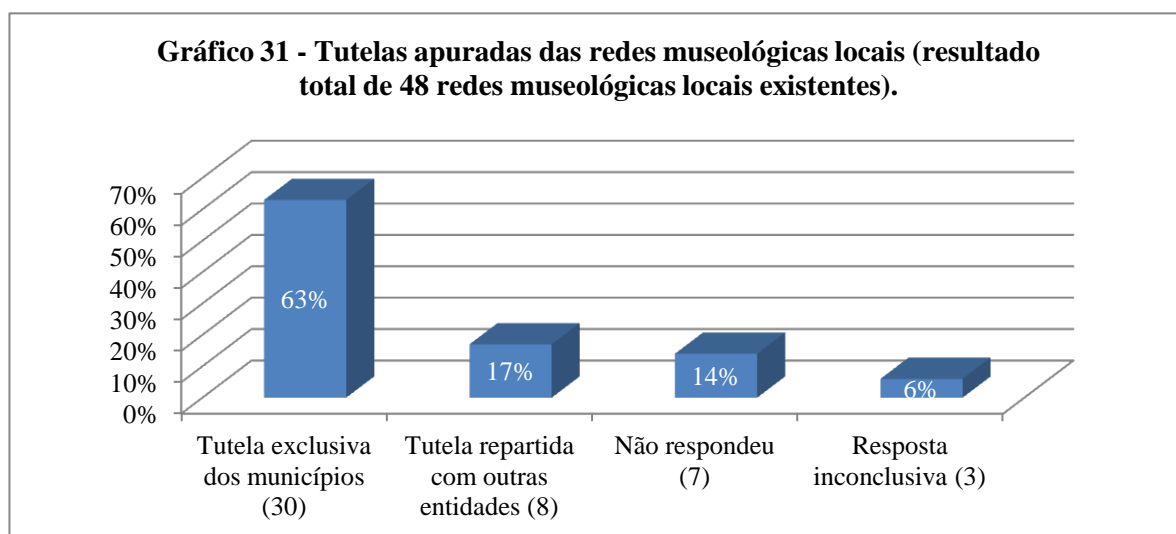


Fonte: Elaboração própria (2012).

²⁹⁴ Alijó; Almodôvar; Arganil; Aveiro; Azambuja; Cabeceiras de Basto; Castanheira de Pêra; Castro Marim; Évora; Idanha-a-Nova; Lagoa (Açores); Lagos; Lamego; Loulé; Mação; Montalegre; Penafiel; Penamacor; Peniche; Redondo; Santa Maria da Feira, Santiago do Cacém; Tavira; Vale de Cambra; Valongo; Vila Nova da Cerveira; Vila Real; Vila Real de Santo António e Vinhais.

²⁹⁵ Castelo Branco; Matosinhos; Óbidos; Ovar; Ponte da Barca; Póvoa de Lanhoso; Proença-a-Nova e Sintra.

²⁹⁶ Curiosamente, quando questionados os municípios com intenção de formar redes museológicas locais (72 casos) 53 municípios (78%) não respondem ou não especificam, havendo 16 municípios (Albufeira; Almeirim; Amarante; Caminha; Castelo de Vide; Celorico da Beira; Coimbra; Espinho; Felgueiras; Freixo de Espada à Cinta; Sesimbra; Sever do Vouga; Silves; Tavira; Torres Vedras e Vila Nova de Paiva), ou seja, 22%, que referem uma relação de dependência hierárquica do município, 1 município (Alcoutim) uma relação de cooperação e dependência, 1 município (Baião) de parceria e 1 um (Boticas) de relacionamento intermunicipal.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Como passo seguinte, procurou-se averiguar, dentro desta realidade, qual a estrutura funcional destas redes. Para tal, inquiriu-se sobre o respetivo modo de funcionamento. Apurou-se que 9 municípios²⁹⁷ com tutela exclusiva dos espaços – 19% dos municípios com rede – declararam que a coordenação dos espaços é realizada por uma equipa hierarquicamente superior do próprio município, enquanto outros 2 municípios²⁹⁸ afirmam que essa tarefa compete a uma empresa municipal criada para o efeito. Isto é, um total de 23% dos municípios com redes museológicas locais coordenam hierarquicamente os espaços sem intervenção ou interação exterior às estruturas autárquicas, parecendo funcionar segundo uma lógica institucional de verticalidade.

Os dois casos que ressaltam neste contexto (4%) incidem, por um lado, no município de Matosinhos, que declara possuir um regime funcional de transversalidade e estreita coordenação entre os diversos espaços museológicos, e, por outro lado, no município de Peniche que, detendo, uma tutela partilhada dos espaços museológicos, apresenta uma abertura para um funcionamento, também ele, partilhado com outras entidades locais.

Contudo, 6 municípios (2 com tutela exclusiva dos espaços museológicos²⁹⁹ e 4 sem referência a este respeito³⁰⁰), ou seja 13% dos municípios com redes museológicas locais, assumiram que a coordenação entre os diversos espaços museológicos ditos «em rede» é

²⁹⁷ Almodôvar; Castro Marim; Lagos; Loulé; Redondo; Santa Maria da Feira, Santiago do Cacém; Tavira e Valongo.

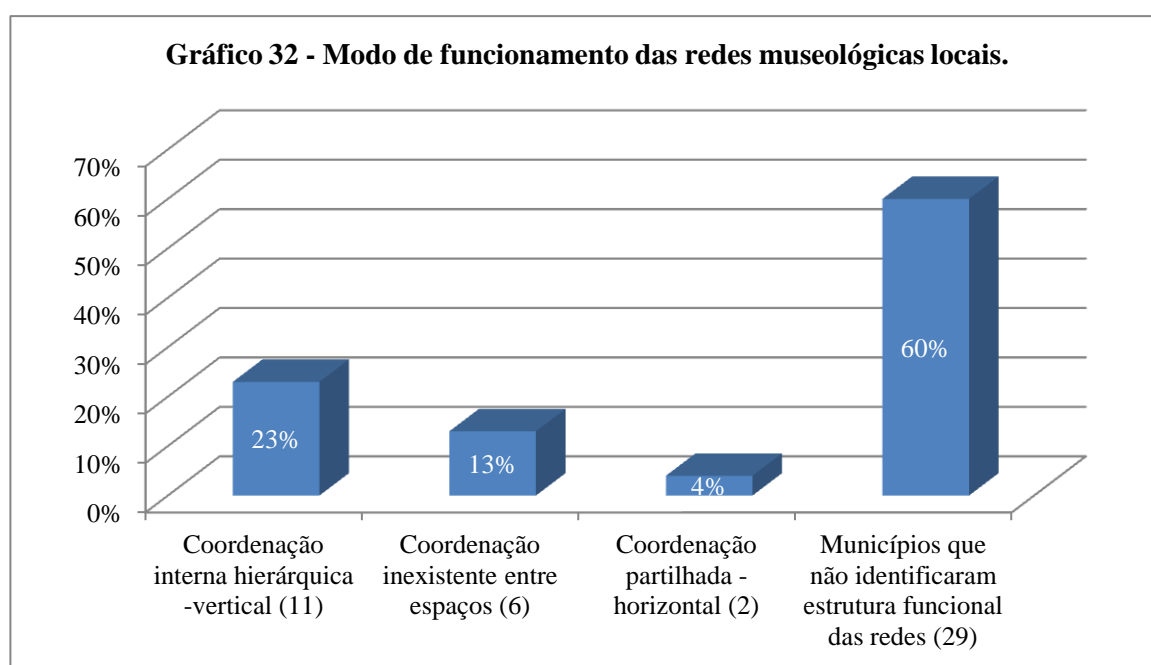
²⁹⁸ Castanheira de Pêra e Vila Real.

²⁹⁹ Lagoa (Açores) e Lamego.

³⁰⁰ Évora; Melgaço; Ribeira Grande e Santa Comba Dão.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena inexistente. Ainda, outros 14 municípios com tutela exclusiva³⁰¹, 7 com outras tutelas existentes³⁰² e outros 8 municípios³⁰³ e num total de 29 casos, isto é, 60% dos municípios com redes, optaram por não identificar a estrutura funcional das suas organizações museológicas.

Poderá considerar-se, pelos dados presentes, que a maioria dos municípios com redes museológicas locais, isto é 60%, não indicam a sua estrutura funcional e quase um quarto das redes funcionam sob uma lógica de verticalidade hierárquica. Outros 13% tampouco apresentam qualquer ligação estratégica interna o que, *per si*, significa que não funcionam sequer em rede. Da totalidade das redes existentes, apenas 2, isto é, 4%, apresentam um funcionamento assente numa lógica horizontal, envolvendo outras instituições e tutelas no funcionamento destas organizações.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Se, por um lado, na estrutura organizativa hierárquica verificada em quase um quarto das redes museológicas locais sugere um funcionamento orgânico vertical destas, por outro lado, a reduzida taxa geral de resposta à questão dificulta a verdadeira perceção desta matéria levando a considerar que os dados quanto à horizontalidade no funcionamento institucional

³⁰¹ Alijó; Arganil; Aveiro; Azambuja; Cabeceiras de Basto; Idanha-a-Nova; Mação; Montalegre; Penafiel; Penamacor; Vale de Cambra; Vila Nova da Cerveira; Vila Real de Santo António e Vinhais.

³⁰² Castelo Branco; Óbidos; Ovar; Ponte da Barca; Póvoa de Lanhoso; Proença-a-Nova e Sintra.

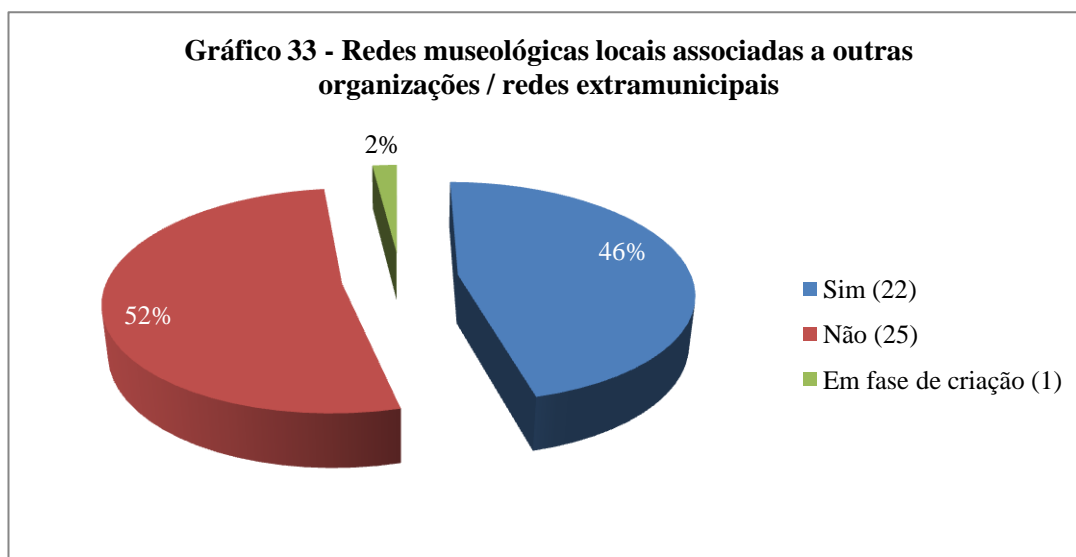
³⁰³ Beja; Cascais; Castro Verde; Chaves; Golegã; Oleiros; Póvoa de Varzim e São Roque do Pico.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

das redes são inconclusivos, detetando-se, porém, uma incidência muito baixa de sua existência. Evidencia-se em apenas dois casos.

Não obstante estes dados, outro fator de apuramento da verticalidade ou horizontalidade das estruturas poderá residir na complementaridade e articulação organizativa dos espaços museológicos locais em rede com outras estruturas extramunicipais pois os traços distintivos do cariz horizontal de uma estrutura organizacional – a cooperação, coordenação e partilha de recursos e conhecimentos, entre outros – poderão também revelar-se nesta relação, levando as redes museológicas locais a extravasar o âmbito da sua ação dos limites da própria rede e do próprio território, muitas vezes conduzindo à sua abertura a outras estruturas e a outros meios.

Deste modo, verificou-se que, das 48 redes museológicas locais, um total de 25 (52%) municípios³⁰⁴ não apresentam as suas estruturas, ou espaços a elas agregadas, associadas a outras redes ou organizações, embora no caso específico de Aveiro exista intenção de criar uma rede de museus supramunicipal naquele distrito. Simultaneamente, existem 22 (46%) municípios cujas redes museológicas locais integram, de um modo ou outro, estruturas externas conforme consta no **Quadro 23**.



Fonte: Elaboração própria (2012)

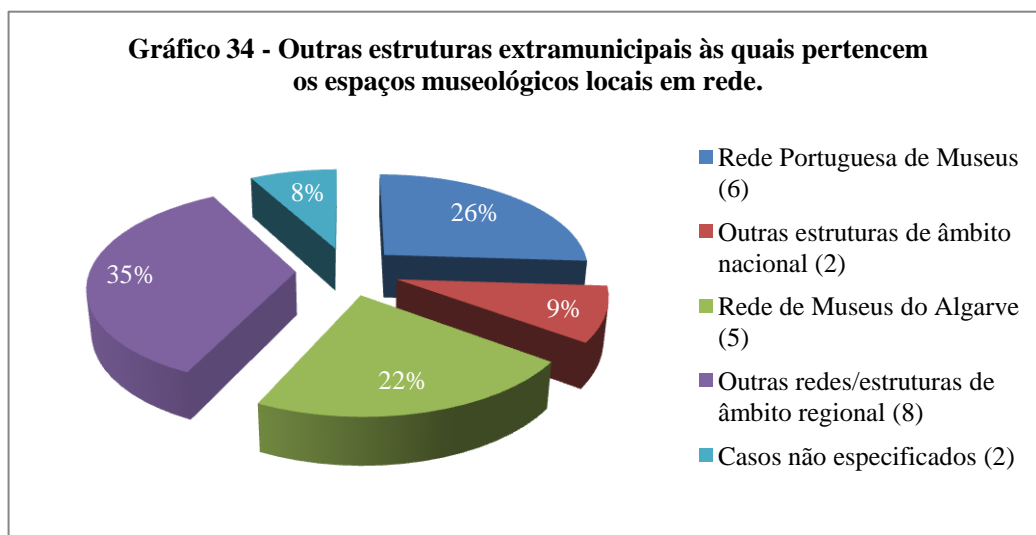
³⁰⁴ Arganil; Aveiro; Azambuja; Beja; Castanheira de Pêra; Castro Verde; Chaves; Évora; Golegã; Lagoa (Açores); Lamego; Melgaço; Óbidos; Penafiel; Penamacor; Peniche; Póvoa de Varzim; Redondo; Ribeira Grande; Santa Comba Dão; Santiago do Cacém; São Roque do Pico; Vale de Cambra; Valongo e Vinhais.

Quadro 23 – Ligação das redes museológicas locais a redes extramunicipais.

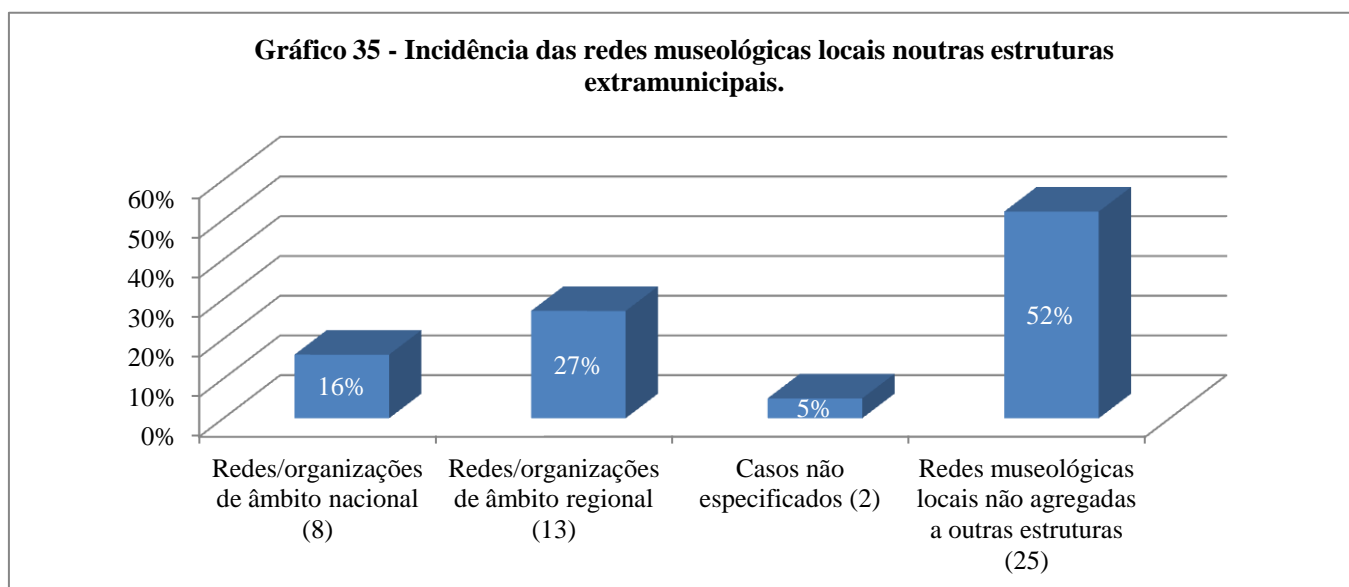
Rede museológica local	Outras redes extra municipais a que esteja agregada	Tipologia de relacionamento entre estruturas
Alijó	Rede de Núcleos Museológicos do Douro	Parceria técnica.
Almodôvar	Rede de Museus do Distrito de Beja	Parceria não especificada.
Cabeceiras de Basto	Museu Nacional Ferroviário – Fundação Nacional Ginestal Machado	Relação protocolada de manutenção de acervos ferroviários.
Cascais	Marinha Portuguesa	Parceria não especificada.
Castelo Branco	Rede Portuguesa de Museus	Parceria não especificada.
Castro Marim	Rede de Museus do Algarve	Parceria informal de cooperação.
Idanha-a-Nova	Naturtejo Intermunicipal de Turismo – Geopark Naturtejo	Parceria de programação e divulgação.
Lagos	Rede de Museus do Algarve	Parceria informal de cooperação, articulação e cooperação interinstitucional visando o desenvolvimento integrado da ação museológica e patrimonial da região, reforçando as opções da oferta cultural.
Loulé	Rede de Museus do Algarve	Parceria de cooperação.
Mação	Nacionais e internacionais várias	Não especificado.
Matosinhos	Rede Portuguesa de Museus	Cooperação.
Montalegre	Rede de ecomuseus: Vinhais, Ávila e Barroso	Cooperação estratégica.
Oleiros	Naturtejo Intermunicipal de Turismo – Geopark Naturtejo	Parceria de programação e divulgação.
Ovar	Não especificado	Permuta de contactos e divulgação.
Ponte da Barca	Núcleos Integrantes do Parque Nacional da Peneda Gerês	Prestação de informação mais diversificada; criar espaços pedagógicos para trabalhar com populações escolares; induzir novas dinâmicas concernentes à iniciativa privada.
Póvoa de Lanhoso	Rede do Património Industrial do Vale do Ave, criada pela Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave (ADRAVE)	Isento de qualquer partilha na gestão, dinamização ou articulação entre espaços museológicos.
Santa Maria da Feira	Rede Portuguesa de Museus	Não responde.
Sintra	Rede Portuguesa de Museus	Relacionamento prestimoso.
Tavira	Rede Portuguesa de Museus Rede de Museus do Algarve	<u>Rede Portuguesa de Museus:</u> prosseguimento das indicações orientadas da rede. <u>Rede de Museus do Algarve:</u> cooperação em projetos de carácter regional – exposições; divulgação de atividades e encontros e formação de técnicos.
Vila Nova da Cerveira	Museus Digitais do Vale do Minho	Parceria não especificada.
Vila Real	Rede Portuguesa de Museus	Não responde.
Vila Real de Santo António	Rede de Museus do Algarve	Parceria de cooperação.

Fonte: Elaboração própria (2012)

Da análise ao **Quadro 23**, depreende-se que são nas estruturas ou redes de cariz regional – 13 casos, ou seja, 57%, com especial destaque para a Rede de Museus do Algarve, em que predomina a preferência para a interação institucional das redes museológicas locais logo seguido de outras estruturas de âmbito nacional como a RPM com 6 casos. Dois municípios estão incluídos noutras estruturas de âmbito nacional e outros dois não especificam as estruturas em causa.³⁰⁵



Fonte: Elaboração própria (2012)



Fonte: Elaboração própria (2012)

³⁰⁵ É de referir que alguns municípios apresentam situações cumulativas.

Não deixa de ser curioso verificar-se que, quando solicitado que se tipifique o relacionamento interinstitucional, dentre a heterogeneidade das respostas destacam-se os municípios cujas redes apresentam ligação à RPM. A opção incide, em metade dos casos, em não responder ou não especificar essa relação. Em dois casos referem que a relação é de “cooperação” ou “prestimosa” havendo, contudo, o município de Tavira que menciona limitar-se a prosseguir as orientações emanadas pela rede. Já no que tange ao relacionamento com a rede regional de museus do Algarve, os municípios locais respondentes são unânimes em considerar que se trata de um relacionamento de cooperação e parceria efetiva numa clara diferenciação de opinião relativamente à anterior.

O que se depreende no final da análise desta problemática é que os municípios com redes museológicas locais tendem a operar sem ligação a outras organizações exteriores ao município ou estranhas à sua estrutura museológica local, cingindo-se muitas vezes à sua realidade local. Quando tal não acontece, tendem a associar-se a estruturas de âmbito regional, com especial enfoque para o caso dos municípios algarvios onde esta tendência se torna mais evidente.

3.1.8. Perspetivas da museologia face à sociedade globalizada.

Os traços da multiculturalidade, diversidade, interdependência e interdisciplinaridade caracterizadores da sociedade globalizada, transportam, como se viu, inevitáveis impactos que se abatem sobre as diversas organizações em permanente interação, exigindo-lhes inovação e adaptação.

Como se observou, Mário Moutinho defende que a sociomuseologia se caracteriza, entre outros aspetos, pela “interdisciplinaridade com que apela a áreas do conhecimento perfeitamente consolidadas e as relaciona com a museologia propriamente dita” (Moutinho, 2007, p.1) e afirma que se tem verificado que “os museus têm vindo a pretender servir como meios de comunicação, abertos às preocupações do mundo contemporâneo” (Moutinho, 2010, p.136).

Neste contexto, Josep Hernández (2007) também entende que

“Num mundo cada vez mais globalizado, os museus têm a responsabilidade de abrir-se mais às pessoas e proporcionar-lhes chaves para entender o mundo. A nossa aldeia global necessita de perspetivas globais e poucas instituições culturais podem prestar um contributo neste desígnio como os museus. (...). Os museus não podem fazer ouvidos moucos à crescente exigência de contribuir com o seu trabalho à interpretação do mundo atual.”³⁰⁶ (Hernández, 2007, p. 171).

Se assim for, questionamos: segundo o entendimento sociomuseológico, estarão os museus, mais propriamente, as organizações museológicas locais em rede – quais “espelhos” da sociedade (Rivière, 1993) e das suas permanentes mutações (Hatton, 1998) – e as respetivas tutelas conscientes e despertos para os desafios e especificidades tocantes ao mundo global e à nova e complexa teia de relações globais, estando, assim, preparados para encetar a necessária inovação e adaptação para enfrentar os desafios e as exigências do mundo atual?

Para verificar esta preocupação, questionaram-se os municípios sobre as suas perspetivas da museologia face a um mundo e uma sociedade cada vez mais globalizados. Procuraram-se, sobretudo, indicadores de consciencialização de aspetos trabalhados nos dois primeiros capítulos deste estudo, incidindo na ideia de que os museus, hoje, perante a necessidade de inovação e adaptação institucional, enfrentam questões que abrangem, por

³⁰⁶ Tradução livre.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

exemplo, a conectividade e a nova abertura institucional ao mundo e uma consequente interdependência institucional; a existência de uma relação tecnologia/sociedade; a interdisciplinaridade e a transversalidade interativa de relacionamento entre as diversas áreas do conhecimento; a vulnerabilidade identitária e um novo fenómeno de (re)construção identitária, a possibilidade de um exercício museológico em rede ou ainda, a problemática da multiculturalidade e hibridação cultural.

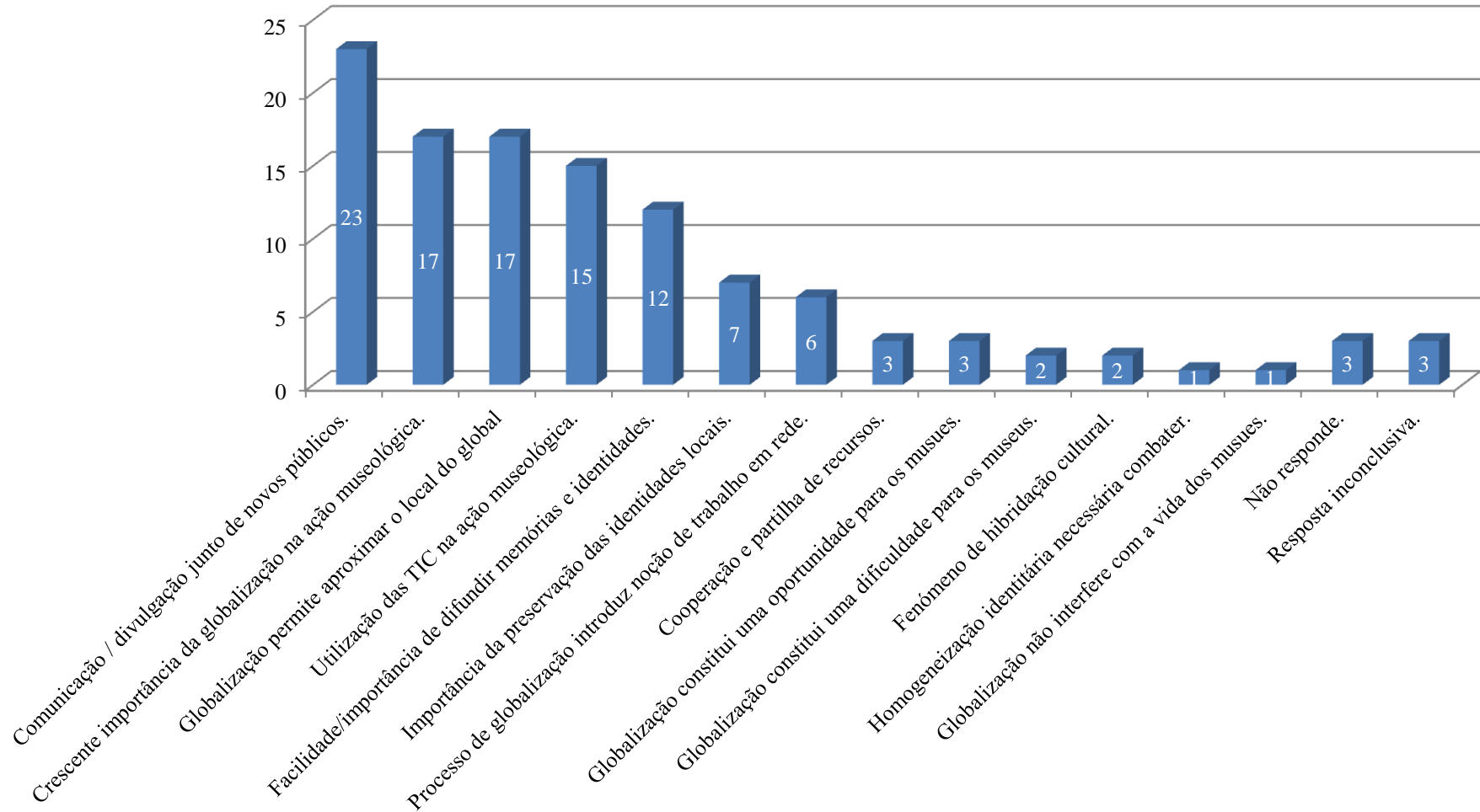
As respostas obtidas das 48 redes museológicas locais identificadas incidiram, concretamente, em 13 áreas específicas, de acordo com o indicado no **Quadro 24**:

Quadro 24 – Aspetos referenciados das organizações museológicas locais face aos desafios da globalização na museologia.

Aspetos referenciados	Número de respostas
Consciência da facilidade em comunicar, divulgando os museus junto de novos públicos.	23
Consciência da crescente importância da globalização na ação museológica.	17
Consciência de que a globalização permite transportar o local para uma perspetiva global.	17
Consciência da utilidade das tecnologias de informação e comunicação na ação museológica.	15
Consciência na facilidade / importância em difundir as memórias e identidades locais.	12
Consciência da importância da preservação das identidades locais face à globalização.	7
Consciência de que o processo da globalização introduz uma nova noção de trabalho em rede.	6
Consciência de cooperação e partilha de recursos com outros.	3
Consciência de que a globalização representa uma oportunidade para os museus.	3
Consciência de que a globalização representa uma dificuldade para os museus.	3
Consciência do fenómeno de hibridação cultural e a necessidade de trabalhar este aspeto.	2
Consciência de que a globalização representa a homogeneização identitária que é necessário combater.	1
Consciência de que os aspetos da globalização não interferem com a vida dos museus.	1
Não responde.	3
Resposta inconclusiva.	3

Fonte: Elaboração própria (2012).

Gráfico 36 - Aspetos referenciados das organizações museológicas locais face aos desafios da globalização na museologia.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Numa primeira análise às respostas facultadas, algo heterogéneas e por vezes até contraditórias, ressalta-se que 17 municípios com redes museológicas locais (35%) parecem estar conscientes da importância da globalização na ação museológica e, na mesma proporção, 17 municípios consideram que existe, através da nova realidade social, uma possibilidade de transportar o local para uma perspetiva global. Porém, é na perceção de que as tecnologias de informação e comunicação constituem um recurso útil na ação museológica, facilitando a difusão das memórias e identidades locais, que recaem 23 municípios com redes museológicas locais, isto é, 48% do total.

Contudo, pouca expressão é dada à possibilidade de trabalho em rede, com apenas 6 respostas, existindo, ainda, uma falta de consciência do fator de cooperação e partilha de recursos com terceiros, obtendo apenas 3 respostas o que, tratando-se de redes museológicas, à partida não seria de se esperar. Aliás, um município afirma, inclusive, que os aspetos da globalização não interferem com a vida dos museus, enquanto apenas 3 respostas declaram que a globalização representa uma oportunidade para os museus, contra 2 em sentido contrário: que esta representa, antes, uma dificuldade. Curiosamente, casos como o município de Loulé explicitando que os museus têm que se constituir como espaços abertos ao mundo, também declaram que as suas práticas museológicas não se têm alterado.

Relativamente às problemáticas da multiculturalidade e hibridação cultural, existe apenas uma resposta referindo que a globalização representa a homogeneização identitária que é necessário combater, enquanto duas respostas reconhecem expressamente o fenómeno de hibridação cultural e a necessidade de trabalhar este aspeto nos museus. Nenhum município reconhece, explicitamente, o processo/potencial de (re)construção identitária como um dos efeitos da sociedade global nem a importância que tal poderá assumir no exercício museológico contemporâneo, havendo apenas 7 municípios (15%) que afirmam a importância da preservação identitária face ao processo de globalização.

O paradoxo parece ser que a maioria dos municípios com redes museológicas locais, aparentemente, não identifica o processo de globalização e a figura da «rede» enquanto elemento relevante na ação museológica contemporânea, parecendo ignorar simplesmente este fator. Aliás, os dados acabados de apresentar poderão, inclusivamente, induzir em erro, facultando a ideia de que múltiplos dos aspetos focados surgem transversalmente nas respostas obtidas. De facto, a maioria das respostas (65%) aponta apenas um ou dois aspetos acima indicados, conforme visível no **Quadro 25** e no **Gráfico 37**, evidenciando uma perceção bastante reduzida de toda esta problemática por parte dos responsáveis pelas redes

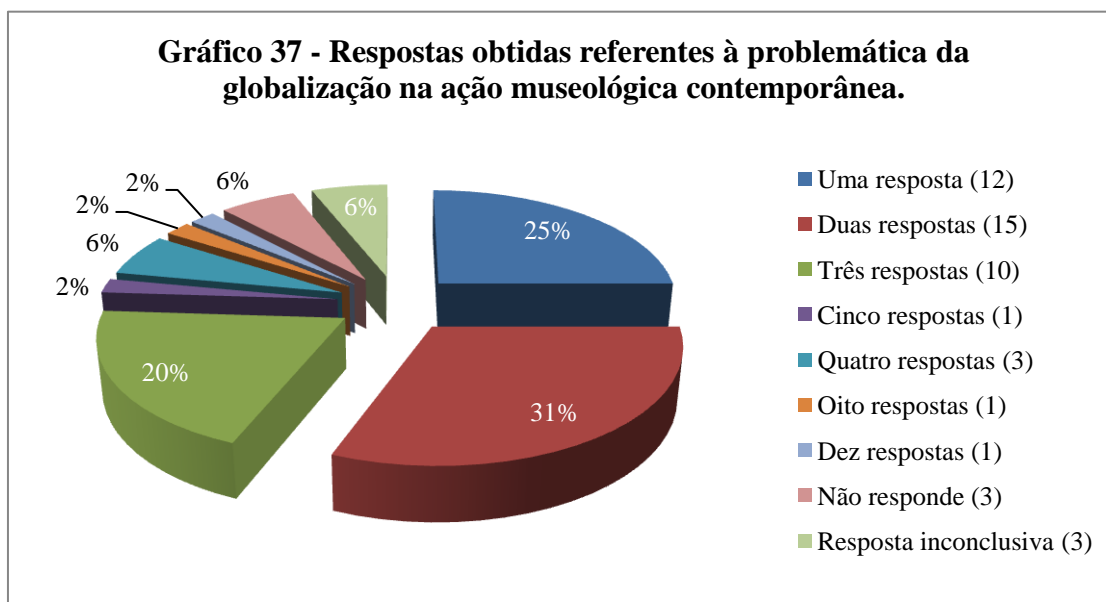
Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena museológicas locais. Especial destaque vai para os municípios de Beja e Santiago do Cacém com 10 e 8 respostas prestadas respetivamente, indiciando as perspetivas mais alargadas sobre esta problemática dentre os municípios com redes museológicas locais.

Quadro 25 – Número de respostas por rede museológica local à problemática da globalização sobre a ação museológica contemporânea.

Rede museológica local	Respostas válidas	Não responde ou inconclusivo
1. Alijó	1	-
2. Almodôvar	2	-
3. Arganil	2	-
4. Aveiro	2	--
5. Azambuja	1	-
6. Beja	10	-
7. Cabeceiras de Basto	2	-
8. Cascais	1	-
9. Castanheira de Pêra	3	-
10. Castelo Branco	2	-
11. Castro Marim	4	-
12. Castro Verde	1	-
13. Chaves	-	Inconclusivo
14. Évora	1	-
15. Golegã	1	-
16. Idanha-a-Nova	3	-
17. Lagoa (Açores)	2	-
18. Lagos	1	-
19. Lamego	2	-
20. Loulé	3	-
21. Mação	-	Inconclusivo
22. Matosinhos	3	-
23. Melgaço	2	-
24. Montalegre	1	-
25. Óbidos	3	-
26. Oleiros	3	-
27. Ovar	-	Não responde
28. Penafiel	1	-
29. Penamacor	-	Inconclusivo
30. Ponte da Barca	4	-
31. Póvoa de Lanhoso	3	-
32. Póvoa de Varzim	1	-
33. Proença-a-Nova	2	-
34. Redondo	2	-
35. Peniche	3	-
36. Ribeira Grande	2	-
37. Sant Comba Dão	2	-
38. Santa Maria da Feira	3	-
39. Santiago do Cacém	8	-
40. São Roque do Pico	1	-
41. Sintra	2	-
42. Tavira	2	-

43. Vale de Cambra	-	Não responde
44. Valongo	3	-
45. Vila Nova da Cerveira	5	-
46. Vila Real	2	-
47. Vila Real de Santo António	4	-
48. Vinhais	-	Não responde

Fonte: Elaboração própria (2012)



Fonte: Elaboração própria (2012)

Parece, assim, que, de um modo global, a conectividade e a nova abertura institucional ao mundo e uma conseqüente interdependência institucional; a existência de uma relação tecnologia/sociedade; a interdisciplinaridade e a transversalidade interativa de relacionamento entre as diversas áreas do conhecimento; a vulnerabilidade identitária e o novo fenómeno de (re)construção identitária, ou ainda, a multiculturalidade e hibridação cultural, aspetos estes que caracterizam a sociedade hodierna, parecem não estar nitidamente consciencializados na generalidade das redes museológicas locais.

Perante a ausência da perceção do que significam estes aspetos no funcionamento das redes locais de museus, poderá suceder que dificilmente as mesmas estarão previdentes para lidar com os desafios da sociedade contemporânea ou, pelo menos, retirar os benefícios efetivos da atual conjuntura social. Também significa que as redes museológicas locais parecem não encontrar-se em sintonia com um dos pressupostos centrais da sociomuseologia: a interdisciplinaridade com as demais áreas do conhecimento e as realidades do mundo contemporâneo.

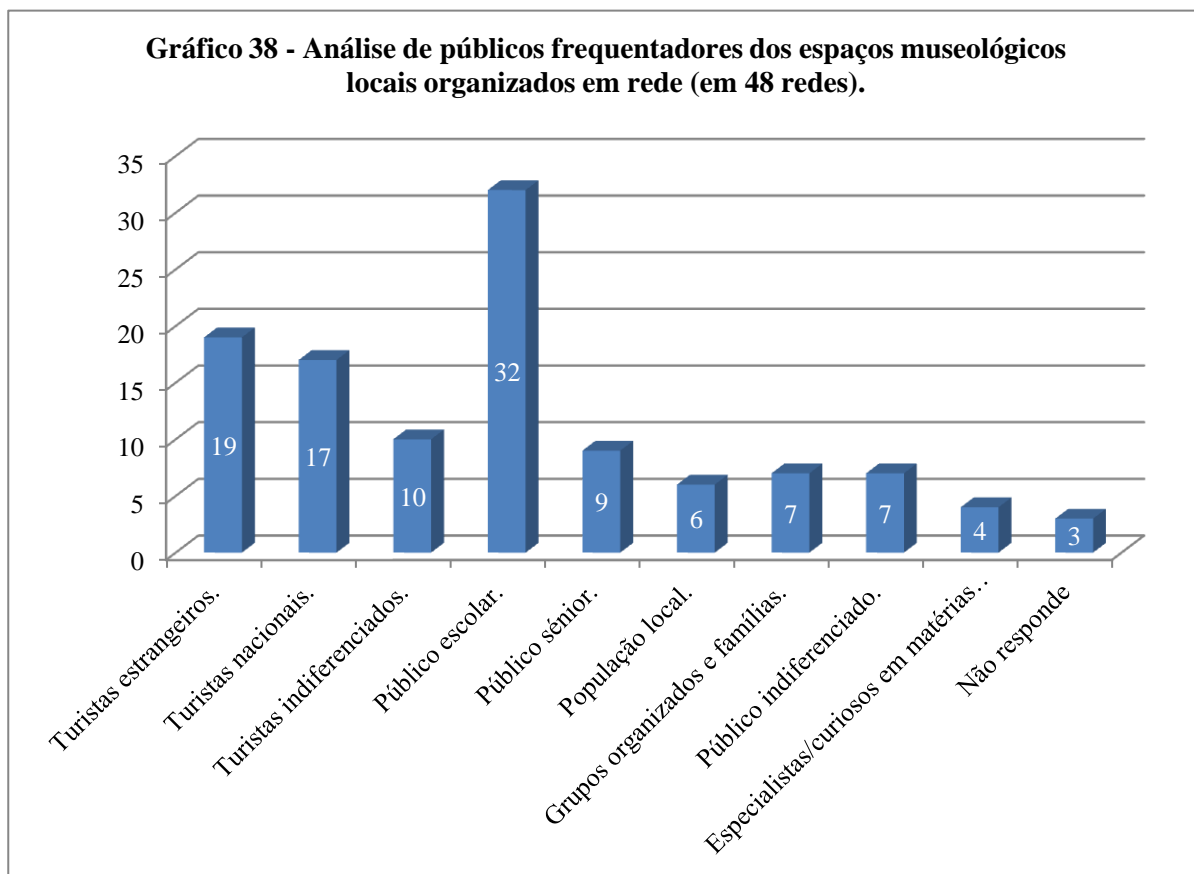
3.1.9. Análise de públicos frequentadores dos espaços museais locais em rede.

Tratando a presente investigação das práticas sociomuseológicas em redes museológicas locais, pensa-se necessário obter uma visão global dos públicos frequentadores e/ou públicos-alvo das instituições museológicas em rede. Isto porque, segundo uma perspetiva sociomuseológica, retomando os traços caracterizadores da sociomuseologia de Mário Moutinho (2010), o museu deve eleger de forma privilegiada, a comunidade que serve e para a qual deverá estar voltada a sua atividade visando o seu desenvolvimento sustentado. Ao mesmo tempo, deverá procurar fomentar a coesão social por meio de uma intervenção próxima, junto dessa mesma comunidade. Mas será que é a comunidade que está, na realidade, no centro da atividade museológica local e para a qual os museus se dirigem?

As respostas obtidas ao inquérito, concernentes à tipologia do público frequentador dos espaços museais locais em rede, revelam que a grande maioria de frequentadores dos espaços situa-se no público turista que cumulativamente totaliza 46 respostas. Porém, este total subdividido em turistas estrangeiros (19), turistas nacionais (17) e turistas indiferenciados (10) acaba por diluir no total dos municípios o valor inicial de 46 casos, submetendo esta tipologia de público para segundo plano.

É, sobretudo, na população escolar, quer local, quer exterior, com um total de 32 respostas, que se situa a maioria dos frequentadores dos espaços museológicos. Num plano bem mais reduzido, encontram-se o público sénior, com 9 respostas, grupos organizados e familiares, com 7 respostas, público indiferenciado, com outras 7 respostas e somente no fim, com 6 respostas, está a população local apenas seguida de 4 respostas referente a público especializado ou interessado em matérias e temáticas específicas trabalhadas por alguns dos espaços museológicos locais.

Em termos gerais, constata-se que, havendo uma aposta forte nos públicos escolares e no turismo, a população local encontra-se remetida para segundo plano nas preocupações de captação de públicos pelas redes museológicas locais. Logo, não poderá existir uma prática sociomuseológica voltada para formação e desenvolvimento das comunidades locais mostrando uma ação redutora destas redes museológicas, restringida a apenas alguns setores da sociedade quase ignorando as populações locais.



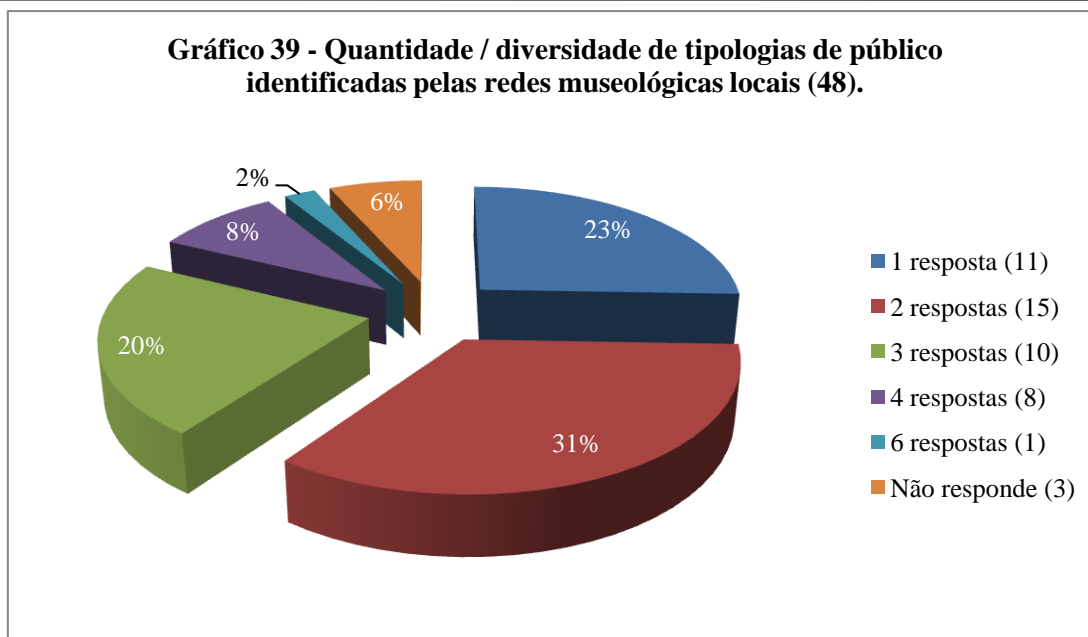
Fonte: Elaboração própria (2012).

Aliás, de igual modo, a amplitude das respostas demonstra, também ela, a característica redutiva da ação museológica limitando-se, na sua maioria, a uma ou duas tipologias de público ignorando praticamente a existência de outros públicos, nomeadamente, as populações locais.

Quadro 26 – Quantidade de tipologias de público identificado nas redes museológicas locais (48).

Quantidade de tipologias identificadas	Total
1	11
2	15
3	10
4	8
6	1
Não responde	3

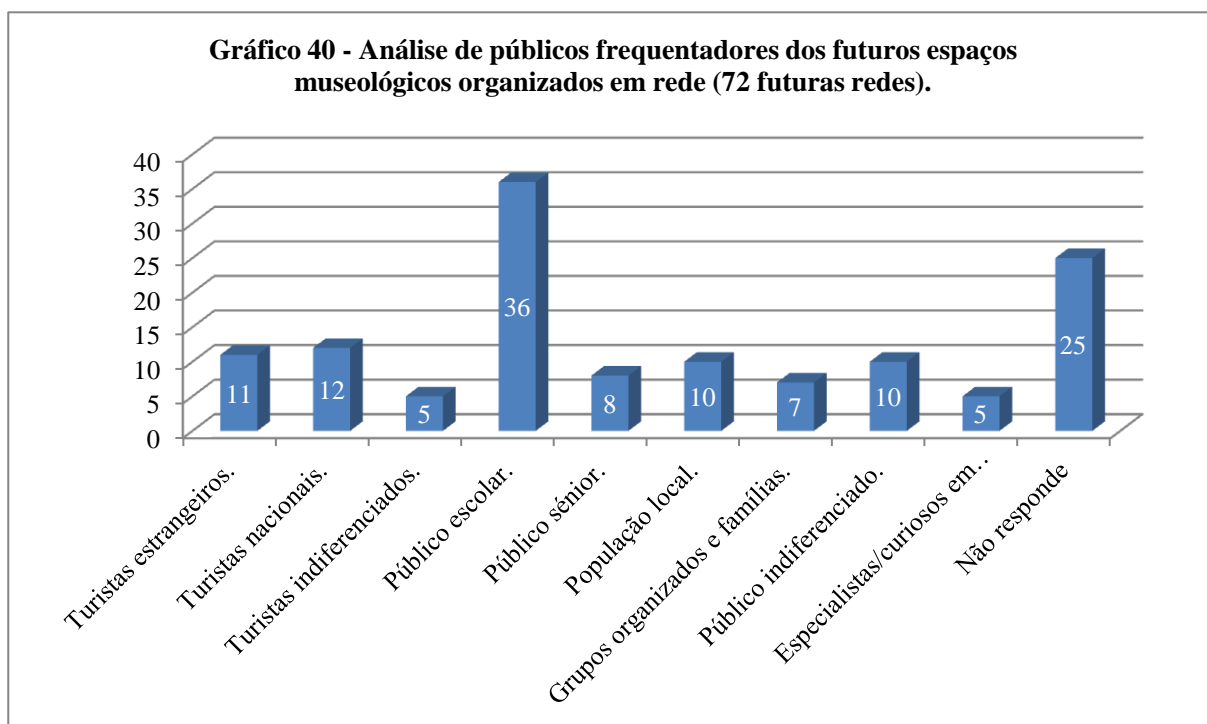
Fonte: Elaboração própria (2012).



Fonte: Elaboração própria (2012).

Ainda nesta temática, parece que a tendência se mantém quando se trata de municípios que preparam uma organização museal em rede. Nestes casos, as respostas apontam, novamente, para uma grande percentagem de público turista frequentador dos espaços que cumulativamente totaliza 38 respostas (53%). Porém, este total novamente subdividido em turistas estrangeiros (11 respostas – 15%), turistas nacionais (12 respostas – 17%) e turistas indiferenciados (5 respostas – 7%) acaba por diluir no total dos municípios o valor inicial dos 38 casos, submetendo, também aqui, esta tipologia de público para segundo plano.

É, mais uma vez, na população escolar, quer local, quer exterior, com um total de 36 respostas, sensivelmente 50%, que assenta a maioria dos frequentadores dos espaços museológicos. Num plano bem mais reduzido, encontram-se os restantes públicos com especial destaque, mais uma vez, para a reduzida taxa de incidência na população local com apenas 10 respostas, ou seja, 14%. Salienta-se que, nesta abordagem, 25 municípios (35%) optaram por não responder.



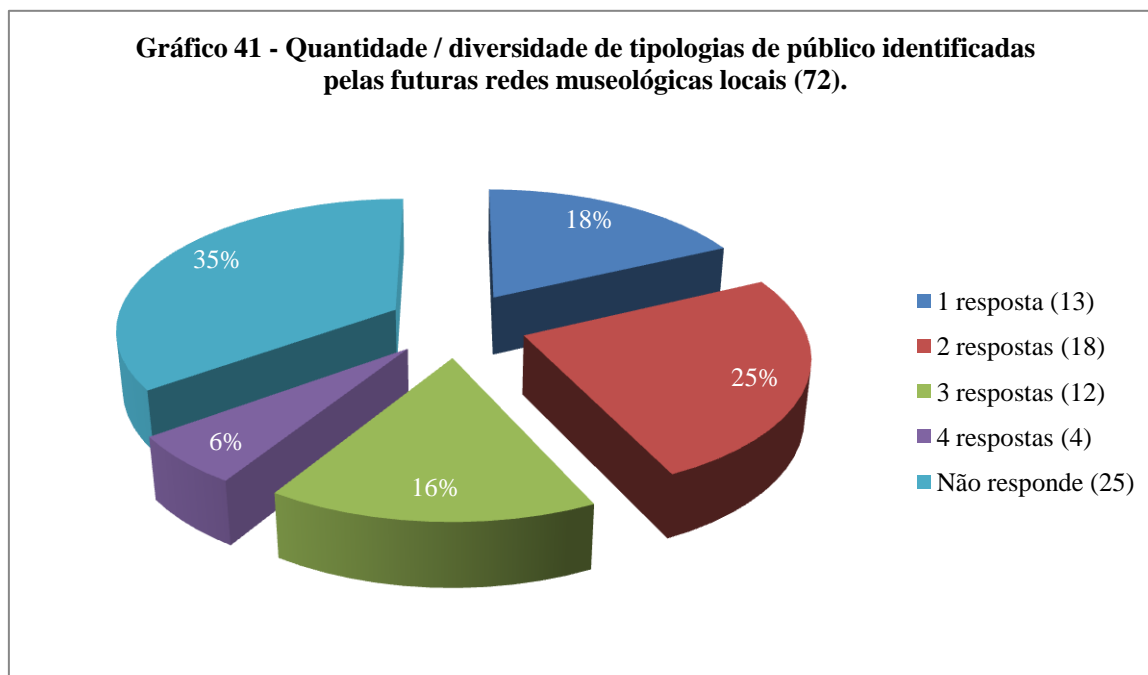
Fonte: Elaboração própria (2012).

Tendo em conta a amplitude das respostas refira-se, mais uma vez, a característica redutiva destas ações museológicas traduzindo-se, na sua maioria, a uma a três tipologias de público, praticamente desconsiderando a existência de outros públicos, nomeadamente, as populações locais.

Quadro 27 – Quantidade de tipologias de público identificado nas futuras redes museológicas locais (72).

Quantidade de tipologias identificadas	Total
1	13
2	18
3	12
4	4
Não responde	25

Fonte: Elaboração própria (2012).



Fonte: Elaboração própria (2012).

Em termos gerais, constata-se, mais uma vez, que, havendo uma aposta forte nos públicos escolares e no turismo, a população local encontra-se remetida para segundo plano nas preocupações de captação de públicos pelas futuras redes museológicas locais. Logo, também neste conjunto de municípios, não poderá existir uma prática sociomuseológica voltada para formação e desenvolvimento das comunidades locais mostrando, novamente, o alcance da ação museológica destas redes como redutora, restringida a apenas alguns setores da sociedade remetendo as populações locais para um plano inferior nas suas prioridades de intervenção.

Aliado ao aspeto dos públicos frequentadores dos espaços museais está todo o conjunto de serviços que os museus e as redes museológicas locais deverão prestar aos seus utentes. Dentre os serviços de maior visibilidade e intervenção dos museus, assumindo um lugar de destaque na ação museológica estão, sem dúvida, os serviços educativos. Convém, pois, debruçarmo-nos sobre este aspeto no que se refere à ação museológica das redes museológicas locais e os públicos que elegem como de intervenção prioritária.

3.1.10. Os serviços educativos das redes museológicas locais.

Vimos que as redes museológicas locais, tanto existentes como em implementação, tendem a eleger o público escolar como prioritário na sua intervenção em detrimento das populações locais que, segundo a teoria sociomuseológica, deveriam estar no centro da ação museológica.

É inegável que as populações escolares ocupam um lugar especial na intervenção educativa dos museus. Contudo, ao assumir-se como uma instituição ao serviço das populações e do seu desenvolvimento, o museu deve exercer um papel educativo e formativo, dir-se-ia, pedagógico, dessas mesmas massas.

Judite Primo, refere que

“(…) o processo educativo museológico deve contribuir para despertar nos indivíduos uma conceituação de cidadania mais ampla que inclua o alargamento do conceito de democracia, de transformação social e, especialmente, do acesso do indivíduo à cultura e o inalienável direito à memória.” (Primo, 2001, p.15).

Comungamos desta perspetiva, considerando que é um propósito basilar do museu proporcionar ao indivíduo uma perceção mais abrangente de cidadania ao relacionar as referências patrimoniais presentes no museu (a memória) com a sua própria realidade (o quotidiano), facultando uma ação consciente e ativa na construção do seu próprio futuro, até porque os serviços educativos dos museus facultam os meios para os cidadãos poderem compreender a sua realidade possibilitando a interpretação do mundo e das idiosincrasias sociais do seu tempo (Primo, 2001).

Neste processo, a relação museu/educação é indissociável, pois, como se referiu, não se pretende que o museu seja apenas um armazém de objetos do passado destituídos da sua função original para simples contemplação nostálgica. Pretende-se, antes, a formação de cidadãos conscientes que, através da memória do passado, obtenham um melhor entendimento do presente, modificando a sua realidade, contribuindo para um efetivo exercício de cidadania³⁰⁷. Os documentos de referência já apresentados que, ao longo de toda a segunda metade do século XX se foram dedicando à nova museologia, apontam de forma explícita e

³⁰⁷ O problema é que, muitas vezes, falar de «educação» conduz à ideia de «escola» e público escolar.

incisiva para este facto, sendo que apenas nesta altura é que a ação cultural e educativa adquire maior expressão nos museus³⁰⁸.

À luz dos referidos documentos e da transformação de que a instituição museal foi alvo durante toda a segunda metade do século XX, o museu é hoje assumido enquanto um espaço reconhecidamente privilegiado no campo da educação não formal, pois é onde “a experiência vivenciada oferece novas formas de percepção do mundo e oportunidades de reflexão e aquisição de conhecimento de acordo com o interesse de cada indivíduo enquanto utilizador do museu” (Primo, 2001, p.15).

No entanto, relembremos, como se tornou claro, que as redes museológicas locais existentes e em fase de implementação parecem eleger as escolas como público preferencial da sua ação educativa, o que nos leva a lançar um olhar sobre esta problemática e relacioná-la com o nosso recorte de análise: a sociomuseologia.

Reconhece-se que existe uma necessidade de prestar, igualmente, um contributo precioso no campo da educação formal – interação com as escolas – ao colocar à disposição da comunidade escolar todo um conjunto de dados fruto das suas pesquisas.

É um espaço onde o museólogo comunicador assumirá, em simultâneo, um papel de educador, utilizando, para esse fim, o património que se propõe retratar numa perspetiva de educação para a cidadania e para os valores sociais minimizando as diferenças sociais numa atitude transformadora da sociedade.

A ligação museu – escola é, sem dúvida, um aspeto incontornável numa instituição museal. José Manuel Brandão oferece uma perspetiva interessante sobre a *Ação Cultural e Educação em Museus* (Brandão, 1996), estabelecendo analogias entre a ação pedagógica nos museus e nas escolas. Estabelece paralelismos entre os objetivos educacionais elaborados para conteúdos escolares especificamente para as escolas e os objetivos formulados no planeamento de exposições, reconhecendo diferenças consideráveis no processo ensino-aprendizagem nos museus especificando que as mais importantes diferenças se situam no **tempo**, no **lugar**, nos **objetos** e nos **públicos**³⁰⁹.

³⁰⁸ Sinal disso foi a implementação dos serviços educativos nos museus com a finalidade de «descodificar» as mensagens que se pretendiam transmitir nas exposições, funcionando como aquilo que poderá considerar-se como um «guia interpretativo» das exposições.

³⁰⁹ No caso do **tempo**, é óbvio que as limitações formais dos horários dos tempos letivos são rígidos e condicionam totalmente a mensagem que se pretende transmitir, enquanto nos museus, não haverá, à partida, um tempo limite para absorver o conteúdo das exposições que são apresentadas.

Relativamente ao **espaço**, trata-se de um espaço aberto de livre circulação, onde o público não tem grandes limitações, contrariamente à escola onde existem regras a cumprir, por ventura, mais rígidas.

O sistema de comunicação é, por isto, mais complexo num museu, onde o sistema tradicional «*emissor – meio de emissão – recetor*» de uma escola tem tendência a esvanecer. O museu recorre a uma linguagem não-verbal, assente em exposições de objetos, ideias e assuntos observáveis fazendo, deste modo, com que o processo de aprendizagem se concretize por meio de um sistema informal, ao invés do sistema formal da escola.

O mesmo autor refere que a instituição museal deve ser o complemento do trabalho realizado dentro da sala de aula³¹⁰ devendo ser, por isso, utilizado enquanto centro de recurso. E se assim for,

“o museu poderia então surgir não apenas como um lugar de recolha de informação, como também um lugar de formulação de questões, que seriam posteriormente trabalhadas, quer na escola, quer no próprio museu, nas galerias ou nos workshops organizados pelos serviços educativos” (Brandão, 1996, p.72).

Poderá então questionar-se: Elegendo o público escolar como público preferencial, será que o museu e as redes museológicas locais educam?

Olhemos para esta questão a partir de duas dimensões distintas, de modo a contemplar-se a realidade detetada das redes museológicas locais nesta matéria.

Numa primeira dimensão de análise, museu – escola, Luís Oliveira Henriques (1996) realiza um estudo entre a evolução do sistema de ensino e os museus, reconhecendo que se trata de um percurso com muitas semelhanças. Tanto a escola como o museu tem sofrido grandes modificações num caminho de aproximação do seu público-alvo, numa abertura para as pessoas e não através de um distanciamento que qualquer destas instituições impunha através de um discurso fechado e autoritário. Contudo, o autor propõe a seguinte reflexão:

“A escola, de uma ou de outra forma educa. E o museu? A resposta a esta questão dependerá do que consideramos ‘educação’. Se for concebida como uma série de actividades que procuram a formação cívica e pessoal dos cidadãos activos e intervenientes, a resposta será, para a maioria dos museus, negativa. É que educar pressupõe comunicação: ouvir e ser ouvido, num processo participado de enriquecimento mútuo. Parece-nos, inclusivamente, que a sobrevivência de conceitos como ‘emissor’ ou ‘receptor’, indicam a

Os **objetos** são, obviamente, um dos grandes atrativos dos museus, onde os “objectos reais” possibilitam níveis de relacionamento com o público através de “discursos apoiados em linguagens não verbais” (Brandão, p.97), contrariamente ao que sucede numa escola.

Também quanto ao **público**, as escolas têm esse público bem definido por escalões etários, enquanto no museu, os públicos são diversificados e heterogêneos.

De igual modo, outra grande diferença é o método do discurso empregado na escola e no museu. Enquanto no primeiro caso, o **discurso verbal** é aquele que se revela mais usual, no museu, emprega-se um discurso baseado nos objetos reais do acervo, apoiados por outros suportes, por ventura mais atrativos como são os meios audiovisuais, maquetas, sons, entre outros, apresentando deste modo um **discurso não-verbal**.

³¹⁰ Embora muitas vezes não é o que se verifica.

manutenção de um discurso autoritário e imposto, seja na escola, seja no museu” (Henriques, 1996, p.97).

Henriques (1996) entende que, em termos metodológicos, as instituições museais não têm sido capazes de (re)inventar práticas pedagógicas mais condicentes com as necessidades formativas desejáveis e necessárias para uma formação adequada, socorrendo-se muitas vezes de práticas pouco ajustadas, recorrentes nas escolas (Henriques, 1996, p.98).

Neste cenário, talvez as práticas museológicas deveriam ser (re)pensadas tendo em conta os pressupostos sociomuseológicos evidenciados por Moutinho (2010), voltadas para a problematização de questões, para o despertar de interesses e não apenas à prestação de informação ou tampouco à mera comunicação ou, pior, à simples contemplação, sob pena de não serem atingidos os objetivos a que a instituição museal se propõe.

Ao analisar esta problemática, Henriques (1996) apresenta o seguinte raciocínio que se sintetizou da seguinte forma:

Figura 24 – Tipologia de instituições museais e respetivas funções.

Tipo de instituição e a função que exerce:		
Escola Tradicional – Museu Tradicional	➔	Informa
Escola em Renovação – Museu Fórum	➔	Comunica
Nova Escola – Novo Museu	➔	Problematiza

Fonte: Henriques (1996). Esquematização própria (2012).

Assim, no contexto do público escolar, e por analogia ao que sucede no âmbito das escolas, o museu apenas poderá educar se oferecer condições para uma troca informativa bidirecional por meio de ações ativas e interventivas.

Todavia, como referimos, acresce a esta problemática algo que muitas vezes escapa ao entendimento de muitos profissionais e responsáveis de espaços museais: numa abordagem sociomuseológica, a ação educativa não deverá limitar-se às faixas etárias infanto-juvenis ou somente às instituições escolares.

Esta questão conduz-nos a uma segunda dimensão de análise.

Não esquecendo as tipologias funcionais dos museus/escolas avançadas por Henriques (1996), a ação educativa deverá ter em apreço todas as idades e todos os estratos sociais, numa atitude inclusiva da sociedade na globalidade, e não apenas o público escolar, pois a análise do património cultural e o exercício pleno e consciente da cidadania é:

“a ampliação do sentido de comunidade, a percepção do valor e do significado das experiências e vivências compartilhadas, a consciência da participação de cada indivíduo no processo cultural e político de sua coletividade, o domínio dos códigos sociais vigentes, o diálogo com base em uma linguagem comum compreendida por todos, a responsabilidade por uma herança que é privilégio de todos.” (Primo, 2001, p.17)

Neste sentido, o *facto museológico* assumido como agente ativo de uma ação educativa, transformará o bem cultural em bem social (Mário Chagas, 1994c) fazendo com que “o passado não [esteja] estático numa vitrine, mas explicitado nas relações que serão definidoras do discurso museológico, através do movimento do passado e do presente, onde a ordem não é temporal, e sim, da gênese da teia de relações” (Nascimento, 1994c, p.41).

E López (2008) elucida que no processo educativo do museu

“a chave da interpretação do património cultural é que é uma atividade educativa que revela o significado e as relações através do uso de objetos originais, como experiência primeira, acompanhando-se de outros meios e métodos de comunicação, para ir mais além do que é a mera informação”³¹¹ (López, 2008, p. 13).

Caberá à tutela garantir tal dever e competirá ao museólogo providenciar as ferramentas necessárias para que todos os públicos do museu, e em especial, os membros das comunidades locais, possam utilizar as referências patrimoniais do seu passado, confrontando essas realidades com as suas próprias experiências do quotidiano num exercício de formar cidadãos mais aptos a enfrentar o futuro.

Neste sentido, no contexto das comunidades locais, e do mesmo modo com o que sucede com os públicos escolares, o museu apenas poderá educar se oferecer condições para uma troca informativa bidirecional por meio de ações participadas e inclusivas dessas mesmas comunidades locais.

Assim, aglutinando as duas dimensões acabadas de observar, de modo a garantir que as redes museológicas locais sejam, de facto, instituições verdadeiramente educadoras, em todo o seu potencial de alcance, deverá a tutela da instituição museal, ou da estrutura museal em rede, providenciar a elaboração do projeto educativo, baseado no projeto museológico, clarificando e explicitando os pressupostos de educação e de museologia que se pretende trabalhar (Santos, 1994c) sem excluir a heterogeneidade dos públicos com que a instituição museal trabalha. Só assim é que se poderá considerar que a instituição museal desempenha uma verdadeira ação educativa.

³¹¹ Tradução livre.

Tendo por base as noções de que, neste propósito, as instituições museais devem comunicar com os públicos (Henriques, 1996) e problematizar ideias (Henriques, 1996; Moutinho, 2010), este documento estratégico deverá conter: a) a apresentação; b) a caracterização do museu e do setor de ação cultural e educativa; c) marco referencial, princípios norteadores; d) diagnóstico; e) diretrizes para o desenvolvimento dos projetos; f) estratégias para a operacionalização das ações; g) recomendações para a operacionalização e, por fim, h) bibliografia. (Santos, 1994c)

Realizado o projeto, cada setor deverá pensar no seu plano de ação baseado nesse mesmo projeto global.

O projeto educativo deve procurar uma ação participativa que envolva os técnicos do museu, professores e outros elementos da comunidade envolvidos na programação do museu, numa constante apreciação e avaliação. Isto porque a responsabilidade educativa no museu tem que ser visto na ótica do museu como um todo e não atribui essa função apenas aos serviços educativos³¹².

O projeto educativo assume uma importância extrema no funcionamento museal devendo constituir-se como as «fundações» para o desenvolvimento dos restantes projetos elaborados em conjunto com a comunidade e as escolas.

Deste modo, e no contexto acabado de mencionar, na presente investigação, procurou-se obter uma perspetiva dos serviços educativos das redes museológicas locais investigando, também nestes, eventuais práticas sociomuseológicas.

Em primeiro lugar, buscou-se a indicação, ou quanto muito, indícios, nas respostas facultadas que remetessem para a existência de um projeto educativo minimamente estruturado nas redes museológicas municipais de acordo com Santos (1994c) supracitada. Procurou-se saber, conforme sugere a autora, se, existindo serviços educativos, estes seguiam diretrizes estabelecidas para o desenvolvimento de projetos; estratégias para a operacionalização das ações e, ainda, princípios norteadores da sua ação.

Em segundo lugar, tentou-se compreender quais as funções básicas destas redes museológicas locais, conforme apresentado por Henriques (1996). Ou seja, procurou-se saber se estes «informam», «comunicam» ou «problematizam», traduzindo-se no que o autor refere de “museus tradicionais”, “museus-fórum” ou “novos museus”, lembrando, como defende

³¹² Poderá perguntar-se a todo o momento: o que é que determinada ação do museu trouxe para o nosso conhecimento sobre a comunidade ou a museologia? Há que parar para refletir sobre estes aspetos para melhor entendimento dos diversos papéis dos intervenientes que atrás referimos em todo este processo.

Moutinho (2010), que numa ação sociomuseológica, o museu não deve constituir apenas a prestação de informação ou a mera comunicação e menos ainda, a simples contemplação. Isto porque, recordando Brandão (1996), um museu que se limita a informar não educa. É através da formulação de questões fundadas na gênese da complexa teia de relações entre o passado e o presente (Nascimento, 1994c), posteriormente trabalhadas, que se dá o processo de educação.

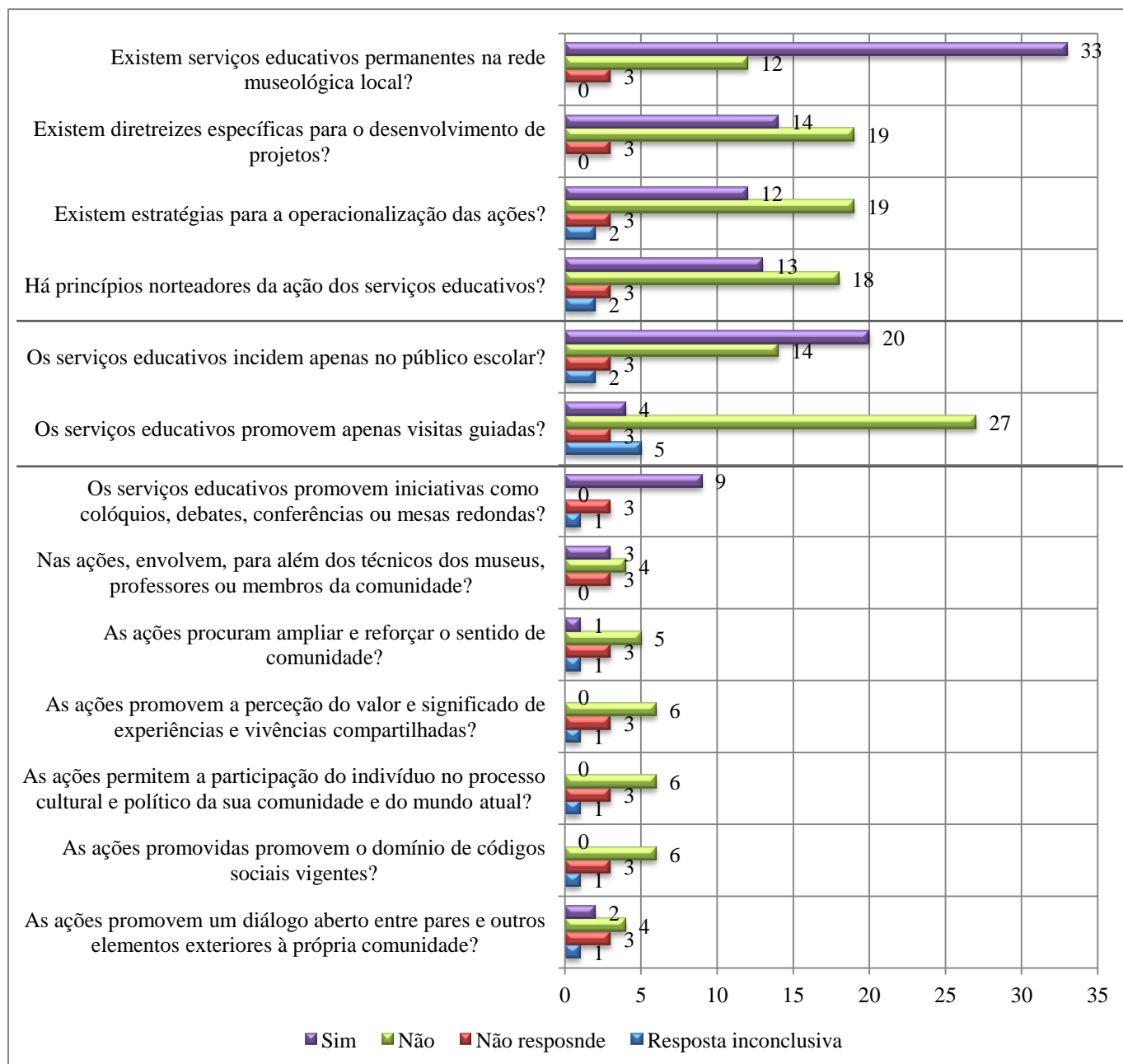
Para esse fim, considerou-se que as redes museológicas locais sem qualquer serviço educativo limitavam-se a informar o público numa dinâmica unidirecional, referida por Henriques (1996), de “emissor – recetor”, integrando a classificação deste autor de “museus tradicionais”, em comunhão com os diversos autores já referidos no capítulo 1 deste trabalho.

De igual modo, considerou-se que as redes museológicas locais que cabem na categoria de “museus-fórum” são aquelas que, como menciona o dito autor, ouvem e são ouvidas “num processo participado de enriquecimento mútuo” (*Idem*, p.97) através de visitas guiadas e outras ações de esclarecimento e alguma comunicação direta e interativa com os públicos.

Porém, as redes museológicas locais que desenvolvem outro tipo de iniciativas como fóruns, colóquios, debates e mesas redondas envolvendo as comunidades locais e outros públicos permitem, através destas ações, e como menciona Primo (2001), despertar para o conceito de cidadania/democracia, para a transformação social, para a compreensão da realidade, possibilitando a interpretação do mundo e do nosso tempo, contribuindo para “a ampliação do sentido de comunidade” (*Idem*, 2001, p.17). São, conforme Henriques (1996), os ditos “novos museus”, pois, «problematizam». Para tal, procuraram-se, assentes nas considerações de Primo (2001), ações nas respostas ao questionário que revelassem indícios de: envolvimento de membros das comunidades, para além dos técnicos dos museus, nas ações desenvolvidas pelos serviços educativos; ampliação e reforço do sentido de comunidade; perceção do valor e significado das experiências e vivências compartilhadas; consciência da participação de cada indivíduo no processo cultural e político da sua comunidade e do mundo contemporâneo; domínio de códigos sociais vigentes e um diálogo aberto entre pares e outros elementos exteriores à comunidade. Ou, resumidamente, atividades que, segundo Brandão (1996), visam a formação cívica e pessoal de cidadãos ativos e intervenientes na sua comunidade em diálogo com o mundo exterior.

Da análise efetuada, resultou a informação sintetizada no **Gráfico 42** que se divide em três conjuntos distintos, incidindo nas linhas gerais traçadas e acabadas de referir.

Gráfico 42 – Síntese da análise aos serviços educativos das redes museológicas locais (42).



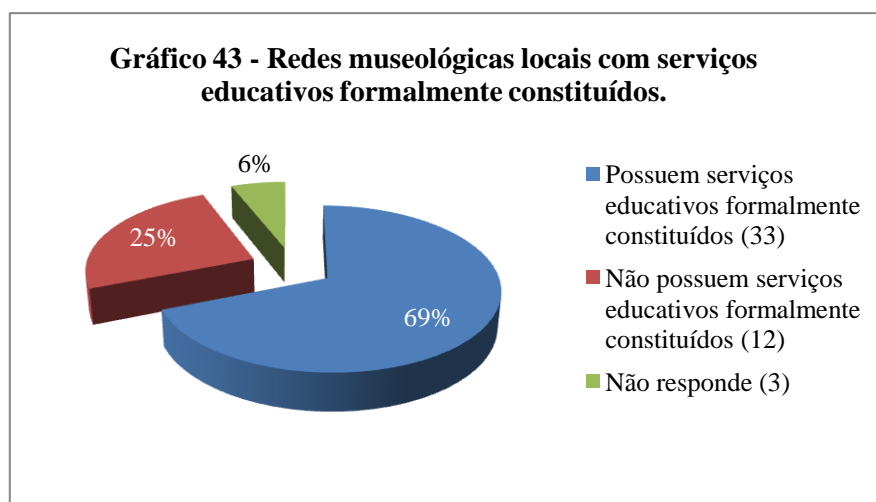
Fonte: Elaboração própria (2012).

Da leitura do **Gráfico 42**, constata-se que a maioria das redes museológicas locais, isto é, 33 traduzidas em 69% das redes existentes, afirma possuir serviços educativos formalmente constituídos, contra 12 casos, sensivelmente um quarto das redes, que afirmam não possuir tais serviços.

Antes de abordar os dados que se seguem, convém referir que, das 12 redes museológicas locais (25%) que afirmam não possuir serviços educativos, 9 redes, ou seja 19%, efetivamente não possuem qualquer atividade dinâmica e permanente junto dos seus públicos, limitando-se apenas à apresentação das suas exposições permanentes e/ou temporárias.

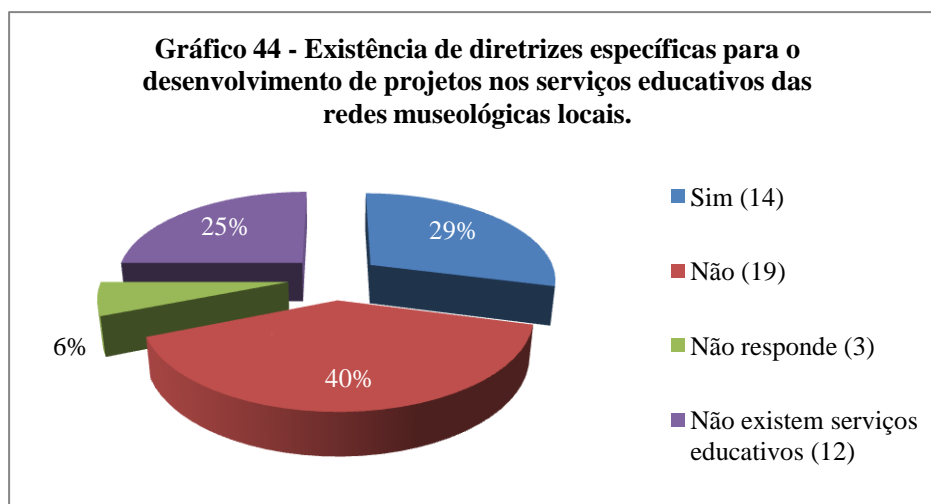
Assim, pode dizer-se que 9 redes museológicas locais (19%) colocam-se numa prática que configura uma postura de “museu tradicional”, conforme a designação de Henriques (1996), limitando-se a prestar informação ao público visitante. Estes dados devem ser tidos em conta aquando da leitura dos itens 5 e 6 do **Gráfico 42**.

Todavia, as restantes 3 redes museológicas locais sem serviços educativos formalmente constituídos facultaram respostas passíveis de mais que uma interpretação. Isto ficou a dever-se ao facto de, embora afirmando não possuir serviços educativos formalmente constituídos, desenvolvem, no entanto, algumas atividades e ações, esporádicas ou não, vocacionadas para diversos públicos. Estes dados encontram-se incorporados na estatística ora apresentada.



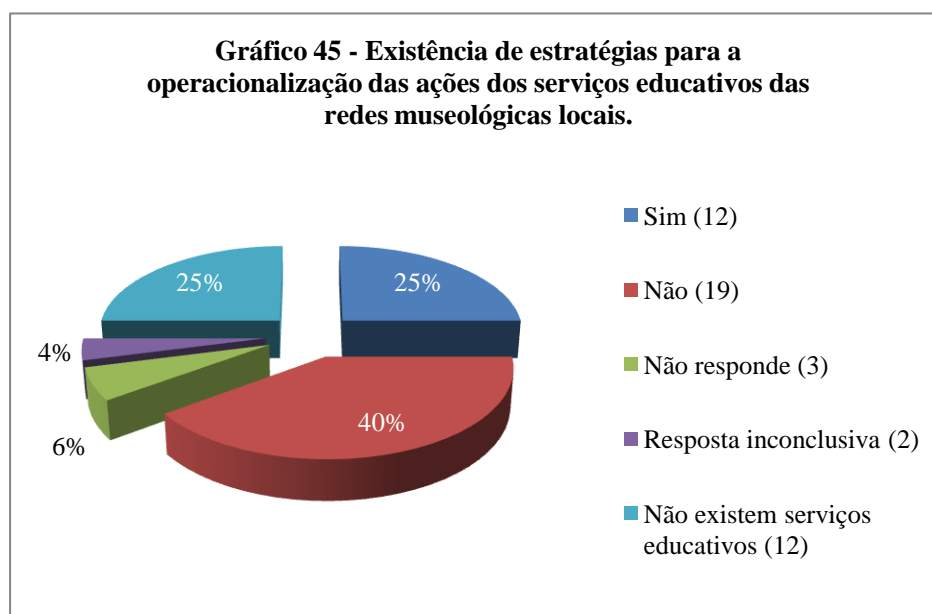
Fonte: Elaboração própria (2012).

Verifica-se, ainda, que apenas existem entre 25% a praticamente 30% de redes museológicas locais com diretrizes específicas para o desenvolvimento de projetos, estratégias para a sua operacionalização ou princípios norteadores da ação dos serviços educativos. Estas preocupações não estão presentes em sensivelmente 40% das redes museológicas locais. As restantes, relembra-se, não possuem serviços educativos.

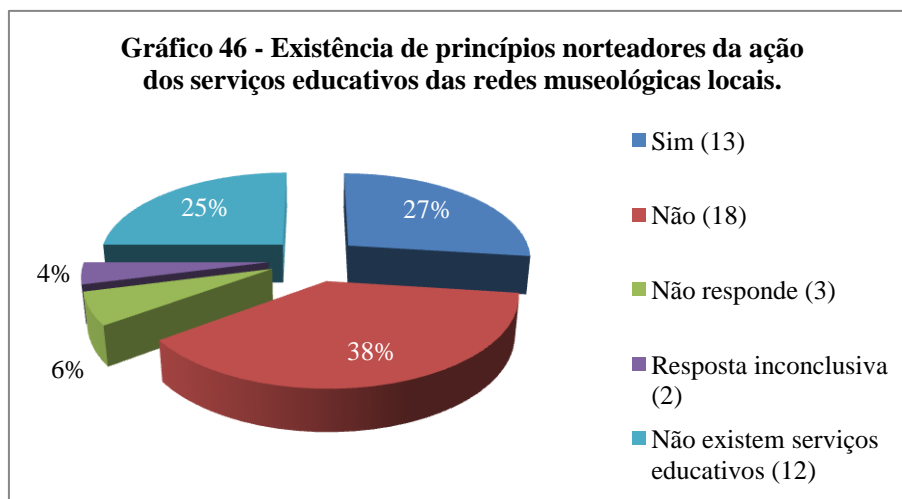


Fonte: Elaboração própria (2012).

Mantém-se a mesma tendência no que concerne às estratégias para a operacionalização das ações dos serviços educativos e na existência de princípios norteadores desses mesmos, conforme consta nos **Gráficos 45 e 46**. Neste plano, existem estas preocupações em apenas 25% e 27% das redes museológicas locais, respetivamente.

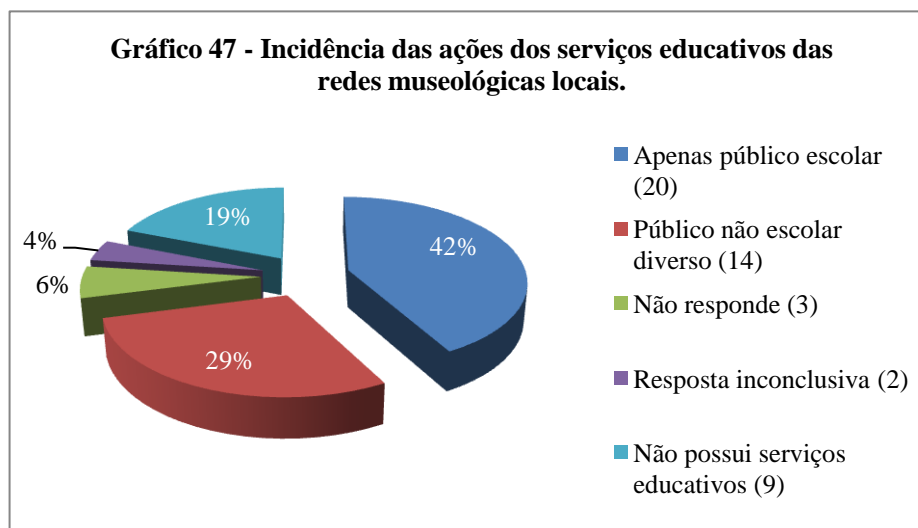


Fonte: Elaboração própria (2012).



Fonte: Elaboração própria (2012).

Confirmando, de certo modo, os dados apresentados no subcapítulo anterior, verifica-se, de novo, uma primazia dada à intervenção junto do público escolar na ação dos serviços educativos. Constata-se que 42% de redes apenas prestam serviços ao público escolar, apesar de haver, mesmo assim, 29% de redes que afirmam atuar junto de outros públicos diversos.

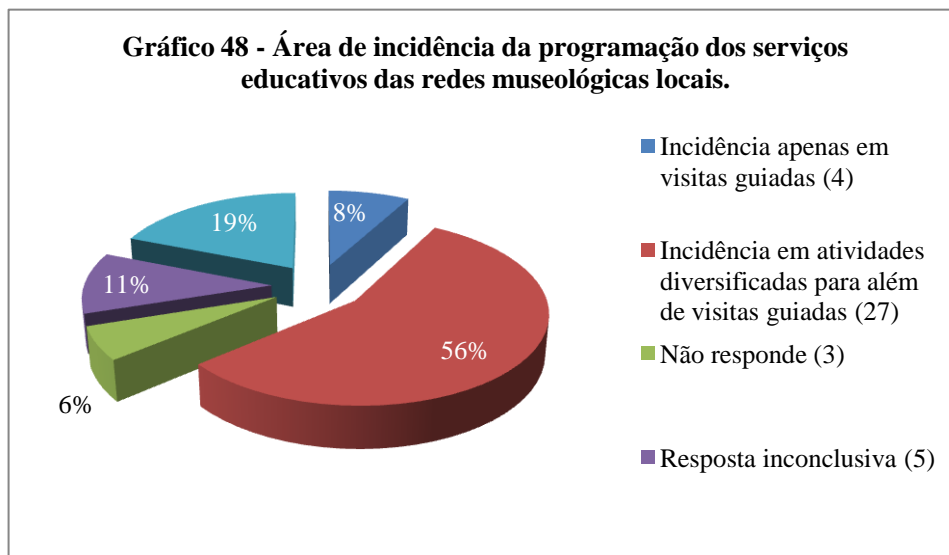


Fonte: Elaboração própria (2012).

Quanto à incidência da programação prestada pelos serviços educativos das redes museológicas locais, a grande maioria das redes, apesar de quase todas prestarem o serviço de visitas guiadas, afirma desenvolverem outras atividades, tanto de forma permanente como esporádica ou pontualmente, tais como *peddy-papers*, exposições temporárias, ateliês ou

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

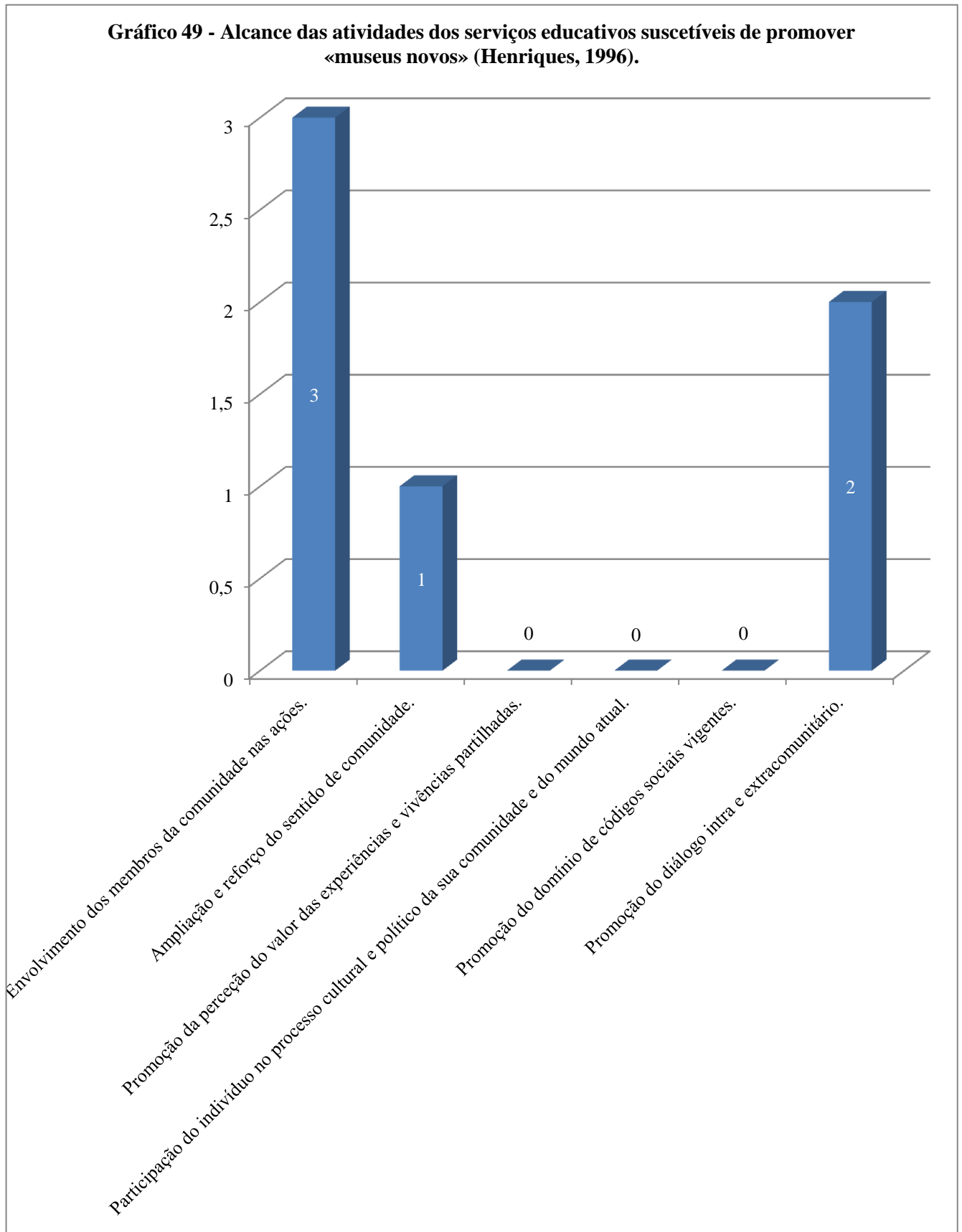
oficinas de trabalho. Tal situação permite concluir que 56% das redes museológicas locais, numa razão de 27 num total de 48, são constituídas por museus que comunicam com os seus públicos pois para além de serem ouvidos, simultaneamente prestam-se a «ouvir», integrando a categoria de “museus-fórum”, em consonância com a classificação de Henriques (1996).



Fonte: Elaboração própria (2012).

Todavia, os dados apurados indicam que apenas 9 redes museológicas (19% do total) desenvolvem atividades suscetíveis de promover a problematização de questões, o diálogo e debate de ideias tais como colóquios, debates, conferências e / ou mesas redondas, indo ao encontro das questões levantadas por Primo (2001) no que concerne ao envolvimento das comunidades nas ações desenvolvidas pelos serviços educativos, na possibilidade de ampliar o sentido de comunidade, na partilha de experiências e vivências num diálogo aberto inter e extracomunitário buscando o que Brandão (1996) classifica de formação cívica e pessoal de cidadãos ativos e intervenientes na sua comunidade.

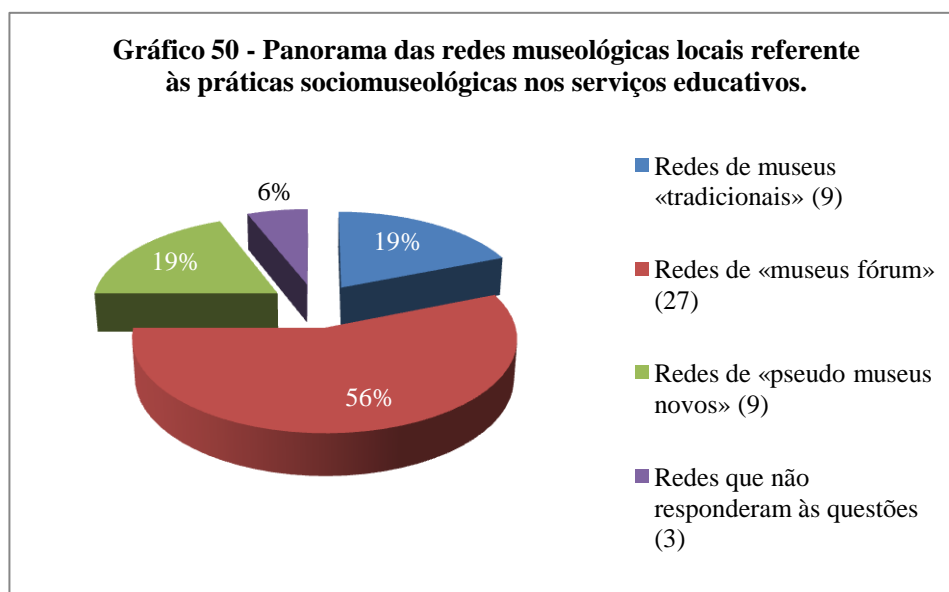
Pode dizer-se, pois, que 19% das redes museológicas locais, numa razão de 9 em 48, parecem integrar a categoria de “museus novos”, da classificação de Henriques (1996). Porém, da análise feita da concretização prática destas atividades, os dados demonstram que os objetivos acima apontados não são, na sua generalidade alcançados, ficando aquém do expectável. O **Gráfico 49** assinala, precisamente, a falta de alcance das atividades desenvolvidas no seio das 9 redes em questão, no que ao desenvolvimento cívico e democrático das populações diz respeito.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Confrontando estes dados com os anteriormente mencionados, não se poderá considerar, verdadeiramente, que estas redes museológicas sejam constituídas por «museus novos», nem que promovam, na sua essência, práticas sociomuseológicas, embora procurem criar e, por vezes, apresentem condições para tal. Optou-se, por isso, por denominar este conjunto de redes museológicas locais de conjuntos de «pseudo museus novos».

Assim, em termos gerais, pode dar-se conta de que o panorama das redes museológicas locais, concernente às práticas sociomuseológicas nos serviços educativos, é pouco animador. Constatou-se a existência de 9 redes (19%) que se inserem na categoria de “museu tradicional” vocacionado apenas para «informar» o visitante estando isento de qualquer esforço comunicativo com este; 27 redes museológicas locais (56%) orientadas para uma «ação comunicativa» com os públicos, inserindo-se na categoria de “museu fórum” e, por fim, outras 9 redes (19%) que, apresentando dinâmicas orientadas para uma prática sociomuseológica, na realidade, não a executam. Embora façam a «problematização» de questões junto dos públicos, na verdade, na sua generalidade, não chegam a alcançar uma verdadeira prática sociomuseológica, pelo que integram o grupo que se optou por designar de «pseudo museus novos».



Fonte: Elaboração própria (2012).

A grande maioria destas redes insere-se, pois, na categoria de “museus-fórum” incrementando atividades comunicativas com os seus públicos. Importa, assim, analisar qual o entendimento de «comunicação» por parte das redes museológicas locais.

3.1.11. «Comunicação» com os públicos.

Se as redes museológicas locais identificadas no universo dos municípios portugueses se inserem, na sua maioria, na categoria de “museus-fórum”, ou seja, museus que desenvolvem uma atividade vocacionada para a comunicação com os seus públicos, importa lançar um olhar sobre o próprio entendimento de «comunicação» por parte dos municípios com redes e a sua incidência na perspetiva sociomuseológica.

Entendendo que as redes museológicas locais que cabem na categoria de “museus-fórum” são aquelas que, como menciona Henriques (1996), ouvem e são ouvidas “num processo participado de enriquecimento mútuo” (*Idem*, p.97) através de alguma comunicação direta, participativa e interativa com os visitantes ou utentes da instituição museal, realizou-se uma análise registando-se e seriando-se os dados em três categorias distintas e apurou-se que «comunicação com os públicos» pode ser encarada pelas redes museológicas locais em três categorias: i) um meio de transmitir conteúdos dos museus ao público visitante; ii) um meio de divulgação dos museus para o exterior e iii) como um processo de aferição da satisfação e/ou sugestões do público.

Surgiu como itens registados para a primeira categoria: a) recurso a placares informativos e/ou descritivos em exposições permanentes ou temporárias; b) recurso a técnicas e meios museográficos diversos incluindo meios multimédia; c) recurso a visitas guiadas; d) realização de ateliês e oficinas diversas; e) recurso às tecnologias de informação e comunicação nas exposições permanentes ou temporárias; f) recurso a catálogos, brochuras e publicações de diversa tipologia e g) realização de iniciativas culturais diversas; realização de palestras, colóquios, ações de formação, entre outros.

Para a segunda categoria, ocorreram os seguintes itens: a) recurso ao sítio da Internet (próprio ou do município); b) utilização de uma agenda cultural; c) utilização de folhetos e/ou desdobráveis; d) comunicados de imprensa; e) convites e cartas; f) recurso a *mupis*, folhetos e cartazes; g) recurso à imprensa escrita e g) recurso à divulgação por meios televisivos ou radiofónicos.

No que concerne à terceira e última categoria, aferição da satisfação dos públicos, surgiram três itens que se incidiram na: a) utilização de livro de sugestões; b) realização de estudos dos públicos e c) realização de questionários aos públicos.

Resultante da análise concretizada, percebeu-se que o entendimento de «comunicação» analisada é bastante heterogéneo, como se pode averiguar no **Quadro 28**.

Quadro 28 – Análise do entendimento de «comunicação com os públicos» dos museus locais em rede.

Itens em análise		1. Alijó	2. Almodôvar	3. Arganil	4. Aveiro	5. Azambuja	6. Beja	7. Cab. de Basto	8. Cascais	9. Cast. de Pêra	10. Castelo Branco	11. Castro Marim	12. Castro Verde	13. Chaves	14. Évora	15. Golegã	16. Idanha-a-Nova	17. Lagoa (Açores)	18. Lagos
Comum. de conteúdos dos museus ao público visitante		Inc	S	S		S	S			S		S	NR	S	Inc	Inc	S	NR	S
1	Placares informativos/descritivos nas exposições		S																
2	Técnicas e meios museográficos inc. multimédia.		S			S	S					S							
3	Visitas guiadas			S		S				S				S			S		
4	Ateliês e oficinas																		
5	Recurso às tecnologias de informação e com.			S															
6	Catálogos, brochuras e publicações diversas													S					
7	Iniciativas culturais diversas																		
8	Palestras, colóquios, ações de formação...																		S
Comunicação como meio de divulgação do museu para exterior.		Inc		S	S	S			S	S	S	S	NR		Inc	Inc	S	NR	S
1	Sítio internet			S	S				S	S		S					S		
2	Agenda cultural																S		
3	Folhetos / desdobráveis			S	S	S			S		S								
4	Comunicados de imprensa			S						S									
5	Convites/cartas			S					S										
6	Mupis, folhetos e cartazes								S	S	S						S		
7	Imprensa escrita										S						S		
8	Televisão/rádio									S	S								
Aferição da satisfação dos públicos		Inc			S			S					NR		Inc	Inc		NR	
1	Livro de sugestões				S			S											
2	Estudos dos públicos				S														
3	Questionários							S											

Itens em análise		19. Lamego	20. Loulé	21. Mação	22. Matosinhos	23. Melgaço	24. Montalegre	25. Óbidos	26. Oleiros	27. Ovar	28. Penafiel	29. Penamacor	30. Ponte da Barca	31. Póvoa de Lanhoso	32. Póvoa Varzim	33. Proença-a-Nova	34. Redondo	35. Peniche	36. Ribeira Grande	
Comum. de conteúdos dos museus ao público visitante		NR	S	Inc	S	*	S	S	NR	Inc	S		S	S	S	Inc	*	S		
1	Placares informativos/descritivos nas exposições										S		S					S		
2	Técnicas e meios museográficos inc. multimédia.		S		S		S				S									
3	Visitas guiadas		S					S						S				S		
4	Ateliês e oficinas		S		S															
5	Recurso às tecnologias de informação e com.										S				S					
6	Catálogos, brochuras e publicações diversas				S													S		
7	Iniciativas culturais diversas		S																	
8	Palestras, colóquios, ações de formação...				S															
Comunicação como meio de divulgação do museu para exterior.		NR		Inc		*	S	S	NR	Inc		S			S	Inc	*		S	
1	Sítio internet						S				Não especificado.				S				Gabinete de imprensa	
2	Agenda cultural																			
3	Folhetos / desdobráveis							S							S					
4	Comunicados de imprensa																			
5	Convites/cartas						S								S					
6	Mupis, folhetos e cartazes							S												
7	Imprensa escrita						S													
8	Televisão/rádio						S													
Aferição da satisfação dos públicos		NR		Inc		*			NR	Inc						Inc	*			
1	Livro de sugestões																			
2	Estudos dos públicos																			
3	Questionários																			

Itens em análise		37. Santa Comba Dão	38. Santa Maria da Feira	39. Santiago do Cacém	40. São Roque Pico	41. Sintra	42. Tavira	43. Vale de Cambra	44. Valongo	45. Vila Nova Cerveira	46. Vila Real	47. VR S António	48. Vinhais
Comum. de conteúdos dos museus ao público visitante			NR	S	S	Inc		*	S	NR	Inc	S	NR
1	Placares informativos/descritivos nas exposições			S	S								
2	Técnicas e meios museográficos inc. multimédia.				S								
3	Visitas guiadas				S							S	
4	Ateliês e oficinas												
5	Recurso às tecnologias de informação e com.												
6	Catálogos, brochuras e publicações diversas			S					S			S	
7	Iniciativas culturais diversas				S								
8	Palestras, colóquios, ações de formação...				S							S	
Comunicação como meio de divulgação do museu para exterior.		S	NR	S		Inc	S	*	S	NR	Inc	S	NR
1	Sítio internet	Não especificado					S		S			S	
2	Agenda cultural						S						
3	Folhetos / desdobráveis								S				
4	Comunicados de imprensa												
5	Convites/cartas								S				
6	Mupis, folhetos e cartazes			S					S			S	
7	Imprensa escrita							S		S			
8	Televisão/rádio								S				
Aferição da satisfação dos públicos			NR			Inc		*		NR	Inc		NR
1	Livro de sugestões												
2	Estudos dos públicos												
3	Questionários												

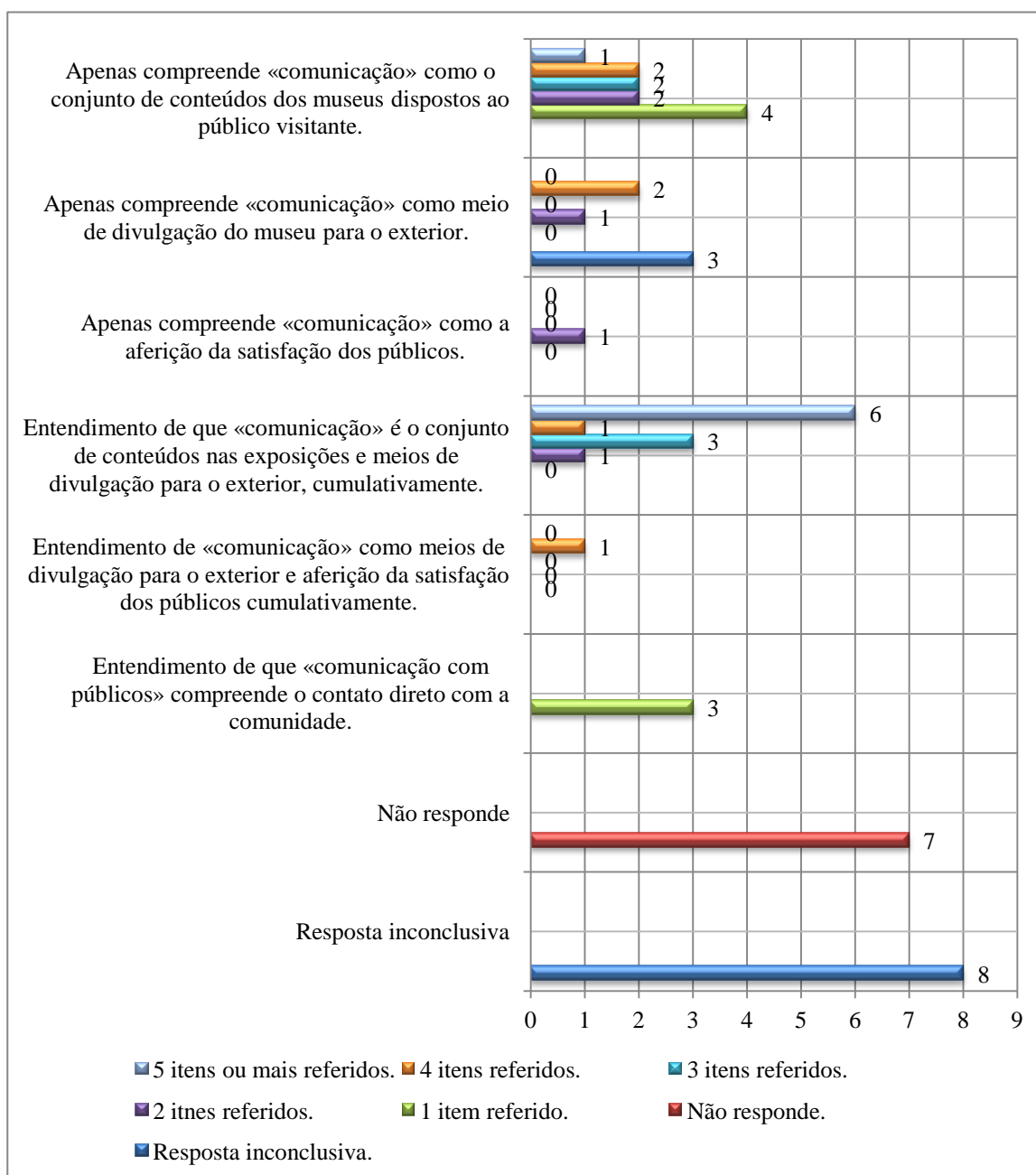
Fonte: Elaboração Própria (2012).

Legenda:

S Sim
 NR Não responde
 Inc. Inconclusivo
 * Contato com a comunidade.

O **Quadro 28** regista os itens referidos por cada município e o **Gráfico 51** demonstra, precisamente, a heterogeneidade do entendimento de «comunicação» por parte das redes museológicas locais, ou das suas tutelas.

Gráfico 51 – Incidência no entendimento de «comunicação» dos msueus locais em rede.



Fonte: Elaboração própria (2012).

A leitura do **Gráfico 51** clarifica que, por parte das redes museológicas locais, se destaca a perceção de «comunicação» como meios colocados à disposição dos visitantes para a interpretação e/ou compreensão dos conteúdos expositivos numa razão de 22 dentre as 48 redes (46%)³¹³, sendo que destes, sensivelmente metade 11 casos (23%)³¹⁴ também considera que «comunicação» tem que ver com a transmissão de informação para o exterior do museu. Os restantes 11 casos (também 23%)³¹⁵ *apenas* considera que «comunicação» se refere aos meios expositivos para informação do visitante.

Porém, as redes que apenas consideram «comunicação» como a divulgação de informação para o exterior dos museus desce para 6 casos (13% das redes)³¹⁶. Considerável é a quantidade de redes que optam por não responder ou que oferecem respostas inconclusivas, num total de 15 casos, ou seja, 31% das redes museológicas locais³¹⁷.

Destacando-se deste conjunto de perceções, encontram-se apenas 3 municípios (6%)³¹⁸ que consideram «comunicar» como estabelecer algum tipo de contato com a comunidade local, embora, curiosamente, no caso de Melgaço, tenha afirmado, em respostas anteriores, que a comunidade não possui qualquer envolvimento no planeamento e gestão dos espaços museológicos.

Agrupando, por um lado, os conjuntos de redes que não centram a sua ação comunicativa diretamente com as comunidades locais, por outro lado, aquelas que não respondem ou que apresentam respostas inconclusivas e, ainda, outro conjunto que apresenta uma preocupação de interagir diretamente com as comunidades num processo comunicativo mais ou menos aprofundado, mais ou menos participado, mais uma vez, e no que tange ao ato comunicativo, se verifica uma aparente tendência excludente do contato direto com as comunidades locais, como elucida a leitura do **Gráfico 53**.³¹⁹

³¹³ Arganil; Almodôvar; Azambuja; Beja; Castanheira de Pêra; Castro Marim; Chaves; Idanha-a-Nova; Lagos; Loulé; Matosinhos; Montalegre; Óbidos; Penafiel; Peniche; Ponte da Barca; Póvoa de Lanhoso; Póvoa de Varzim; Santiago do Cacém; São Roque do Pico; Valongo; Vila Real de Santo António.

³¹⁴ Arganil; Azambuja; Castanheira de Pêra; Castro Marim; Idanha-a-Nova; Montalegre; Óbidos; Póvoa de Varzim; Santiago do Cacém; Valongo, Vila Real de Santo António.

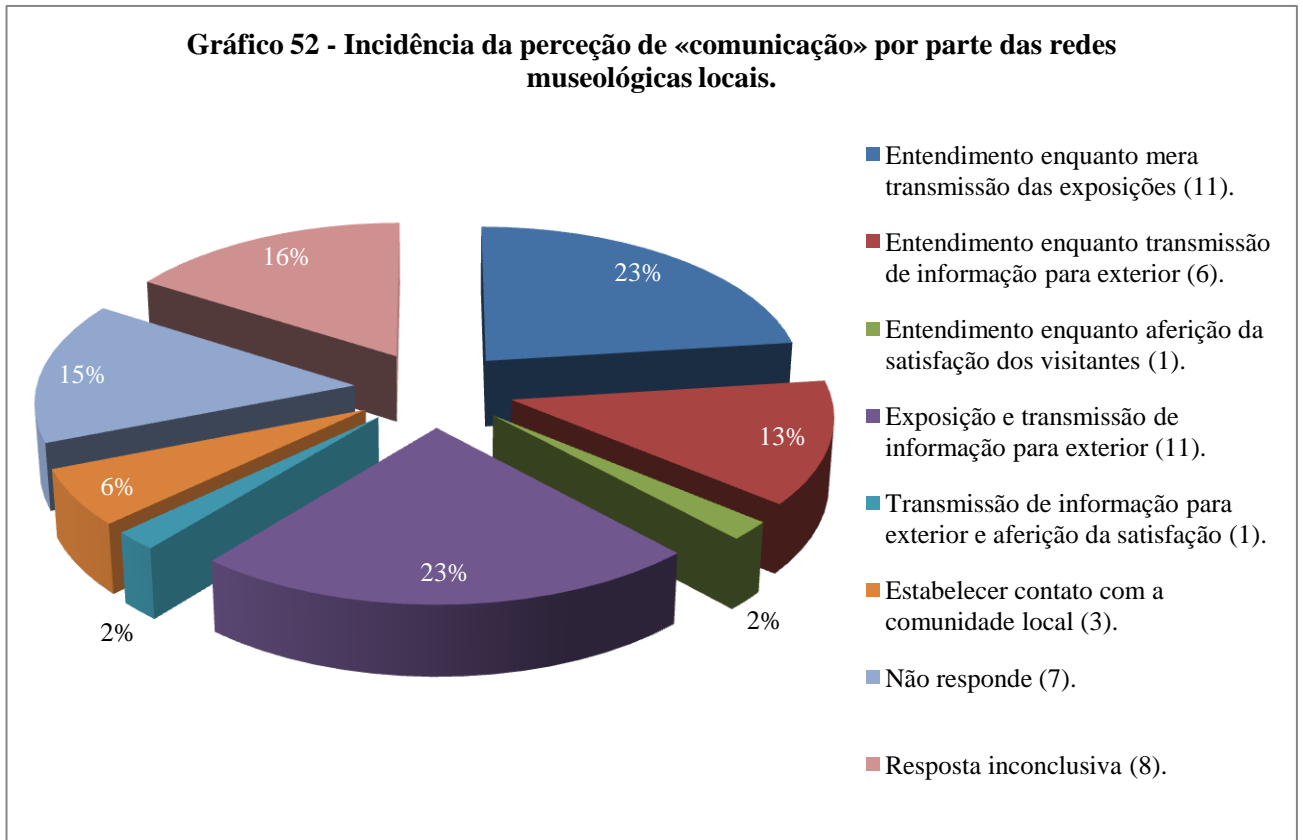
³¹⁵ Almodôvar; Beja; Chaves; Lagos, Loulé; Matosinhos; Penafiel; Ponte da Barca; Póvoa de Lanhoso; Peniche; São Roque do Pico.

³¹⁶ Cascais; Castelo Branco; Penamacor; Ribeira Grande; Santa Comba Dão; Tavira.

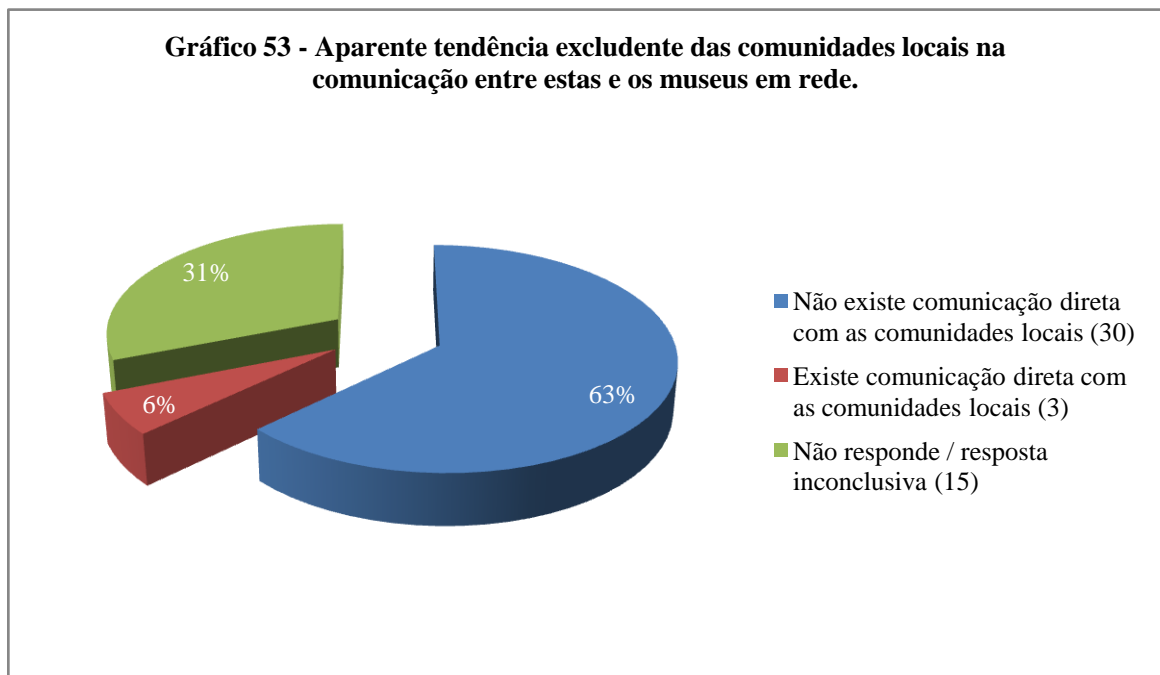
³¹⁷ Não responde: Castro Verde; Lagoa (Açores); Lamego; Oleiros; Santa Maria da Feira; Vila Nova da Cerveira e Vinhais. Respostas inconclusivas: Alijó; Évora; Golegã; Mação; Ovar; Sintra; Proença-a-Nova e Vila Real.

³¹⁸ Melgaço; Redondo e Vale de Cambra.

³¹⁹ Não foi considerada a aferição da satisfação dos visitantes nesta abordagem como sendo um parâmetro de comunicação com as comunidades uma vez que esta não incide exclusivamente nas populações locais, mas sim nos visitantes em geral.

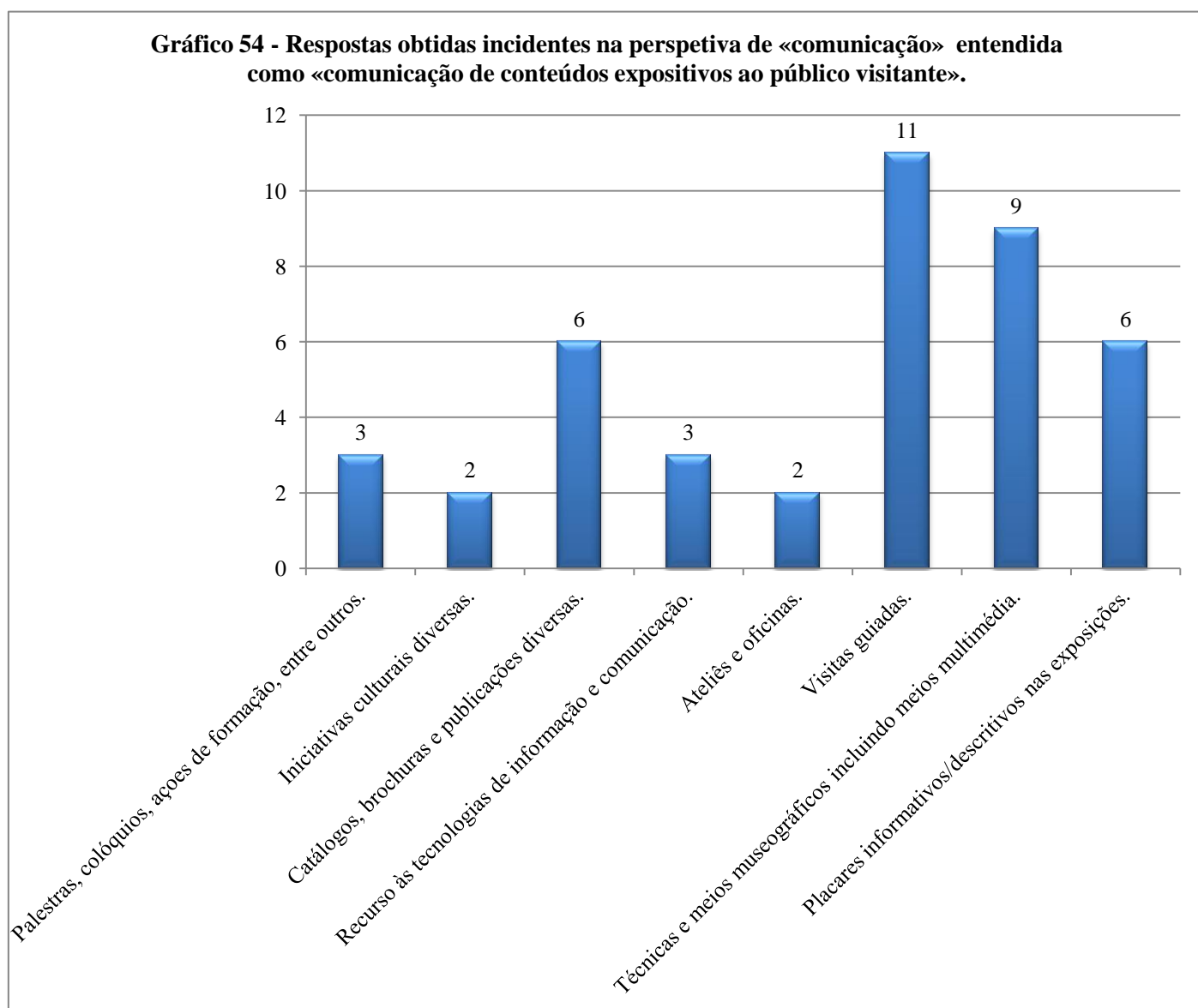


Fonte: Elaboração própria (2012).



Fonte: Elaboração própria (2012).

Também se aferiu que, quando se entende «comunicação» enquanto ato de transmissão de conteúdos das exposições ao público visitante, a maior incidência ocorre, mais uma vez, nas visitas guiadas, seguido das técnicas e meios museográficos nas exposições, incluindo meios multimédia com 11 e 9 respostas respetivamente. Os restantes aspetos referenciados respeitantes aos placares informativos ou descritivos das exposições e catálogos, brochuras e publicações diversas obtêm 6 respostas, enquanto as restantes apenas 2 ou 3 respostas cada, conforme consta do **Gráfico 54**.

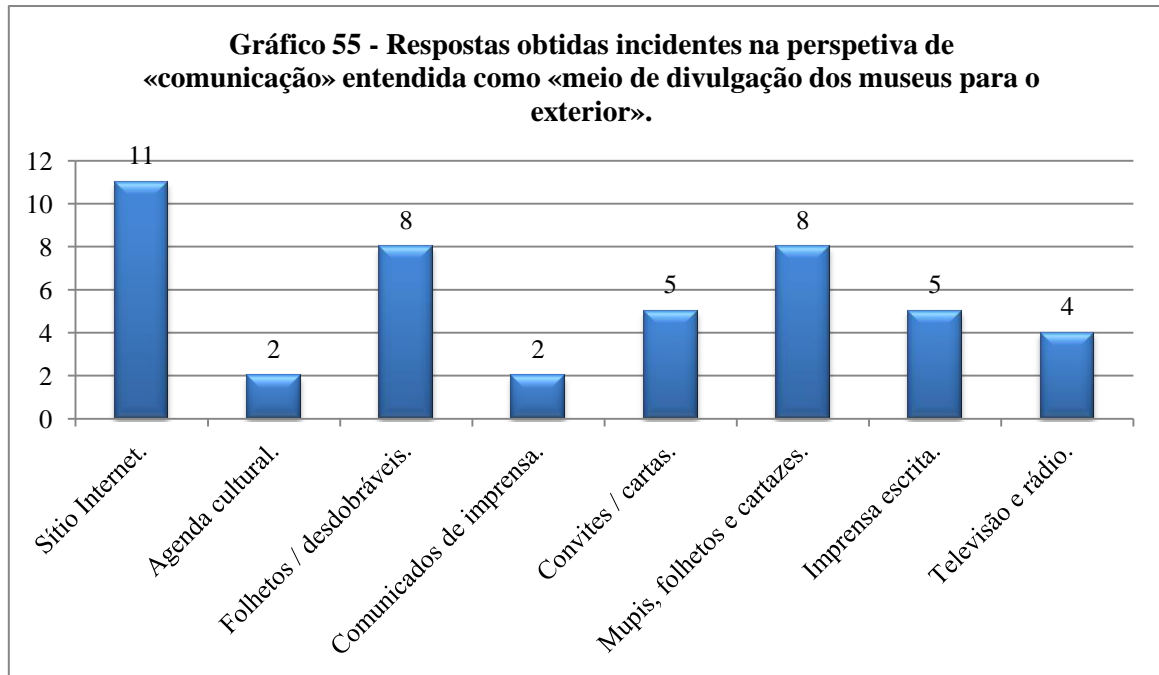


Fonte: Elaboração própria (2012).

Quando «comunicação» é entendida enquanto meio de divulgação do museu para o exterior, verifica-se que uma maior incidência no recurso aos sítios da Internet com 11

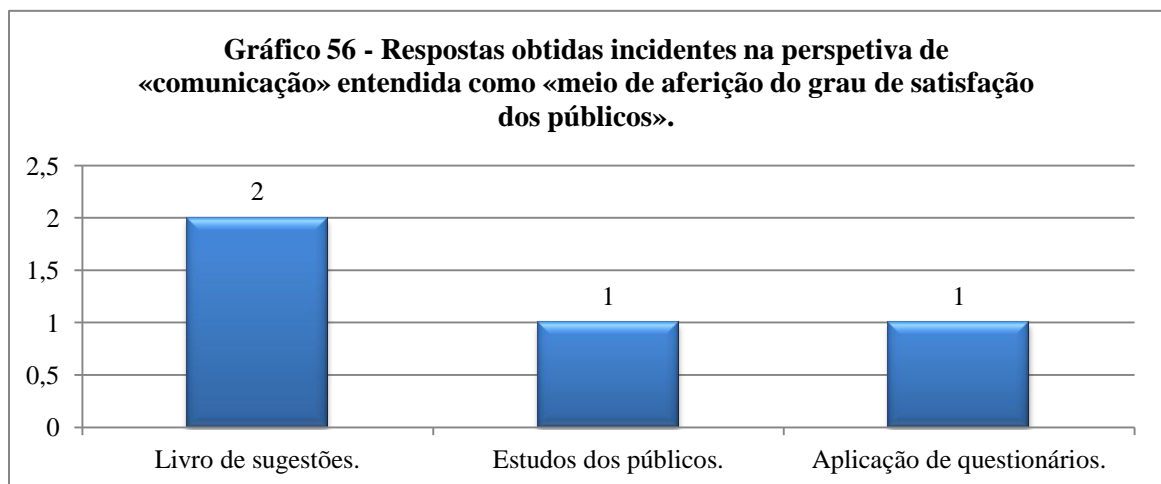
Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

respostas seguido do recurso a folhetos/desdobráveis assim como a utilização de *mupis* e cartazes com 8 respostas cada. Com 5 respostas cada, estão os convites personalizados e cartas assim como divulgação na imprensa escrita. A televisão e a rádio são recursos utilizados apenas por quatro redes museológicas locais, enquanto as agendas culturais e comunicados de imprensa apenas são instrumento divulgativo em apenas duas redes museológicas locais.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Por fim, a «comunicação» entendida enquanto processo de aferição da satisfação dos públicos é reconhecida por poucas redes, conforme o gráfico que se segue.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Ora, entende-se pertinente neste momento lembrar que, numa perspetiva sociomuseológica, o ser humano encontra-se no centro de um processo de comunicação que se pretende “participado de enriquecimento mútuo” (Henriques, 1996, p.97), deixando de exercer um papel de mero recetor de uma mensagem centrada num conjunto de objetos expostos para mera contemplação (Moutinho, 2010) pois essa dinâmica limita-se apenas à simples prestação de informações. A ação museológica centrada no ser humano numa perspetiva do seu desenvolvimento pessoal e social, individual e comunitário, na construção de um discurso centrado em ideias e não em objetos, recorrendo a estes apenas como umas das muitas peças do processo museológico de construção de reflexões e inquietações parece não estar espelhado no conjunto de considerações dos responsáveis pelas redes museológicas locais ao questionário aplicado.

O que se retém desta análise é que as redes museológicas locais parecem não privilegiar a comunicação direta com as suas populações locais, entendendo, na sua generalidade, o processo comunicativo com os seus públicos, essencialmente, em duas perspetivas. Por um lado, a maioria das redes museológicas locais entende a «comunicação» enquanto mero processo de transmissão de conteúdos das exposições permanentes e/ou temporárias aos visitantes. Por outro lado, o ato comunicativo é visto como meio de divulgação do museu para o exterior. Este entendimento de «comunicação» distancia-se dos princípios sociomuseológicos de uma ação museológica questionadora, interventiva e atuante no meio social onde se insere a instituição museal.

Mais uma vez se constata que a generalidade das redes museológicas locais parece não desenvolver exposições que incitem ao questionamento, que comuniquem verdadeiramente com as comunidades locais, incidindo maioritariamente em exposições meramente contemplativas que em pouco contribuem para o fomento da coesão social ou constituem fatores de desenvolvimento social e pessoal local.

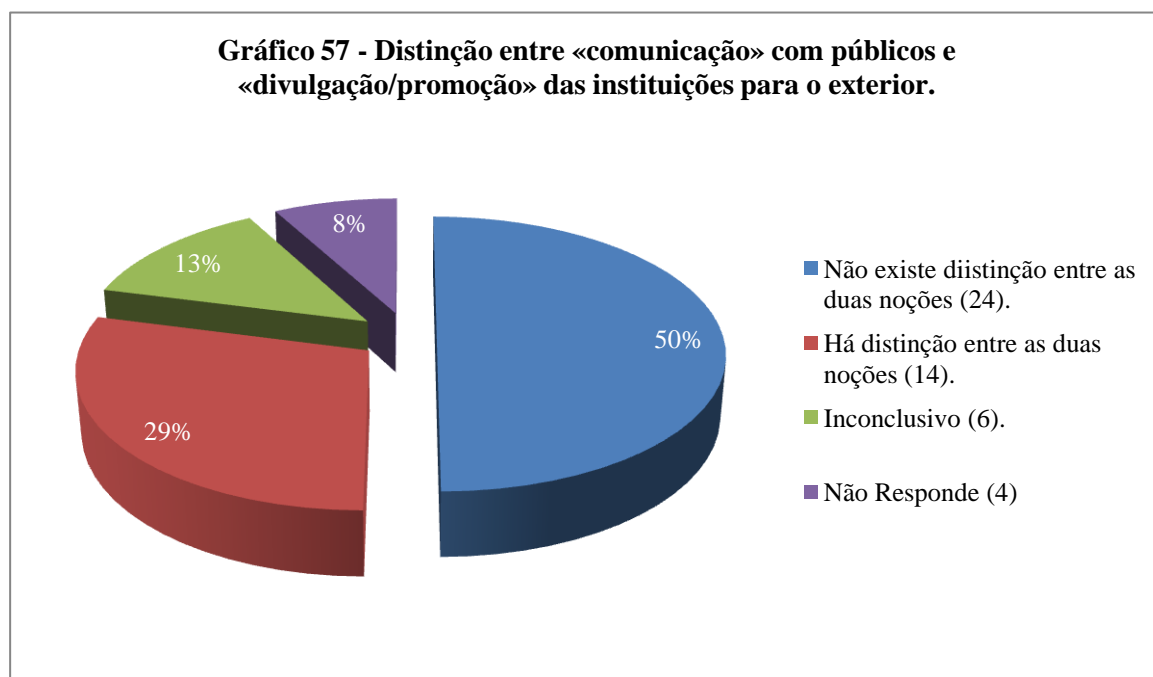
Aliás, para muitas destas redes museológicas, o ato comunicativo confunde-se com a própria ideia de difusão e promoção exterior da(s) instituição(ões) museais. Para metade das redes museológicas locais³²⁰ (24), não existe qualquer distinção. Mas para quase 30% (14)³²¹

³²⁰ Almodôvar; Arganil; Aveiro; Cascais; Castanheira de Pêra; Castelo Branco; Castro Marim; Chaves; Golegã; Idanha-a-Nova; Mação; Montalegre; Óbidos; Ovar; Penamacor; Póvoa de Varzim; Ribeira Grande; Santa Comba Dão; Santiago do Cacém; Tavira; Vale de Cambra; Valongo; Vila Real e Vila Real de Santo António.

³²¹ Azambuja; Beja; Cabeceiras de Basto; Évora; Lagos; Loulé; Matosinhos; Melgaço; Penafiel; Peniche; Póvoa de Lanhoso; Proença-a-Nova; Redondo e São Roque do Pico.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

destas estruturas museológicas, existe uma distinção entre «comunicação» com os públicos e / ou visitantes e «divulgação / promoção» para da instituição para o exterior.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Assim, também se constata que metade das redes museológicas locais confunde o ato comunicativo das instituições museais com a própria promoção e divulgação institucional para o exterior, o que poderá indiciar, também aqui, alguma falta de perceção de que o museu não se deve limitar a informar, mas sim, estabelecer um meio de comunicação com os seus diversos públicos, um espaço de reflexão e questionamento para estes e, sobretudo, as comunidades que serve.

3.2. Pesquisa documental realizada na Internet sobre redes museológicas locais.

Como mencionado na Introdução, a par da aplicação do inquérito aos municípios portugueses, foi realizada uma pesquisa documental, via Internet, como forma de obter mais informação acerca da orgânica funcional das redes identificadas no inquérito. Visou-se concretamente para este efeito a análise da própria legislação municipal, isto é, dos regulamentos oficiais das redes museológicas locais. Estes dados, adscritos à própria análise do inquérito, poderão enriquecer a informação produzida e, simultaneamente, confirmar ou infirmar alguns dos indicadores aferidos.

A consulta dos diversos regulamentos a que se teve acesso poderá permitir um melhor entendimento do tipo de relacionamento organizativo existente nestas redes, o que se revelou mais difícil de concluir através da análise do inquérito, propriamente dito, uma vez que esta apreciação esteve diretamente condicionada às respostas facultadas. Se, por um lado a constituição da amostra do inquérito dependeu do contributo dos municípios, por outro lado, a análise que se pretende agora realizar apenas dependeu da disponibilização pública dos documentos – o que também acabou por constituir um fator condicionante da presente amostra.

A análise aos regulamentos e/ou outras fontes de consulta permite identificar, de forma concreta e imediata, as sinergias e dinâmicas internas, assim como as eventuais cadeias de hierarquia criadas nas estruturas em apreço e alguma da filosofia da tutela associada a estas instituições.

Deste modo, espera-se que o conjunto de informação coligida permita acrescentar algo mais ao conteúdo já apresentado.

Porém, importa salientar que não foi possível aceder à documentação de uma parte dos municípios sinalizados no inquérito uma vez que a mesma não se encontra disponível na Internet. Foi, no entanto, possível recolher os documentos pretendidos de alguns desses municípios e, ainda, alguma informação junto de municípios que não tinham respondido ao inquérito.

A análise assenta, tal como no caso do inquérito, na conceptualização teórica abordada e respetivos pressupostos referenciados nos primeiros capítulos desta tese. Esta

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

pesquisa assume um caráter exploratório, representando um levantamento de 9.7% dos municípios nacionais, tendo sido direcionada especificamente para o universo de municípios com redes locais de museus instituídas e com a respetiva divulgação realizada na Internet.

Na sua análise, à semelhança do sucedido com o inquérito, elegeu-se como temas axiais a abordar: a) identificar a existência de redes museológicas, patrimoniais e/ou de defesa patrimonial locais; b) entender a respetiva orgânica de funcionamento destas redes; c) analisar, quando possível, a missão central e a visão geral dos objetivos de tais organizações, averiguando a eventual incorporação nestas da teoria e práticas da sociomuseologia e d) perceber a correlação entre os núcleos ou polos destas redes, assim como o seu relacionamento com o poder local ou outro.

Atendendo à reflexão realizada no segundo capítulo da tese, esta abordagem teve, como objetivo elementar ao identificar redes locais de museus, analisar a sua estrutura funcional em relação à tutela para melhor entender a dinâmica interna dessas redes. Também se procurou desvendar a eventual inclusão das noções sociomuseológicas nessa filosofia funcional.

O levantamento dos dados realizou-se entre julho e outubro de 2009, recorrendo, para tal, à consulta dos sítios oficiais dos 308 municípios portugueses na busca de regulamentos e/ou notícias informativas nelas publicadas, por vezes de outras entidades externas mas com ligação aos referidos sítios oficiais. Recorreu-se à base de dados da ANMP para a obtenção dos respetivos endereços eletrónicos.

Para estruturar os componentes que compuseram o instrumento de observação e recolha de dados, optou-se, de novo, por uma investigação de natureza qualitativa (Rodrigues, 2007).

A segunda fase deste estudo caracterizou-se pelo tratamento dos dados que deram lugar a indicadores que foram, por sua vez, objeto de análise. Para tal, procedeu-se ao registo informático dos dados recolhidos, em documento próprio³²² à medida que os dados foram sendo recolhidos e analisados, dando lugar a organogramas explanativos do funcionamento orgânico das redes.

³²² Para consultar o documento de registo da informação, *vide* Apêndice V.

3.2.1. Caracterização da amostra resultante da pesquisa documental.

Foram analisados um total de 30 redes locais de museus recorrendo à pesquisa documental na Internet. Procuraram-se, sobretudo, regulamentos municipais das redes locais de museus formalmente constituídas ou, pelo menos, como tal anteriormente identificadas e consideradas nas respostas ao inquérito.

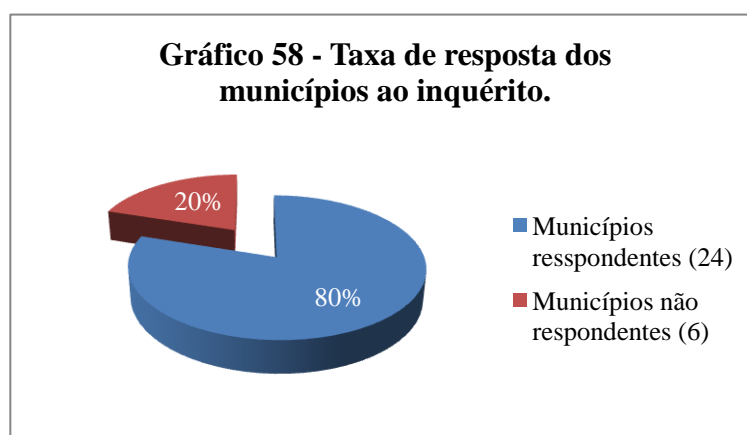
Verificou-se que, dos 30 casos identificados, 24 municípios tinham efetivamente respondido ao inquérito, havendo 6 que não tinham. Estabelecendo uma correlação entre os índices de respostas obtidas no inquérito e os municípios não respondentes agora analisados verifica-se a uma taxa efetiva de resposta de 80% ao inquérito, em convergência com os 73% verificado anteriormente.

Quadro 29 – Municípios envolvidos na pesquisa documental via Internet e que tinham respondido ao inquérito.

Alcochete	Caldas da Rainha	Loures	Palmela	Tavira
Alcoutim	Estremoz	Matosinhos	Penafiel	Viana do Castelo
Almada	Figueira da Foz	Melgaço	Póvoa de Varzim	Vila Franca de Xira
Arouca	Guimarães	Mértola	Ribeira Grande	Vila Real
Arruda dos Vinhos	Ílhavo	Mogadouro	Santarém	Vila do Conde
Aveiro	Loulé	Óbidos	Seixal	Viseu

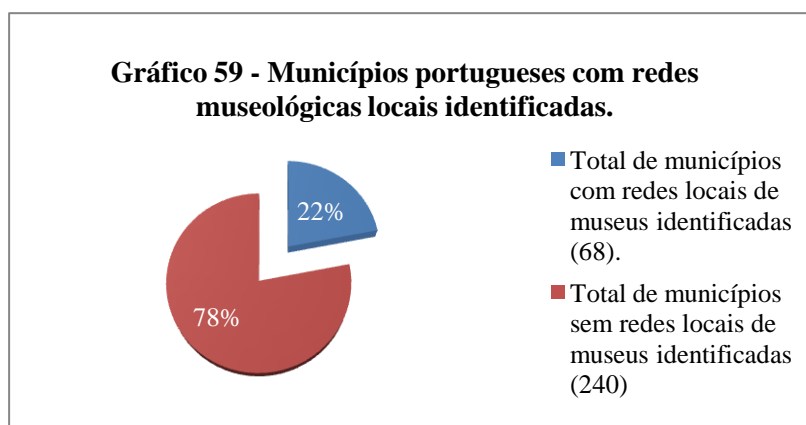
Legenda: Não responderam:

Fonte: Elaboração própria (2011)



Fonte: Elaboração própria (2011).

Cruzando os dados recolhidos em ambos os estudos, verificou-se que, destes 30 casos, um total de 10 municípios tinha informado no inquérito que possuía rede museológica, tendo-se descoberto umas adicionais 20 redes elevando para 68 o total de redes museológicas locais em território nacional. Isto significa que, em vez de os 16% anteriormente verificado, à luz dos novos dados colhidos, pelo menos 22% dos municípios portugueses possuem uma rede museológica local.



Fonte: Elaboração própria (2012)

Todavia, verificou-se que, paradoxalmente, metade desta amostra (15 casos) tinha informado no inquérito que não possuía rede de museus o que, para além das 5 redes locais de museus em municípios que não responderam ao inquérito, se tenham descoberto que, afinal, existem mais 15 redes locais de museus em municípios que tinham respondido negativamente a esta questão.

Quadro 30 – Redes museológicas locais em municípios que tinham informado da sua existência no inquérito.

Alcochete	Caldas da Rainha	Loures	Palmela	Tavira
Alcoutim	Estremoz	Matosinhos	Penafiel	Viana do Castelo
Almada	Figueira da Foz	Melgaço	Póvoa de Varzim	Vila Franca de Xira
Arouca	Guimarães	Mértola	Ribeira Grande	Vila Real
Arruda dos Vinhos	Ílhavo	Mogadouro	Santarém	Vila do Conde
Aveiro	Loulé	Óbidos	Seixal	Viseu

Legenda: Informação prestada no inquérito:



Fonte: Elaboração própria (2012)

Quadro 31 – Redes museológicas locais nos municípios que afirmaram a sua inexistência no inquérito.

Alcochete	Caldas da Rainha	Loures	Palmela	Tavira
Alcoutim	Estremoz	Matosinhos	Penafiel	Viana do Castelo
Almada	Figueira da Foz	Melgaço	Póvoa de Varzim	Vila Franca de Xira
Arouca	Guimarães	Mértola	Ribeira Grande	Vila Real
Arruda dos Vinhos	Ílhavo	Mogadouro	Santarém	Vila do Conde
Aveiro	Loulé	Óbidos	Seixal	Viseu

Legenda: Informação prestada no inquérito:



Fonte: Elaboração própria (2012)

3.2.2. Estruturas de funcionamento das redes museológicas locais e considerações gerais.

Caso 1 – Município de Alcochete

O Museu Municipal de Alcochete (MMA) não possui personalidade jurídica nem autonomia financeira ou administrativa, sendo tutelado pela autarquia. Os três núcleos museológicos do Museu Municipal de Alcochete são núcleos de exposição permanente propriedade de privados que estabeleceram protocolos com a autarquia. A realização de exposições temporárias e outros eventos no Núcleo de Arte Sacra são a cargo do MMA. Os recursos humanos necessários ao funcionamento da sede do MMA ficam a cargo do município.

Todos os núcleos encontram-se ligados formando uma só exposição permanente, sendo coordenados pelo núcleo sede – Museu Municipal – que coordena e dirige todo o funcionamento dos restantes núcleos museológicos a ele associados. O regulamento omite o funcionamento individual de cada núcleo museológico e omite o próprio Museu Taurino.

A direção do MMA está encarregada de elaborar a programação dos núcleos museológicos e pode propor e incentivar o estabelecimento de protocolos e parcerias com instituições, com vista ao desenvolvimento de ações conjuntas.

O regulamento do MMA elege como missão primordial estar ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento e zelar pela salvaguarda do património e da memória local ignorando, porém a esmagadora maioria dos preceitos da sociomuseologia elencados por Mário Moutinho (2007a, 2010) e Judite Primo (2001).

Pelas informações obtidas, entende-se que se está perante uma estrutura polinucleada, organizada em sistema vertical, sob tutela e total controlo da autarquia.

Figura 25 – Estrutura orgânica de funcionamento da rede museológica «Museu Municipal de Alcochete».



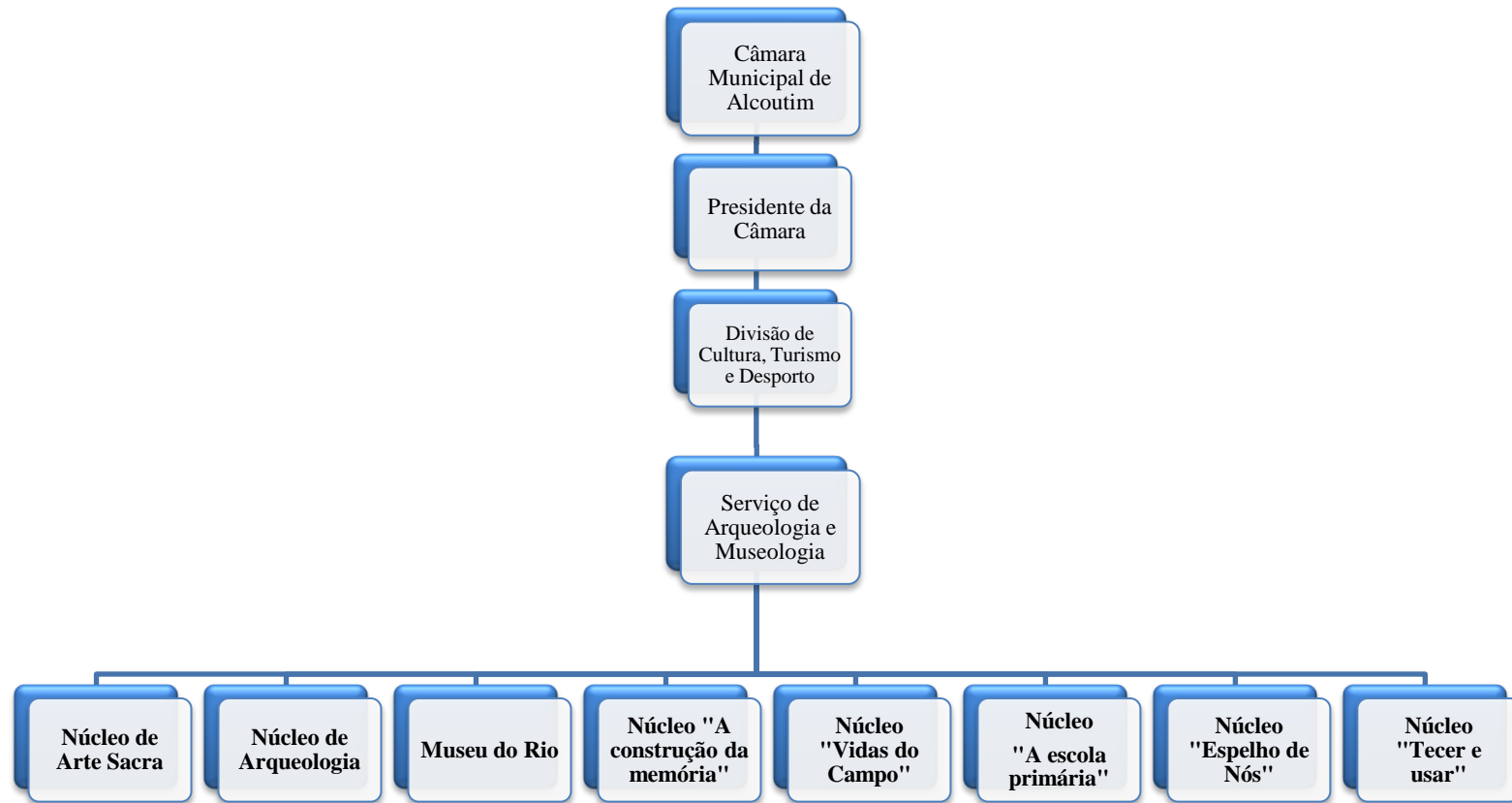
Fonte: Elaboração própria (2012).

Caso 2 – Município de Alcútem

O «Roteiro Museológico de Alcútem» é composto por oito museus, cinco dos quais em antigos edifícios de escolas do primeiro ciclo desativadas. Apenas quatro dos espaços (50%) estão abertos diariamente: Museu de Arqueologia; Museu de Arte Sacra; Museu do Rio e Museu Escola Primária. Os restantes núcleos, distribuídos pelo território municipal apenas poderão ser visitados mediante marcação prévia, encontrando-se encerrados. Esta situação demonstra uma oportunidade em aberto para a inclusão da comunidade na vida do espaço museal se a mesma fosse chamada a geri-la através de associações locais.

Pela análise realizada aos documentos disponíveis, o Roteiro Museológico de Alcútem não é uma rede propriamente dita, mas sim, como é assumido pelo próprio município, um roteiro hierarquizado de estrutura vertical totalmente dependente do município.

Figura 26 – Estrutura orgânica de funcionamento do «Roteiro Museológico de Alcoutim».



Fonte: Elaboração própria (2012).

Caso 3 – Município de Almada

A «Rede Municipal de Museus», sob a tutela da Câmara Municipal de Almada é uma estrutura descentralizada pelo território municipal que conta com seis espaços museais: três museus e dois núcleos museológicos contemplando, ainda, um centro de artes tradicionais.

O regulamento desta rede não está disponível para consulta havendo, porém, informação detalhada dos diversos espaços que compõem a estrutura.

Através desta informação, constata-se que a rede apresenta como missão

“recolher, investigar, documentar, preservar, interpretar, valorizar e difundir a memória, o património local e a sua contextualização vocacionada para as temáticas ligadas ao património estudado e conservado em cada um dos seus espaços museológicos”. (Câmara Municipal de Almada, In <http://www.cm-almada.pt/museus> Consultado em 1 de agosto de 2009).

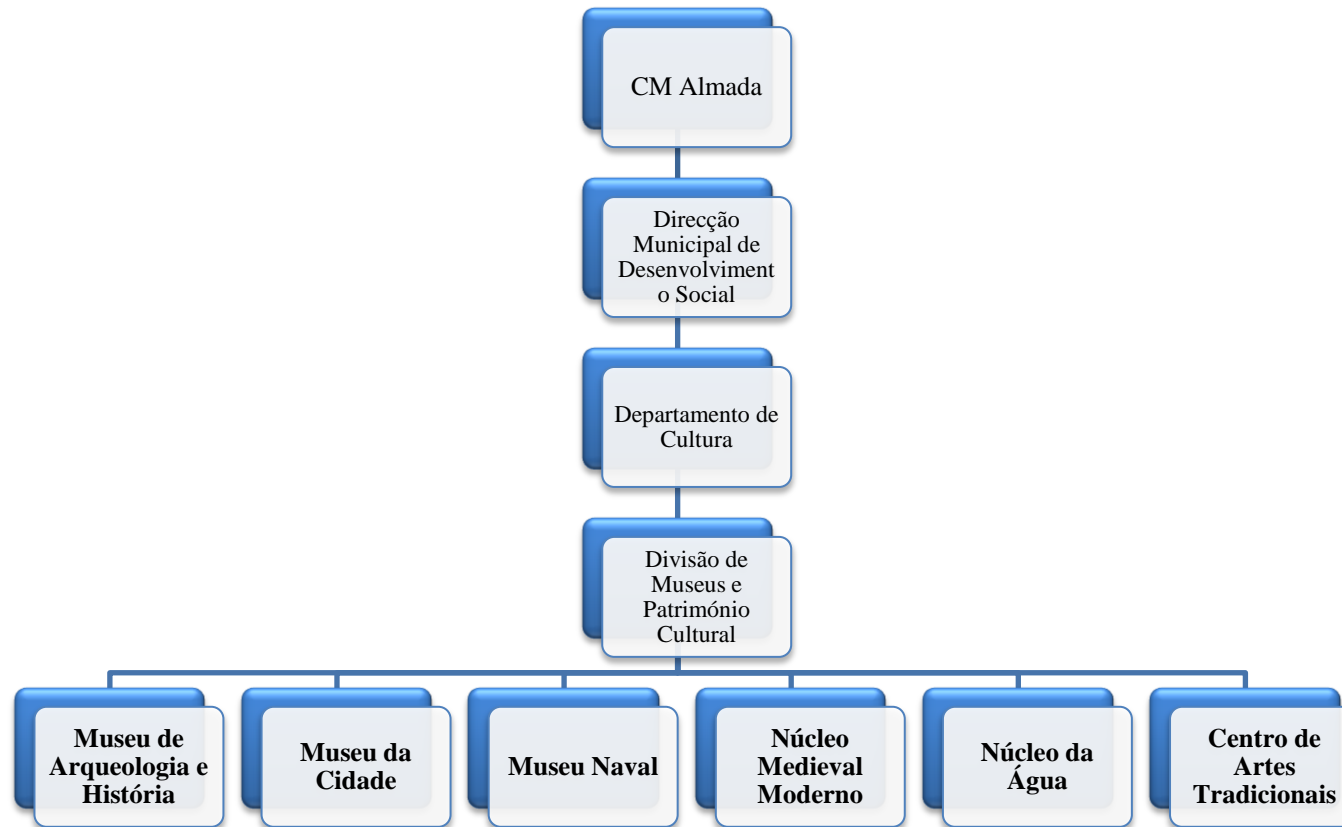
Também se constata a preocupação da autarquia em recorrer à musealização do património construído como recurso estratégico de desenvolvimento e ordenamento dos espaços urbanos e rurais através da intervenção política municipal mais global de aquisição, recuperação, preservação e reutilização do património histórico construído, nomeadamente o Solar dos Zagalhos, a Casa de Água e a Capela de Santo António.

Verifica-se que todos os espaços estão abertos ao público mas nenhum envolve diretamente as comunidades em qualquer das suas ações, seja gestão, seja planeamento, ficando esses a cargo da tutela. Apenas o Centro de Artes Tradicionais é que assumidamente apresenta como preocupação envolver a comunidade local, propondo espaços de criação e formas de descoberta de memórias e valores pessoais e coletivos.

É este Centro de Artes Tradicionais que desenvolve exposições, oficinas, ateliês, concertos e seminários, afirmando-se enquanto lugar de memória e, simultaneamente, de criatividade. Todavia, o envolvimento das comunidades na vida deste espaço museal limita-se apenas à participação em atividades promovidas pela tutela.

Sem o acesso ao regulamento da estrutura não é possível averiguar com total certeza o funcionamento orgânico desta estrutura. Não obstante, tendo em conta que os edifícios e núcleos museológicos são tutelados pelo município e por este exclusivamente dinamizados, parece estar-se perante uma estrutura hierárquica vertical.

Figura 27 – Possível estrutura orgânica de funcionamento da «Rede Municipal de Museus» de Almada.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Caso 4 – Município de Arouca

A Câmara Municipal de Arouca encontra-se a desenvolver um projeto museológico congregador de vários espaços já existentes como é o caso do Museu de Arte Sacra, Museu do Centro de Interpretação Geológica de Canelas, os sítios arqueológicos em musealização e o Museu Municipal assim como outros ainda em fase de desenvolvimento ligados à arqueologia em Malafaia (freguesia de Várzea) em parceria com a Junta de Freguesia de Várzea e o Centro de Arqueologia de Arouca, e em S. João de Valinhas (Santa Eulália)

No seu conjunto, os espaços visam dar conta das especificidades dos meios rurais, das características etnográficas e tradicionais das vivências das gentes locais, procurando preservar a memória coletiva e identitária das suas gentes rurais.

O município não tutela alguns destes espaços museais pois o Museu de Arte Sacra do Mosteiro de Arouca pertence à Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda de Arouca, o Centro de Interpretação Geológico de Canelas é particular.

Trata-se de uma rede de museus concelhia (não municipal) em constituição encontrando-se o museu municipal já inaugurado e dois em fase de implementação. A rede inclui mais dois espaços particulares, contemplando a celebração de parcerias com particulares, associações, junta de freguesia e o Centro de Arqueologia. A inexistência de regulamento inviabiliza a tentativa de descrição do respetivo funcionamento orgânico e a determinação do tipo de estrutura.

Caso 5 – Município de Arruda dos Vinhos

A «Rede Municipal de Museus» de Arruda dos Vinhos é uma estrutura que nasce do Plano Estratégico Museológico para este concelho. Uma vez que o município optou pela criação e desenvolvimento de mais que um espaço museal, foi entendido instituir uma rede municipal de museus interligados, representativos e interpretativos das várias realidades patrimoniais do concelho.

Este projeto, perspetivando um modelo de desenvolvimento da região, visa revitalizar as atividades, patrimónios e culturas tradicionais, fortalecendo o tecido produtivo local, criando novas oportunidades de emprego no setor do turismo, serviços e artesanato. Os

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

responsáveis municipais elegeram a defesa, a reabilitação, requalificação e valorização do património construído, dos espaços culturais e as diversas atividades rurais como forma de criar melhores condições de vida para as comunidades locais e maior atratividade para os visitantes.

O Plano Estratégico Museológico para o Concelho de Arruda dos Vinhos (Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, 2002), enquanto documento estratégico para o setor, aproxima-se concetualmente da teoria sociomuseológica ao considerar que o conjunto das instituições museais sob sua tutela devem estar ao serviço das comunidades locais (Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, 2002, p.4) sendo que

“Os motivos sociais ocupam um lugar de relevo quer a nível da investigação, quer da interpretação. A participação da população, o diálogo entre técnicos e a população, a identidade local, a memória colectiva, a territorialidade, a interdisciplinaridade, a descentralização e a participação dos eleitos das autarquias constituem novos elementos da prática museológica destes museus, que escolheram uma museologia activa, atenta aos problemas concretos da comunidade e, por isso, aberta a todos os seus membros.” (*Ibidem*).

Em teoria, encontra-se salvaguardada a proximidade destes espaços com as populações locais pois o referido Plano “não tem por objetivo criar uma Rede Municipal de Museus fechada, muito pelo contrário” (*Idem*, p.8) os diversos espaços deverão retratar as populações e deverão ser-lhes “devolvidos” e as diversas

“unidades museológicas, dependentes dos museus (...) cuja função consiste na recolha, conservação, documentação, estudo e difusão dos testemunhos culturais mais representativos das comunidades na qual estão implantados poderão actuar como centros activos na sua área de influência com a impulsão de actividades culturais e educativas diversas.” (*Idem*, p.2)

A forma encontrada para a participação das comunidades foi através da celebração de protocolos com diversas entidades:

- O Museu do Vinho e da Vinha será instalado na Adegas Cooperativas de Arruda dos Vinhos, com a qual foi elaborado um protocolo de cedência de instalações. Haverá uma **colaboração** com o Rancho Folclórico Podas e Vindimas de Arruda dos Vinhos para constituir um núcleo etnográfico.
- Haverá o desenvolvimento de uma Rota Municipal de Adegas Vinícolas em **parceria com todos os produtores e possuidores de imóveis** de interesse cultural para este setor.

- Será feito um **protocolo de cooperação com a Junta de Freguesia** de Arranhó para a construção do edifício do Museu Irene Lisboa. Cedência de instalações.

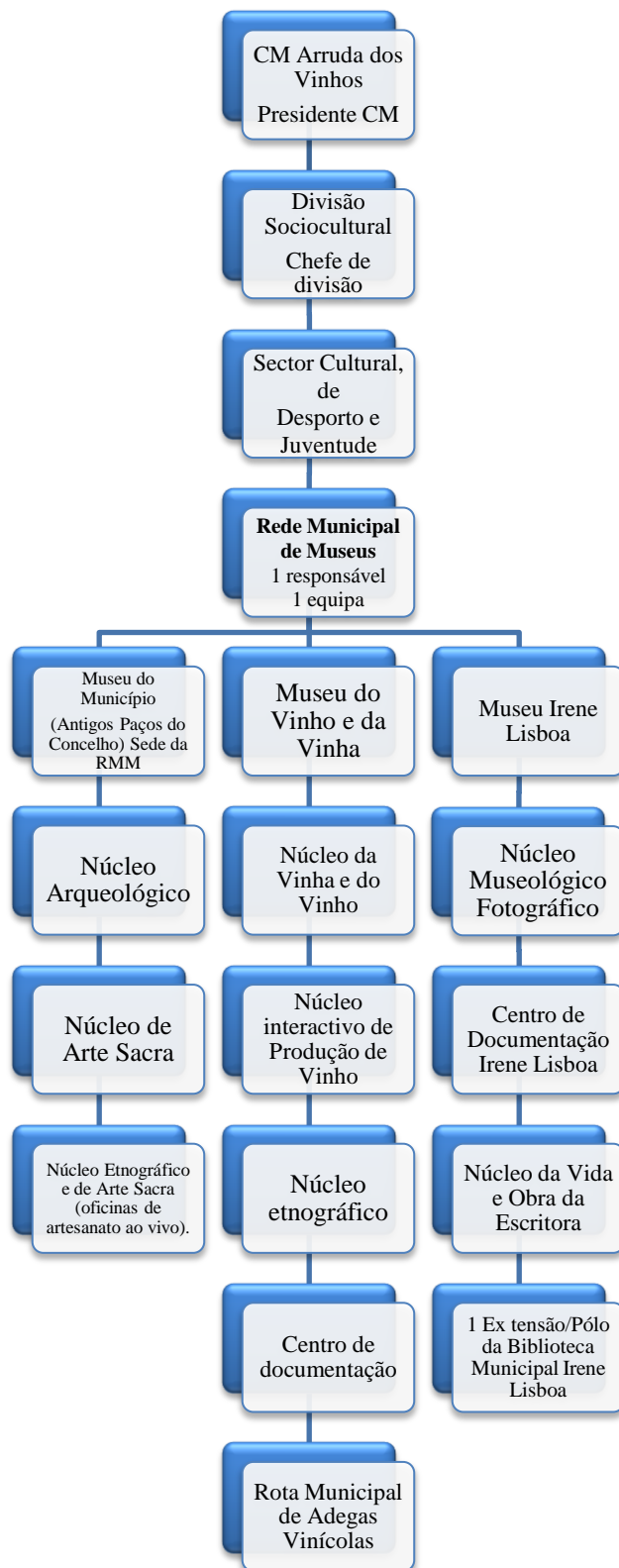
Todavia, embora o princípio geral desta estrutura museal conflua com os princípios sociomuseológicos, não está explícito o modo como essas entidades envolverão as comunidades locais na gestão e dinamização dos diversos espaços. É mencionado que

“num plano mais operativo devem ser efectuados **Planos de Acção para cada um dos Museus** existentes ou a existir no Concelho, de forma a definir os objectivos gerais, específicos, as acções, os planos anuais de trabalho, a equipa e os custos inerentes ao seu funcionamento.” (*Idem*, p.8).

Mas esta organização não significa autonomia de funcionamento, verificando-se a existência de uma hierarquia controlada pelo município sobre estes espaços que são todos tutelados pelo próprio. Daí que se na teoria documental é afirmada a abertura à comunidade e o seu envolvimento direto na dinâmica destes museus, na prática, tal não se verifica.

Trata-se, pois, de uma rede municipal de museus com estrutura vertical que inclui algumas parcerias com a população e algumas instituições locais apenas referente a cedência de espaços e a realização de eventos esporádicos e pontuais.

Figura 28 – Estrutura orgânica de funcionamento da «Rede Municipal de Museus» de Arruda dos Vinhos.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Caso 6 – Município de Aveiro

O Museu da Cidade de Aveiro é um polo aglutinador de uma estrutura polinucleada que compreende o Museu Etnográfico de Requeixo, o Museu Arte Nova e o Ecomuseu Marinha da Troncalhada e respetivo Centro Interpretativo. Todos estes espaços são tutelados pelo município não existindo quaisquer protocolos celebrados com representantes das comunidades locais.

Ao consultar os desígnios apontados para esta estrutura, constata-se uma surpreendente e explícita referência à assunção da nova museologia³²³ enquanto quadro teórico de referência para o funcionamento desta estrutura e uma clara consciência da necessária adequação dos espaços museais ao novo contexto global deste século:

“Os caminhos da globalização têm feito questionar e reforçar a identidade e a diversidade culturais gerando discussão em torno dos próprios conceitos de património e cultura. Promover a diversidade e unicidade de uma qualquer comunidade é, então, acção fulcral, dela saindo gratos contributos, não só para a salvaguarda do património local como para desenvolvimento em si, porque este só é entendido se nele, traduzido num conhecimento concreto e pormenorizado da realidade, estiver inerente a sustentabilidade.

Não obstante, o desenvolvimento sustentável ganha sentido se resultar de um esforço conjunto de entidades com fins comuns e inscritas numa mesma área, partilhando, assim, uma mesma realidade sociocultural, sem colocar em causa o reforço dos seus particularismos. Cooperação é, desta forma, a palavra de eleição dela provindo acções integradas que a todos beneficiam. Assim sendo, a política local da gestão do Património Cultural prossegue a execução de uma política nacional e internacional, cumprindo as convenções e recomendações impostas nos conceitos de: património, paisagem, monumento, autenticidade, identidade, conservação, restauro, formação e fruição.

Torna-se consensual que a defesa do património cultural deve ser cada vez mais entendida como uma política global, respeitante à protecção e conservação dos bens imóveis e móveis, materiais e imateriais. Cada comunidade, tendo em conta a sua memória colectiva e consciente do seu passado, presente e futuro, é responsável pela identificação e pela gestão do seu património.

É neste contexto que o Pelouro da Preservação do Património Cultural, através da Divisão Museus e Património Histórico, integrado no Departamento de Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Aveiro desenvolve as suas acções promovendo um programa de actividades que tem como directrizes os princípios acima identificados.” (In http://www.cm-aveiro.pt/www/Templates/GenericDetails.aspx?id_object=29705&divName=551s1692s552&id_class=552 Consultado em 2 de agosto de 2009).

De igual modo, o desenvolvimento sustentado, a hibridação e diversidade cultural, cooperação, a partilha, a criação de sinergias locais em favor corresponsabilização das

³²³ Vide <http://www.eraumavezemaveiro.com/index.php?ID=776> Consultado em 2 de agosto de 2009.

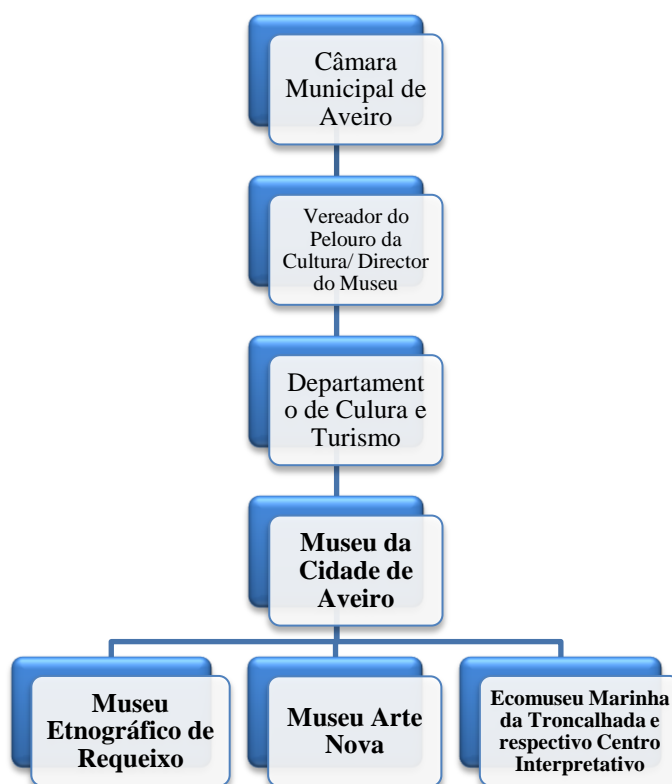
Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

comunidades na tarefa de gestão patrimonial, a redefinição do objeto museológico e patrimonial, o alargamento da noção de património são noções que estão plasmadas na filosofia funcional desta rede.

Não obstante, quando se analisam os documentos reguladores desta estrutura, verifica-se que se trata de conceitos que não são aplicados na prática. Existem parcerias celebradas com entidades locais embora o regulamento municipal omita a estrutura de funcionamento interno dos polos ligados ao Museu da Cidade. Todos os núcleos estão diretamente dependentes do Museu da Cidade e da respetiva tutela o que leva a considerar que se trata de uma estrutura vertical hierarquizada, sob controlo da autarquia, diretamente na pessoa do vereador do Pelouro da Cultura que, por sua vez, emana as diretrizes para o Departamento da Cultura e Turismo.

Não se observa qualquer ligação horizontal entre os polos embora se trate de uma estrutura polinucleada. Sendo tutelada pela autarquia, esta é, também, a entidade responsável pela gestão e programação dos polos.

Figura 29 – Estrutura orgânica de funcionamento do Museu da Cidade de Aveiro – estrutura polinucleada.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Caso 7 – Município de Caldas da Rainha

Em 2002, por ocasião do 75º aniversário da elevação de Caldas da Rainha a cidade, surgiu a ideia de criar a Rede Local de Museus de Caldas da Rainha na sequência de algumas iniciativas comuns organizadas para a efeméride (Gomes, 2006; Narciso, 2006). Em 16 de maio de 2006 foi assinado o protocolo entre as várias tuteladas que formalizava a estrutura. O protocolo celebrado consagra os princípios de racionalização e compatibilização de recursos assim como a cooperação e desenvolvimento de iniciativas comuns entre os diversos museus aderentes: Museu de José Malhoa³²⁴; Museu de Cerâmica³²⁵; Museu de Hospital das Caldas³²⁶ e Centro de Artes³²⁷ que engloba o Ateliê-Museu António Duarte, o Ateliê-Museu João Fragoso e o Museu Barata Feyo, uma residência e um conjunto de espaços de trabalho.

Da informação recolhida é possível averiguar que se trata de um projeto de cooperação interinstitucional formal visando, sobretudo, conciliar esforços administrativos e parcerias visando a formulação de candidaturas a fundos de investimento comunitários e nacionais. Não se encontram preocupações de outro nível nesta rede.

Figura 30 – Estrutura orgânica de funcionamento da Rede Local de Museus de Caldas da Rainha.



Fonte: Elaboração própria (2012).

³²⁴ Tutelado pelo Ministério da Cultura, na dependência direta do Instituto Português dos Museus.

³²⁵ Tutelado pelo Ministério da Cultura, na dependência direta do Instituto Português dos Museus.

³²⁶ Tutelado pelo Ministério da Saúde, na dependência direta do Conselho de Administração do Centro Hospitalar das Caldas da Rainha.

³²⁷ Tutelado pela Câmara Municipal de Caldas da Rainha.

Caso 8 – Município de Estremoz

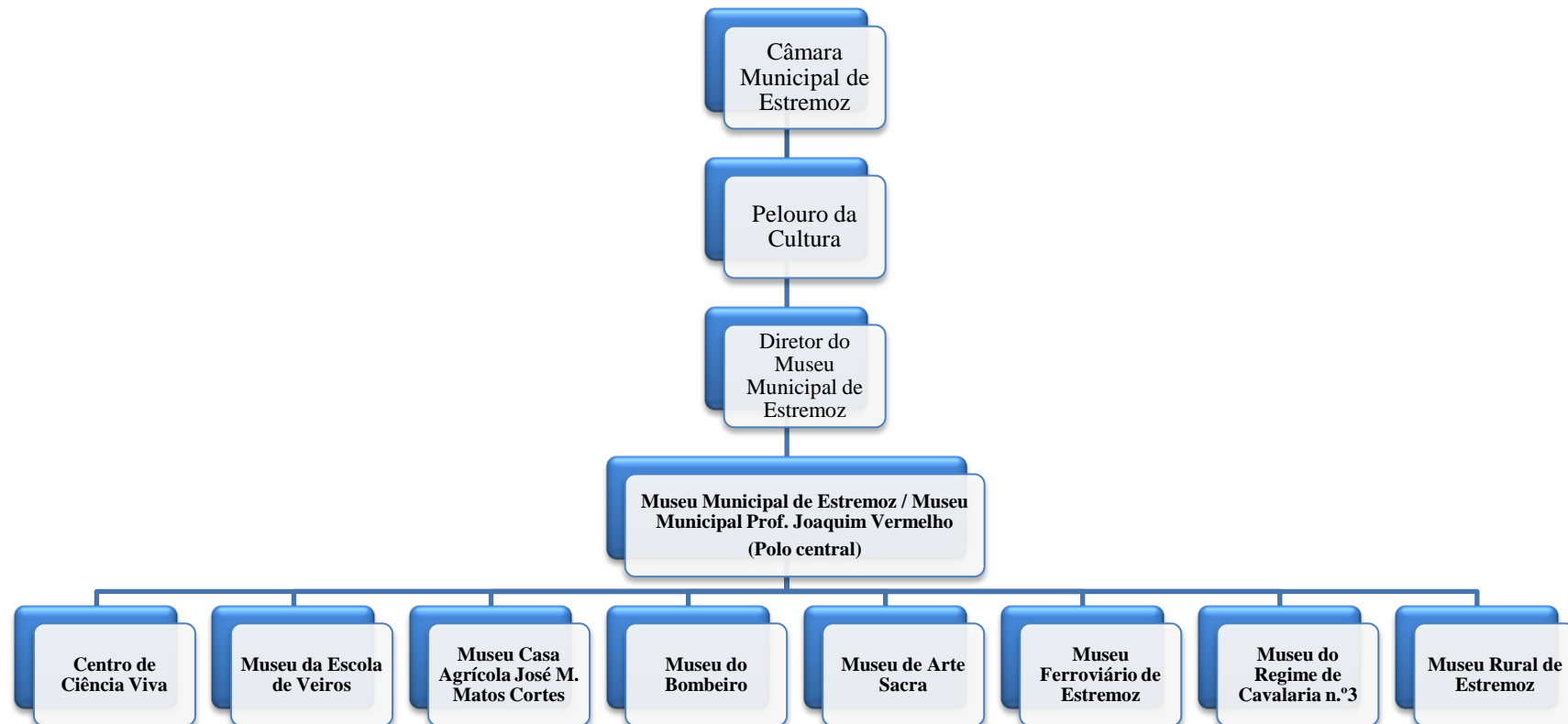
A Rede de Museus de Estremoz é constituída por nove instituições museais cujo polo central é o Museu Municipal de Estremoz Professor Joaquim Vermelho que, por sua vez, contempla três espaços museais e um espaço expositivo. Trata-se de uma livre associação de museus e coleções visitáveis, cujos principais objetivos passam pela divulgação dos espaços museais, bem como pela promoção da circulação de visitantes entre museus, funcionando como roteiro local de museus. Esta rede pretende, também, incentivar a colaboração entre os diversos museus no campo das exposições, atividades educativas e meios técnicos.

Os museus não são tutelados pela autarquia, à exceção do Museu Municipal. Para a constituição da rede celebraram um protocolo de cooperação a Câmara Municipal de Estremoz (promotora do projeto e tutela do Museu Municipal Professor Joaquim Vermelho), a Associação Centro de Ciência Viva de Estremoz (Centro de Ciência Viva de Estremoz), a Paróquia de Santo André de Estremoz (Museu de Arte Sacra), o Regimento de Cavalaria Número 3 (Museu Militar), Associação dos Bombeiros Voluntários de Estremoz (Museu do Bombeiro), Casa do Povo de Santa Maria de Estremoz (Museu Rural) e a Sr.^a Maria Domingas Cortes (Museu Casa Agrícola José Cortes), a CP-Caminhos de Ferro de Portugal (Museu Ferroviário de Estremoz) bem como a Farmácia Carapeta & Irmão (Museu da Farmácia Carapeta).

Embora tenha havido a celebração do referido protocolo, o regulamento para esta estrutura é omissivo quanto às parcerias e diversas tutelas envolvidas no projeto e que são proprietárias dos núcleos museológicos ligados ao Museu Municipal de Estremoz. Não existe no regulamento qualquer intenção de envolvimento com a comunidade uma vez que os espaços da rede são propriedade de terceiros.

De acordo com o regulamento, a estrutura está diretamente sob tutela do município e as únicas preocupações quanto à sua missão, valores e princípios são as que constam do próprio município, não existindo quaisquer outras específicas referentes ao património e sua salvaguarda. Nesta matéria, o regulamento é omissivo. Não existe, por isso, qualquer preocupação com a aproximação às comunidades locais nem com os princípios constantes da sociomuseologia.

Figura 31 – Estrutura orgânica de funcionamento da Rede de Museus de Estremoz.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Caso 9 – Município de Figueira da Foz

O Museu Municipal Santos Rocha foi fundado em 1894 pelo figueirense António dos Santos Rocha. Com o falecimento do seu fundador, o seu nome foi atribuído ao museu.

O Museu é tutelado pelo município, encontrando-se organicamente dependente da Divisão de Cultura, Biblioteca e Arquivos da Câmara Municipal. A partir do ano de 2000 o município encetou esforços para concretizar dois núcleos adstritos ao museu: Núcleo Museológico do Mar, contemplando 3 grandes áreas temáticas, e o Núcleo Museológico do Sal – uma salina ao ar livre desativada visitável. Este núcleo compreende, ainda, uma rota pedestre pelo salgado, um armazém de sal e uma rota fluvial elo estuário do rio Mondego. Todos estes espaços são municipais não contemplando a participação nem o envolvimento das comunidades locais no planeamento ou gestão dos espaços estando essas tarefas totalmente a cargo da autarquia. Não existe ligação horizontal entre os núcleos.

Figura 32 – Estrutura orgânica de funcionamento do Museu Municipal Santos Rocha.



Fonte: Elaboração própria (2012).

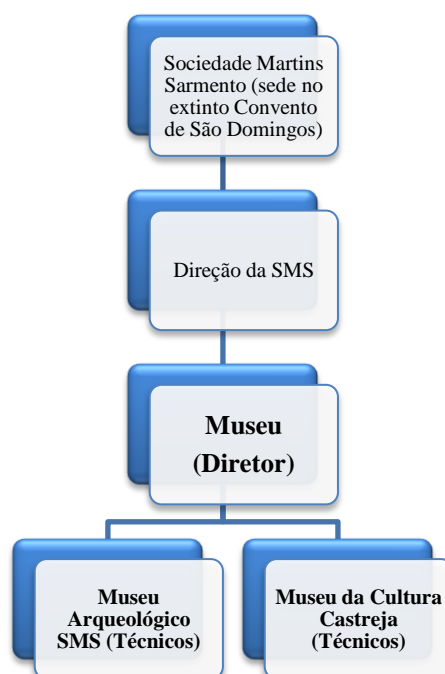
Caso 10 – Município de Guimarães

A Sociedade Martins Sarmiento (SMS) é uma instituição cultural de utilidade pública sem fins lucrativos fundada em Guimarães em 1881 em homenagem ao arqueólogo e etnógrafo Francisco Martins Sarmiento. Esta Sociedade tutela o Museu Arqueológico Martins Sarmiento – um dos mais antigos museus arqueológicos portugueses fundado em 1885 – e o Museu da Cultura Castreja dependendo ambos organicamente da direção da SMS.

Existe um protocolo de cooperação subscrito pela Universidade do Minho, pela SMS e pela Câmara Municipal de Guimarães estabelecendo um modelo de colaboração que visa garantir à SMS uma sustentação científica continuada e assegurar à universidade acesso privilegiado a um património de grande valor cultural e elevado potencial científico.

Está-se perante uma estrutura institucional vertical polinucleada tutelada por uma instituição com protocolo que visa assegurar as funções museológicas e os recursos humanos necessários para o seu funcionamento. Não existe qualquer ligação com o meio envolvente.

Figura 33 – Estrutura orgânica de funcionamento dos Museus da Sociedade Martins Sarmiento – Guimarães.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Caso 11 – Município de Ílhavo

O Museu Marítimo de Ílhavo contempla, para além da sede, um núcleo: o Navio-Museu Santo André tratando-se, por isso, de duas unidades museais. O Museu Marítimo de Ílhavo foi fundado em 1937 tendo sido instalado no atual edifício em 2001. É considerado pela autarquia que o tutela como um eixo do desenvolvimento local, procurando a qualificação, profissionalização e envolvimento da comunidade. Todavia, analisando-se o regulamento, verifica-se que os objetivos do Museu dividem-se em três áreas: social, cultural e educativo. No primeiro caso, os objetivos visam

- a) Definir estratégias e apresentar projetos que viabilizem soluções institucionais para ações que coloquem em risco a autenticidade material e imaterial, histórica e construtivo-tecnológica, ou a identidade e memória colectiva;
- b) Integrar o Museu e os programas museológicos em projectos de desenvolvimento cultural, em especial relacionados com o desenvolvimento integrado, que viabilizem o património enquanto recurso cultural;
- c) Propor acordos e protocolos de cooperação com outras instituições e entidades, públicas ou privadas, que prossigam fins semelhantes;
- d) Incentivar a participação e co-responsabilização da sociedade civil na valorização do património marítimo (material e imaterial).” (Câmara Municipal de Ílhavo, s/data, p.3)

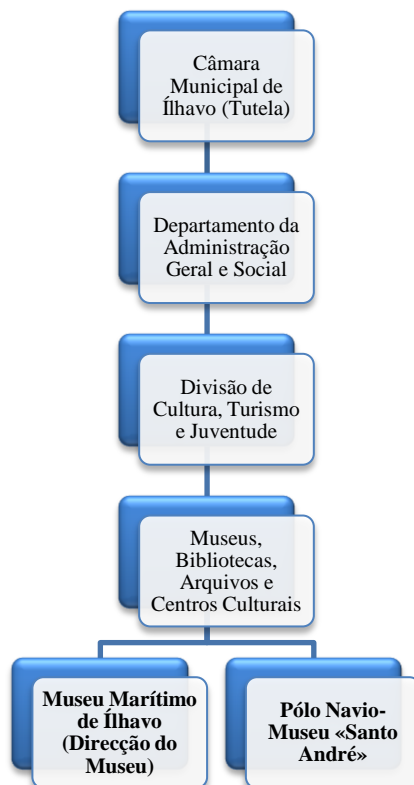
Está patente a preocupação com a salvaguarda do património material e imaterial local, da memória e identidades coletivas assim como a noção do museu enquanto elemento de desenvolvimento integrado e a possibilidade de envolvimento de outras entidades através do estabelecimento de protocolos para o efeito. A noção de corresponsabilização das comunidades na valorização patrimonial está explícita.

No âmbito cultural, a preocupação limita-se apenas às funções de inventário e salvaguarda dos bens patrimoniais enquanto que ao nível educativo, a intenção da tutela é “sensibilizar e estimular o estudo científico e técnico dos bens culturais [e] dinamizar a comunicação e promover a divulgação, para os diferentes públicos, das colecções do Museu através da criação de projectos educativos” (*Ibidem*). Está omissa, a noção de uma abertura do museu ao meio com o envolvimento direto das comunidades, quer na dinamização dos espaços, quer na sua cogestão ou criação museográfica.

Torna-se claro que, embora o regulamento faça referência a alguns dos aspetos sociomuseológicos, a sua concretização não sucede junto das populações pois não é definido

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena
nem considerado no regulamento esse procedimento, considerando-se apenas a dependência direta da direção à presidência da autarquia através do Departamento de Administração Geral e Social.

Figura 34 – Estrutura orgânica de funcionamento do Museu Marítimo de Ílhavo.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Caso 12 – Município de Loulé

A rede de museus de Loulé contempla sete polos – Polo da Cozinha tradicional; Pólo Museológico do Esparto; Polo Museológico Cândido Guerreiro e Condes de Alte; Estação Arqueológica Cerro da Vila; Polo Museológico dos Frutos Secos; Polo Museológico de Salir e Polo Museológico da Água – e uma sede: o Museu Municipal de Loulé, tendo sido elaborado um documento estratégico denominado Plano Museológico do Concelho de Loulé (PMCL). Trata-se de um projeto municipal vinculado à Divisão de Cultura e Património Histórico da Câmara Municipal de Loulé.

Através do núcleo central – Museu Municipal de Loulé – são estabelecidos vários percursos disseminados pelo território, privilegiando-se a descentralização cultural numa tentativa de fomentar o desenvolvimento local (Raimundo, 2004). Estes polos funcionam como pequenos centros interpretativos no território nas componentes social, económica e cultural.

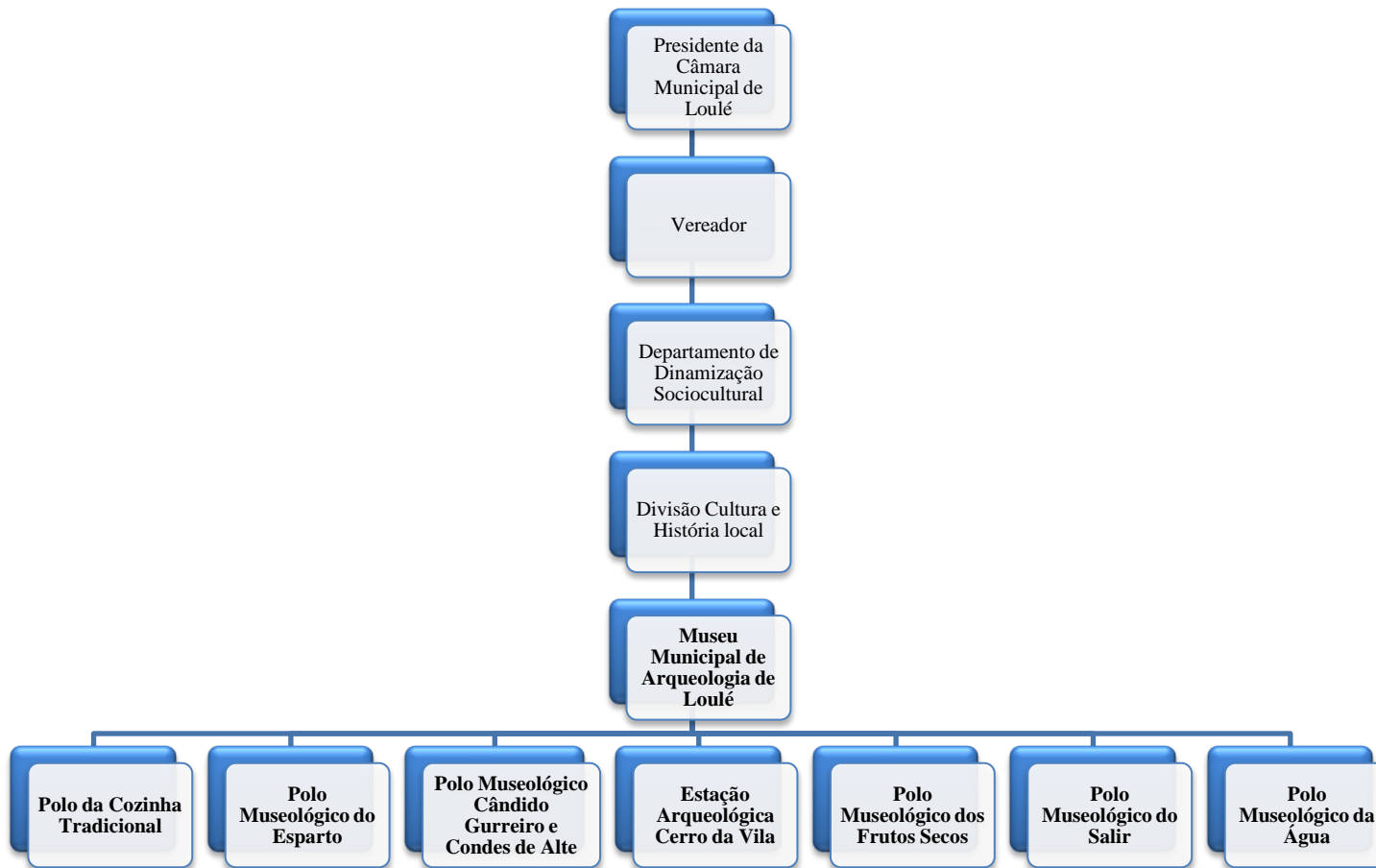
O PMCL assume, de forma explícita, os princípios basilares da sociomuseologia encarando o museu enquanto a) instituição viva, com público participante; b) espaço interpretativo de um território, de uma população e de um património e c) instituição atuante como polo de desenvolvimento. Adota, ainda, enquanto filosofia interventiva, o trinómio *território – património – população* em detrimento do *edifício – coleção – público* numa clara aproximação à abordagem sociomuseológica da instituição museal. De acordo com Raimundo,

“Esta nova conceção abre caminho a uma metodologia de trabalho que irá consagrar o espaço edificado do museu, em sintonia complementar com o seu território envolvente, como se este fosse o seu prolongamento. Em segundo sentido, o museu irá constituir-se em torno de um património cultural próprio, proveniente do contexto social e económico da comunidade onde se insere, que o deve assumir como um espaço social de identidade. Em terceiro lugar, o que o museu irá privilegiar não é um público amorfo e distante, mas uma população interessada no seu usufruto, à qual ele se devolve, numa visão interpretativa.” (Raimundo, 2004, s/pág.).

Apesar desta perspetiva integrada dos polos museológicos parece que estes não detêm autonomia face à sede da rede. Na prática, as atividades são promovidas pelos serviços educativos do museu *para* o público escolar, local e utentes e não *com* estes. As comunidades parecem participar na vida do museu com a cedência de objetos, como é o caso da Casa do Povo de Alte, do Grupo Folclórico e Etnográfico de Alte e alguns particulares através da celebração de protocolos e parcerias diversas. No caso dos particulares, mais concretamente, há lugar ao aluguer de instalações privadas pela autarquia com a finalidade da sua musealização como foi o caso do Polo Museológico dos Frutos Secos.

Trata-se, pois, de uma rede museológica de museus e espaços musealizados de estrutura vertical. Embora a sua filosofia funcional incida diretamente sobre a sociomuseologia contemplando grande parte dos seus pressupostos, não se verifica uma *praxis* vincadamente direcionada para a sua implementação efetiva, limitando-se a envolver a população local através de parcerias.

Figura 35 – Estrutura orgânica de funcionamento da Rede de Museus de Loulé.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Caso 13 – Município de Loures

A Rede de Museus de Loures surge em 2003 na sequência da adesão do Museu Municipal de Loures e o Museu de Cerâmica de Sacavém à Rede Portuguesa de Museus e é formalizada em 2006 com a aprovação do respetivo regulamento. Integra esta rede um total de quatro museus: Museu Municipal de Loures, na Quinta do Conventinho em Santo António dos Cavaleiros; Museu de Cerâmica de Sacavém, em Sacavém, com núcleo museológico na Casa Museu José Pedro, em Sacavém; Museu do Vinho, em Bucelas.

A rede de museus apresenta como missão no respetivo regulamento:

- “1) O cumprimento das políticas culturais definidas pela administração do município;
- 2) A contribuição para a preservação e valorização dos testemunhos humanos no território;
- 3) A observação do primado da pessoa;
- 4) A prestação de um serviço público de qualidade;
- 5) A promoção de actividades que conduzam a um maior envolvimento das comunidades locais na vida e funcionamento da Rede de Museus de Loures, enquanto espaços de exercício e afirmação de democracia e cidadania;
- 6) A promoção, salvaguarda, preservação, divulgação, acessibilização e fruição do Património Cultural existente e em conformidade com as missões e os acervos de cada museu;
- 7) A gestão integrada de equipamentos, recursos humanos e técnicos utilizando o conceito de Rede;
- 8) A garantia de integridade dos bens à responsabilidade dos museus;
- 9) A criação de instrumentos e procedimentos de incorporação, inventário, documentação, conservação preventiva e plano de segurança em conformidade com as respectivas missões, edifícios e envolventes;
- 10) A garantia do acesso dos públicos às colecções museológicas (documentos e objectos);
- 11) O cumprimento e observação da Carta Ética do ICOM e da Carta Ética da Administração Pública prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/97 de 22 de Março;
- 12) O fomento de cooperação, transversalidade e observação de boas práticas museológicas e documentais, a nível nacional e internacional.”
(Câmara Municipal de Loures, 2006, p.4).

Observa-se que existe a consciência do conceito de rede reconhecendo as noções de funcionamento em regime de “cooperação, transversalidade e observação de boas práticas museológicas e documentais a nível nacional e internacional” assim como na observância da “gestão integrada de equipamentos, recursos humanos e técnicos”. Também existe a consciência de que é necessário haver uma abertura dos museus a outras comunidades e

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

outras instituições tanto nacionais como internacionais. Está, ainda, implícito o conceito de museu enquanto prestador de serviços e local de afirmação da democracia e cidadania ignorando, porém, a inclusão da comunidade na vida ativa destes espaços.

Verifica-se que existe uma estrutura enraizada no município integrando o Departamento Sociocultural do Património Cultural que, por sua vez, se subdivide em diversas divisões. A divisão que tutela os museus e as bibliotecas é a Divisão do Património Cultural. O chefe desta divisão, nomeado pela câmara municipal, assume a função de gestor dos recursos humanos e da logística que estão afetos a esta divisão e a quem reportam os diretores dos museus desta rede. As atividades e funções museológicas da rede são, assim, asseguradas pelo chefe da Divisão do Património Cultural em conjunto com um corpo de coordenadores de área (de Reservas, de Comunicação, de Investigação e de Centros de Documentação da rede de museus de Loures), de serviços (administrativos de apoio à manutenção de redes de equipamento da rede de museus de Loures e de serviço administrativo da rede) e de gabinetes (de Arqueologia e de apoio da rede de museus de Loures) que, em equipa, garantem o funcionamento dos equipamentos e gerem os recursos humanos e técnicos afetos aos museus.

As equipas de cada área, gabinetes e serviços são equipas multidisciplinares que se encarregam de planear, implementar e executar as atividades para todos os museus que pertencem à rede de Loures (desde, por exemplo, a conceção de uma exposição até à sua montagem final). Os técnicos da área de Comunicação afetos a cada um dos museus farão, por sua vez, as visitas guiadas das exposições.

Em conclusão, em termos de organograma da rede de museus de Loures pode destacar-se a seguinte hierarquia de funções (do topo para as bases): presidente da Câmara Municipal; Vereador responsável; Chefe do Departamento Sociocultural; Chefe da Divisão de Património Cultural (diretor da RML, nomeado pela Câmara Municipal de Loures – funções artigo 13, ponto 1, do Regulamento interno da Rede de Museus de Loures); Coordenadores das áreas de Reservas (funções no artigo 13, ponto 2, do Regulamento interno da Rede de Museus de Loures), de Comunicação (funções no artigo 13, ponto 3, do Regulamento interno da Rede de Museus de Loures), de Investigação (funções no artigo 13, ponto 4, do Regulamento interno da Rede de Museus de Loures) e de Centros de Documentação da rede de museus de Loures (funções no artigo 13, ponto 5, do Regulamento interno da Rede de Museus de Loures), de serviços (Serviço Administrativo da Rede de Museus de Loures – funções no artigo 13, ponto 6; Serviço de apoio à manutenção de redes e equipamentos da

Rede de Museus de Loures – funções no artigo 13, ponto 7) e gabinetes com suas respectivas equipas (Gabinete de Arqueologia da Rede de Museus de Loures – funções no artigo 13, ponto 8; Gabinete de Apoio da Rede de Museus de Loures – funções no artigo 13, ponto 9) e Diretores de Museus; funcionários dos Museus.

Trata-se de uma estrutura operativa vertical transversal a todos os museus adstritos.

Quanto ao envolvimento da(s) comunidade(s) local(is) na cogestão e a sua corresponsabilização na salvaguarda patrimonial, esta não existe. Embora a tutela considere que a rede foi constituída na base de uma “política de criação de consciência patrimonial, através da intervenção e interacção com as comunidades locais em projectos e actividades” (Câmara Municipal de Loures, 2006³²⁸) apenas se encontra recetiva a trabalhar com as “associações ou grupos de cidadãos/cidadãs interessados/as, desde que publicamente reconhecidos perante a Câmara Municipal de Loures para a promoção de actividades, numa sinergia conjunta de interesses para a divulgação das colecções museológicas” (Câmara Municipal de Loures, 2006, *Regulamento da Rede de Museus de Loures*, Artigo 33º, ponto 1) [sublinhado nosso].

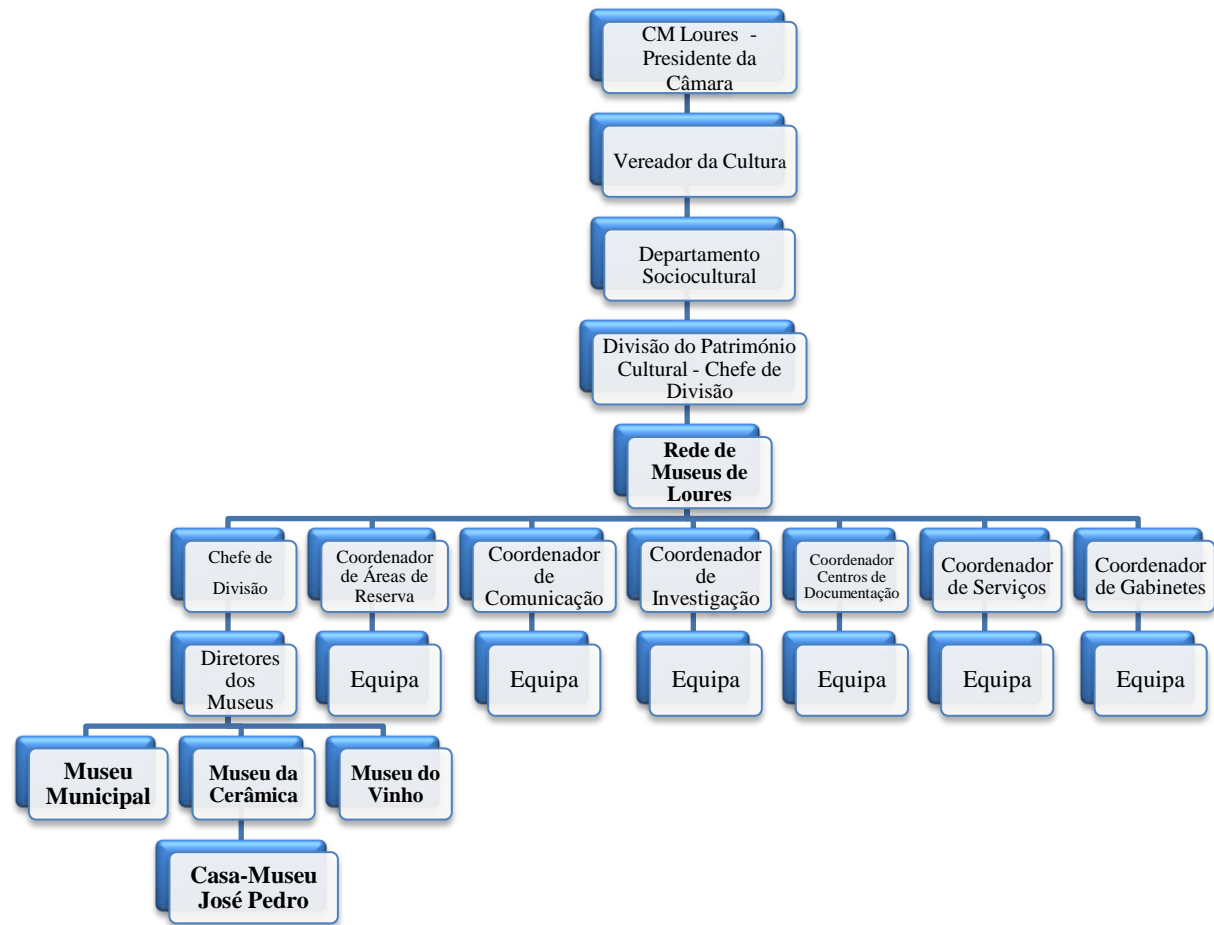
Mas considera mais: “O âmbito da colaboração cingir-se-á tão e somente à divulgação e promoção das colecções, havendo sempre necessidade de aprovação prévia por parte da Direcção da Rede de Museus de Loures das actividades propostas por essas entidades externas.” (*Idem*, ponto 2). [sublinhado nosso].

Deste modo, entende-se que a Rede Municipal de Museus de Loures é uma estrutura municipal bem organizada no que se refere à logística e aos recursos humanos. Esta rede integra parcerias com municípios, empresas, museus nacionais e internacionais, reservando-se no direito de seleccionar aqueles com quem pretende trabalhar.

Apesar de demonstrar uma preocupação com a inclusão social, nomeadamente com as comunidades imigrantes que se fixaram no território, tornando-se parte da comunidade alargada de Loures, a participação que é permitida no âmbito da vida do museu é limitada apenas ao mero usufruto do espaço e a realização de exposições previamente aprovadas pela tutela. Trata-se, assim, de uma organização logisticamente muito funcional mas totalmente fechada à(s) população(ões) local(is).

³²⁸ In http://www.cm-loures.pt/aa_PatrimonioRedeMuseusA.asp Consultado em 3 de setembro de 2009.

Figura 36 – Estrutura orgânica de funcionamento da Rede de Museus de Loures.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Caso 14 – Município de Matosinhos

A Rede de Museus de Matosinhos (MuMA) é uma estrutura concebida e promovida pela Câmara Municipal de Matosinhos que “congrega e dinamiza os diferentes museus existentes” (Câmara Municipal de Matosinhos, 2009, s/pág.) tutelados por várias entidades.

É coordenada pela autarquia através da Divisão de Promoção Cultural e Museus.

A rede inclui as seguintes entidades: Museu do Bombeiro (tutelado pela Associação Humanitária de Matosinhos); Casa do Mar e Tanques Romanos (tutelada pela Cooperativa de Turismo de Lavra – Turislavra); Museu da Quinta de Santiago (tutelado pelo município); Museu Paroquial de Lavra Padre Ramos (tutelado pela paróquia local); Museu da Escola EB23 de Lavra (tutelado pela própria escola); Casa-Museu Abel Salazar (dinamizada pela Associação divulgadora da Casa-Museu); Sala-Museu Guilherme Ferreira Thendim (tutelado pelo município); Museu de Jazigos Minerais Portugueses (Tutelado pelo Laboratório Nacional de Energia e Geologia – LNEG); Museu do Linho e do Milho (tutelado pelo Rancho Folclórico Padrão da Légua; Museu da Misericórdia de Matosinhos (tutelado pela Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos) e Museu da História da Escola Gonçalves Zarco (tutelado pela própria escola). Trata-se de um total de 11 espaços museais na área do município dos quais apenas dois são tutelados pelo município. As restantes entidades são autónomas.

Esta rede tem como missão “mediar e apoiar o tecido museológico do concelho de Matosinhos, através, nomeadamente, do fomento da cooperação entre as diversas instituições que albergam museus neste território” (Câmara Municipal de Matosinhos, 2009³²⁹).

Os objetivos da rede passam por:

“reforçar a política da autarquia de ‘apoio aos museus e núcleos museológicos do concelho’; incrementar a colaboração entre a autarquia e os museus de Matosinhos; promover e divulgar os museus e as suas coleções; democratizar o acesso à informação e à formação de pessoal especializado; descentralizar e racionalizar meios técnicos e financeiros; incentivar a aplicação de correctas práticas museológicas e museográficas; promover a requalificação e democratização dos museus; face à acção das equipas técnicas da Câmara Municipal, de assegurar horários fixos mensais de abertura ao público com serviços educativos.”

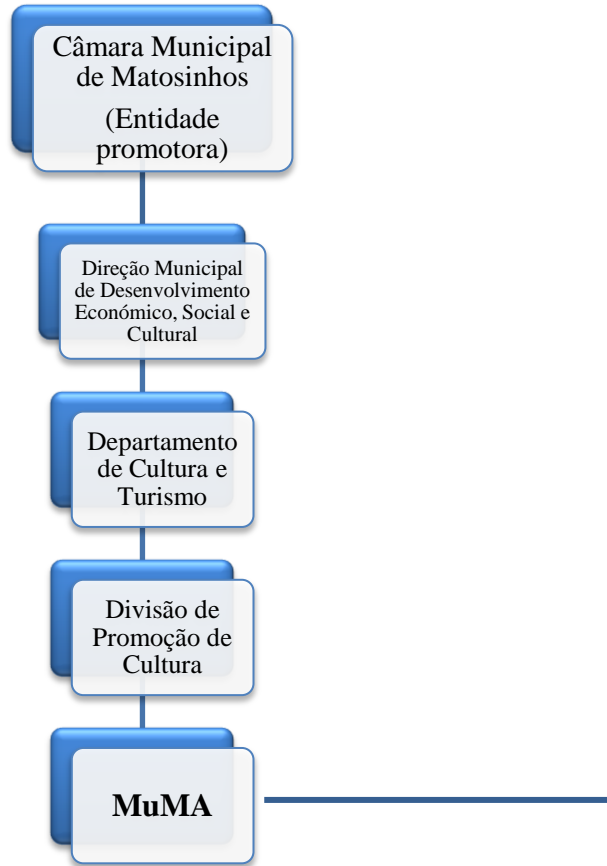
³²⁹ Newsletter da MuMA, Rede de Museus de Matosinhos, Maio de 2009, Boletim N.º 1, p.1. In http://www.cm-matosinhos.pt/PageGen.aspx?WMCM_PáginaId=52507 Consultado em 12 de agosto de 2009.

Através desta rede museológica alargada a diversos setores da comunidade de Matosinhos, o município disponibiliza: a divulgação de informação geral de todos os espaços museológicos no sítio da Internet do município; a formação junto dos parceiros da autarquia neste projeto; apoio técnico, através de uma equipa de trabalho da rede MuMA, a todos os museus que compõe a rede e ainda disponibiliza apoio financeiro ao nível das infraestruturas, inventário, exposições, conservação preventiva, divulgação, realização de atividades educativas, entre outras. A rede assegura os horários de abertura dos museus e coordena os serviços educativos da maioria dos museus.

Esta ação autárquica vai ao encontro de um funcionamento verdadeiramente transversal, partilhado e impulsionado por uma política cultural centrada na otimização e partilha de recursos e meios agindo como motor de desenvolvimento. A ação não é controladora da atividade de cada entidade mas sim congregadora de esforços e complementar na falta de meios que possam subsistir dando espaço para a livre ação da comunidade nos «seus» espaços. Por isso, considera-se que se trata das poucas redes horizontais de partilha assumindo-se como recurso estratégico do desenvolvimento e ordenamento do espaço urbano e rural agindo de forma interdisciplinar, constituindo-se um verdadeiro agente promotor do desenvolvimento das comunidades numa perspetiva de governação.

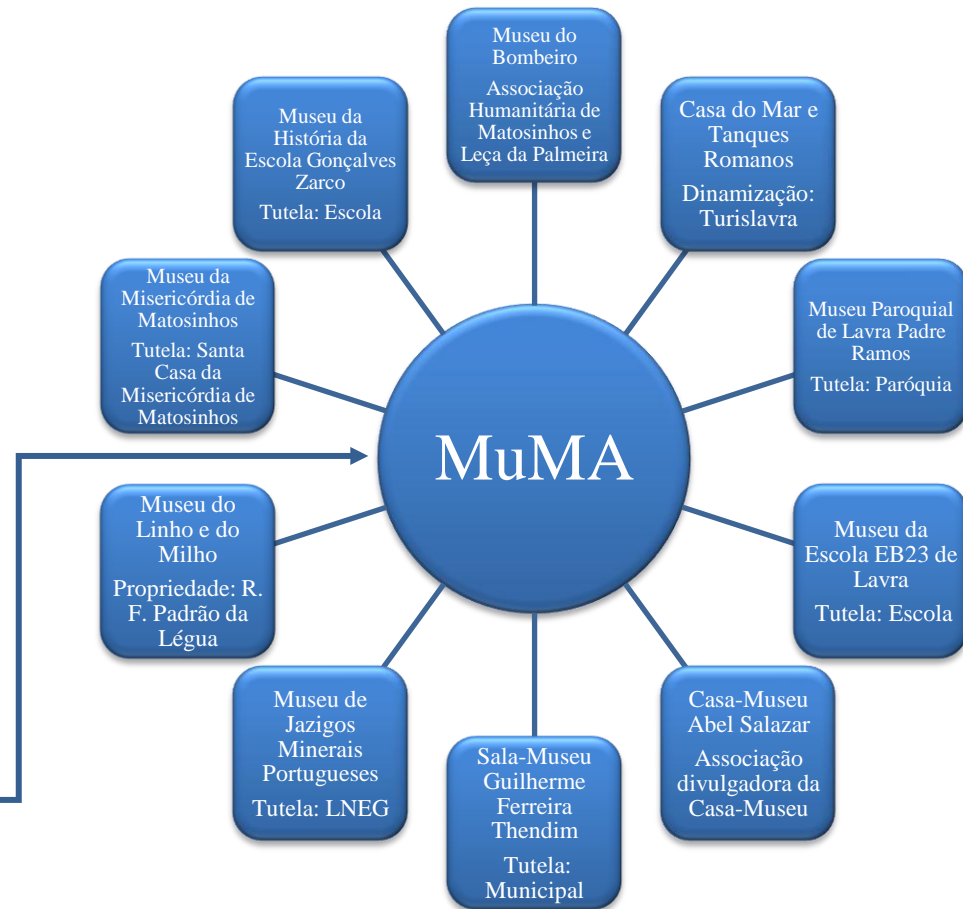
Seria de esperar que numa organização com esta configuração estrutural e dinâmica promovesse uma articulação de ações entre os seus membros. Todavia, há a apontar que não existe complementaridade nem se desenvolvem esforços estratégicos entre os núcleos. Estes limitam-se a usufruir dos variados apoios concedidos pela autarquia, através da rede MuMA, desenvolvendo, em simultâneo, as suas próprias atividades sem que haja uma partilha nem concertação entre os núcleos propriamente ditos. Esta será, porventura, de entre as suas muitas virtudes, uma das falhas desta rede local de museus.

Figura 37 – Relação de dependência da rede MuMA.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Figura 38 – Estrutura orgânica da Rede de Museus MuMA.



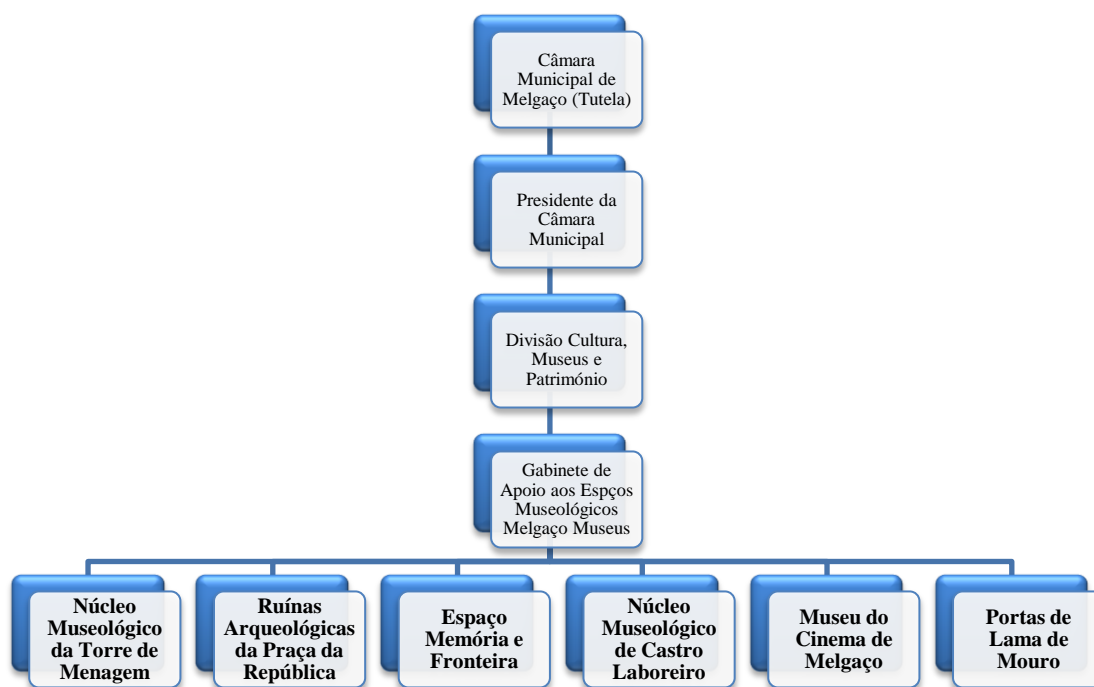
Fonte: Elaboração própria (2012).

Caso 15 – Município de Melgaço

A rede denominada Melgaço Museus é uma estrutura que surgiu com o intuito de melhor divulgar os diversos espaços museológicos entre os visitantes do concelho configurando mais um roteiro que propriamente uma rede. Não existe qualquer menção à ação museológica direcionada para as populações nem a sua solicitação para qualquer intervenção na cogestão dos espaços ou responsabilização na museografia. Fazem parte desta rede, ou roteiro: o Núcleo Museológico da Torre de Menagem; as Ruínas Arqueológicas da Praça da República; o Núcleo Museológico Castro Laboreiro; o Museu de Cinema de Melgaço; Portas de Lama de Mouro e o Espaço Memória e Fronteira – todos tutelados pelo município.

Não parece haver a assunção dos espaços museológicos como recursos estratégicos para o desenvolvimento local das populações nem o sentido da necessidade de abertura a outras realidades e outras comunidades. Trata-se de um roteiro de instituições museais sob tutela municipal, numa estrutura vertical hierarquizada.

Figura 39 – Estrutura orgânica de funcionamento da rede museológica «Melgaço Museus».



Fonte: Elaboração própria (2011).

Caso 16 – Município de Mértola

O Museu de Mértola, estrutura municipal constituída por oito núcleos, é resultado da relação entre duas instituições – Câmara Municipal de Mértola e o Campo Arqueológico de Mértola – que conciliaram esforços objetivando o estudo, a preservação e a valorização do património cultural de Mértola.

Os núcleos museológicos foram surgindo dentro da mesma linha de dinamização e valorização patrimonial e cultural do Concelho. Em 1990 foi inaugurada a Casa Romana; em 1991 o Núcleo do Castelo; em 1993 a Basílica Paleocristã; em 1999 a Ermida e Necrópole de S. Sebastião; em 2000 o Núcleo de Tecelagem e, em 2001, os núcleos de Arte Sacra, Forja do Ferreiro e Arte Islâmica.

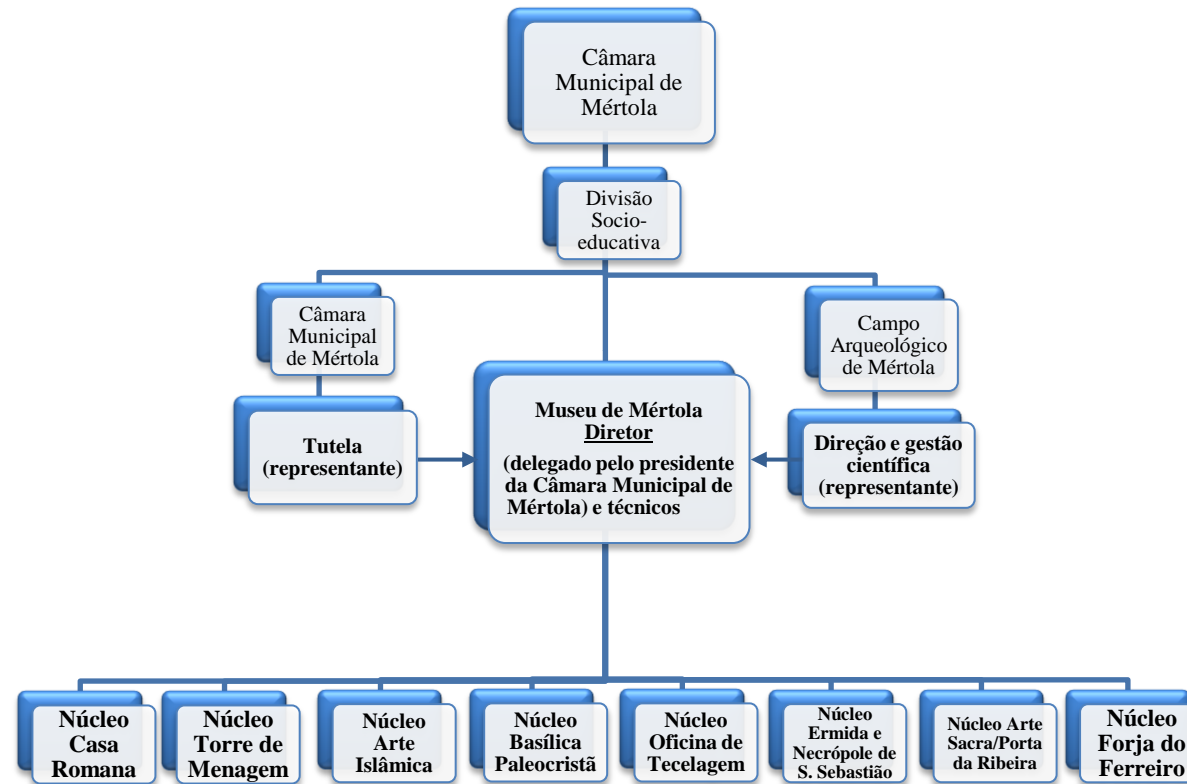
Levando em linha de conta a particularidade deste projeto museológico, não chegou a ser elaborado um testemunho legal que correspondesse à fundação do Museu de Mértola.

Foi assinado, no ano de 2004, o Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Mértola e o Campo Arqueológico de Mértola, sobre a Gestão do Museu de Mértola. Em conformidade com o protocolo, a tutela do museu é da Câmara Municipal e a direção e a gestão científica cabe ao Campo Arqueológico de Mértola. Daí que o museu seja gerido em regime de cogestão institucional. Cada instituição é representada por uma pessoa já destinada em protocolo. Estas duas instituições procuram trabalhar em sintonia dada a grande proximidade que lhes é exigida por força do protocolo. E para que tal suceda estão muito bem delineadas as funções e obrigações, quer de uma, quer de outra.

Verifica-se a total ausência de inclinação destes espaços para a inclusão das populações locais na sua gestão ou preparação de atividades.

Existe alguma tentativa de aproximação às comunidades exteriores ao município através do projeto MERCATOR – Route des Merchands, Ville des Marchés en Méditerranée, um projeto Interreg IIIB MEDOCC EU. Um dos objetivos desta organização +e explorar as antigas redes comerciais, as cidades mercantis e a identidade comum criada ao longo da história do Mediterrâneo desde a época dos Etruscos até ao século XIX e valorizá-los. As atividades dos parceiros deste projeto incluem a elaboração de itinerários patrimoniais em regiões anteriormente marcadas pela presença de comerciantes e pelas atividades mercantis.

Figura 40 – Estrutura orgânica de funcionamento do Museu de Mértola.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Caso 17 – Município de Mogadouro

A Rede de Museus e Galerias de Mogadouro (RMG) é uma estrutura tutelada pelo município do Mogadouro que incorpora um conjunto não especificado de unidades museológicas e galerias de exposição locais. Existe um diretor desta estrutura que reporta diretamente ao presidente da câmara e a quem os responsáveis de outras unidades da rede reportam.

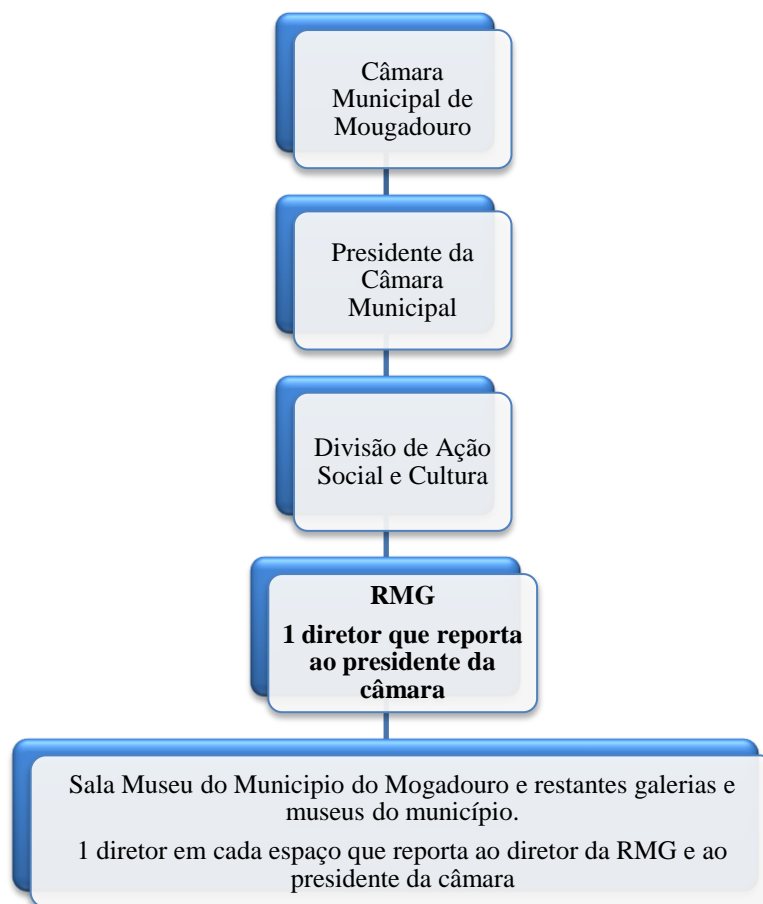
É assumido, do forma clara, que esta estrutura bastante rígida e fechada é “uma área de serviço cultural do município dependendo dos seus órgãos políticos e técnicos” (Câmara Municipal de Mogadouro, 2007) deixando pouca liberdade de ação ou usufruto para as populações. É explícito que “a cedência temporária de bens culturais afectos à RMG, ou às unidades de serviço dependentes, só pode ser efectuada após o parecer favorável do director da RMG e, cumulativamente, da decisão do presidente do município de Mogadouro” (*Ibidem*). Também todas as propostas de atividade a realizar em qualquer destes espaços carece de parecer favorável do presidente da câmara. De igual modo, os espaços de serviços educativos

“podem ser requisitados para atividades de entidades, instituições ou particulares (...) desde que devidamente justificadas e integradas no espírito do serviço educativo, sendo os pedidos analisados pela Sala-Museu, sujeitos a parecer da RMG e posterior aprovação pelo presidente do município [sendo que] todas as despesas com as iniciativas estão a cargo das entidades, instituições ou particulares que requeiram o espaço, salvo nos casos despachados em contrário pelo presidente do município. (...) O proponente a realizar exposições ou eventos temporários em espaços afectos à RMG deve manifestar as suas pretensões através de proposta escrita dirigida ao presidente do município.” (*Ibidem*) [Sublinhado nosso.]

Quanto às parcerias, admite-se a celebração de “protocolos ou acordos com instituições, associações ou entidades de diversa índole com vista à isenção ou redução do preço de entrada para a visita à Sala-Museu ou isenção apenas para a visita a uma das exposições temporárias ou permanentes patentes” (*Ibidem*) não se prevendo qualquer outra possibilidade.

Pelo exposto, a RMG assume-se como estrutura com uma hierarquia rigidamente estabelecida sem qualquer abertura para a prática sociomuseológica preocupando-se apenas em manter a sustentabilidade económica das suas galerias e museus.

Figura 41 – Estrutura orgânica de funcionamento da Rede de Museus e Galerias de Mogadouro.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Caso 18 – Município de Óbidos

A Rede de Museus e Galerias de Óbidos (RMGO) é uma estrutura ao serviço público composta por 3 museus, 3 galerias, 1 centro de arte contemporânea e outros pequenos núcleos museológicos. Fazem parte desta rede: Museu Municipal – Solar da Praça de Santa Maria – núcleo central; Museu Abílio Matos Silva com respetiva casa contígua; Galeria Ogiva – Centro de Arte Contemporânea; Gabinete Municipal de Arqueologia; Galeria da Casa do Pelourinho e Centro de Design de Interiores, entidades, estas, tuteladas pelo município e, ainda o Museu Paroquial de Óbidos, tutelado pela paróquia local.

Os serviços da RMGO promovem a investigação sobre os testemunhos materiais do ser humano e do seu meio ambiente, incorporando e salvaguardando os bens que forem possíveis e significativos para a elaboração do discurso museológico, discurso este que procura privilegiar, além do estudo, a difusão de conhecimentos, a educação e fruição dos referidos bens.

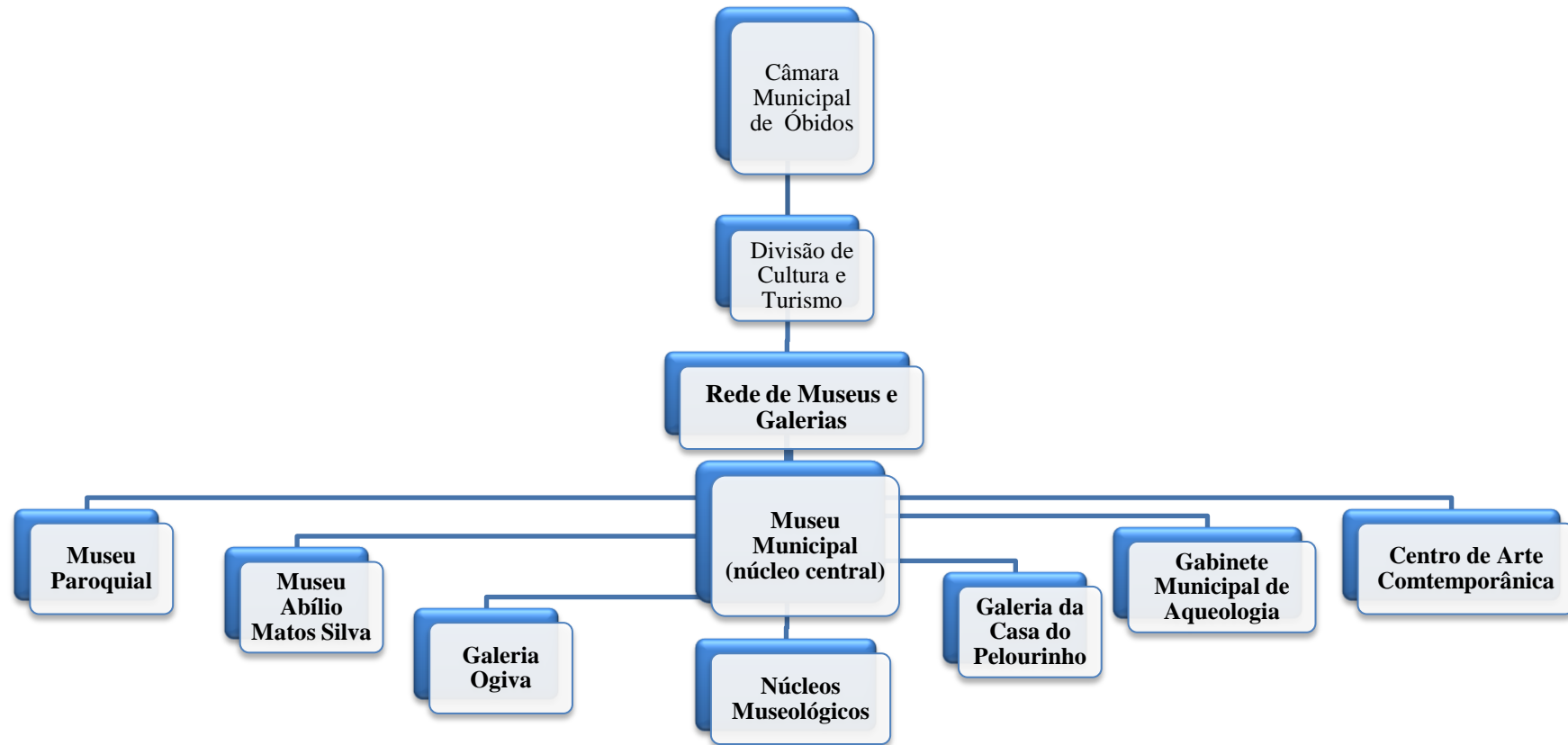
A RMGO possui outros projetos associados que lhe dão visibilidade e visitantes: um conjunto de atividades de promoção cultural desenvolvido por uma empresa municipal e um cartão de descontos em produtos culturais. A empresa municipal ÓBIDOS PATRIMONIUM – E.M. tem como principal objetivo a promoção turística, a realização do Plano de Animação que lhe for definido pela câmara municipal e o desenvolvimento de todas as ações conducentes à valorização do património histórico e natural de Óbidos.

Verifica-se que apenas existe um protocolo de cooperação celebrado entre o município e a paróquia local, sendo que toda a ação museológica desenvolvida e gestão espaço do Museu Paroquial é realizada em resultado das decisões conjuntas do pároco local e os técnicos do Museu Municipal. Todos os restantes museus têm gestão exclusivamente municipal.

Não se regista qualquer envolvimento das comunidades ou aproximação destas às práticas desenvolvidas nos espaços museológicos. Também não se identificam nenhuns dos pressupostos da sociomuseologia no regulamento nem nas informações veiculadas pela imprensa ou divulgação efetuada pelo município.

Daí que se conclui que se está perante uma estrutura meramente técnica de gestão dos espaços culturais do concelho, havendo uma empresa municipal que assume grande parte das tarefas que deveriam ser cometidas à autarquia ou às forças vivas da comunidade local.

Figura 42 – Estrutura orgânica de funcionamento da Rede de Museus e Galerias de Óbidos (RMGO).



Fonte: Elaboração própria (2012).

Caso 19 – Município de Palmela

O Museu Municipal de Palmela, centrando-se em torno dos patrimónios locais, foi inicialmente instituído em 1987 como uma estrutura polinucleada, objetivando a preservação do património municipal. A partir de 2003, o município de Palmela encetou, um programa museológico municipal visando incorporar novas discussões alargadas junto das comunidades locais, mais concretamente, das juntas de freguesia, do movimento associativo e de cidadãos interessados nos assuntos respeitantes ao património e cultura locais. Esta ação pautou-se por tentar ir ao encontro dos “desejos das comunidades nas quais se pretende implantar ou requalificar/reestruturar núcleos museológicos” (Museu Municipal de Palmela, 2004, p.1)³³⁰

O Museu Municipal configura duas tipologias de equipamentos a ele adstritos: a) núcleos museológicos de gestão exclusivamente municipal e b) «extensões» cuja gestão é partilhada entre o município e outras entidades privadas ou particulares. Neste último caso existe um acervo arqueológico que é gerido pelo Museu Municipal e outros dois casos onde decorrem atividades destinadas a divulgar o património imaterial como sejam os saberes-fazer tradicionais rurais, a transformação cerealífera e a olaria e azulejaria (*Idem*, p.4).

No funcionamento desta estrutura, cabe à autarquia garantir a existência de meios técnicos, científicos e financeiros para o funcionamento do Museu Municipal sendo que “os núcleos partilham entre si certas funções (formação, conservação, documentação) com vista a uma otimização de meios humanos, técnicos e financeiros afectados a cada núcleo e à própria instância-organizadora” (*Idem*, p.11).

Esta rede contempla os seguintes espaços: Núcleo-Sede Castelo de Palmela e envolvente; Núcleo do Vinho e da Vinha; Núcleo da Quinta do Anjo; Núcleo do Pinhal Novo; Núcleo da Herdade de Rio Frio; Museu da Malária; Castro de Chibanes (jazida arqueológica); Centro de Artes e Ofícios de Quinta do Anjo; Moinhos vivos; Centro de Interpretação do Zambujalino (polo ecomuseológico); Núcleo Coleção Palmela de Arte Contemporânea; Espaço Fortuna Artes e Ofícios; Museu do Pastor e Casa Caramela/Centro de Ocupação Infantil.

Num olhar mais pormenorizado, verifica-se que, apesar de existirem espaços sem afinidades criadas com as comunidades locais, outros há como é o caso do Núcleo do Vinho e

³³⁰ In <http://www.cm-palmela.pt/pt/conteudos/areas+de+intervencao/patrimonio+cultural/Museu+Municipal/>
Consultado em 4 de agosto de 2009.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena da Vinha, tutelado pelo município, que procuram ser espaços de memória vocacionados para a preservação e conservação patrimonial “afirmando-se na relação com a comunidade local, reflectindo histórias de vida, saberes e anseios.” (Câmara Municipal de Palmela, 2009)³³¹. Outro espaço desta natureza é o Centro de Artes e Ofícios de Quinta do Anjo que se dedica à salvaguarda das práticas e saber-fazer artesanal tradicional na área da tanoaria ou da queijaria. Também existem espaços como os Moinhos Vivos, privados, que integram esta estrutura através de um protocolo celebrado entre o município e os proprietários do equipamento. O Espaço Fortuna Artes e Ofícios da empresa ADREPAL, Lda também se associou a este projeto oferecendo a possibilidade de haver visitas guiadas no local com possibilidade de participar em ateliês organizados para grupos escolares.

Os responsáveis do Museu Municipal admitem que, no âmbito do trabalho em rede, poderão ser desenvolvidos estudos e parcerias com outras entidades de natureza semelhante de âmbito nacional e internacional e ainda particulares que possam vir a desenvolver projetos de promoção da identidade e memórias locais. Como entidades parceiras do município neste projeto existem: o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge; o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal; a ADREPAL, Lda. – empresa de cerâmica; a Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida; a Fundação Centro de Ocupação Infantil; Museu Nacional de Arte Antiga; Museu da Arma de Transmissões Militares – Exército Português; a Junta de Freguesia de Pinhal Novo; empresa Biosani; Associação de Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal; Associação dos Produtores Florestais de Setúbal.

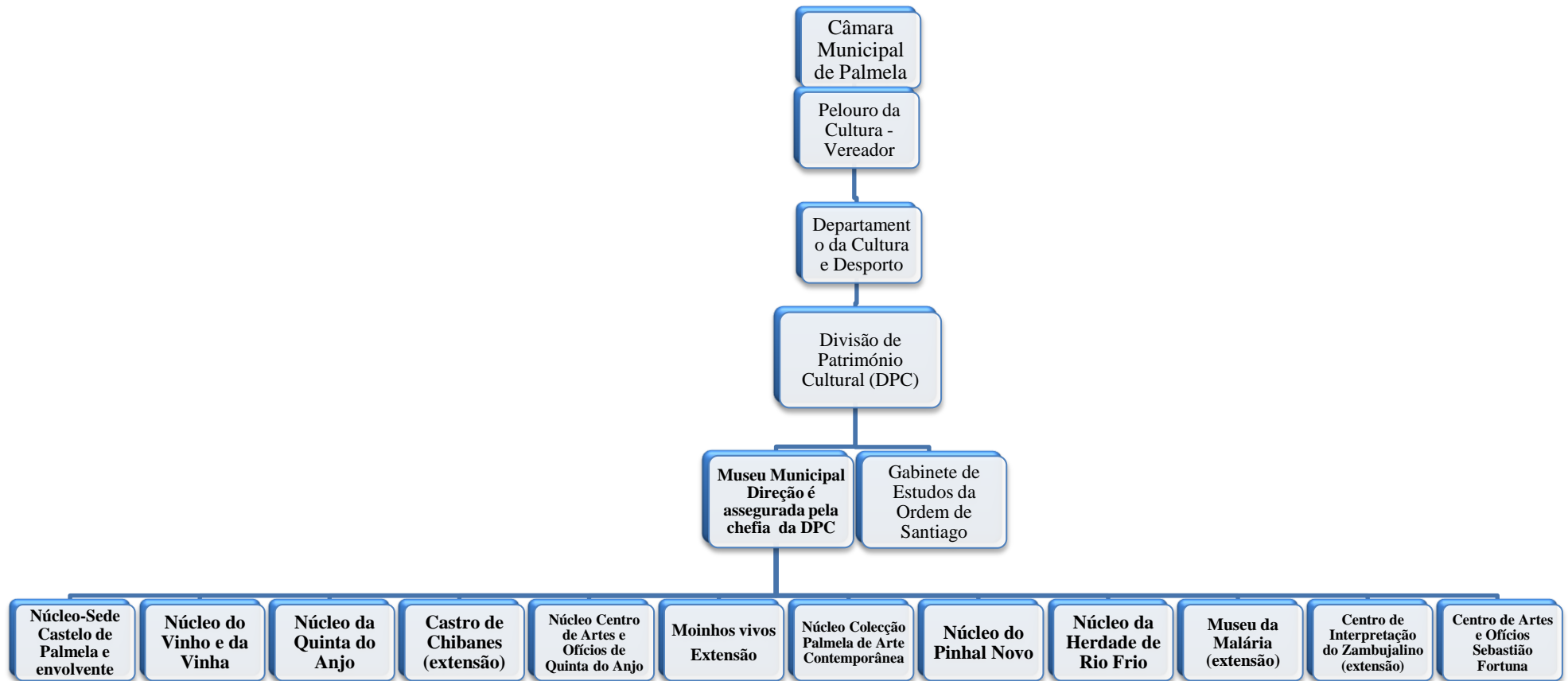
Apesar da considerável teia de relações que conseguiu criar em torno de diversas instituições, fundações e empresas as parcerias que tem estabelecido diretamente com as populações a rede limita-se à recolha de acervos o que parece ficar, manifestamente, aquém do expectável para uma estrutura com a dinâmica que preconiza no campo museológico e que iniciou todo o processo com a abertura às populações que já foi referido.

Pelo exposto, considera-se que a rede municipal de Palmela é uma estrutura vertical, tutelada pela autarquia, integrando entidades tuteladas por outras instituições e particulares com as quais instituiu protocolos de colaboração.

³³¹ In

<http://www.cmpalmela.pt/pt/conteudos/areas+de+intervencao/patrimonio+cultural/Museu+Municipal/Núcleo+s+e+Extensões+Museológicas/Núcleo+do+Vinho+e+da+Vinha/> Consultado em 4 de agosto de 2009.

Figura 43 – Estrutura orgânica de funcionamento da Rede de Museus de Palmela – Museu Municipal de Palmela.



Fonte: Elaboração própria (2012)

Caso 20 – Município de Penafiel

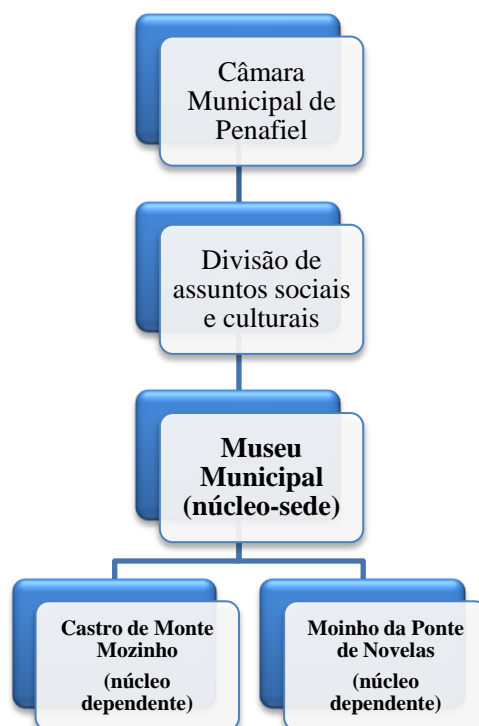
O Museu Municipal de Penafiel é uma instituição com dois núcleos dependentes formando um total de 3 espaços museais. O Núcleo Castro de Monte Mozinho é um povoado fortificado situado na coroa de uma colina e que tem como complemento o Centro de Interpretação local não agregado à estrutura museológica municipal. O Núcleo Moinho da Ponte de Novelas é uma moagem adjacente ao rio Sousa, no lugar de Ponte, freguesia de Novelas. As visitas a este espaço são feitas mediante marcação prévia, estando, normalmente, encerrado.

O município considera que a rede constitui um elemento onde se alicerça a política de planificação e gestão dos recursos culturais do município. O município elege a intervenção ativa na preservação e promoção dos valores em que as comunidades se reconhecem como parte da missão destes equipamentos. O Museu Municipal tem como vocação a ação de proteger e contribuir para uma leitura abrangente e integrada do património cultural local.

Ao analisar o regulamento desta estrutura, verifica-se que, para além das normais funções que uma instituição deve possuir, consagradas na Lei-quadro dos Museus, no âmbito das preocupações sociomuseológicas, o município reconhece ainda que estes espaços devem “suscitar o mais amplo debate e reflexão sobre o património cultural, contribuindo para uma transmissão crítica de valores cívicos e constituir-se um recurso económico e social de desenvolvimento em equilíbrio [no] intuito de democratizar a cultura, promover a pessoa e desenvolver a sociedade” (Câmara Municipal de Penafiel, 2009, p.3). Em termos da convergência com a teoria sociomuseológica, a intervenção da rede fica por estas intenções. Não se verifica qualquer aproximação à comunidade local nem se parece apelar à sua participação ativa nestes espaços, contrariando, de certo modo, o próprio objetivo e a missão determinada pela própria tutela de ator de desenvolvimento local e instigador de consciência crítica.

Pelo exposto, e analisados os documentos disponíveis, considera-se que se trata de uma organização de dinâmica vertical, contemplando dois núcleos para além do núcleo-sede, sob controlo hierárquico da autarquia.

Figura 44 – Estrutura orgânica de funcionamento da Rede de Museus de Penafiel – Museu Municipal de Penafiel.



Fonte: Elaboração própria (2012).

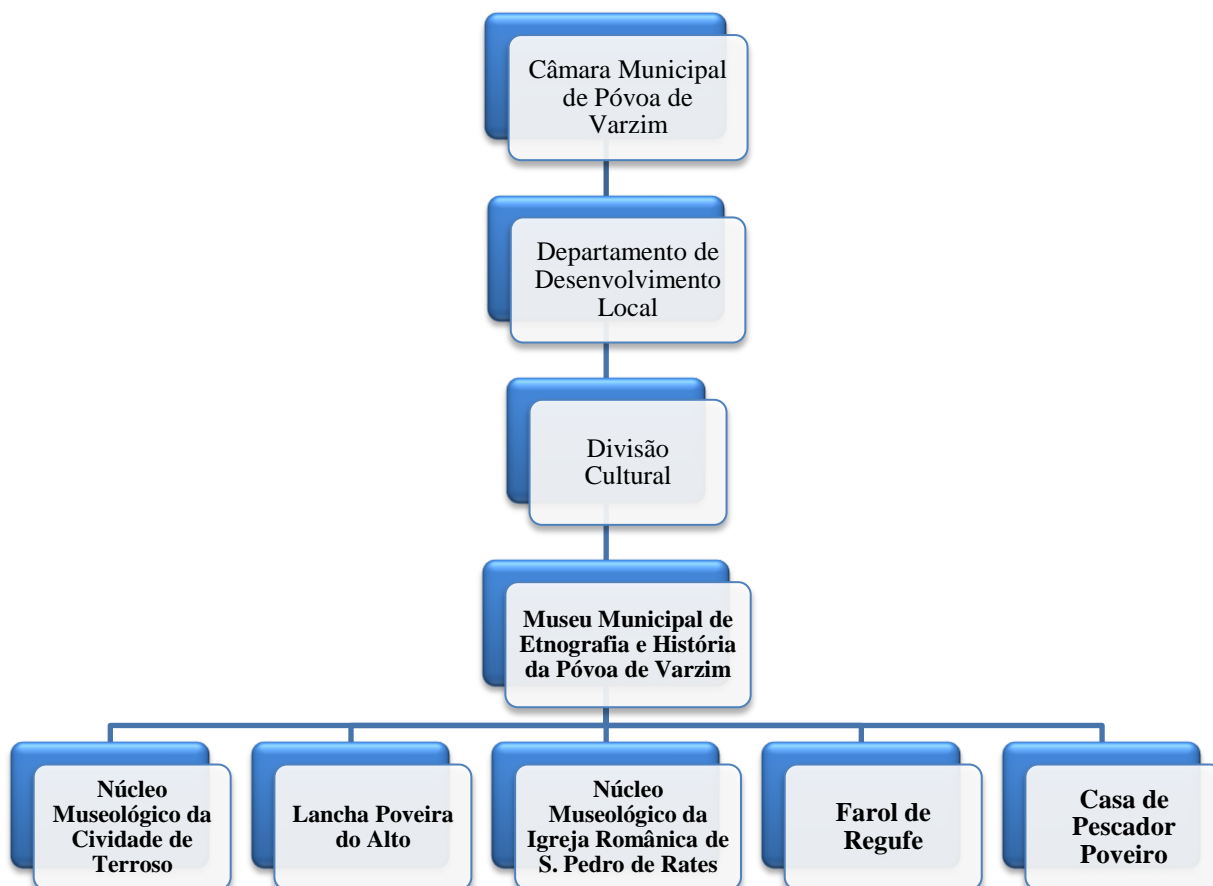
Caso 21 – Município de Póvoa de Varzim

Resultante do Plano Estratégico Museológico para o concelho de Póvoa de Varzim, surge a programação de uma rede local de museus promotora de informação cultural e patrimonial pretendendo articular os espaços ou temáticas museológicas (Câmara Municipal de Póvoa de Varzim, 2006, p.2). O regulamento municipal não refere qualquer dos elementos constantes da teoria sociomuseológica limitando-se a mencionar apenas as tarefas administrativas e técnicas que constituem atribuições e competências dos museus e das respetivas tuteladas.

Trata-se de uma estrutura hierárquica vertical, sob controlo da autarquia, estando o Museu Municipal de Etnografia e História, juntamente com os seus núcleos museológicos, integrados no Departamento de Desenvolvimento Local desta autarquia.

Não se observa qualquer espécie de interligação horizontal entre os núcleos. Tratando-se de uma estrutura polinucleada hierarquicamente organizada, estes encontram-se dependentes do referido museu.

Figura 45 – Estrutura orgânica de funcionamento do Museu Municipal de Póvoa de Varzim.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Caso 22 – Município de Ribeira Grande

O Museu Municipal da Ribeira Grande é uma estrutura polinucleada contemplando, para além do núcleo-sede, outros cinco equipamentos museais sob sua gestão: Núcleo dos Moinhos de Água; Núcleo de Arquitetura Antiga; Núcleo de Arte Sacra; Núcleo da Emigração Açoriana e o Núcleo de Reservas.

As áreas temáticas de intervenção desta estrutura abrangem, no seu essencial, a história do concelho e o espólio material de âmbito local, regional, nacional e mesmo internacional, incidindo na arqueologia; azulejaria local, regional, nacional e ibérica; cerâmica regional e internacional; o traje tradicional e popular micaelense; os ofícios tradicionais como a carpintaria, tecelagem, latoaria, barbearia, sapataria, tipografia e adega/bar; a farmácia; o cinema e o «Presépio do Senhor» - presépio tradicional movimentado.

No âmbito do património imaterial, a estrutura museal apoia e promove festas populares e tradicionais tanto de cariz religioso como profano.

O Museu Municipal tem, pois, como vocação e à luz das áreas que propõe trabalhar, “a aquisição, inventariação, investigação, conservação, exposição e divulgação dos testemunhos materiais e imateriais do Homem a área onde se encontra inserido, com intuito de reforçar a memória e identidade, contribuindo assim para o desenvolvimento local integrado e sustentado” (Câmara Municipal de Ribeira Grande, 2009, p.2).

O regulamento não contempla claramente a possibilidade de centrar a atividade museológica sobre as comunidades, parecendo haver uma preocupação mais centrada nos objetos das coleções que possui apesar de haver alguma iniciativa em relação ao envolvimento do museu, como um todo, nas festividades locais. Contudo, as questões que se prendem com o desenvolvimento sustentado das comunidades locais com base no património são ténues, não se verificando a possibilidade de promover uma museologia de ideias e não apenas centrada nos objetos ou nas festividades que acabam por ser iniciativas, de certo modo, efémeras, apesar de possuírem a virtude de fomentar a coesão social.

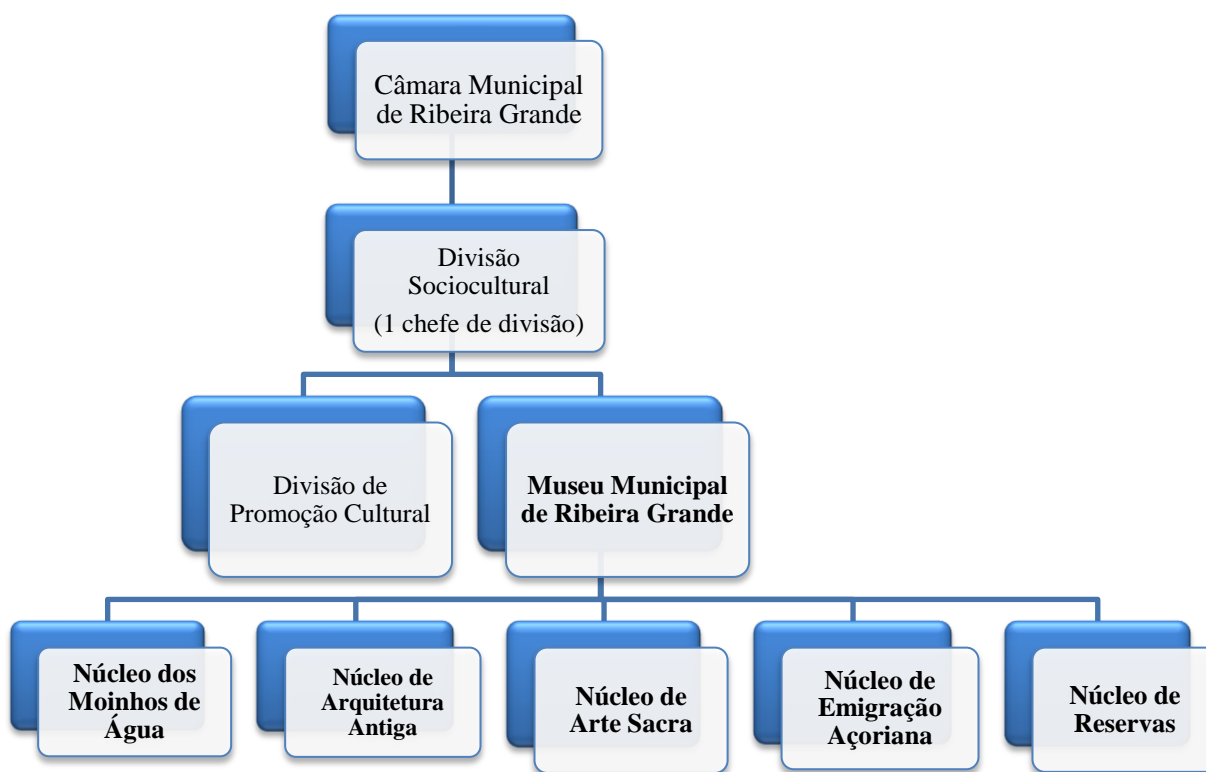
Os objetivos da rede dividem-se em três áreas: ao nível social, ao nível cultural e ao nível educativo.

Se ao nível social são mencionadas preocupações que se prendem com o desenvolvimento integrado, a cooperação interinstitucional e a participação da sociedade civil na valorização do património, não existem mecanismos posteriores no regulamento que possam servir de incentivo à prossecução destes objetivos.

Ao nível cultural e educativo, os objetivos ficam-se apenas pelas funções que estão previstas na Lei-quadro dos museus.

Considera-se, por isso, que o regulamento fica aquém do que poderia ser um instrumento de dinamização social de todos os espaços museológicos que constituem esta rede.

Figura 46 – Estrutura orgânica de funcionamento do Museu Municipal de Ribeira Grande.



Fonte: Elaboração própria (2012).

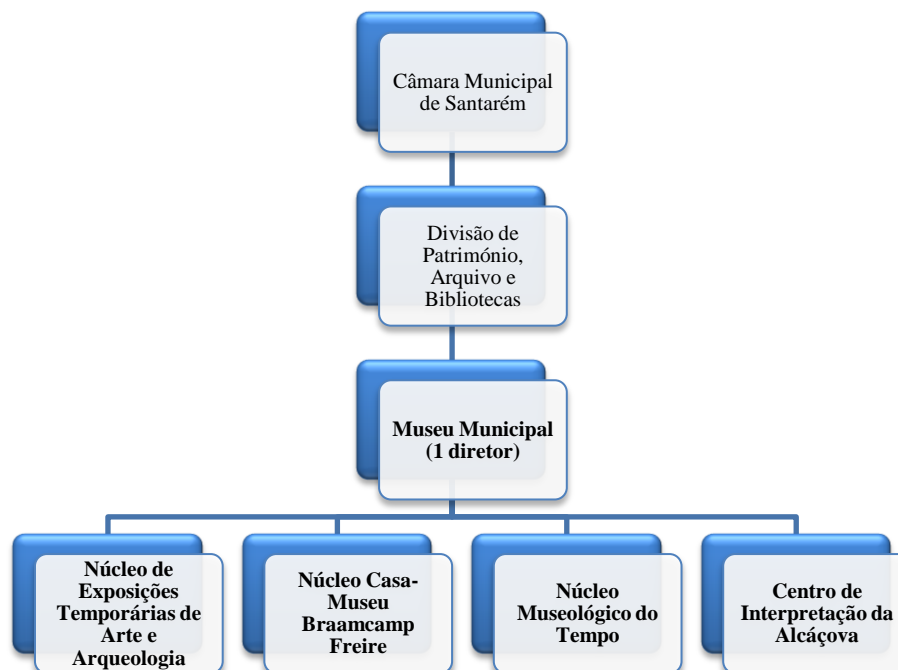
Caso 23 – Município de Santarém

O Museu Municipal de Santarém é, à semelhança dos anteriores casos analisados, uma estrutura polinucleada cujos núcleos estão todos sob tutela da autarquia.

O regulamento apenas define as regras referentes à organização, gestão e relação da estrutura museológica com os restantes serviços da autarquia não fazendo qualquer menção a questões de operacionalidade ou de relacionamento com o público ou comunidades locais.

Trata-se, simplesmente, de um sistema vertical, sob gestão direta do município, não se observando qualquer género de interligação horizontal entre os núcleos. A autarquia é a entidade responsável pela orientação e programação dos núcleos, sendo o Museu o que garante as visitas externas aos monumentos onde estão inseridos os núcleos museológicos.

Não é referido nenhum tipo de parcerias ou protocolos celebrados.

Figura 47 – Estrutura orgânica de funcionamento do Museu Municipal de Santarém.

Fonte: Elaboração própria (2012).

Caso 24 – Município de Seixal

O Ecomuseu do Seixal (EMS), criado em 1982, é uma instituição municipal que lida com diversas áreas disciplinares e transdisciplinares aliadas ao património, museologia, arqueologia, antropologia, etnologia, história local e aos campos temáticos da cultura flúvio-marítima, do ambiente, recursos naturais e da indústria. Abrange um conjunto patrimonial diversificado que inclui bens móveis, imóveis e flutuantes – embarcações tradicionais.

Estão afetos ao museu cinco núcleos e duas extensões. Por «núcleos museológicos» é entendido pelo EMS: “espaços nos quais o EMS aplica as diversas funções museológicas, sujeitas à gestão direta da Câmara Municipal do Seixal” (Câmara Municipal do Seixal, s/data, p.3). As «extensões museológicas» são, por sua vez, entendidas pela mesma instituição como espaços “em que o EMS articula a aplicação de funções museológicas em parceria com outras entidades. Estão sujeitas a uma gestão mista (da CMS e dessas outras entidades)” (*Ibidem*).

Os núcleos constituintes desta rede são: Núcleo da Mundet – sede do EMS; Núcleo Naval; Núcleo da Quinta da Trindade; Núcleo do Monho de Maré de Corroios e o Núcleo da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol. As duas extensões encontram-se na antiga fábrica de

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena pólvora de Vale de Milhaços – Circuito da Pólvora Negra – e na Quinta de S. Pedro – necrópole medieval-moderna dos séculos XIII-XVII.

Integrando o património imóvel desta estrutura museal encontra-se a Quinta da Trindade, o moinho de maré de Corroios, a Sociedade Africana de Pólvora, edifícios da antiga fábrica de cortiça Mundet & C^a e a olaria romana da Quinta do Rouxinol. O património náutico flutuante do EMS é constituído por três embarcações, os botes de fragata Gaivotas e Baía do Seixal e o varino. O acervo móvel do EMS integra alfaias agrícolas, ferramentas e utensílios diversos de construção naval, máquinas de indústria têxtil, corticeira bem como de outras indústrias representadas no concelho, fotografias, instrumentos musicais, azulejaria, arqueologia e objetos de representação social.

O EMS encontra-se a desenvolver um Programa de Qualificação e Desenvolvimento prevendo a implementação de o Circuito Museológico Industrial do Seixal abrangendo as temáticas da história e das técnicas tradicionais e memória do trabalho procurando transmitir o saber-fazer, o conhecimento de produção energética tradicional e as questões ligadas ao ambiente.

O regulamento consagra, como princípio estruturante da programação museológica deste museu a “actividade referente ao território concelhio, a conservação dinâmica do património, sempre que possível *in situ* e a interacção com formas de participação das comunidades na vida municipal” (Câmara Municipal do Seixal, s/data, p.1) o que parece coincidir com a filosofia desta tipologia de museu. Todavia, o desenvolvimento do restante regulamento parece avançar em sentido contrário.

A estrutura museal integra o Departamento da Cultura, Educação, Desporto e Juventude, na Divisão de Património Histórico-Natural/Ecomuseu que depende diretamente do Pelouro de Recursos Humanos, Património e Ação Social. A chefia, a quem compete a direção e a representação técnica do EMS, é nomeada pelo presidente da câmara (Câmara Municipal do Seixal, s/data, p.2). Não existem referências à inclusão de representantes da comunidade local nos órgãos de gestão deste museu.

Relativamente aos recursos humanos e financeiros, estes são totalmente controlados pela autarquia, tutela do museu, não deixando margem para uma intervenção concreta nestas áreas da população local (*Idem*, p.25). Aliás, parece que o modelo de participação das populações nas atividades é limitada ao estatuto do voluntariado prevendo-se que

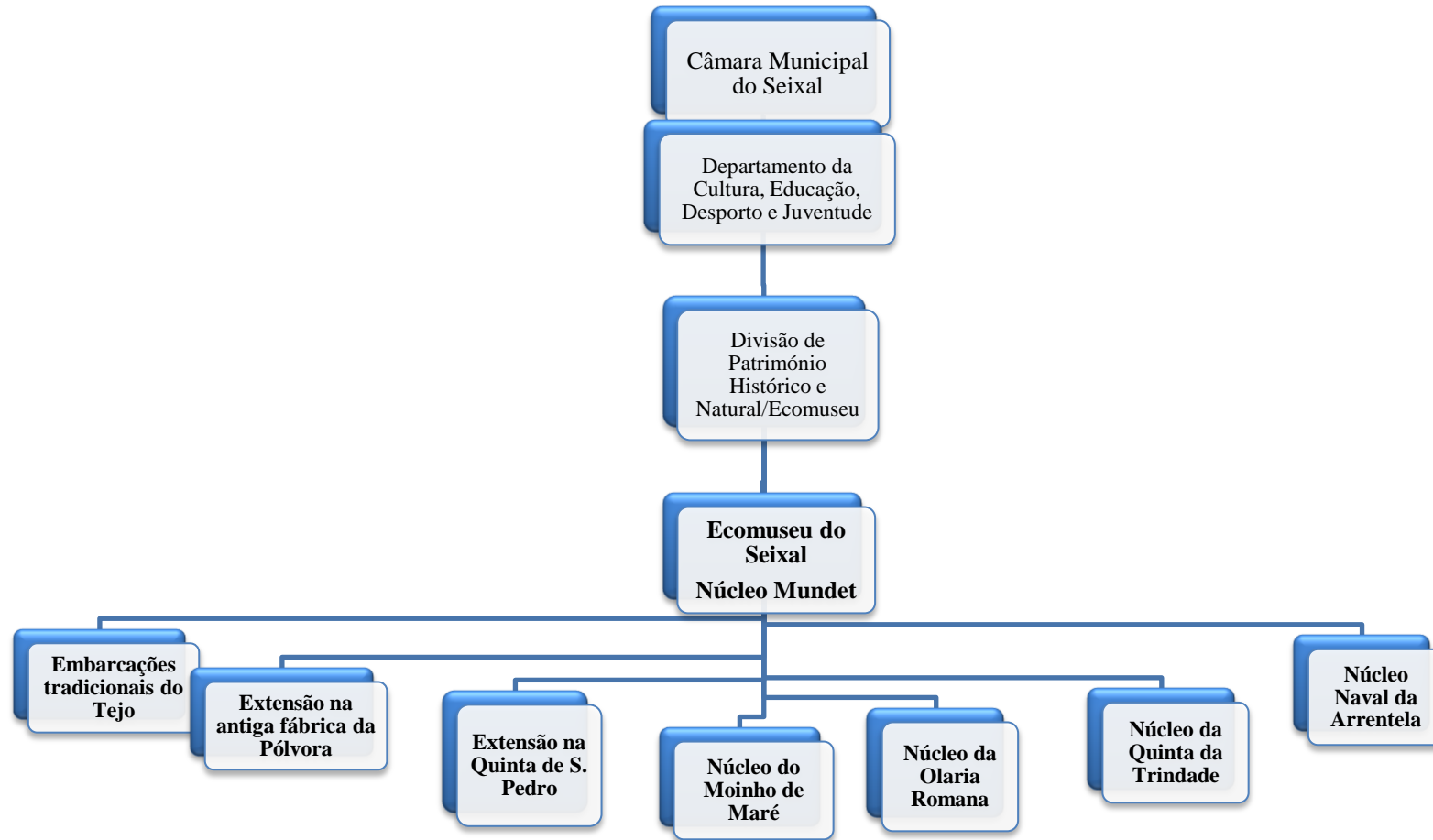
“a integração de voluntários que pretendam associar-se a iniciativas e actividades conciliáveis com a participação extertior (...) será acolhida

individualmente ou através de programas e parcerias desenvolvidas com outras instituições. Tais iniciativas e actividades, a serem definidas pela direcção do EMS e aprovadas pela tutela, respeitarão o estipulado na legislação em vigor para o voluntariado” (*Idem*, p.26). [Sublinhado nosso.]

Podem fazer-se as seguintes considerações a respeito desta estrutura denominada «ecomuseu»:

- a) Existe, neste regulamento, a distinção explícita do que se entende por núcleo museológico e extensão museológica – o que não sucede nos outros regulamentos consultados, o que constitui um aspeto positivo.
- b) Verifica-se que grande parte da estrutura museológica se encontra sob orientação e gestão direta do município, não existindo qualquer cogestão ou corresponsabilização das comunidades locais no ato de defesa e salvaguarda do seu património e das identidades locais, o seria de se esperar tratando-se de um ecomuseu. Se é verdade que no seu Artigo 25º se prevê, no âmbito da educação, a realização de iniciativas e ações como “ateliês, visitas, passeios temáticos, encontros e ações de formação, explorando temas relacionados com o património local, nomeadamente o industrial, o arqueológico, o flúvio-marítimo e o arquitectónico” (*Idem*, p.19) também é verdade que estas iniciativas são “destinadas a diversos públicos” (*Ibidem*) e não *concretizadas em parceria com as populações locais*. Novamente se verifica alguma falta de ligação com as comunidades locais e do apelo à participação ativa, não no sentido da simples presença da comunidade nas ações, mas que deveria ser, sim, na cogestão e inclusão dos cidadãos na vida ativa dos museus e na corresponsabilização social na tarefa de definir e gerir pelo menos algumas das práticas museológicas do «seu» ecomuseu.
- c) A participação das comunidades locais neste «ecomuseu» está previsto no Artigo 34º sob a forma de um “voluntariado” (*Idem*, p.26) muito limitativo e socialmente pouco inclusivo.
- d) Existe uma considerável rede de parcerias estabelecidas com outras entidades e instituições revelando uma dinâmica interinstitucional positiva.

Figura 48 – Estrutura orgânica de funcionamento do Ecomuseu do Seixal.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Caso 25 – Município de Tavira

O Museu Municipal de Tavira foi criado em 1999 na sequência da implementação do Plano Estratégico Museológico para o Concelho de Tavira. Este Museu Municipal, não sendo uma instituição física, como os casos analisados anteriormente, é, antes, uma estrutura abstrata inserida no organograma do município onde se encontra integrado o quadro técnico municipal de apoio às instituições museológicas do município. Representa o conjunto de museus e respetivas unidades museológicas agregadas a estes e que estão distribuídos pelo território municipal. Esta rede visa, pois, “assegurar o funcionamento [das unidades que compõem o museu e] de todas as unidades museológicas que dele dependem ou que venham a ser criadas” (Câmara Municipal de Tavira, 2002, p.3).

Centrados em três grandes áreas temáticas que abrangem o espaço urbano, a região serrana e o mar, integram esta rede: a) o Museu da cidade, do qual dependem os Núcleos arqueológicos fenício e islâmico; o Núcleo de arte sacra e o Centro interpretativo do abastecimento de água; b) Museu do Mar, do qual dependem o Núcleo museológico do arraial do barril; Núcleo museológico interativo da pesca do atum; Núcleo museológico do polvo e o Centro interpretativo do Forte do Rato e c) Museu da Terra do qual dependem o Núcleo museológico de Santo Estêvão; o Núcleo museológico de Cachopo e o Núcleo museológico da Luz de Tavira.

No regulamento, existe, para além da definição de «museu» tal como é entendido pela Lei-quadro dos museus, a definição de «núcleo museológico» como sendo

“unidades (...) cuja função consiste na recolha, conservação, documentação, estudo e difusão dos testemunhos culturais mais representativos das comunidades na qual estão implantados. Poderão actuar como centros activos na sua área de influência com a impulsão de actividades culturais e educativas diversas” (*Idem*, p.2).

O regulamento assume, claramente, um quadro concetual que se aproxima da teoria sociomuseológica concretamente no que respeita à “intervenção direta da comunidade no discurso museológico local (...) [propondo] uma dinâmica entre o território e comunidade, que permita transmitir as suas referências culturais aos públicos e ao mesmo tempo envolver a sua participação e estimular o desenvolvimento local” (*Idem*, p.1). O facto de prever apenas “superintender na organização e disciplina nos museus e núcleos museológicos” (*Idem*, p.3) e não promover ou concretizar diretamente as atividades demonstra uma abertura para a cogestão dos espaços museais por parte das comunidades, constituindo um ponto muito

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

positivo neste regulamento. Não é possível, porém, confirmar se, na prática, é o que sucede. Não obstante, o facto de constar no regulamento é, já de si, algo a sublinhar.

Outro aspeto a salientar, que demonstra e vai ao encontro de uma atitude neutra por parte da tutela na gestão dos museus locais, prende-se com a postura de “coordenação”, “articulação” e “promoção” que propõe realizar nas mais diversas tarefas sem que constitua uma imposição hierárquica sobre os espaços. Esta atitude revela uma abertura necessária para uma efetiva aproximação das populações e liberdade para que estas possam desenvolver projetos próprios sem que tenha que existir um formalismo «castrador» logo de início por parte da tutela. Aliás, acima de tudo, o regulamento pretende ser

“um instrumento de ordenamento do tecido museológico no concelho de Tavira, de planeamento e gestão estratégica museológica e dos recursos, de modo a implementar um conjunto de regras e orientações comuns à rede museológica municipal e de enquadramento com a rede museológica nacional.” (*Idem*, p.1).

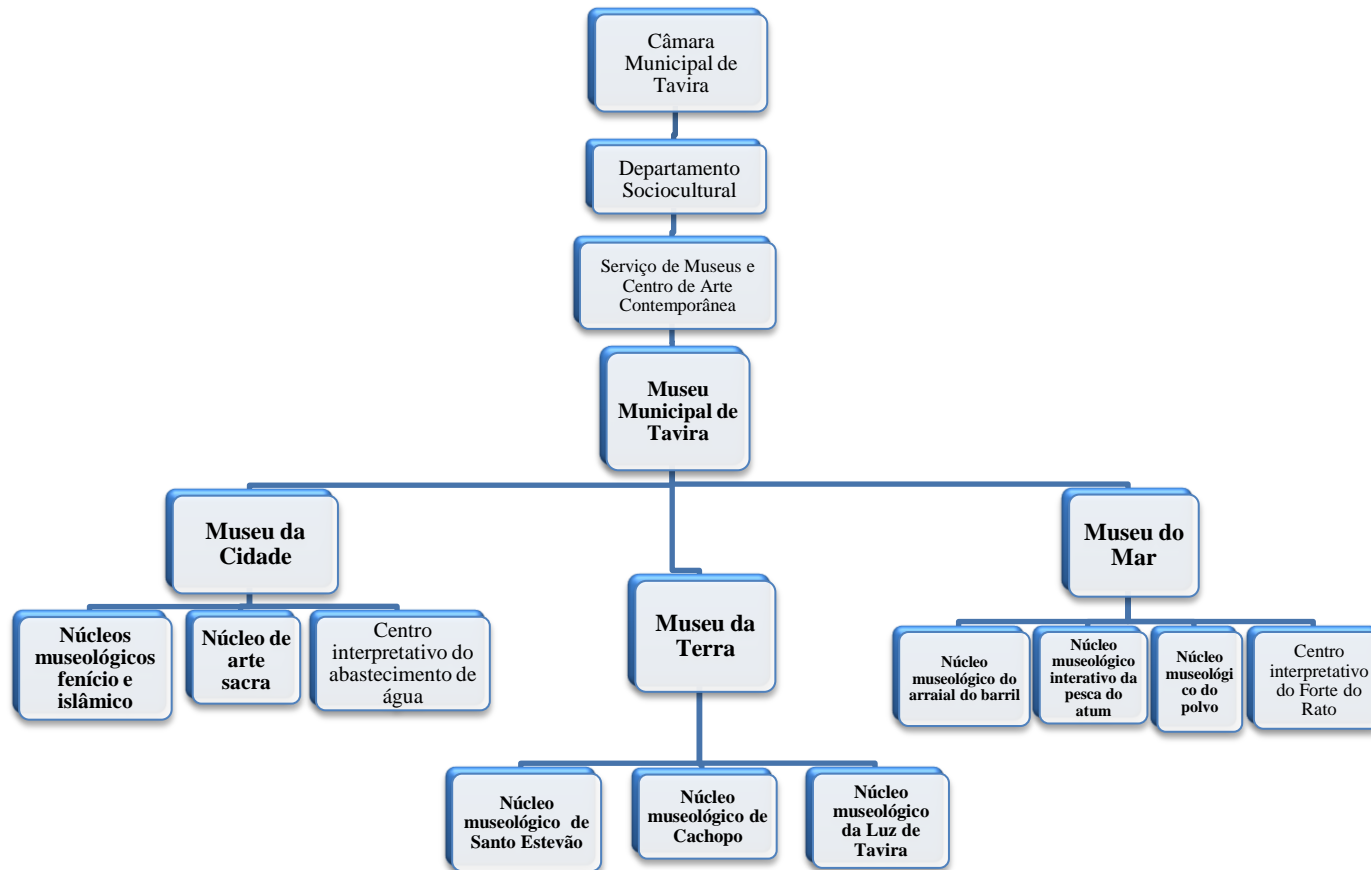
Também é de salientar que existe a consciência da tutela de que:

“no quadro social moderno, o museu representa um agente interlocutor e participativo das memórias e identidades culturais e patrimoniais. Desempenha funções importantes no âmbito do estudo, preservação e divulgação do património cultural e natural, de ação pedagógica, do desenvolvimento regional, do envolvimento das populações locais, das animações recreativas e culturais.” (*Idem*, p.1).

Deste modo, considera-se que o município de Tavira concebeu uma estrutura museológica abstrata que abrange os museus e respetivos núcleos distribuídos pelo território municipal. Esta estrutura funciona enquanto equipa de recursos humanos e conjunto de meios técnicos que garantem o funcionamento destes mesmos espaços. Demonstra consciência de que a instituição museal de hoje necessita de mudar face à conjuntura contemporânea. Não assume uma posição hierárquica de controlo sobre os museus deixando amplas possibilidades para os cidadãos poderem desenvolver a sua atividade comunitária *per si*.

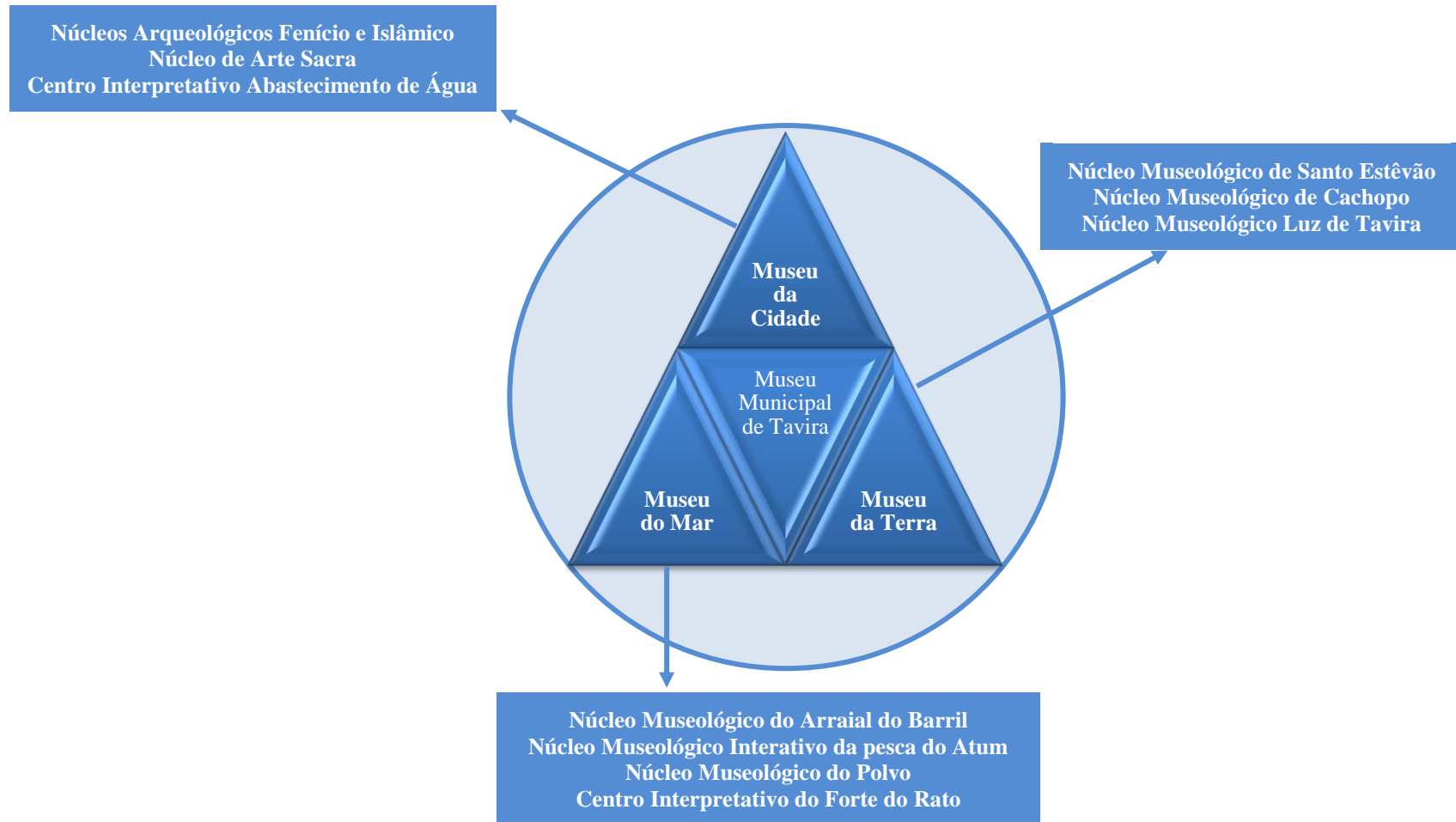
Estes aspetos são muito positivos havendo, porém, necessidade de averiguar, no terreno, o modo como este regulamento é posto em prática uma vez que não existe menção de qualquer protocolo ou outra forma formal que permita a cogestão ou partilha de responsabilidades na defesa e salvaguarda do património ou nas práticas museológicas. Se existisse uma plataforma que congregasse autarquia – Museu Municipal – e populações ou seus representantes, talvez esta situação estaria mais clara.

Figura 49 – Organograma da estrutura municipal do Museu Municipal de Tavira.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Figura 50 – Relação entre espaços museológicos do Museu Municipal de Tavira.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Caso 26 – Município de Viana do Castelo

O Museu do Traje de Viana do Castelo foi criado em 1997 com o intuito de, através do traje popular e tradicional local, considerado expoente principal da identidade vianense, poder divulgar e estudar a identidade cultural tanto local como regional. É através desta temática que são abordados e recriados os diversos contextos de utilização da indumentária regional revelando a imensa diversidade e riqueza artística de que se reveste, pondo em evidência os modos de vida tradicionais vianenses. O museu sofreu obras de requalificação em 2004, tendo sido reaberto ao público em 2008, repartido em dois edifícios separados.

A rede concelhia de núcleos museológicos é tutelada pelo Museu do Traje numa estratégia de territorialização e participação da comunidade local na promoção e valorização do seu património. A esta estrutura estão agregados três núcleos: Núcleo Museológico do Pão, em Outeiro; Núcleo Museológico Moinhos de Vento, em Montedor e Núcleo Museológico Moinhos de Água de São Lourenço.

No caso do Núcleo Museológico do Pão, existe um protocolo celebrado entre o a autarquia e a Junta de Freguesia de Outeiro onde esta assegura o normal funcionamento do espaço, comunicar ao município eventuais necessidades para o funcionamento e difundir e assegurar a animação que for planeada com o Museu do Traje. Cabe à autarquia garantir, através do Museu do Traje:

1. A formação do pessoal, orientação programática e científica;
2. Orientar a filosofia de interação pedagógica com os públicos e fornecer matérias de divulgação;
3. Receber as marcações de grupo e escolares e encaminhá-las para a Junta de Freguesia de Outeiro;
4. Colaborar com as associações locais e com a junta de freguesia na dinamização de eventos culturais que ajudem na valorização do espaço museológico;
5. Para a junta de freguesia deve ser transferida a quantia mensal de 400 euros, destinados a assegurar as despesas básicas de manutenção e funcionamento;
6. Acautelar a realização de qualquer obra fundamental ao perfeito funcionamento do Núcleo ou, caso se mostre mais eficaz, transferir o seu cumprimento à Junta de Freguesia.” (Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2005, pp.9-10).

De igual modo, o Núcleo Museológico – Moinhos de Vento de Montedor é alvo da celebração de um protocolo entre a Câmara Municipal de Viana do Castelo e o Grupo Folclórico e Cultural de Danças e Cantares de Carreço em termos semelhantes ao já referido. À dita associação cultural cabe “assegurar a abertura do espaço à quinta-feira, das 9h30 às

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

12h30 para as visitas escolares; ao sábado e domingo das 14h00 às 17h00 para o público em geral e grupos organizados e individuais com excepção dos meses de Novembro, Dezembro e Janeiro” (*Idem*, pp.10-11) auferindo uma quantia de 300 euros mensais para o cumprimento destes deveres.

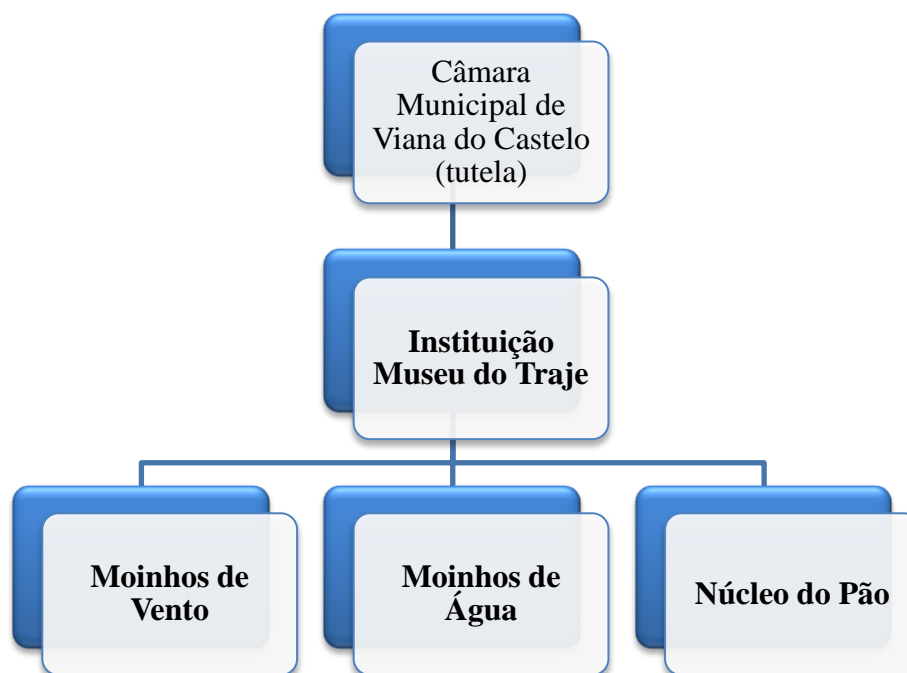
Quanto ao Núcleo Museológico – Moinhos de Água de São Lourenço da Montaria, trata-se de um percurso livre com apoio de desdobráveis informativos fornecidos pela autarquia. Tratando-se de património particular que foi alvo de intervenção por parte da autarquia na sua recuperação, os proprietários não recebem qualquer valor pela disponibilização dos espaços.

Pela forma que a autarquia se organiza em torno dos núcleos, parece que esta se limita a recuperar o património local, devolvendo-o de novo a entidades locais para a sua gestão. Não parece existir qualquer estratégia de aproveitamento destes espaços como possíveis contributos para o desenvolvimento das comunidades locais, existindo apenas a preocupação de fornecer os meios financeiros, logísticos e técnicos para que terceiros possam assegurar o acesso aos espaços o que, em si, não é negativo. Todavia, parece-nos parco.

Não parece existir nenhum esforço de congregação de sinergias locais para desenvolver o espírito crítico das populações através do património, das memórias ou das suas identidades. No que respeita ao envolvimento da comunidade local, o regulamento admite, através dos serviços educativos do Museu do Traje, “interagir com a comunidade local de forma a partilhar saberes e experiências” (*Idem*, p. 9) sem fazer menção à possibilidade de cogestão das populações no espaço museal ou na corresponsabilização das mesmas nas práticas museológicas. Admite incidir, particularmente, no público escolar “em projectos que visem a divulgação das colecções mas também promovam a criatividade e gosto pela salvaguarda dos bens museológicos” (*Ibidem*). Não faz qualquer menção a iniciativas que visem diretamente as comunidades e a sua livre iniciativa de utilizar estes equipamentos culturais como “resgate da memória coletiva e fermento de coesão social” (Moutinho, 2010) apesar de assumir na sua missão a ação de “educar, no verdadeiro sentido dinâmico” (Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2005, p.1).

Trata-se, pois, de um sistema vertical, sob controlo da autarquia que orienta e programa a atividade desenvolvida pelos núcleos, possibilitando, no entanto, alguma autonomia aos parceiros. É assegurado o funcionamento através da transferência de verbas mensais a esses mesmos parceiros. Não existe nenhuma articulação horizontal entre os núcleos.

Figura 51 – Estrutura orgânica de funcionamento do Museu do Traje de Viana do Castelo.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Caso 27 – Município de Vila do Conde

A Rede de Museus do Concelho de Vila do Conde surgiu em 2000 aquando da celebração de um protocolo de cooperação entre o município e diversas outras instituições que tutelam museus no território deste município. Entre estes museus, contam-se: Museu Agrícola de Entre Douro e Minho; Museu dos Bombeiros; Museu das Cinzas; Museu da Cooperativa Agrícola e Museu Vivo da Comutação Manual. O dito protocolo prevê, sobretudo, a prestação de apoio técnico a estes museus. Não parece existir qualquer instância intermédia que promova uma concertação estratégica de esforços entre estas instituições.

Para além destas instituições, a rede contempla museus sob tutela do município que funcionam “como polos de atração turística e, simultaneamente, elementos estruturais para a renovação do Centro Histórico da Cidade.”³³² Estes polos são: Casa de José Régio; Núcleo Museológico das Rendas de Bilros; Alfândega da Fé; Núcleo da Construção Naval em Madeira; Núcleo de Arqueologia e Núcleo de Arte. A unidade central desta rede é o Museu Municipal de Vila do Conde sito no designado “Centro de Memória” que para além do Museu Municipal, albergará o Arquivo Municipal.

³³² (Câmara Municipal de Vila do Conde, 2009, In http://www.cm-viladoconde.pt/pagegen.asp?SYS_PAGE_ID=849734 Consultado em 2 de fevereiro de 2009)

Um dos objetivos da dita rede é contribuir para o ordenamento e requalificação do espaço urbano através da museologia, o que constitui um dos objetivos estratégicos da sociomuseologia. Todavia, não se encontram outros elementos sociomuseológicos que sejam desenvolvidos por esta rede local de museus.

Pela falta de informação quanto à tutela e respetivas dependências dentro do município, não é possível realizar um esquema exemplificativo fidedigno dessa estrutura.

Caso 28 – Município de Vila Franca de Xira

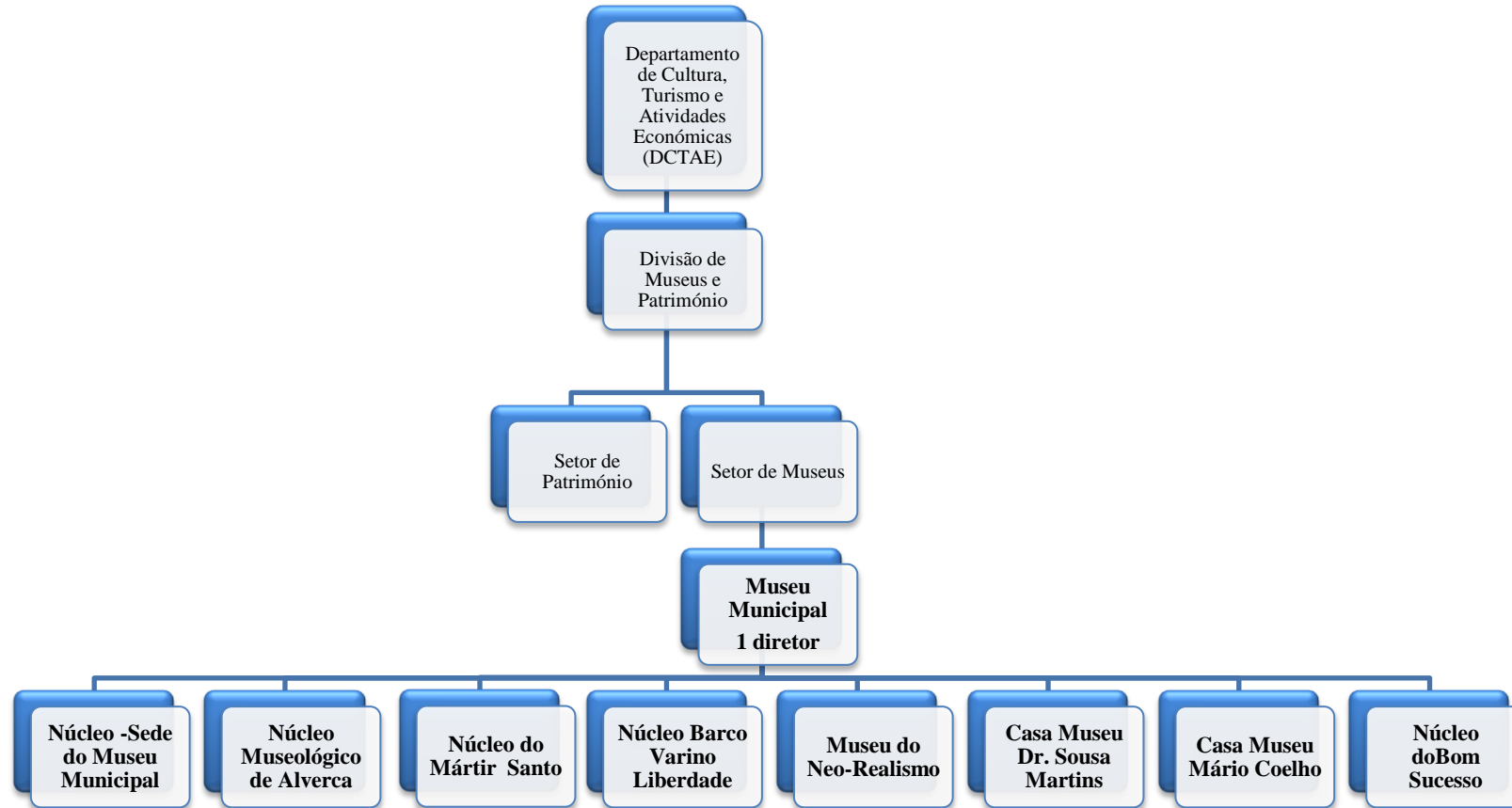
O Museu Municipal de Vila Franca de Xira é uma estrutura municipal polinucleada e descentralizada no território do município com os seguintes núcleos museológicos a ela vinculada: Núcleo-sede; Núcleo Barco Varino Liberdade; Núcleo do Mártir Santo; Núcleo de Alverca e o Núcleo das Reservas Museológicas – Palácio do Sobralinho. Encontram-se, ainda, outros espaços em fase de implementação: Núcleo das Reservas Museológicas e Laboratório de Conservação e Restauro – Quinta Municipal da Piedade, em Póvoa de Santa Iria; Núcleo Agrícola – Quinta Municipal da Piedade, em Póvoa de Santa Iria; Núcleo da Tauromaquia – em local a designar e o Núcleo da Indústria, em unidade fabril a definir no concelho.

A sede deste museu foi inaugurada em 2003, tendo elegido a potenciação dos recursos históricos e patrimoniais do município “com vista à sua divulgação junto dos diferentes públicos, proporcionando o seu conhecimento, protecção e dinamização, implementando uma identidade local activa impulsionadora do desenvolvimento das comunidades locais” (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2006, p.4) de modo a estabelecer uma “ligação entre o Museu [Municipal] e as comunidades locais, para quem prioritariamente o seu trabalho se dirige”. (*Idem*, 2009)³³³.

No entanto, ao analisar o regulamento, verifica-se que este apresenta, sobretudo, aspetos técnicos e pouco ligados às questões com que se preocupa a sociomuseologia. Trata-se, sobretudo, de uma estrutura municipal verticalmente hierarquizada, bastante ampla e em expansão com as quais existem algumas parcerias com entidades locais.

³³³ In http://www2.cm-vfxira.pt/PageGen.aspx?WMCM_PáginaId=22592 Consultado em 20 de agosto de 2009.

Figura 52 – Estrutura orgânica de funcionamento do Museu Municipal de Vila Franca de Xira.



Fonte. Elaboração própria (2012).

Caso 29 – Município de Vila Real

O Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real (MANVR) foi o primeiro museu municipal a ser instalado pelo município de Vila Real assumindo-se como “um ponto de partida de conhecimento e interpretação da região em que se insere” (Câmara Municipal de Vila Real, 2007, p.1). Trata-se de uma estrutura única que surgiu à qual o município foi adicionando núcleos museológicos à medida que estes foram sendo implementados.

Este museu elege, como fator principal de ação, “a extensão cultural (...) e a inventariação do acervo e património a si confiado e ao apoio à investigação, facultando o acesso às suas colecções pelo estudo, desde que asseguradas as condições de segurança para o espólio” (*Ibidem*). Aliás, em todo o regulamento municipal deste museu, englobando os núcleos a ele adstritos, não existe nenhuma referência a qualquer dos pressupostos da sociomuseologia, limitando-se a ação deste conjunto de espaços às atribuições legalmente previstas na Lei-quadro dos museus. Nem tampouco se verifica qualquer menção ao papel das instituições museais no contexto da contemporaneidade.

Afetos a este Museu há o Museu da Vila Velha, o Museu do Som e da Imagem e a Torre da Quintela.

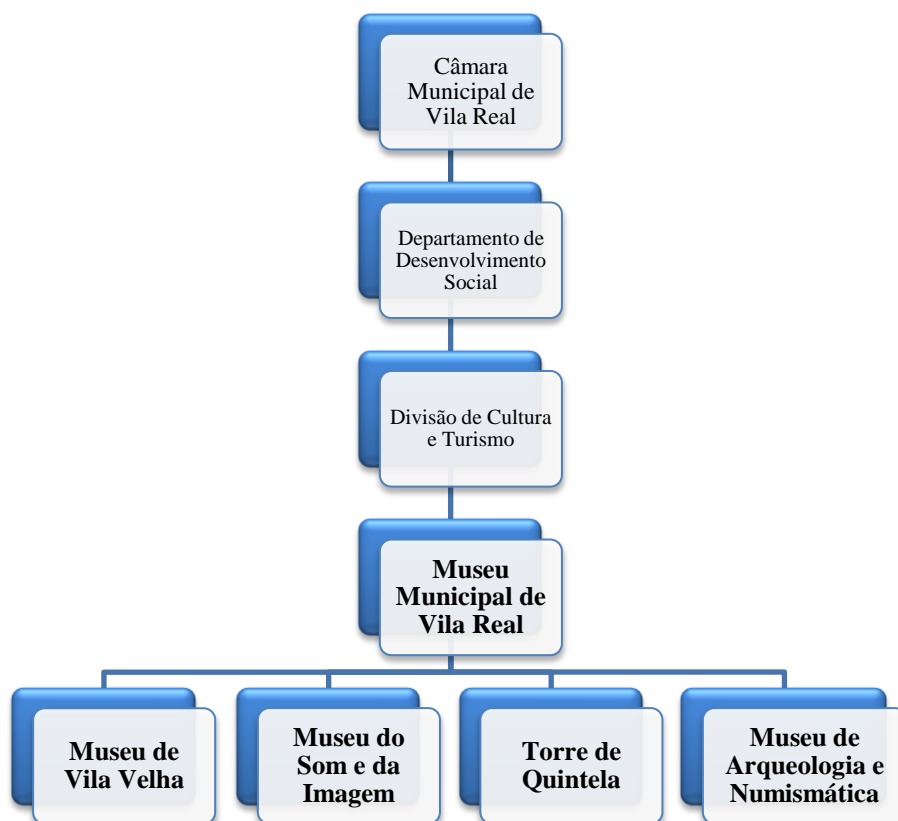
O Museu da Vila Velha foi inaugurado em 2008 e surge como “corolário de uma extensa campanha de escavações arqueológicas, promovidas pelo Programa Polis, no âmbito do Plano de Pormenor da Vila Velha”.³³⁴

O Museu do Som e da Imagem surge, por sua vez, da necessidade de preservar o acervo do antigo Teatro Avenida, propriedade do município desde 1999. O museu é composto por um total de 7 salas dedicadas à temática do cinema e do teatro.

Pela análise ao regulamento do Museu Municipal de Vila Real, verifica-se uma total ausência de qualquer função social ou interatividade com as comunidades locais e uma ausência de estratégia para colocar estes espaços ao serviço dos cidadãos e do desenvolvimento local. Torna-se notória a influência do espírito estático e fechado, próprio dos museus tradicionais, em toda esta orgânica museal.

³³⁴ In <http://www.mvv.cm-vilareal.pt>.
http://museu.cm-vilareal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=61&Itemid=42 Consultado em 16 de agosto de 2009.

Figura 53 – Estrutura orgânica de funcionamento do Museu Municipal de Vila Real.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Caso 30 – Município de Viseu

O Município de Viseu encontra-se a criar uma rede municipal de museus que incluirá: Museu Grão Vasco; Museu de Arte Sacra; o Núcleo Museológico da Misericórdia; Museu Militar e a Casa-Museu Almeida Moreira.³³⁵

Não existe ainda nenhum regulamento para esta estrutura nem se encontrou informação adicional.

³³⁵ In

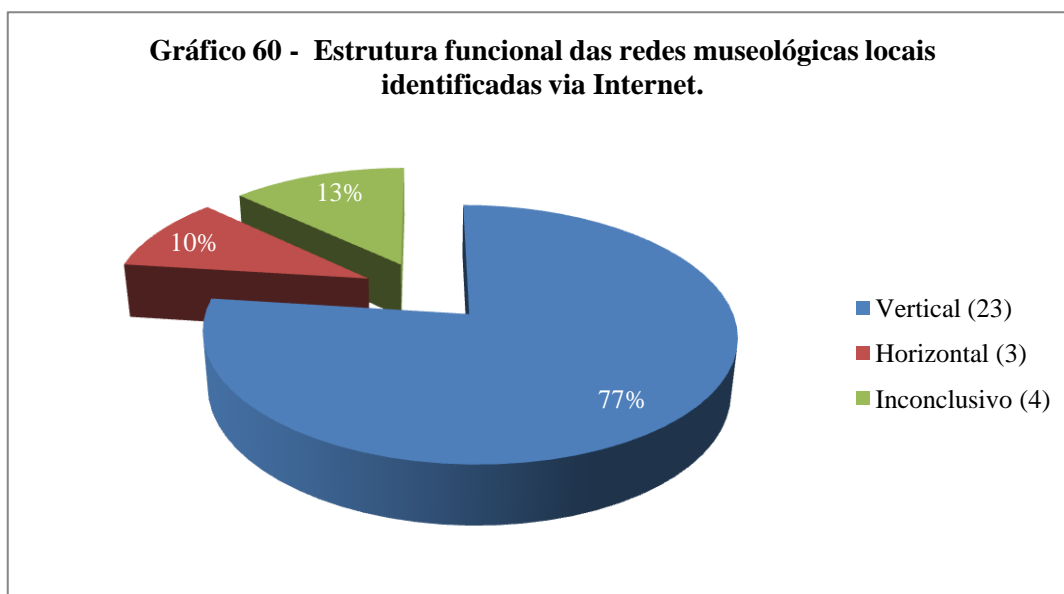
http://www.jornaldocentro.pt/?lop=conteudo&op=8efb100a295c0c690931222ff4467bb8&id=7e64ef4e0d891aed100893d4ba43bb15&drops%5Bdrop_edicao%5D=141#

Consultado em 12 de fevereiro de 2009.

3.2.3. Considerações referentes à análise da pesquisa documental de redes museológicas locais.

Realizada a análise dos documentos regulamentadores das redes museológicas locais identificadas via Internet, e outra documentação relevante para o efeito, verificou-se que neste universo de 30 redes a estrutura orgânica dominante parece ser a organização vertical sob controlo hierárquico da tutela municipal.

Destas 30 redes, uma clara maioria de 23 (77%) apresentam uma estrutura vertical contra 3 casos (10%) que se organizam segundo uma lógica de horizontalidade³³⁶. Existem ainda 4 casos (13%)³³⁷ cuja situação a este respeito não foi possível apurar de forma inequívoca. Todavia, é de salientar que, ainda que a maioria apresente uma lógica funcional de sistema vertical, 3 destes municípios³³⁸ afirmam ter celebrado protocolos de cooperação com outras instituições ou entidades.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Esta realidade parece influir diretamente na relação entre os polos ou núcleos das redes e a tutela manifestando-se num controlo hierárquico no funcionamento destas estruturas. Verifica-se que 20 redes (67%) funcionam sob total controlo hierárquico da tutela municipal e

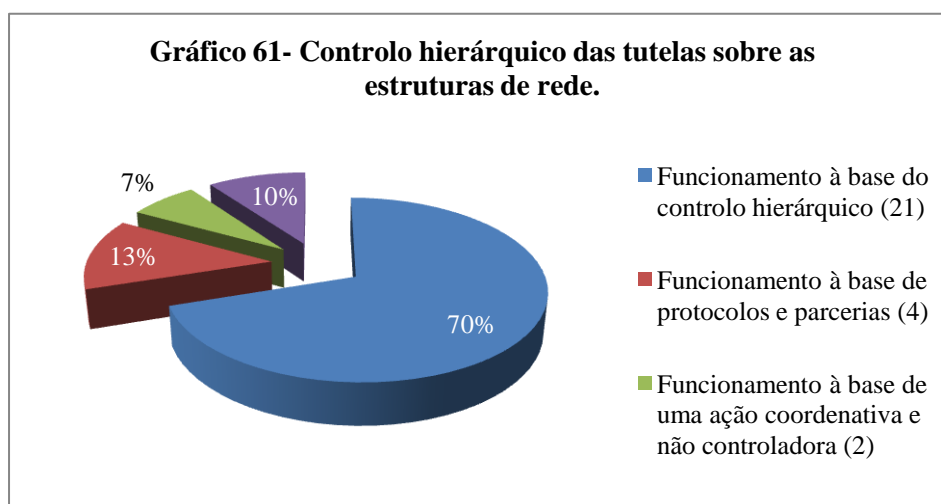
³³⁶ Caldas da Rainha; Matosinhos e Tavira.

³³⁷ Almada; Arouca; Vila do Conde e Viseu.

³³⁸ Arouca; Arruda dos Vinhos e Estremoz.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

1 sob total controlo hierárquico interno³³⁹, perfazendo 21 redes nestas condições (70%). Admitindo uma abertura para funcionamento em parceria interinstitucional com a celebração de protocolos e parcerias encontram-se 4 redes³⁴⁰ (13%). Apenas as 2 redes de Tavira e Matosinhos (7%) não funcionam sob total controlo hierárquico da tutela desenvolvendo uma ação de coordenação e não de controlo. Referente, ainda, a esta questão, não foi possível aferir, sem reservas, 3 municípios (10%)³⁴¹.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Dirigindo o olhar para reconhecimento dos princípios sociomuseológicos na filosofia funcional das redes, verifica-se que a grande maioria, 21 casos (70%) não lhes fazem referência. Apenas 1 município (3%)³⁴² se destaca a este respeito, assumindo, de forma clara e inequívoca, os pressupostos sociomuseológicos como sua base filosófica de ação e, pela leitura documental, parece criar condições para a sua efetiva implementação. Outros 5 municípios³⁴³ (17%) reconhecem, na filosofia dos seus documentos institucionais, embora uns mais timidamente que outros, alguns princípios sociomuseológicos. Constata-se, porém, que a definição posterior da ação museológica prevista pelas redes impede a sua prática. O caso de Matosinhos apresenta alguns destes pressupostos enquanto outras 2 redes (7%) apresentam situações inconclusivas³⁴⁴.

³³⁹ Braga.

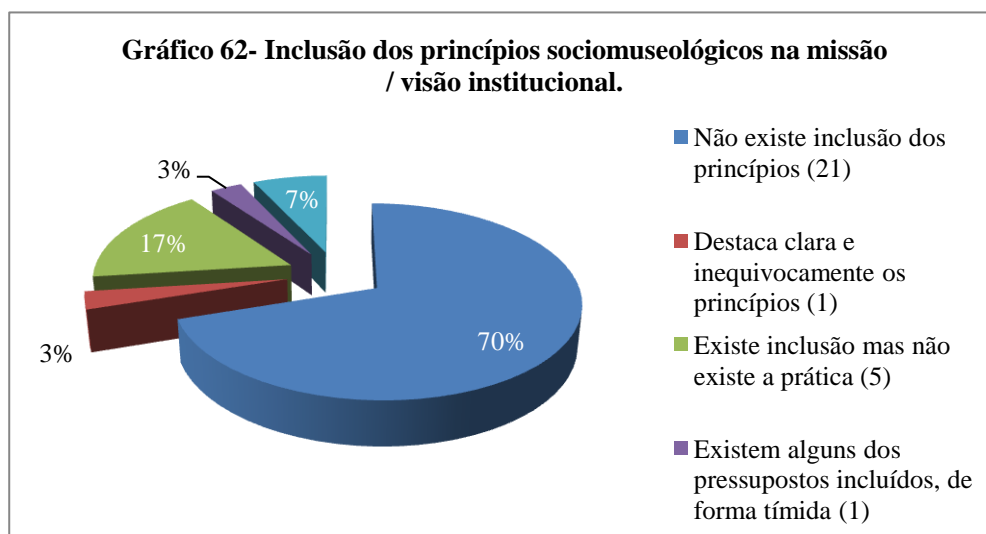
³⁴⁰ Caldas da Rainha; Mértola; Palmela e Seixal.

³⁴¹ Arouca; Vila do Conde e Viseu.

³⁴² Tavira.

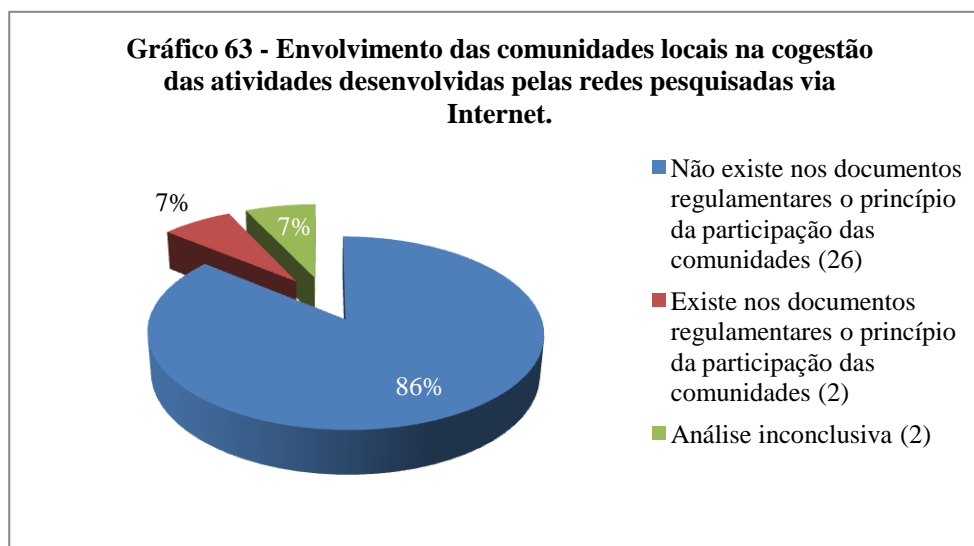
³⁴³ Arruda dos Vinhos; Aveiro; Ílhavo; Loulé e Loures.

³⁴⁴ Arouca e Viseu.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Por fim, se os pressupostos da sociomuseologia não se encontram nos documentos fundamentais e regulamentadores do funcionamento institucional, poderá antever-se que a possibilidade do efetivo envolvimento das comunidades na cogestão ou corresponsabilização das atividades desenvolvidas pelas estruturas também esteja ausente. É o que parece ocorrer, de facto.



Fonte: Elaboração própria (2012).

O **Gráfico 62** demonstra que os documentos regulamentadores das estruturas museológicas em rede, na sua esmagadora maioria de 26 casos (87%), não consagra o

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

princípio de participação ativa dos cidadãos ou das comunidades locais na ação destes espaços. Apenas dois casos contrariam esta realidade (7%), sendo que existe necessidade de confirmação desta prática no caso de Tavira e, no caso de Viana do Castelo, parece haver envolvimento das comunidades locais mas sem intervenção estratégica por parte da autarquia.

A este respeito, deve dar-se destaque, pela negativa, às redes de Loures e Mogadouro que apresentam, nos seus regulamentos, regras altamente restritivas a qualquer participação das comunidades locais nas iniciativas das instituições museológicas locais congregadas em rede.

Ainda, duas redes (7%) apresentam situações inconclusivas a este respeito³⁴⁵.

Da análise desta segunda investigação, retêm-se alguns dados considerados importantes no confronto das conclusões tiradas do primeiro estudo realizado neste capítulo.

³⁴⁵ Arouca e Viseu.

3.3. Síntese analítica dos estudos empíricos e relação com as questões de pesquisa.

Analisado o questionário aplicado aos municípios portugueses referente à existência e funcionamento de redes museológicas locais e, bem assim, a apreciação da documentação municipal no que concerne à constituição e funcionamento das suas redes museológicas, impõe-se confrontar os resultados obtidos com os conceitos teóricos abordados nos Capítulos 1 e 2 deste estudo. Este exercício procura confirmar e validar as hipóteses problematizadas nesta investigação, ou, *a contrariu sensu*, infirmar e refutar essas mesmas hipóteses.

Importa recordar que o presente estudo iniciou com o objetivo de conceber um plano de ação para o Museu do Território de Alcanena que contemple formas organizativas e operativas de uma *rede efetiva*: uma verdadeira *teia de relacionamentos sociais e culturais*, *plataforma* de partilha, entreajuda, cooperação, corresponsabilização e comunicação geradora de sinergias comunitárias de (re)conhecimento identitário e desenvolvimento de um território municipal, onde a sociomuseologia fosse assumida como quadro teórico referencial de base para o seu funcionamento participado e inclusivo das comunidades locais.

Tal propósito conduziu-nos à investigação e observação das redes museológicas locais existentes em território nacional e a sua relação com a sociomuseologia. Pretendeu-se conseguir um retrato destas organizações, em diversas dimensões, que ajudasse a responder à pergunta de partida formulada: **Como se enquadra a sociomuseologia nas redes museológicas locais, no contexto da sociedade contemporânea?**

Para dar resposta a esta questão, foram colocadas quatro hipóteses para investigação dotadas de pontos axiais para o seu entendimento.

De forma resumida, os estudos realizados procuravam a) identificar a existência de redes museológicas, patrimoniais e/ou de defesa patrimonial locais; b) entender a respetiva orgânica de funcionamento destas redes; c) perceber a missão central e a visão geral dos objetivos de tais organizações, averiguando a eventual incorporação nestas da teoria e práticas da sociomuseologia; d) compreender a correlação dos núcleos ou polos destas redes, assim como o seu relacionamento com o poder local ou outro; e) depreender a relação estabelecida entre estas instituições em rede e as comunidades locais e f) perceber se as redes museológicas locais estarão, eventualmente, preparadas para enfrentar os desafios introduzidos pela sociedade de informação – a sociedade globalizada.

Para responder ao primeiro propósito da investigação, *identificação da existência de redes museológicas, patrimoniais e/ou de defesa patrimonial locais*, procurou-se saber a extensão das redes museológicas locais de museus, ou seja, o seu número concreto, e o seu período de surgimento tentando perceber se este constitui, ou não, um fenómeno recente.

Neste âmbito, sinalizaram-se, numa primeira fase através do questionário aplicado, a existência de 48 redes museológicas locais, configurando 22% dos municípios inquiridos e representando 16% dos municípios nacionais.

Numa segunda fase, através da pesquisa realizada via Internet aos documentos regulamentadores das redes sinalizadas, identificaram-se umas adicionais 20 estruturas museológicas locais em rede, elevando para 68 as redes museológicas locais em território nacional perfazendo um total de, pelo menos, 22% dos municípios portugueses que promovem esta tipologia de estrutura organizativa.

Todavia, para além destes números, verificaram-se uns adicionais 83 municípios (27% dos municípios inquiridos) que se apresentam com projetos em curso ou intenções de concretização destas estruturas museológicas no seu território. Somados estes valores, verifica-se que, praticamente, metade do universo dos municípios portugueses, 151 casos (49%), possuirá ou tenderá a constituir redes museológicas num futuro próximo, assinalando-se como uma área de intervenção e ação municipal expressiva no seio das autarquias nacionais. Salienta-se que, em termos percentuais relativos, a região do Algarve assume uma clara aposta neste género de organizações com cerca de 31% dos municípios daquela região inserida neste contexto.

Constatou-se que instituições como o ICOM (2009) e autores como Sá da Costa (1993), Santos Silva (2004), Bilhim (2004) e Neves & Santos (2006) afirmam que “o panorama museológico em Portugal permanece (...) numa fase de expansão” (*Idem*, p.23).

Estas opiniões parecem ver-se confirmadas no presente estudo, apurando-se que 59% das redes museológicas locais (28 casos) surgiram na primeira década deste século e apenas 8% (4 redes) surgiram entre os anos de 1986 e 1997 ficando, no entanto, por averiguar os casos concretos de 33% (16 redes) museológicas locais onde não foi possível averiguar estes dados. Esta tendência parece acompanhar a própria criação de novos museus locais *per si* verificando-se que, sensivelmente, 70% dos museus locais (100 casos) foram criados após 2001 contrastando com os 30% de museus da mesma tipologia (43 casos) criados em todo o

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena
século XX, traduzindo-se numa clara aposta da administração local no campo desta tipologia de equipamentos culturais.

Deste modo, parece que se confirma a Hipótese A da nossa investigação. Existe, na atualidade, uma tendência crescente de (re)organização museal e criação de redes museológicas locais. Atestou-se, ainda, que a grande maioria das redes museológicas locais existentes, 92%, com 44 casos concretos, apresentam espaços museológicos abertos ao público diariamente, dos quais 60%, 29 redes, possuem um horário regular de funcionamento. Contudo, devido às particularidades de cada rede e, ainda, das características dos espaços nela agregados, essa regularidade traduz-se em realidades heterogéneas. Não existe, pois, uma clara uniformização no que respeita ao funcionamento das redes museológicas locais, ficando esta situação dependente da realidade própria de cada município, da sua disponibilidade para a dinamização dos seus espaços museológicos agregados em rede e da sua determinação em conferir alguma abertura organizativa, responsabilidade e envolvimento nos desígnios institucionais às respetivas comunidades locais.

Confirmada a primeira hipótese, e situando-nos no campo de investigação da sociomuseologia, fomos conduzidos ao segundo propósito da investigação: *perceber a missão central e a visão geral dos objetivos de tais organizações, averiguando a eventual incorporação, nestas, da teoria e práticas sociomuseológicas.*

Procurou-se, pois, saber até que ponto estas redes museológicas assentam a sua prática nas teorias deste campo específico da museologia. Entendeu-se que uma das melhores formas para avaliar este aspeto funcional seria analisar o teor das missões estabelecidas para cada estrutura, considerando que é na missão que uma instituição espelha a sua motivação, o seu propósito, os valores, aspirações e prioridades filosóficas (Porto, 2008) justificativas da sua existência (Hernández (2007).

Assim, investigámos as missões declaradas destas estruturas para determinar se estão contemplados, de algum modo, os princípios teóricos da sociomuseologia ou alguma preocupação com o desenvolvimento local das comunidades através da ação museológica nos propósitos destas organizações.

Aferiu-se que a preocupação dominante das tutelas das redes museológicas locais, espelhadas nas missões definidas para estas estruturas, assenta, essencialmente, na salvaguarda, estudo e divulgação das particularidades territoriais onde está inserida a rede com um total de 36 municípios a evidenciarem este aspeto (75%). Os restantes princípios

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

basilares da sociomuseologia em evidência na missão das redes ficam bastante aquém do expectável, realçando-se apenas as questões da inclusão de *património imaterial*, para além do material, nos bens patrimoniais a trabalhar pelos dos museus com apenas 16 municípios a reconhecerem este aspeto (33%). O mesmo sucede quanto à missão das futuras redes museológicas locais, não se realçando nenhum princípio em concreto.

As redes identificadas via Internet, na sua generalidade, também não reconhecem, nos seus documentos regulamentadores, os princípios sociomuseológicos constatando-se que 70% (21 dos 30 casos) não lhes fazem qualquer referência. Porém, especial destaque deve ser dado ao município de Tavira que baseia a sua filosofia funcional, em grande parte, nos pressupostos sociomuseológicos.

A perspetiva dos espaços museológicos enquanto instituições formativas e não contemplativas é reconhecida em apenas 14 municípios com redes museológicas locais (29% das redes) existindo referências muito ténues em apenas 3 redes (10%) identificadas via Internet.

Preocupante é que, na esmagadora maioria das redes, os municípios não assumem, na missão que criaram para as suas estruturas locais, que estes espaços devem incluir, de modo claro, as comunidades locais como parte integrante e como preocupação central na vida dos seus museus: apenas 2 municípios (4%) o fazem. Também na análise às redes identificadas via Internet, apenas outros 2 municípios assumem esta premissa.

A perceção de que os museus são, hoje, por um lado, instrumentos dinâmicos de mudança e desenvolvimento social ao serviço das comunidades, promovendo, por outro lado, o desenvolvimento local está presente em apenas 12.5% a 17% dos municípios com rede museológica local, isto é, 6 a 8 municípios, respetivamente.

Também no estudo assente na pesquisa documental referente às 30 redes museológicas locais identificadas via Internet constatou-se, de novo, esta tendência.

Tanto no caso das redes museológicas locais como nos municípios que se encontram em fase de implementação de tais estruturas, mostrou-se que a aceção predominante de ação consagrada nas respetivas missões assenta na salvaguarda, estudo e divulgação das particularidades do território onde se insere a rede museológica.

A ausência referencial das teorias sociomuseológicas na missão – que, relembre-se, representa a motivação, o propósito, os valores, aspirações e prioridades filosóficas das redes museológicas – denota uma certa falta de consciencialização deste campo da museologia

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena contemporânea nestas organizações, logo conduzindo, hipoteticamente, para uma prática museológica mais «tradicional».

Deste modo, parece que não se confirma a Hipótese B da nossa investigação verificando-se que **as redes museológicas locais não parecem ter propensão para uma prática baseada na sociomuseologia.**

Mas para poder delinear uma estrutura funcional para o MTA assente nas intenções já declaradas, tratando-se de instituições ou espaços museológicos ligados em rede, convinha também obter uma perceção das relações existentes entre os diversos espaços das redes e as respetivas tutelas ou o poder local, e o envolvimento das comunidades locais a gestão, planeamento e funcionamento destas redes averiguando as suas tipologias dominantes, traduzindo-se nos próximos propósitos da investigação: *entender a respetiva orgânica de funcionamento destas redes; compreender a correlação entre os núcleos ou polos, assim como o seu relacionamento com o poder local, ou outro, e perceber a conseqüente relação estabelecida entre estas instituições em rede e as comunidades locais.*

Este entendimento poderia ajudar a descortinar a existência de condições favoráveis para o desenvolvimento de práticas sociomuseológicas, já que no Capítulo 2 se verificou que estruturas horizontais tenderão a favorecer práticas sociomuseológicas e o envolvimento efetivo das comunidades locais na ação concreta das instituições museais ao contrário das estruturas verticais que tenderão a reprimi-las.

Procurou-se, em primeiro lugar, explorar a relação entre os diversos espaços em rede e as tutelas, na tentativa de determinar as tipologias dominantes das redes museológicas locais, se é que existe tipologia dominante, tentando, em segundo lugar, determinar o grau de envolvimento das comunidades locais na gestão, planeamento e funcionamento destas estruturas e a existência de uma corresponsabilização ou cogestão destes espaços.

Aparentemente, as redes museológicas locais tendem a ser constituídas por espaços tutelados exclusivamente pelos próprios municípios, num total de 63% das redes museológicas locais identificadas (30 de 48 redes), o que, à partida, indica que, na maioria dos casos, a opção sobre o modo de funcionamento destas estruturas assiste, exclusivamente, às autarquias. Esta tendência vê-se espelhada no estudo documental das redes detetadas via Internet onde 77% (23 dos 30 casos) apresentam estruturas exclusivamente tuteladas por autarquias, incluindo um caso de tutela exclusiva de uma instituição particular.

Aferiu-se, de três modos distintos, a tendência das estruturas funcionais das redes museológicas locais: numa primeira abordagem, a resposta direta dos municípios a esta questão; numa segunda perspectiva, a presença de alguma interação ou inter-relação das estruturas de rede com outras estruturas extra ou intermunicipais indiciando a presença das noções de complementaridade, cooperação, partilha de recursos e conhecimentos e articulação organizativa dos espaços museológicos com outras estruturas numa dinâmica de horizontalidade; e numa terceira análise, a estrutura funcional assumida nos documentos regulamentares das próprias redes e outros documentos aos quais se teve acesso via Internet.

Na primeira análise, verificou-se a existência de quatro grupos distintos de situações no que tange à estrutura funcional das redes museológicas locais. Resulta do estudo efetuado que a maioria dos municípios com redes museológicas locais, isto é 60% (29 casos), não indicam a sua estrutura funcional e 23% (11 casos das redes) funcionam sob uma lógica de verticalidade hierárquica. Outros 13% (6 casos) negam qualquer ligação estratégica interna o que, *per si*, significa que, paradoxalmente, não funcionam sequer em rede. Da totalidade das redes existentes, apenas 4% (2 casos), apresentam um funcionamento assente numa lógica horizontal, envolvendo outras instituições e tutelas no funcionamento partilhado das suas organizações: o município de Matosinhos, que declara possuir um regime funcional de transversalidade e estreita coordenação entre os diversos espaços museológicos, e, o município de Peniche que, detendo uma tutela partilhada dos espaços museológicos, apresenta uma abertura para um funcionamento, também ele, partilhado com outras entidades locais.

Se, por um lado, na estrutura organizativa hierárquica verificada em quase um quarto das redes museológicas locais e a ausência de conectividade entre estruturas noutros 13%, num total de 36% redes, sugere um funcionamento orgânico vertical destas, por outro lado, a reduzida taxa geral de resposta à questão, que se eleva aos 60%, dificulta a verdadeira perceção desta matéria levando a considerar que os dados, quanto à horizontalidade ou verticalidade no funcionamento institucional das redes, são inconclusivos, detetando-se, porém, uma incidência muito baixa de sua existência. Evidencia-se, lembre-se, em apenas dois casos.

Na segunda abordagem a esta questão, apurou-se que 52% das redes (25 casos) não apresentam as suas estruturas, ou espaços a elas agregadas, associadas a outras redes ou organizações, embora no caso específico de Aveiro exista intenção de criar uma rede de museus supramunicipal naquele distrito. Concomitantemente, 46% de municípios (22 casos) apresentam redes museológicas locais que integram, de um modo ou outro, estruturas ou redes

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

extramunicipais com especial incidência em 27% (13 casos) predominantemente na interação institucional com redes de âmbito regional com especial destaque para a Rede de Museus do Algarve com 5 casos, e, ainda, 16% (8 casos) com incidência em redes de âmbito nacional também aqui, com especial relevo para a Rede Portuguesa de Museus com 6 casos a registar. O que se reteve desta segunda análise é que os municípios com redes museológicas locais parecem ter tendência para operar sem ligação a outras organizações exteriores ao município ou estranhas à sua estrutura museológica local, cingindo-se, muitas vezes, a funcionar no âmbito da sua realidade local restrita. Quando tal não acontece, tendem a associar-se a estruturas de âmbito regional, com especial enfoque para o caso dos municípios algarvios onde esta tendência se torna mais evidente.

No terceiro olhar sobre esta problemática, de acordo com os dados presentes na documentação regulamentadora das redes identificadas na Internet, verificou-se, claramente, que 21 redes (70%) funcionam sob total controlo hierárquico da tutela, seja municipal ou particular³⁴⁶.

Se na primeira abordagem a esta questão, a reduzida taxa de resposta levou a que se considerasse o resultado inconclusivo, apesar de se aferir que quase um quarto das redes funciona sob um regime de verticalidade hierárquica, a segunda parece indiciar alguma abertura para um funcionamento colaborativo com instituições extramunicipais, sejam regionais ou nacionais. Porém, a terceira abordagem assente na análise dos documentos regulamentadores das redes parece apontar, de forma inequívoca, para que a tendência do funcionamento das redes museológicas locais pareça ser vertical.

Considerando-se a sociomuseologia um campo da museologia que centraliza a sua ação no ser humano e não em objetos; centraliza a sua ação nas comunidades que serve, o envolvimento das comunidades locais na gestão, planeamento e funcionamento das redes museológicas locais merece um olhar atento no que respeita à *relação estabelecida entre estas instituições em rede e as comunidades locais*. Assim, de seguida, explorou-se o envolvimento das comunidades locais na gestão, planeamento e funcionamento das redes museológicas locais. Também o foco dado à própria captação de públicos foi analisado neste contexto.

O que se verificou foi expectável à luz da matéria discutida no Capítulo 2 da tese.

³⁴⁶ Como é o caso da Sociedade Martins Sarmiento – Braga.

Começamos pela segunda questão: análise dos públicos frequentadores dos espaços museais locais em rede.

A premissa sociomuseológica sugere que a ação museal deve centrar-se no serviço às comunidades locais que serve e do seu desenvolvimento. Contudo, tanto nas redes museológicas locais já existentes como nos espaços museais pertencentes a municípios que preparam as suas futuras redes museológicas, o estudo aponta para uma forte aposta da ação museológica dirigida especificamente para o setor dos públicos escolares e para o desenvolvimento do turismo. Neste cenário, encontra-se, muitas vezes, a população local remetida para segundo plano no que respeita às prioridades na captação de públicos. Tal ação, à partida, constitui uma negação de uma prática sociomuseológica vocacionada para a formação e desenvolvimento das comunidades locais, evidenciando um alcance reduzido da ação museológica destas redes. Ainda, a amplitude do número de respostas facultadas que se confinam, na sua maioria, ao reconhecimento de uma ou duas tipologias de público-alvo remete-nos, de novo, para uma perceção de que o foco dado aos públicos-alvo é redutor.

Relativamente à primeira questão, o estudo também revela que, a maioria dos municípios com redes museológicas locais a funcionar ou em vias de implementação assumem que as comunidades locais são, efetivamente, envolvidas na gestão, planeamento e funcionamento dos seus espaços museais.

Todavia, um olhar mais atento ao desenvolvimento das respostas prestadas evidencia que, em grande parte, os membros das comunidades são, na realidade, meros utilizadores dos espaços museais e frequentadores das atividades que esses mesmos promovem, embora sejam chamados a colaborar através da cedência de informação e objetos para as exposições. Muitas vezes, o dito «envolvimento» das comunidades locais resume-se à ligação interinstitucional concretizada através da celebração de acordos ou protocolos entre o município e as juntas de freguesia, paróquias ou associações locais, comendo-se, deste modo, a ligação direta com as pessoas da comunidade. Tal situação indica, não obstante, haver algum tipo de ligação com o meio e com as pessoas, ainda que essa ligação seja, de certo modo, incipiente e indireta. O facto é que nenhum dos municípios afirma excluir as comunidades locais da vida dos seus equipamentos museais. Não deixa, no entanto, de não corresponder aos princípios sociomuseológicos.

No espectro dos municípios com projetos de rede em curso, praticamente metade (49%) afirmam existir o envolvimento direto das suas comunidades no funcionamento e gestão das instituições museais, confirmando-se, no entanto, de novo, a mesma tendência

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

excludente quando é questionada a natureza da prática das instituições já existentes no que concerne a este tópico. O mesmo detetou-se nas restantes instituições museais alvo do inquérito e que não tencionam implementar redes museológicas locais.

O estudo dos documentos regulamentadores das redes identificadas via Internet denota, também, que na sua generalidade, isto é 86% (26 casos), não consagram este princípio de envolvimento das comunidades locais.

O que se retém desta análise é que, apesar de se veicular nas respostas ao inquérito a ideia de que existe um envolvimento direto das comunidades na gestão, planeamento e funcionamento das instituições museais (em rede, em vias de constituir rede ou sem intenção de constituir rede), a *praxis* relatada nas mesmas respostas revela o inverso: um envolvimento passivo e até um certo afastamento das comunidades em detrimento da desejada ação proativa preconizada pela teoria sociomuseológica. Aliás, a análise realizada aos documentos oficiais das redes detetadas via Internet demonstra precisamente esta ideia: uma ausência de previsão da possibilidade de envolvimento ativo das comunidades na ação museológica das suas redes locais.

Esta situação não será de estranhar se atendermos, como se referiu, à ideia de que uma tendência organizativa vertical hierarquizada tenderá a conduzir a uma prática museológica centralizada na própria instituição numa atitude excludente das populações na ação institucional.

Deste modo, como se sabe da discussão presente no Capítulo 2 desta tese que estruturas horizontais tenderão a favorecer práticas sociomuseológicas ao contrário das estruturas verticais que tenderão a reprimi-las, parece que não se confirma a Hipótese C desta tese averiguando-se que **as redes museológicas locais não tendem a assumir uma forma organizativa horizontal, mas sim, tendencialmente vertical, dificultando, assim, a prática sociomuseológica.**

Nesta sequência, verificado que, aparentemente, as comunidades locais parecem não encontrar-se envolvidas de forma direta na cogestão ou funcionamento das redes museológicas locais aparentemente organizadas numa lógica de verticalidade hierarquizada, avançou-se para a tentativa de *perceber se, neste quadro, as redes museológicas locais estarão, eventualmente, preparadas para enfrentar os desafios introduzidos pela sociedade de informação – a sociedade globalizada*, configurando o nosso último propósito de análise.

Neste prisma foram analisados alguns aspetos visando averiguar a ótica das redes museológicas locais em várias dimensões tais como: a existência de serviços educativos nas redes museológicas; a ação desses mesmos serviços e os respetivos públicos-alvo que elegem trabalhar³⁴⁷; a perceção do real potencial e consequências concretas da globalização nas instituições museais e nas comunidades locais com que o museu trabalha e, ainda, o reconhecimento das problemáticas contemporâneas que envolvem as questões da hibridação cultural ou do multiculturalismo que constituem uma realidade da nossa sociedade, podendo configurar tanto uma ameaça ou uma oportunidade para as identidades locais.

Na primeira abordagem a esta problemática, entende-se que uma instituição que se deseja ao serviço das populações e do seu desenvolvimento deve exercer uma ação educativa e formativa dessas mesmas populações, de modo a contribuir para um entendimento do mundo que as rodeia e das transformações sociais que se impõem, sobretudo num mundo contemporâneo em célere mudança. Uma instituição museal, ou uma rede museológica local que queira estar preparada para enfrentar os desafios do futuro não pode ignorar este propósito basilar de proporcionar ao indivíduo uma perceção mais abrangente de cidadania ao relacionar as referências patrimoniais presentes no museu (a memória) com a sua própria realidade (o quotidiano), facultando uma ação consciente e ativa na construção do seu próprio futuro de modo a obter um melhor entendimento do presente, modificando a sua realidade, contribuindo para um efetivo exercício de cidadania.

Assim, no que respeita aos serviços educativos das redes museológicas locais, verificou-se que a maioria das redes museológicas locais, numa razão de 69% (33 casos), afirma possuir serviços educativos formalmente constituídos havendo 19% (9 redes) que, efetivamente, não possuem qualquer atividade dinâmica e permanente junto dos seus públicos, colocando estes 19% de redes na categoria funcional de “museu tradicional” limitando-se à simples prestação de informação ao público visitante.

Apenas 25% das redes museológicas locais (12 casos) apresentam diretrizes para o desenvolvimento de projetos e estratégias para a sua operacionalização. Também apenas 29% (14 casos) apresentam princípios norteadores da ação dos serviços educativos. Em 40% das redes (19 casos), estas preocupações simplesmente não existem.

A mesma tendência permanece no que concerne às estratégias para a operacionalização das ações dos serviços educativos e na existência de princípios norteadores

³⁴⁷ Também numa nova tentativa de averiguar a atenção prestada às comunidades locais, embora noutra perspetiva.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

desses mesmos serviços. Apenas se constata a presença destas preocupações em apenas 25% (12 casos) e 27% (13 casos) das redes museológicas locais, respetivamente.

O que ressalta da análise realizada é a primazia dada à intervenção junto do público escolar na ação dos serviços educativos. Constata-se que 42% de redes (20 casos) apenas prestam serviços ao público escolar, apesar de haver, mesmo assim, 29% de redes (14 casos) que afirmam atuar junto de outros públicos diversos o que se revela, manifestamente, escasso.

O estudo aponta para que 56% das redes museológicas locais, numa razão de 27 num total de 48, são constituídas por museus que comunicam com os seus públicos pois, de acordo com a atividade desenvolvida no âmbito dos serviços educativos, para além de serem ouvidos, simultaneamente prestam-se a «ouvir». Estas redes integram a categoria de “museus-fórum”, em consonância com a classificação de Henriques (1996).

Apenas 19% das redes museológicas locais, numa razão de 9 em 48, parecem integrar a categoria de “museus novos”, da classificação de Henriques (1996), ao desenvolverem ações que “problematizam”. Porém, uma análise mais pormenorizada da concretização prática das ações promovidas pelos serviços educativos destas redes demonstra que a sua falta de alcance, no que tange ao desenvolvimento cívico e democrático das populações, leva a que os objetivos não sejam, na sua generalidade alcançados, ficando aquém do expectável. Este fator levou-nos a considerar que estas redes, embora problematizem questões junto dos seus públicos, na verdade, na sua generalidade, não chegam a alcançar uma verdadeira prática sociomuseológica, pelo que se optou por designá-los de «pseudo museus novos”.

Mas voltando ainda um pouco atrás, verificou-se que o próprio entendimento de «comunicação» por parte das redes museológicas locais é algo confuso e heterogéneo.

A perceção de «comunicação» como meios colocados à disposição dos visitantes para a interpretação e/ou compreensão dos conteúdos expositivos está presente em 22 redes (46%), sendo que destas, sensivelmente metade 11 casos (23%) também considera que «comunicação» tem que ver com a transmissão de informação para o exterior do museu. Os restantes 11 casos (também 23%) apenas considera que «comunicação» se refere aos meios expositivos para informação do visitante. Apenas se encontram 3 municípios (6%) que consideram «comunicar» como estabelecer algum tipo de contato com a comunidade local. O resultado da análise leva a considerar que, no que tange ao ato comunicativo com os públicos, se verifica uma aparente tendência excludente do contato direto com as comunidades locais.

A ação museológica centrada no ser humano numa perspetiva do seu desenvolvimento pessoal e social, individual e comunitário, na construção de um discurso centrado em ideias e não em objetos, recorrendo a estes apenas como umas das muitas peças do processo museológico de construção de reflexões e inquietações parece não estar espelhado no conjunto de considerações dos responsáveis pelas redes museológicas locais ao questionário aplicado.

As redes museológicas locais parecem não privilegiar a comunicação direta com as suas populações locais, entendendo, na sua generalidade, o processo comunicativo com os seus públicos, essencialmente, em duas perspetivas. Por um lado, a maioria das redes museológicas locais entende a «comunicação» enquanto mero processo de transmissão de conteúdos das exposições permanentes e/ou temporárias aos visitantes. Por outro lado, o ato comunicativo é visto como meio de divulgação do museu para o exterior. Este entendimento de «comunicação» distancia-se dos princípios sociomuseológicos de uma ação museológica questionadora, interventiva e atuante no meio social onde se insere a instituição museal.

A generalidade das redes museológicas locais parece não desenvolver exposições que incitem ao questionamento, que comuniquem verdadeiramente com as comunidades locais, incidindo maioritariamente em exposições meramente contemplativas que em pouco contribuem para o fomento da coesão social ou constituem fatores de desenvolvimento social e pessoal local.

Metade das redes museológicas locais confunde o ato comunicativo das instituições museais com a própria promoção e divulgação institucional para o exterior, o que poderá indiciar, também aqui, alguma falta de perceção de que o museu não se deve limitar a informar, mas sim, estabelecer um meio de comunicação com os seus diversos públicos, um espaço de reflexão e questionamento para estes e, sobretudo, as comunidades que serve.

A segunda abordagem a este último propósito de análise debruçou-se sobre *a perceção do real potencial e consequências concretas da globalização nas instituições museais e nas comunidades locais com que o museu trabalha e, ainda, o reconhecimento das problemáticas contemporâneas que envolvem as questões da hibridação cultural ou do multiculturalismo que constituem uma realidade da nossa sociedade, podendo configurar tanto uma ameaça como uma oportunidade para as identidades locais.*

Questionou-se se, segundo o entendimento sociomuseológico, os museus, mais propriamente, as organizações museológicas locais em rede e as respetivas tutelas, estariam conscientes e despertos para os desafios e especificidades tocantes ao mundo global e à nova e

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

complexa teia de relações globais, estando, assim, preparados para encetar a necessária inovação e adaptação para enfrentar os desafios e as exigências do mundo atual.

Investigou-se nas respostas a compreensão dos traços caracterizadores da sociedade globalizada, por parte dos responsáveis das redes museológicas locais, com o intuito de aferir esta realidade e equacionar a consciência dos responsáveis pelas redes museológicas locais: da necessidade de inovação e adaptação institucional à nova realidade de conectividade global; da abertura ao mundo e ao exterior da(s) realidade(s) locais; da existência de uma relação tecnologia/sociedade; da interdisciplinaridade e transversalidade interativa de relacionamento entre as diversas áreas do conhecimento; da vulnerabilidade identitária e um novo fenómeno de (re)construção identitária; da possibilidade de um exercício museológico em rede ou ainda, a problemática da multiculturalidade e hibridação cultural, aspetos estes que caracterizam a sociedade hodierna, para, assim, estar melhor dotadas de ferramentas e instrumentos capazes de enfrentar os desafios colocados, hoje, às instituições museais e, bem assim, às redes museológicas locais.

A análise realizada no estudo revelou que uma minoria de 35% dos municípios com redes museológicas locais (17 casos) parecem estar conscientes da importância da globalização na ação museológica e, na mesma proporção, 35% dos municípios consideram que existe, através da nova realidade social, uma possibilidade de transportar o local para uma perspetiva global. Porém, é na perceção de que as tecnologias de informação e comunicação constituem um recurso útil na ação museológica, facilitando a difusão das memórias e identidades locais, que recaem 48% dos municípios com redes museológicas locais, isto é, 23 casos. Contudo, pouca expressão é dada à possibilidade de trabalho em rede, com apenas 6 respostas, existindo, ainda, uma falta generalizada de consciência do fator de cooperação e partilha de recursos com terceiros o que, tratando-se de redes museológicas implementadas, à partida não seria de se esperar.

Obtiveram-se, ainda, poucas respostas referentes: às problemáticas da multiculturalidade e hibridação cultural; à homogeneização identitária e cultural; à possibilidade de (re)construção identitária como um dos efeitos da sociedade global e à importância que tais aspetos assumem na ação museológica coetânea. Este facto sugere, paradoxalmente, que a maioria dos municípios com redes museológicas locais parece não identificar/reconhecer o processo de globalização e a figura da «rede» enquanto elemento relevante na ação museológica contemporânea, parecendo ignorar simplesmente este fator,

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

evidenciando uma percepção bastante reduzida de toda esta problemática por parte dos responsáveis pelas redes museológicas locais.

Perante a ausência da percepção do que significam estes aspetos no funcionamento das redes locais de museus, poderá suceder que dificilmente as mesmas estarão previdentes para lidar com os desafios da sociedade contemporânea ou, pelo menos, retirar os benefícios efetivos da atual conjuntura social. Também significa que as redes museológicas locais parecem não encontrar-se em sintonia com o pressuposto da interdisciplinaridade com as demais áreas do conhecimento e as realidades do mundo contemporâneo.

Pelo exposto, somos levados a concluir que também a Hipótese D colocada nesta investigação também não se confirma e **as redes museológicas locais parecem não estar preparadas para enfrentar os desafios da sociedade globalizada.**

Em síntese, pode dizer-se que das quatro hipóteses inicialmente colocadas na investigação, apenas a se vê confirmada a primeira. Os resultados dos estudos empíricos não validaram as restantes três levando-nos a considerar que:

- A) **Existe, na atualidade, uma tendência crescente de (re)organização museal e criação de redes museológicas locais;**
- B) **As redes museológicas locais não parecem ter propensão para uma prática baseada na sociomuseologia;**
- C) **As redes museológicas locais parecem não assumir uma forma organizativa horizontal, mas sim, tendencialmente vertical, dificultando, assim, a prática sociomuseológica;**
- D) **As redes museológicas locais parecem não estar preparadas para enfrentar os desafios da globalização, mostrando abstração em relação aos traços distintivos da sociedade globalizada.**

Este conjunto de considerações e as respetivas fundamentações oferecem, pois, um retrato, diríamos, um recorte do atual quadro concernente às redes museológicas locais em território nacional e a respetiva *praxis* sociomuseológica. Fornece uma visão dos pontos fortes, pontos fracos, das ameaças e das oportunidades que poderão influir na operacionalização de uma rede museológica local. Contribuirá, sem dúvida, para a construção de um plano estratégico de ação para o MTA que coloque comunidades locais no primado das atenções da estrutura museológica, criando sinergias sociais e comunitárias visando um efetivo desenvolvimento local.

CAPÍTULO IV – PLANO ESTRATÉGICO PARA O MUSEU DO TERRITÓRIO DE ALCANENA.

Capítulo IV – Plano estratégico para o Museu do Território de Alcanena.

4.1. Nota justificativa.

O presente estudo demonstrou que a propagação considerável de redes museológicas locais é um fenómeno recente e em expansão no nosso país. A conceção do Museu do Território de Alcanena, em 2007, seguiu, inadvertidamente, esta tendência.

Todavia, não basta a simples conceção de uma «rede» para que esta o seja, efetivamente. Conceber uma «rede» desconhecendo, ignorando ou depreciando os pressupostos basilares desta estrutura marcante da sociedade contemporânea corresponde a conceber um simples roteiro, qual listagem de um conjunto de espaços de uma determinada tipologia. Noções como versatilidade, polivalência, eficácia, eficiência, partilha de informação, partilha cultural, diálogo, comunicação, interação, participação, integração, autonomia, articulação, cooperação, cogestão e corresponsabilidade assumem uma posição central na ação de qualquer rede.

O que se apurou é que a generalidade das redes museológicas locais implementadas em Portugal não funcionam, de facto, como redes verificando-se uma tendência para um funcionamento centralizado e hierarquizado – característico de um «sistema» vertical – e não uma desejada dinâmica horizontal, inclusiva e transparente própria da verdadeira estrutura de rede.

Mas mais: muito menos a ação destas estruturas pendem para uma *praxis* sociomuseológica. A missão de serviço à comunidade que servem, quando constantes nas missões declaradas destas estruturas, geralmente, não é cumprida.

Constatou-se, também, que o redimensionamento do mundo, por força da globalização, induziu, por um lado, à interação e inter-relação entre diversos setores da sociedade³⁴⁸ e, por outro lado, ao reequacionamento e reposicionamento transversal da ação desses setores para uma progressiva aproximação ao cidadão e à evocação do seu envolvimento ativo nos respetivos desígnios institucionais. Isto verifica-se tanto no campo da museologia, através das premissas da sociomuseologia, como no campo da administração

³⁴⁸ Relembre-se: sociedade (nas suas diversas dimensões), estado (central ou local) e economia.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena local através dos princípios da governação em que ambos convergem no intento de desenvolver uma ação centrada no cidadão, nas comunidades e nas suas necessidades.

Neste contexto, e porque um dos aspetos que caracteriza a sociomuseologia é a sua capacidade de diálogo com as diversas áreas do conhecimento (Moutinho, 2010), partindo das noções cruzadas da sociomuseologia, da governação e do conceito do trabalho em rede, concebeu-se uma estrutura funcional e um plano estratégico de ação para o MTA, assente em eixos estratégicos determinados, objetivos devidamente traçados e estratégias de ação delineadas. Apresenta-se uma estrutura que pretende fomentar sinergias potenciadoras de inclusão social e de um desenvolvimento local de base democrática, procurando dinamizar uma ação museológica integradora, cooperativa e solidária, ou seja, uma prática sociomuseológica.

O documento que se apresenta pretende servir de ferramenta para uma adequada operacionalização e estruturação orgânica do MTA procurando garantir um efetivo funcionamento em rede. Tenta-se dar resposta a questões como a coordenação desta estrutura; o inter-relacionamento das instituições constituintes do MTA com o município e as comunidades locais; a tipologia de funcionamento que possa revelar-se mais adequada para o fomento de um funcionamento sociomuseológico, assim como, as principais metas a atingir para fomentar uma prática sociomuseológica auxiliada por uma filosofia fundada no paradigma da governação.

Figura 54 – Princípios do Plano Estratégico para o funcionamento do MTA.



Fonte: Elaboração própria (2012).

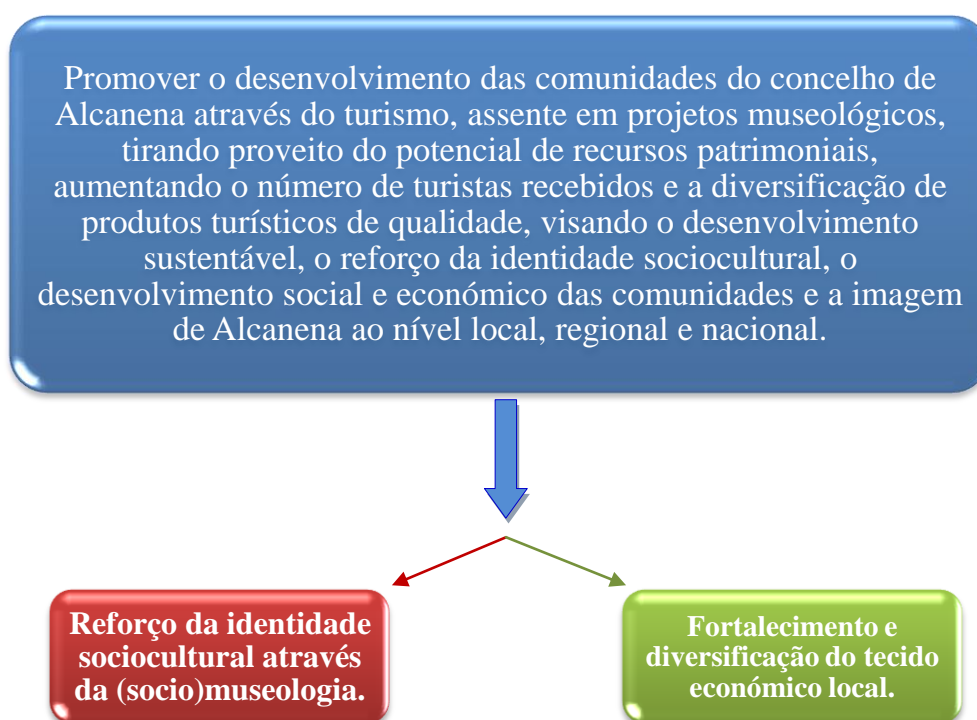
Este plano expõe linhas gerais que possam tornar o MTA numa organização socialmente inclusiva, reguladora³⁴⁹, participada e facilitadora de inovação social. Linhas gerais, estas, que vêm dar continuidade e desenvolver uma das componentes da ação estratégica definida para o desenvolvimento de Alcanena através da museologia (Café, 2007).

No estudo de caso apresentado em 2007, que idealizou e propôs a criação do MTA, traçou-se uma estratégia para o desenvolvimento local abrangendo medidas que pudessem influenciar o desenvolvimento sustentável do concelho de Alcanena, assente no património local, e explorassem as potencialidades existentes e por aproveitar. A estratégia visou:

“superar debilidades locais identificadas e potencialidades emergentes no território em estudo, procurando reforçar a competitividade económica de Alcanena através da promoção do turismo assente num programa museológico alargado no território, buscando a manutenção e afirmação da identidade sociocultural das comunidades alcanenenses, a atração de receitas e investimentos e o proveito do potencial turístico que o concelho detém” (Café, 2007, p.121).

Esta estratégia objetivou atingir duas metas, conforme o seguinte esquema:

Figura 55 – Ação estratégia para o desenvolvimento de Alcanena através da museologia.



Fonte: Café (2007).

³⁴⁹ E não controladora ou manipuladora.

Será na primeira meta deste projeto que incidirá, neste momento, a nossa atenção, procurando-se desenvolver um plano estratégico para o efeito, um modo funcional concreto desta rede museológica para, assim, reforçar a identidade sociocultural através da sociomuseologia.

Para concretizar esta intenção, baseamo-nos na sugestão de Hernández (2007) para o desenvolvimento de planos e programas para museus.

Optou-se por designar o documento que segue de «plano estratégico» e não «programa de ação». Esta decisão fundamenta-se por o termo «plano» contemplar uma tipologia de documento que visa “organizar e guiar as ações do futuro de acordo com a missão, as metas e os objetivos”³⁵⁰ (Hernández, 2007, p.87) enquanto a expressão «programa», por sua vez, constitui um “instrumento de gestão empregue para organizar e levar a bom termo as atividades usuais do museu, tanto públicas como internas”³⁵¹ (*Ibidem*).

Como defende Hernández (2007), procurou-se construir um documento conciso, claro e aberto à permanente monitorização, atualização e reformulação.

Serão apresentados, conforme sugere Hernández (2007), para além dos diversos enquadramentos: a) a missão da rede; b) a visão da rede; c) os valores; d) os princípios orientadores da ação estratégica da rede; e) as metas propostas, integradas em eixos estratégicos; f) os objetivos operacionais para atingir as metas e, por fim, g) as estratégias para atingir os objetivos, apoiadas por ações concretas. Antes, proceder-se-á a uma breve caracterização do projeto que constitui objeto da nossa atenção.

Achamos conveniente esclarecer que se verificou, no estudo empírico, algum uso indiscriminado dos termos «núcleo» e «polo» na referência aos espaços museológicos constituintes das redes identificadas. Existiu, mesmo, uma falta de definição destes termos nos documentos oficiais, com exceção da rede de museus de Tavira.

Para os fins pretendidos neste documento, esclarece-se que o termo «núcleo», de acordo com a Porto Editora (2011) será aplicado aos elementos da rede que formam um “grupo ou aglomeração” museológica numa determinada comunidade assumindo-se como “parte central ou ponto principal” de ação museológica naquela localidade.

O termo «polo» será aplicado, ainda de acordo com a Porto Editora (2011), a uma “secção ou filial” temática de determinado núcleo museológico, qual “centro de atividade ou de interesse” desse mesmo núcleo descentralizado fisicamente.

³⁵⁰ Tradução livre.

³⁵¹ Tradução livre.

4.2. Introdução.

4.2.1. Enquadramento geral.

O desenvolvimento das sociedades democráticas contemporâneas requer práticas institucionais que procurem valorizar as pessoas, combatendo desigualdades sociais e promovendo o progresso do ser humano.

Neste cenário, a instituição museal assume-se como agente interlocutor e participativo das memórias e identidades coletivas, desempenhando um papel valioso: no âmbito do estudo, salvaguarda e divulgação do património cultural e natural; de ação pedagógica; do desenvolvimento local assim como do envolvimento das populações locais na consciência e participação no processo cultural e político da sua comunidade.

Neste desígnio, a sociomuseologia tem assumido uma importância considerável, ao introduzir uma função social em todo este processo, procurando desenvolver consciências pessoais e sociais através do património, das identidades e das memórias locais, despertando as pessoas para o exercício e conceito de cidadania visando a transformação social e prestando o acesso do indivíduo à cultura enquanto procura desenvolver o sentido de comunidade e criticidade (Primo, 2001).

Os objetivos básicos da sociomuseologia – comunicar, intervir socialmente e despertar para a cidadania, entre outros – são simultaneamente simples na sua definição mas frágeis na sua concretização, estando à mercê da existência de conjunturas favoráveis. Considerando, pois, que a ação sociomuseológica é portadora de valores sociais e democráticos e indutora de transformação social, a prática museológica não deve limitar-se à mera exposição de objetos como um fim em si próprio, mas sim, recorrer a esses mesmos objetos na incitação ao questionamento para o cidadão compreender a realidade envolvente e saber usar esse conhecimento e património para um melhor entendimento do seu presente e o reforço da integração e autonomia pessoal e social das suas comunidades.

A defesa e salvaguarda patrimonial com recurso a instituições museais têm vindo a assumir um papel estratégico na promoção e desenvolvimento local, contribuindo inestimavelmente no âmbito do reforço identitário e cultural das comunidades neste mundo global. A administração local tem reconhecido esta importância e este potencial, pelo que tem

vindo a desenvolver algum protagonismo neste desígnio promovendo ações importantes nesta causa e envolvendo-se de forma mais ou menos ativa no campo da museologia.

Dentro deste quadro, compete ao estado, e neste caso ao poder local, definir orientações e metas, regular ações, apoiar iniciativas e estimular a abertura para a participação democrática dos cidadãos na luta contra as desigualdades fomentando a coesão e integração social no cumprimento do seu papel social e cultural ao serviço de cada indivíduo, de todos os cidadãos e da sociedade no seu todo.

Do mesmo modo, a sociedade informacional tem levado a que haja, hoje, uma tendência crescente de (re)organização institucional em rede, onde esta assume um lugar de destaque no tecido social contemporâneo. Todavia, se o conceito de rede é profusamente difundido por toda a sociedade, por vezes, na prática, os seus traços distintivos mais básicos não são devidamente acautelados.

Importa, pois, criar um instrumento ou ferramenta gizada para o desenvolvimento global e operativo de uma rede de instituições museais tuteladas pela autarquia, encarando-se esta organização numa perspetiva multifacetada onde a associação de cada um dos intervenientes deriva de um processo planificador visando uma eficiente operacionalização da rede. Ou seja, o documento orientador a implementar deve ser idealizado e desenhado em função das necessidades, especificidades e contextos concretos locais procurando agregar os diferentes nós da rede respeitando as particularidades de cada um enquanto congrega, simultaneamente, a estrutura como uma só.

É, neste sentido, que o presente documento procura ser um instrumento de ordenamento da rede museológica denominada Museu do Território de Alcanena (MTA). Não se assume como um trabalho findo, mas sim, um ponto de partida para (re)ordenar e consolidar o tecido museológico deste município através de uma estratégia de planeamento museológico e dos recursos de modo a criar uma dinâmica entre o território nas suas diversas vertentes: a administração local, as comunidades locais e as forças vivas representativas dessas comunidades. O facto de ser um documento aberto, um ponto de partida, permite envolver diretamente os cidadãos e as comunidades na (re)construção do discurso museológico local e na tarefa de transmitir as suas referências culturais aos públicos e, ao mesmo tempo, servir de catalisador de sinergias em prol da construção e afirmação identitária do concelho numa ação promotora da territorialização.

A missão de uma estrutura em rede apenas se concretizará se existir articulação entre os objetivos dessa mesma estrutura e os objetivos dos diversos intervenientes e parceiros. Por

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

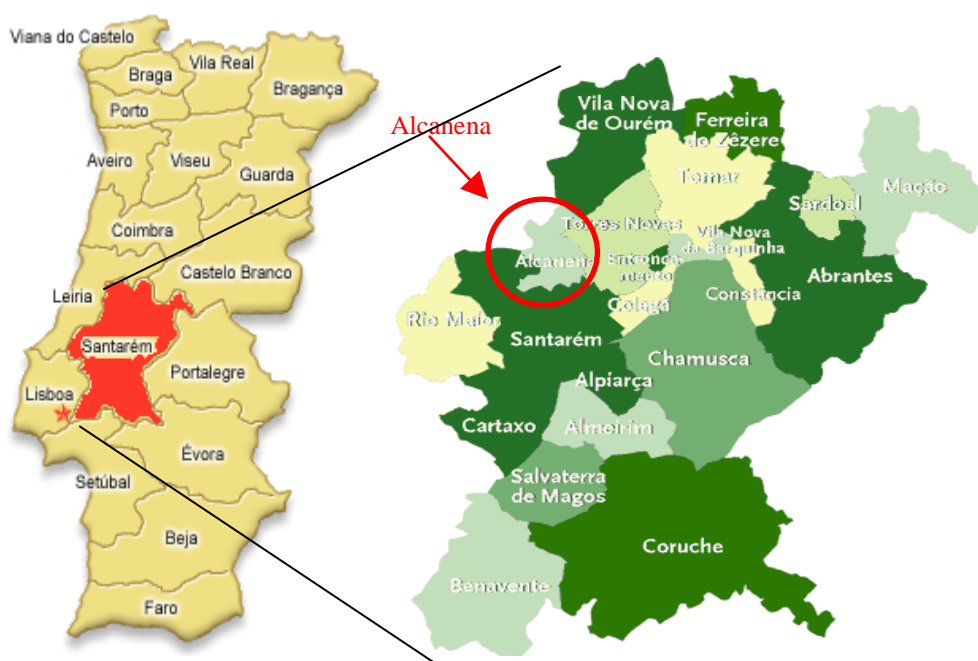
isso, torna-se necessário, a todo o momento, recorrer a processos de compromisso, auscultação e participação no sentido de caminhar-se para uma cultura de rede sem, contudo, negligenciar as singularidades de cada entidade, como se referiu. É este o desafio que requer constante maturação, reflexão partilhada, gestão participada, atuando sempre numa perspetiva territorial para atingir a qualidade, eficácia e eficiência dos serviços prestados à comunidade e aos cidadãos.

A filosofia do presente documento objetiva o envolvimento do conjunto de museus locais como um todo, configurando uma multiplicidade de relações, uma teia de relacionamentos, que extravasam fronteiras físicas e psicológicas procurando mobilizar as comunidades locais na tarefa da sua (re)afirmação identitária e cultural num mundo multicultural, plural e interconetado.

4.2.2. Enquadramento territorial.

O concelho de Alcanena integra a região do Ribatejo (Norte), no centro de Portugal. Englobando-se administrativamente no Distrito de Santarém, localiza-se no extremo noroeste deste distrito (**Figura 60**). Alcanena insere-se na área de intervenção da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, integrando a NUT III Médio Tejo³⁵², estando, ainda, inserido na Comunidade Urbana do Médio Tejo³⁵³, fazendo, atualmente, parte da Região de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo.

Figura 56 – Localização do concelho de Alcanena no contexto territorial português.



Fonte: Adaptação própria (2012).

O município confronta com o concelho de Torres Novas (a este), Santarém (a sul e sudoeste), Porto de Mós e Batalha (a noroeste) e Ourém (a nordeste). Distanto cerca de 30km de Santarém, 62km da Nazaré, 40km da Batalha, 50km de Alcobaça, 42km de Tomar, 20km

³⁵² O Médio Tejo para além de incluir o Concelho de Alcanena, inclui também os concelhos de Abrantes, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha e Vila Nova de Ourém.

³⁵³ A Comunidade Urbana do Médio Tejo inclui para além do Concelho de Alcanena: Abrantes, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

pela confluência da A23³⁵⁴ com a A1³⁵⁵ sendo, indubitavelmente, dois dos eixos rodoviários mais importantes do concelho.

Estes dois troços rodoviários são as ligações regionais chave no ordenamento e acessibilidades do concelho (Plano Diretor Municipal, 1994)³⁵⁶. O sistema de acessibilidades que serve Alcanena permitiu, no passado e no presente, que o município se expandisse e se desenvolvesse continuamente sendo, sem dúvida, uma mais-valia ao serviço de toda a realidade concelhia.

4.2.3. Breve enquadramento histórico do território.

Em tempos remotos, diga-se, pré-históricos, a região de Alcanena foi ocupada pelo ser humano primitivo. Atestando este facto, está o vasto espólio de vestígios existentes na região. Abrigados em grutas, e servidos pela abundância de água nalguns pontos, o concelho de Alcanena possui numerosas provas destes ocupantes pré-históricos. Posteriormente, a fixação da população decorreu na idade média e a fundação da Confraria de Alcanena, em 1353, confirma a vivência comunitária na região (Lopes, 1995, p.8).

A história de Alcanena confunde-se, de certo modo, com a história de Torres Novas, pois Alcanena esteve agregada administrativamente a este município antes de ser promovida a sede de concelho em 8 de maio de 1914, com a desanexação de freguesias do concelho de Torres Novas, Santarém e Porto de Mós após a promulgação da Lei nº156, assinada pelo Presidente da República Manuel de Arriaga. Este mesmo diploma elevaria Alcanena à categoria de Vila³⁵⁷ (Cadernos de Cultura, CMA, 1998, p.59).

Porém, a história da vila de Alcanena confunde-se também com a história dos curtumes, atividade que está na génese do antigo povoado. Confirmando este facto está a

³⁵⁴ Antiga IP6 - principal eixo viário de ligação Alcanena/Espanha.

³⁵⁵ Eixo de ligação norte/sul do país.

³⁵⁶ Plano Diretor Municipal de Alcanena: aprovado por Conselho de Ministros nº 98/94, Diário da República n.º 231, I Série B, de 6 de outubro de 1994.

³⁵⁷ É de notar, que a elevação de Alcanena a vila e sede de concelho aconteceu poucos anos depois da proclamação da República, findado o regime monárquico em Portugal (a 5 de outubro de 1910). Alcanena era reconhecida pelo seu fervor e ativismo liberalista, sobrevivendo até hoje as estórias do *slogan* popular de autoria desconhecida: “*Para o país a república / para Alcanena o concelho!*” nos tempos conturbados pré-republicanos durante os quais Alcanena “*vibrou aquando da implantação da República em Portugal, participando activamente (...)*”, (Jornal A Hora, 1970, n.º 88-90). Foi uma localidade historicamente ligada ao liberalismo, sendo fortemente republicana.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

simbologia heráldica do município e de Alcanena representando uma azinheira ladeada de duas maçãs de bater sola³⁵⁸.

Figura 58 – Símbolo heráldico de Alcanena.



Fonte: Câmara Municipal de Alcanena (2007).

Desde cedo que Alcanena se começou a evidenciar pelas características das suas atividades económicas, com destaque para a indústria de curtumes (Lopes, 1995, p.8).

“...a indústria de curtumes, uma das mais velhas actividades conhecidas do homem, cedo se radicou no concelho de Alcanena, com métodos muito próprios (...) com a utilização de materiais curtientes tradicionais da região. Os próprios utensílios eram característicos e mesmo exclusivos.” (A Hora, 1970, n.º 89, p.8)

Um dos fatores que determinou, no passado, o desenvolvimento desta indústria na região foi a abundância de recursos hídricos existentes, bem como as características dessa água. A dureza das águas, graças à sua forte composição calcária, facilitava a curtimenta³⁵⁹ das peles, sendo que esta atividade económica terá contribuído, decisivamente, para a fixação e desenvolvimento de populações em Alcanena desde o século XVII, altura em que os curtumes começou por ter maior expressão a um nível que ultrapassava o local.³⁶⁰

³⁵⁸ Ferramenta *sui generis* do processo de transformação do couro.

³⁵⁹ A curtimenta consiste em tratar as peles e couros com taninos (vegetais, minerais ou orgânicos) – a matéria curtiente.

³⁶⁰ O testemunho local mais antigo desta atividade consiste num selo real em pedra esculpida datado de 1792, ostentado num edifício acompanhado da inscrição revelando ser uma fábrica de sola com privilégio real do governo pombalino. Em tempos, as unidades industriais de curtumes eram numerosas. Todavia, os sucessivos constrangimentos de vária índole têm levado ao encerramento de muitas destas unidades fabris. Não obstante, ainda se encontram muitas em funcionamento, recorrendo a técnicas e maquinaria de elevada produtividade e qualidade, permitindo que esta indústria ainda assuma uma posição importante no contexto nacional, na produção de peles para variados fins como o vestuário, o calçado ou marroquinaria.

Supõe-se que o topónimo de Alcanena tenha origem árabe. Alguns historiadores defendem que o nome de Alcanena deriva da expressão árabe *Al-Canina*, que significa *cabaça seca*. Ainda se especula sobre a possibilidade de Alcanena derivar de *Al-Kinan*, fazendo alusão à sua geografia significando *lugar sombreado* (A Hora, 1970, N.º88-90). Esta influência no topónimo de Alcanena não é de estranhar, visto que o povo árabe esteve instalado na região de Alcanena mais de quatrocentos anos.

4.2.4. Caraterização do Museu do Território de Alcanena.

4.2.4.1. Apresentação da rede.

A rede museológica local denominada «Museu do Território de Alcanena» pretende pautar-se pela envolvimento de cada município e visitante no processo de (re)conhecimento da diversidade do concelho, tirando proveito do potencial patrimonial deste território, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento sustentável da(s) comunidade(s) e da economia local. É uma organização interventiva sobre o território que gira em torno de um museu – Museu do Curtume – localizado em Alcanena, sede do concelho, constituído por vários outros espaços museológicos que formarão uma rede dentro do perímetro concelhio alcanenense. Esta rede tende a representar, simbolizar e reforçar a identidade social do concelho de forma sustentada, pois coloca o património material e imaterial ao serviço da comunidade que serve e do seu desenvolvimento social e económico.

O propósito desta rede museológica não se esgota no reforço da identidade sociocultural pois tem, ainda, como objetivo impulsionar a atividade turística, através de um produto turístico inovador no território que assenta na multiplicidade de ofertas que este concelho tem para oferecer³⁶¹.

O Museu do Território pretende ser um meio difusor da cultura alcanenense assim como um representante simbólico da identidade local. A identidade constitui um dos três pilares desta estrutura museológica que também está sustentada no património e nas memórias locais. Cada um dos espaços – núcleos e respetivos polos – representa um aspeto particular da

³⁶¹ Alcanena representa um território rico em espaços naturais, geomorfológicos e paisagísticos, sendo igualmente rico em etnografia e cultura local. Apresenta potencialidades para a implementação de pontos de interesse turístico de carácter paisagístico/geológico, gastronómico, industrial, etnográfico, artístico, arqueológico e religioso.

vida social do concelho considerando-se que estes espaços museais se encontram intimamente relacionados. A concretização desta rede vem na sequência lógica da estratégia de intervenção delineada pelo Plano Diretor Municipal (PDM) de Alcanena³⁶² (1994, p.40) onde se propõe a construção do «Museu dos Curtumes» como forma de valorizar e divulgar a cultura e a economia do concelho. Assim, a esta ambição aliou-se a preparação de mais museus afirmando-se como um todo no território. Pretende-se agregar e relacionar estes espaços museológicos de modo a proporcionem uma «fotografia» global da(s) identidade(s) do concelho em diálogo.

Esta rede assume uma postura pedagógica junto das populações, pois posiciona-se como um instrumento de aproximação do património às pessoas, e vice-versa, pondo em evidência a razão de ser e o valor desse património para que o entendam e o interiorizem como parte integrante da sua identidade cultural. O importante é reconhecer que existe um *fio condutor* que relaciona e interliga estes espaços museológicos. Este fio condutor é a cultura social desta região, e as gentes locais são os trovadores que a anunciam a todos que a queiram conhecer e desfrutar.

Assim, compreende-se que as temáticas museológicas estão interligadas por uma relação cultural e social, com influências de elementos que determinaram essa cultura, como é o caso da água, do rio e da geomorfologia (ou seja, a dicotomia entre a serra e a planície que, embora antagónicas, são, de facto, complementares). Todos estes elementos da natureza condicionaram as atividades industriais de curtumes, de têxteis, o desenvolvimento e fixação das populações locais, enfim, toda a realidade alcanenense. Essa realidade está representada em cada um dos espaços museológicos interpretando a história, o motivo pelo qual e o modo como as indústrias, as populações e os fatores naturais aí existentes se desenvolveram, criando um lugar único. Deste modo, cada um dos núcleos museológicos desta rede divulga, interpreta e afirma a sua identidade social local, o seu património particular, mas inserido num todo coeso.

Torna-se óbvia a grande utilidade e contribuição que esta rede museológica presta à afirmação identitária do concelho e das suas gentes: um meio precioso para alcançar os resultados pretendidos, pois, além de preservar a memória e o património que a ilustra, reforça identidades, presta um serviço social e público útil através da disponibilização de informação, interpretação, transmissão de conhecimentos e saberes, disponibilização de momentos e locais

³⁶² Ainda em vigor.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

de reflexão social, bem como espaços de dinamismo cultural proporcionando espaços para que o movimento associativo voluntário possa, também, desenvolver toda a sua atividade. Pode dizer-se que o museu procura educar a curto prazo e gerar desenvolvimento social a médio e longo prazo.

Esta rede assume uma forma do município recorrer ao património natural, humano, cultural e industrial para promover não só o turismo no município mas, simultaneamente, proporcionar uma forma de desenvolvimento sustentável no concelho baseado no património. Assim, percebe-se que esta rede serve o património (no sentido da sua conservação e revitalização) e do mesmo modo promove um meio para fomentar a participação ativa e o exercício da cidadania.

A diversidade cultural endógena de Alcanena e o seu reconhecimento torna-se uma «arma» contra a homogeneidade cultural da era global mas também constitui um ponto de partida para compreender o «outro», reconhecendo simultaneamente a multiculturalidade e o pluralismo cultural deste mundo global.

O MTA está projetado para estar sedado na vila de Alcanena. Pretende-se que a sede se localize no edifício vivenda Maria Lucília Moita por duas ordens de razão. Em primeiro lugar, trata-se de um edifício estrategicamente localizado no centro nevrálgico da vila. Em segundo lugar, por se tratar de um edifício histórico que representa muito da identidade alcanenense no que ao curtume respeita. Deste modo, o edifício terá que ser adquirido para o efeito.

O museu congrega espaços museológicos descentralizados no território municipal que englobam roteiros temáticos organizados por fases, consoante a prioridade, em colaboração com as comunidades locais e as juntas de freguesia. Existem já quatro espaços abertos ao público e um em fase de conclusão apesar de não existir qualquer relacionamento entre si nem haver qualquer estratégia de interligação ou funcionamento complementar.

4.2.4.2. Constituição da rede.

De seguida, procede-se a uma apresentação sintética dos vários espaços que compõem esta rede museológica. Serão apresentados consoante a sua localização, valências, espaços previstos³⁶³, sempre tendo em mente o propósito de articulação em rede dos mesmos.

³⁶³ As instalações de museus devem possuir, necessariamente, espaços de acolhimento, exposição, de reservas e de serviços técnico-administrativos (Dec. Lei nº 47/2004, capítulo III: artigo 51º), para corresponder às necessidades de quem procure e deseje visitar o museu. De acordo com a referida lei, as instalações do museu

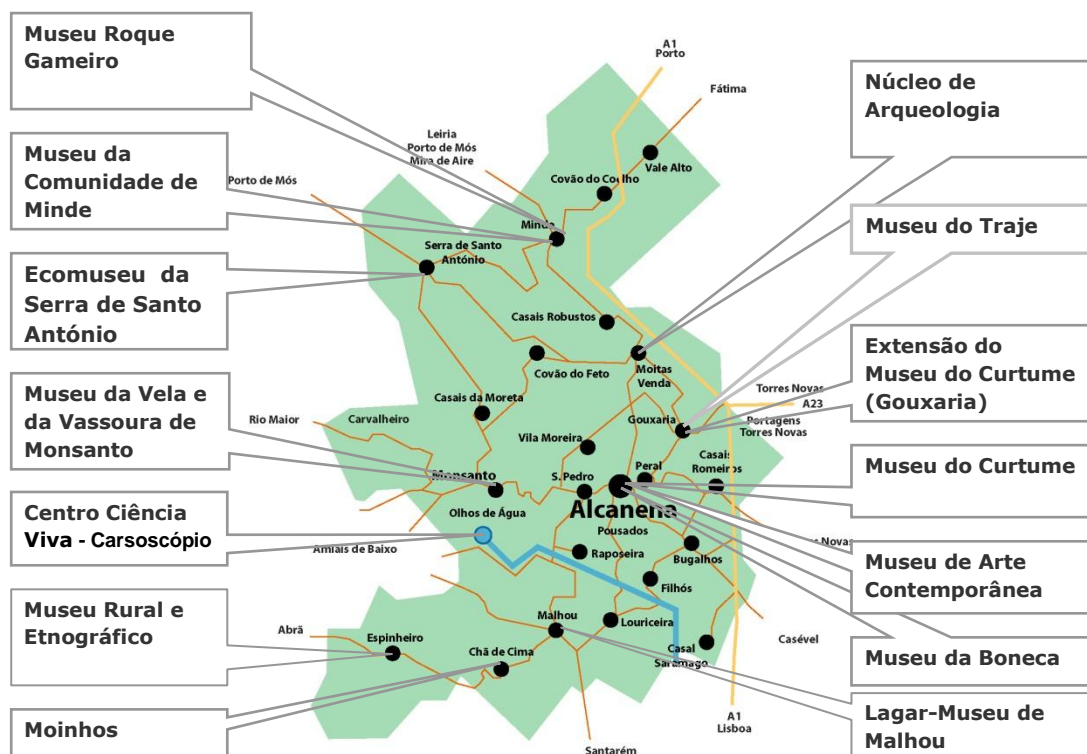
São catorze os espaços museológicos em causa:

Quadro 32 – Composição do Museu do Território de Alcanena.

Museu do Curtume (Alcanena);	Museu do Traje (Gouxaria)
Polo do Museu do Curtume (Gouxaria)	Ecomuseu (Serra de Santo António)
Museu da Boneca (Alcanena)	Museu da Vela e da Vassoura (Monsanto)
Museu de Arte Contemporânea (Alcanena)	Lagar-museu / Museu do Azeite (Malhou)
Museu da Comunidade de Minde (Minde)	Moinho de vento (Chã de Cima)
Museu Roque Gameiro (Minde)	Núcleo de Arqueologia (Moitas Venda)
Museu Rural e Etnográfico (Espinho)	Carsoscópio (Olhos de Água)

Fonte: Elaboração própria (2012).

Figura 59: Localização e distribuição dos núcleos do Museu do Território de Alcanena.



Fonte: Café (2007).

deverão conter também espaços adequados ao cumprimento das funções museológicas, como é o caso de pelo menos uma biblioteca/centro de documentação, área de atividades educativas e oficina de conservação. O acervo será constituído por tecnologias e utensílios utilizados ao longo da evolução tecnológica da indústria a que concerne. Também deverá haver a exposição de produtos vários (possíveis) assim como da sua aplicação da produção respetiva.

Estes museus³⁶⁴, ou espaços museológicos, não detêm personalidade jurídica. Podendo ser promovidos separadamente enquanto espaços isolados, com temáticas e serviços distintos, pretende-se que sua promoção seja valorizada pelo conjunto que representam, enquanto rede museológica, representante de uma só cultura e identidade: a comunidade alcanenense.

A descrição dos museus será, necessariamente, breve apenas para contextualizar cada espaço museológico pelo que representa dentro do conjunto da rede e o atual estado da sua concretização.

Museu do Curtume (Alcanena)

Este museu localiza-se na malha urbana da vila de Alcanena num espaço anteriormente ocupado pelas instalações dos chamados «antigos celeiros». O espaço tem o acesso viário facilitado pela EN 513-1. Trata-se de um projeto em curso cuja obra se encontra concluída estando, no entanto, o projeto museológico estagnado aguardando decisão da tutela para a sua conclusão.

O edifício possui dois pisos. Inicialmente pretendia-se instalar este museu numa antiga fábrica de curtumes. No entanto, concluiu-se que estas possuem maus acessos e não garantem os requisitos necessários para a exibição dos objetos devido ao pouco espaço disponível e às suas características de construção.

Este museu, devido à sua temática, será o mais emblemático na rede devido ao lugar simbólico que ocupa na memória e na identidade do concelho no seu todo. Não existe, em território nacional, outro museu com esta temática. Este espaço museológico será dedicado, essencialmente, à promoção, salvaguarda, dinamização e valorização do património industrial concelhio. Este património será exposto tendo em atenção a vertente arquitetónica, arqueológica, histórica, cultural, social e etnográfica, focando elementos da memória das gentes locais e os testemunhos humanos e técnicos da indústria de curtumes.

O Museu do Curtume apresentará ao seu público vários espaços com peças de couro, coleções e documentações sobre a história dos curtumes na região, exposições de informação sobre o contributo desta indústria na formação deste concelho e o esclarecimento da

³⁶⁴ Refira-se que o Carsoscópio não será um museu mas, sim, um Centro de Ciência Viva devendo integrar esta rede como forma de ação integrada de promoção e educação por via do património local.

importância das características deste espaço geográfico para o aparecimento desta indústria e, conseqüentemente, do desenvolvimento deste povoado.

Para além disto, este espaço irá: proporcionar aos utentes um historial da evolução dos curtumes; fornecer um conjunto de indicadores sobre a importância da atividade dos curtumes para a criação do concelho; caracterizar integralmente da indústria dos curtumes no contexto local, desde os vestígios mais antigos até à atualidade; dar a conhecer a importância dos curtumes na economia, sociedade, política e emancipação de Alcanena; dar ênfase à visualização de todos os elementos, através de painéis a elaborar para o efeito; informar de todo o processo evolutivo da curtimenta numa perspetiva de contraponto, passado – presente; exibir maquinaria emblemática e representativa das diferentes fases de transformação e tratamento da pele; implementar meios audiovisuais e informáticos que possibilitem a visualização destes vários aspetos; implementar ateliês de caráter lúdico e didáticos orientados para a experimentação; constituir de um percurso a designar de «Rota do Couro» onde será possível visitar locais emblemáticos desta indústria e elaborar a carta arqueológica/industrial que possibilite a visualização de toda a iconografia relacionada com os curtumes; constituir um espaço de ligação entre a comunidade local e outras comunidades internacionais de características semelhantes como forma de ligação com o mundo exterior.

Deverão ser estabelecidas parcerias com o Centro Tecnológico da Indústria do Couro (CTIC), sediada em Alcanena, a Associação Portuguesa da Indústria do Couro (APIC) também sediada em Alcanena, bem como outras empresas do setor e associações locais como a Associação de Reformados e Pensionistas do Concelho de Alcanena (ARPICA).

Desde janeiro de 2003 que foram recolhidas cerca de quinhentas peças que farão parte do acervo do museu. Contará, ainda, com um centro de documentação, uma oficina de conservação e restauro, uma loja do museu, serviços educativos, espaço de exposições temporárias e um local de exposição permanente com peças, instrumentos e testemunhos da indústria de curtumes. O Museu do Curtume irá prestar esclarecimentos acerca dos impactos sociais, culturais, ambientais e económicos que advieram dos curtumes a nível municipal e supramunicipal.

Não menos importante, esta instituição também tem a missão de proporcionar uma visão menos negativa da indústria de curtumes, chamando a atenção do visitante e, sobretudo, das populações locais de que esta atividade não tem de ser uma ameaça para a natureza e para o meio ambiente, mas constitui parte do seu próprio processo de reciclagem. O curtume não tem de ser um processo poluente, pois a natureza providencia todos os materiais necessários

para a transformação da pele desde que é retirada do animal até se transformar em produto acabado do couro. Ainda faz parte da missão deste museu promover o conhecimento das influências do curtume, ao nível económico, social e cultural, no país e no mundo. Mas ainda, este museu será o ponto de partida para se estruturar um produto de turismo industrial em Alcanena.

À presente data, apesar de o edifício se encontrar concluído, não está prevista nenhuma data para a abertura deste museu.

O papel estratégico deste museu centra-se no facto de vir a assumir a função de «centro» ou «base» dos serviços técnicos para a assistência aos outros museus da rede. Isto é, o Museu do Curtume reunirá todas as valências e serviços obrigatórios para a estruturação e consideração legal de um edifício museológico, enquanto os outros museus reunirão apenas algumas das valências necessárias pois nem todos os espaços destinados à ocupação destes museus apresentam condições físicas para albergarem todas as valências necessárias, nem se torna sustentável que assim fosse. Daí que esta lacuna irá ser compensada pelas valências técnicas do Museu do Curtume.

Polo do Museu do Curtume (Gouxaria)

Esta extensão, ou polo, do Museu do Curtume pretende interpretar o processo tradicional e artesanal, não industrializado, de transformação da pele, bem como a tecnologia que lhe está associada.

A Gouxaria é uma localidade onde a atividade de transformação das peles teve uma proeminência muito forte, cujas origens remontam a numerosas gerações.

Um dos aspetos que importa salientar são alguns dos vestígios ainda existentes no âmbito da arquitetura típica destes locais de transformação da pele. Neles são ainda visíveis o modo como esta atividade se desenrolava num contexto de exploração familiar, como ainda no presente se pode constatar, não obstante as transformações ocorridas através dos tempos.

No caso em apreço, trata-se de recuperar um conjunto arquitetónico que reúne, de forma bastante completa e original, todo o contexto em que a atividade de transformação das peles se desenrolava em final do século XIX e princípio do século XX.

O complexo reúne, em si, o espaço habitacional e todas as restantes partes, devidamente faseadas, onde se procedia à transformação das peles.

Será, por isso, um polo museológico instalado numa antiga unidade fabril que marca um determinado momento da transformação que esta indústria sofreu. Neste polo, haverá

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

diversos espaços distintos recuperados: a casa de habitação do curtidor, a oficina de curtume, o espaço de secagem, embalagem, a horta e o estendal. Contará com um espaço para reserva, serviços educativos, loja, receção, espaços de exposição permanente e temporária, não necessitando, aparentemente, de um centro de documentação, uma vez que esse espaço já existe no Museu do Curtume. Os serviços administrativos serão relativamente reduzidos, uma vez que este polo funcionará como complemento do referido Museu do Curtume

A principal atratividade deste espaço será a possibilidade de omitir a informação acerca dos processos de curtimenta (pois esses serão veiculados no Museu do Curtume) e dar maior ênfase na musealização *in situ*, recriando ambientes que possam transportar o visitante para outros tempos e outras formas de trabalhar a pele.

Para além disto, este espaço irá: proporcionar aos utentes uma visão das condições existentes para o desenvolvimento dos curtumes no final do século XIX e princípio do século XX; exhibir utensílios únicos e emblemáticos das técnicas alcanenenses na transformação da pele e representativos das diferentes fases do seu tratamento; implementar meios audiovisuais e informáticos que possibilitem a visualização de vários aspetos; implementar ateliês de carácter lúdico e didáticos orientados para a experimentação; fazer parte da já referida “Rota do Couro”.

Para a prossecução deste objetivo, será necessário estabelecer uma parceria público-privada com os proprietários deste imóvel que já se disponibilizaram para esse fim. De igual modo, será necessário estabelecer um protocolo de colaboração com as coletividades locais (Centro Sociocultural de Gouxaria e Rancho Folclórico de Gouxaria) que possuem os conhecimentos e os recursos indispensáveis para o envolvimento da comunidade neste projeto que se deseja próximo das pessoas e onde estas se possam rever nas questões da sua identidade e memória coletivas.

Os objetivos deste espaço deverão, deste modo, compreender o seguinte: proceder à musealização *in situ* de uma antiga fábrica de curtumes no seu estado original; dar a conhecer os antigos espaços de transformação da pele em contexto de exploração familiar; desfrutar de um espaço original onde se pode ter uma perceção completa do tratamento das peles em contexto familiar; criar propostas de encenação temáticas, criativas e didáticas com base nos testemunhos contextualizados; organizar diversos discursos, de modo a que o museu possa contar temas fascinantes; conhecer a arquitetura dos primeiros espaços industriais; identificar habitações e traços arquitetónicos tradicionais emblemáticos.

As estratégias para atingir estes objetivos passam pela celebração de um protocolo com a família proprietária (família Carvalho); recuperação integral dos espaços integrantes, zona familiar e zona de tratamento das peles; mostra das três fases principais do processo de tratamento das peles, ribeira, transformação e acabamento inseridas neste contexto familiar e a ilustração dos referidos passos tendo por base maquinaria coeva, fidedigna e devidamente contextualizada.

Museu do Traje (Gouxaria)

Pretende-se, através deste projeto, analisar e refletir acerca da temática que envolve a etnografia em geral, e o estudo do traje tradicional e popular em particular.

Estudar a etnografia, ou as tradições populares, não será mais que estudar especificidades de um povo inserido no seu espaço próprio, da sua realidade e vivências locais e comunitárias numa determinada época e num determinado contexto, ou seja, da sua identidade própria e específica moldada através de séculos de sucessivos contributos de inúmeras gerações.

O traje tradicional e popular constituía a expressão da vida e da vivência de um agregado social, de uma comunidade. Traduzia a feição e a alma da comunidade local. Era produto do tempo, do espaço, e da própria criação humana que eram, no fundo, as grandes condicionantes do traje.

O Rancho Folclórico de Gouxaria (Alcanena) é detentor de um vasto espólio de indumentária tradicional de grande riqueza e beleza recolhidas localmente e que importa salvaguardar e estudar, pois, através deste património, é possível entender muitos aspetos ligados às vivências das populações e das suas identidades locais.

É objetivo deste polo do Museu do Território contextualizar os objetos realizando um trabalho de qualidade fidedigna e representativa do significado de cada um, a sua proveniência, utilização e relação com a população. Dar-se-á a conhecer as diferentes fases de pesquisa, elaboração e conceção do projeto divulgando o resultado através de exposições permanentes ou temporárias em espaço adequado ao efeito. A estreita colaboração com a entidade do Rancho Folclórico da Gouxaria neste projeto será de capital importância no envolvimento da comunidade local na defesa e preservação do seu/nosso património.

A junta de freguesia disponibiliza à autarquia um edifício público que poderá ser adaptado para esta finalidade. Existe um estudo prévio para a arquitetura do museu, estando,

porém, o projeto inativo neste momento, aguardando decisão favorável por parte da tutela (município de Alcanena) para a sua concretização.

Pretende-se que este museu possua um espaço de exposição temporária e outro de exposição permanente; uma reserva, um centro de documentação, uma oficina de restauro, recepção, loja e espaço de serviços educativos.

Como objetivos gerais deste projeto pode-se referir: pesquisar e aprofundar informação para se entender não só aquilo que se está a recolher, mas também o relacionamento das pessoas com esses objetos; estudar a proveniência dos trajes e a sua utilização pela população local estabelecendo estes relacionamentos; contextualizar os objetos procurando realizar um trabalho de qualidade fidedigna e representativa do significado de cada um deles; dar a conhecer as diferentes fases de pesquisa, elaboração e conceção de um projeto desta índole; divulgar o resultado de toda esta pesquisa através de uma exposição num espaço adequado para o efeito.

As estratégias para a implementação destes objetivos passam por contextualizar a Gouxaria e a região onde se insere para melhor enquadramento no tema em análise; reunir toda a mostra possível dos trajes e elementos etnográficos caracterizadores desta localidade; exibir em espaço adequado para o efeito todo o acervo de acordo com as temáticas definidas; adaptar para o efeito instalações adequadas à mostra do espólio reunido e, por fim, criar um circuito interpretativo e museográfico que demonstre a realidade evolutiva do Rancho Folclórico da Gouxaria.

Museu da Boneca (Alcanena)

As comunidades, e por vezes os sujeitos individuais, têm vindo a revelar enormes capacidades na preservação de importantes setores do património tangível através do colecionismo. A constituição de espólios particulares tem-se revelado fundamental para determinados segmentos do conhecimento, que importa preservar, nomeadamente no campo do lúdico, seja dos brinquedos ou, neste caso, das bonecas.

A exibição deste tipo de coleções estimula o esforço de valorização dos sujeitos envolvidos, como é o caso em apreço, para cuja preservação do espólio, se recorre à utilização, mediante adaptação de uma escola, espaço muito ligado ao imaginário das crianças.

O Museu da Boneca é um projeto que a autarquia concretizou em 2008, tendo surgido a partir da existência de uma coleção particular de mais de seis mil exemplares,

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

respetivos acessórios e outras curiosidades que a proprietária tem vindo a recolher e restaurar. Neste museu, que se situa no edifício da antiga escola de ensino pré-escolar, está organizada e montada a coleção visitável em colaboração com a proprietária. Neste núcleo do Museu do Território dá-se a conhecer uma coleção de bens culturais conservados por uma pessoa singular, num espaço público que reúne as condições necessárias para o desempenho de funções museológicas.

O Museu da Boneca tem como função administrar todo o património de objetos que estão afetos ao museu; programar e dinamizar as atividades do espaço elaborando o plano anual de atividades; proceder à inventariação, conservação e restauro das bonecas; complementar o trabalho de inventário com estudos antropológicos e contextualizar todos os objetos permitindo que cada um conte uma história de forma a reproduzi-la em contexto museológico.

O espaço conta com uma sala de exposição permanente, na qual existe uma expositiva em ciclos de dois meses; sala de restauro; sala de exposições temporárias, receção e loja, bem como espaço de serviços educativos.

A aposta neste núcleo poderá ser ganha se se souber tirar partido dos serviços educativos, em que uma ação voltada para as crianças, e até para adultos³⁶⁵, poderá cativar públicos para a discussão de variadíssimos temas e assuntos que poderão contribuir para o desenvolvimento e coesão social.

Os principais objetivos deste espaço museológico são criar um espaço atrativo destinado a integrar uma coleção de bonecas; dar a conhecer uma coleção de bens culturais conservados por uma pessoa singular, num espaço público que reúna as condições necessárias para as necessárias funções museológicas; administrar todo o património de bonecas afeto e a afetar ao museu; organizar e montar a coleção visitável em colaboração com a proprietária salvaguardando as funções educativas e museológicas; programar e dinamizar a atividade do espaço, utilizando o espólio como forma de estimular o sentido crítico das populações.

Para tal, são aplicadas as seguintes estratégias: disponibilizar para o efeito um imóvel no centro urbano de Alcanena que reúne as condições necessárias para o efeito (neste caso, a antiga escola do ensino pré-escolar de Alcanena); dinamização de um espaço de exposição, sala adequada para o efeito, denominada “exposição principal”; dinamização de outro espaço de exibição com características tecnológicas, denominado “hospital das bonecas”

³⁶⁵ Numa abordagem da simbologia que os brinquedos, e neste caso, as bonecas, possuem no imaginário das pessoas.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

para efeitos de restauro e a funcionar de forma didática; dinamização de um espaço de formação polivalente onde são desenvolvidas atividades adequadas e pertinentes; proporcionar espaços agradáveis proporcionadores de lazer atrativo para as crianças e criar as condições necessárias à segurança de circulação das crianças.

Museu de Arte Contemporânea (Alcanena)

O Museu de Arte Contemporânea de Alcanena surge de uma vontade expressa da autarquia no intuito de dar relevo a segmentos de arte contemporânea de coleções particulares, tornar público este importante acervo, tornando-se numa considerável mais-valia para todos quanto dele possam fruir.

A implementação deste segmento museológico, numa região ainda carenciada de instituições museológicas desta natureza, potencia um desenvolvimento sociocultural tornando-se, não apenas num local de fruição e estudo, mas também num agente criativo e difusor de conhecimento.

Este Museu pode e deve funcionar como um núcleo dinamizador de toda a região, convertendo-o num centro de investigação, conservação, exposição e difusão da arte contemporânea.

Podendo funcionar no edifício sede do Museu do Território, minimizando os custos e otimizando os recursos humanos e logísticos existentes, apresentará os seguintes objetivos: dotar o Concelho de Alcanena num núcleo importante e difusor da arte contemporânea; procurar estabelecer parcerias e permutas com outros museus congéneres de modo a levar a cabo mostras temáticas e estabelecer e criar hábitos de visita e fruição no seio da população em geral com especial atenção para as escolas.

Para tal, deverão ser implementadas as seguintes estratégias: integrar o espaço num edifício emblemático de preferência a sede do Museu do Território que deverá ser localizado na vila de Alcanena; criar nesse mesmo espaço zonas destinadas às exposições permanentes mas também espaços para exposições temporárias; dotar o museu com sistemas de segurança indispensáveis à proteção do seu espólio, assim como todos os sistemas necessários a uma eficaz conservação preventiva, quer nas áreas de exposição quer em reserva; dotar essa mesma infraestrutura com condições adequadas no que diz respeito ao controle de iluminação, raios UV e temperaturas; criar um espaço educativo próprio e adequado ao desenvolvimento de atividades educativas com o público escolar; dotar o museu com um espaço destinado à

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

criatividade, fruição e lazer por parte do público adulto e, por fim, criar uma academia de artes sénior.

Museu da Vela e da Vassoura (Monsanto)

Monsanto é, territorialmente, a segunda maior freguesia do concelho de Alcanena. Inserida no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, distingue-se pelas atividades artesanais como as do fabrico de vassouras e velas.

Encerra um conjunto enorme de potencialidades turísticas, nomeadamente no campo da gastronomia, grutas e as paisagens que permitem a criação de percursos relacionados com a natureza.

As atividades artesanais de fabrico de vassouras e velas têm persistido nesta localidade pela insistência de famílias que ao longo de décadas se tem dedicado a estas atividades dando continuidade ao trabalho desenvolvido por gerações anteriores.

Este espaço museológico tem por base a atual atividade laboral de um empresário/artesão de Monsanto que se dedica ao fabrico artesanal de velas e vassouras, desenvolvido por antepassados seus.

O proprietário, pretendendo criar melhores condições para a continuação destas suas atividades económicas, encontra-se disponível para acordar com a autarquia de Alcanena uma parceria público-privada para a prossecução deste projeto numa tentativa de continuação desta atividade, uma vez que presentemente já não possui condições nas atuais instalações. A cedência de uma parcela de terreno, por parte do proprietário, para a obra que a autarquia realizará, promoverá as necessárias condições para apresentar um núcleo museológico onde o saber-fazer tradicional de artigos locais³⁶⁶ possa continuar a perdurar no tempo.

As populações terão, neste espaço, um lugar onde a sua identidade e memória coletiva possa servir de ponto de partida para novas discussões acerca do futuro e do seu desenvolvimento social, dos perigos decorrentes da diminuição da diversidade cultural e identitária, ou do lugar que esta mesma comunidade ocupa no mosaico cultural humano originado pelo fenómeno da globalização, e a necessidade de perpetuar a memória coletiva e identidades locais.

Trata-se de duas atividades bastante antigas nesta localidade e que derivam diretamente da abundância de matéria-prima existente por via das características naturais do

³⁶⁶ Que à primeira vista possam não parecer apresentar grande interesse museológico, mas que na realidade constituem um elemento identitário muito forte no seio da população local.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena local: por um lado, a produção de mel, de onde surge a necessária cera, e por outro o aproveitamento da matéria-prima das florestas.

Existindo um acervo de engenhos específicos bastante antigos, a parceria pretende edificar uma nova fábrica de velas, preparada para a exploração turística da mesma, onde se irá produzir as velas com os engenhos e utensílios originais ao vivo, num espaço estruturado para receber turistas e promover não só esta temática, mas a própria rede de museus municipais.

Haverá um espaço de exposição de produtos e um espaço para interação dos turistas com a produção. O espaço contará com exposição permanente, exposição temporária, ateliê de fabrico artesanal de velas e vassouras, receção, loja, serviços educativos, um pequeno espaço de documentação e outros espaços necessários para a laboração (arrumos, caldeira, armazém, *inter alia*). Não se prevê espaços específicos para reserva ou conservação uma vez que os utensílios e engenhos tradicionais irão estar em plena laboração.

Como objetivos principais do museu, este espaço deve possibilitar o conhecimento do modo de fabrico artesanal das velas e das vassouras; dar a conhecer as diferentes fases de ambos os fabricos; dar a conhecer as matérias-primas base de ambos os produtos, suas proveniências e ameaças que enfrentam no seu meio natural; proporcionar o contato direto entre o produtor e consumidor em ambiente de trabalho artesanal e estimular nos visitantes o gosto pela preservação do património.

Para tal, como estratégia para obtenção desses objetivos, deve-se definir com o proprietário/artesão de ambas as atividades, o modo de utilização/inserção das oficinas neste projeto; definir as metodologias de recuperação dos espaços artesanais, possibilitando a sua utilização em termos de circuito museológico; quantificar os custos das intervenções a realizar nas respetivas instalações; instalar painéis de informação alusivos aos modos de fabrico de ambos os produtos; definir um percurso museográfico devidamente assinalado nas localidades e criar espaços de comercialização para ambos os produtos.

Museu da Comunidade de Minde

Este museu pretende ser uma montra daquilo que é a identidade e as memórias coletivas de toda uma comunidade com fortes tradições culturais, económicas e sociais.

Os têxteis estão, hoje, na base de desenvolvimento da vila de Minde, embora o fabrico artesanal das afamadas mantas de Minde tivesse estado na origem da atividade económica local. A partir desta atividade, a comunidade desenvolveu uma forma peculiar de

comunicar internamente, sendo o calão minderico um forte aspeto identitário desta comunidade. A implementação deste museu auxiliará na recuperação de algumas destas tradições, quase esquecidas nas teias do tempo, mas cujas marcas, ainda se encontram presentes na memória das populações presentes.

A sua concretização deve basear-se nos seguintes aspetos muito vincados na sociedade minderica, em torno dos quais é necessário prosseguir nas pesquisas: divulgar a evolução histórica da indústria do fabrico de têxteis no concelho de Alcanena; promover a conservação e estudo do património tangível ligado a esta indústria de modo a promover a preservação e divulgação da identidade local e, por fim, envolver os centros tecnológicos deste setor bem como entidades empresariais.

Será necessário, para este efeito, adquirir um edifício à família Nogueira situado próximo de outro museu atualmente em funcionamento (Museu de Aguiar de Fátima). A proximidade de um e outro, junto a uma zona nobre da vila constitui um ponto forte para ambos os espaços. Tratando-se de uma unidade fabril dos anos sessenta do século XX, este espaço poderá representar iconograficamente as marcas da indústria têxtil. A ocupação das instalações da referida unidade fabril têxtil desativada contribuirá para a requalificação do património industrial, da estrutura urbano-arquitetónica de uma área industrial desocupada e a promoção da identidade local enquanto detentora de um espaço museológico industrial.

O museu irá retratar o processo histórico da tecelagem de mantas mindericas, da implementação local dos têxteis, o processo de produção, expositores com algumas e variadas peças demonstrativas e exemplares, e toda a história da comunidade minderica, situada numa zona geográfica com características geológicas únicas. Com efeito, a criação do Museu da Comunidade visa preservar o património intangível e tangível, promovendo ainda a investigação museológica neste domínio (recolha, preservação e divulgação de informação/testemunhos).

O projeto do Museu da Comunidade em Minde ficou, em 2009, numa fase inicial de execução, tendo os trabalhos sido suspensos pelo atual executivo municipal. Quando concretizado, o acervo a colocar à disposição do conhecimento do público será composto por utensílios e maquinaria utilizada no processo de produção, bem como pelos diferentes produtos resultantes e suas aplicações. Deverão ainda ser expostos exemplares provenientes das principais aplicações dos produtos e dos processos tecnológicos decorridos. Espera-se que este museu mostre a evolução de uma comunidade, também ela, ligada à indústria ao mesmo

tempo que reavivará os ensinamentos do preceito de tecer no tear manual através de um ateliê de tecelagem específico.

Para tal, deverá ser celebrado um protocolo de cooperação entre o Centro de Artes e Ofícios Roque Gameiro (CAORG)³⁶⁷ que possui os conhecimentos e recursos para desenvolver este ateliê. Esta coletividade constituir-se-á um parceiro crucial para o bom funcionamento deste espaço, uma vez que, pela sua missão, visa precisamente os mesmos objetivos preconizados para este museu.

Em termos temáticos mais concretos, o museu focará

- **das mantas:** a tecelagem das mantas na sua fase inicial bem como os respetivos métodos artesanais de produção; os diversos tipos de teares utilizados e seus métodos de funcionamento; diversos tipos de mantas, bem como os respetivos padrões e fios utilizados; mapa de localização das tinturarias e fiações antigamente existentes em Minde e o processo de obtenção das mantas na forma mecanizada;
- **da lã:** a importância do ciclo da lã na região; aspetos da pastorícia e tosquia; diferentes processos da sua transformação tais como a cardação e fiação; fiações antigamente existentes em Minde; processo de tingimento da lã bem como as respetivas tinturarias existentes;
- **da indústria das malhas:** o surgimento desta indústria em 1945; as primeiras peças tecidas; a maquinaria inicial adaptada; a mecanização das primeiras máquinas adaptadas; o processo evolutivo até à computadorização; o tecido empresarial e o património arquitetónico.

O museu apresentará, ainda, um espaço de **interpretação da cor**. A cor foi, desde sempre, um elemento muito presente na realidade de Minde, sobretudo pelo papel desempenhado pelas fiações e tinturarias que ali existiram. Eram normais as práticas laboratoriais para o estudo e desenvolvimento das cores a aplicar no tingimento dos fios. Assim, este espaço deverá desenvolver espaços de interpretação explicativos sobre a função da cor; mostrar diversos contextos de produção da cor; recorrer a estratégias informáticas permitindo que o visitante veja o espetro da relação da luz com a cor e as mudanças que é possível ocasionar; possibilitar ao visitante, recorrendo a meios informáticos, criar novas

³⁶⁷ O CAORG foi fundado em 13 de outubro de 1989, no cartório notarial de Alcanena. Em novembro de 1991 foi declarado instituição de utilidade pública, sendo sua atividade de reconhecida importância na dinamização e animação de valores culturais e artísticos, esta instituição tem uma estrutura de funcionamento organizada por núcleos de atividade: conservatório de música, escola de dança, ateliê de desenho e pintura, sala de exposições temporárias, biblioteca e centro de documentação, Museu de Aquarela Roque Gameiro e ateliê de tecelagem tradicional (mantas de lã).

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

tonalidades, dando origem a um processo aditivo de formação de cores; desenvolver aplicações informáticas que possibilitem ao visitante interagir e saber o significado das cores (por exemplo, cinzento – elegância; vermelho – paixão; azul – harmonia); explorar a cultura das cores, o caso dos partidos políticos ou dos clubes de futebol e, por fim, relacionar os têxteis com as cores, as tinturarias, os processos de tintagem, os tintes e as plantas tintureiras.

Quanto ao **linguajar minderico**, deve tentar-se preservar este modo de comunicação; apresentar um balanço do passado e presente deste linguajar e a exibição e mostra do dicionário minderico em grande espaço e escala de observação. Para este fim deverá ser celebrado um protocolo de colaboração e cooperação com o Centro Interdisciplinar de Documentação Linguística e Social, sediado em Minde, associação cultural local vocacionada para esta temática.

Este museu, para além dos espaços de exposição permanente e temporária, receção, loja, serviços educativos, reserva, oficina de conservação e restauro, deverá ainda incluir um ateliê de tecelagem de mantas tradicionais e um centro de documentação sobre a temática aqui apresentada.

Museu de Agarela Roque Gameiro (Minde)

O Museu de Agarela Roque Gameiro³⁶⁸ foi inaugurado em 2009. Situa-se em Minde, na conhecida e emblemática Casa Açores (cuidadosamente recuperada), localizada na Rua D. Nuno Álvares Pereira. A Casa Açores, outrora pertença deste artista, é atualmente propriedade da Câmara Municipal, sendo que a entidade que dinamiza este espaço é o CAORG através de um protocolo assinado entre as duas instituições.

Por carência de instalações destinadas à conservação e exposição do espólio artístico do pintor aguarelista Alfredo Roque Gameiro, e sendo considerável o seu valor artístico e cultural e o seu respetivo interesse público, foi pensada a criação deste museu no contexto municipal de modo a suprimir esta carência. Este museu é um dos três museus atualmente em funcionamento no município. Tratando-se de um edifício de três pisos, contempla uma zona

³⁶⁸ Alfredo Roque Gameiro, grande pintor e aguarelista português (1864-1935), deu à aguarela pergaminhos nunca atingidos que lhe conferiram a criação de uma verdadeira escola. Utilizou uma técnica poderosa, de extraordinária acuidade visual, que lhe permitia captar os segredos das coisas e dos seres de forma privilegiada. Interpretou o mar português, pintou trechos da costa e da paisagem de Portugal, revelando um enorme poder plástico, feito de segurança e de finura, ambas conjugadas. Afirmou-se como retratista de processo simples, direto e penetrante. Foi exímio ilustrador. Deixou escola através dos filhos e discípulos que lhe continuaram a obra.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena de arquivo, uma pequena oficina e instalações sanitárias, zona de exposições, salão multiusos, ateliê para a prática da aguarela e desenho, e dois gabinetes (um gabinete de gestão e um outro de informação), espaço de receção e pequena loja. Conta, ainda com serviços educativos.

Este museu ocupa uma área de aproximadamente 2.500m², localizado em pleno centro histórico de Minde, estando enquadrado num jardim botânico riquíssimo (integrante da estrutura do museu). Embora exista um protocolo de cedência do espaço ao CAORG, será importante e necessário para o futuro funcionamento em rede, estabelecer parcerias com esta entidade e outras entidades públicas e/ou privadas, uma vez que se pretende que a coleção existente seja ocasionalmente complementada ou enriquecida com a exposição de obras de alguns dos seus mestres e discípulos. Este museu apresenta, também, nas suas valências um espaço exterior reservado para espetáculos e, como se referiu, um ateliê para desenvolvimento da aprendizagem da aguarela (local onde se desenvolve a função didática de arte e cultura).

Este pintor veio transformar a ideia social tida sobre a arte da pintura em aguarela na época, pois, ao tempo, não era muito apreciada este tipo de pintura sendo considerada como “arte menor”. O artista veio, de algum modo, revolucionar a ideologia do século XIX em relação à arte de pintura em aguarela, afirmando todo o seu potencial em exemplares artísticos de grande beleza e valor. Através da exploração destes aspetos pelos serviços educativos, as populações poderão refletir acerca da sua própria realidade e das mensagens que o artista deseja transmitir através da sua arte. A dignidade que este espaço oferece à memória deste artista tão querido na comunidade, contribui, seguramente, para a melhoria da autoestima das populações locais.

Logicamente, este museu destina-se essencialmente a albergar exemplares de pinturas deste artista, a divulgar e manter espécies de flora catalogadas e raras no seu jardim botânico e a receber eventos e espetáculos no seu espaço, demonstrando-se, assim, todo o dinamismo que este museu pode criar, enriquecendo sem dúvida, a cultura e a vida social do concelho.

Como objetivos gerais do museu, este pretende a exibir as obras deste pintor, aguarelista e ilustrador, considerado a principal referência nacional na técnica da aguarela; dar a conhecer as suas obras na posse de particulares as quais poderão ser exibidas em exposições temporárias; mostrar o espólio dos seus discípulos, nomeadamente dos seus filhos, netos e outros, estabelecendo para o efeito parcerias com museus e colecionadores privados; contribuir para elevar a autoestima da população local através deste rico património e da

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

memória de um ilustre minderico; aproximar o grande público, local, regional e nacional, à obra de Alfredo Roque Gameiro e aumentar a oferta cultural do concelho.

Como estratégia para atingir estes objetivos teve lugar a recuperação integral da sua antiga casa, a Casa Açores; adequou-se o edifício com instalações apropriadas à conservação da coleção que integra e/ou se exhibe e recriou-se *in situ* uma ambiência de acordo com o *modus vivendi* do pintor e artista.

Museu Rural e Etnográfico do Espinheiro

O Museu Rural e Etnográfico do Espinheiro é, atualmente, um dos três museus existentes no município, sendo acessível através da Estrada Nacional 565-1 (que liga Espinheiro a Abrã), da Estrada Nacional 504 (que liga Espinheiro a Amiais de Baixo) e a Estrada Municipal 1143 (que liga Espinheiro a Malhou).

A criação deste museu assumiu-se como uma forma de preservação da identidade de uma comunidade rural, já pertencente ao passado, mas ainda suficientemente próxima para ser um espaço de partilha de memórias e vivências de referência identitária que articula gerações. Porém, localizado na freguesia mais distante da sede de concelho, a falta de recursos humanos que proporcione uma atividade pedagógica ou lúdica regular e a inexistência do envolvimento da comunidade na dinamização daquele espaço lhe não favorece um normal desenvolvimento da atividade museológica.

Tendo em conta que, atualmente, este espaço se apresenta como um espaço inativo, apenas possuindo uma exposição permanente que não é modificada, uma nova dinâmica junto de um público mais jovem a quem se pretende passar o testemunho da memória, e também junto de outros setores da comunidade poderá ser um passo para tornar este num local lúdico, do conhecimento, que ajude a pensar a história, os procedimentos técnicos e as tecnologias, as relações do homem com a natureza, o trabalho e as atividades. O facto de se tratar de um museu comunitário, já existente, sem êxito, considera-se que a inserção deste museu numa rede municipal que possa implementar uma nova dinâmica, auxiliará o museu a dar o salto qualitativo de que necessita através de uma prática centrada na sociomuseologia.

Este museu, tutelado pela autarquia, é gerido em parceria com a junta de freguesia do Espinheiro. Constitui, apesar de tudo, um valioso testemunho das tradições socioculturais desta freguesia. É apenas visitável mediante marcação através da referida junta ou através do serviço de cultura da CMA. Esta instalação, cujo início da coleção se deve ao Sr. João David Lourenço, recolhe e expõe um vasto espólio temático relacionado ao mundo rural,

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

nomeadamente utensílios domésticos, a matança do porco, a carpintaria, a água, o vinho, as chaves, o fabrico de pregos, o azeite, a cerâmica, a pólvora, os cereais, as ferramentas, a resinagem, a lavoura, o vestuário e a iluminação.

A exposição divide-se por dois pisos, atingindo uma área total de cerca de 190 m², o que não impede de apresentar deficientes condições de instalações.

Aconselha-se a continuação da sua investigação e da recolha de testemunhos assim como um tratamento mais dinâmico do espólio existente.

Como novos objetivos traçados para este espaço, propõe-se a aproximação deste espaço às populações através da implementação de uma prática sociomuseológica; procurar transmitir testemunhos de uma realidade que, devido às profundas mutações ocorridas, acabou por desaparecer, utilizando para este efeito as seguintes estratégias: proceder à recolha de objetos relacionados com as atividades agrícolas, o pastoreio, a olivicultura, os ofícios tradicionais, o mobiliário e a atividade florestal; divulgar todo este acervo de forma contextualizada em espaço adequado para o efeito, uma casa típica; elaborar uma mostra que dê a conhecer o desenvolvimento das tecnologias, os ritmos de trabalho e as organizações sociais; proceder à inventariação de toda a coleção; complementar o trabalho de inventário com estudos antropológicos dos objetos; contextualizar todos os objetos permitindo que cada um conte uma história de forma a reproduzi-la em contexto museológico; proceder à conservação e restauro dos objetos; dar um relevo especial ao sector da extração de madeiras, relacionando-o com a serração de madeiras e as atividades ligadas à extração da resina e, por fim, procurar transmitir testemunhos de uma realidade que, devido às profundas mutações ocorridas nos últimos anos, acabou por desaparecer.

Ecomuseu da Serra de Santo António

Os ecomuseus, por oposição aos museus convencionais, têm uma oportunidade de marcar a diferença, pois, pela sua própria definição, são equipamentos/instituições potenciados para desenvolver e explicar novos conhecimentos e o seu significado ao público em geral, através de uma dialética comunicacional sobre o seu próprio mundo.

Os museus de território surgem como polos dinâmicos de representação e de conhecimento do património natural e cultural das regiões em que se integram, da sua história, das suas tradições, dos seus saberes e gestos, por vezes dos seus gostos, aromas e ambientes, em suma, da sua identidade.

Neste prisma, os museus assumem-se como instrumentos e parceiros insubstituíveis para a preservação, valorização e divulgação dos diferentes segmentos de património visando a sua utilização como valor de recurso e fator de desenvolvimento sociocultural regional.

O ecomuseu, como núcleo de criação e irradiação cultural, aberto a públicos cada vez mais vastos, relacionando-se com o seu território de referência, assumindo um papel fundamental na vida das comunidades e no seu desenvolvimento social e cultural assume, de forma frontal, a sua responsabilidade como instituição ao serviço do desenvolvimento da comunidade, participando na construção de hábitos e formas de integração que se traduzam num enriquecimento coletivo de saberes e práticas, de capacidades de pensar e agir localmente, visando a identidade dos territórios onde estão inseridos, permitindo o confronto com outras formas exógenas de conhecimento e de ação.

Daí que este museu se pretenda apresentar como um lugar de encontro e de intercâmbio de culturas, assumindo o património como herança e recurso comum da humanidade, transformando-se num verdadeiro lugar de partilha de saberes; um museu de forte iconografia e com um plano integrado, que desenvolva um discurso combinado entre história, pedagogia, descoberta, imagem, sensações e emoções.

A missão de um espaço museológico desta natureza será a valorização do património da Serra de Santo António, com principal incidência nas diversas atividades artesanais, na reimplantação de práticas comunitárias e na proteção, promoção, dinamização e salvaguarda do património em todas as suas vertentes (arquitetónico, histórico, social, gastronómico, artístico, etnográfico, cultural, natural, paisagístico), com vista a contribuir para a construção e a transmissão das memórias coletivas e para um desenvolvimento local sustentável.

É, neste contexto, que consideramos que a criação de um ecomuseu permitirá reabilitar a *alma rural* desta população, preservando algumas das características que mais identificam aquilo a que podemos chamar *ruralidade*. Não só no que diz respeito aos modos de vida, às atividades artesanais e à humanização da paisagem, mas também à consciencialização de todos os cidadãos do dever cívico e interventivo.

Foi elaborado, nos anos de 2008 e 2009, por uma equipa de investigadores da ULHT, um estudo prévio para as futuras instalações deste museu. O projeto encontra-se, atualmente, inativo, aguardando decisão favorável por parte da tutela (município de Alcanena) para a sua concretização.

Potencialidades e Recursos:

Para que este projeto se possa concretizar em todas as suas valências e alcançar os objetivos atrás identificados, deverá ser feito um levantamento de todas as potencialidades e recursos existentes na Serra de Santo António.

- Património natural e paisagístico de grande valor: a observação da natureza, a riqueza da flora, a geomorfologia permite a existência de percursos de natureza que se encontram já em funcionamento;
- Espeleologia – o levantamento das diversas cavidades naturais, seu estudo e topografia permitirá a descoberta do maravilhoso mundo subterrâneo deste região, acompanhado por técnicos especializados nesta área;
- Arqueologia – levantamento dos diversos achados arqueológicos, com destaque para um estudo arqueológico dos Casais Estácios. Poderá levar à criação de um pólo arqueológico do concelho de Alcanena;
- Mundo Rural – entendido com um fiel depositário de todo o património cultural, dos usos e costumes, tradições, artes e ofícios;
- Gastronomia – levantamento dos produtos tradicionais, das técnicas de fabrico e conservação, dos pratos tradicionais e da sua confeção.

Espaço de implementação:

O núcleo urbano da Serra de Santo António apresenta características de um povoado fortemente disseminado pela dispersão habitacional que apresenta.

O espaço indicado para a implementação do museu é um terreno público disponível com ligeira inclinação, arborizado e com forte abundância de pedra por toda a área. Esta localização é a ideal para o início dos percursos pedestres já existentes, por ser um ponto central e encontrar-se muito próxima da área designada por *Pia Corceira*, local onde existe uma grande densidade de pias particulares, assim como a pia comunitária, a *Pia do Povo*.

No sentido de alcançar a estratégia definida e os objetivos traçados, propuseram-se as seguintes linhas de ação: criação de polos e roteiros.

Polos:

O espaço físico do Ecomuseu deverá ser composto pelos seguintes polos:

- A pedra
- A tecelagem
- As ervas aromáticas, medicinais e condimentares
- A gastronomia serrana: pão, queijo, licores, mel, azeite e cabrito
- Exposições permanentes
- Exposições temporárias

Aos visitantes será proposto a aquisição de conhecimentos técnicos e a produção própria de alguns produtos tradicionais, como é o caso da elaboração de tapetes e outros objetos de tecelagem, ou de outros produtos naturais como os queijos.

O museu contará com espaços de exposição/interpretação do património natural e humanizado (paisagem, casinas ou pias); exposição/interpretação de produtos artesanais (tecelagem); ateliê de formação profissional; exposição/interpretação do mundo rural (testemunhos das atividades locais, como a cantaria).

Este museu apresentará os produtos artesanais no seu ambiente autêntico (de origem) e desempenhará um papel ativo na sociedade onde se irá inserir, pois para além de ser um transmissor ativo e fiel da cultura da sua comunidade possuirá uma vertente educacional, isto é, prevê-se que no ecomuseu haja ações de formação e qualificação para quem deseje ou se predisponha a adquirir conhecimentos específicos. Assim, não será apenas os turistas a beneficiarem deste espaço de representação cultural e identitária, como poderão ser os habitantes locais e regionais a usufruírem destes serviços.

Será fundamental para o sucesso deste projeto, envolver a comunidade como parte interventiva e gestora do espaço. Para este fim, pensa-se que a celebração de protocolos com associações locais como os Cov'altas, O Espeleoclube de Monsanto e outras, a junta de freguesia local e ainda com particulares que possam explorar o setor de fabrico de pão ou queijo, podendo constituir uma forma preciosa de atingir o sucesso neste projeto.

Núcleo de Arqueologia (Moitas Venda)

Os vestígios arqueológicos fazem parte do património cultural e são muitas vezes a única forma de conhecermos o passado humano, permitindo traçar a história de um determinado local ou agregado e da sua relação com o meio envolvente.

Para os períodos mais recuados da história do concelho de Alcanena, a investigação arqueológica é por vezes a única forma de se poder reconstituir essa história mais antiga. A

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

arqueologia acrescenta e complementa um conjunto de informações muitas vezes ignoradas pela escrita mas relacionadas com o quotidiano das pessoas e das comunidades.

Daí que as escavações constituam uma atividade científica muito específica e deveras importante para o aprofundar do conhecimento.

Para tal, é fundamental que se dê prossecução aos estudos iniciados relativos aos vestígios de um antigo castro existente no *Cabeço de Santa Marta* e se procure estabelecer um núcleo de arqueologia no lugar de Moitas Venda (na antiga escola primária hoje devoluta). Para este fim, poderá ser celebrado um protocolo com o Sr. Manuel Jorge que é proprietário de um vasto espólio de objetos recolhidos na Serra de Santa Marta, alguns deles classificados, ao longo de muitos anos de pesquisa por ele realizada.

Tratando-se de um núcleo relativamente restrito, apenas seria necessário um espaço de exposição permanente, outro de exposição temporária, reserva, uma sala de documentação e serviços educativos.³⁶⁹

Os objetivos deste espaço passam essencialmente por: proporcionar o conhecimento de coleções arqueológicas na posse de investigadores particulares; captar e valorizar o contributo proveniente das informações provenientes dos diferentes intervenientes na prospeção e recolha de objetos; dar a conhecer ao público em geral a utilidade da arqueologia e qual a importância do património arqueológico e reconhecer o património arqueológico através de sítios e objetos assumindo-o como fonte da memória histórica coletiva das comunidades envolventes.

As estratégias para atingir estes objetivos passam por: proceder à inventariação do espólio reunido; divulgar todo o espólio em espaço adequado e adaptado para o efeito; proceder à contextualização das vivências através do recurso às fotos dos locais onde se procedeu a escavações bem como à recriação de situações coevas; recorrer a técnicas de análise que permitam a recolha e tratamento de novos dados cronológicos, paleoambientais, antropológicos e tecnológicos, que proporcionem novas e mais completas perspetivas sobre o passado humano das comunidades; conceção e construção de dioramas relacionados com os temas reais abordados. E, por fim, definir percursos conducentes à descoberta e partilha de espaços arqueológicos *in situ*, nomeadamente no Cabeço de Santa Marta.

³⁶⁹ Pensa-se que não haverá necessidade de oficina de restauro, nem loja.

Lagar-Museu de Malhou ou Museu do Azeite de Malhou

Os lagares do Malhou representam uma atividade económica muito forte desta freguesia de Alcanena no tempo em que a extração e produção do azeite marcavam as vidas de grande parte destas populações.

O atual edifício de um lagar de azeite desativado, mas em razoável estado de conservação, adquirido pela junta de freguesia local, está localizado estrategicamente num local bastante privilegiado, no centro da localidade. Trata-se de um edifício em pedra com a tradicional cobertura em madeira e telha com travamento à vista.

A questão da centralidade constitui um fator importante para o sucesso do museu, pela acessibilidade e possibilidade de usufruto desta infraestrutura cultural, permitindo que a população local e visitante estabeleça um contato mais direto e facilitado com o museu.

Atualmente propriedade pública, este espaço responderá muito provavelmente às necessidades do agroturismo, propiciando na época da colheita da azeitona e produção do azeite, o contato dos visitantes/turistas com a produção artesanal do azeite. Este espaço receberá no resto do ano visitas em espaços de exposição permanente. Será possível manter a atividade rural desta produção, assim como, manter certas técnicas, logo, irá decerto preservar ritos populares enraizados. Assim, este museu assume-se como mais um guardião da sabedoria popular local que, apelando às memórias dos que vivenciaram os rituais ligados à produção de azeite, poderá colocar essas memórias ao serviço de um relacionamento inter geracional com aqueles que já não vivenciaram esses mesmos ritos, mantendo vivas as identidades daquela comunidade.

Pode delinear-se como objetivos gerais deste espaço: a preservação de todo o espólio existente em estado de conservação, nomeadamente o moinho, em estado de funcionamento ocasional; proporcionar uma visão de conjunto, através de painel elucidativo, da importância que tiveram os lagares em toda a localidade; criar uma loja onde se possibilite a venda de produtos locais, alguns deles relacionados com o azeite; criar um espaço de lazer no exterior que possibilite a sua utilização por visitantes ocasionais e em grupo, e ainda, criar um circuito museológico que proporcione ao visitante uma visão pormenorizada e de conjunto da temática. Para isso, propõe-se as seguintes estratégias: dar o devido destaque, a peças individualmente, quando tal se justifique; dispor o mobiliário existente em contexto de espaço, especificando as suas finalidades; exibir em painel elucidativo o processo de produção do azeite naquele lagar; proceder à recuperação do espaço lagar; desenvolver um programa de

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

recuperação do edifício tendo em vista uma musealização interativa polivalente; desenvolver um programa museológico adequado às exigências de um espaço que se pretende de permanente utilização; dotar o edifício de características para ser utilizado no quotidiano pela população residente e visitantes; implementar espaços de lazer, tais como uma zona de restauração inserida no espaço museológico e, por fim, criar um espaço comercial vocacionado para a venda de produtos temáticos e locais e/ou procedentes de outros locais desta rede museológica.

Moinhos Típicos da Chã de Cima (Malhou)

O moinho típico do Malhou é um engenho tradicional que recorre à energia eólica como fonte de energia para os seus mecanismos. Estes denominados *moinhos de vento* apresentam características muito próximas das técnicas primitivas de moagem com recurso a um eixo vertical com velas dispostas em seu redor.

Trata-se de um moinho de tipologia mediterrânica, de forma cilíndrica sobre o qual assente uma cúpula de forma cónica, à qual se dá o nome de capelo, a partir do qual provém um eixo de tipo catavento que, no seu interior, se prolonga na vertical e faz girar o dispositivo possibilitando ao moleiro orientar as velas na direção do vento.

Construído em alvenaria, todo o engenho é concebido à base das madeiras. A energia é transmitida à base do moinho através do seu eixo central para fazer rodar uma mó em pedra maciça onde se fazia (ou faz) a moagem do cereal.

As técnicas e processos usados eram na totalidade de características artesanais, que importam divulgar junto do grande público, recorrendo à sua preservação.

Tratando-se de propriedade privada, será necessário proceder à celebração de um protocolo com os proprietários, por forma a potenciar aquele património para consolidar as identidades daquela região do concelho que sempre apresentou fortes ligações à agricultura e, neste caso, à produção de farinha.

Apresentam-se como objetivos deste projeto: proceder à recuperação integral de um imóvel de modo a evitar a sua degradação; possibilitar o funcionamento de todo o engenho demonstrando as técnicas de moagem dos cereais e obtenção do produto final, a farinha; permitir a visualização das técnicas artesanais de funcionamento; conhecer os processos de produção ali utilizados.

As estratégias de implementação destes objetivos passam por: celebrar um protocolo de cooperação público-privado visando a recuperação integral do imóvel; delimitação de uma

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

área de proteção envolvente; criação de um espaço interpretativo e sensibilizador do imóvel em questão; sensibilização para as questões ambientais, nomeadamente das energias alternativas; criar um ateliê de informação sobre o modo de funcionamento através da sua visualização *in situ*; proceder à calendarização do seu funcionamento.

Carsoscópio

Apesar de não se tratar de um museu propriamente dito, e de se tratar um espaço já em funcionamento, pensa-se que será um elo de grande importância na rede museológica do município, uma vez que proporciona uma visão pedagógica e interpretativa dos elementos caracterizadores da paisagem e geologia locais. É, assim, o quarto espaço museológico em funcionamento no concelho. Assumir-se-á como complemento importantíssimo a museus como o Museu do Curtume, Ecomuseu da Serra de Santo António, Museu da Comunidade de Minde, Museu da Vela e da Vassoura uma vez que focará aspetos complementares aos que estarão patentes nestes. O facto de estar ligado à rede apenas contribuirá para uma maior visibilidade tanto por parte do Carsoscópio, como por parte da própria rede.

O Carsoscópio resulta de uma iniciativa do município de Alcanena em parceria com o Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros e o programa Ciência Viva, aliando a ciência à tecnologia, e estas ao lazer.

Integrada na rede de Centros de Ciência Viva, desenvolveu-se uma estrutura inédita no nosso país, capaz de ajudar o visitante a dar os primeiros passos no conhecimento do passado e das complexas estruturas que transportam a água no interior da terra e cujo regime de funcionamento é fortemente condicionado pelo clima.

Por sua vez, interage com outros motivos de interesse nos domínios do património natural e da biodiversidade.

Este espaço tem como objetivos gerais: dar a conhecer as estruturas naturais que transportam a água no interior da terra; dar a conhecer o seu funcionamento relacionando-o com os condicionalismos do clima; dar a conhecer aspetos da biodiversidade no âmbito do património natural; dar a conhecer outros sistemas que servem de abrigo a importantes colónias de morcegos cavernícolas e identificar a importância de um sistema ecológico integrado num habitat devidamente identificado.

As estratégias para estes fins são: implementação de um Geódromo que, através de um simulador, transporta o visitante numa viagem pelas origens das nascentes do rio Alviela; possibilitar, através do mesmo Geódromo, o conhecimento das formações calcárias, das

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

transformações ocorridas desde há 175 milhões de anos, das manadas de dinossáurios que marcaram a Serra de Aire e viajar virtualmente pelas profundezas atravessadas por cursos de água, entre abismos e grutas, já conhecidos dos espeleólogos e espeleonautas; implementação de Climatógrafo que lhe permita observar o ciclo da água a três dimensões e obter desta forma um conhecimento da bacia de alimentação da nascente do rio Alviela e, por fim, a implementação de Quiroptário, que permite conhecer a vida dos morcegos em contexto de simulação real envolvendo diretamente os participantes intervenientes.

4.3. Diagnóstico

O acesso à cultura, informação, comunicação e a própria inter e transdisciplinaridade são condição do desenvolvimento social, cultural e mesmo económico da sociedade contemporânea.

É assumido que a sociomuseologia pode desempenhar um papel fundamental neste domínio, requerendo, para tal, condições que possam unir tutelas e comunidades numa prática museológica voltada para um efetivo exercício de cidadania visando uma forma de desenvolvimento local coeso e sólido.

A presente investigação mostra que, apesar de haver uma importante dinâmica no campo da museologia ao nível nacional com recurso à organização em redes museológicas locais, a prática sociomuseológica é ainda muito frágil, revelando-se uma situação particularmente preocupante. Preocupantes são, ainda, os sinais de que, por vezes, as instituições museais parecem estar «de costas viradas» para as suas comunidades e o poder local, não raramente, é o próprio a fomentar esta situação contribuindo para que as necessárias práticas sociomuseológicas fiquem aquém do que seria naturalmente espetável num quadro de museologia local.

O estudo empírico, a reflexão teórica deste estudo e a revisão da caracterização do MTA e o seu atual estado de desenvolvimento e implementação permitiram compilar um conjunto de considerações sobre esta temática, com recurso à matriz *SWOT*³⁷⁰.

Através desta análise, serão apontados e equacionados alguns factos delineando quais os pontos fortes, pontos fracos, as oportunidades e ameaças para a concretização do projeto que pretendemos efetuar permitindo traçar algumas linhas gerais de ação.

³⁷⁰ A sigla SWOT significa *Strengths* (forças); *Weaknesses* (fraquezas); *Opportunities* (oportunidades); *Threats* (ameaças) e remete para o reconhecimento de factos que caracterizam e estão implícitos, positiva ou negativamente, nas condições do meio no qual se engloba e pelo qual é influenciado.

Quadro 33 – Matriz SWOT incidente na reflexão teórica dos Capítulos 1 e 2.

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Generalização da (re)organização da sociedade em rede; • Globalização vista como um sistema que cria pontes e estabelece laços entre os seres humanos; • A globalização introduz os conceitos de multiculturalidade, pluralismo e hibridação cultural; • Convergência filosófica entre sociomuseologia e governação; • Forte aposta do poder local na museologia; • A governação tende a promover a autonomia junto das instituições e das comunidades; • Forte proliferação de museus na atualidade; • A sociedade atual está intrinsecamente influenciada pela estrutura da rede; • A organização em rede permite que cada membro da rede beneficie das vantagens e da economia de escala; • A organização em rede alia a flexibilidade à eficácia e à eficiência; • A rede é uma estrutura de caráter democrática funcionando segundo uma lógica de horizontalidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Globalização vista como um sistema homogeneizador da sociedade, das identidades e das culturas; • Globalização vista como hegemónica; • Uma administração tradicional tende controlar e instrumentalizar as comunidades e as instituições; • O sistema de rede muitas vezes não funcionar como tal; • Existe uma atual crise identitária dos museus que não se poderá ignorar; • Os museus atravessam momentos difíceis a vários níveis; • Muitas «redes» não passam de roteiros e listagens de instituições diversas; • Confunde-se frequentemente o conceito de «rede» com o conceito de «sistema».
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • A globalização pode ter uma influência positiva no reforço, autoafirmação e reconhecimento das identidades e comunidades locais; • A globalização, através da organização em redes, pode fomentar o diálogo, participação, envolvimento e partilha cultural; • Possibilidade de criar sinergias institucionais com recurso ao cruzamento das teorias da sociomuseologia e a governação; • A generalização das redes favorecem a 	<ul style="list-style-type: none"> • A globalização pode exercer uma influência negativa na sociedade, nas identidades e nas culturas locais; • A globalização pode contribuir para a desigualdade social e assimetrias culturais conduzindo para a exclusão social; • A globalização pode contribuir para a fragmentação social; • O poder local, se exercido segundo os padrões tradicionais, pode condicionar a ação sociomuseológica; • O mau uso do termo «rede» para simples

<p>(re)adaptação da sociedade à realidade global;</p> <ul style="list-style-type: none"> • As redes trazem consigo a adoção de modelos inovadores de (re)organização institucional; • As redes museológicas podem contribuir para enfrentar o isolamento das comunidades na era global; • As redes ajudam na construção de novas formas de ação entre as organizações, conducentes à inclusão social; • O poder local, se exercido segundo os padrões da governação pode conduzir à prática sociomuseológica; • A fragmentação social provocada pela globalização pode ser contrariada através de uma organização institucional em rede; • A organização dos museus em redes poderá configurar-se como uma estratégia para ultrapassar as dificuldades por que passam os museus; • Potenciação das novas tecnologias e meios de comunicação, enquanto canais de comunicação privilegiados, capazes de potenciar a imagem do MTA; • Abertura das instituições museais às comunidades com uma aproximação às associações locais. 	<p>listagens institucionais sem consequência poderá conduzir a uma interpretação e concetualização errada desta tipologia de estrutura organizativa.</p>
--	--

Fonte: Elaboração própria (2012).

Quadro 34 – Matriz SWOT incidente nos resultados do estudo empírico e na execução do projeto do MTA.

Pontos fortes:	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Forte expansão de museus em território nacional; • Clara aposta da administração local na formação de redes museológicas locais; • As redes existentes são, na generalidade, muito recentes; • As redes museológicas locais possuem espaços abertos diariamente e com horário regular; • As redes procuram promover a 	<ul style="list-style-type: none"> • Existe uma heterogeneidade no que se refere à abertura dos espaços museais em rede aos públicos. Se é verdade que muitos se encontram abertos, também é verdade que muitos estão fechados e apenas são acessíveis por marcação prévia; • Centralização da gestão museal nas estruturas da tutela, comprometendo a construção da autonomia dos museus; • As redes não preveem, na sua missão, a

<p>salv guarda, estudo e divulgação das particularidades e identidades territoriais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • A maioria das redes museológicas locais é tutelada exclusivamente pelas autarquias; • Existe uma forte aposta dos serviços educativos na formação de públicos escolares; • As comunidades locais são muitas vezes chamadas a participar nas ações museológicas através da cedência de objetos para exposições temporárias ou permanentes; • Algumas redes museológicas locais procuram desenvolver uma atividade baseada na problematização e não apenas na contemplação ou mera informação; • Alguns projetos do MTA estão já executados e em funcionamento. 	<p>generalidade dos traços caracterizadores da sociomuseologia;</p> <ul style="list-style-type: none"> • As tutelas das redes parecem encarar os espaços museológicos enquanto espaços contemplativos desvalorizando a componente formativa destas instituições; • Não existe nas redes, regra geral, a perceção dos museus enquanto instrumentos dinâmicos de mudança e desenvolvimento social; • Défice de reconhecimento social do museu enquanto bem individual e coletivo, a que não será alheia a ausência de participação dos cidadãos na vida dos espaços museais; • Ausência de uma política de inovação, apoio e valorização de práticas sociomuseológicas nas redes museológicas locais, ignorando as vantagens que poderiam advir da sua aplicação; • Oferta de serviços educativos e suas ações, no geral, não direcionados para as comunidades locais; • A maioria dos serviços educativos das redes museológicas locais não possui princípios norteadores formais nem estratégias de ação claramente delineadas; • Existe demasiada uniformização da ação pedagógica e empobrecimento quanto ao alcance dos públicos; • As comunidades locais não são envolvidas na cogestão, planeamento e funcionamento dos espaços museológicos; • Parece existir uma tendência excludente das comunidades locais no processo de comunicação, • Os museus parecem limitar-se apenas a prestar informação aos visitantes; • Baixa taxa de execução do projeto do MTA; • Alguns projetos do MTA parecem estar inativos aguardando decisão política para a sua conclusão; • Política museológica pouco desenvolvida no concelho de Alcanena;
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Debilidades na articulação entre as instituições museológicas já implementadas do MTA; • Estratégia unificadora da rede MTA pouco aprofundada ou inexistente.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Por serem muito recentes, as redes museológicas locais poderão ser concebidas, na sua génese, sob uma perspetiva sociomuseológica, rompendo com antigas vicissitudes próprias das instituições museais tradicionais; • A tutela exclusiva das autarquias dos espaços integrantes nas redes poderá facilitar uma ação política aberta ao funcionamento horizontal participado das redes; • A celebração de protocolos entre instituições e associações locais poderá ser ampliada de modo a procurar envolver mais as comunidades na vida dos museus; • Uma maior consciencialização por parte das tutelas da importância do envolvimento das comunidades locais na gestão e planeamento dos seus espaços museais poderá conduzir a uma abertura para esta prática; • Uma maior consciencialização das problemáticas da sociedade informacional ajudará as redes museológicas locais a estarem melhor preparadas para enfrentar os desafios do futuro; • Por ainda se encontrar em fase de implementação, poderá conceber-se um plano estratégico inclusivo e inovador das redes. 	<ul style="list-style-type: none"> • A ausência de informação respeitante à problemática da museologia contemporânea e a sociedade globalizada poderá levar as redes museológicas locais a seguir práticas museológicas mais tradicionais; • A tutela exclusiva das autarquias dos espaços integrantes nas redes poderá proporcionar uma ação política restritiva de influência vertical no funcionamento da rede; • A ausência de uma envolvência ativa das comunidades na ação museológica não cria condições para despertar para a transformação social nem ajuda a ampliar o sentido de comunidade; • A falta de envolvimento das comunidades na ação museológica das redes não proporciona uma visão de cidadania e não faculta uma ação consciente e ativa na construção do futuro; • A falta de comunicação e contato com as populações locais inibe a perceção do valor e significado das experiências e vivências compartilhadas; • A falta de abertura das museológicas à problemática da sociedade contemporânea conduzirá ao fechamento das comunidades levando ao agravamento da exclusão social; • A fraca taxa de execução do projeto MTA pode pôr em causa o eficaz funcionamento das instituições já implementadas.

Fonte: Elaboração própria (2012).

Resulta desta análise que, por um lado, a sociedade contemporânea tem ao seu dispor novas ferramentas organizativas que podem ajudar a rentabilizar recursos e meios. A rede parece ser um instrumento cada vez mais em uso no campo da museologia local constituindo uma oportunidade e um poderoso meio de contribuir para uma ação museológica local eficaz, eficiente e potenciador de novas formas de desenvolvimento local.

Por outro lado, o projeto do MTA, em plena fase de implementação, parece não encontrar-se a funcionar em articulação ou em rede seguindo a tendência geral das redes museológicas locais. Também parece que este mesmo projeto não está a ser implementado com recurso à mobilização geral das forças vivas do concelho, nem envolvem, de forma clara e direta, as comunidades na sua cogestão.

Assim, procurando, numa perspetiva sociomuseológica, um maior envolvimento das comunidades na vida das suas instituições museais, foi necessário realizar, ainda no contexto de diagnose da realidade local, um levantamento das associações locais em exercício das suas funções analisando a sua tipologia e o eventual contributo que possam prestar numa colaboração com o projeto museológico do município para a promoção das identidades locais, em conformidade com a sua vocação.

As associações locais do território de Alcanena foram divididas por freguesia. Foi assinalado o seu potencial para promover a abertura do museu à comunidade; cooperar no desenvolvimento de projetos no âmbito da promoção da cultura e identidades locais; facilitar a inclusão social; favorecer a formação para a cidadania e, por fim, responder em sintonia com a tutela, do ponto de vista sociocultural, às necessidades da comunidade local e promover a participação e o desenvolvimento do espírito cívico e crítico.

Procurando o envolvimento de parceiros locais neste projeto e com os objetivos supramencionados, destacaram-se algumas associações com potencial para a celebração de parcerias com a tutela.

Quadro 35 – Relação das associações locais ou coletividades existentes no concelho de Alcanena, por tipologia.

Freguesia	Associação / Coletividade	Tipologia			Vocação para contribuir para a promoção da identidade	Potencial parceria
		Cultural	Social	Desportivo Recreativo		
Alcanena	Casa do Povo de Alcanena		X	X	Não	-
	Centro Sociocultural de Gouxaria		X	X	Sim	Sim
	Clube Bio-Ecológico Amigos da Vida Selvagem	X		X	Sim	Sim
	Sociedade Columbófila de Alcanena			X	Não	-
	JUBILARE - Associação Cultural e Social de Alcanena	X		X	Não	-
	JAC - Juventude Amizade e Convívio		X	X	Não	-
	Núcleo de Cicloturismo Alcanena			X	Não	-
	Associação de Dadores de Sangue do Concelho de Alcanena		X		Não	-
	ARPICA - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alcanena		X	X	Sim	Sim
	Motoclube de Alcanena			X	Não	-
	Atlético Clube Alcanenense			X	Não	-
	Elos Clube de Alcanena	X		X	Sim	Sim
	Rancho Folclórico de Gouxaria	X		X	Sim	Sim
	Centro Desportivo e Cultural "Os Marítimos do Alviela" - Raposeira			X	Não	-
	Associação de Desenvolvimento Socioeducativo e Cultural ABC de Alcanena	X	X		Sim	Sim
	Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 867 Alcanena		X	X	Sim	-
	APAL - Associação de Pais de Alcanena e Dó-ré-mi		X		Não	-
Clube de Karaté Amicale de Alcanena			X	Não	-	

Continuação...

Freguesia	Associação / Coletividade	Tipologia			Vocação para contribuir para a promoção da identidade	Potencial parceria
		Cultural	Social	Desportivo Recreativo		
Bugalhos	CC5B de Bugalhos		X	X	Sim	Sim
	Grupo Desportivo e Recreativo da Graça			X	Não	-
	Centro Recreativo Cultural e Social de Filhós		X	X	Sim	-
	Centro Social e Cultural de Pousados		X	X	Sim	-
	Associação Desportiva Escola de Futebol do Concelho de Alcanena			X	Não	-
Espinheiro	Associação Musical e Tradições do Espinheiro	X		X	Sim	Sim
	Casa do Povo de Espinheiro		X	X	Sim	Sim
	Atlético Clube Recreativo Espinheirense			X	Não	-
Louriceira	Centro Recreativo Desportivo Louriceirense			X	Não	-
	AIJIL - Associação de Apoio Integrado a Jovens e Idosos de Louriceira		X		Sim	-
	Associação de Caçadores de Louriceira			X	Não	-
Malhou	Associação de Caça e Pesca da Freguesia do Malhou			X	Não	-
	Centro Cultural Recreativo e Desportivo de Chã de Cima			X	Sim	Sim
	Centro Recreativo e Cultural Malhoense	X		X	Sim	Sim
	Paladinos do Futuro - Associação de Pais de Malhou		X		Não	-
	Clube de Karaté e Desportos de Malhou			X	Não	-
	Grupo Cénico Cultural de Malhou	X		X	Sim	Sim
	Casa do Povo de Malhou		X	X	Sim	Sim

Continuação...

Freguesia	Associação / Coletividade	Tipologia			Vocação para contribuir para a promoção da identidade	Potencial parceria
		Cultural	Social	Desportivo Recreativo		
Minde	Sociedade Musical Mindense	X		X	Sim	Sim
	Associação de Pais de Minde		X		Não	-
	Rancho Folclórico e Cultural do Covão do Coelho	X		X	Sim	Sim
	Centro Sociocultural do Covão do Coelho		X	X	Sim	Sim
	APECC – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Covão de Coelho		X		Não	-
	Associação Cabaça Seca	X		X	Sim	Sim
	Casa do Povo de Minde	X		X	Sim	Sim
	Vitória Futebol Clube Mindense			X	Não	-
	Centro de Artes e Ofícios Roque Gameiro	X	X	X	Sim	Sim
	Centro Interdisciplinar de Documentação Linguística e Social	X			Sim	Sim
	Agrupamento de Escuteiros de Minde		X	X	Sim	-
	Associação Recreativa e Cultural de Vale-Alto		X	X	Sim	-
Monsanto	Casa do Povo de Monsanto		X	X	Sim	Sim
	Grupo Desportivo e Recreativo de Monsanto			X	Não	-
	Centro Cultural e Recreativo do Covão de Feto		X	X	Sim	-
	Associação "A Torre"		X	X	Não	-
	Centro de Acolhimento "A Casinha"		X		Sim	-
	Clube de Amador de Caça e Pesca de Monsanto do Ribatejo			X	Não	-

Continuação...

Freguesia	Associação / Coletividade	Tipologia			Vocação para contribuir para a promoção da identidade	Potencial parceria
		Cultural	Social	Desportivo Recreativo		
Moitas Venda	Rancho Etnográfico e Folclórico Santa Marta de Moitas Venda	X		X	Sim	Sim
	União Recreativa e Desportiva de Moitas Venda			X	Não	-
	Robustuna Afonsina	X		X	Sim	-
	Centro Sociocultural de Casais Robustos		X	X	Sim	-
	Corpo Nacional de Escutas de Moitas Venda - Agrupamento 98		X	X	Sim	-
Serra de Sto. António	COV'ALTAS - Associação Cultural e Ambiental	X		X	Sim	Sim
	Grupo Recreativo " Os Unidos da Serra "			X	Não	-
Vila Moreira	Associação Cultural Vilamor	X	X		Sim	-
	Associação BTT Galegos de Vila Moreira			X	Não	-
	Centro Recreativo e Desportivo Moreirense			X	Não	-
	ASSIM - Associação de Solidariedade Social Interventiva Moreirense		X		Sim	-

Fonte: Elaboração própria (2012).

4.4. Plano estratégico para o MTA.

4.4.1. Missão institucional.

O MTA tem como **missão** a proteção, salvaguarda, investigação, valorização, promoção e dinamização do património local em todas as suas vertentes: arquitetónico, histórico, social, artístico, etnográfico, cultural e natural do município de Alcanena, em sinergia com as comunidades locais, por forma a promover maior coesão social, visando a formação de cidadãos preparados para o exercício de uma cidadania plena, consciente e crítica. Procura qualificar os cidadãos através do (re)conhecimento das suas identidades e património procurando promover o intercâmbio de vivências, memórias e experiências intra e extramunicipais visando um desenvolvimento sustentado, a valorização do património, das identidades e memórias coletivas locais, bem como o fomento do turismo e do desenvolvimento económico local.

4.4.2. Visão institucional.

O MTA é uma organização congregadora de instituições museológicas no concelho de Alcanena que procura operar segundo perspetivas integradoras e consistentes, articulando a promoção, defesa e salvaguarda patrimonial – próprias de instituições museais – com uma prática sociomuseológica e modos de organização e funcionamento institucional que encaram os museus como centros de vida comunitária ativa numa perspetiva de territorialização.

O MTA trabalha uma multiplicidade de variáveis vistas numa ótica integrada e integradora do desenvolvimento local através de uma prática museológica democrática, informada, partilhada, esclarecida e esclarecedora.

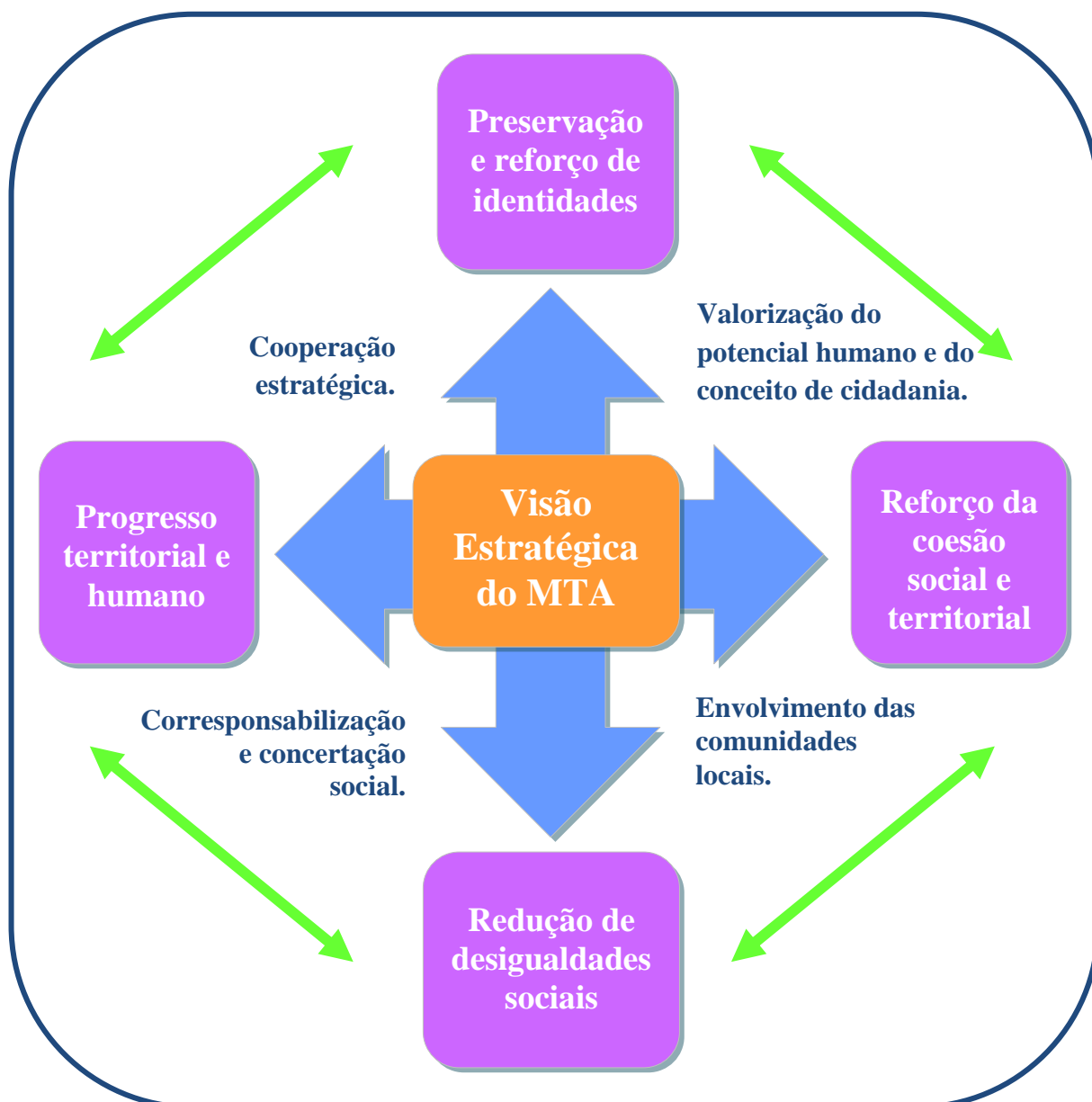
A organização da rede museológica consagra, por isso, uma estrutura funcional interventiva e participada de cada cidadão e cada comunidade local. Pretende

- a) Preservar e reforçar as identidades particulares de cada comunidade;
- b) Reforçar da coesão social e territorial;
- c) Reduzir as desigualdades sociais e
- d) Alcançar o progresso territorial e humano do concelho de Alcanena.

Pretende-se alcançar estes objetivos através de:

- a) Uma cooperação intramunicipal estratégica;
- b) Um processo de corresponsabilização e concertação social;
- c) Um envolvimento direto as comunidades locais na vida dos museus;
- d) Uma atitude de valorização do potencial humano e do conceito de cidadania, planeando estrategicamente e agindo democraticamente.

Figura 60 – Esquemática da visão estratégica para o MTA.



Fonte: Elaboração própria (2012).

4.4.3. Valores institucionais.

O reconhecimento desta instituição museológica enquanto centro privilegiado de comunicação e formação para a cidadania assenta nos valores da: qualidade; participação; cidadania; consciencialização; corresponsabilização; cooperação e diálogo.

4.4.4. Princípios orientadores da ação estratégica do MTA.

Para uma ação estratégica do MTA eficaz, torna-se necessário determinar o escopo que motiva o seu funcionamento, isto é, definir os princípios orientadores do plano estratégico que traçam linhas de ação enquadráveis em todos os quadrantes da rede: desenvolvimento de projetos; gestão de recursos e observação do funcionamento face aos objetivos determinados.

O funcionamento da rede museológica do MTA assenta nos seguintes princípios orientadores:

Princípio da cidadania ativa e da participação democrática:

Pretende-se que o MTA seja uma rede promotora do exercício pleno da cidadania participativa e democrática, encarando os indivíduos das comunidades locais enquanto elementos ativos, interventivos, solidários e dotados de espírito crítico tanto na ação museal como no seu meio envolvente ou na sociedade em geral.

É, precisamente, no universo da cidadania ativa que se situa o campo da sociomuseologia considerando-se que o espaço museológico poderá, e deverá, ser um lugar por excelência de exercício democrático da cidadania onde todos e cada um poderão e deverão ter o seu lugar e a sua palavra. Um lugar institucional onde prevalece o interesse pelo ser humano: comungado, comunicado, partilhado por todos, por toda a comunidade. Comunidade, essa, que deverá assumir, nas suas mãos – auxiliada pelas instituições públicas – os desideratos estratégicos da construção sustentável de um espaço com futuro.

Princípio da qualidade de serviço prestado ao cidadão:

A qualidade de serviço prestado ao cidadão traduz-se na otimização dos recursos disponíveis, visando a maximização do impacto do resultado da ação museológica junto das comunidades e dos visitantes. Pretende-se que o MTA seja uma rede rigorosa e exigente, quer na construção, desenvolvimento e avaliação da ação museológica, quer na gestão dos espaços,

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

dos recursos e organização da oferta cultural no sentido de assegurar qualidade no acesso do indivíduo à cultura.

Princípio da eficácia e da eficiência:

A estrutura do MTA e os órgãos adstritos devem:

- a) Otimizar a utilização dos recursos humanos e materiais da rede apontando para o cumprimento dos objetivos constantes do plano estratégico e
- b) Definir e implementar práticas institucionais que constituam um incentivo contínuo ao aumento da qualidade formativa dos espaços museais, adequando os métodos e práticas museológicas aos níveis de exigência e necessidades, tanto das comunidades locais, como da própria sociedade contemporânea.

Princípio da equidade social:

O MTA procura proporcionar o acesso à cultura a todos os cidadãos veiculando informação e dialogando numa linguagem inclusiva, acessível e universalmente compreendida (Primo, 2001). Deve ser uma organização que se assuma como parte ativa da construção humana e humanista – do «ser-se uns com os outros» neste mundo global – privilegiando o interesse comum. O MTA deve adaptar-se a todos os interesses vigentes da comunidade, agindo como veículo condutor ao (re)conhecimento das diferenças intra e extracomunitárias.

Princípio da cooperação e da abertura ao meio:

Uma organização que objetiva educar e formar através dos elementos patrimoniais locais requer uma ação cooperativa constante com o meio envolvente. A sociedade globalizada determina a necessidade de existirem instituições e organizações construídas em contextos interventivos amplos e diversificados com maior ligação às realidades sociais locais e exteriores ao território, despertando para a compreensão e interpretação da realidade do mundo e da contemporaneidade num processo que privilegia a ampliação do sentido de comunidade (Primo, 2001).

Princípio da formação integral:

Consciente de que o ato de preservar, salvaguardar, estudar e divulgar o património local assume um lugar de relevo na função de um espaço museal, também se considera que assume igual importância o clima social das teias de relações humanas e simbólicas que

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

advêm da prática sociomuseológica. A instituição museal deve ser, acima de tudo, um espaço formativo: um espaço crítico; um local de reflexão; um lugar vocacionado para o exercício do pensamento, da experimentação, do desenvolvimento de consciências, do exercício da cidadania; um espaço de liberdade, de criticidade, de convívio aberto, pleno e natural intergeracional, construindo e reforçando uma sociedade humanista numa perspetiva da formação integral do indivíduo enquanto membro de plenos direitos na sociedade.

Princípio do conhecimento:

Pretende-se que o MTA desenvolva, nas comunidades locais, a perceção do valor e significado das experiências e vivências compartilhadas (Primo, 2001) através do (re)conhecimento da memória, identidade e do respetivo património. Os conhecimentos trabalhados pela organização do MTA poderão dotar o indivíduo de competências e atitudes básicas e estruturantes, quais instrumentos ou ferramentas, conducentes à consciencialização do seu lugar no mundo numa ótica de formação ao longo da vida.

Princípio do contributo para o desenvolvimento local:

O contributo do MTA para o desenvolvimento, quer das comunidades locais, quer dos cidadãos propriamente ditos, poderá assumir contornos consideráveis na medida em que as organizações apenas poderão crescer se, de forma complementar, promoverem a consciência da participação de cada indivíduo no processo cultural e político da sua comunidade (Primo, 2001) num processo de amplificação do sentido de comunidade e de pertença. É nesta cooperação com e para a sociedade que o MTA desempenhará um papel fundamental. As instituições museais promovem, junto dos cidadãos as capacidades de interpretação das suas realidades circundantes, por um lado, e a capacidade de intervenção, a procura de soluções, a autonomia, o sentido crítico e espírito de iniciativa, por outro.

Da mesma forma, considera-se importante adaptar a ação museológica às necessidades locais e regionais, bem como incluir no plano de atividades da rede ações que privilegiem o conhecimento da região e a interação com os diversos parceiros.

Acredita-se que a rede museológica local possa ser encarada como veículo condutor, meio de intervenção social e comunicação conducentes a um desenvolvimento local sustentado.

4.4.5. Eixos estratégicos.

Exposta a envolvente contextual do MTA e a respetiva caracterização geral, definidas a missão e a visão que norteiam esta organização e traçados os princípios nevrálgicos da sua ação museológica, interessa delinear um quadro de referência para a estrutura que estabeleça claramente o ponto de partida, os objetivos a alcançar, os caminhos a percorrer e os processos a empregar para a consecução desses objetivos, traduzindo-se em 4 eixos estratégicos e respetivos meios operacionais.

Figura 61 – Eixos do Plano Estratégico do MTA.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Para cada um dos quatro eixos foram definidos objetivos estratégicos claros e traçados os respetivos objetivos operacionais e ações organizacionais e funcionais.

Este procedimento decorre: dos resultados do estudo efetuado das redes museológicas locais no Capítulo 3 desta tese; do diagnóstico do atual estado de implementação do MTA e da subsequente fusão destes dois aspetos face às perspetivas de futuro desta organização museológica local que se quer integrada, partilhada e participada.

Serão, assim, apresentados quadros operativos por eixo estratégico, ancorados nas prioridades constantes da visão estratégica já apresentada para a rede e nos princípios orientadores da ação estratégica do MTA. Estes serão precedidos de um diagnóstico setorial que auxilia na visualização das necessidades de intervenção no funcionamento da rede.

Sucintamente, considera-se que o Eixo 1 contempla a visão estratégica do MTA abrangendo desde a definição e conceção de documentos orientadores, reguladores ou referenciais da rede museológica até à política de gestão dos recursos numa perspetiva sociomuseológica. A componente técnico-burocrática formal, como se referiu, não é objeto de intervenção no nosso estudo. Encaixam neste Eixo princípios da autonomia, descentralização e da territorialização que voltarão a ser trabalhados no Eixo 4.

O Eixo 2 refere-se à tipologia das práticas museológicas e a sua aproximação à teoria sociomuseológica, assumindo uma posição central na ação do MTA, colocando este desígnio no centro da sua atividade. Este eixo contempla três campos distintos na sua estratégia: melhoria das práticas museológicas no seu conjunto; melhoria dos resultados dessa ação museológica numa perspetiva de desenvolvimento local e a adoção de uma prática museológica formativa, inclusiva e enriquecedora do cidadão.

O Eixo 3 centra-se na qualidade do serviço prestado e impacto na comunidade, dando relevo a processos de integração, articulação institucional e comunicação interna assim como à comunicação externa do MTA e a sua imagem institucional.

O Eixo 4 incide na indispensável construção de uma teia de relações entre instituições museais e as comunidades na tarefa de adequação institucional à diversidade social e comunitária visando promover a integração no meio, a inclusão social e a coesão territorial. A integração institucional no meio assume um lugar de relevo no plano estratégico procurando garantir a inclusão social e cimentar coesão territorial. Tal como no Eixo 1, as questões da autonomia e da descentralização voltam a destacar-se, gerando estruturas museológicas mais adequadas aos projetos, aos interesses, às necessidades e vontades de cada comunidade.

EIXO 1 – Liderança e Visão Estratégica.

Demonstrou-se que o início deste século ficou assinalado pelo aumento considerável e a aposta significativa, por parte do poder local, em espaços museológicos e, em muitos casos, na estruturação destes em redes museológicas locais. De igual modo se verificou no estudo empírico que, embora se trate de uma tendência crescente, também é verdade que existe algum défice de concertação, planeamento e ação estratégica no funcionamento destas estruturas. A quase inexistência de cooperação, diálogo, compromisso e cumplicidade interna das redes e estas com as respetivas comunidades locais torna-se, demasiadas vezes, uma evidência que revela ausência de liderança e visão estratégica.

É, pois, necessário que os municípios, ao assumirem a promoção de projetos museológicos descentralizados e em rede nos seus territórios, também assumam as responsabilidades de agir como motor impulsor de sinergias dentro dessas estruturas em estreita ligação com as comunidades envolventes.

Isto é, havendo lugar a uma aposta clara dos municípios na implementação de redes museológicas locais, deverá existir, também por parte destes, uma atitude de liderança neste processo ancorada numa visão estratégica global para a estrutura, evitando que a sua «rede» se converta num «roteiro».

Entre outros aspetos, deve o poder local criar condições para o desenvolvimento de documentos orientadores, reguladores ou referenciais para a estrutura; desenvolver estratégias para um eficiente recurso a meios humanos, físicos e logísticos e, bem assim, promover o funcionamento dos múltiplos espaços museológicos efetivamente em rede e orientados para uma prestação de serviço público de qualidade, qualificante e inclusivo.

Competirá, pois, à tutela dos espaços em rede, ou à entidade promotora da mesma, despoletar mecanismos e dinâmicas que visem alcançar, objetivamente, uma maior rentabilidade dos equipamentos e dos investimentos realizados. Esta temática acaba por, de algum modo, extravasar para os restantes eixos estratégicos uma vez que a visão estratégica é, por definição, transversal a toda a ação de qualquer projeto.

Assim, torna-se fulcral assumir que havendo como agentes, por um lado, um conjunto de museus locais criados no município e, por outro lado, o próprio município em si, será a este que caberá a liderança dos projetos. O busílis da questão reside no modo como essa liderança se possa concretizar.

Relembrando que o que se pretende é a promoção de práticas sociomuseológicas numa rede museológica local, pode considerar-se que, para tentar atingir este objetivo, existem duas possibilidades condicionadas pelo grau de abertura e vontades políticas no processo. Pode a tutela optar pela adoção de uma postura administrativa mais tradicional do exercício do poder ou uma postura inovadora de administração mais aberta ao meio e às populações, dialogante e democrática.

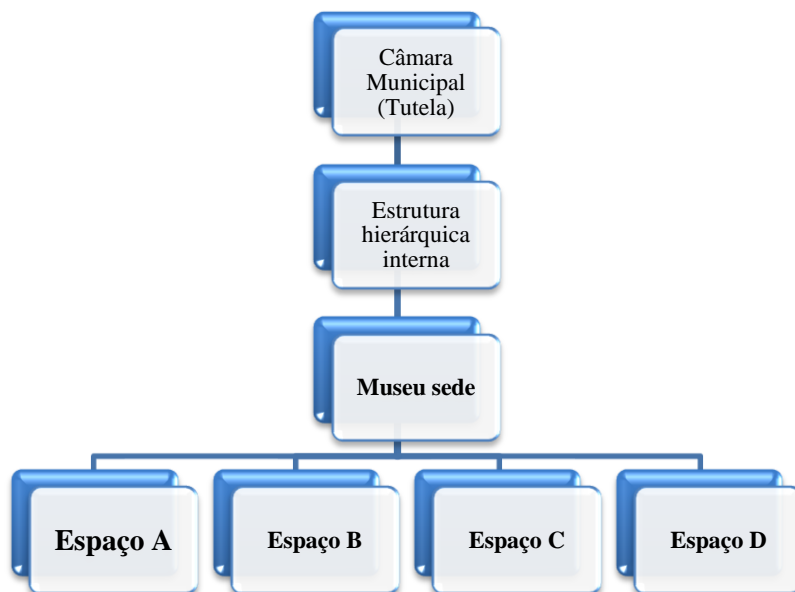
Isto é, na primeira possibilidade, uma ação política administrativo-burocrática vertical, centralizadora e controladora ou, no segundo caso, uma ação política assente numa relação horizontal de abertura democrática assente no paradigma da governação.

Acreditamos que será nesta última que, aproximando-se dos traços distintivos da sociomuseologia, se possa vir a instituir as necessárias condições para uma verdadeira prática sociomuseológica. Isto porque a noção de governação caracteriza-se por: atuar territorialmente; governar por metas de melhoria social, estimulando a transparência dos programas estratégicos; promover a transversalidade nas ações de governo local; construir políticas públicas culturais inclusivas; potenciar os recursos patrimoniais do território de modo a promover o desenvolvimento sustentado local das comunidades como um todo; desenvolver a corresponsabilidade e implementar um ambiente de diálogo e, ainda, construir uma visão de futuro coletiva estimulando parcerias e cooperação estratégica no fortalecimento da democracia.

No entanto, verificou-se que, na generalidade dos casos, não é esta a prática corrente. Constatou-se que existe uma tendência generalizada para a adoção de uma estrutura operacional vertical hierarquizada nas redes museológicas locais, própria de uma administração local tradicional, excludente dos cidadãos na vida ativa das instituições e da vida social e comunitária. A **Figura 62** demonstra o esquema funcional tipificado destas organizações presente na maioria das «redes» analisadas.

Este modelo funcional e esta opção política da administração local centrada no exercício do poder (Bilhim, 2008), tenderá a conduzir o MTA para um funcionamento vertical onde a tutela poderá vir a excluir as comunidades locais na cogestão destes espaços e da vida cultural e social a eles agregadas agindo enquanto elemento dirigente absoluto ou absolutista. Este exercício de poder, pouco democrático, distorce o equilíbrio desejado e a harmonia, hoje necessária, entre a administração local, ou tutela, e as comunidades e as «suas» instituições.

Figura 62 – Esquema da tendência organizacional verificada nas redes museológicas locais em Portugal (2012).



Fonte: Elaboração própria (2012).

Figura 63 – Dinâmica do Museu do Território de Alcanena enquanto sistema vertical.³⁷¹



Fonte: Elaboração própria (2012).

³⁷¹ Postura municipal com visão de democracia representativa. Improvável que seja compatível com a prática da sociomuseologia. Note-se a inexistência de uma estrutura intermédia de concertação entre a tutela e as comunidades.

Mas para se poder evitar enveredar por esta tipologia organizacional vertical excludente, teremos, novamente, que dirigir o olhar para os aspetos distintivos da governação aliados aos da sociomuseologia de modo articulado levantando, de novo, a necessidade de envolver diretamente as pessoas na ação museológica e institucional. Isto conduz à necessidade de estabelecer as necessárias parcerias com cidadãos, juntas de freguesia e as comunidades locais e/ou seus representantes através do movimento associativo local: as forças vivas comunitárias.

Poderão, através dos núcleos museológicos da rede, disponibilizar-se meios e infraestruturas para o desenvolvimento da atividade e capacidade de intervenção social destas instituições, de acordo com as suas vocações sociais e institucionais. Daí que, através do diagnóstico realizado, se pôde considerar, conforme demonstra o **Quadro 36**, que para determinados núcleos do MTA também determinadas coletividades locais podem ser associadas e chamadas a prestar o seu contributo na cogestão dos «seus» núcleos museológicos através da celebração de protocolos para o efeito.

Quadro 36 – Relação de possíveis parcerias entre representantes das comunidades locais e o MTA.

Núcleo museológico	Associação – parceira
Museu do Curtume (Alcanena)	ARPICA – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Alcanena.
	CC5B de Bugalhos
Polo museológico do Curtume (Gouxaria)	Rancho Folclórico de Gouxaria.
	Centro Sociocultural de Gouxaria.
Museu da Boneca (Alcanena)	ARPICA.
	Cidadã particular
	Associação de Desenvolvimento Socioeducativo e Cultural ABC de Alcanena.
Museu de Arte Contemporânea (Alcanena)	Elos Clube de Alcanena.
	ARPICA.
Museu da Comunidade de Minde (Minde)	CAORG – Centro de Artes e Ofícios Roque Gameiro.
	Associação Cabaça Seca.
	Centro Interdisciplinar de Documentação Linguística e Social
	Casa do Povo de Minde

Museu Roque Gameiro (Minde)	CAORG
	Centro Interdisciplinar de Documentação Linguística e Social
Museu Rural e Etnográfico (Espinheiro)	Associação Musical e Tradições do Espinheiro.
	Casa do Povo de Espinheiro.
Museu do Traje (Gouxaria)	Rancho Folclórico de Gouxaria.
	Rancho Folclórico do Covão do Coelho.
	Rancho Etnográfico e Folclórico Stª Marta de Moitas Venda.
Ecomuseu (Serra de Santo António)	COV'ALTAS – Associação Cultural e Ambiental.
Museu da Vela e da Vassoura (Monsanto)	Casa do Povo de Monsanto.
	Cidadão Particular.
Lagar-museu / Museu do Azeite (Malhou)	Casa do Povo de Malhou.
	Centro Recreativo e Cultural Malhoense.
Moinho de vento (Chã de Cima)	Centro Cultural e Recreativo de Chã de Cima.
	Cidadão Particular.
Núcleo de Arqueologia (Moitas Venda)	Rancho Etnográfico e Folclórico Stª Marta de Moitas Venda.
Carsoscópio (Olhos de Água)	Clube Bioecológico Amigos da Vida Selvagem

Fonte: Elaboração própria (2012).

Esta estratégia levanta outro aspeto central e praticamente sempre ausente nas estruturas de rede analisadas neste estudo.

Existindo a desejada corresponsabilização das comunidades locais nos desígnios institucionais dos «seus» núcleos museológicos através da celebração dos referidos protocolos e cedência de poder administrativo às respetivas comunidades, surge a necessidade de garantir um veículo condutor das sinergias necessárias para um funcionamento em rede e que estabeleça o elo fundamental para o diálogo entre parceiros e as comunidades. Caso contrário, dificilmente se conseguirá uma ligação entre tutela e comunidade havendo tendência para um efeito segregador entre «governantes» e «governados». O que se pretende é que não haja «governados» mas sim, corresponsáveis na gestão dos espaços museológicos e «parceiros»

nos projetos museológicos locais indo ao encontro do consagrado no número 2 do Artigo 2º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, estipulando que:

“a descentralização administrativa assegura a concretização do princípio da subsidiariedade, devendo as atribuições e competências ser exercidas pelo nível da administração melhor colocado para as prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade aos cidadãos.” (Diário da República, 1999).

Creemos que a solução se encontra na criação de uma estrutura intermédia e intermediária entre a autarquia e as comunidades (e seus representantes) – uma plataforma independente, socialmente construída, de coordenação: um canal de comunicação comum consolidativo da participação comunitária e institucional como mecanismo de consulta, recolha e partilha de informação. Ou seja, o centro de uma rede efetiva que garanta a implementação e concretização da ação estratégica concertada entre todos os intervenientes.

Poderá designar-se esta plataforma ou estrutura de diálogo/consulta entre o município e as associações e comunidades de **Conselho Local de Museus**, onde a autarquia teria assento mas não exerceria qualquer ação de poder.

Este órgão teria como função apelar à corresponsabilização, cooperação, agregação e diálogo entre os cidadãos e as comunidades locais na cogestão e dinamização dos «seus» espaços, num exercício de cidadania ativa e participação democrática.

Numa dinâmica de interação concertada entre entidades, comunidades e poder local, a prática sociomuseológica encontraria, nestas condições, terreno fértil para florescer.

Alguns dos objetivos desta plataforma³⁷² deverão fundar-se no diagnóstico da realidade sociocultural das respetivas comunidades e na participação no processo de definição de todos os documentos orientadores da rede visando evitar a setorização, potenciando um melhor emprego dos recursos públicos e maior coesão territorial e identitária.

³⁷² O terceiro elemento da relação autarquia (tutela) e comunidades locais (associações) na rede MTA.

Figura 64 – Dinâmica de interação institucional no MTA.



Fonte: Elaboração própria (2012).

A criação de condições para uma efetiva corresponsabilização na gestão, planeamento e desenvolvimento de atividades pelos diversos intervenientes através do Conselho Local de Museus, agindo em conjunto com os museus e as comunidades e a própria autarquia, promoverá o terceiro elemento central de uma estrutura que funciona como se de uma engrenagem se tratasse.

Figura 65 – Dinâmica da relação entre os diversos intervenientes no funcionamento do MTA enquanto rede horizontal.³⁷³



Fonte: Elaboração própria (2012).

³⁷³ Resultante de uma ação política local assente numa visão de democracia direta ou de governação. Compatível e impulsionadora da prática sociomuseológica.

Neste contexto: cada entidade museológica, possui a sua função específica mantendo e desenvolvendo a sua identidade e as suas responsabilidades; a autarquia desempenha a sua vocação de liderança do projeto propiciando a conjuntura e os meios para o desenvolvimento de uma visão estratégica de amplo consenso e, por fim, a plataforma de consenso e concertação entre os diversos intervenientes no processo (Conselho Local de Museus) atua em conformidade com as vontades convergentes de todos numa sinergia otimizadora de recursos e meios e numa organização fomentadora de coesão e integração territorial.

Figura 66 – Possível estrutura funcional do «Conselho Local de Museus de Alcanena».



Fonte: Realização própria (2012)

Trata-se de uma verdadeira rede museológica horizontal centrada na participação das pessoas, voltada para as pessoas.

Com a instituição de uma entidade representativa das comunidades nos núcleos museológicos do MTA e a constituição de um órgão formado pelos cidadãos e as forças vivas das suas comunidades, dá-se o primeiro passo para a consolidação da autonomia, promovendo a descentralização decisória, conduzindo para a territorialização.

Colocar a comunidade e o ser humano no centro das preocupações e da ação museológica constitui o principal objeto da sociomuseologia.

Os documentos orientadores da nova museologia remetem para o entendimento da instituição museal enquanto local privilegiado do processo de formação do ser humano. Ao mesmo tempo, as necessidades da sociedade contemporânea parecem reclamar instituições

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

dotadas de autonomia e responsabilidades partilhadas num quadro de governação democrática e num processo de construção de confiança social requerendo um claro envolvimento ativo e responsável de diversos agentes sociais.

As tradicionais práticas administrativas e institucionais, leia-se tanto do poder local como dos museus, revelaram-se até recentemente fechadas em si, ignorando a abertura ao exterior e às comunidades e o próprio primado das instituições museais no seu papel formativo do ser humano.

A verdadeira autonomia constitui, pois, um requisito sem o qual as instituições museais não poderão desenvolver práticas adequadas às características da sociedade contemporânea. Poderá dizer-se que a autonomia institucional e a respetiva descentralização decisória assumem uma condição inegável para uma prática sociomuseológica, promotora de uma ação vocacionada para a participação das comunidades e a sua corresponsabilização no seu direito ao exercício de uma cidadania consciente, ativa e plena.

A autonomia revela-se essencial numa organização institucional em rede abrindo caminho à possibilidade de conceber e concretizar projetos de interesse local participados de forma democrática, conduzindo a uma abertura institucional ao meio envolvente e aos respetivos agentes sociais e culturais na construção de parcerias promotoras de dinamismo e inovação. É por este motivo que no seu exercício de liderança, a autarquia deve prever na sua visão estratégica a promoção da autonomia e da descentralização.

Como afirma Sá da Costa (1993), para uma verdadeira participação democrática, não é suficiente que se criem mecanismos de mero diálogo e consulta. Torna-se indispensável o estabelecimento de regulamentos e normativos que definem claramente as competências e atribuições desses órgãos, determinem o relacionamento institucional entre todos os envolvidos e esclareçam a efetiva delegação de competências que lhes é outorgada³⁷⁴ para uma verdadeira autonomia. Só assim será possível garantir um efetivo trabalho em rede horizontal sem a interferência do peso institucional da autarquia ou da tutela.

De seguida apresenta-se aquilo que poderá ser um regimento / regulamento do Conselho Local de Museus de Alcanena clarificando os objetivos acima referidos e integrando-os em formato legislativo.

³⁷⁴ Sá da Costa (1993); Aguilera (2000).

Projeto de «Regulamento Interno do Conselho Local de Museus de Alcanena (CLMA)»

NOTA JUSTIFICATIVA

A Constituição da República Portuguesa consagra, nos artigos 73º, 78º e 79º, que todos têm direito à educação e à cultura, à fruição e criação cultural incumbindo ao estado promover e garantir as condições de acesso dos cidadãos a estes bens em igualdade de oportunidades.

A Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, define o quadro de atribuição de competências aos municípios e órgãos municipais nas áreas da cultura, educação, recreio, desporto, saúde, ação social e ambiente.

Compete, neste âmbito, à autarquia local promover o desenvolvimento da dinâmica associativa, estimulando a colaboração institucional entre câmara municipal e as diversas associações representantes das comunidades do município, podendo, ainda, ser mais reforçada através de um diálogo alargado entre eleitos locais, representantes das comunidades e as próprias comunidades em si.

É também reconhecido que o movimento associativo do concelho de Alcanena tem vindo a assumir um papel estratégico na promoção do desenvolvimento sustentado local através das suas ações sociais, culturais e cívicas, prestando um inestimável contributo à formação, à promoção da cultura, do ensino, do desporto, do bem-estar, da qualidade de vida e do fruição cultural das comunidades que representam e que servem, assim como à própria promoção do espírito de cidadania.

Também é notória a aposta estratégica da autarquia em projetos museológicos como fatores de desenvolvimento local. É entendimento que o envolvimento formal de representantes do movimento associativo local nestes projetos promoverá uma

consolidação social e uma oportunidade de praticar uma política cultural autárquica mais democrática e inclusiva das comunidades e das suas forças vivas nestes projetos museológicos, indo ao encontro do preconizado na teoria sociomuseológica.

As práticas museológicas devem assentar, pois, num compromisso de responsabilidade partilhada e de colaboração institucional, através de uma estreita articulação entre a autarquia e as diversas forças vivas do tecido social e cultural do município.

É, assim, neste espírito, que esta câmara municipal, através do presente regulamento para o Conselho Local de Museus de Alcanena, pretende definir uma clara política promotora de autonomia para o desenvolvimento de toda a dinâmica museológica do concelho de Alcanena.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Noção

O Conselho Local de Museus de Alcanena, a seguir designado por «CLMA», é um órgão de planeamento estratégico com funções de natureza consultiva que visa promover a articulação, a cooperação e a concertação entre os diversos elementos do movimento associativo do concelho de Alcanena e particulares envolvidos no projeto museológico do Museu do Território de Alcanena, a seguir designado por «MTA», as comunidades locais e o próprio município.

Este órgão será o interlocutor privilegiado na conciliação:

- a) Das vontades das comunidades locais na tarefa de cogestão dos espaços museológicos neles inseridas;
 - b) Dos pareceres dos técnicos dos núcleos museológicos adstritos MTA nas respetivas funções profissionais;
 - c) Da estratégia da própria autarquia de desenvolvimento integrado e sustentável do território municipal com base no projeto museológico do MTA.
- dentro do âmbito de atribuições do conselho;
 - e) Emitir e apresentar pareceres, propostas, recomendações e / ou sugestões que visem o funcionamento em rede de todos os núcleos do MTA de forma coordenada e estrategicamente integrada, tendo em vista a dinamização e organização dos mesmos;
 - f) Elaborar documentos, estudos ou projetos através dos quais se possa programar, planear e/ou promover linhas gerais de ação de todos os intervenientes do MTA;
 - g) Manter um contato estreito com as comunidades locais e o município no desenvolvimento das ações museológicas, sociais e culturais das diversas localidades da área do município;
 - h) Elaborar e aprovar o Regulamento Interno;
 - i) Eleger a Mesa do CLMA;
 - j) Participar nas discussões e votações;
 - k) Solicitar informações ao executivo municipal referentes a projetos e ações museológicas e / ou de salvaguarda, estudo e divulgação do património cultural material e imaterial do município.

Artigo 2º

Sede

O CLMA tem a sua sede no edifício Maria Lucília Moita, na praça 8 de maio, em Alcanena, podendo funcionar esporádica e pontualmente, sempre que se justifique, em qualquer equipamento municipal, museológico ou associativo disponível para o efeito.

Artigo 3º

Deveres e Competências

1 – Ao CLMA compete:

- a) Colaborar com a câmara municipal de Alcanena, os demais representantes de instituições museais do concelho e extramunicipais, as comunidades locais, as juntas de freguesia e outros em matérias relacionadas com a preservação, salvaguarda, estudo e divulgação do património material e imaterial do concelho;
 - b) Acompanhar as atividades municipais, associativas e comunitárias respeitantes à ação museológica;
 - c) Diagnosticar e encontrar soluções para as diversas necessidades que se prendem com o funcionamento das instituições museológicas do MTA de acordo com as expectativas das comunidades locais;
 - d) Sugerir a tomada de medidas e alterações julgadas por convenientes
- 2 – Os membros do CLMA devem:
- a) Desempenhar conscientemente as tarefas e poderes que lhes forem confiados;
 - b) Contribuir para a eficácia e o prestígio do CLMA e do programa museológico municipal;
 - c) Prestar permanente auxílio e atenção às necessidades e solicitações das comunidades no que se refere à ação a desenvolver pelos núcleos museológicos afetos ao MTA;
 - d) Comparecer às reuniões do CLMA;
 - e) Observar a ordem e a disciplina fixadas na lei e no presente Regulamento;
 - f) Não votar em deliberações em que exista conflito de interesses com as

- entidades e/ou associações que representam;
- g) Fazer-se substituir pelos respetivos suplentes nas reuniões para que tenham sido convocados;
- h) Propor assuntos para a ordem de trabalhos das reuniões do CLMA.
- 3- Os membros do CLMA não são remunerados e não têm direito a senhas de presença, ajudas de custo ou qualquer tipo de subsídio pela sua prestação neste órgão.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Artigo 4º

Composição do Conselho

- 1 – O CLMA é composto pelos seguintes elementos efetivos:
- a) O presidente da Câmara Municipal de Alcanena, ou seu representante;
- b) Vereadores com competências nas áreas da Cultura, Museus, Desenvolvimento Social, Juventude e Ambiente;
- c) Os presidentes de junta de freguesia do concelho;
- d) Um representante de cada associação parceira do município no projeto museológico municipal;
- e) Os particulares que celebraram protocolos de cooperação no projeto museológico municipal;
- f) Outras entidades públicas ou privadas que apresentem disponibilidade de contribuir para o desenvolvimento local com base na ação museológica.
- 2 – Os representantes das associações com protocolos de cooperação no projeto museológico municipal e assento no CLMA deverão ser indicados ao presidente do CLMA no início do mandato do órgão.
- 3 – Se, por motivos de alteração da composição dos corpos sociais das

associações com protocolos de cooperação com a autarquia e assento no CLMA, ou outro atendível, podem os representantes das associações ser substituídos mediante comunicação prévia ao presidente do CLMA.

4 – O CLMA poderá funcionar com a presença de elementos observadores, provenientes das diversas comunidades locais da área do município, a convite do CLMA, da autarquia ou por iniciativa dos próprios, com direito a intervenção nos trabalhos.

5 – A composição do CLMA poderá ser alterada por deliberação do próprio órgão após aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.

Artigo 5º

Do Mandato

- 1 – O mandato do CLMA é quadrienal, incidente com o mandato da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.
- 2 – Os membros do CLMA referidos nas alíneas d), e) e f) do Artigo 4º do presente regulamento são eleitos pelo período correspondente ao número 1 do artigo anterior.
- 3 – Os membros do CLMA representantes de associações locais podem renunciar ao mandato, mediante declaração escrita, apresentada à mesa do CLMA, com prévio conhecimento à associação que representam.
- 4- Os membros do CLMA representantes de associações locais podem solicitar a suspensão do respetivo mandato, mediante declaração escrita à mesa do CLMA, com prévio conhecimento à associação que representam.

Artigo 7º

Mesa

- 1 – A Mesa do CLMA é composta por um Presidente, que preside, um Primeiro

Secretário e um Segundo Secretário, os quais serão eleitos pelo CLMA de entre os seus membros, por escrutínio secreto.

2 – O Presidente da Mesa será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Primeiro Secretário e este pelo Segundo Secretário.

3 – Sempre que a Mesa não estiver completa numa reunião, o Presidente, ou quem o substituir, chamará os membros que entender para a completar até ao final da respetiva reunião.

4 – Compete ao Presidente da Mesa abrir e encerrar as reuniões e dirigir os respetivos trabalhos podendo, ainda, suspendê-los ou encerrá-los antecipadamente, quando circunstâncias excecionais o justificarem.

5 – O Presidente da Mesa está incumbido de enviar a todos os parceiros da rede MTA fotocópias das atas do CLMA.

5 – Compete aos Secretários coadjuvar o Presidente da Mesa, designadamente:

- a) Assegurar as atas das reuniões;
- b) Proceder à conferência das presenças nas sessões, assim como efetuar o registo das votações;
- c) Ordenar a matéria a submeter à votação;
- d) Organizar as inscrições dos membros do órgão e assistência que pretendam usar da palavra e registar os respetivos tempos de intervenção;
- e) Servir de escrutinador;
- f) Fazer as leituras indispensáveis durante as sessões;
- g) Redigir pareceres, propostas ou recomendações;
- h) Organizar as propostas de ordem de trabalhos para as reuniões e enviar as convocatórias.

Artigo 8º

Constituição de grupos de trabalho

1 – Em razão das matérias a analisar ou de projetos específicos a desenvolver, o CLMA pode deliberar a constituição interna de grupos de trabalho.

2 – De entre os membros dos grupos de trabalho, é nomeado um relator, podendo ser coadjuvado por outros elementos do grupo.

Artigo 9º

Periodicidade e local das reuniões

1 – O CLMA reúne ordinariamente trimestralmente.

2 – As reuniões realizam-se na sede edifício Maria Lucília Moita ou, por decisão previamente tomada, em qualquer outro local e equipamento do território municipal conforme previsto no Artigo 2º do presente regulamento.

3 – As reuniões do CLMA são públicas, salvo aquelas em que estejam agendados assuntos de caráter sigiloso.

Artigo 10º

Reuniões ordinárias

1 – As reuniões ordinárias são convocadas pelo Presidente da Mesa, com a antecedência mínima de dez dias úteis, via correio convencional ou eletrónico, constando da respetiva convocatória a ordem de trabalhos, o dia, a hora e local em que esta se realizará, acompanhada do envio de respetivos documentos.

2 – A ordem de trabalhos deverá integrar um ponto para informações, aprovação da ata da reunião anterior e/ou outros assuntos.

Artigo 11º

Reuniões extraordinárias

1 – As reuniões extraordinárias terão lugar mediante convocação do Presidente da Mesa, por sua iniciativa, ou a requerimento de, pelo menos, metade dos membros representantes do movimento associativo afeto ao projeto museológico municipal,

devendo o requerimento conter a indicação do assunto a tratar.

2 – Da convocatória devem constar, de forma expressa e especificada, os assuntos a tratar na reunião extraordinária.

3 – As reuniões terão a duração máxima de três horas. Quando não se esgotar a ordem de trabalhos, convocar-se-á nova reunião.

Artigo 12º

Quórum

1 – O CLMA funciona quando estiverem presentes, pelo menos, a maioria dos seus membros (metade mais um).

2 – Passados trinta minutos, sem que estejam presentes a maioria dos membros, a reunião do CLMA poderá realizar-se com os elementos presentes.

Artigo 13º

Deliberações

1 – As deliberações devem ser aprovadas pela maioria dos membros presentes na reunião.

2 – As propostas são submetidas à votação imediatamente a seguir à sua discussão.

3 – Em caso de empate numa votação, o Presidente da Mesa, ou seu representante terá voto de qualidade.

4 – A votação é realizada por braço no ar, exceto os casos em que se exija a votação secreta.

Artigo 14º

Atas das reuniões

1 – De cada reunião será lavrada uma ata que registre o que de essencial se tiver passado, nomeadamente, as faltas verificadas, os assuntos apreciados, os intervenientes, os pareceres emitidos, o resultado das votações e as declarações de voto.

2 – As atas são elaboradas pelo Primeiro Secretário e submetidas à aprovação do conselho no início da reunião seguinte, devendo ser assinadas pelo Presidente da Mesa e Secretário.

3 – As atas, ou o texto das deliberações, podem ser aprovadas em minuta, no final da reunião.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 15º

Apoio administrativo e logístico

A Câmara Municipal de Alcanena proporcionará o apoio logístico e administrativo necessário ao funcionamento do CLMA e seus grupos de trabalho.

Artigo 16º

Casos omissos

As omissões e as dúvidas que surjam na interpretação deste regulamento serão resolvidas por deliberação do CLMA.

Artigo 17º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor após a sua aprovação, por maioria dos membros do CLMA e posterior homologação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.

FIM

Quadro 37 – Diagnóstico e Objetivos do Eixo 1 do Plano Estratégico do MTA: Liderança e Visão Estratégica.

Área de intervenção	Diagnóstico
Documentos orientadores, reguladores ou referenciais	<ul style="list-style-type: none"> • Verifica-se a ausência de documentos orientadores, quer da ação museológica, quer do funcionamento orgânico da rede; • Não existe um plano anual ou plurianual de atividades da rede como um todo; • Não existe um documento orientador da ação da rede com menção às competências e atribuições de cada parceiro; • Não existe uma «entidade» aglutinadora nem uma figura formal que estabeleça e garanta a necessária concertação interinstitucional dentro da própria rede;
Meios humanos disponíveis	<ul style="list-style-type: none"> • Défice de interação entre técnicos municipais e instituições parceiras da tutela; • Défice de recursos humanos nas instituições museais de modo a garantir um eficaz funcionamento;
Meios físicos e logísticos disponíveis	<ul style="list-style-type: none"> • Quatro núcleos da rede encontram-se em funcionamento, um encontra-se em fase de implementação e quatro em fase de projeto aguardando decisão para execução; • Necessidade de enriquecimento dos acervos museológicos;
Funcionamento dos múltiplos espaços museológicos da rede	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos e prioridades diferentes ao nível das práticas museológicas dos diversos núcleos existentes; • Inexistência de uma estratégia unificadora da ação dos diferentes núcleos museológicos da rede.



Objetivos Estratégicos (OE)	
OE1:	Estabelecer e divulgar os princípios orientadores da organização em conjunto com os parceiros da rede.
OE2:	Gerir, numa perspetiva sociomuseológica em rede, os recursos humanos do MTA.
OE3:	Garantir e facultar meios físicos e logísticos necessários para um funcionamento sociomuseológico do MTA.
OE4:	Promoção de uma estrutura congregadora das diversas forças vivas locais, parceiras do MTA.

Fonte: Elaboração própria (2012).

Quadro 38 – OE1: Estabelecer e divulgar os princípios orientadores da organização em conjunto com os parceiros da rede.

Objetivos operacionais	Estratégias	Ações a desenvolver
Refletir acerca dos pressupostos enunciados da missão, visão, valores e princípios orientadores do plano estratégico do MTA.	Rever e atualizar, em concertação com os parceiros da rede, os pressupostos enunciados no presente plano estratégico.	Elaborar, em conjunto com todos os parceiros da rede, documentos oficiais orientadores do MTA, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> • Projeto museológico geral do MTA extensível e adaptável a todos os núcleos constituintes da rede museológica; • Plano anual ou plurianual de atividades do MTA.
		Elaborar, em conjunto com todos os parceiros da rede e a partir do documento já apresentado, o Regulamento Interno do MTA e proceder à sua divulgação.
		Elaborar, em conjunto com todos os parceiros da rede, documentos orientadores para a qualidade e melhoria contínua da estrutura, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> • Carta de Missão; • Procedimentos dos serviços.
		Elaborar, em sede de concertação com todos os parceiros da rede, uma minuta de protocolo, adaptável às diversas situações e realidades, a estabelecer com atuais e futuros parceiros do MTA.
Comunicar a visão, missão, valores, princípios orientadores e objetivos estratégicos e operacionais às comunidades locais.	Promover uma cultura de corresponsabilidade e cogestão dos espaços museais participada e favorecedora de uma cultura colaborativa.	Divulgar os documentos de referência do MTA no sítio oficial da rede, a ser criado, assim como nos meios de comunicação próprios da autarquia e das próprias forças vivas locais (parceiras ou não) do MTA.
		Disponibilizar a todos os representantes das comunidades locais a informação respeitante aos objetivos e valores do MTA e o Regulamento Interno.

Fonte: Elaboração própria (2012).

Quadro 39 – OE2: Gerir, numa perspetiva sociomuseológica em rede, os recursos humanos do MTA.

Objetivos operacionais	Estratégias	Ações a desenvolver
Motivar a liderança e participação ativa das forças vivas das comunidades locais na cogestão dos espaços museológicos da rede.	Estimular o sentido de corresponsabilização entre os parceiros da rede, ao nível das lideranças locais.	<p>Cooperar com representantes das comunidades na cogestão dos espaços museais.</p> <p>Constituir equipas coesas de corresponsáveis locais dos espaços museológicos em função de motivações e objetivos comuns não negligenciando motivações e objetivos próprios de cada comunidade e seus representantes</p> <p>Confiar às lideranças corresponsáveis pelas instituições museológicas funções e responsabilidades que assegurem a consecução do plano estratégico aqui plasmado e passível de readequação concertada.</p>
Rentabilizar os recursos humanos disponíveis na organização.	Promover uma gestão racional dos recursos humanos qualificados, não qualificados e o voluntariado.	<p>Rentabilizar as capacidades e apetências dos diversos recursos humanos (voluntariado ou não) na atribuição de tarefas e funções a desempenhar.</p> <p>Organizar as tarefas a realizar com base no diálogo e na equidade.</p> <p>Criar condições para uma articulação horizontal entre os diversos intervenientes e parceiros da rede.</p>
Melhorar a dotação de recursos humanos de apoio nos espaços museológicos.	Diligenciar esforços no sentido de dotar os espaços museológicos de meios humanos necessários para um funcionamento desejado e adequado às necessidades das comunidades locais.	<p>Expor, junto do Instituto de Emprego e Formação Profissional, o pedido de colocação tanto de pessoal não qualificado como de pessoal qualificado, de modo a garantir as necessidades básicas de funcionamento logístico dos espaços museológicos.</p> <p>Candidatar a rede museológica a programas de combate ao desemprego jovem visando a colocação de recursos humanos, de preferência locais.</p>

Continua...

Continua...

Implementar um programa de formação para os colaboradores do MTA (voluntários ou não).	Elaborar e concretizar um plano de formação alargado às comunidades locais e parceiros da rede MTA.	Proceder ao levantamento das necessidades de formação.
		Conceber programas de intervenção aptos a responder às necessidades do MTA.
		Elaborar e concretizar um plano de formação que corresponda às necessidades básicas dos intervenientes e colaboradores do MTA.
		Realizar encontros, seminários e sessões diversas com outros parceiros (ensino superior e outros) coincidentes com os objetivos da rede.
Cultivar um clima de bom relacionamento interpessoal e intercomunitário.	Promover um ambiente institucional salutar potenciador de um bom relacionamento interpessoal e intercomunitário.	Conceber ações de informação e sensibilização para públicos diferenciados sobre temáticas pertinentes para as necessidades do funcionamento do MTA.
		Realizar e promover reuniões periódicas entre recursos humanos qualificados e não qualificados da autarquia afeta ao MTA e os corresponsáveis pela gestão dos núcleos museológicos descentralizados nas comunidades do território municipal.
		Realizar e promover reuniões de trabalho entre responsáveis políticos da tutela municipal e representantes das comunidades nos núcleos museológicos auscultando as suas preocupações.
		Promover momentos de convívio, cultura e lazer que envolvam recursos humanos da autarquia, poder local e os membros das comunidades, com o intuito de fomentar laços de confiança mútua, estabelecer cumplicidades e proporcionar um espírito de diálogo entre tutela do MTA, profissionais dos espaços museais e o meio local.
		Proceder, em momentos e locais próprios, ao agradecimento público de todos os voluntários e corresponsáveis na gestão dos núcleos museológicos do MTA.

Fonte: Elaboração própria (2012).

Quadro 40 – OE3: Garantir e facultar meios físicos e logísticos necessários para um funcionamento sociomuseológico do MTA.

Objetivos operacionais	Estratégias	Ações a desenvolver
Melhorar o ambiente físico dos núcleos museológicos do MTA através da humanização dos seus espaços, propiciador de um clima de empatia veiculador de um sentimento de pertença e vivificador da identidade local.	Intervir, após auscultação das populações locais, no melhoramento físico dos núcleos museológicos em funcionamento.	Sensibilizar as comunidades locais para a utilização dos seus espaços museológicos para fins sociais e comunitários. Proceder a pequenos arranjos estruturais dos núcleos em funcionamento logo que verificado algum dano material. Adaptar, quando necessário, os núcleos museológicos de modo a rentabilizar os espaços e equipamentos existentes, potenciando a sua utilização para o desenvolvimento de atividades diversas em consonância com as necessidades da comunidade local.
	Dar continuidade à implementação e expansão do projeto do MTA.	Proceder à conclusão do Museu do Curtume cujo edifício se encontra pronto para a segunda fase: construção da exposição temática do museu. Proceder à conclusão dos projetos museológicos em curso e que aguardam decisão da tutela para a sua execução.
Dotar o MTA de meios físicos e logísticos que possam responder às necessidades e exigências de uma prática museológica de proximidade integrada num mundo globalizado.	Generalizar o recurso aos meios tecnológicos diversos a fim de melhorar as condições de trabalho dos intervenientes no projeto e criar melhores condições de comunicação intercomunitária.	Implementar e acompanhar um plano tecnológico para a estrutura de rede. Criar condições de acesso à Internet em todos os núcleos museológicos. Adquirir e/ou renovar equipamentos tecnológicos através de candidaturas próprias para o efeito.
		Promover ações de formação na área das tecnologias de informação e comunicação para as comunidades locais nos respetivos núcleos museológicos.
Dotar a estrutura do MTA de equipamentos específicos à ação museológica que possam servir, transversalmente, todos os núcleos museológicos de modo a promover a rentabilização de equipamentos.	Promover uma utilização de equipamentos e meios logísticos partilhada e equitativa.	Adquirir equipamentos comuns a serem utilizados por todos os núcleos museológicos. Promover ações de formação para a utilização de equipamentos específicos da área técnica da museologia e da museografia.
		Elaborar um regulamento de utilização de todos os equipamentos e meios logísticos ao dispor dos núcleos museológicos.

Fonte: Elaboração própria (2012).

Quadro 41 – OE4: Promoção de uma estrutura congregadora das diversas forças vivas locais, parceiras do MTA.

Objetivos operacionais	Estratégias	Ações a desenvolver
Dotar a estrutura museológica do MTA de uma estrutura que garanta a proximidade às comunidades na ação institucional da rede.	Criar o Conselho Local de Museus de Alcanena	Rever os protocolos existentes com colaboradores da autarquia na área da museologia (CAORG e Rosa Vieira – Museu da Boneca).
		Apelar ao envolvimento das forças vivas das comunidades, i.e. associações de várias índoles locais, na cogestão e representação das comunidades nos diversos núcleos museológicos do MTA.
		Celebrar protocolos de colaboração ativa entre as associações locais e particulares disponíveis com a autarquia para constituir um órgão coeso e congregador de sinergias locais em favor do desenvolvimento sustentado.
		Apresentar, para apreciação, adaptação e eventual revisão e adaptação um regulamento interno para o CMLA.
	Promover uma de empatia entre associações comunitárias locais e a autarquia.	Criar um espaço físico (sede) para o funcionamento do Conselho Local de Museus de Alcanena – Casa Maria Lucília Moita, em Alcanena.
		Estabelecer laços de respeito e confiança mútuos entre autarquia e o movimento associativo como um todo.
Apelar aos representantes do movimento associativo para um efetivo envolvimento em todas as ações que possam ajudar a promover territorialmente e culturalmente através da museologia, o município de Alcanena.		
Apoiar as diversas iniciativas das associações de modo a promover uma cultura de subsidiariedade municipal.		

Fonte: Elaboração própria (2012).

Eixo 2 – Práticas e políticas museológicas.

Com a implementação da rede museológica de Alcanena, **encetou-se uma mudança na sociedade local** e pretende-se que esta rede continue a provocar uma mudança transversal em todo o tecido social do município, gerando mais-valias económicas e sociais.

Em termos **económicos** já se criaram alguns postos de trabalho (diretos e indiretos); aumentou-se o setor turístico (restauração e alojamento); divulgou-se as potencialidades turísticas de Alcanena e todo o concelho; revitalizou-se algum do comércio tradicional. Em termos **urbanos** a implementação do projeto já levou ao início da renovação dos tecidos urbanos, modernizando-os e/ou recuperando-os. Em termos **culturais** iniciou-se a proteção e divulgação de um património secular dos munícipes, promovendo o património histórico-natural de Alcanena, tendo ajudado, ainda, na criação de infraestruturas culturais. Em termos **sociais** tem vindo a constituir-se, nalgumas vertentes, como um espaço de encontro de gerações e confluência de culturas e identidades, espaço de reflexão e discussão, bem como lugar de orgulho na vila e restantes núcleos urbanos, havendo, ainda muito trabalho a realizar no âmbito de um efetivo trabalho em rede.

Todavia, reconhece-se que, por um lado, a perspetiva sociomuseológica não está a ser devidamente acautelada, como seria desejável e, por outro lado, não existe qualquer trabalho de rede ou coordenação interinstitucional. Há:

- Reduzidas evidências de práticas museológicas socialmente inclusivas;
- Reduzidas evidências de envolvimento direto das comunidades e dos cidadãos nas práticas e ações museológicas;
- Práticas museológicas centradas maioritariamente na defesa, estudo, salvaguarda e divulgação dos diversos aspetos patrimoniais como se este fosse um fim em si mesmo;
- Demasiadas preocupações centradas na promoção turística do município e das suas valências turísticas em detrimento do objetivo do desenvolvimento social das comunidades locais na ação museológica e práticas museológicas geralmente centradas na exposição simples e meramente informativa sem qualquer interação com os públicos ou, sequer, as comunidades locais.

Também se verifica que existe a ausência de um plano estratégico orientador do MTA, tal como não há articulação e concertação estratégica entre parceiros nas práticas museológicas.

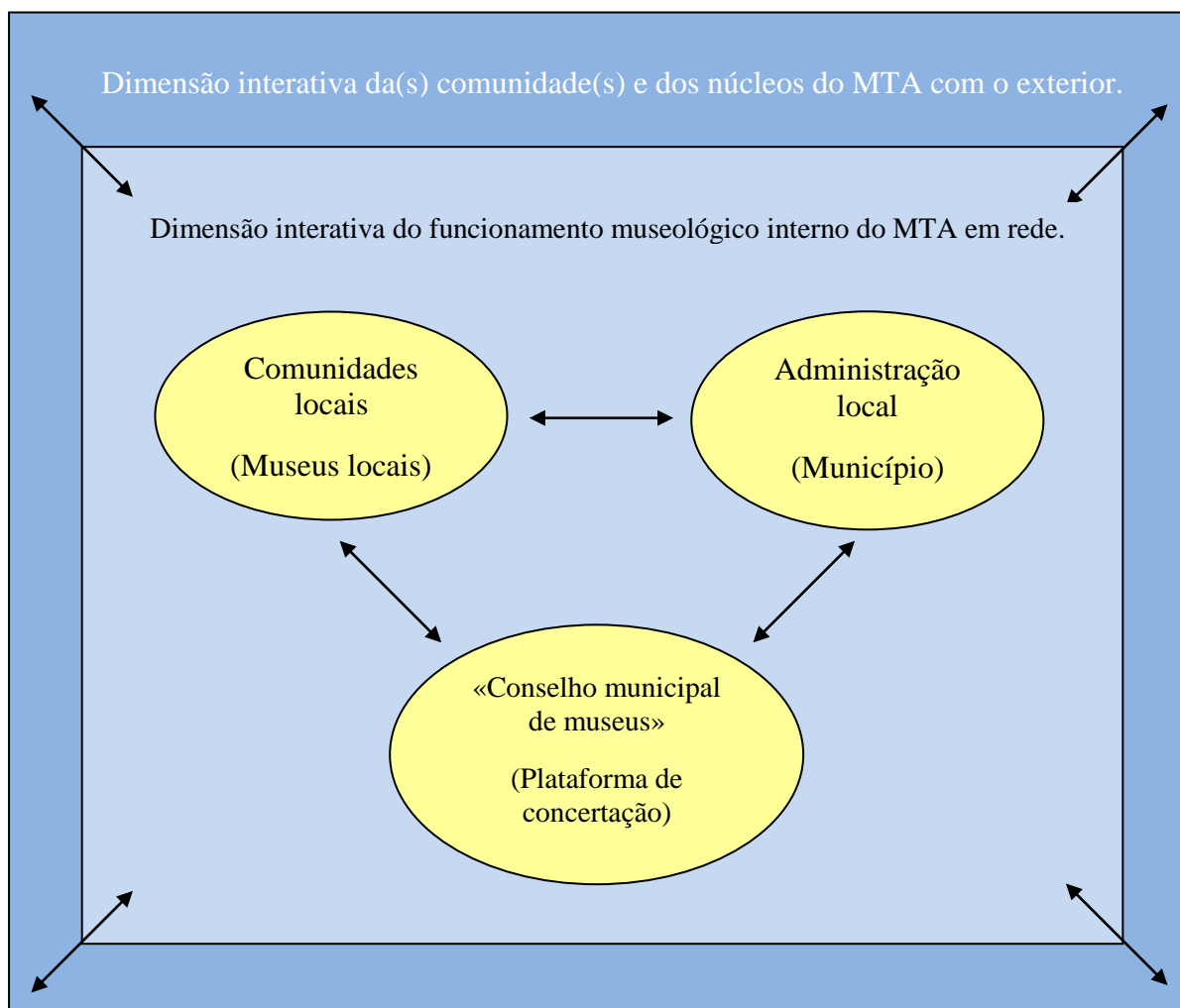
Torna-se, por isso, claramente necessário adotar práticas e políticas museológicas concretas para transformar este conjunto de estruturas museológicas numa efetiva rede museológica local. Deve procurar-se melhorar a prestação do MTA através da plena assunção

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena de uma prática sociomuseologia. Mas não deve ficar-se, hoje, apenas por este princípio. Deve procurar-se, no contexto social atual, tornar essas mesmas práticas sociomuseológicas inovadoras, condicentes com as realidades contemporâneas, trabalhando o MTA numa rede interativa que, congregando as comunidades locais através dos núcleos museológicos, a administração local (município) e o CLMA não se limite a sua ação dentro do território municipal, mas, antes, expanda o campo de ação da estrutura numa dimensão interativa e numa dialética com outras comunidades e realidades do exterior do município.

Isto porque, no quadro social moderno, os museus enfrentam uma responsabilidade acrescida de, através das novas estratégias de trabalho em rede, proporcionar às pessoas a possibilidade de entender e valorizar a sua identidade territorial, étnica e cultural e o seu lugar no mundo colocando as suas comunidades em diálogo com outras realidades e outras comunidades numa ação de abertura intercultural socialmente inclusiva. Conhecer a nossa cultura e realidade, bem como as culturas e realidades dos «outros» ajuda-nos a entender melhor a nossa identidade, o nosso lugar na «aldeia global», consentindo um outro olhar sobre o mundo que nos rodeia e que não se restringe apenas à nossa comunidade circunscrita.

A teoria sociomuseológica pode encontrar nesta estrutura de rede uma nova forma de expandir, nos museus, a função de «ágora» e «fórum» de ideias, dilatando o seu campo de ação. Pode, para além de um trabalho intracomunitário, introduzir a possibilidade de uma dialética extra e intercomunitária com o mundo e os «outros» ao invés de uma simples reflexão centrada apenas na comunidade local e seu património e quotidiano restrito.

Isto implica que a tarefa de colocar o património e as referências culturais ao serviço do desenvolvimento da comunidade poderá, hoje, ter de implicar extravasar os limites da própria comunidade local, num alargamento da aplicação da noção do campo de intervenção territorial e patrimonial da nova museologia de Hugues de Varine e André Desvallées (1994). Pode implicar ter que enveredar num novo esforço efetivo e coletivo de diálogo entre seres humanos num espaço fora do território comunitário restrito, com outras entidades locais municipais, regionais, nacionais ou internacionais que, através dos museus, conetados em redes de comunicação, entreajuda, aproximação e ação intercomunitária, diálogo intercultural, partilha de experiências e culturas, culminará numa nova abordagem de abertura ao mundo. Poderá ser um novo passo lógico na continuidade e transformação natural da teoria sociomuseológica, no corolário de acompanhar as transformações que ocorrem na sociedade, resultante das atuais circunstâncias e realidades globais.

Figura 67 - Dinâmica funcional intercomunitária e extramunicipal do MTA.

Fonte: Elaboração própria (2012).

O panorama das redes museológicas locais demonstra que estas se encontram em expansão apresentando, porém, uma *praxis* pouco desperta para uma ação sociomuseológica. Tratando-se, sem dúvida, de um ponto fraco, constitui uma oportunidade para estas estruturas em ascensão, apesar da implementação de uma dinâmica sociomuseológica apresentar, ainda, um longo caminho a percorrer.

É por este motivo que, para tornarmos as redes museológicas locais em verdadeiros agentes de transformação e desenvolvimento locais, a inclusão dos princípios sociomuseológicos na sua ação estratégica destas organizações torna-se, para já, um dos elementos prementes a ser trabalhados, a par da necessidade de centrar a vida cultural e social das comunidades nos «seus» núcleos museológicos e do reforço da articulação horizontal entre todos os parceiros do MTA.

Quadro 42 – Diagnóstico e Objetivos do Eixo 2 do Plano Estratégico do MTA: Práticas e políticas museológicas.

Área de intervenção	Diagnóstico
Tipificação de práticas museológicas	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzidas evidências de práticas museológicas inclusivas nas redes museológicas locais estudadas. • Reduzidas evidências de envolvimento direto das comunidades e dos cidadãos nas práticas e ações museológicas. • Práticas museológicas centradas maioritariamente na defesa, salvaguarda e divulgação de aspetos patrimoniais locais como um fim em si mesmo. • Demasiada preocupação centrada na promoção turística em detrimento do objetivo do desenvolvimento social das comunidades na ação museológica estudada nas redes existentes. • Práticas centradas geralmente na exposição simples, informativa, sem qualquer interação com os públicos.
Qualidade das práticas museológicas	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de um plano estratégico orientador das práticas museológicas da rede MTA. • Ausência de articulação entre parceiros de práticas museológicas. • Ausência de planeamento estratégico e concertação. • Boa cobertura de serviços educativos nas populações escolares. • Défice de atenção dos serviços educativos direcionado às populações locais.
Práticas museológicas	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação horizontal inexistente. • Número reduzido de atividades cooperativas entre técnicos dos espaços museais e as comunidades. • Insuficiência de recursos tecnológicos na generalidade dos núcleos museológicos do MTA em funcionamento. • Boa cobertura de recursos tecnológicos no Carsoscópio (núcleo do MTA).



Objetivos Estratégicos (OE)	
OE5:	Melhorar a prestação do MTA através da sociomuseologia e de práticas museológicas inovadoras.
OE6:	Centrar a vida cultural e social das comunidades nos «seus» núcleos museológicos.
OE7:	Reforçar a articulação horizontal entre todos os parceiros do MTA.

Fonte: Elaboração própria (2012).

Quadro 43 – OE5: Melhorar a prestação do MTA através da sociomuseologia e de práticas museológicas inovadoras.

Objetivos operacionais	Estratégias	Ações a desenvolver
Melhorar o desempenho institucional dos núcleos e da rede MTA quanto à sua função social.	Executar uma ação introspetiva de melhoria sobre as práticas museológicas, de modo a garantir a sua melhoria.	Monitorizar a afluência de indivíduos das comunidades locais aos núcleos do MTA das suas comunidades.
		Desenvolver estratégias de envolvimento das comunidades na ação museológica.
		Avaliar, por parte dos profissionais dos núcleos museológicos, o impacto da ação institucional no seio das comunidades e dos seus interesses.
		Avaliar, de forma global no final de cada ano, a eficácia das ações desenvolvidas junto das comunidades locais e o grau da sua envolvimento nas mesmas.
	Melhorar a prática museológica numa perspetiva inclusiva.	Aumentar a taxa de participação dos cidadãos nas ações museológicas a desenvolver e nas sessões de formação como colóquios, seminários e mesas redondas promovidas pelos núcleos do MTA.
		Criar uma empatia dentro das comunidades de modo a envolvê-las ativamente na definição de exposições temporárias, permanentes, ações de formação, etc.
		Aumentar a capacidade de iniciativa e a criatividade da ação museológica no seio das comunidades, de modo a conciliar, para além do conhecimento, os aspetos da educação e do entretenimento.
		Realizar ações museológicas nas quais os membros das comunidades se possam reconhecer e se revejam.

Continua...

Continua...

<p>Promover os espaços museológicos do MTA enquanto lugares privilegiados de promoção e afirmação identitária.</p>	<p>Garantir uma ação museológica transversal aos elementos patrimoniais que incluam a memória coletiva e as identidades locais.</p>	<p>Desenvolver ações que envolvam o património intangível para além do tangível.</p> <p>Promover ações e sensibilizar particulares para a preservação de património comunitário de várias índole <i>in situ</i>.</p> <p>Recorrer mais intensamente ao uso de bens coletivos como referencial básico para a interpretação e intervenção social.</p> <p>Recorrer à técnica de interpretação da relação entre os cidadãos da comunidade e o seu património local para um melhor entendimento da(s) sua(s) identidade(s) local(is).</p> <p>Realizar ações e exposições que apelem e remetam para a interpretação da influência da herança cultural na vivência dos membros das comunidades.</p>
<p>Criar mecanismos que assegurem a qualidade da ação museológica no MTA.</p>	<p>Desenvolvimento de programas e materiais específicos, com recurso a parceiros do MTA e outros, que assegurem ações museológicas de qualidade.</p>	<p>Assegurar apoios de retaguarda adequados às necessidades do programa museológico de cada núcleo do MTA e que respondam às necessidades de cada comunidade.</p> <p>Promover uma melhoria nas práticas museológicas, através de programas com instituições de ensino superior, no domínio da função social do museu, designadamente, numa especial intervenção nos pressupostos da sociomuseologia.</p> <p>Promover uma museologia de experimentação, de questionamento, procurando estimular o desenvolvimento de projetos inovadores e apelativos no seio das comunidades.</p> <p>Produzir material de apoio museológico mais dinâmico e apelativo mobilizando parceiros especializados do ensino superior nas diversas áreas de <i>marketing</i>, <i>design</i>, arquitetura, entre outros.</p> <p>Apoiar e divulgar as práticas e iniciativas inovadoras através dos meios próprios.</p>

Continua...

Continua...

<p>Substituir o modelo de ação museológica centrada no objeto, por uma ação museológica centrada nas pessoas, nas comunidades e nas suas realidades, identidades e necessidades sociais.</p>	<p>Promover uma ação sociomuseológica.</p>	<p>Assegurar que todos os núcleos museológicos do MTA promovam práticas sociomuseológicas prevendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ações centradas nas particularidades das identidades e das memórias sem necessariamente recaírem apenas nos objetos; - ações centradas na discussão, experimentação, aprendizagem ativa e interpessoal; - ações expositivas apoiadas por meios informáticos e multimédia dinâmicos e apelativos. <hr/> <p>Investir, no seio das comunidades locais, na criação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - hábitos de pensar e refletir sobre o património local de forma crítica; - capacidade de olhar, analisar e interpretar informação veiculada pelas exposições com um olhar crítico; - hábitos de trabalho colaborativo e dinâmico com os profissionais museológicos disponíveis nos núcleos e os diversos parceiros neles afetos; - capacidade de aplicar as novas perspetivas e novos conhecimentos na resolução de problemas sociais locais e comunitários; - capacidade de adaptação aos novos desafios sociais e ao uso das tecnologias de informação e comunicação; - o gosto de envolvimento em atividades sociais e comunitárias que fomentem o espírito de comunidade; - incentivos para desenvolver o desejo de conhecimento de outras realidades e outras comunidades através, por exemplo, do recurso ao uso das tecnologias de informação e comunicação.
<p>Promover uma prática sociomuseológica inovadora no quadro social moderno.</p>	<p>Promover o MTA enquanto meio privilegiado de abertura das comunidades locais ao mundo e a outras comunidades e realidades numa ação valorizadora da(s) identidade(s) territorial(is) local(is) e o seu lugar no mundo.</p>	<p>Promover através da ação museológica, a dialética entre comunidades locais e outras comunidades extramunicipais com recurso às tecnologias de informação e outros.</p> <hr/> <p>Valorizar e divulgar, por meio da museologia, os valores culturais de Alcanena.</p> <hr/> <p>Fomentar iniciativas de impacto regional, nacional e internacional.</p> <hr/> <p>Incentivar as comunidades para o estudo, investigação e preservação do seu património local, colocando-o em confronto com outras realidades regionais, nacionais e internacionais.</p> <hr/> <p>Enfatizar a importância da história, memória e património local como pilares para o desenvolvimento de políticas culturais e fomento de coesão territorial.</p>

Fonte: Elaboração própria (2012).

Quadro 44 – OE6: Centrar a vida cultural e social das comunidades nos «seus» núcleos museológicos.

Objetivos operacionais	Estratégias	Ações a desenvolver
Garantir a transversalidade das ações museológicas em todos os momentos marcantes da(s) comunidade(s).	Promover as associações enquanto cogestoras dos núcleos museológicos do MTA encarando-as como parceiros privilegiados na execução do plano anual de atividades.	<p>Desenvolver atividades especificamente direcionadas para os momentos sociais e culturais específicos de cada comunidade, de modo a «integrar» o espaço museal na vida social da comunidade.</p> <p>Criar uma rede de informação que promova a ligação entre os diversos núcleos do MTA e crie um elo afetivo e solidário intercomunitário municipal.</p> <p>Construir portefólios digitais das comemorações, festividades e rituais comunitários de modo a valorizar dentro do município cada uma das singularidades comunitárias locais.</p> <p>Reforçar o trabalho colaborativo com todos os parceiros da rede MTA (formais e informais, internos e externos).</p>
Combater a exclusão social.	Implementar medidas de combate à exclusão social.	<p>Implementar critérios definidos para as ações a desenvolver nos espaços museológicos de modo que prevejam o envolvimento transversal de toda a comunidade nas atividades.</p> <p>Aumentar o índice de participação dos cidadãos, através do apelo popular realizado pelas respetivas associações dinamizadoras dos espaços.</p> <p>Reunir periodicamente o CLMA e associações culturais e de desenvolvimento social do concelho não vinculadas ao projeto MTA para discutir eventuais programas a desenvolver de formação comunitária, formação pessoal e social.</p> <p>Dotar os espaços museológicos do MTA de programas de inclusão social diversos, em parceria com os serviços sociais do município e IPSS do concelho ou extramunicipais.</p> <p>Articular as ações museológicas, com os serviços municipais de ação e desenvolvimento social, no sentido de, através da sociomuseologia, promover a inclusão social e a resolução de casos de carência social devidamente assinalados.</p>

Fonte: Elaboração própria (2012).

Quadro 45 – OE7: Reforçar a articulação horizontal entre todos os parceiros do MTA.

Objetivos operacionais	Estratégias	Ações a desenvolver
Reforçar a articulação da ação museológica numa perspetiva horizontal, promotora de sinergias locais num quadro de desenvolvimento local sustentado.	Programar e promover, através do CLMA e iniciativas próprias das comunidades e da autarquia, momentos e espaços de trabalho cooperativo e colaborativo que permitam uma gestão e organização museológica adequadas às necessidades das comunidades.	<p>Formar equipas diversificadas de trabalho com reuniões parcelares, de modo a realizar um levantamento das diversas realidades locais e comunitárias locais a serem alvo de intervenção, trabalho e aprofundamento.</p> <p>Incentivar novas formas de parceria envolvendo agentes diversos das comunidades locais a vários níveis.</p> <p>Promover reuniões regulares (conforme previsto na proposta de regulamento para o CLMA) para articulação intra e intercomunitárias no seio do MTA.</p>
	Harmonizar procedimentos entre os diversos membros da rede MTA.	<p>Proceder à avaliação periódica das práticas concertadas entre os diversos núcleos da rede MTA.</p> <p>Monitorizar, através do CLMA, a execução do plano anual de atividades definido em sede de CLMA para todos os núcleos do MTA.</p> <p>Concertar modelos de ação conjuntos entre os diversos parceiros do MTA.</p> <p>Garantir que o CLMA funcione como elemento regulador de procedimentos institucionais, de modo a garantir uma uniformização de critérios de ação e o reforço de coerência entre todos os discursos museológicos consagrando uma estrutura complementar e em simultâneo uma onde um núcleo pode desenvolver outro..</p>
Reforçar o sentido de cooperação entre os núcleos do MTA.	Apoiar e reforçar o papel de (re)organização da ação museológica centrada na consecução de objetivos comuns.	<p>Oferecer apoio diverso direto aos núcleos museológicos, por parte da autarquia.</p> <p>Definição de procedimentos transversais e comuns de divulgação, promoção e preservação do património cultural e dos valores da cidadania ativa.</p> <p>Desenvolvimento de eixos de ação comuns a todos os núcleos museológicos do MTA, obedecendo a princípios que garantam uma efetiva congruência na ação museológica.</p>
Incentivar o planeamento colaborativo dentro do MTA e do CLMA.	Sensibilizar os parceiros do MTA e do CLMA sobre a importância da adoção de atitudes colaborativas e concertadas.	<p>Incentivar os parceiros a promoverem ações partilhadas e conjuntas periódicas.</p> <p>Promover um método de trabalho colaborativo objetivando da otimização de resultados.</p>

Fonte: Elaboração própria (2012).

Eixo 3 – Qualidade do serviço prestado e impacto na(s) comunidade(s).

A instituição museal, enquanto instituição prestadora de serviços (Moutinho, 2010), deve visar a elevação da qualidade desses mesmos serviços no seio da comunidade que serve procurando garantir que tenham repercussão junto das pessoas.

Uma das preocupações que subjaz ao plano estratégico do MTA reside na necessidade de esta estrutura proporcionar um serviço de qualidade junto das comunidades locais conquistando, em simultâneo, um lugar de destaque entre estas, sendo reconhecida como elemento vivificador das suas identidades e do seu património.

Perante a ausência de um elemento iconográfico identificador e congregador de identidades do concelho através da museologia, torna-se necessário criar um logotipo com o qual as populações locais se possam identificar e vejam um sentido de união e construção social. A autarquia está consciente desta necessidade e já desenvolveu uma marca local designada “Alcanena, capital da pele”.

É, pois, necessário proceder a uma aproximação a esta marca criada sobre a identidade central do concelho: o curtume e a transformação da pele.

Figura 68 – Marca e logotipo «Alcanena, capital da pele».



Fonte: Câmara Municipal de Alcanena (2012).

Neste contexto, o logotipo idealizado e criado para o MTA presente na **Figura 69** remete, de certo modo, para a ideia da diversidade cultural e identitária existente no município

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena através de blocos multicolores representativos das diversas identidades do concelho. Porém, enquanto uns blocos se encontram justapostos, concertados, outros estão desalinhados e em movimento, juntando-se aos restantes numa dinâmica de ordenamento, construção, concertação e cooperação intercomunitária, intercultural.

Figura 69 – Proposta de logotipo para o MTA.



Fonte: Imagem idealizada para esta tese sendo executada por Ana Paula Gonçalves Correia (2012).

Este mesmo logotipo poderá ser empregue em pôsteres publicitários direcionados a diversas faixas etárias com recurso a *slogans*, respetivamente adequados, numa atitude de reforço identitário e valorização patrimonial sempre relacionado ao curtume.

Figura 70 – Amostra de proposta promocional do MTA com alusão ao curtume (1).



Fonte: Elaboração própria (2012).

Figura 71 – Amostra de proposta promocional do MTA com alusão ao curtume (2).



Fonte: Elaboração própria (2012).

Todavia, esta estratégia de promoção identitária, não surtirá os efeitos desejados se não existirem meios apropriados de comunicação, tanto internos como externos, do MTA.

A dispersão física dos núcleos do MTA pelo território municipal poderá conduzir à:

- a) falta de comunicação e mesmo ao isolamento entre núcleos e parceiros da rede levando à falta de articulação entre profissionais adstritos aos diversos núcleos;
- b) falta de conhecimento concreto de ações e iniciativas desenvolvidas em cada núcleo;
- c) falta de coordenação de ações podendo existir mesmo sobreposição de eventos entre os diversos núcleos;
- d) interpretação divergente dentro dos diversos núcleos da rede.

Daí que se torna necessário proceder à implementação de um sistema de gestão de informação para, assim, melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Com este sistema, será possível divulgar interna e externamente a identidade do MTA, assumindo uma perspetiva valorizadora das identidades locais; potenciar a imagem do

MTA enquanto conjunto de espaços sociais e culturais relevantes no desenvolvimento das comunidades do território; divulgar as atividades desenvolvidas pelo MTA nos órgãos de comunicação social e na Internet.

Será, ainda, possível através de um sistema prático e funcional de informação incentivar os parceiros da rede para um trabalho colaborativo melhorando a ação estratégica do MTA. O sistema de comunicação poderá também, em última análise, sensibilizar os cidadãos para o envolvimento nas ações e na construção da sua identidade local através da promoção de atividades de sensibilização patrimonial, no reforço e articulação com as estruturas municipais e entidades que interagem com o MTA, ou, ainda, dinamizar e promover ações e atividades cujos intervenientes diretos sejam os próprios membros da comunidade local.

Mas como os tempos atuais são de rigor e exigência, pensa-se que será necessário criar uma aposta clara e franca na implementação de um sistema de gestão da qualidade no MTA como forma de otimizar os níveis de desempenho dos diversos núcleos museológicos numa perspetiva de avaliação formativa e interativa. Com a criação de uma cultura de planeamento, na perspetiva de um aumento da eficácia e eficiência do desempenho da rede museológica haverá lugar à melhoria do grau de satisfação dos membros das comunidades ao nível do próprio desempenho dos núcleos museológicos, contribuindo para a satisfação dos cidadãos locais e utentes nos serviços prestados.

Quadro 46 – Diagnóstico e Objetivos do Eixo 3 do Plano Estratégico do MTA: Qualidade do serviço prestado e impacto na(s) comunidade(s).

Área de intervenção	Diagnóstico
Imagem institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Não existe uma imagem identificadora da rede. Apenas existe um logotipo de cada núcleo de forma isolada. • A existência de um logotipo institucional, à semelhança do que sucede com os símbolos heráldicos do concelho ou das freguesias, oferece um elemento iconográfico com o qual as comunidades podem rever a sua identidade, a sua unidade identitária territorial por meio da museologia. • Um logotipo para o MTA poderá reforçar o sentimento de coesão territorial por meio do conjunto dos museus locais e da museologia. • Existe já uma imagem de marca do concelho –“Alcanena, Capital da Pele” – que deve ser ampliada e incorporada neste processo.
Comunicação externa do MTA	<ul style="list-style-type: none"> • Não existe sítio em linha da rede MTA. Apenas existem sítios criados de modo isolado sem qualquer identificação da integração numa rede municipal de museus. • Não existe nenhum meio de divulgação escrito comum entre os núcleos do MTA. • Não existe nenhum meio de divulgação escrito periódico dos núcleos do MTA.
Comunicação interna do MTA	<ul style="list-style-type: none"> • A dispersão física dos núcleos do MTA em quatro pontos distintos do concelho promove a falta de comunicação e isolamento entre os núcleos da rede levando a: falta de articulação entre profissionais adstritos aos diferentes núcleos; falta de conhecimento concreto de ações e iniciativas desenvolvidas em cada núcleo; falta de coordenação de ações podendo existir sobreposição de eventos entre os diversos núcleos; interpretação da missão da rede MTA divergente dentro dos diversos núcleos da rede MTA.



Objetivos Estratégicos (OE)	
OE8:	Criar uma imagem institucional / corporativa para o MTA e melhorar a comunicação externa e interna.
OE9:	Implementar um sistema de gestão de informação.
OE10:	Melhorar o reconhecimento identitário dos cidadãos e comunidades nos núcleos do MTA.
OE 11:	Melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Fonte: Elaboração própria (2012).

Quadro 47 – OE8: Criar uma imagem corporativa para o MTA e melhorar a comunicação institucional externa e interna.

Objetivos operacionais	Estratégias	Ações a desenvolver
Criar uma identidade do MTA.	Desenvolver a imagem institucional do MTA.	Criar uma imagem institucional através de um logotipo identificador do MTA.
		Criar documentos com a imagem institucional do MTA.
		Difundir a imagem institucional e assumi-la enquanto elemento referenciador da união e coesão do conjunto de identidades no território.
Divulgar interna e externamente a identidade do MTA assumindo uma perspetiva valorizadora das identidades locais.	Desenvolver <i>slogans</i> promotores a associar à imagem institucional do MTA.	Criar <i>slogans</i> dirigidos a várias faixas etárias diferenciadas com base na identidade principal do concelho: o curtume.
		Recorrer, nos <i>slogans</i> a criar, ao uso de expressões alusivas ao curtume e ao processo de transformação da pele, apelativas, criativas e facilmente assimiláveis.
		Incorporar no <i>slogan</i> do MTA referências que se enquadrem na imagem de marca implementada no concelho: “Alcanena, Capital da Pele”.
Potenciar a imagem do MTA enquanto conjunto de espaços sociais e culturais relevantes no desenvolvimento das comunidades do território.	Promover estratégias que ponham em evidência a atividade dinâmica e positiva dos diversos parceiros do MTA.	Publicitar nos meios de comunicação locais e regionais: as atividades decorrentes da ação museológica de todos os núcleos do MTA; os projetos desenvolvidos e as parcerias e protocolos estabelecidos.
		Desenvolver na sede do MTA um gabinete de comunicação associado ao gabinete de comunicação municipal que assegure: a construção de um sítio na Internet do MTA; a publicação de um folheto informativo periódico do MTA; a edição de um jornal eletrónico em linha e a dinamização de eventuais blogues do MTA.
		Estabelecer uma parceria com a rádio local para a apresentação e divulgação de programas museológicos, exposições e eventos culturais e sociais de interesse comunitário promovidos pelos núcleos museológicos do MTA.
Divulgar as atividades desenvolvidas pelo MTA nos órgãos de comunicação social e na Internet.	Articular com os média locais, regionais e nacionais a divulgação informativa da atividade desenvolvida pelo MTA.	Divulgar todos os factos relevantes na imprensa local, regional e nacional.
		Divulgar as atividades desenvolvidas pelos diversos núcleos museológicos e respetivos parceiros no boletim informativo do MTA e no sítio da Internet.

Fonte: Elaboração própria (2012).

Quadro 48 – OE9: Implementar um sistema de gestão de informação.

Objetivos operacionais	Estratégias	Ações a desenvolver
Criar processos de comunicação interna.	Promover a eficácia e eficiência do MTA ao nível da gestão de informação.	<p>Criar circuitos de informação interna entre núcleos museológicos, CLMA e autarquia.</p> <p>Codificar e normalizar documentos comuns a todos os núcleos do MTA.</p> <p>Disponibilizar os documentos de utilização recorrente bem como documentos referentes a ações desenvolvidas por parte do MTA, em plataformas em linha, no sentido de, a médio prazo, construir-se um portefólio digital.</p>
Incentivar o trabalho colaborativo.	Sensibilizar os parceiros do projeto MTA sobre a importância de adotarem uma postura de trabalho cooperativo e colaborativo para uma eficiente gestão de informação.	<p>Incentivar os parceiros ao diálogo interinstitucional, intercomunitário e intramunicipal.</p> <p>Promover o desenvolvimento e implementar métodos de trabalho e de comunicação interna comuns que otimizem os recursos físicos, materiais e humanos disponíveis.</p> <p>Estimular o sentido de comunidade territorial e identidade municipal através da concertação de ações comuns, <u>partilhadas</u> e complementares entre núcleos museológicos, comunidades locais e associações culturais afetos ao projeto MTA.</p>
Melhorar a ação estratégica do MTA.	Harmonizar as ações e atividades em sede de concertação do CLMA.	<p>Proceder à monitorização, por parte do CLMA e das estruturas da autarquia, das práticas museológicas e do plano anual de atividades.</p> <p>Monitorizar a aplicação dos projetos desenvolvidos para a rede museológica do MTA.</p> <p>Realizar reuniões regulares do CLMA para concertação estratégica, em conformidade com o regulamento interno da estrutura.</p>

Fonte: Elaboração Própria (2012).

Quadro 49 – OE10: Melhorar o reconhecimento identitário dos cidadãos e comunidades nos núcleos do MTA.

Objetivos operacionais	Estratégias	Ações a desenvolver
Sensibilizar os cidadãos para o envolvimento e acompanhamento nas ações museológicas desenvolvidas e na construção da sua identidade local.	<ul style="list-style-type: none"> • Promover atividades de sensibilização patrimonial; • Reforçar a articulação com as estruturas e entidades que interagem no MTA; • Dinamizar ações e atividades cujos intervenientes diretos sejam os próprios membros da comunidade local. 	<p>Auscultar os diversos parceiros e intervenientes no projeto MTA no que concerne a ações a desenvolver no plano anual de atividades.</p> <hr/> <p>Realizar seminários, colóquios e outras ações informativas e formativa que abordem temáticas e/ou problemáticas relevantes e de vária índole para os membros das comunidades locais.</p> <hr/> <p>Planificar atividades a realizar nos diversos espaços museológicos com o envolvimento direto das forças vivas locais (associações) parceiras ou não do MTA.</p> <hr/> <p>Realizar eventos socioculturais e momentos de convívio entre os diversos intervenientes museológicos e escolas superiores, entidades oficiais, etc.</p>

Fonte: Elaboração própria (2012).

Quadro 50 – OE11: Melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Objetivos operacionais	Estratégias	Ações a desenvolver
Implementar um sistema de gestão da qualidade no MTA.	Otimizar os mecanismos de monitorização e avaliação do desempenho dos diversos núcleos museológicos numa perspetiva de avaliação formativa e interativa.	Sustentar uma prática de autoavaliação periódica dos diversos núcleos museológicos <i>per si</i> e do MTA no seu todo.
		Implementar o modelo CAF (<i>Common Assessment Framework</i>) na avaliação de desempenho institucional.
Criar uma cultura de planeamento perspetivando o aumento da eficácia e eficiência no desempenho do MTA.	Planear uma melhoria progressiva e a monitorização da ação museológica.	Desenvolver a recolha de indicadores sobre a qualidade do trabalho e a satisfação dos membros das comunidades e visitantes dos espaços museológicos.
		Criar padrões de qualidade para todos os núcleos museológicos do MTA.
		Criar e implementar mecanismos de monitorização e controlo no cumprimento de metas estabelecidas e ações desenvolvidas.
Melhorar o grau de satisfação dos membros das comunidades ao nível do desempenho dos núcleos museológicos do MTA.	Melhorar a satisfação dos cidadãos locais e utentes dos núcleos museológicos do MTA.	Aplicar questionários para medir o grau de satisfação dos membros das comunidades ao nível da ação museológica e da prestação dos serviços por parte dos núcleos museológicos.
		Criar um espaço de recolha de sugestões ou reclamações em todos os núcleos museológicos.
		Desenvolver ações de melhoria dos serviços com base na análise dos dados recolhidos.
Desenvolver uma cultura de avaliação e de melhoria contínua ao nível das expectativas criadas para o MTA.	Estabelecer sistemas de avaliação do desempenho do pessoal profissional dos núcleos museológicos e da ação dos núcleos museológicos do MTA.	Criar registos de recolha de informação para a avaliação do desempenho do pessoal profissional nas estruturas do MTA.
		Realizar reuniões periódicas com os parceiros do CLMA e do MTA para delinear ações de melhoria aos vários níveis.
Aumentar o leque de serviços prestados pelos núcleos museológicos do MTA.	Melhorar a prestação de serviços oferecidos aos cidadãos pelos núcleos museológicos do MTA.	Criar uma estrutura de apoio ao cidadão, nos núcleos museológicos do MTA, em diversos domínios não necessariamente museológicos.
		Incutir nos cidadãos das comunidades locais hábitos de frequência dos espaços museais de modo a encarar estes espaços enquanto locais prestadores de serviços para além de espaços meramente expositivos.

Fonte: Elaboração própria (2012).

Eixo 4 – Integração no Meio, inclusão social e promoção da coesão territorial.

A adequação dos museus à diversidade social e comunitária e às suas necessidades assume-se como um necessário compromisso institucional na sociedade democrática em que vivemos.

O museu, por si só, não se integra no meio, não conduz à inclusão e não promove a coesão territorial. Competirá aos seus utentes, às suas tutelas e às comunidades que servem, assegurar, através do uso que lhe destinam, que esse espaço de encontro e reencontro de culturas, indivíduos e identidades se possa transformar num local integrado, inclusivo, reflexivo, de aprendizagens e valorizador de todo um território.

O estudo empírico desta investigação revelou que muito poucos são os espaços museológicos e as redes museológicas locais que se encontram verdadeiramente integradas no respetivo meio ou, sequer, procuram promover a inclusão social ou a promoção da coesão territorial.

Na verdade, uma maioria de tutelas municipais afirma apenas que o propósito central das suas redes museológicas é defender as respetivas identidades locais. A forma como prosseguem este objetivo é que se revela algo débil se tivermos em linha de conta que sem a necessária envolvência dos visados, a sua autonomia, descentralização de poderes e uma prática de territorialização, dificilmente se poderá alcançar tal intenção. Não será tarefa fácil defender e promover uma identidade sem o necessário envolvimento ou reconhecimento dessa mesma identidade nessa tarefa. Correr-se-á, eventualmente, o risco de apenas estar a trabalhar uma cristalização de determinados aspetos de uma comunidade a partir de uma perspetiva exterior.

É por este motivo, que se defende que, sobretudo numa perspetiva sociomuseológica, um plano estratégico para uma rede museológica local não poderá dispensar um sério investimento na integração institucional no meio, afirmando as realidades locais, assumindo e reafirmando os seus traços distintivos – neste caso, numa unificação identitária de todo um território municipal rompendo com um certo isolamento das comunidades entre si – e criando laços e vínculos afetivos com e entre as populações.

Nesta tarefa, encontram-se algumas dificuldades que incluem: a dispersão territorial das instituições museológicas; a diversidade identitária e alguns preconceitos locais intercomunitários.

A promoção de uma coesão territorial tem que passar por evitar bloqueios culturais e sociais e criar as mesmas condições de reconhecimento identitário nas comunidades, tanto nas dimensões museológicas como sociais, de modo transversal e deliberado para que nenhuma comunidade se sinta excluída do processo e se reveja como uma parte igual e equivalente às restantes do todo. Daí que a continuação do alargamento do projeto de implementação do MTA assuma um caráter central para impedir o sentimento de secundarização identitária num território que se quer coeso e promotor do sentimento de igualdade.

Já se terá defendido no Eixo 1 deste plano estratégico que a autonomia é essencial para mobilizar as comunidades na consecução de um projeto museológico local. É condição, no atual quadro concetual de museu enquanto centro de vida social comunitária, que cada espaço, cada comunidade possa desfrutar de condições para ver respeitadas e valorizadas as suas especificidades de lugar, de identidade e de cultura.

Através de uma autonomia institucional e museológica, no contexto da descentralização de poder, serão criadas estruturas museológicas mais adequadas aos projetos, aos interesses e vontades de cada comunidade, melhor integradas no meio, mais inclusivas dos cidadãos e assim, mais promotoras de coesão territorial em benefício do desenvolvimento local.

O entendimento de museu enquanto espaço social nuclear de uma comunidade, dotado de autonomia, torna este espaço não num lugar apenas de exposição e contemplação pontual, efémero e sem consequência mas, sim, um local de instrução privilegiado para o desenvolvimento da uma função social, um espaço de referência na vida social de uma comunidade. Tornar os espaços museológicos em núcleos de atividade associativa local, quais sedes sociais, através de protocolos próprios para o efeito, estimulará o sentimento de pertença daqueles espaços por parte das comunidades.

De igual modo, numa perspetiva de rentabilização em rede de meios, o recurso destes espaços museológicos para o desenvolvimento de outras iniciativas de inclusão social, como por exemplo o desenvolvimento, em articulação com o agrupamento de escolas, de atividades de enriquecimento curricular agregado às escolas do primeiro ciclo locais, como o ensino artístico ou outras, poderá também contribuir para criar retaguardas de apoio às comunidades locais.

A promoção dos espaços museológicos como centros de acesso público à Internet, através do programa de combate à infoexclusão da autarquia é outro exemplo que poderá contribuir para boas práticas na integração no meio e no processo de inclusão social. Esta

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

tipologia de projetos ajudam a alargar o campo de intervenção destes espaços, não necessariamente vinculados à prática museológica, num esforço de territorialização que se pretende.

Este processo de interação com o meio, elevado ao nível de uma rede local, apela a uma dinâmica cultural que contrapõe a noção de museu-organização à noção clássica de museu-edifício.

A participação popular, a corresponsabilização e a regular monitorização e avaliação dos processos e resultados de uma ação museológica inclusiva apresentam-se, assim, enquanto condição necessária para a renovação de práticas museológicas e funcionais de uma rede museológica local. Sem esta autonomia concreta nem os processos que possam permitir a adoção de formas organizacionais adequadas às características de cada contexto local, as instituições museológicas estarão desprovidas de ferramentas e da conjuntura necessárias à promoção de coesão territorial.

Quadro 51 – Diagnóstico e Objetivos do Eixo 4 do Plano Estratégico do MTA: Integração no Meio, inclusão e promoção da coesão territorial.

Área de intervenção	Diagnóstico
Oferta de serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Limitação da oferta de serviços cingida a exposições temáticas, serviços educativos e algumas visitas guiadas.
Relações com a comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de numerosas associações com potencial para formar parcerias. • Duas associações culturais já celebraram protocolos de cooperação no projeto MTA. • Uma cidadã particular já formalizou um protocolo com a autarquia no projeto MTA – Museu da Boneca. • Forte movimento associativo local. • Pouco envolvimento das comunidades locais na vida dos núcleos museológicos. • Pouca abertura verificada dos núcleos museológicos ao meio. • Fraca adesão dos membros das comunidades nas atividades promovidas pelos núcleos museológicos.
Coesão territorial	<ul style="list-style-type: none"> • Verifica-se alguma dispersão territorial das comunidades locais. • Existe uma diversidade identitária e, nalguns casos, alguns preconceitos locais e intercomunitários.
Autonomia, descentralização e territorialização	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de diversos projetos municipais que podem ser desenvolvidos nas próprias instalações dos núcleos museológicos do MTA. • Ausência de concertação com diversos parceiros ou eventuais parceiros do MTA. • Parca autonomia dos núcleos museológicos.



Objetivos Estratégicos (OE)	
OE12:	Alargar as áreas de intervenção social dos espaços museológicos do MTA.
OE13:	Desenvolver a estratégia de rede, quer no contexto local, quer noutros.
OE14:	Integrar as forças vivas e membros das comunidades e promover o seu envolvimento na «vida» dos núcleos museológicos.
OE15:	Desenvolver uma estratégia de união e coesão territorial para as comunidades locais.
OE16:	Reconhecer o mérito dos cidadãos e suas conquistas individuais e coletivas reforçando a autoestima pessoal e comunitária.

Fonte: Elaboração própria (2012).

Quadro 52 – OE12: Alargar as áreas de intervenção social dos espaços museológicos do MTA.

Objetivos operacionais	Estratégias	Ações a desenvolver
Promover a diversificação e maior abrangência de atividades nos espaços museológicos do MTA.	Manter a oferta cultural existente nos espaços museológicos.	Continuar a desenvolver atividades museológicas e culturais nos núcleos atuais núcleos em funcionamento. Reforçar as atividades museológicas e culturais desenvolvidas nos núcleos museológicos. Elaborar folhetos e outros meios de divulgação para promover a oferta cultural de cada núcleo museológico da rede e desta como um todo.
Promover iniciativas complementares de inclusão social.	Criar parcerias institucionais mais alargadas a outros parceiros estratégicos no município.	Celebrar protocolos de cooperação com o agrupamento de escolas de Alcanena para a utilização dos núcleos museológicos para atividades de enriquecimento curricular agregado às escolas do primeiro ciclo locais. Desenvolver atividades descentralizadas como o ensino/formação artístico/a em parceria com o CAORG.
	Desenvolver ações estratégicas de inclusão social.	Promover os núcleos museológicos da rede como centros de acesso público à Internet, através do programa de combate à infoexclusão da autarquia. Promover ações constantes do programa de ação social da autarquia descentralizadas nos núcleos museológicos direcionadas para os públicos desfavorecidos ou carentes de apoio social diverso. Integrar na programação regular dos núcleos museológicos atividades coplaneadas com o Instituto de Emprego e Formação Profissional que enriqueçam a formação pessoal e promovam o sentimento de equidade social e cultural e possa garantir a igualdade de oportunidades no seio das comunidades.
Formar para a cidadania.	Incentivar dinâmicas museológicas promotoras de uma formação integral do cidadão.	Desenvolver projetos e atividades no âmbito da educação patrimonial, ambiental, artística, socioprofissional, cultural, cidadania e solidariedade.

Fonte: Elaboração própria (2012).

Quadro 53 – OE13: Desenvolver a estratégia de rede, quer no contexto local, quer noutros.

Objetivos operacionais	Estratégias	Ações a desenvolver
Desenvolver parcerias e redes com outras organizações.	Criar laços com outros parceiros na promoção e partilha de experiências e conhecimentos.	Estabelecer uma rede de parcerias com outros museus ou redes museológicas locais ou regionais.
		Estabelecer protocolos de colaboração com centros de formação, instituições de ensino superior e associações profissionais, entre outras de manifesto interesse.
Aprofundar a cooperação e relação com outros museus e comunidades.	Manter e aprofundar as parcerias de partilha internacionais.	Estabelecer acordos de cooperação com o município do Sal – geminado com o município de Alcanena.
		Desenvolver projetos de intercâmbio comunitário e cultural com a ilha do Sal – Cabo Verde, tendo como objetivo desenvolver o sentido de partilha intercultural sensibilizando os cidadãos para a importância da cidadania e da multiculturalidade.
Aprofundar com outros museus e redes museológicas práticas museológicas assentes em ações cooperativas.	Partilhar preocupações e soluções com organizações similares ou com as quais o MTA e seus parceiros possam aprender e evoluir organizacionalmente.	Aprofundar, com espaços museológicos de municípios limítrofes, ou não, práticas de trabalho cooperativo nas áreas expositivas, formativas, etc.
		Desenvolver atividades de âmbito cultural, artístico e formativas.
		Reforçar a realização de eventos abertos às comunidades em diversas dimensões.
Estabelecer a cooperação com a Rede Portuguesa de Museus	Desenvolver o processo de adesão à Rede Portuguesa de Museus.	Realizar as necessárias diligências para que o MTA adquira as condições requeridas para integrar a RPM.
Aprofundar a cooperação intercomunitário no território.	Continuar a implementar o projeto MTA.	Concluir os restantes núcleos associados ao projeto do MTA, em estreita colaboração com as comunidades locais.

Fonte: Elaboração própria (2012).

Quadro 54 – OE14: Integrar as forças vivas e membros das comunidades e promover o seu envolvimento na «vida» dos núcleos museológicos.

Objetivos operacionais	Estratégias	Ações a desenvolver
Incrementar e intensificar a participação e envolvimento das forças vivas e membros das comunidades no funcionamento dos núcleos museológicos.	Promover oportunidades de envolvimento direto das comunidades nas ações desenvolvidas / promovidas pelos núcleos museológicos e pela própria rede MTA.	<p>Desenvolver e promover eventos diversificados com vista ao estreitamento de relações entre os núcleos museológicos, as comunidades e a própria tutela – autarquia.</p> <p>Aprofundar e desenvolver ações conjuntas entre a tutela e os representantes das comunidades nos núcleos museológicos e os próprios membros dessas comunidades de modo a encorajar a participação direta e ativa das pessoas no funcionamento e na «vida» dos espaços da rede.</p> <p>Incentivar as forças vivas das comunidades (associações locais) a recorrerem aos espaços dos núcleos museológicos para o desenvolvimento das suas próprias atividades sociais, recreativas e culturais.</p>
Desenvolver estratégias e metodologias diversificadas de abordagem e envolvimento das comunidades nas atividades do MTA.	Desenvolver mecanismos de comunicação com as comunidades e seus membros.	<p>Criar uma base de dados com os contactos privilegiados dos membros das comunidades.</p> <p>Explorar ferramentas de comunicação à distância para estabelecer contactos e disponibilizar informação diversa aos membros das comunidades.</p> <p>Implementar e/ou aumentar os contactos (via correio eletrónico, SMS ou correio convencional) com os membros das comunidades com vista a potenciar um maior envolvimento destes no funcionamento e na própria ação dos núcleos museológicos.</p> <p>Criar locais públicos de afixação de informação sobre eventos e atividades tanto das ações dos núcleos museológicos como das próprias atividades e iniciativas sociais, recreativas e culturais das comunidades locais.</p>
Apelar às comunidades para o seu envolvimento no funcionamento dos espaços museológicos da rede MTA.	Corresponsabilizar as forças vivas das comunidades e membros destacados destas no funcionamento dos núcleos museológicos.	<p>Criar planos de ação e planos anuais de atividades para cada núcleo museológico com as comunidades locais, em articulação com Conselho Local de Museus de Alcanena.</p> <p>Destacar a importância, junto das comunidades locais e das associações locais do seu papel central no funcionamento dos núcleos museológicos do MTA.</p> <p>Proceder à descentralização do poder de decisão no que concerne às ações a desenvolver nos núcleos museológicos do MTA, envolvendo diretamente as comunidades e as associações nesta tarefa.</p>

Fonte: Elaboração própria (2012).

Quadro 55 – OE15: Desenvolver uma estratégia de união e coesão territorial para as comunidades locais.

Objetivos operacionais	Estratégias	Ações a desenvolver
Promover uma relação bilateral museu – meio.	Envolver entidades diversas do território municipal (e extramunicipal) na estratégia do MTA.	<p>Promover e incentivar a dinâmica de associação de projetos interinstitucionais com o MTA e seus núcleos, num contributo para um outro entendimento de «território».</p> <p>Promover iniciativas e atividades, tanto dos próprios núcleos museológicos do MTA como das comunidades locais, autarquia e mesmo empresas locais, abertas às comunidades, visando a divulgação de realidades territoriais e afirmação no contexto local.</p> <p>Promover reuniões com todos os parceiros sociais do município, envolvendo o próprio CLMA, a fim de definir prioridades de intervenção e ação do MTA e respetivos núcleos.</p> <p>Aumentar os contatos com todos os parceiros sociais com o intuito de ampliar as possibilidades de intervenção do MTA no meio.</p> <p>Desenvolver projetos conjuntos com outras instituições em parcerias relativas a temáticas ambientais, sociais, culturais, económicas ou outras e colaborar em projetos promovidos por terceiros.</p>
Dinamizar e concretizar ações culturais e sociais abertas às comunidades locais.	Abrir os núcleos do MTA às comunidades locais, cimentando o papel da instituição museal na promoção e desenvolvimento da cidadania ativa e da coesão territorial.	<p>Promover debates, conferências, mesas-redondas e outros sobre temáticas locais numa atitude de consciencialização popular das realidades locais, do contexto social, cultural e económico do mundo atual e do nosso lugar nesta conjuntura.</p> <p>Promover e divulgar atividades de cariz cultural e artístico local.</p> <p>Promover ações em parceria com outras comunidades locais do território municipal promovendo o sentimento de coesão territorial.</p> <p>Possibilitar a utilização dos espaços físicos e do equipamento dos núcleos museológicos do MTA por parte das comunidades locais nos seus eventos e realizações.</p>

Fonte: Elaboração própria (2012).

Quadro 56 – OE 16: Reconhecer o mérito dos cidadãos e suas conquistas individuais e coletivas, reforçando a autoestima pessoal e comunitária.

Objetivos operacionais	Estratégias	Ações a desenvolver
<p>Reconhecer e divulgar o mérito dos cidadãos e suas conquistas individuais e coletivas reforçando a autoestima comunitária.</p>	<p>Valorizar as conquistas pessoais e individuais dos cidadãos.</p>	<p>Valorizar, em momentos apropriados da vida social e comunitária, através de sessões públicas, edições de publicações ou outras as realizações artísticas, sociais, académicas ou desportivas dos cidadãos nas respetivas comunidades.</p> <p>Realizar exposições temporárias sobre determinadas personalidades locais que se destacarem pelo mérito nas diversas áreas.</p> <p>Editar no sítio da Internet ou no boletim periódico do MTA ou núcleo museológico os feitos alcançados e o reconhecimento público do mérito e da excelência.</p>

Fonte: Elaboração própria (2012).

4.5. Nota final do plano estratégico do MTA.

Para um eficaz e eficiente funcionamento do MTA, enquanto verdadeira rede sociomuseológica local, revela-se necessário implementar um plano estratégico de ação que:

- a) garanta uma ação territorialmente abrangente;
- b) vise atuar por metas de melhoria social, promovendo uma ação socialmente transversal e inclusiva;
- c) potencie os recursos patrimoniais do território de modo a promover o desenvolvimento sustentado local das comunidades como um todo;
- d) construa uma visão de futuro coletiva;
- e) reconheça a cidadania e a participação democrática do cidadão como instrumento de desenvolvimento local;
- f) catalise sinergias locais;
- g) promova a flexibilidade dos serviços e a autonomia;
- h) valorize a cidadania e as pessoas e, por fim,
- i) articule as noções de museologia – território – comunidade numa lógica reguladora e não controladora/manipuladora, facilitando e estimulando a inovação social e a promoção identitária e cultural.

Este plano prevê, pois, enquanto condição necessária que todos os parceiros, entidades e, sobretudo, os cidadãos das comunidades do território de Alcanena envolvidos trabalhem de forma concertada de acordo com um fio condutor, uma matriz que congregue os intervenientes deste processo numa efetiva rede de objetivos comuns.

Num quadro de ação sociomuseológica, através da concertação, do diálogo e da corresponsabilização, Alcanena poderá tornar-se um território mais inclusivo, integrado, socialmente coeso, capaz de oferecer a todos os seus munícipes a qualidade de vida e de serviços de proximidade e excelência que todos ambicionam. Poderá pôr em evidência que aquilo que une a comunidade territorial de Alcanena é, no fundo, muito maior do que aquilo que a separa.

Este é um desafio que se pretende superar no processo de criação de um valor acrescentado para o território municipal de Alcanena através da sociomuseologia, de uma verdadeira autonomia construtora de consensos e da cooperação de toda a sociedade local numa organização museal em rede dinâmica e «aberta» a novas perspetivas, novos contextos sociais.

CONCLUSÃO.

Conclusão.

A presente investigação teve como ponto de partida o projeto museológico do Museu do Território de Alcanena, concebido em 2007.

Esta estrutura museológica, polinucleada e descentralizada no município, encontra-se, desde esse período, em implementação. Dos catorze núcleos museológicos previstos existem quatro em funcionamento³⁷⁵, um em fase de conclusão³⁷⁶ e outros quatro a aguardar desenvolvimento³⁷⁷.

No entanto, situando-nos no campo da sociomuseologia³⁷⁸, verificou-se que, para a plena concretização do projeto em questão, tornava-se restritivo apenas conceber, justificar e implementar uma estrutura museológica, desta natureza, *per si*.

Revelou-se necessário delinear, numa ótica sociomuseológica, um formato funcional, *um plano estratégico*, que transformasse esta «rede» museológica local numa verdadeira teia de relações culturais e sociais. Um plano estratégico que não só garantisse um funcionamento orgânico da rede participado e partilhado como, também, promovesse esta estrutura enquanto fator de coesão territorial, elemento mobilizador para o desenvolvimento social e cultural apto a desenvolver sinergias e potencialidades capazes de dotar os museus locais de meios para responder aos desafios da sociedade contemporânea marcada pela globalização, a comunicação e a conectividade.

Deste modo, propusemo-nos concretizar um novo estudo complementar, tentando apresentar, enquanto *objetivo geral*, uma forma como a sociomuseologia poderá ocupar um lugar central e determinante para uma organização museológica local em rede. Para tal, foi necessário entender não só a problemática que envolve uma organização em rede, mas também a realidade das redes museológicas locais em território nacional, suas práticas e a sua relação com a sociomuseologia na atualidade, traduzindo-se no *objetivo específico* da investigação.

³⁷⁵ Carsoscópio; Museu de Aguiar de Vila Rica; Museu Rural e Etnográfico do Espinheiro e Museu da Boneca.

³⁷⁶ Museu do Curtume.

³⁷⁷ Museu do Traje; Museu da Vela e da Vassoura; Lagar Museu ou Museu do Azeite do Malhou e Ecomuseu da Serra de Santo António.

³⁷⁸ Uma vertente do campo da museologia que privilegia uma abordagem centrada no ser humano, nas comunidades locais e nas suas necessidades visando o seu desenvolvimento integrado ao invés de uma ação focada, sem consequência, em objetos.

O resultado deste estudo permitiu, em primeiro lugar, uma melhor compreensão da complexidade e implicações para a sociomuseologia da atual tendência de uma (re)organização museológica local em rede, que parece estar em expansão. Em segundo lugar, permitiu entender como os museus locais, através da ação sociomuseológica, podem possuir o potencial para se adaptar às constantes mutações da sociedade ao apresentar uma oportunidade de reflexão sobre o lugar e o papel que a sociomuseologia poderá/deverá desempenhar nestas novas estruturas museológicas e nestes novos tempos em que vivemos. Em terceiro lugar, permitiu, ainda, expandir os campos de interação científica com a sociomuseologia ao estabelecer relações diretas e uma dialética entre o conhecimento acumulado da sociomuseologia com áreas tão diversas como a sociedade, sociologia, economia, ciência política e tecnologias de informação numa perspetiva transdisciplinar.

Da multiplicidade de questões que o tema suscita, centrámo-nos nos seguintes aspetos: a realidade destas estruturas museológicas na atualidade; o modo como estas estruturas lidam com as práticas sociomuseológicas; o modo como estas estruturas organizativas tendem a operar; o grau de preparação das instituições museológicas locais organizadas em rede para enfrentar os desafios museológicos e sociais do mundo globalizado, assim como práticas contemporâneas de outras áreas do conhecimento.

Resultante destas preocupações, surgiu a seguinte questão de partida **«Como se enquadra a sociomuseologia nas redes museológicas locais, no contexto da sociedade contemporânea?»** assentando nos pressupostos de que:

- a) “A sociomuseologia traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea” (Moutinho, 2007, p.1);
- b) A «nova ordem mundial» surgida da sociedade informacional introduziu mudanças profundas nas relações entre economia, estado e sociedade, delineando novos papéis sociais onde estes três aspetos se tornam interdependentes (Kohls, 1999; Rocha, 2000; Darthein, 2004; Henriques, 2006; Gouveia, Neves & Carvalho, 2009);
- c) A «rede» parece ser um fenómeno cada vez mais presente no quotidiano da sociedade atual. Caracteriza a forma como a sociedade e as instituições tendem, hoje, a (re)organizar-se e a operar (Cardoso, 2006; Castells, 2007).

Para responder à questão de partida, tornou-se necessário observar as especificidades que envolvem uma organização em rede, assim como as próprias redes museológicas locais existentes nas diversas formas e tipologias explorando a sua relação com a sociomuseologia.

Assim, partiu-se para as seguintes hipóteses para investigação:

- a) Existe, na atualidade, uma tendência crescente de (re)organização museal e criação de redes museológicas locais;**
- b) As redes museológicas locais têm propensão para uma prática baseada na sociomuseologia;**
- c) As redes museológicas locais tendem a assumir uma forma organizativa horizontal, favorecendo a prática sociomuseológica;**
- d) As redes museológicas locais estão preparadas para enfrentar os desafios da sociedade globalizada.**

Para testarmos estas hipóteses dividimos o trabalho em duas áreas distintas.

Numa primeira fase, quisemos construir, nos Capítulos 1 e 2, o “referencial teórico” (Rodrigues, 2007) com a fundamentação e contextualização teórica que teve por base os pressupostos da sociomuseologia, a teoria das organizações, a teoria geral dos sistemas, o paradigma da tecnologia da informação e o paradigma da governação. Procurou-se definir conceitos e estabelecer conexões entre a sociomuseologia e as referidas áreas do conhecimento, aprofundando as eventuais relações entre elas, o que facultou indicadores para prosseguirmos a investigação empírica, testar as hipóteses colocadas e formular um plano estratégico para o MTA.

Iniciámos a análise com a contextualização e apresentação de considerações respeitantes à sociomuseologia. Começou-se por rever o quadro concetual de «património» e o seu enquadramento legal internacional, passando pelo quadro legal nacional, na sua diversa legislação no que se refere às incumbências, competências e atribuições do estado ao nível da proteção, valorização e salvaguarda do património cultural nacional. Deu-se especial enfoque na transferência de competências neste âmbito para a esfera do poder local que assume, gradualmente, maior protagonismo em todo este processo.

Verificou-se que a noção de «património» é inconstante, variando de acordo com os diversos tempos históricos e sociais e nos diferentes grupos sociais que atribuem a determinados bens uma “carga valorativa” (Chagas, 1994, p.40) permeável às flutuações da moda e aos critérios da época. O alargamento da noção de «património» andou a par da consolidação da sociomuseologia enquanto área de intervenção da museologia (Moutinho,

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena (2007a, 2010) e conduziu à redefinição de “objeto museológico” (Moutinho, 2010; Nascimento, 1994c) e à concetualização do “facto museológico” (Russio, 1984; Nascimento, 1994c; Chagas, 1994c).

Deste modo, partindo das transformações graduais ocorridas nas noções de «património» e a conseqüente perceção da necessidade da sua salvaguarda, abordou-se a emergência de uma nova sensibilidade no campo da museologia com a introdução de uma nova função da instituição museal: a função social. Esta perspetiva renovadora introduziu novos focos de interesse no âmbito da museologia que conduziu a uma conceção de «museu» diferente: uma instituição dinâmica ao serviço da(s) comunidade(s) e do seu desenvolvimento, centrada na intervenção social.

Analisada a matéria referente à sociomuseologia, ensaiámos uma reflexão sobre a(s) ligação(ões) entre esta, a problemática da contemporaneidade e as respetivas mutações transversais impostas no âmbito das ciências sociais.

Constatou-se que, cada vez mais, se revela necessário rever objetos, métodos e enfoques teóricos num mundo em permanente mudança abrindo vastas possibilidades de investigação em todos os ramos das ciências sociais e humanas (Ianni, 1994; Wallerstein, 1987). Neste âmbito, o paradigma da tecnologia da informação (Castells, 2007) revelou-se fundamental por constituir a base concetual de interligação entre as diversas áreas do conhecimento e as novas teias relacionais formadas entre os diversos setores da sociedade.

Apontaram-se alguns aspetos que intervêm diretamente na necessidade de os museus se adaptarem ao novo contexto social/mundial. Focou-se, concretamente, questões que se prendem com o fenómeno da globalização e os efeitos suscitados no tecido social contemporâneo, introduzindo noções de pluralidade, multiculturalidade, interdependência e novas formas de desigualdade social assim como o reconhecimento da necessidade da adoção de instrumentos e formas de ação na (re)organização institucional dos nossos dias. Neste sentido, a aproximação das instituições museais locais a novas formas de ação autárquica centradas no paradigma da governação assume um lugar de destaque uma vez que o poder local tem vindo a intervir com cada vez maior predominância no campo da museologia.

Verificada a necessidade de uma aproximação entre a ação museológica e a ação política no contexto local, o nosso olhar sobre os preceitos do paradigma da governação forneceu uma perspetiva da nova realidade da administração pública contemporânea, essencial para o entendimento do papel das autarquias no desenvolvimento de um trabalho social no campo da museologia e dos museus locais por elas tutelados.

Também se constatou em diversos autores³⁷⁹ e personalidades entrevistadas³⁸⁰ a tendência de (re)organização institucional em rede pelo que se aprofundou esta questão através de um melhor entendimento da noção de «rede». Verificada a necessidade de estudar as origens da rede enquanto sistema organizativo, abordámos a teoria das organizações³⁸¹, a teoria dos sistemas³⁸², assim como a noção de «sistema aberto» de Baran (1964) que está na génese do atual entendimento de rede organizacional.

Reteve-se, da análise realizada, que:

- O desvanecimento de referências comuns, a emergência do individualismo e isolamento social, a celeridade das evoluções tecnológicas e a constante e crescente ascensão das forças da economia global, em todos os seus vetores, trazem novos desafios inéditos aos museus e aos museólogos. Em causa estão dois princípios fulcrais: há que garantir as identidades e patrimónios locais e há que dialogar e partilhar esses elementos com o mundo ligado em rede. Atuar entre as duas polaridades do princípio da defesa identitária e patrimonial local e o princípio da comunicação e partilha dessas identidades e património configura-se como uma das questões de trabalho que se coloca à museologia contemporânea. A museologia assume, deste modo, um grau de complexidade que simultaneamente implica transmissão de conhecimento e emancipação do «sujeito» – o cidadão. Num momento em que reina alguma confusão que marca as próprias funções da instituição museal, torna-se claro que é crucial dar resposta a questões sociais precisas levando a que os museus não devam abandonar a perspetiva universalista, estabelecendo um elo entre o particular (local) e o universal (global). Nesta perspetiva, poder-se-á encarar ação sociomuseológica como uma forma de «deitar abaixo muros».
- A instituição museal, hoje, e em especial aquela que desempenha uma função social baseada nas premissas da sociomuseologia, palco de discursos e de ideias, fruto do processo da sua democratização, está confrontada com a problemática da “divisão” da sua comunidade (Garcia, 2003), ou melhor, da «diversidade» dentro da sociedade em geral e da comunidade em particular. Havendo necessidade da instituição museal se adaptar a esta nova realidade, e sendo o museu, de facto, o «espelho» da sociedade em que está inserido, deve hoje, por isso, assumir uma postura de “fórum” (Assunção, 2009), por oposição ao seu papel tradicional de “templo” (*Ibidem*).

³⁷⁹ Ägren (2002); Santos (2006); Mestre & Molina (2008).

³⁸⁰ Lira (2008); Nabais (2009); Assunção (2009).

³⁸¹ Vogo (s/data); Tureta, *et al.* (2006); Rusillo, *et al.* (2008).

³⁸² Lieber (s/data); Motta (1999); Stockinger (1997); Tureta, *et al.* (2006).

- A sociedade está a desenvolver-se com tendência para uma (re)organização em redes de índole vária (Castells, 2007) que proliferam com cada vez maior frequência por toda a sociedade. As redes funcionam enquanto elo entre os diversos grupos da sociedade e os diversos indivíduos inseridos neste mundo simultaneamente fragmentado e, ao mesmo tempo, ligado entre si.
- A rede apresenta muitos benefícios, devendo as instituições museais saber tirar partido desta nova ferramenta de gestão e funcionamento que privilegia: o conhecimento; a inter-ajuda; a polivalência e versatilidade entre os elementos que a constituem, promovendo uma rica partilha de conhecimentos, experiências, interesses e informação conferindo um enorme potencial inovador para todo o sistema interligado; uma maior eficácia na gestão de conhecimento e processão de informação; o inculcar de maior dinamismo à organização e suas diversas componentes; a manutenção de pluralidade entre os componentes realmente diferentes; uma maior diversidade de funcionamento como um todo enriquecendo a própria organização ou instituição; uma maior inovação na ação conjunta e que, de acordo com Castells (2007) e Cardoso (2006), é a principal arma competitiva da economia informacional global, constituindo-se como o alicerce da estrutura da sociedade de hoje.
- O poder local tem vindo a obter cada vez mais autonomia e afirmação nas decisões que envolvem os destinos das suas comunidades locais, tendo apostado na criação de infraestruturas diversas com vista ao desenvolvimento sustentável local (Costa, 1993). Para além deste aspeto, existe uma transformação em curso no campo da administração local, resultante da nova conjuntura social e económica provocada pela sociedade global (Bilhim, 2004; Frey, 2004; Laus, 2004; López, 2008; Rusillo, 2008).
- A teoria da sociomuseologia coincide e encaixa-se na conceção de desenvolvimento sustentável preconizado pela administração local e previsto na sua nova conceção de *governança*, isto é, por um lado, a existência de maior proximidade institucional com o cidadão e a comunidade e, por outro lado, a inclusão da sociedade/comunidade nas soluções dos problemas locais e da vida cultural, social e económica local (Bilhim, 2004; Frey, 2004; Laus, 2004).

Também foi possível averiguar que, com o surgimento da nova museologia, o espaço «museu» soube «extravasar os muros do próprio edifício» e expandir-se a toda uma comunidade local, dando lugar a verdadeiros museus comunitários abertos à comunidade

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

numa “relação profunda entre homem/sujeito e o objecto/bem cultural num, espaço/cenário” (Russio, 1990), na construção do facto museológico: o “elemento da realidade que emite informação ou permite a comunicação entre as pessoas e entre o presente e o passado” (Nascimento, 1994, p. 10).

Porém, nos nossos dias, e à luz da nova conjuntura social, o mesmo museu comunitário ou local poderá correr o risco de se tornar ele próprio numa unidade fechada, «desconetada» do resto da sociedade, qual «fragmento» isolado de um todo (Canclini, 1997).

Considerando a ótica de Moutinho de que “a Sociomuseologia traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea” (Moutinho, 2007, p.1), ignorar, atualmente, nesta perspetiva sociomuseológica, a necessidade de repensar os museus no contexto da sociedade de informação (Castells, 2007) ou da “era das conexões” (Setas, 2011b), poderá, neste caso, equivaler ao assumir a mesma ótica hermética e encerrada em si que a museologia tradicional ou clássica apresentava na ação centrada no «seu» *edifício* museu e na «sua» *coleção* antes do advento da nova museologia.

Estudar a relação entre a **sociomuseologia e as redes museológicas locais** e aplicando a mesma matriz ternária de Russio (1990) da profunda relação entre ser humano/sujeito – objeto/bem cultural – espaço/cenário, porém num âmbito territorial (ou local) mais abrangente, mais condicente às realidades atuais, permitiu equacionar novas possibilidades, encarar um novo desafio à ação sociomuseológica.

Poderá haver lugar a uma abertura do exercício dos museus não apenas centrado numa comunidade local, que no contexto de hoje se poderá considerar «fechada e hermética em si», mas sim, transpor os «muros» e limites físicos dessa comunidade para um território mais dilatado, seja físico, seja virtual, numa abordagem sociomuseológica que não olvide os fenómenos do multiculturalismo e da hibridação de culturas, que hoje caracterizam a sociedade. Esta perspetiva deixará de encarar o museu local ou comunitário, numa ótica hoje passível de ser considerada estática e voltada para si, para se converter em algo mais dinâmico, criativo e inclusivo tendendo a inserir-se num contexto social que procura e exige um novo tipo de abrangência de acordo com as ideias e os ideais dos novos tempos.

Será esta a diferença caracterizadora de dois tipos de ação sociomuseológica: a que se apega à tradição, memória e identidade local isolada com uma visão «míope» da conjuntura social e a que, numa ótica holística da conjuntura social, perspetiva a ação junto da sua comunidade caminhando segundo o compasso da sociedade e da sua constante transformação.

Esta postura sociomuseológica, nesta era das conexões (Setas, 2011b), contribuirá para o fomento da tolerância e respeito pelo «outro», reforçando ainda mais a ideia dos museus enquanto espaços de reflexão, diálogo e de interação mas numa «renovada perspetiva» de museu «integrado», numa sociedade conetada em rede.

Numa segunda fase, com base nas matérias desenvolvidas nos dois primeiros capítulos, realizou-se um estudo de caso consubstanciado, em primeiro lugar, num inquérito por questionário ao universo dos municípios portugueses, na busca de respostas que pudessem clarificar as referidas inquietações, procurando: uma tipologia de rede mais adequada ao MTA, de modo a atuar na base da sociomuseologia; um possível formato operacional do MTA que assegure uma real participação e envolvimento das comunidades locais nos desígnios da estrutura museológica em rede; um modo de garantir a criação de sinergias sociais e comunitárias locais visando um efetivo desenvolvimento local e, por fim, um conjunto de considerações que sirvam de sugestões práticas para uma operacionalização do MTA assente na sociomuseologia, em forma de um plano estratégico.

Em segundo lugar, desenvolveu-se um estudo, via Internet, de redes museológicas locais não identificadas no inquérito aplicado.

Nestes dois estudos complementares: sinalizaram-se as redes museológicas locais existentes³⁸³; identificou-se a sua regularidade da sua abertura ao público; estudaram-se as diversas estruturas do funcionamento das redes museológicas identificadas; caracterizou-se sumariamente a missão definida para as estruturas e/ou espaços museológicos; explorou-se o grau de envolvimento das comunidades locais na gestão, planeamento e funcionamento das redes identificadas; tentou-se perceber a perspetiva alargada da problemática das instituições museais e suas redes com a problemática da sociedade atual; observou-se o relacionamento entre os núcleos/polos das redes e as respetivas tutelas e, por fim, analisaram-se as perspetivas dos responsáveis pelas redes museológicas locais quanto aos públicos que visitam e utilizam os espaços museológicos, a programação e as atividades desenvolvidas pelos serviços educativos, a comunicação assim como a divulgação e promoção feita dos núcleos/polos e das próprias redes.

Realizada a análise ao inquérito, que obteve uma taxa de resposta de 73% com 224 respostas validadas, e a apreciação da documentação municipal no que concerne à constituição e funcionamento das suas redes museológicas num total de 30 redes analisadas,

³⁸³ Dentro das limitações impostas pelo universo de respostas obtidas no inquérito e na pesquisa efetuada via Internet.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

confrontaram-se os resultados obtidos com as apreciações mencionadas nos primeiros dois capítulos deste estudo procurando confirmar, ou não, as hipóteses problematizadas.

Para responder ao primeiro propósito da investigação, *identificação da existência de redes museológicas, patrimoniais e/ou de defesa patrimonial locais*, constatou-se que existem, pelo menos, 68 as redes museológicas locais em território nacional perfazendo um total de, pelo menos, 22% dos municípios portugueses com esta tipologia de estrutura organizativa.

Todavia, verificaram-se uns adicionais 83 municípios, isto é, 27% dos municípios inquiridos, que se apresentam com projetos em curso ou intenção de implementar estas estruturas museológicas no seu território. Somados estes valores, verifica-se que, praticamente, metade do universo dos municípios portugueses, 151 casos (49%), possuirá ou tenderá a constituir redes museológicas num futuro próximo, assinalando-se como uma área de intervenção e ação municipal expressiva no seio das autarquias nacionais³⁸⁴.

Estes dados parecem confirmar a constatação de instituições como o ICOM (2009) e autores como Sá da Costa (1993), Santos Silva (2004), Bilhim (2004) e Neves & Santos (2006) que defendem que “o panorama museológico em Portugal permanece (...) numa fase de expansão” (Neves & Santos, 2006, p.23).

É, de resto, uma constatação que parece ser reforçada neste estudo ao ter-se apurado que 59% das redes museológicas locais surgiram na primeira década deste século e apenas 8% surgiram entre os anos de 1986 e 1997 ficando, no entanto, por averiguar os casos concretos de 33% de redes museológicas locais onde não foi possível apurar estes dados. Esta tendência parece acompanhar a própria criação de novos museus locais verificando-se que, sensivelmente, 70% dos museus locais (100 casos) foram criados após 2001 contrastando com os 30% de museus da mesma tipologia (43 casos) criados em todo o século XX, traduzindo-se numa clara aposta da administração local no campo desta tipologia de equipamentos culturais.

Deste modo, confirma-se a Hipótese A da nossa investigação. Existe, na atualidade, uma tendência crescente de (re)organização museal e criação de redes museológicas locais. Atestou-se, ainda, que não existe uma clara uniformização no que respeita ao funcionamento das redes museológicas locais, ficando esta situação dependente da realidade própria de cada município, da sua disponibilidade para a dinamização dos seus espaços museológicos agregados em rede e da sua determinação em conferir alguma abertura

³⁸⁴ Salienta-se que, em termos percentuais relativos, a região do Algarve assume uma clara aposta neste género de organizações com cerca de 31% dos municípios daquela região inserida neste contexto.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

organizativa, responsabilidade e envolvimento nos desígnios institucionais às respetivas comunidades locais.

Confirmada a primeira hipótese, fomos conduzidos ao segundo propósito da investigação: *perceber a missão central e a visão geral dos objetivos de tais organizações, averiguando a eventual incorporação, nestas, da teoria e práticas sociomuseológicas.*

Procurou-se saber até que ponto estas redes museológicas assentam a sua prática nas teorias da sociomuseologia. Para esse efeito, investigámos o conteúdo das missões declaradas destas estruturas.

Aferiu-se que as missões espelham, essencialmente, preocupações no âmbito da salvaguarda, estudo e divulgação das particularidades territoriais onde está inserida a rede com um total de 36 municípios a evidenciarem este aspeto (75%). A presença dos restantes princípios basilares da sociomuseologia ficam bastante aquém do expectável, realçando-se somente a inclusão de património imaterial, para além do material, nos bens patrimoniais a trabalhar pelos dos museus com apenas 16 municípios a reconhecerem este aspeto (33%). O mesmo sucede quanto às missões definidas para as futuras redes museológicas locais, não se realçando nenhum princípio em concreto.

As redes identificadas via Internet, na sua generalidade, também não reconhecem, nos seus documentos regulamentadores, os princípios sociomuseológicos constatando-se que 70% (21 dos 30 casos) não lhes fazem qualquer referência. Porém, especial destaque deve ser dado ao município de Tavira que baseia a sua filosofia funcional, em grande parte, nos pressupostos sociomuseológicos.

A perspetiva dos espaços museológicos enquanto instituições formativas e não contemplativas é reconhecida em apenas 29% das redes existindo referências muito ténues em apenas 10% identificadas via Internet.

Preocupante para nós é que, na esmagadora maioria das redes, os municípios não assumem, na missão que criaram para as suas estruturas locais, que estes espaços devem incluir, de modo claro, as comunidades locais como parte integrante e como preocupação central na vida dos seus museus: apenas 4% (2 casos) o fazem. Também na análise às redes identificadas via Internet, apenas outros 2 municípios assumem esta premissa.

A perceção de que os museus são, hoje, por um lado, instrumentos dinâmicos de mudança e desenvolvimento social ao serviço das comunidades, promovendo, por outro lado, o desenvolvimento local está presente em apenas 12.5% a 17% dos municípios com rede museológica local, isto é, 6 a 8 municípios, respetivamente.

Também no estudo realizado na pesquisa via Internet constatou-se, de novo, esta tendência.

Tanto no caso das redes museológicas locais como nos municípios que se encontram em fase de implementação de tais estruturas, mostrou-se que a aceção predominante de ação consagrada nas respetivas missões assenta na salvaguarda, estudo e divulgação das particularidades do território onde se insere a rede museológica.

A ausência referencial das teorias sociomuseológicas na missão denota uma certa falta de consciencialização deste campo da museologia contemporânea nestas organizações, logo conduzindo, hipoteticamente, para uma prática museológica mais «tradicional».

Deste modo, parece que não se confirma a Hipótese B da nossa investigação verificando-se que as redes museológicas locais **não parecem ter propensão para uma prática baseada na sociomuseologia.**

Mas para poder delinear uma estrutura funcional para o MTA assente nas intenções já declaradas, tratando-se de instituições ou espaços museológicos ligados em rede, convinha também obter uma perceção das relações existentes entre os diversos espaços das redes e as respetivas tutelas ou o poder local, e o envolvimento das comunidades locais a gestão, planeamento e funcionamento destas redes averiguando as suas tipologias dominantes, traduzindo-se nos próximos propósitos da investigação: *entender a respetiva orgânica de funcionamento destas redes; compreender a correlação entre os núcleos ou polos, assim como o seu relacionamento com o poder local, ou outro, e perceber a conseqüente relação estabelecida entre estas instituições em rede e as comunidades locais.*

Este entendimento poderia ajudar a descortinar a existência de condições favoráveis para o desenvolvimento de práticas sociomuseológicas, já que no Capítulo II se verificou que estruturas horizontais tenderão a favorecer práticas sociomuseológicas e o envolvimento efetivo das comunidades locais na ação concreta das instituições museais ao contrário das estruturas verticais que tenderão a reprimi-las.

Constatou-se que, aparentemente, as redes museológicas locais tendem a ser constituídas por espaços tutelados exclusivamente pelos próprios municípios, num total de 63% das redes museológicas locais identificadas (30 de 48 redes), o que, à partida, indica que, na maioria dos casos, a opção sobre o modo de funcionamento destas estruturas assiste, exclusivamente, às autarquias. Esta tendência vê-se espelhada no estudo documental das redes detetadas via Internet onde 77% (23 dos 30 casos) apresentam estruturas exclusivamente tuteladas por autarquias, incluindo um caso de tutela exclusiva de uma instituição particular.

Aferiu-se, de três modos distintos, a tendência funcional das redes museológicas locais: numa primeira abordagem, a resposta direta dos municípios a esta questão; numa segunda perspetiva, a presença de alguma interação ou inter-relação das estruturas de rede com outras estruturas extra ou intermunicipais indiciando a presença das noções de complementaridade, cooperação, partilha de recursos e conhecimentos e articulação organizativa dos espaços museológicos com outras estruturas numa dinâmica de horizontalidade; e numa terceira análise, a estrutura funcional assumida nos documentos regulamentares das próprias redes e outros documentos aos quais se teve acesso via Internet.

Na primeira análise, verificou-se a existência de quatro grupos distintos de situações no que tange à estrutura funcional das redes museológicas locais.

Resulta do estudo efetuado que 36% das redes museológicas locais parecem funcionar segundo uma lógica vertical contra apenas 4% que apresentam um funcionamento horizontal envolvendo outras instituições e tutelas no funcionamento partilhado das suas organizações³⁸⁵. No entanto, a reduzida taxa geral de resposta à questão, que se eleva aos 60%, dificulta a verdadeira perceção desta matéria levando a considerar que os dados, quanto à horizontalidade ou verticalidade no funcionamento institucional das redes, são inconclusivos, detetando-se, porém, uma incidência muito baixa da sua existência: evidencia-se em apenas dois casos.

Na segunda abordagem a esta questão, apurou-se que 52% das redes não apresentam as suas estruturas, ou espaços a elas agregadas, associadas a outras redes ou organizações³⁸⁶. Concomitantemente, 46% de municípios apresentam redes museológicas locais que integram, de um modo ou outro, estruturas ou redes extramunicipais com especial incidência em 27% predominantemente na interação institucional com redes de âmbito regional com especial destaque para a Rede de Museus do Algarve com 5 casos, e, ainda, 16% com incidência em redes de âmbito nacional também aqui, com especial relevo para a Rede Portuguesa de Museus com 6 casos a registar. O que se reteve desta segunda análise é que os municípios com redes museológicas locais parecem ter tendência para operar sem ligação a outras organizações exteriores ao município ou estranhas à sua estrutura museológica local, cingindo-se, muitas vezes, a funcionar no âmbito da sua realidade local restrita. Quando tal

³⁸⁵ O município de Matosinhos, que declara possuir um regime funcional de transversalidade e estreita coordenação entre os diversos espaços museológicos e o município de Peniche que, detendo uma tutela partilhada dos espaços museológicos, apresenta uma abertura para um funcionamento, também ele, partilhado com outras entidades locais.

³⁸⁶ Embora no caso específico de Aveiro exista intenção de criar uma rede de museus supramunicipal naquele distrito.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

não acontece, tendem a associar-se a estruturas de âmbito regional, com especial enfoque para o caso dos municípios algarvios onde esta tendência se torna mais evidente.

No terceiro olhar sobre esta problemática, analisada a documentação regulamentadora das redes identificadas via Internet, verificou-se, claramente, que 21 redes (70%) funcionam sob total controlo hierárquico da tutela, seja municipal ou particular³⁸⁷.

Se na primeira abordagem a esta questão, a reduzida taxa de resposta levou a que se considerasse o resultado inconclusivo, apesar de se aferir que quase um quarto das redes funciona sob um regime de verticalidade hierárquica, a segunda parece indiciar alguma abertura para um funcionamento colaborativo com instituições extramunicipais, sejam regionais ou nacionais. Porém, a terceira abordagem assente na análise dos documentos regulamentadores das redes parece apontar, de forma inequívoca, para que a tendência do funcionamento das redes museológicas locais pareça ser vertical.

Considerando-se a sociomuseologia um campo da museologia que centraliza a sua ação no ser humano e nas comunidades que serve, o envolvimento das comunidades locais na gestão, planeamento e funcionamento das redes museológicas locais merece um olhar atento no que respeita à *relação estabelecida entre estas instituições em rede e as comunidades locais*. Assim, explorou-se o envolvimento das comunidades locais na gestão, planeamento e funcionamento das redes museológicas locais. Também o foco dado à própria captação de públicos foi analisado neste contexto.

O que se verificou foi expectável à luz da matéria discutida no Capítulo II da tese.

Começamos pela segunda questão: análise dos públicos frequentadores dos espaços museais locais em rede.

A premissa sociomuseológica sugere que a ação museal deve centrar-se no serviço às comunidades locais e do seu desenvolvimento. Contudo, tanto nas redes museológicas locais já existentes como nos espaços museais pertencentes a municípios que preparam as suas futuras redes, o nosso estudo aponta para uma forte aposta da ação museológica dirigida especificamente para o setor dos públicos escolares e para o desenvolvimento do turismo. Neste cenário, encontra-se, muitas vezes, a população local remetida para segundo plano no que respeita às prioridades na captação de públicos. Tal ação, à partida, constitui uma negação de uma prática sociomuseológica vocacionada para a formação e desenvolvimento das comunidades locais, evidenciando um alcance reduzido da ação museológica destas redes.

³⁸⁷ Como é o caso da Sociedade Martins Sarmiento – Braga.

Ainda, a amplitude do número de respostas facultadas que se confinam, na sua maioria, ao reconhecimento de uma ou duas tipologias de público-alvo remete-nos, de novo, para uma percepção de que o foco dado aos públicos-alvo é redutor.

Relativamente à primeira questão, o nosso estudo também revela que a maioria dos municípios com redes museológicas locais a funcionar ou em vias de implementação assumem que as comunidades locais são, efetivamente, envolvidas na gestão, planeamento e funcionamento dos seus espaços museais.

Todavia, um olhar mais atento ao desenvolvimento das respostas prestadas evidencia que, em grande parte, os membros das comunidades são, na realidade, meros utilizadores dos espaços museais e frequentadores das atividades que esses mesmos promovem, embora sejam chamados a colaborar através da cedência de informação e objetos para as exposições. Muitas vezes, o dito «envolvimento» das comunidades locais resume-se à ligação interinstitucional concretizada através da celebração de acordos ou protocolos entre o município e as juntas de freguesia, paróquias ou associações locais, comedindo-se, deste modo, a ligação direta com as pessoas da comunidade. Tal situação indica, não obstante, haver algum tipo de ligação com o meio e com as pessoas, ainda que essa ligação seja, de certo modo, incipiente e indireta. O facto é que nenhum dos municípios afirma excluir as comunidades locais da vida dos seus equipamentos museais. Não deixa, no entanto, de não corresponder aos princípios sociomuseológicos.

No espectro dos municípios com projetos de rede em curso, praticamente metade (49%) afirmam existir o envolvimento direto das suas comunidades no funcionamento e gestão das instituições museais, confirmando-se, no entanto, de novo, a mesma tendência excludente quando é questionada a natureza da prática das instituições no que concerne a este tópico. O mesmo detetou-se nas restantes instituições museais alvo do inquérito e que não tencionam implementar redes museológicas locais.

O estudo dos documentos regulamentadores das redes identificadas via Internet denota, também, que a generalidade, isto é 86%, não consagra este princípio de envolvimento das comunidades locais.

O que se retém desta análise é que, apesar de se veicular a ideia de que existe um envolvimento direto das comunidades na gestão, planeamento e funcionamento das instituições museais (em rede, em vias de constituir rede ou sem intenção de constituir rede), a *praxis* relatada nas mesmas respostas revela o inverso: um envolvimento passivo e até um certo afastamento das comunidades em detrimento da desejada ação proativa preconizada pela

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

teoria sociomuseológica. Aliás, a análise realizada aos documentos oficiais das redes detetadas via Internet demonstra precisamente esta ideia: uma ausência de previsão da possibilidade de envolvimento ativa das comunidades na ação museológica das suas redes locais.

Esta situação não será de estranhar se atendermos, como se referiu, à ideia de que uma tendência organizativa vertical hierarquizada tenderá a conduzir a uma prática museológica centralizada na própria instituição numa atitude excludente das populações na ação institucional.

Deste modo, como se sabe da discussão presente no Capítulo II desta tese que estruturas horizontais tenderão a favorecer práticas sociomuseológicas ao contrário das estruturas verticais que tenderão a reprimi-las, parece que não se confirma a Hipótese C desta tese averiguando-se que **as redes museológicas locais não tendem a assumir uma forma organizativa horizontal, mas sim, tendencialmente vertical, dificultando, assim, a prática sociomuseológica.**

Nesta sequência, verifico que, aparentemente, as comunidades locais parecem não encontrar-se envolvidas de forma direta na gestão ou funcionamento das redes museológicas locais aparentemente organizadas numa lógica de verticalidade hierarquizada, avançou-se para a tentativa de *perceber se, neste quadro, as redes museológicas locais estarão, eventualmente, preparadas para enfrentar os desafios introduzidos pela sociedade de informação – a sociedade globalizada*, configurando o nosso último propósito de análise.

Neste prisma foram analisados alguns aspetos visando averiguar a ótica das redes museológicas locais em várias dimensões tais como: a existência de serviços educativos nas redes museológicas; a ação desses mesmos serviços e os respetivos públicos-alvo que elegem trabalhar³⁸⁸; a perceção do real potencial e consequências concretas da globalização nas instituições museais e nas comunidades locais com que o museu trabalha e, ainda, o reconhecimento das problemáticas contemporâneas que envolvem as questões da hibridação cultural ou do multiculturalismo que constituem uma realidade da nossa sociedade, podendo configurar tanto uma ameaça ou uma oportunidade para as identidades locais.

Na primeira abordagem a esta problemática, entende-se que uma instituição que se deseja ao serviço das populações e do seu desenvolvimento deve exercer uma ação educativa e formativa dessas mesmas populações, de modo a contribuir para um entendimento do

³⁸⁸ Também numa nova tentativa de averiguar a atenção prestada às comunidades locais, embora noutra perspetiva.

mundo que as rodeia e das transformações sociais que se impõem, sobretudo num mundo contemporâneo em célere mudança. Uma instituição museal, ou uma rede museológica local que queira estar preparada para enfrentar os desafios do futuro não pode ignorar este propósito basilar de proporcionar ao indivíduo uma percepção mais abrangente de cidadania ao relacionar as referências patrimoniais presentes no museu (a memória) com a sua própria realidade (o quotidiano), facultando uma ação consciente e ativa na construção do seu próprio futuro de modo a obter um melhor entendimento do presente, modificando a sua realidade, contribuindo para um efetivo exercício de cidadania.

Assim, no que respeita aos serviços educativos das redes museológicas locais, constatou-se que a maioria das redes museológicas locais, numa razão de 69%, afirma possuir serviços educativos formalmente constituídos havendo 19% que, efetivamente, não possuem qualquer atividade dinâmica e permanente junto dos seus públicos, colocando estes 19% de redes na categoria funcional de “museu tradicional” limitando-se à simples prestação de informação ao público visitante.

Apenas 25% das redes museológicas locais apresentam diretrizes para o desenvolvimento de projetos e estratégias para a sua operacionalização. Também apenas 29% apresentam princípios norteadores da ação dos serviços educativos. Em 40% das redes, estas preocupações simplesmente não existem.

A mesma tendência permanece no que concerne às estratégias para a operacionalização das ações dos serviços educativos e na existência de princípios norteadores desses mesmos serviços. Apenas se constata a presença destas preocupações em apenas 25% e 27% das redes museológicas locais, respetivamente.

O que ressalta da análise realizada é a primazia dada à intervenção junto do público escolar na ação dos serviços educativos. Constata-se que 42% de redes apenas prestam serviços ao público escolar, apesar de haver, mesmo assim, 29% de redes que afirmam atuar junto de outros públicos diversos o que se revela, manifestamente, escasso.

O estudo aponta para que 56% das redes museológicas locais são constituídas por museus que comunicam com os seus públicos pois, de acordo com a atividade desenvolvida no âmbito dos serviços educativos, para além de serem ouvidos, simultaneamente prestam-se a «ouvir». Estas redes integram a categoria de “museus-fórum”, em consonância com a classificação de Henriques (1996).

Apenas 19% das redes museológicas locais, numa razão de 9 casos em 48, parecem integrar a categoria de “museus novos”, da classificação de Henriques (1996), ao

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

desenvolverem ações que “problematizam”. Porém, uma análise mais pormenorizada da concretização prática das ações promovidas pelos serviços educativos destas redes demonstra que a sua falta de alcance, no que tange ao desenvolvimento cívico e democrático das populações, leva a que os objetivos não sejam, na sua generalidade alcançados, ficando aquém do expectável. Este fator levou-nos a considerar que estas redes, embora problematizem questões junto dos seus públicos, na verdade, na sua generalidade, não chegam a alcançar uma verdadeira prática sociomuseológica, pelo que se optou por designá-los de «pseudo museus novos».

Mas mais, verificou-se que o próprio entendimento de «comunicação» por parte das redes museológicas locais é algo confuso e heterogéneo.

A perceção de «comunicação» como meios colocados à disposição dos visitantes para a interpretação e/ou compreensão dos conteúdos expositivos está presente em 46% das redes, sendo que destas, sensivelmente metade (23%) também considera que «comunicação» tem que ver com a transmissão de informação para o exterior do museu. Os restantes 23% apenas consideram que «comunicação» se refere aos meios expositivos para informação do visitante. Apenas se encontram 6% dos municípios que consideram «comunicar» como estabelecer algum tipo de contato com a comunidade local. O resultado da análise leva a considerar que, no que tange ao ato comunicativo com os públicos, se verifica uma aparente tendência excludente do contato direto com as comunidades locais.

A ação museológica centrada no ser humano numa perspetiva do seu desenvolvimento pessoal e social, individual e comunitário, na construção de um discurso centrado em ideias e não em objetos, recorrendo a estes apenas como umas das muitas peças do processo museológico de construção de reflexões e inquietações parece não estar acautelado no conjunto de considerações dos responsáveis pelas redes museológicas locais ao questionário aplicado.

As redes museológicas locais parecem não privilegiar a comunicação direta com as suas populações locais, entendendo, na sua generalidade, o processo comunicativo com os seus públicos, essencialmente, em duas perspetivas. Por um lado, a maioria das redes museológicas locais entende a «comunicação» enquanto mero processo de transmissão de conteúdos das exposições permanentes e/ou temporárias aos visitantes. Por outro lado, o ato comunicativo é visto como meio de divulgação do museu para o exterior. Este entendimento de «comunicação» distancia-se dos princípios sociomuseológicos de uma ação museológica questionadora, interventiva e atuante no meio social onde se insere a instituição museal.

A generalidade das redes museológicas locais parece não desenvolver exposições que incitem ao questionamento, que comuniquem verdadeiramente com as comunidades locais, incidindo maioritariamente em exposições meramente contemplativas que em pouco contribuem para o fomento da coesão social ou constituem fatores de desenvolvimento social e pessoal local.

A segunda abordagem a este último propósito de análise debruçou-se sobre *a percepção do real potencial e consequências concretas da globalização nas instituições museais e nas comunidades locais com que o museu trabalha e, ainda, o reconhecimento das problemáticas contemporâneas que envolvem as questões da hibridação cultural ou do multiculturalismo que constituem uma realidade da nossa sociedade, podendo configurar tanto uma ameaça como uma oportunidade para as identidades locais.*

Questionou-se se, segundo o entendimento sociomuseológico, os museus, mais propriamente, as organizações museológicas locais em rede e as respetivas tutelas, estariam conscientes e despertos para os desafios e especificidades tocantes ao mundo global e à nova e complexa teia de relações globais, estando, assim, preparados para encetar a necessária inovação e adaptação para enfrentar os desafios e as exigências do mundo atual.

Investigou-se, nas respostas, a compreensão dos traços caracterizadores da sociedade globalizada, por parte dos responsáveis das redes museológicas locais, com o intuito de aferir esta realidade e equacionar a consciência dos responsáveis pelas redes museológicas locais: da necessidade de inovação e adaptação institucional à nova realidade de conectividade global; da abertura ao mundo e ao exterior da(s) realidade(s) locais; da existência de uma relação tecnologia/sociedade; da interdisciplinaridade e transversalidade interativa de relacionamento entre as diversas áreas do conhecimento; da vulnerabilidade identitária e um novo fenómeno de (re)construção identitária; da possibilidade de um exercício museológico em rede ou ainda, a problemática da multiculturalidade e hibridação cultural, aspetos estes, que caracterizam a sociedade hodierna.

A análise realizada no estudo revelou que uma minoria de 35% dos municípios com redes museológicas locais parecem estar conscientes da importância da globalização na ação museológica e, na mesma proporção, outros 35% dos municípios consideram que existe, através da nova realidade social, uma possibilidade de transportar o local para uma perspetiva global. Porém, é na percepção de que as tecnologias de informação e comunicação constituem um recurso útil na ação museológica, facilitando a difusão das memórias e identidades locais, que recaem 48% dos municípios com redes museológicas locais. Contudo, pouca expressão é

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

dada à possibilidade de trabalho em rede existindo, ainda, uma falta generalizada de consciência do fator de cooperação e partilha de recursos com terceiros o que, tratando-se de redes museológicas implementadas, à partida não seria de se esperar.

Obtiveram-se, ainda, poucas respostas referentes: às problemáticas da multiculturalidade e hibridação cultural; à homogeneização identitária e cultural; à possibilidade de (re)construção identitária como um dos efeitos da sociedade global e à importância que tais aspetos assumem na ação museológica coetânea. Este facto sugere, paradoxalmente, que a maioria dos municípios com redes museológicas locais parece não identificar/reconhecer o processo de globalização e a figura da «rede» enquanto elemento relevante na ação museológica contemporânea, parecendo ignorar simplesmente este fator, evidenciando uma perceção bastante reduzida de toda esta problemática por parte dos responsáveis pelas redes museológicas locais.

Perante a ausência da perceção do que significam estes aspetos no funcionamento das redes locais de museus, poderá suceder que dificilmente as mesmas estarão previdentes para lidar com os desafios da sociedade contemporânea ou, pelo menos, retirar os benefícios efetivos da atual conjuntura social. Também significa que as redes museológicas locais parecem não encontrar-se em sintonia com o pressuposto da interdisciplinaridade com as demais áreas do conhecimento e as realidades do mundo contemporâneo.

Pelo exposto, somos levados a concluir que também a Hipótese D colocada nesta investigação também não se confirma e **as redes museológicas locais parecem não estar preparadas para enfrentar os desafios da sociedade globalizada.**

Em síntese, pode dizer-se que, das quatro hipóteses inicialmente colocadas na investigação, apenas se vê confirmada a primeira levando-nos a considerar que:

- A) **Existe, na atualidade, uma tendência crescente de (re)organização museal e criação de redes museológicas locais;**
- B) **As redes museológicas locais não parecem ter propensão para uma prática baseada na sociomuseologia;**
- C) **As redes museológicas locais parecem não assumir uma forma organizativa horizontal, mas sim, tendencialmente vertical, dificultando, assim, a prática sociomuseológica;**
- D) **As redes museológicas locais parecem não estar preparadas para enfrentar os desafios da globalização, mostrando abstração em relação aos traços distintivos da sociedade globalizada.**

Este conjunto de apreciações e as respetivas fundamentações oferecem um retrato, um recorte do atual quadro concernente às redes museológicas locais em território nacional e a respetiva *praxis* sociomuseológica. Fornece uma visão que contribui para a construção de um plano estratégico para o MTA com base na sociomuseologia: um plano integrado de funcionamento para esta rede capaz de constituir um fator de desenvolvimento sustentado das comunidades locais e de superar as debilidades e ameaças identificadas na problemática da (re)organização institucional dos museus locais.

Trata-se da assunção de uma estratégia de funcionamento institucional que aposta no incremento dos princípios da cooperação estratégica; da corresponsabilização e concertação social; da valorização do potencial humano conferindo um enfoque central no envolvimento das populações nos desígnios institucionais visando a preservação de identidades próprias; do reforço da coesão social assente numa ação museológica apoiada nos valores identitários, patrimoniais e memórias das comunidades do município. Este intento passa, indubitavelmente, pela assunção plena do papel da autarquia local, não no controlo mas sim na sua regulamentação, no fomento e moderação em todo o processo, incentivando e incrementando a autonomia, a descentralização de poderes e a territorialização. Isto porque o desenvolvimento das sociedades contemporâneas e democráticas exige um exercício institucional que contribua para a valorização das pessoas e para a redução das desigualdades sociais focando o progresso humano.

Este plano estratégico pretende ser um documento dinâmico, podendo ser ajustado permanentemente através de uma monitorização periódica, onde se aferirão, a todo o momento, as necessidades de reajustamento face à permanente transformação da sociedade e dos seus constrangimentos. Mas também pretende ser um documento inovador face aos demais planos operacionais e regulamentos congéneres pelo facto de consagrar, como se disse, os princípios da cogestão, corresponsabilização e concertação social numa atitude de democratização do acesso e fruição cultural enquanto concilia a ação sociomuseológica como estratégia e filosofia basilar.

Sinteticamente, o plano estratégico apresentado:

- a) Alicerça-se e vem retomar o projeto de criação do MTA (Café, 2007) enquanto rede de espaços museológicos do território de Alcanena: um conjunto de lugares patrimoniais e equipamentos idealizados para um espaço de múltiplos traços identitários, de variadas realidades sociais;

- b) Fundamenta-se nos princípios sociomuseológicos basilares considerando que a ação museológica assenta, conforme Russio (1994) e Chagas (1994b), na estreita teia de relações entre: o ser humano (enquanto sujeito que conhece); o objeto (enquanto bem cultural que integra a realidade do qual o ser humano é uma parte intrínseca); um espaço/cenário denominado museu (enquanto lugar privilegiado de reflexão, diálogo e problematização) e, por fim, a função social que o museu adquire;
- c) Contempla um funcionamento orgânico aberto, horizontal, assente nas premissas da governação procurando: atuar territorialmente; governar por metas de melhoria social, estimulando a transparência dos programas estratégicos; promover a transversalidade nas ações de governo local; construir uma política cultural inclusiva; potenciar os recursos patrimoniais do território de modo a promover o desenvolvimento sustentado local das comunidades como um todo, simultaneamente valorizando e distinguindo cada uma das partes; desenvolver a corresponsabilidade e implementar um ambiente de diálogo e gestão partilhada dos espaços museológicos e, ainda, construir uma visão de futuro coletiva estimulando parcerias e cooperação estratégica no fortalecimento da democracia e da formação de cidadãos dotados de espírito de criticidade;
- d) Vem tentar conjugar as diferentes realidades de dez freguesias de um concelho com identidades e culturas próprias, mobilizando vontades e motivações procurando quebrar o distanciamento entre culturas e identidades, tentando otimizar os recursos disponíveis tanto do município como das comunidades em si. A planificação da ação museológica tem como horizonte não apenas a função de colecionar, documentar, conservar, investigar e expor, mas, sobretudo, a ação de comunicação e interpretação do património, das suas identidades e memórias a favor da qualificação humana.

Deste modo, a filosofia do plano estratégico não assenta num aglomerado de projetos individuais apartados, mais ou menos técnicos para cada unidade museológica da rede, *per si*. Assenta, antes, numa visão abrangente de um projeto que tem como preocupação central a construção de um organismo que, constituindo um todo dotado de uma estratégia integrada, não anula a identidade e autonomia de cada elemento que o compõe.

Com esta abordagem, pretende-se construir, através da ação sociomuseológica, um território socialmente inclusivo e aberto ao meio onde se insere; valorizador do seu

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

património e identidades; preocupado em adequar o funcionamento das suas instituições culturais às realidades contemporâneas, assumindo cada espaço museal como um local de intervenção social e de comunicação numa busca de coesão social e um verdadeiro desenvolvimento sustentado.

A aplicação do plano estratégico pressupõe o envolvimento de toda a organização, enquanto verdadeira rede, numa multiplicidade de relações que extravasam as suas próprias fronteiras físicas, visando, como se referiu, mobilizar as comunidades locais, na medida em que assume, como ponto de partida, o compromisso de desenvolver esforços no sentido da colaboração com os parceiros das comunidades para concretizar os objetivos traçados. Elege-se como primados na operacionalização da ação: o envolvimento da comunidade; o investimento nas pessoas e a negociação e a construção de consensos.

Deste modo, uma ampla participação e abertura democrática, com a descentralização decisória por parte da tutela, esbate o distanciamento entre o poder e o cidadão, estimulando a proximidade entre estes. E com a descentralização decisória, surge a implementação da autonomia que, por sua vez, conduz à promoção da emancipação das comunidades e dos cidadãos no seu processo de desenvolvimento humano centrado em torno das questões do património, da(s) identidade(s) e da memória(s) coletiva(s). Com estes dois aspetos, poderá dar-se corpo a uma organização capaz de realizar competências sociais e de incorporar, de forma criteriosa, as mudanças constantes que caracterizam a nossa sociedade globalizada.

Os subsídios aqui fornecidos indicam as vantagens e proficuidade que a adoção de uma organização das instituições museológicas locais em rede, alicerçados na teoria da sociomuseologia e aliados a uma governação participada dos cidadãos apresenta nos mais variados domínios (políticos, sociais, culturais e mesmo de desenvolvimento sustentável do território).

Comunicação em rede, troca de ideias, conjugação de projetos, criação de substratos culturais regionais, organização solidária assente nas sinergias locais entre agentes culturais da região, visão holística e abrangente das problemáticas regionais... tudo isto, numa ótica de entendimento da diferenciação cultural como valor, enriquecedora da dimensão regional.

Caberá, não só, aos profissionais da museologia, mas, de igual modo, a todos aqueles que detêm responsabilidades políticas e culturais encontrar as ferramentas e as estruturas adequadas para manter a sobrevivência da instituição museal e garantir o cumprimento da sua missão ao serviço do desenvolvimento do ser humano.

Espera-se que as considerações resultantes desta investigação possam auxiliar os responsáveis do poder local nas suas tomadas de decisão quanto à estruturação e funcionamento organizacional das suas redes museológicas locais.

Estamos em crer que o verdadeiro sucesso de qualquer rede museológica local reside na sua capacidade de instituir ricas e diversificadas teias relacionais: museológicas, sociais e institucionais.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia citada e referenciada.

- Abreu, Salomé. (2008). *Organização e gestão de museus: estudo e análise para um modelo sustentável*. Dissertação de mestrado em museologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. In <http://www.scribd.com/doc/32062986/Organizacao-e-Gestao-de-Museus-Estudo-e-Analise-para-um-Modelo-Sustentavel-Tese> Consultado em 6 de agosto de 2010.
- Acero, Teresa Álvarez. (1999). *A quién pertenece el patrimonio inmaterial?* In Revista Areté Documenta, N.º 22. Asociación Española para la Gestión del Patrimonio Cultural. Madrid.
- Afonso, Simonetta Luz. (1996). *Património cultural – reflexões sobre a sua prática*, In *Direito do Património Cultural*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração (INA).
- Aguileta, Iñaki Lopes de. (2000). *Cultura e ciudad: manual de política cultural municipal*. Gijón: Ediciones Trea.
- Ågren, Per-Uno. (2002). *Reflexões sobre a Rede Portuguesa de Museus*. In *Actas Fórum internacional redes de museus*. Seixal: Ministério da Cultura/Rede Portuguesa de Museus/Instituto Português de Museus.
- Almeida, Ana. (2008). *A curadoria de identidades na era da globalização*. In *Idearte -Revista de teorias e ciências da arte*. Vol. 4. In: <http://www.idearte.org/texts/43.pdf> Consultado em 3 de março de 2009.
- Almeida, Maria Mota. (1996). *Mudanças sociais/Mudanças museais – Nova museologia/Nova história – que relação?* In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 5. Lisboa: ULHT.
- Alves, Francisco, et.al. (2006). *Actas das XVI Jornadas sobre a função social do museu; Ecomuseu de Barroso: identidade e desenvolvimento*. MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre.
- Amazonas, Archimedes Ribas & Lima, Cármen Lúcia Castro. (2009). *Museus e desenvolvimento local: território e comunidade*. In *Atas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*. Volume I. pp. 93-102. In

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8111.pdf> Consultado em 29 de Setembro de 2010.

Anderson, Gary J. (1993). *Fundamentals of educational research*. London: Falmer Press. In http://books.google.pt/books?id=Vz56pjD1PCwC&printsec=frontcover&dq=fundamentals+of+educational+research&hl=pt-PT&ei=BqTbToO9IcfmtQaQ8fXtBQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CC4Q6AEwAA#v=onepage&q&f=false Consultado em 5 de janeiro de 2010.

Andrieux, Jean-Yves. (1992). *Le patrimoine industriel*. Paris: Presses Universitaires de France.

Anico, Marta. (2005). *A pós-modernização da cultura: património e museus na contemporaneidade*. Universidade Técnica de Lisboa. Publicado em Horizontes Antropológicos. Volume 11. Número 23. Porto Alegre. Janeiro/Junho. In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100005 Consultado em 9 de setembro de 2009.

Anico, Marta & Peralta, Elsa. (2004). *As políticas culturais autárquicas num contexto de globalização: processos e dinâmicas do património em Ílhavo e em Loures*. Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra. In: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MArtaAnico.pdf> Consultado em 8 de março de 2009.

Appadurai, Arjun. (1994). *Disjunção e diferença na economia cultural global*. In Mike Featherstone (org.). (1994). *Cultura global*. Petrópolis : Vozes. Pp.311-327.

_____. (2004). *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Editorial Teorema, Lda.

Arpin, Rolan. (2000). *La révolution tranquille des musées*. In Jaumain, Serge. (2000). *Les musées en mouvement. Nouvelles conceptions, nouveaux publics. (Belgique, Canada)*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles.

Arrighi, Giovanni; Silver, Beverly. (2004). *Chaos, governance and modern world system*. Minnesota Press. Minneapolis. In: <http://www.google.com/books?hl=pt-PT&lr=&id=bYa-csgvjkoC&oi=fnd&pg=PR9&dq=chaos+governance+and+modern+world+system&ots=zeBL5i7JyZ&sig=fEeieYhTnoFv6GjZDoQ3X3-zbUQ#v=onepage&q&f=false> Consultado em 20 de outubro de 2009.

- Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena
Associação de Municípios do Médio Tejo. (2006). *Região do médio Tejo, estratégia de desenvolvimento e plano de acção 2007-2013* (Orientações estratégicas para o concelho de Alcanena). Alcanena: Câmara Municipal de Alcanena.
- Bachelard, Gaston. (1965). *La formation de l' esprit scientifique*. Paris: Librairie Philosophique J Vrin.
- _____. (1988). *A dialética da duração*. São Paulo: Ática.
- _____. (1993). *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes.
- Badaró, Rui A. L. (2006). *O Direito do Turismo na União Europeia: Breves Considerações*. In: www.ibcdtur.org.br/Publ_Dir_Com_Euro.htm Consultado em 23 de março de 2007.
- Ballart, Josep. (1997). *El Património Histórico y Arqueológico: Valor Y Uso*. Barcelona: Editorial Ariel Patrimonio Historico.
- Ballart Hernández, J. e J. Juan I Tresserras. (2001). *Gestión del patrimonio cultural*. Madrid: Ariel.
- Baptista, Susana. (1998). *A actividade turística da região centro*. Lisboa: Direção Regional do Centro do INE.
- Baran, Paul. (1964). *On distributed communications: I. Introduction to distributed communications networks*. In Memorandum RM-3420-PR, (1964). Santa Monica: The Rand Corporation. In. http://www.rand.org/pubs/research_memoranda/2006/RM3420.pdf Consultado em 13 de agosto de 2009.
- Barreto, Margarida. (2000) *Los Museos y su papel en la formación de la identidad*. Congreso virtual de antropologia. NayA. In: www.naya.org.ar/ Consultado em 25 de setembro de 2007.
- Barros, Luís Aires. (2004). *Património, território e sociedade*. Coordenação CICOP. Lisboa: Câmara Municipal de Cascais.
- Bastos, José Gabriel Pereira. (2007). *A mudança na cultura – identidade, interculturalidade e hibridização cultural*. Comunicação apresentada no XII Atelier MINOM Internacional: *Museus e sociedade – agarrar a mudança: que acção? que pensamento comum?*. 27 de Outubro. Lisboa/Setúbal.
- Bauman, Zygmunt. (1998). *En busca de la política*. In http://www.insumisos.com/lecturasinsumisas/Bauman_En_busca_de_la_politica.pdf Consultado em 24 de outubro de 2010.
- Belcher, Michael. (1997). *Organización y diseño de exposiciones La relación con el museo*. Gojón: Ediciones Trea.

- Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena
-
- Bell, Judith. (2004). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Bermudez, Alejandro; Arbeloa, Joan Vianney M.; Giralt, Adelina. (2004). *Intervención en el patrimonio cultural – Creación y gestión de proyectos*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Bertalanffy, Ludwig Von. (1975). *Teoria Geral de Sistemas*. 2ª Ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Edição Vozes, Lda.
- Bhabha, Homi K. (2008). *The location of culture*. London: Routledge Classics.
- Bilhim, João. (2004). *A governação nas autarquias locais*. Coleção Inovação e governação nas autarquias. Porto: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Bolaños, Maria. (2002). *La memoria del mundo – Cien años de museología – 1900 a 2000*. Gijón: Ediciones Trea.
- Bourdieu, P.; Chamboredon, J.-C.; Passeron, J.-C.. (1968). *Le métier de sociologue*. Paris: Mouton, Bordas.
- Braga, Maria Lúcia Santaella. (2006). *Diálogos Interculturais*. Entrevista ao Vida & Arte Cultura. In <http://opovo.com.br/www/opovo/vidaarte/644874.html> Consultado em 11 de março de 2010.
- Brandão, José Manuel. (1996). *Acção cultural e educação em museus* In *Cadernos de Sociomuseologia, N.º 5*. Lisboa: ULHT.
- _____. (1993). *Conservador e museólogo: abordagem de conceitos*, In *Cadernos de Nova Museologia, N.º 1*. Lisboa: ULHT.
- Bravo, Maria Pilar; Eisman, Leonor. (1998). *Investigación Educativa*. 3ª Ed. Sevilha: Ediciones Alfa. pp. 177-357.
- Bruno, Cristina. (1997). *Funções do museu em debate: Preservação*; In *Cadernos de Sociomuseologia, N.º 10*. Lisboa: ULHT.
- CAF 2006, *Estrutura Comum de Avaliação*. (2007). DGAEP.
- Café, Daniel Calado. (2007). *Património, memória e identidade: proposta para a criação do Museu do Território de Alcanena*. Dissertação para obtenção de grau Mestre em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa. Lisboa. (Não publicada).
- Camacho, Clara Frayão. (2002). *Rede portuguesa de museus – um projecto em construção*. In *Actas Fórum Internacional Redes de Museus*. Seixal: Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus.

- Câmara, Inês Bettencourt da & Fernambuco, Cláudia. (2008). *Inquérito sobre serviços educativos e comunicação em museus*. 2008. In www.mapadasideias.pt Consultado em 13 de dezembro de 2009.
- Câmara Municipal de Alcanena. (1994). *Plano Director Municipal*. Proposta 1993. 3ª fase. Alcanena: Câmara Municipal de Alcanena.
- _____. (2003). *Brasões do Município de Alcanena*. Alcanena: Câmara Municipal de Alcanena.
- _____. (2006). *XX Jogos florais do concelho de Alcanena*. Alcanena: Câmara Municipal de Alcanena.
- _____. (2007). *Pesquisa de atividade económica*. In: <http://www.cm-alcanena.pt> Consultado em 8 de junho de 2007.
- Campos, Cristina; Neves, Anabela; Fernandes, Domingos; Conceição, José M. & Alaiz, Vítor. (1994). *Pensar avaliação, melhorar a aprendizagem*. Instituto de Inovação Educacional. Lisboa. In: http://www.dgide.min-edu.pt/secundario/Documents/quest_sala_aula.pdf Consultado em 21 de maio de 2008.
- Canavilhas, Gabriela. (2010). *Os museus para o século XXI*. Lisboa. In <http://www.pcm.gov.pt/pt/GC18/Governo/Composicao/Pages/Composicao.aspx> Consultado em 10 de maio de 2010.
- Canclini, Néstor Garcia. (1997). *Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP. In: <http://www.ufrgs.br/cdrom/garcia/garcia.pdf> Consulto em 3 de agosto de 2008.
- _____. (2008). *Diferentes, desiguales e desconectados: mapas de la interculturalidade*. Madrid: Editorial Gedisa, S. A.
- Candau, J. (2001). *Memoria y Identidad*. Buenos Aires: Ediciones Del Sol.
- Carbonell, Eduard. (20059). *Reflexiones en torno a los museos, hoy*. In Revista Museos.es. N.º 1. In: http://www.mcu.es/museos/docs/MC/MES/Rev1/s1_1EnTornoalMuseo.pdf Consultado em 12 de dezembro de 2008.
- Cardoso, Gustavo. (2006). *Os media na sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, José Augusto. (2009). *Editorial*. In *Boas práticas nas autarquias locais*. Cadernos Municipais Electrónicos. N.º 2 setembro 2009. Respublica Fundação. In <http://www.fundacaorepublica.pt/cms/files/revista/REV4ab90b9c50987.pdf> Consultado em 29 de Junho de 2010.

- Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena
-
- Castells, Manuel. (2007). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ceia, Carlos. (2000). *Normas para apresentação de trabalhos científicos*. Lisboa: Editorial Presença.
- Centro de Artes e Ofícios Roque Gameiro. (2004). *Piaçã dos Charales do Ninhou, Linguajar Típico de Minde*. Minde: Tipotejo Artes Gráficas, Lda.
- Cerezuela, David Roselló. (2005). *Diseño y evaluation de proyectos culturales*. Barcelona: Ariel Ediciones.
- Chagas, Mário de Souza. (2002). *Memória e Poder: dois movimentos*. In *Cadernos de sociomuseologia*, N.º 19. Lisboa: ULHT.
- _____. (1994a). *No museu com a turma de Charlie Brown*. In *Cadernos de sociomuseologia*, N.º 2. Lisboa: ULHT.
- _____. (1994b). *Novos Rumos da Museologia*. In *Cadernos de sociomuseologia*, N.º 2. Lisboa: ULHT.
- _____. (1994c). *O Campo de actuação da museologia*. In *Cadernos de sociomuseologia*, N.º 2. Lisboa: ULHT.
- Choay, Françoise. (1992). *L' allegorie du Patrimoine*. Paris: Seuil.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. (2005). *Reabilitação do património e arte em rede*. Lisboa: CCDR-LVT.
- Comissão Nacional Portuguesa do ICOM. (2009). *Os museus portugueses no início da segunda década do século XXI. Desafios para a XI Legislatura*. In: http://www.google.pt/search?sourceid=navclient&ie=UTF-8&rlz=1T4SUNA_enPT284PT285&q=os+museus+portugueses+no+in%3%adicio+da+segunda+d%3%a9cada+do+s%3%a9culo+XXI.+Desafios+para+XI+Legislatura Consultado em 10 de agosto de 2010.
- Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal. (1991).
- Conferência mundial de turismo sustentável, Lanzarote (1995). Pesquisa de Carta do turismo sustentável. In: <http://www.ciberamerica.org> Consultado em 15 de setembro de 2007.
- Coutinho, Clara. (2005). *Percursos da investigação em tecnologias em Portugal*. Braga: Universidade do Minho.
- Claro, João Martins. (1996). *Enquadramento e apreciação crítica da Lei n.º 13/85*, In *Direito do Património Cultural*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração.

- Confederação do Turismo Português. (2005). *Reinventando o turismo em Portugal-estratégias de desenvolvimento turístico português no I quartel do séc. XXI*. Lisboa: CTP.
- Constância, João Paulo Medeiros. (1993). *A evolução de conceitos entre as Declarações de Santiago e de Caracas* In *Cadernos de Museologia, N.º 1*. Lisboa: ULHT.
- Cordovil, Maria Madalena. (1993). *Sobre o conceito de museologia social - novos museus, novos perfis profissionais*, In *Cadernos de Sociomuseologia, N.º 1*. Lisboa: ULHT.
- Costa, Thatyane Roberta Castro. (2004). *A mundialização da cultura e os processos de homogeneização e formação da cultura global*. Universitas – Relações Int., Brasília, Volume 2, N.º 1, janeiro/junho. pp.255-267. In <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/301/254> Consultado em 3 de junho de 2009.
- Da Silva, Elsa. P. (2003). *Património e identidade. Os desafios do turismo cultural*. Universidade Técnica de Lisboa. In: <http://www.aguaforte.com/antropologia/Peralta.html> Consultado em 15 de março de 2007.
- Darthein, Ricardo. (2004). *Globalização e ciências sociais*. In *IX Encontro Nacional de Economia Política*. (8/6/2004-11/6/2004) Uberlândia/MG. Sociedade Brasileira de Economia Política. In: http://www.sep.org.br/artigo/9_congresso_old/ixcongresso53.pdf Consultado em 13 de setembro de 2010.
- Davies, Stuart. (1998). *La planificación estratégica en los museos pertenecientes a corporaciones locales*. In Moore, Kevin, et al. (1998). *La gestión del museo*. Gijón: Trea. (Publicação original 1993) In The School of Business and Economic Studies. Leeds: University of Leeds.
- Desvallées, André. (1994). *Vagues: Une anthologie de la nouvelle muséologie. Recueil de textes*. Volume 2. Mâcon: Éditions WMNES.
- Dickenson, Victoria. (1998). *Investigación sobre la relación entre los consejos rectores y la dirección de los museos*. In Moore, Kevin et al. (1998). *La gestión del museo*. Pp: 291-303. Gijón: Trea. (Publicação original 1991) In Curator 34 (4).
- Direção da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM. (2009). *Os museus portugueses no início da segunda década do século XXI. Desafios para a XI Legislatura*. In: [http://www.icom-portugal.org/multimedia/Desafios_XILegis\(1\).pdf](http://www.icom-portugal.org/multimedia/Desafios_XILegis(1).pdf) Consultado em 10 de agosto de 2010.

- Domenach, Jean-Marie. (1987). “*Souveraineté politique et identité culturelle*” In *Pour une politique européenne de la culture*. Paris: Economica. p 35.
- Dubois, Anna; Gadde, Lars-Erik. (2002). *Systematic combining: an abductive approach to case research*. Journal of Business Research 55. pp. 553-560. In:
http://econpapers.repec.org/article/eeejbrese/v_3a55_3ay_3a2002_3ai_3a7_3ap_3a553-560.htm Consultado em 24 de julho de 2010.
- Eco, Humberto. (1997). *Como se faz uma tese em ciências humanas*. 12ª Edição (2005). Lisboa: Editorial Presença.
- Eisenhardt, Kathleen M. (1989). *Building theories from case study research*. Academy of Management Review, Vol. 14, N.º 4. pp. 532-550. In
<http://pages.cpsc.ucalgary.ca/~sillito/cpsc-601.23/readings/eisenhardt-1989.pdf>
Consultado em 21 de junho de 2009.
- Featherstone, Mike. (2001) *Culturas globais e culturas locais*. In Fortuna, Carlos (Org.). (2001). *Cidade, cultura e globalização*. Oeiras: Celta. pp.83-103.
- Fentress, James. e Wickham, Chris. (1992). *Memória social, novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema.
- Fernandes, António Teixeira. (s/d) *Poder local e turismo social*. In:
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo1488.pdf> Consultado em 02 de julho de 2008.
- Fernandes, Mariana Rafaela. (2009). *Redes organizacionais e sistemas multiagentes: aproximações teóricas e simulação de arranjos institucionais em contextos sociais complexos*. In X Salão de Iniciação Científica. Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul. In:
http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaoIC/Ciencias_Humanas/Sociologia/71057-MARIANARAFAELEFERNANDES.pdf Consultado em 15 de julho de 2010.
- Fernandes, Paulo. (2008). *Projecto Aldeias do Xisto: um caso de sucesso*. Comunicação proferida no XV Encontro Nacional de Museus e Autarquias. Alcanena. (Não publicada).
- Fernández, Luiz Alonso. (1999). *Introducción a la nueva museologia*. Madrid: Alianza Editorial.
- _____. (2001). *Museologia y museografía*. Barcelona: Ed. del Serbal.
- Ferreira, António Fonseca. (2005). *Reabilitação do património e arte em rede*. Lisboa: CCDR-LVT.

- Ferreira, Luís Duarte. (2005). *Estudo analítico das variáveis da macro envolvente de um destino turístico*. Revista de Estudos Politécnicos, Vol. II, Nº 4. pp. 135-147. In http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-99112005000200009&script=sci_arttext Consultado em 15 de julho de 2010
- Ferrez, citado por Nascimento, Rosana. (1994). *Documentação museológica e comunicação*, In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 3. Lisboa: ULHT.
- Fink, Arlene. e Kosecoff, Jacqueline. (1985). *How to conduct surveys: a step-by-step guide*. London: Sage Publications.
- Foddy, William. (1996). *Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e inquéritos*. Oeiras: Celta Editora.
- Fórum Internacional Redes de Museus. Museum Networks International Fórum*. (2002). Seixal: Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus.
- Fukuda-Parr, Sakido. (2004). *Relatório do desenvolvimento Humano 2004: Liberdade cultural num mundo diversificado*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Lisboa. Edição em Língua Portuguesa: Mensagem – Serviço de Recursos Editoriais, Lda. In: http://hdr.undp.org/en/media/hdr04_po_complete.pdf Consultado em 24 de junho de 2009.
- Freire, Isa Maria. (2006). *Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local*. In Ci. Inf. Brasília. Volume 35. Número 2. Pp 58-67. Maio/Agosto. In: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a07v35n2.pdf> Consultado em 23 de junho de 2010.
- Friedman, Renée. (1998). *Los problemas de la gestión de personal en museos y organismos históricos*. In Moore, Kevin et al. (1998). *La gestión del museo*. Gijón: Trea. (Publicação original em 1992 In: History News 37. Pp.14-18.)
- Frier, Pierre-Laurent. (1997). *Droit du patrimoine culturel*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Frey, Klaus. (2003). *Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação*. In: http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/desenvolvimento-sustentavel-local-na-sociedade-em-rede-potencial-das-novas/id/610163.html Consultado em 12 de fevereiro de 2009.
- Galhardo; Manuela. (1996). *Direito do Património Cultural*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração.

- Galopim de Carvalho, A. M. (1999). *Geomonumentos – Uma reflexão sobre a sua caracterização e enquadramento num projecto nacional de defesa e valorização do Património Natural*. Lisboa: Liga de Amigos de Conímbriga.
- Garcia, Nuno Guina. (2003). *O museu entre a cultura e o mercado: um equilíbrio instável*. Coimbra: Edições IPC/Inovar Para Crescer. Instituto Politécnico de Coimbra.
- García, Julián Martínez. (2005). *Nuevas perspectivas de los museos ante el desafío del futuro*. In *Museos.es: Revista de la Subdirección General de Museos Estatales*. N.º 1. In: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1373757> Consultado em 29 de maio de 2009.
- García Blanco, Ángela. (1999). *Le exposición – Un medio de comunicación*. Barcelona: Ediciones Akal.
- Ghiglione, Rodolphe; Matalon, Benjamin. (1991). *O inquérito – teoria e prática*. 4ª Edição. Oeiras: Editora Celta.
- Giddens, Anthony. (2000). *Dualidade da estrutura. Agência e estrutura*. Oeiras: Celta.
- Gil, António Carlos. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª Edição. São Paulo: Editora Atlas.
- Gomes, Francisco. (2006). Protocolo para a criação da Rede Local de Museus vai ser assinado. Oeste Online. Edição de 14 de maio de 2003. In <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=3410> Consultado em 27 de agosto de 2009.
- Gonçalves, Alexandra Rodrigues. (2005). *O desenvolvimento sustentado da relação entre os museus e o turista*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo. Faro: Universidade do Algarve/Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo.
- Goujard, Marc. (2002). *Actas fórum internacional redes de museus*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus.
- Gouveia, Luís Borges; Neves, Nuno; Carvalho, Carlos. (2009). *Um ensaio sobre a Governação na Era da Globalização*. Revista Geopolítica. Número 3. Junho de 2009. Centro Português de Geopolítica. Pp. 235-268. In: http://www2.ufp.pt/~lmbg/com/geo_eraglobal09.pdf Consultado em 21 de março de 2010.
- Greenwood, Ernest. (1963). *Métodos de investigação empírica em Sociologia*. N. da R. — Tradução do artigo “*Los Métodos de Investigación Empírica en Sociología*”, publicado

- Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena na Revista Mexicana de Sociologia, Vol. XXV, n.º 2, de Maio-Agosto 1963, pp. 541-574. In: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224164262K2IAE9wd1Ui39AM8.pdf> Consultado em 2 de junho de 2010.
- Guttmann, Amy. (1994). In Taylor, Charles. (1994). *Multiculturalismo*. Princeton University Press. Direitos reservados para a língua portuguesa: Lisboa: Instituto Piaget.
- Habernas, Jürgen (1994). In Taylor, Charles. (1994). *Multiculturalismo*. Princeton University Press. Direitos reservados para a língua portuguesa: Lisboa: Instituto Piaget.
- Hannertz, Ulf. (1997). *Fluxos, fronteiras e híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional*. In Revista Mana, V.3, N.º1 p.7-39. Rio de Janeiro. In <http://www-scielo.br/> Consultado em 12 de agosto de 2009.
- Harvey, David. (1989). *The Condition of Postmodernity*. Cambridge: Blackwell.
- Hatton, Alf. (1998). *Problemas actuales de la formación museística en el Reino Unido*. In Moore, Kevin, et al. (1998). *La gestión del museo*. Gijón: Trea. (Publicação original em 1989 In: International Journal of Museum Management and Curatorship 8. Pp.149-156.)
- Harney, Andy Leon (1998). *Cambistas en el templo? Museo y mission financiera*. In Moore, Kevin et al. (1998). *La gestión del museo*. Gijón: Trea. (Publicação original em 1992 In; Museum News (Novembro/Dezembro). Pp.38-43, 62-63).
- Hernández, Francisca Hernández. (1998). *El museo como espacio de comunicacion*. Gijon: Ed. Trea.
- _____. (1994). *Manual de museología*. Madrid: Síntesis.
- Hernández, Josep Ballart. (2007). *Manual de museos*. Madrid: Sintesis.
- Hernández, Josep Ballart & Tresseras, Jordi Juan i. (2001). *Gestión del Patrimonio Cultural*. Barcelona: Ariel Turismo.
- Henriques, Luís Oliveira. (1996). *A Comunicação na Escola e no Museu* In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 5. Lisboa: ULHT.
- Henriques, José Manuel. (2006). *Global restructuring and local anti-poverty action: learning from european experimental programmes*. Volume II. Tese de doutoramento em economia, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e d Empresa. In <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/273> Consultado em 12 de março de 2009.
- Henriques, José Paulo. (2010). *É preciso gestão estratégica*. In <http://student.dei.uc.pt/~jpdias/gestao/Strategic/> Consultado em 14 de março de 2010.
- Hobsbawm, Eric. (1998). *A questão do nacionalismo, nações e nacionalismo desde 1780*. Lisboa: Terramar.

- Homs, Maria Inmaculada Pastor. (2004). *Pedagogía museística – Nuevas perspectivas y tendencias actuales*. Barcelona: Ariel Patrimonio Ediciones.
- Hooper-Greenhill, Eilean. (1998). *Los museos y sus visitantes*. Gijón: Ediciones Trea.
- Hoz, Arturo. (1985). *Investigación Educativa: Dicionário Ciências da Educação*. Madrid: Ediciones Anaya, S.A.
- Hubert, François. (1989). *La Museología, Curso de museología/Textos e testimonios*. Bordas: AKAL/Arte y Estetica.
- Ianni, Octavio. (1994). *Globalização: Novo paradigma das ciencias sociais*. In Estudos Avançados Vol. 8, número 21. São Paulo. Maio/agosto. In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401419944000200009 Consultado em 21 de outubro de 2009.
- Inda, Jonathan Xavier. & Rosaldo, Renato. (2002). *The anthropology of globalization: a reader*. Oxford: Blackwell Publishers. In http://books.google.pt/books?id=5tUJGfSLVKUC&pg=PA127&lpg=PA127&dq=tre+anthology+of+globalization:+a+reader&source=bl&ots=OxcexvDSPn&sig=f-Tiunc-nLOpKnmsie29-iGl_NU&hl=pt-PT&ei=7KLbTsdkhLDyA5aJsdkN&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=3&ved=0CC0Q6AEwAg#v=onepage&q&f=false Consultado em 30 de julho de 2009.
- Infopédia – Enciclopédia e Dicionários Porto Editora. (2011). In <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/património> Consultado em 23 de junho de 2011.
- _____. (2011). In <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/património> Consultado em 23 junho de 2011.
- Instituto de Dinâmica do Espaço – Universidade Nova de Lisboa. (2006). *Alcanena 2013, Orientações estratégicas e plano operacional* (texto provisório). Lisboa: Câmara Municipal de Alcanena.
- Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Academia das Ciências de Lisboa e da Fundação Calouste Gulbenkian. (2001). *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea, I Volume A – F*. Lisboa: Verbo. P.900.
- Instituto Nacional de Estatística. (2002). *Censos 2001, Resultados definitivos – centro*. Lisboa: INE.
- _____. (2006). *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 2005*. Lisboa: INE.

- Instituto Português de Museus. (2004). *Temas de museologia, Museus e acessibilidade*. Lisboa: IPM.
- Jackson, Peter M. (1998). *Indicadores de comportamiento: promesas e escollos*. In Moore, Kevin (org.). (1998). *La gestión del museo*. Gijón: Trea. (Publicação original em 1991 In: *Museum economics and the community*. London: Athlone. Pp.41-64.)
- Jorge, Otilia Morgado. (1993). *Sobre o conceito de museologia social*, In *Cadernos de Museologia, N.º 1*. Lisboa: ULHT.
- Kohls, Volnei Kraus. (1999). *O reflexo da sociedade em rede nas organizações: a tecnologia da informação, a flexibilização e a descentralização concentradora (de poder e riqueza)* REAd – Edição 12 Vol. 5 Número 4, novembro e dezembro de 1999. In: http://read.adm.ufrgs.br/edicoes/pdf/artigo_293.pdf Consultado em 12 de julho de 2010.
- Lacerda, Juciano de Sousa. (s/d) *Sistemas, redes e complexidade – A indústria cultural em tempos de Internet*. In: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lacerda-juciano-sistemas-redes.pdf> Consultado em 02 de julho de 2008.
- Laus, Egeu R. J. (2004). *Cultura de Redes na mobilização popular*. In: <http://www.itea.org.br/cultura-de-redes-na-mobilizacao-popular> Consultado em 9 de novembro de 2009.
- Lobo, Luis Grau. (2003). *Modelos de organización museística: sobre redes y sistemas*. In *Revista mus-A, N.º 8 – Revista de las Instituciones del Patrimonio Historico de Andalucía*. In: www.museosdeandalucia.es Consultado em 3 de janeiro de 2009.
- Lopes, João Carlos. (1995). *Roteiro do Concelho de Alcanena*. Alcanena: Câmara Municipal de Alcanena.
- Lorente, Jesús-Pedro Lorente. (2006). *Nuevas tendencias en teoría museológica: a vueltas com la museología crítica*. In *Revista Museos.es, N.º 2*. In: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2194340> Consultado em 12 de dezembro de 2008.
- Lameiras-Campagnolo, Maria Olímpia; Campagnolo, Henri. (2002). *O conceito de «rede»: incidências sobre o enquadramento e a coordenação das unidades, museológicas portuguesas*. In *Actas Fórum Internacional Redes de Museus*. Seixal: Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus.
- Léon, Aurora. (1995). *El Museo, teoría, praxis y utopia*. Madrid: Cátedra – Cuadernos Arte.
- Lieber, Renato Rocha. (s/data). *Teoria de sistemas*. In <http://www.google.pt/search?q=renato+lieber+teoria+de+sistemas&rls=com.microsoft>

pt:IE-Address&ie=UTF-8&oe=UTF-8&sourceid=ie7&rlz=1I7GGLL_en Consultado em 10 de setembro de 2010.

- Lewis, Peter. (1998). *Museos y marketing*. In Moore, Kevin et al. (1998). *La gestión del museo*. Gijón: Trea. (Publicação original em 1992 In: Thompson, M. A. et al.; *Manual of Curatorship: a guide to museum practice*. London: Museums Association/Butterworth. Pp.148-158.)
- López, Jesús Mejías. (2008). *Estructuras y principios de gestión del patrimonio cultural municipal*. Gijón: Trea.
- Lourenço, Vanda; Rui Telmo Gomes (2005), *O Festival Estoril Jazz: Jazz num dia de verão. Construção de uma imagem de marca*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Lousada, Ana Maria. (1993). *Conservador e museólogo: abordagem de conceitos*, In *Cadernos de Nova Museologia, N.º 1*. Lisboa: ULHT.
- Lull, James. (2000). *Media, communication, culture: a global approach*. 2nd Edition. Cambridge: Polity Press.
- Machado, António. (2008). *Introducción*. In Rusillo, Santos M. Mateos; Miranda, Jorge Morales; Ardemagni, Monica; Capriotti, Paul; Francés, Guillem Marca; Meyer, Gabriel Diaz; Llamas, Montse; et al. (2008). *La comunicación global del patrimonio cultural*. Gijón: Trea.
- Magalhães, Fernando. (2005). *Museus, património e identidade*. Lisboa: Proedições.
- Marques, Helena M. Vaz da Silva. (2004). *Protecção do Património Natural e do Património Cultural como tarefas fundamentais do Estado*, In *Regime legal do património cultural imóvel*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Martins, Olímpio. (2008). *O Parque Natural da Serra d’Aire e Candeeiros e o trabalho em parceria*. Comunicação apresentada no XV Encontro Nacional de Museus e Autarquias. Alcanena. (Comunicação não publicada.)
- Martinho, Teresa Duarte & Gomes, Rui Telmo. (2005). *O Centro Cultural de Cascais. Estudo de um Equipamento Cultural*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Marx, Karl & Engels, Friederich. (1848) *Manifesto Comunista*. In: <http://www.comunismo.com.br/manifes.html> Consultado em 10 de julho de 2008.
- Masachs, Roser Calaf. (2003). *Arte para todos – Miradas para enseñar y aprender el patrimonio*. Gijón: Trea.

- Massey, Doreen. (1993). *Power-geometry and progressive sense of place*. In Bird, J., Curtis, B. Putnam, T., Robertson, G., *Mapping the futures: local cultures, global change*. London and New York: Routledge.
- _____. (1994). *A Global Sense of Place*. Minneapolis: University of Minnesota Press. In http://www.upf.edu/materials/fhuma/portal_geos/docs/hsem3.pdf Consultado em 13 de julho de 2010.
- Maure, Marc. (1995). *La nouvelle muséologie – qu'est-ce-que c'est?*. In Martin R. Schärer (ed). *Symposium Museum and Community II*. ICOFOM Study Series (ISS) 25, Vevey, Suíça: Alimentarium Food Museum. In [http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2025%20\(1995\).pdf](http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2025%20(1995).pdf) Consultado em 7 de maio de 2008.
- Mayrand, Pierre. (1997). *Percursos assimétricos da actual museologia do Québec*. X Jornadas sobre a função social do museu. Póvoa de Lanhoso. Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso.
- _____. (1998). *Ecomuseologia como forma de desenvolvimento integrado*. X Jornadas sobre a função social do museu. Póvoa de Lanhoso: Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso.
- _____. (1994). *L'Expo à l'heure juste du développement local*. Texto policopiado.
- _____. (1991). *L'Ecomusée à la defense des patrimoines vivants*. Texto policopiado.
- _____. (s/data). *L'Ecomusée dans ses rapports avec la nouvelle museologie*. Texto policopiado.
- McLean, Fiona Combe. (1998). *El marketing en el museo*. In Moore, Kevin et al. (1998). *La gestión del museo*. Gijón: Trea. (Publicação original em 1993 In *Museum Management and Curatorship* 12. Pp.11-27.)
- McLuhan, Marshall & Fiori, Quentin. (1971). *Guerra e paz na aldeia global*. São Paulo: Record.
- Menezes, Luís. (1993). *A evolução de conceitos entre as Declarações de Santiago e de Caracas* In *Cadernos de Museologia, N.º 1*. Lisboa: ULHT.
- Menezes, Susana. (2006). *Memórias de uma indústria: o museu da chapelaria de S. João da Madeira*. Dissertação para obtenção do grau Mestre pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa. (Original não publicado. Reprodução com autorização da autora.)
- Meredith, Jack (1998). *Building operations management theory through case and field research*. *Journal of Operations Management* 16. pp. 441-454. In: 505

<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0272696398000230> Consultado em 9 de outubro de 2009.

- Merillas, Olaia Fontal. (2003). *Le educación patrimonial – Teoria y práctica en el aula, el museo e internet*. Gijón: Trea.
- Merillas, Olaia Fontal. (2008). *La importancia de la dimensión humana en la didáctica del patrimonio*. In Rusillo, Santos M. Mateos, et al. (2008). (Coord.) *La comunicación global del patrimonio cultural*. Gijón: Trea.
- Mestre, Joan Santacana & Antolí, Núria Serrat. (2005). *Museografía Didáctica*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Mestre, Joan Santacana & Cardona, Francesc Xavier Hernández. (2006). *Museologia Crítica*. Gijón: Trea.
- Mestre, Joan Santacana & Molina, Nayra Llonch. (2008). *Museo local – La cenicienta de la cultura*. Gijón: Trea.
- Middleton, Victor. (1998). *La irresistible atracción de la demanda*. In Moore, Kevin et al. (1998). *La gestión del museo*. Gijón: Trea. (Publicação original em 1990 In *Museums Journal*, Fevereiro. Pp.31-34.)
- Migueletto, Danielle Costa Reis. (2001). *Organizações em rede*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. In <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3566/DanielleMigueletto.pdf> Consultado em 30 de março de 2009.
- Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional. (2006). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*. Lisboa: MAOTDR.
- Moore, Kevin. (1998). *La gestión del museo*. Gijón: Trea.
- Moreira, Conceição. (1996). *Parques Naturais e Património* In: *Cadernos de Sociomuseologia, N.º 5*. Lisboa: ULHT.
- Moreira, Fernando João. (1992). *Tourisme, musées et identités locales*. In: *Cadernos do MINOM, 2*. Lisboa: MINOM.
- _____. (1999). O processo de criação de um museu local. In *Atas do X Encontro nacional de museologia e autarquias*. Monte Redondo. Leiria: MINOM.
- Motta, Paulo Roberto. (1999). *Transformação organizacional: a teoria e a prática de inovar*. Editora Qualitymark. In <http://www.ims.uerj.br/gestaosaude/downloads/transformacao.pdf> Consultado em 25 de junho de 2009.

- Moutinho, Mário. (1994). *A Construção do Objecto Museológico* In: *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 4. Lisboa: ULHT.
- Moutinho, Mário. (1989). *Museu e Sociedade*. Monte Redondo: Museu Etnológico.
- _____. (1994). *A construção do objecto museológico*. In *Cadernos de Sociomuseologia*, n.º 4. Lisboa: ULHT.
- _____. (2007a). *Definição evolutiva de Sociomuseologia. Proposta de reflexão*. Comunicação apresentada no *XII Atelier Internacional do MINOM*. Lisboa: ULHT.
- _____. (2007b). *XIII Atelier Internacional do MINOM*. Lisboa/Setúbal. In: <http://sociomuseologia.ning.com/> Consultado em 2 de janeiro de 2010.
- _____. (2008). *Os museus como instituições prestadoras de serviços*. In *Cadernos de Sociomuseologia*, n.º 12. Lisboa: ULHT.
- _____. (2010). *Novos rumos da museologia e o ensino na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*. In: http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/322/1/ensaio15_mario.pdf Consultado e, 23 de janeiro de 2010.
- Museums and Galleries Commission. (1987). *Museum Professional Training and Career Structure*. London: HMSO.
- Narciso, Natacha. (2006). *Museus das Caldas são os primeiros do país unidos em rede*. Tinta Fresca – Jornal de Arte, Cultura & Cidadania. Edição N.º 31. Quinta-feira, 18 de maio de 2006. In <http://www.tintafresca.net/News/newsdetail.aspx?news=d9e99484-652c-439c-883d-cd1298fae392&edition=31> Consultado em 27 de agosto de 2009.
- Nascimento, Rosana. (1994a). *A historicidade do objecto museológico* In *Cadernos de sociomuseologia*, N.º 3. Lisboa: ULHT.
- _____. (1994b). *Documentação museológica e comunicação* In *Cadernos de sociomuseologia*, N.º 3. Lisboa: ULHT.
- _____. (1994c). *O objecto museal como objecto de conhecimento* In *Cadernos de sociomuseologia*, N.º 3. Lisboa: ULHT.
- Nascimento Júnior, José & Chagas, Mário. (2006). *Museus e política: apontamentos de uma cartografia*. In Nascimento, Sílvia Souza; Tolentino, Átila & Chagas, Mário (Coordenação Editorial) *Caderno de Diretrizes Museológicas I*. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus. 2ª Edição.

- Neale, Palena; Thapa, Shyam & Boyce, Carolyn. (2006). *Preparing a case study: A guide for designing a case study for evaluation input*. Pathfinder International Tool Series – Monitoring and Evaluation 1. Pathfinder International. Watertown. In: http://www.pathfind.org/site/DocServer/m_e_tool_series_case_study.pdf?docID=6302 Consultado em 12 de janeiro de 2010.
- Neves, José Soares. (2005). *Despesas dos municípios com cultura [1986-2003]*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais. In <http://www.oac.pt/pdfs/DespesasMunicipiosCultura.pdf> Consultado em 11 de fevereiro de 2009.
- Neves, José Soares & Santos, Jorge Alves dos Santos. (2006). *Os museus em Portugal no período 2000-2005: dinâmicas e tendências*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais. In http://www.oac.pt/pdfs/OAC_Museus%20em%20Portugal_2000-2005.pdf Consultado em 11 de fevereiro de 2009.
- Neves dos Santos, Fernando Augusto de Sá. (2004). *Juventude, consumo e globalização. Uma análise comparativa*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. In <http://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/540/1/Doutoramento.pdf> Consultado em 26 de maio de 2008.
- Noor, Khairul Baharein Mohd. (2008). *Case study: a strategic research methodology*. American Journal of Applied Sciences 5 (11). Science Publications. pp. 1602-1604. In: <http://www.thescipub.com/abstract/10.3844/ajassp.2008.1602.1604> Consultado em 5 de janeiro de 2010.
- Nunes, Joana Saldanha; José Soares Neves. (2005). *As bibliotecas municipais de Cascais*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Oppenheim, A. N. (1992). *Questionnaire design, interviewing and attitude measurement*. London: Printer Publishers. In <http://pt.scribd.com/doc/11589230/Questionnaire-Design-Interviewing-and-Attitude-Measurement> Consultado em 7 de junho de 2008.
- Organização Mundial de Turismo/World Tourism Organization. (2003). *Turismo Internacional: uma perspectiva global*. 2ª Edição. Porto Alegre: Artmed Editora S.A.
- Ortiz, Renato. (1994). *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brazileirense.
- Pannell, John Percival. (1974). *The techniques of industrial archaeology*. Bristol: David & Charles Newton Abbot.

- Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena
-
- Pessoa, Fernando Santos. (s/d). In *Ecomuseologia como forma de desenvolvimento integrado – Jornadas sobre a função social do museu*. Póvoa de Lanhoso: Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e MINOM.
- Pinard, Jaques. (1985). *L'archéologie industrielle*. Paris : Presses Universitaires de France.
- Pinheiro, João; Gomes, Rui Telmo. (2005). *Associativismo cultural em Cascais*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.
- Policarpo, Isabel Ponce de Leão. (2004). *Instrução de propostas de classificação e condução dos processos, no IPPAR e nas autarquias locais*. Coimbra: IPPAR.
- Porto, Marcelo Antioniazzi. (2008). *Missão e visão organizacional: orientações para a sua concepção*. In <http://professormurara.files.wordpress.com/2008/08/missaoevisao.pdf> Consultado em 24 de maio de 2010.
- Prats, Llorenç. (1997). *Antropologia y patrimonio*. Barcelona: Editorial Ariel.
- _____. (2009). *Heritage according to scale*. In *Heritage and Identity*. Peralta, Elsa & Anico, Marta (Editores). New York: Routledge. In: http://books.google.pt/books?id=AOCutKhmb9QC&pg=PA88&lpg=PA88&dq=L.+prats+Antropologia+y+patrimonio&source=bl&ots=zuY1wKGL7S&sig=jztFZdszIvPOvFdZk0e6LVqABdA&hl=pt-PT&ei=x5vbTuOaJ4mq8QPBIzyVBA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CBwQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false Consultado em 9 de outubro de 2010.
- Primo, Judite. (1995). *Museologia e património: documentos fundamentais*. Cadernos de sociomuseologia, N.º 15. Lisboa: ULHT
- _____. (2000a). *A importância dos museus locais em Portugal*. In Dissertação de Mestrado *Museus locais e ecomuseologia: estudo do projecto para o Ecomuseu da Murtosa*. In: <http://www.aldraba.org.pt/PDF/Museus%20locais.pdf> Consultado em 27 de março de 2010.
- _____. (2000b). *Museus e ecomuseologia – estudo do projeto para o ecomuseu da Murtosa*. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em museologia. Lisboa: ULHT.
- _____. (2001). *O museólogo educador face aos desafios económicos e sociais da actualidade*. Santiago do Cacém. In: http://www.mestrado-museologia.net/Textos_juditeprimo/MuseologoEducadorJP.pdf Consultado em 8 de agosto de 2008.
- Putman, Robert D. (1993). *Making Democracy Work*. Princeton: Princeton University Press.

- Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc Van. (1995, 2008). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Trajectos. Gradiva.
- Ragin, Charles C. (1992). “*Casing*” and the process of social inquiry. In Ragin, Charles C. and Becker, Howard Saul. (Eds) *What is a case?* Cambridge: Cambridge University Press.
- Raimundo, Hélder. (2004). *O Plano Museológico do Concelho de Loulé. O exemplo do polo museológico dos frutos secos*. Revista al~uljã, N.º 10. (pp.437-447). Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé. In <http://helderfraimundo.blogspot.com/2006/10/plo-museolgico-dos-frutos-secos.html> Consultado em 25 de agosto de 2009.
- Relatório e conclusões da organização. (2007). *XIV Encontro de Museologia e Autarquias – Que gestão para os museus municipais?* Aljezur. In: http://www.minom-icom.net/PDF/Museologia_autarquias_07.pdf Consultado em 5 de fevereiro de 2009.
- Ribeiro, Agostinho. (1993). *Sobre o conceito de museologia social* In *Cadernos de Museologia, N.º 1*. Lisboa: ULHT.
- Ribeiro, Jorge Manuel Tavares. (s/d). *Métodos de investigação*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Arquitectura. In: <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jribeiro/jribeiro.pdf> Consultado em 14 de abril de 2010.
- Rico, Juan Carlos. (2002). *Por qué no vienen a los museos? Historia de un fracasso*. Madrid: Sílex Ediciones.
- _____. (2003). *La difícil supervivencia de los museos*. Gijón: Trea.
- Ridley, Diana. (2008). *The Literature Review. A Step-by-Step Guide for Students*. Londres: SAGE Publications. In: http://www.sagepub.com/upm-data/19143_Ridley_Intro.pdf Consultado em 27 de novembro de 2010.
- Rivière, Georges Henri. (1989). *La Museologia – Curso de museologia/Textos y testimonios*. Bordas: AKAL/Arte y Estética.
- Robertson, Ronald. (2002). *Globalização: teoria social e cultura global*. Petrópolis: Vozes.
- Rocha, Marisa Perrone Campos. (2000). A questão cidadania na sociedade da informação. *Ci. Inf., Brasília*. Vol. 29. N.º 1. Janeiro/abril. In <http://www.scileo.br/pdf/%OD/ci/v29n1/v29n1a4.pdf> Consultado em 24 de setembro de 2010.
- Rodrigues, William Costa. (2007). *Metodologia científica*. Instituto Superior de Tecnologia de Paracambi (PAETEC/IST). Paracambi. In:

http://www4.fct.unesp.br/docentes/educ/alberto/page_download/METODOLOGIA/metodologia_cientifica.pdf Consultado em 13 de novembro de 2010.

- Rusillo, Santos M. Mateos; Miranda, Jorge Morales; Ardemagni, Monica; Capriotti, Paul; Francés, Guillem Marca; Meyer, Gabriel Diaz; Llamas, Montse; et al. (2008). *La comunicación global del patrimonio cultural*. Gijón: Trea.
- Russio, Waldisa. (1990). *Conceito de cultura e a sua inter-relação com o património cultural e a preservação*. In *Cadernos Museológicos*, N.º 3. São Paulo: USP.
- Sá da Costa, Artur. (1993). Município – função cultural: três andamentos. Revista de Guimarães, N.º 103. In: http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG103_23.pdf Consultado em 23 de março de 2009.
- Sachs, I. (2000). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Santos, Beja. (2006). *Este consumo que nos consome. (Olhares sobre a sociedade de consumo actual)*. Porto: Campo das Letras, Editores, S.A.
- Santos, C. e Cabral, M. (2005). *Manual para investidor em turismo de natureza 2005*. Bensafrim: Edição Vicentina.
- Santos, Eloísa Pérez. (2000). *Estudio de visitantes en museos – metodología y aplicaciones*. Gijón: Trea.
- Santos, Jorge Alves dos & Neves, José Soares. (2005). *Os museus municipais de Cascais. Políticas Culturais e Património Móvel*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Santos, Maria Célia. (1994a). *A escola e o museu no Brasil* In *Cadernos de sociomuseologia*, N.º 3. Lisboa: ULHT.
- _____. (1994b). *A preservação da memória enquanto instrumento de cidadania* In *Cadernos de sociomuseologia*, N.º 3. Lisboa: ULHT.
- _____. (1994c). *Documentação museológica, educação e cidadania* In *Cadernos de sociomuseologia*, N.º 3. Lisboa: ULHT.
- _____. (1996). *Uma abordagem museológica do contexto urbano*, In *Cadernos de sociomuseologia*, N.º 5. Lisboa: ULHT.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (org.) (2000). *Inquérito aos museus em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Observatório das Actividades Culturais.
- Santos, Myrian Sepúlveda dos. (2002). *O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado*; In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 19. Lisboa: ULHT.

- _____. (2003). *Museu Imperial: a construção do Império pela República*. IN: Abreu, Regina, CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Scheiner, Tereza Cristina. (1999). *As bases ontológicas do museu e da museologia*. Rio e Janeiro: ICOFOM – LAM.
- Schell, Charles. (1992). *The value of the case study as a research strategy*. Manchester Business School. In: <http://www.finance-mba.com/Case%20Method.pdf> Consultado em 16 de março de 2009.
- Schwanitz, Dietrich. (2007). *Cultura: tudo o que é preciso saber*. Lisboa: Livros de hoje, Publicações D. Quixote.
- Scott, Dulce Maria. (2010). *Estudo sobre a integração dos descendentes de imigrantes portugueses na América. Identidade e manutenção da cultura étnica*. In: <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/1979.html> Consultado em 12 de janeiro de 2011.
- Serra, Filipe Mascarenhas. (2007). *Práticas de gestão nos museus portugueses*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Setas, Miguel. (2011a). *Inovabilidade*. Diário Económico. Número 5172 de 10 de maio de 2011.
- _____. (2011b). *Revolução precisa-se*. Diário Económico. Número 5220 de 20 de julho de 2011.
- Silva, Augusto Santos. (2004). *Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro*. In <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n54/n54a02.pdf> Consultado em 17 de novembro de 2010.
- Silva, José Sousa e. (s/d). *Ecomuseologia Como Forma de Desenvolvimento Integrado*. Póvoa de Lanhoso: Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e MINOM.
- Silva, E. P. (2000). *Património e identidade. os desafios do turismo cultural*. Antropológicas, nº 4. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Siqueira, Holgonsi Soares Gonçalves. (2001). *Globalização e democracia dialógica*. In *Jornal A Razão*. In: <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/democracia.html> Consultado em 15 de maio de 2010.
- _____. (2003). *Formação interdisciplinar: exigência sociopolítica para um mundo em rede*. Artigo apresentado no VII Simpósio Estadual de Economia Doméstica. Interdisciplinaridade no Contexto Universitário. Universidade Estadual do Oeste do

Paraná. In: <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/mundorede.html> Consultado em 15 de maio de 2010.

Smith, Anthony D. (1991). *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.

Soares, Bruno C. Brulon & Scheiner, Tereza C. M. (s/data). *A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios “comuns”: um ensaio sobre a casa*. In <http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/530/1/GT%209%20Txt%2010-%20SOARES,%20Bruno%20C.%20B.%20SCHEINER,%20Tereza%20C.%20M.%20%20A%20ascens%C3%A3o%20dos....pdf> Consultado em 30 de abril de 2010.

Sousa Santos, Boaventura de. (2003). *Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento*. In Revista Currículo sem fronteiras – Revista para uma educação crítica e emancipatória. In: <http://www.curriculosemfronteiras.org/artigos.htm> Consultado em 7 de janeiro de 2009.

Souza Leão Júnior, Fernando Pontual; Pacheco, Flávia Lopes; Gonçalves, Júlio César de Santana; Menezes, Michelle Ferreira Fortunato. (s/data). *Administração de organizações culturais na nova ordem social: um estudo em museus e teatros das cidadãs de Recife e Porto Alegrel*. In: www.revistaoes.ufba.br/include/getdoc.php? Consultado em 12 de julho de 2010.

Stockinger, Gottfried. (1997). *Sistemas sociais – a teoria sociológica de Niklas Luhmann*. Artigo In Archivo del portal de recursos para estudantes. In: www.robertexto.com/archivo6/sist_sociais.htm Consultado em 15 de maio de 2010.

Stoffel, Ana Mercedes & Moreira, Maria da Luz. (s/d). *Um Museu para a comunidade concelhia da Batalha*. In: <http://www.minom-icom.org/textos2.htm#> Consultado em 6 de junho de 2009.

Suano, Marlene. (1986). *O que é museu?*. São Paulo: Brasiliense.

Taylor, Charles. (1994). *Multiculturalismo*. Princeton University Press. Direitos reservados para a língua portuguesa: Lisboa: Instituto Piaget.

Tellis, Winston. (1997). *Application of a case study methodology*. The Qualitive Report. Volume 3. Número 3, setembro. In: <http://www.nova.edu/ssss/QR/QR3-3/tellis2.html> Consultado em 23 de abril de 2010.

Thomas, Gary. (2009). *How to do Your Research Project. A Guide for Students in Education and Applied Social Sciences*. Londres: SAGE Publications, 2009. Capítulo 6. In: [http://www.sagepub.com/upm-data/28073_Thomas\(Research\).pdf](http://www.sagepub.com/upm-data/28073_Thomas(Research).pdf) Consultado em 27 de novembro de 2010.

- Tuckman, Bruce W. (2000). *Manual de investigação em Educação*. (Tradução Portuguesa). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tureta, César; Rosa, Alexandre Reis; Ávila, Sílvio César. (2006). *Da teoria sistêmica ao conceito de redes interorganizacionais: um estudo exploratório da teoria das organizações*. In Revista de Administração da UNIMEP, Volume 4, Número 1. janeiro/abril. Universidade Metodista de Piracicaba. In: <http://www.regen.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/230> Consultado em 27 de novembro de 2010.
- Universidade Aberta. (s/data). *Teoria de sistemas*. In <http://www.univ-ab.pt/~bidarra/hyperscapes/video-grafias-7.htm> Consultado em 18 de setembro de 2010.
- Urry, John. (1985). *Social relations, space and time*. In Gregory, Derek and Urry, John. (Eds) *Social Relations and Spatial Structures*. London: McMillan.
- Valbona, Montserrat Crespi; Costa, Margarita Planells. (2003). *Património Cultural*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Varine-Bohan, Hugues de. (1991). *L'Initiative Communautaire – Recherche et expérimentation*. Editions W. Savigny-le-Temple.
- _____. (1996). *Respostas de Hugues de Varine a Mário Chagas, In Cadernos de Sociomuseologia, N.º 5*. Lisboa: ULHT.
- Vogo, Michel M. (s/data). *Max Weber e a teoria das organizações*. In http://www.fortium.com.br/faculdefortium.com.br/michel_mvogo/material/4215.pdf Consultado em 24 de outubro de 2010.
- Wallerstein, Immanuel. (1987). *Social theory today*. Giddens, Anthony & Turner, Jonathan. (editores). Cambridge: Polity Press. Pp.309-324. In: <http://www.google.com/books?hl=pt-PT&lr=&id=DsOEjreGrNEC&oi=fnd&pg=PA1&dq=social+theory+today+immanuel+wallerstein&ots=hi7pN3vTR1&sig=dCa0BP8uVlXgTBPM-B8buAd7tE#v=onepage&q=social%20theory%20today%20immanuel%20wallerstein&f=false> Consultado em 13 de setembro de 2009.
- _____. (1991). *Unthinking social science (The limits of the nineteenth-century paradigms)*. Cambridge: Polity Press. In http://books.google.pt/books?id=H8wnle1KwMUC&pg=PA1&lpg=PA1&dq=unthinking+social+science&source=bl&ots=s_3uYvV165&sig=50nQzeQFstr8tcVxXTcVq5jrR7g&hl=en&ei=a0TJTtoHEKc3z-

[gaKydAV&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=5&sqi=2&ved=0CD4Q6AEwB](http://www.scielo.br/ci/v29n2/a09v29n2.pdf)
[A#v=onepage&q=unthinking%20social%20science&f=false](http://www.scielo.br/ci/v29n2/a09v29n2.pdf) Consultado em 13 de setembro de 2009.

- Walzer, Michael. (1994). In Taylor, Charles. (1994). *Multiculturalismo*. Princeton University Press. Direitos reservados para a língua portuguesa: Lisboa: Instituto Piaget.
- Weber, Max. (1991). *Conceitos sociológicos fundamentais*. In: *Economia e sociedade*. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- Weil, Stephen. (1990). *Rethinking the museum and other meditations*. Washington: Smithsonian Books.
- Werthein, Jorge. (2000). *A sociedade da informação e seus desafios*. In Ci. Inf., Brasília. Volume 29. Número 2. pp. 71-77. Maio/Agosto de 2000. In: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf> Consultado em 15 de julho de 2009.
- Woronoff, Denis. (1990). *L'archéologie industrielle en France: un nouveau chantier*. Paris: Histoire, économie et Société. In http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/hes_0752-5702_1989_num_8_3_1539 Consultado em 28 de agosto de 2008.
- Yin, Robert K. (1981). *The case study crisis: some answers*. Administrative Science Quarterly, Volume 26. Número 1. Março. Pp. 58-65. In: http://www.sfu.ca/cmns/faculty/marontate_j/801/08-spring/readings/Yin_CaseStudyCrisis.pdf Consultado em 1 de março de 2009.
- _____. (2003). *Case study research. Design and Methods*. Third Edition. Applied Social Research Methods Series. Volume 5. London : Sage Publications.
- IXº Encontro Nacional de Museologia e Autarquias*. (1998). Loures: Câmara Municipal de Loures.
- XV Encontro Nacional de Museologia e Autarquias e VII Fórum Nacional de Urbanismo e Autarquias*. (2008). Alcanena: Câmara Municipal de Alcanena. (Atas não publicadas.)
- XVI Jornadas sobre a função social do museu. Ecomuseu de Barros – identidade e desenvolvimento*. (2006). Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre.

Cartas internacionais citadas.

- Carta de Aalborg – Carta da sustentabilidade das cidades europeias.* (1994). Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis. Aalborg, Dinamarca: Comissão Europeia. In <http://www.futurosustentavel.org/gca/?id=11> Consultado em 20 de março de 2008.
- Carta de Lausanne – Carta para a proteção e gestão do património arqueológico.* (1990). Lausanne: ICOMOS – ICAHM. In Primo, Judite (Org.). (1999). In *Museologia e Património: Documentos Fundamentais In Cadernos de Sociomuseologia, N.º 15.* Lisboa: ULHT.
- Carta de Veneza – Carta internacional para a conservação e restauração dos monumentos e dos Sítios.* (1964). Veneza: UNESCO – II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. In Primo, Judite (Org.). (1999). In *Museologia e Património: Documentos Fundamentais In Cadernos de Sociomuseologia, N.º 15.* Lisboa: ULHT.

Legislação nacional citada.

- Decreto-Lei n.º 95/78, de 12 de setembro de 1978. *Diário da República.* Série – A. N.º 210.
- Lei do Património Cultural, Lei n.º 13/85, de 6 de julho (revogado). *Diário da República.* I Série – A.
- Resolução do Conselho de Ministros N.º 98/94, de 6 de outubro de 1994. *Diário da República.* Série – B. N.º 231.
- Decreto-Lei n.º 2/96, de 6 de março de 1996. *Diário da República.* Série – A. N.º 56.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de agosto de 1998. *Diário da República.* Série – B. N.º 195.
- Decreto-Regulamentar n.º 18/99, de 27 de agosto de 1999. *Diário da República.* Série – B. N.º 200. (Ministério do Ambiente)
- Lei n.º 159/99, de 14 de setembro de 1999. *Diário da República.* I Série – A.
- Lei n.º 169/99, de 18 de setembro de 1999. *Diário da República.* I Série – A.
- Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro. *Diário da República.* I Série – A.

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

Lei Quadro dos Museus Portugueses – Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto. *Diário da República*.
I Série – A.

Constituição da República Portuguesa; Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de agosto. *Diário da República*. I Série – A .

Decreto-Lei n.º 215/2006 de 27 de outubro. *Diário da República*. I Série – A.

Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho. *Diário da República*. I Série – A.

Convenções e Recomendações internacionais citadas.

Convenção de Haia. Convenção para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado. (1954). Haia: UNESCO. In http://www.prime.cv/iipc/images/stories/documentos/Convencao_para_a_Proteccao_do_s_Bens_Culturais.pdf Consultado em 2 de abril de 2008.

Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial. (2003). Paris: UNESCO. In <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf> Consultado em 8 de setembro de 2008.

Convenção do UNIDROIT. (1995). Roma: Instituto Internacional para a unificação do direito privado (UNIDROIT). In <http://www.gddc.pt/siii/docs/rar34-2000.pdf> Consultado em 3 de junho de 2008.

Declarações e Tratados internacionais citados.

Declaração internacional dos direitos à memória da terra. (1991). Digne-les-Baines: UNESCO – 1º Simpósio Internacional sobre a Proteção do Património Geológico. In <http://www.progeo.pt/pdfs/direitos.pdf> Consultado em 1 de Março de 2008.

Declaração de Lisboa – Resoluções da comissão internacional de formação de pessoal de museus. (1994). Lisboa: ICTOP. In Primo, Judite (Org.). (1999). In *Museologia e Património: Documentos Fundamentais In Cadernos de Sociomuseologia, N.º 15*. Lisboa: ULHT.

Tratado de Maastricht. (1992). Maastricht: União Europeia. In <http://www.eurotreaties.com/maastrichtec.pdf> Consultado em 15 de abril de 2008.

Declaração do Milénio. (2000). Nova Iorque: Nações Unidas (ONU) – Cimeira do Milénio. In <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf> Consultado em 15 de abril de 2008.

Tratado da União Europeia. (2003 – Abril). Bruxelas: Comissão Europeia. Direcção-Geral da Educação e da Cultura. In <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11992M/htm/11992M.html#0001000001> Consultado em 24 de maio de 2008.

Declarações internacionais fundamentais na nova museologia citadas.

Mesa-Redonda de Santiago do Chile. (1972). Santiago do Chile: ICOM. In Primo, Judite (Org.). (1999). *Museologia e Património: Documentos Fundamentais*. In *Cadernos de sociomuseologia*, n.º 15. Lisboa ULHT,

Declaração de Quebec. Princípios de Base de uma nova museologia. (1984). Quebec: ICOM. In Primo, Judite (Org.). (1999). *Museologia e Património: Documentos Fundamentais*. In *Cadernos de sociomuseologia*, n.º 15. Lisboa ULHT,

Declaração de Oaxtepec. (1984). Oaxtepec, México: ICOM. In Primo, Judite (Org.). (1999). *Museologia e Património: Documentos Fundamentais*. In *Cadernos de sociomuseologia*, n.º 15. Lisboa ULHT,

Declaração de Caracas. (1992). Caracas: ICOM. In Primo, Judite (Org.). (1999). *Museologia e Património: Documentos Fundamentais*. In *Cadernos de sociomuseologia*, n.º 15. Lisboa ULHT,

Estatutos de entidades internacionais citadas.

Estatutos do ICOMOS – 1978. In Primo, Judite (Org.). (1999). *Museologia e Património: Documentos Fundamentais* In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 15. Lisboa: ULHT.

Estatutos da UNESCO – 1980. In Primo, Judite (Org.). (1999). *Museologia e Património: Documentos Fundamentais* In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 15. Lisboa: ULHT.

Estatutos do ICOM – 2001. In Primo, Judite (Org.). (1999). In *Museologia e Património: Documentos Fundamentais* In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 15. Lisboa: ULHT.

Outras fontes citadas – Entrevistas.

- Assunção, Ana Paula. (2009). Entrevista efetuada em 8 de fevereiro de 2009, com autorização expressa da própria. Loures.
- Hernández, Francisca Hernández. (2009). Entrevista efetuada em 13 de fevereiro de 2009. Madrid.
- Nabais, António. (2009). Entrevista efetuada em 29 de janeiro de 2009, com autorização expresso do próprio. Alcanena.
- Lira, Sérgio. (2008). Entrevista efetuada em 7 de novembro de 2008, com autorização expresso do próprio. Universidade Fernando Pessoa. Porto.
- Rico, Juan Carlos. (2009). Entrevista efetuada em 14 de fevereiro de 2009, com autorização expresso do próprio. Madrid.

Cartas internacionais consultadas.

- Carta de Atenas – Carta de Atenas para o restauro de monumentos históricos.* (1931) Atenas: Serviço Internacional de Museus – 1º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. In Primo, Judite (Org.). (1999). In *Museologia e Património: Documentos Fundamentais In Cadernos de Sociomuseologia, N.º 15.* Lisboa: ULHT.
- Carta do restauro.* (1972). Governo de Itália. In Primo, Judite (Org.). (1999). In *Museologia e Património: Documentos Fundamentais In Cadernos de Sociomuseologia, N.º 15.* Lisboa: ULHT.
- Carta europeia do património arquitetónico.* (1975). Estrasburgo: Conselho da Europa. In <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartaeuropeiapatrimonioarquitectonico1975.pdf> Consultado em 20 de abril de 2008.
- Carta do turismo cultural.* (1976). Bruxelas: ICOMOS. In Primo, Judite (Org.). (1999). In *Museologia e Património: Documentos Fundamentais In Cadernos de Sociomuseologia, N.º 15.* Lisboa: ULHT.
- Carta de Nairobi.* (1976). Nairobi: UNESCO. In Primo, Judite (Org.). (1999). In *Museologia e Património: Documentos Fundamentais In Cadernos de Sociomuseologia, N.º 15.* Lisboa: ULHT.

Carta de Florença: Carta dos jardins históricos. (1981). Florença: ICOMOS. In Primo, Judite (Org.). (1999). In *Museologia e Património: Documentos Fundamentais In Cadernos de Sociomuseologia, N.º 15.* Lisboa: ULHT.

Carta de Washington – Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas. (1987) Washington: ICOMOS. In Primo, Judite (Org.). (1999). In *Museologia e Património: Documentos Fundamentais In Cadernos de Sociomuseologia, N.º 15.* Lisboa: ULHT.

Carta europeia de turismo sustentável. (1995). França: Federação EUROPARC. <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Turismo+de+Natureza/Carta+Europeia+de+Turismo+Sustent%C3%A1vel/?res=1280x800> Consultado em 20 de março de 2008.

Carta ética da administração pública. Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/97 de 22 de Março. Lisboa. In http://www.mj.gov.pt/PT/DocumentosPublicacoes/LegislacaoCorrupcao/Documents/11.Carta_Etica_da_Administracao_Publica.pdf Consultado em 12 de outubro de 2010.

Convenções e Recomendações internacionais consultadas.

Convenção para a proteção do património mundial cultural e natural da UNESCO. (1972). Paris: UNESCO. In Primo, Judite (Org.). (1999). In *Museologia e Património: Documentos Fundamentais In Cadernos de Sociomuseologia, N.º 15.* Lisboa: ULHT.

Convenção para a salvaguarda do património arquitetónico da Europa. (1985). Granada: UNESCO. In <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/granada.pdf> Consultado em 22 de maio de 2008.

Convenção europeia para a proteção do património arqueológico. (1992). LaValette: UNESCO. In http://www.inag.pt/inag2004/port/divulga/legisla/pdf_nac/ImpacteAmbiental/ResAR71_97.PDF Consultado em 22 de maio de 2008.

Estudos consultados.

- Martinho, Teresa Duarte & Gomes, Rui Telmo. (2005). *O Centro Cultural de Cascais. Estudo de um equipamento cultural*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.
- Nunes, Joana Saldanha & Neves, José Soares. (2005). *As Bibliotecas Municipais de Cascais*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (Org). (2000). *Inquérito aos Museus em Portugal*, Lisboa: Instituto Português de Museus / Observatório das Atividades Culturais.
- Santos, Jorge Alves dos & Neves José Soares. (2005). *Os museus municipais de Cascais. Políticas culturais e património móvel*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.
- Perna, Fernando. (2005). *Agenda 21 a nível local, do diagnóstico à acção: um exercício de cidadania*. Universidade do Algarve. Escola Superior de Tecnologia. In: <http://www.forumloule21.org> Consultado em 24 de outubro de 2007.
- Pinheiro, João & Gomes, Rui Telmo. (2005). *Associativismo cultural em Cascais*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.

Jornais / periódicos consultados.

- Atividades económicas; *A Hora, jornal ilustrado*. Ano XXXVIII. N.º 88-90. (1970). Torres Novas. (sem paginação).
- Beni, Mário C. (2004). *Como certificar o turismo sustentável*. Revista Espaço Académico, N.º37. In: <http://www.espacoacademico.com.br> Consultado em 16 de abril de 2007.
- Câmara Municipal de Alcanena. (1998). *Cadernos de Cultura – Boletim Cultural da CMA, I SÉRIE – N.º 1*. Alcanena: Câmara Municipal de Alcanena.
- Cavaco, C. (2005). Turismo versus animação turística. *Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+*. Lisboa. N.º 30; Série II. p. 2 .
- Conhecer para preservar, preservar para conhecer. (2004). *Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+*. Lisboa. N.º 24; Série II. p. 13.
- Correia, M.C. (2005). Animação turística, uma oportunidade dos territórios rurais. *Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+*. Lisboa. N.º 30; Série II. p. 4.
- Correia, M.C. (2005). Museus e outras infraestruturas museológicas. *Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+*. Lisboa. N.º 24; Série II. p. 3.

- Diniz, M. G. (2004). Rede Natura 2000, uma rede ecológica europeia. *Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+*. Lisboa. N.º 16; Série II. p. 3.
- Entrevista a Ana Barbosa. (2005). Animação turística, parceira do desenvolvimento. *Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+*. Lisboa. N.º 30; Série II. p. 7.
- Entrevista a Diogo de Abreu. (2006). *Um património por explorar*. Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+. Lisboa. N.º 38; Série II. p. 4.
- Entrevista a Gonçalo Ribeiro Telles. (2004). A paisagem é tudo. *Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+*. Lisboa. N.º 16, Série II. p. 5.
- Entrevista a Joaquim Pais de Brito. (2004). *Objectos são pretextos para falar das pessoas*. Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+. Lisboa. N.º 24, Série II. p. 4.
- Letria, José J. (2001). *As casas museu no contexto da museologia europeia*. Vereador do Pelouro da Cultura. Câmara Municipal de Cascais. In: <http://www.anmp.pt/anmp/div2001/museus/interv/CMCascais>. Versão electrónica consultada em 10 de março de 2007.
- Nova variante liga EN243 a Alcanena. *Alcanena*. Revista da Câmara Municipal de Alcanena. CMA. Ano I, N.º 4. Outubro de 2004. p. 8, 9.
- Ramos, G. (1992). *O conflito Indústria-Poluição em Alcanena. O Alviela*. Alcanena. Ano X, N.º120, 8 de abril. p. 1 e 14.
- Serafim, M. R. (2004). *Ordenamento e sustentabilidade nos territórios rurais, uma exigência para o futuro*. Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+. Lisboa. N.º 22. Série II. p. 3.
- Siza Vieira, C. (2005). *O papel da animação turística nos territórios rurais*. Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+. Lisboa. N.º 30. Série II. p. 3.
- Toneladas de resíduos perigosos em aterro de Alcanena que aguarda licenciamento*. O Mirante. Edição Médio Tejo. N.º 761. Ano XX. 7 de março de 2007. P. Economia VI.
- Toro, Bandeira de. (1970). *A Hora, Jornal Ilustrado*. Alcanena. N.º 88-90.
- Turismo na Lezíria do Tejo só tem futuro com uma promoção forte*. O Mirante. Edição Médio Tejo. N.º 761. Ano XX. p. Economia VIII.

Instituições consultadas.

- Direcção-Geral das Autarquias Locais. Pesquisa de informação geográfica. In: <http://www.dgaa.pt/default> Consultado em 26 de março de 2007.
- Direcção-Geral Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional. Sistema de informação/inventário. In: <http://www.monumentos.pt> Consultado em 26 de março de 2007.
- Direcção-Geral de Turismo. *A Política de Turismo na U.E.* In: www.dgturismo.pt/ContextoNormativo/PoliticadeTurismo/DocumentacaoUE/index.htm Consultado em 15 de setembro de 2007.
- Direcção-Geral de Turismo. *O turismo em 2001.* In: www.dgturismo.pt Consultado em 26 de setembro de 2007.
- Governo de Portugal. In: www.portaldogoverno.org.pt Consultado em 2 de novembro de 2007.
- Green Globe. In: www.greenglobe21.org Consultado em 24 de Maio de 2007.
- Instituto Conservação da Natureza. Pesquisa Serra D'Aire e Candeeiros. *Turismo de Natureza – Enquadramento estratégico, Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros 2000-2006.* In: <http://www.icn.pt>. Consultado em 21 de maio de 2007.
- Instituto Nacional de Estatística. Pesquisa de temas por unidade territorial por NUTS e Concelhos. In: <http://www.ine.pt/prodserv/pesqut/quadro2.asp>. Consultado em 10 de setembro de 2007.
- Instituto Nacional de Estatística. Pesquisa dados estatísticos de Lisboa e Vale do Tejo. In: <http://www.ine.pt/prodserv/nseries/dado.asp> Consultado em 23 de setembro de 2007.
- Instituto Nacional de Estatística. Pesquisa de georeferenciação. In: http://www.ine.pt/prodserv/retrato_dt Consultado em 23 de setembro de 2007.
- Instituto Português do Património Arquitectónico. Ministério da Cultura. Pesquisa de património. In: <http://www.ippar.pt> Consultado em 15 de março de 2007.
- International Confederation of Free Trade Unions. (2001). *A Trade Union Guide to Globalisation*, ICFTU, Bruxelas, In: http://www.icftu.org/www/pdf/pub_glob_2003-3.pdf Consultado em 17 de novembro de 2008.

Observatório Europeu sobre o Turismo Cultural. (2001). *Código de Ética do Turismo Cultural*. In: <http://www.unwto.org/obs.cultturism.asp> Consultado em 26 de maio de 2007.

Organização Mundial do Turismo (OMT/WTO). (1999). *O Código Mundial de Ética do Turismo*. Traduzido por: Direcção Geral de Turismo. In: <http://www.unwto.org/code.ethics/pdf> Consultado em 26 de maio de 2007.

Organização Mundial do Turismo (OMT/WTO). (2001). *Turismo sustentável*. Traduzido por: Direcção Geral de Turismo. In: <http://www.world-tourism.org> Consultado em 26 de maio de 2007.

Legislação municipal consultada.

Câmara Municipal de Alcochete. (s/data). *Regulamento do Museu Municipal de Alcochete*. In <http://www.cm-alcochete.pt> Consultado em 18 de junho de 2009.

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos. (s/data). *Programa Operativo de Gestão Estratégica para o Concelho de Arruda dos Vinhos; Plano Estratégico de Orientação Museológica de Arruda dos Vinhos; Regulamento da rede municipal de museus de Arruda dos Vinhos*. In http://www.google.pt/#sclient=psy-ab&hl=pt-PT&rlz=1W1GGLL_en&source=hp&q=%E2%80%A2%09Programa+Operativo+de+Gest%C3%A3o+Estrat%C3%A9gica+para+o+Concelho+de+Arruda+dos+Vinhos+&rlz=1W1GGLL_en&pbx=1&oq=%E2%80%A2%09Programa+Operativo+de+Gest%C3%A3o+Estrat%C3%A9gica+para+o+Concelho+de+Arruda+dos+Vinhos+&aq=f&aqi=&aql=&gs_sm=e&gs_upl=27275127275101291081111010101159115910.11110&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.,cf.osb&fp=fe38fb74631b558a&biw=626&bih=673 Consultado em 8 de agosto de 2009.

Câmara Municipal de Aveiro. (2007). *Regulamento do Museu da Cidade de Aveiro*. In <http://www.cm-aveiro.pt> Consultado em 24 de julho de 2009.

Câmara Municipal de Estremoz. (2010 – versão atualizada). *Regulamento do Museu Municipal de Estremoz*. In <http://cm-estremoz.pt> Consultado em 5 de agosto de 2009.

Câmara Municipal da Figueira da Foz. (s/data). *Regulamento do Museu Municipal Santos Rocha – CMFF*. In <http://figueiradigital.ficheirospt.com> Consultado em 10 de agosto de 2009.

- Câmara Municipal de Ílhavo. (2006). *Regulamento do Museu Marítimo de Ílhavo*. In www.cm-ilhavo.pt e www.museumaritimo.cm-ilhavo.pt/ Consultado em 23 de julho de 2009.
- Câmara Municipal de Loures. (2007). *Regulamento da rede de museus de Loures; Regulamento interno da rede de museus de Loures; Regulamento de normas e procedimentos de conservação preventiva; Regulamento de políticas de incorporação*. Aprovado na 21ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Loures, 8 de novembro de 2006 e na 1ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loures, 27 de fevereiro de 2007. In: <http://www.cm-loures.pt> Consultado em 3 de setembro de 2009.
- Câmara Municipal de Mértola. (2010). *Regulamento Interno do Museu de Mértola; Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Mértola e o Campo Arqueológico de Mértola*. In http://museus.cm-mertola.pt/regulamento_interno.pdf e http://museus.cm-mertola.pt/protocolo_museu_mertola.pdf Consultado em 10 de agosto de 2009.
- Câmara Municipal de Mogadouro. (2007). *Regulamento da Rede de Museus e Galerias*. Diário da República, 2ª Série – N.º 212 – 5 de novembro de 2007: Aviso N.º 21 552/2007.
- _____. (2007). *Regulamento Interno da Sala Museu do Município de Mogadouro*. Diário da República, 2ª Série – N.º 212 – 5 de novembro de 2007: Aviso N.º 21 553/2007.
- Câmara Municipal de Óbidos. (2004). *Regulamento da Rede de Museus e Galerias*. Proposta aprovada em Assembleia Municipal de 14 de abril de 2004 incluindo a retificação aprovada em 16 de agosto de 2004. In <http://www.cm-obidos.pt> Consultado em 30 de agosto de 2009.
- Câmara Municipal de Penafiel (2009): *Regulamento do Museu Municipal de Penafiel*. In <http://www.cm-penafiel.pt> Consultado em 3 de agosto de 2009.
- Câmara Municipal de Póvoa de Varzim (2006): *Regulamento do Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim*. Diário da República, 2ª Série – N.º 99, de 23 de maio de 2006. In <http://www.cm-pvarzim.pt> Consultado em 9 de agosto de 2009.
- Câmara Municipal da Ribeira Grande. (2009). *Regulamento do Museu Municipal da Ribeira Grande*. In <http://www.cm-ribeiragrande.pt> Consultado em 30 de agosto de 2009.
- Câmara Municipal de Santarém. (2007). *Regulamento do Museu Municipal de Santarém*. In <http://www.cm-santarem.pt> Consultado em 2 de agosto de 2009.
- Câmara Municipal do Seixal. (s/data). *Regulamento do Ecomuseu do Seixal*. In <http://www2.cm-seixal.pt> Consultado em 18 de julho de 2009.

Câmara Municipal de Tavira. (2002) *Regulamento do Museu Municipal de Tavira*. In <http://cultura.cm-tavira.pt> Consultado em 30 de julho de 2009.

Câmara Municipal de Viana do Castelo. (2005). *Regulamento do Museu do Traje de Viana do Castelo* (Estrutura polinucleada). In <http://www.cm-viana-castelo.pt> Consultado em 19 de junho de 2009.

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. (2006). *Regulamento Interno do Museu Municipal*. In <http://www.cm-vfxira.pt/files/3/documentos/20061113172136922401.pdf> Consultado em 20 de agosto de 2009.

Câmara Municipal de Vila Real. (2007). *Regulamento do Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real*. Aviso n.º 12 893/2007. Diário da República, 2ª Série – n.º 136, de 17 de julho de 2007.

Outros regulamentos consultados.

Sociedade Martins Sarmiento (Guimarães). (2004). *Regulamento dos Museus da Sociedade Martins Sarmiento*. In <http://www.csarmiento.uminho.pt> Consultado em 3 de agosto de 2009.

Legislação nacional consultada.

Despacho Conjunto n.º 616/2000, de 17 de maio, Diário da República, I Série – A.

Despacho Conjunto n.º 309/2003, de 14 de março, Diário da República, I Série – A.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/2005 de 30 de junho de 2005, Diário da República, I Série – A .

Recursos da Internet.

<http://algarve-central.algarvedigital.pt>

Consultado em 12 de setembro de 2009.

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224164262K21AE9wd1Ui39AM8.pdf>

Consultado em 2 de junho de 2010.

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3566/DanielleMiguelletto.pdf>

Consultado em 30 de março de 2009.

http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/desenvolvimento-sustentavel-local-na-sociedade-em-rede-potencial-das-novas/id/610163.html

Consultado em 12 de fevereiro de 2009.

http://books.google.pt/books?id=H8wnle1KwMUC&pg=PA1&lpg=PA1&dq=unthinking+social+science&source=bl&ots=s_3uYvV165&sig=50nQzeQFstr8tcVxXTcVq5jrR7g&hl=en&ei=a0TJTtoHEKc3z-gaKydAV&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=5&sqi=2&ved=0CD4Q6AEwBA#v=onepage&q=unthinking%20social%20science&f=false

Consultado em 13 de setembro de 2009.

<http://castelopaiva-online.blogspot.com/2008/05/novo-museu-municipal-de-arouca-vai-ser.html>

Consultado em 4 de agosto de 2009.

<http://cultura.cm-tavira.pt/index.php?página=90>

Consultado em 30 de julho de 2009.

<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1373757>

Consultado em 29 de maio de 2009.

<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2194340>

Consultado em 12 de dezembro de 2008.

http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/530/1/GT%209%20Txt%2010-%20SOARES,%20Bruno%20C.%20B._SCHEINER,%20Tereza%20C.%20M.%20%20A%20Oascens%C3%A3o%20dos....pdf

Consultado em 30 de abril de 2010.

http://econpapers.repec.org/article/eeejbrese/v_3a55_3ay_3a2002_3ai_3a7_3ap_3a553-560.htm

Consultado em 24 de julho de 2010.

<http://figueiradigital.ficheirospt.com/museu/Regulamento%20MMSR2004.pdf>

Consultado em 10 de agosto de 2009.

http://hdr.undp.org/en/media/hdr04_po_complete.pdf

Consultado em 24 de junho de 2009.

<http://helderfraimundo.blogspot.com/2006/10/plo-museolgico-dos-frutos-secos.html>

Consultado em 25 de agosto de 2009.

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo1488.pdf>

Consultado em 2 de julho de 2008.

<http://ler.letras.pu.pt/uploads/ficheiros/8111.pdf>

Consultado em 29 de setembro de 2010.

<http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jribeiro/jribeiro.pdf>

Consultado em 14 de abril de 2010.

http://mlking.cm-loule.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=92&Itemid=85

Consultado em 25 de agosto de 2009.

http://mlking.cm-loule.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=93&Itemid=86

Consultado em 25 de agosto de 2009.

http://mlking.cm-loule.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=94&Itemid=87

Consultado em 25 de agosto de 2009.

http://mlking.cm-loule.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=95&Itemid=88

Consultado em 25 de agosto de 2009.

http://mlking.cm-loule.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=96&Itemid=89

Consultado em 25 de agosto de 2009.

http://mlking.cm-loule.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=898&Itemid=0

Consultado em 25 de agosto de 2009.

http://mlking.cm-loule.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=1645&Itemid=0

Consultado em 25 de agosto de 2009.

http://mlking.cm-loule.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=3747&Itemid=0

Consultado em 25 de agosto de 2009.

http://mvv.cm-vilareal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=15&Itemid=29

Consultado em 16 de agosto de 2009.

http://museu.cm-vilareal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=17&Itemid=31

Consultado em 16 de agosto de 2009.

http://museu.cm-vilareal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=61&Itemid=42

Consultado em 16 de agosto de 2009.

http://museu.cm-vilareal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=72&Itemid=43

Consultado em 16 de agosto de 2009.

<http://museu-msi.blogspot.com>.

Consultado em 16 de agosto de 2009.

<http://museudearouca.planetaclix.pt/indexmuseu.htm>

Consultado em 4 de agosto de 2009.

<http://museus.azores.gov.pt>

Consultado em 30 de agosto de 2009.

<http://museus.cm-mertola.pt/actividades/projectos.html>

Consultado em 10 de agosto de 2009.

http://museus.cm-mertola.pt/protocolo_museu_mertola.pdf

Consultado em 10 de agosto de 2009.

http://museus.cm-mertola.pt/regulamento_interno.pdf

Consultado em 10 de agosto de 2009.

[http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2025%20\(1995\).pdf](http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2025%20(1995).pdf)

Consultado em 7 de maio de 2008.

<http://opovo.com.br/www/opovo/vidaearte/644874.html>

Consultado em 11 de março de 2010.

<http://ovinhoeavinhapatrimoniocultural.blogspot.com/2009/02/museu-do-douro-apoia-criacao-de-11.html>

Consultado em 15 de setembro de 2009.

<http://pages.cpsc.ucalgary.ca/~sillito/cpsc-601.23/readings/eisenhardt-1989.pdf>

Consultado em 21 de junho de 2009.

http://prod.cmav2.acd.pt/portal/page/portal/MUSEUS/ARQ_HIST/?mus=1&actualmenu=4197711&mus_nuc_arq_hist=7115639&cboui=7115639

Consultado em 1 de agosto de 2009.

http://prod.cmav2.acd.pt/portal/page/portal/MUSEUS/MED_MOD/?mus=1&actualmenu=4197712&mus_med_moderno=7118552&cboui=7118552

Consultado em 1 de agosto de 2009.

http://prod.cmav2.acd.pt/portal/page/portal/MUSEUS/MUSEU_CIDADE/?mus=1&actualmenu=4197709&mus_museu_cidade=4963003&cboui=4963003

Consultado em 1 de agosto de 2009.

http://prod.cmav2.acd.pt/portal/page/portal/MUSEUS/NAVAL/?mus=1&actualmenu=4197710&mus_nuc_naval=5712427&cboui=5712427

Consultado em 1 de agosto de 2009.

http://prod.cmav2.acd.pt/portal/page/portal/MUSEUS/OLARIA/?mus=1&actualmenu=4197718&mus_olaria_trad=7115753&cboui=7115753

Consultado em 1 de agosto de 2009.

<http://professormurara.files.wordpress.com/2008/08/missaoevisao.pdf>

Consultado em 24 de maio de 2010.

http://read.adm.ufrgs.br/edicoes/pdf/artigo_293.pdf

Consultado em 12 de julho de 2010.

http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/322/1/ensaio15_mario.pdf

Consultado em 23 de janeiro de 2010.

http://redesurbanas.vgsoftware.com.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=3&Itemid=8

Consultado em 27 de agosto de 2009.

http://redesurbanas.vgsoftware.com.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=4&Itemid=9

Consultado em 27 de agosto de 2009.

http://redesurbanas.vgsoftware.com.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=5&Itemid=10

Consultado em 27 de agosto de 2009.

http://redesurbanas.vgsoftware.com.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=6&Itemid=11

Consultado em 27 de agosto de 2009.

http://redesurbanas.vgsoftware.com.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=7&Itemid=12

Consultado em 27 de agosto de 2009.

http://redesurbanas.vgsoftware.com.pt/index.php?option=com_jcalpro&Itemid=13

Consultado em 27 de agosto de 2009.

http://redesurbanas.vgsoftware.com.pt/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=3&Itemid=14

Consultado em 27 de agosto de 2009.

http://redesurbanas.vgsoftware.com.pt/index.php?option=com_contact&Itemid=15

Consultado em 27 de agosto de 2009.

http://redesurbanas.vgsoftware.com.pt/index.php?option=com_weblinks&catid=6&Itemid=16

Consultado em 27 de agosto de 2009.

http://redesurbanas.vgsoftware.com.pt/index.php?option=com_easygallery&Itemid=35

Consultado em 27 de agosto de 2009.

<http://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/540/1/Doutoramento.pdf>

Consultado em 5 de janeiro de 2010.

<http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/273>

Consultado em 12 de março de 2009.

<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia>

Consultado em 9 de novembro de 2008.

http://sarmiento.weblog.com.pt/arquivo/2006/01/novos_regulamen.html

Consultado em 3 de agosto de 2009.

http://scholar.google.pt/scholar?q=GLOBAL+RESTRUCTURING+AND+LOCAL+ANTI-POVERTY+ACTION:&hl=pt-PT&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar

Consultado em 23 de abril de 2010.

<http://sociomuseologia.ning.com/>

Consultado em 2 de janeiro de 2010.

<http://student.dei.uc.pt/~jpdias/gestao/Strategic/>

Consultado em 14 de março de 2010.

http://translate.google.com.br/translate?u=http%3A%2F%2Fmuseus.cm-mertola.pt%2Fptcl_rede_mercator_ing.pdf&sl=en&tl=pt&hl=pt-PT&ie=UTF-8

Consultado em 10 de agosto de 2009.

<http://www.aguaforte.com/antropologia/Peralta.html>

Consultado em 15 de março de 2007.

<http://www.aldeiasdoxisto.pt/institucional/9/5>

Consultado em 2 de dezembro de 2009.

<http://www.aldeiasdoxisto.pt/sobreprojecto/9/5/35>

Consultado em 2 de dezembro de 2009.

<http://www.aldraba.org.pt/PDF/Museus%20locais.pdf>

Consultado em 27 de março de 2010.

<http://www.am-oeste.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=50e6fa7f-4b02-44b3-9e33-2fef4fe63455&m=b79>

Consultado em 9 de outubro de 2009.

<http://www.am-oeste.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=957b0984-9073-419c-92b7-ae746c3d0847&m=b42>

Consultado em 9 de outubro de 2009.

<http://www.amo.oestedigital.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=ff4732c6-f3af-449c-b5f1-4f9f0424db08>

Consultado em 9 de outubro de 2009.

<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/democracia.html>

Consultado em 15 de maio de 2010.

<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/mundorede.html>

Consultado em 30 de abril de 2010.

<http://www.anmp.pt/anmp/div2005~/age21/docs>

Consultado em 15 de setembro de 2007.

<http://www.anmp.pt/anmp/div2001/museus/interv/CMCascais>

Consultado em 10 de março de 2007.

[http://www.arouca.biz/Noticias/Local/Maiores trilobites do mundo ja tem museu em Canelas 200606241377/](http://www.arouca.biz/Noticias/Local/Maiores_trilobites_do_mundo_ja_tem_museu_em_Canelas_200606241377/)

Consultado em 4 de agosto de 2009.

[http://www.arouca.biz/Noticias/Local/Museu Municipal de Arouca abre Domingo 200805151924/](http://www.arouca.biz/Noticias/Local/Museu_Municipal_de_Arouca_abre_Domingo_200805151924/)

Consultado em 4 de agosto de 2009.

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/lacerda-juciano-sistemas-redes.pdf>

Consultado em 2 de julho de 2008.

<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MArtaAnico.pdf>

Consultado em 8 de março de 2009.

<http://www.ciberamerica.org>

Consultado em 15 de setembro de 2007.

<http://www.cigc-arouca.com/>

Consultado em 4 de agosto de 2009.

<http://www.cm-alcanena.pt>

Consultado em 8 de junho de 2007.

<http://www.cm-alcochete.pt/NR/rdonlyres/1DCB3C85-2046-4901-82A9-4D4542E1F523/343/RegulamentodoMuseuMunicipal.pdf>

Consultado em 18 de junho de 2009.

[http://www.cm-alcoutim.pt/portal_autarquico/alcoutim/v_pt-PT/menu_turista/cultura/museus/exposicao permanente jogos intemporais/](http://www.cm-alcoutim.pt/portal_autarquico/alcoutim/v_pt-PT/menu_turista/cultura/museus/exposicao_permanente_jogos_intemporais/)

Consultado em 18 de junho de 2009.

[http://www.cm-alcoutim.pt/portal_autarquico/alcoutim/v_pt-PT/menu_turista/cultura/museus/museu do rio/](http://www.cm-alcoutim.pt/portal_autarquico/alcoutim/v_pt-PT/menu_turista/cultura/museus/museu_do_rio/)

Consultado em 18 de junho de 2009.

[http://www.cm-alcoutim.pt/portal_autarquico/alcoutim/v_pt-PT/menu_turista/cultura/museus/nucleo museologico contrucao da memoria/](http://www.cm-alcoutim.pt/portal_autarquico/alcoutim/v_pt-PT/menu_turista/cultura/museus/nucleo_museologico_contrucao_da_memoria/)

Consultado em 18 de junho de 2009.

http://www.cm-alcoutim.pt/portal_autarquico/alcoutim/v_pt-PT/menu_turista/cultura/museus/nucleo_museologico_escola_primaria/

Consultado em 18 de junho de 2009.

http://www.cm-alcoutim.pt/portal_autarquico/alcoutim/v_pt-PT/menu_turista/cultura/museus/nucleo_museologico_eselho_de_nos/

Consultado em 18 de junho de 2009.

http://www.cm-alcoutim.pt/portal_autarquico/alcoutim/v_pt-PT/menu_turista/cultura/museus/nucleo_museologico_tecer_e_usar/

Consultado em 18 de junho de 2009.

http://www.cm-alcoutim.pt/portal_autarquico/alcoutim/v_pt-PT/menu_turista/cultura/museus/nucleo_museologico_vidas_do_campo/

Consultado em 18 de junho de 2009.

http://www.cm-alcoutim.pt/portal_autarquico/alcoutim/v_pt-PT/menu_turista/cultura/museus/visitas_guiadas/

Consultado em 18 de junho de 2009.

<http://www.cm-alcoutim.pt/NR/rdonlyres/BEF20E18-44CD-4984-8876-BAE494F111C9/0/organograma.pdf>

Consultado em 18 de junho de 2009.

http://www.cm-alcoutim.pt/portal_autarquico/alcoutim/v_pt-PT/menu_turista/cultura/museus/nucleo_arqueologia/

Consultado em 18 de junho de 2009.

http://www.cm-alcoutim.pt/portal_autarquico/alcoutim/v_pt-PT/menu_turista/cultura/museus/nucleo_arte_sacra/

Consultado em 18 de junho de 2009.

<http://www.cm-almada.pt/museus>

Consultado em 1 de agosto de 2009.

<http://www.cm-almada.pt/xportal/xmain?xpid=cmav2&xpgid=organograma>

Consultado em 1 de agosto de 2009.

<http://www.cm-arouca.pt/portal/images/stories/organograma.pdf>

Consultado em 4 de agosto de 2009.

http://www.cm-arouca.pt/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=17&Itemid=93

Consultado em 4 de agosto de 2009.

http://www.cm-arouca.pt/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=579&Itemid=80

Consultado em 4 de agosto de 2009.

http://www.cm-arouca.pt/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=829&Itemid=392

Consultado em 4 de agosto de 2009.

http://www.cm-arouca.pt/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=1115&Itemid=89

Consultado em 4 de agosto de 2009.

<http://www.cm-arruda.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=562195b7-d654-4de6-adde-3852dd3c2139>

Consultado em 8 de agosto de 2009

<http://www.cm-aveiro.pt/www/cache/imagens/XPQ5FaAXX18725aGdb9zMjjeZKU.pdf>

Consultado em 2 de agosto de 2009.

http://www.cm-aveiro.pt/www//Templates/GenericDetails.aspx?id_object=29705&divName=551s1692s552&id_class=552

Consultado em 2 de agosto de 2009.

<http://www.cm-borba.pt/pt/conteudos/actividade%20municipal/projectos/Corredor%20Azul%20%20Rede%20Urbana%20para%20a%20Inovacao%20e%20Com.htm>

Consultado em 27 de agosto de 2009.

<http://www.cm-estremoz.pt/NR/ronlyres/00006722/ztgfbzgcvcmpgzdfqwvcvqlrgbpzkow/RegMuseuMunEtz.pdf>

Consultado em 5 de agosto de 2009.

www.cm-ilhavo.pt/getfile.php?id_file=331

Consultado em 23 de julho de 2009.

http://www.cm-loule.pt/images/stories/pdfs/Organigrama_CML_2008.pdf

Consultado em 25 de agosto de 2009.

<http://www.cm-loures.pt>

Consultado em 5 de junho de 2008.

http://www.cm-loures.pt/aa_PatrimonioRedeMuseusA.asp

Consultado em 3 de setembro de 2009.

http://www.cm-loures.pt/p_lm10F7.asp

Consultado em 3 de setembro de 2009.

http://www.cm-matosinhos.pt/PageGen.aspx?WMCM_PáginaId=11770

Consultado em 12 de agosto de 2009.

http://www.cm-matosinhos.pt/PageGen.aspx?WMCM_PáginaId=43970

Consultado em 12 de agosto de 2009.

http://www.cm-matosinhos.pt/PageGen.aspx?WMCM_PáginaId=52507

Consultado em 12 de agosto de 2009.

http://www.cm-melgaco.pt/mlg/vmd.download_agenda_municipal?p_file=261

Consultado em 26 de agosto de 2009.

<http://www.cm->

[melgaco.pt/portal/page/melgaco/portal_municipal/Cultura/MelgacoMuseus/melgacomuseus_Museucinema](http://www.cm-melgaco.pt/portal/page/melgaco/portal_municipal/Cultura/MelgacoMuseus/melgacomuseus_Museucinema)

Consultado em 26 de agosto de 2009.

<http://www.cm->

[melgaco.pt/portal/page/melgaco/portal_municipal/Cultura/MelgacoMuseus/melgacomuseus_torredemenagem](http://www.cm-melgaco.pt/portal/page/melgaco/portal_municipal/Cultura/MelgacoMuseus/melgacomuseus_torredemenagem)

Consultado em 26 de agosto de 2009.

<http://www.cm->

[melgaco.pt/portal/page/melgaco/portal_municipal/Cultura/MelgacoMuseus/melgacomuseus_memoriaefronteira](http://www.cm-melgaco.pt/portal/page/melgaco/portal_municipal/Cultura/MelgacoMuseus/melgacomuseus_memoriaefronteira)

Consultado em 26 de agosto de 2009.

<http://www.cm->

[melgaco.pt/portal/page/melgaco/portal_municipal/orgaos_autarquicos/camaramunicipal/camara_organigrama](http://www.cm-melgaco.pt/portal/page/melgaco/portal_municipal/orgaos_autarquicos/camaramunicipal/camara_organigrama)

Consultado em 26 de agosto de 2009.

<http://www.cm-obidos.pt>

Consultado em 30 de agosto de 2009.

<http://www.cm->

[palmela.pt/pt/conteudos/areas+de+intervencao/patrimonio+cultural/Museu+Municipal/](http://www.cm-palmela.pt/pt/conteudos/areas+de+intervencao/patrimonio+cultural/Museu+Municipal/)

Consultado em 4 de agosto de 2009.

<http://www.cm-palmela.pt/pt/conteudos/areas+de+intervencao/patrimonio+cultural/Museu+Municipal/Núcleo+s+e+Extensões+Museológicas>

Consultado em 4 de agosto de 2009.

<http://www.cm-palmela.pt/pt/conteudos/areas+de+intervencao/patrimonio+cultural/Museu+Municipal/Núcleo+s+e+Extensões+Museológicas/Núcleo+de+Quinta+do+Anjo/>

Consultado em 4 de agosto de 2009.

<http://www.cm-palmela.pt/pt/conteudos/areas+de+intervencao/patrimonio+cultural/Museu+Municipal/Núcleo+s+e+Extensões+Museológicas/Núcleo+do+Vinho+e+da+Vinha/>

Consultado em 4 de agosto de 2009.

http://www.cm-penafiel.pt/NR/ronlyres/81B1B6E4-A4FB-41A4-B581-F7A4BBF5F5A9/27483/Reg_MuseuMunicipal.pdf

Consultado em 3 de agosto de 2009.

<http://www.cm-pvarzim.pt/povoa-cultural>

Consultado em 9 de agosto de 2009.

<http://www.cm-pvarzim.pt/povoa-cultural/museu-municipal/nucleos/nucleo-arqueologico-da-cidade-de-terroso/>

Consultado em 9 de agosto de 2009.

<http://www.cm-pvarzim.pt/povoa-cultural/museu-municipal/nucleos/nucleo-museologico-da-igreja-romanica-de-s-pedro-de-rates/>

Consultado em 9 de agosto de 2009.

http://www.cm-pvarzim.pt/povoa-cultural/museu-municipal/regulamento-do-museu/preview_popup/file

Consultado em 9 de agosto de 2009.

<http://www.cm-pvarzim.pt/povoa-cultural/museu-municipal/texto-sobre-o-museu>

Consultado em 9 de agosto de 2009.

<http://www.cm-ribeiragrande.pt/FileControl/Anexos/regmuseu06072009.pdf>

Consultado em 30 de agosto de 2009.

<http://www.cm-santarem.pt/NR/ronlyres/11008F03-1BFE-4E72-86EC-9D7920C936BB/0/RegulamentodoMuseuMunicipaldeSantar%C3%A9m.pdf>

Consultado em 2 de agosto de 2009.

<http://www.cm-vendasnovas.pt>

Consultado em 27 de agosto de 2009.

<http://www.cm-vfxira.pt/files/3/documentos/20061113172136922401.pdf>

Consultado em 20 de agosto de 2009.

http://www.cm-viana-castelo.pt/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1003

Consultado em 19 junho de 2009.

http://www.cm-viladoconde.pt/pagegen.asp?SYS_PAGE_ID=849734

Consultado em 2 de fevereiro de 2009

<http://www.cm-vilaviosa.pt/pt/conteudos/noticias/PAINEL%20DE%20PERITOS.htm>

Consultado em 27 de agosto de 2009.

<http://www.comunismo.com.br/manifes.html>

Consultado em 10 de julho de 2008.

http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG103_23.pdf

Consultado em 23 de março de 2009.

http://www.cultura-lvt.pt/equip_c_museus.aspx?menu=68&id=68

Consultado em 18 de junho de 2009.

<http://www.csarmento.uminho.pt/ftp/docs/RegMuseus.pdf>

Consultado em 3 de agosto de 2009.

<http://www.csarmento.uminho.pt/sms.asp>

Consultado em 3 de agosto de 2009.

<http://www.figueiraturismo.com/>

Consultado em 10 de agosto de 2009.

http://www.jornaldocentro.pt/?lop=conteudo&op=8efb100a295c0c690931222ff4467bb8&id=7e64ef4e0d891aed100893d4ba43bb15&drops%5Bdrop_edicao%5D=141#

Consultado em 12 de fevereiro 2009.

<http://www.lifecooler.com/Portugal/patrimonio/MuseuMunicipaldeAlcocheteNucleodeArteSacra>

Consultado em 18 de junho de 2009.

<http://www.lifecooler.com/portugal/patrimonio/MuseuMunicipaldeAlcocheteNucleoSede>

Consultado em 18 de junho de 2009.

<http://www.curriculosemfronteiras.org/artigos.htm>

Consultado em 7 de janeiro de 2009.

<http://www.dgaa.pt/default>

Consultado em 26 de março de 2007.

http://www.dgidec.min-edu.pt/secundario/Documents/quest_sala_aula.pdf

Consultado em 3 de agosto de 2008.

<http://www.emaveiro.com/scid/emaveiro/defaultArticleViewOne.asp?categoryID=690&articleID=1838>

Consultado em 2 de agosto de 2009

<http://www.eraumavezemaveiro.com/index.php?ID=776>

Consultado em 2 de agosto de 2009.

<http://www.espacoacademico.com.br>

Consultado em 16 de abril de 2007.

<http://www.espigueiro.pt/noticias/5fc34ed307aac159a30d81181c99847e.html>

Consultado em 15 de setembro de 2009.

<http://www.estremozmarca.com/?pa=45&lang=1>

Consultado em 5 de agosto de 2009.

<http://www.finance-mba.com/Case%20Method.pdf>

Consultado em 16 de março de 2009.

<http://www.forumloule21.org>

Consultado em 24 de outubro de 2007.

http://www.fortium.com.br/faculdefortium.com.br/michel_mvogo/material/4215.pdf

Consultado em 24 de outubro de 2010.

<http://www.google.com/books?hl=pt-PT&lr=&id=DsOEjreGrNEC&oi=fnd&pg=PA1&dq=social+theory+today+immanuel+wallerstein&ots=hi7pN3vTR1&sig=dCa0BPe8uvlXgTBPM-B8buAd7tE#v=onepage&q=social%20theory%20today%20immanuel%20wallerstein&f=false>

Consultado em 13 de setembro de 2009.

<http://www.google.com/books?hl=pt-PT&lr=&id=bYa-csgvjkoC&oi=fnd&pg=PR9&dq=chaos+governance+and+modern+world+system&ots=zeBL5i7JyZ&sig=fEieYhTnoFv6GjZDoQ3X3-zbUQ#v=onepage&q&f=false>

Consultado em 20 de outubro de 2009.

http://www.google.pt/search?sourceid=navclient&ie=UTF-8&rlz=1T4SUNA_enPT284PT285&q=os+museus+portugueses+no+in%c3%adicio+da+segunda+d%c3%a9cada+do+s%c3%a9culo+XXI.+Desafios+para+XI+Legislatura

Consultado em 10 de agosto de 2010.

http://www.google.pt/search?q=renato+lieber+teoria+de+istemas&rls=com.microsoft:pt:IE-Address&ie=UTF-8&oe=UTF-8&sourceid=ie7&rlz=1I7GGLL_en

Consultado em 10 de setembro de 2010.

http://www.google.pt/#sclient=psy-ab&hl=pt-PT&rlz=1W1GGLL_en&source=hp&q=%E2%80%A2%09Programa+Operativo+de+Gest%C3%A3o+Estrat%C3%A9gica+para+o+Concelho+de+Arruda+dos+Vinhos+&rlz=1W1GGLL_en&pbx=1&oq=%E2%80%A2%09Programa+Operativo+de+Gest%C3%A3o+Estrat%C3%A9gica+para+o+Concelho+de+Arruda+dos+Vinhos+&aq=f&aqi=&aql=&gs_sm=e&gs_upl=27275127275101291081111010101159115910.11110&bav=on.2.or.r_gc.r_pw.,cf.osb&fp=fe38fb74631b558a&biw=626&bih=673

Consultado em 8 de agosto de 2009

<http://www.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp?zona=continente>

Consultado em 15 de setembro de 2007.

<http://www.icn.pt>

Consultado em 21 de maio de 2007.

http://www.icom-portugal.org/documentos_def,129,220,detalhe.aspx

Consultado em 30 de agosto de 2009.

[http://www.icom-portugal.org/multimedia/Desafios_XILegis\(1\).pdf](http://www.icom-portugal.org/multimedia/Desafios_XILegis(1).pdf)

Consultado em 10 de agosto de 2010.

http://www.icftu.org/www/pdf/pub_glob_2003-3.pdf

Consultado em 17 de novembro de 2008.

<http://www.idearte.org/texts/43.pdf>

Consultado em 3 de março de 2009.

<http://www.ims.uerj.br/gestaosaude/downloads/transformacao.pdf>

Consultado em 25 de junho de 2009.

<http://www.ine.pt/prodserv/pesqut/quadro2.asp>

Consultado em 23 de setembro de 2007.

http://www.ine.pt/prodserv/retrato_dt

Consultado em 23 de setembro de 2007.

<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/património>

Consultado em 23 de junho de 2010.

http://www.insumisos.com/lecturasinsumisas/Bauman_En_busca_de_la_politica.pdf

Consultado em 24 de outubro de 2010.

<http://www.ippar.pt>

Consultado em 15 de março de 2007.

<http://www.itea.org.br/cultura-de-redes-na-mobilizacao-popular>

Consultado em 9 de novembro de 2009.

<http://www.matosinhoshoje.com/index.asp?idEdicao=323&id=15673&idSeccao=2760&Action=noticia>

Consultado em 12 de agosto de 2009.

http://www.mcu.es/museos/docs/MC/MES/Rev1/s1_1EnTornoalMuseo.pdf

Consultado em 29 de junho de 2010.

http://www.mestrado-museologia.net/Textos_juditeprimo/MuseologoEducadorJP.pdf

Consultado em 13 de abril de 2009.

http://www.metropolisdigital.pt/PageGen.aspx?WMCM_PáginaId=27618¬iciaId=33092&pastaNoticiasReqId=27599

Consultado em 12 de agosto de 2009.

http://www.minom-icom.net/PDF/Museologia_autarquias_07.pdf

Consultado em 5 de fevereiro de 2009.

<http://www.minom-icom.org/textos2.htm#>

Consultado em 6 de junho de 2009.

<http://www.mogadouro.pt/site/content/view/16/58/lang.pt/>

Consultado em 11 de julho de 2009.

<http://www.monumentos.pt>

Consultado em 26 de março de 2007.

<http://www.mun-aljustrel.pt/Boletim/bol207.pdf>

Consultado em 12 de setembro de 2009.

http://www.museudodouro.pt/exposicao_virtual/pdf/natalia.pdf

Consultado em 15 de setembro de 2009.

<http://www.museudodouro.pt/pagina,2,3.aspx>

Consultado em 15 de setembro de 2009.

<http://www.museudodouro.pt/pagina,2,4.aspx>

Consultado em 15 de setembro de 2009.

<http://www.museusousamartins.org/home.html>

Consultado em 20 de agosto de 2009.

<http://www.mvv.cm-vilareal.pt>.

Consultado em 16 de agosto de 2009.

<http://www.noticiasdeaveiro.pt/default.asp?c=suplementos&s=11&m=1&p=1&i=3588>

Consultado em 4 de agosto de 2009.

<http://www.noticiasdevilareal.com/noticias/index.php?action=getDetalhe&id=481>

Consultado em 15 de setembro de 2009.

<http://www.nova.edu/ssss/QR/QR3-3/tellis2.html>

Consultado em 23 de abril de 2010.

<http://www.oac.pt/pdfs/DespesasMunicipiosCultura.pdf>

Consultado em 11 de fevereiro de 2009.

http://www.oac.pt/pdfs/OAC_Museus%20em%20Portugal_2000-2005.pdf

Consultado em 11 de fevereiro de 2009.

<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/1979.html>

Consultado em 17 de novembro de 2010.

<http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=3410>

Consultado em 27 de agosto de 2009

http://www.pathfind.org/site/DocServer/m_e_tool_series_case_study.pdf?docID=6302

Consultado em 12 de janeiro de 2010.

<http://www.pcm.gov.pt/pt/GC18/Governo/Composicao/Pages/Composicao.aspx>

Consultado em 10 de maio de 2010.

http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaoIC/Ciencias_Humanas/Sociologia/71057-MARIANARAFAELEFERNANDES.pdf

Consultado em 15 de julho de 2010.

<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/301/254>

Consultado em 3 de junho de 2009.

http://www.rand.org/pubs/research_memoranda/2006/RM3420.pdf

Consultado em 13 de agosto de 2009.

<http://www.regen.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/230>

Consultado em 27 de novembro de 2010.

http://www.sagepub.com/upm-data/19143_Ridley_Intro.pdf

Consultado em 27 de novembro de 2010.

[http://www.sagepub.com/upm-data/28073_Thomas\(Research\).pdf](http://www.sagepub.com/upm-data/28073_Thomas(Research).pdf)

Consultado em 27 de novembro de 2010.

<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0272696398000230>

Consultado em 9 de outubro de 2009.

<http://www-scielo.br/>

Consultado em 12 de agosto de 2009.

<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>

Consultado em 15 de julho de 2009.

<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a07v35n2.pdf>

Consultado em 23 de junho de 2010.

<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a11n21.pdf>

Consultado em 15 de maio de 2009.

<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v29n1/v29n1a4.pdf>

Consultado em 24 de setembro de 2010.

<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v29n2/09v29n2.pdf>

Consultado em 12 de julho de 2010.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100005

Consultado em 9 de setembro de 2009.

http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-99112005000200009&script=sci_arttext

Consultado em 15 de julho de 2010.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401419944000200009

Consultado em 21 de outubro de 2009.

<http://www.scipub.org/fulltext/ajas/ajas5111602-1604.pdf>

Consultado em 5 de abril de 2009.

<http://www.scribd.com/doc/32062986/Organizacao-e-Gestao-de-Museus-Estudo-e-Analise-para-um-Modelo-Sustentavel-Tese>

Consultado em 6 de agosto de 2010.

http://www.sep.org.br/artigo/9_congresso_old/ixcongresso53.pdf

Consultado em 13 de setembro de 2010.

http://www.sfu.ca/cmns/faculty/marontate_j/801/08-spring/readings/Yin_CaseStudyCrisis.pdf

Consultado em 1 de março de 2009.

<http://www.thescipub.com/abstract/10.3844/ajassp.2008.1602.1604>

Consultado em 5 de janeiro de 2010.

<http://www.tintafresca.net/News/newsdetail.aspx?news=d9e99484-652c-439c-883d-cd1298fae392&edition=31>

Consultado em 27 de agosto de 2009.

<http://www.ufrgs.br/cdrom/garcia/garcia.pdf>

Consultado em 3 de agosto de 2008.

<http://www.univ-ab.pt/~bidarra/hyperscapes/video-grafias-7.htm>

Consultado em 18 de setembro de 2010.

<http://www.unwto.org/code.ethics/pdf>

Consultado em 26 de maio de 2007.

<http://www.unwto.org/obs.cultturism.asp>

Consultado em 26 de maio de 2007.

http://www.wedb.net/download/quant/mallu_metodos_de_pesquisa/metodologia/meredith_9_8_jom_case_research.pdf

Consultado em 23 de março de 2009.

<http://www.world-tourism.org>

Consultado em 26 de maio de 2007.

http://www2.cm-seixal.pt/pls/decomuseu/ecom_cdi_display_detail?pbc=1144704&xi=1&xt=-1

Consultado em 18 de julho de 2009.

http://www2.cm-vfxira.pt/PageGen.aspx?WMCM_PáginaId=22592

Consultado em 20 de agosto de 2009.

http://www2.cm-vfxira.pt/PageGen.aspx?WMCM_PáginaId=22606

Consultado em 20 de agosto de 2009.

http://www2.cm-vfxira.pt/PageGen.aspx?WMCM_PáginaId=22618

Consultado em 20 de agosto de 2009.

http://www2.cm-vfxira.pt/PageGen.aspx?WMCM_PáginaId=22630

Consultado em 20 de agosto de 2009.

http://www2.cm-vfxira.pt/PageGen.aspx?WMCM_PáginaId=28723

Consultado em 20 de agosto de 2009.

http://www2.cm-vfxira.pt/PageGen.aspx?WMCM_PáginaId=46264

Consultado em 20 de agosto de 2009.

http://www2.cm-vfxira.pt/PageGen.aspx?WMCM_PáginaId=46248

Consultado em 20 de agosto de 2009.

http://www2.cm-vfxira.pt/PageGen.aspx?WMCM_PáginaId=62519

Consultado em 20 de agosto de 2009.

http://www2.ufp.pt/~lmbg/com/geo_ eraglobal09.pdf

Consultado em 21 de março de 2010.

http://www4.fct.unesp.br/docentes/educ/alberto/page_download/METODOLOGIA/metodologia_cientifica.pdf

Consultado em 13 de novembro de 2010.

http://209.85.229.132/search?q=cache:4S1xePF_iPcJ:www.m-almada.pt/ngt_server_acd/attachfileu.jsp%3Flook_parentBoui%3D15053868%26att_display%3Dn%26att_download%3Dy+almada+rede+museol%C3%B3gica+municipal&cd=6&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt

Consultado em 1 de agosto de 2009.

www.cmloures.pt/doc/regulamentos/Reg_RMuseusLoures.pdf

Consultado em 3 de setembro de 2009.

www.dgturismo.pt

Consultado em 26 de setembro de 2007.

www.dgturismo.pt/ContextoNormativo/PoliticaDeTurismo/DocumentacaoUE/index.htm

Consultado em 15 de setembro de 2007.

www.greenglobe21.org

Consultado em 24 de maio de 2007.

www.portaldogoverno.org.pt

Consultado em 2 de novembro de 2007.

www.robertexto.com/archivo6/sist_sociais.htm

Consultado em 15 de maio de 2010.

www.ibcdtur.org.br/Publ_Dir_Com_Euro.htm

Consultado em 23 de março de 2007.

www.mapadasideias.pt

Consultado em 13 de dezembro de 2009.

www.museumaritimeo.cm-ilhavo.pt/

Consultado em 23 de julho de 2009.

www.naya.org.ar/

Consultado em 25 de setembro de 2007.

www.revistaoes.ufba.br/include/getdoc.php?

Consultado em 12 de julho de 2010.

ÍNDICE REMISSIVO.

Índice Remissivo.**A**

Açores, 65, 69, 183, 185, 187, 192, 193, 194, 203, 216, 229, 230, 238, 242, 243, 245, 253, 275, 279, 394, 396
 adaptabilidade, 178
 adaptação, 31, 32, 35, 48, 61, 124, 129, 144, 154, 161, 163, 170, 249, 364, 387, 406, 441, 448, 488
 administração local, 11, 17, 37, 124, 134, 136, 137, 138, 143, 145, 148, 207, 236, 354, 368, 371, 372, 407, 423, 443, 476, 479
 administração pública tradicional, 17, 141, 142
 agregação territorial, 28, 29
 Albufeira, 220, 222, 242
 Alcanena, 6, 7, 9, 15, 19, 20, 27, 175, 220, 232, 369, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 386, 387, 388, 389, 390, 392, 393, 398, 399, 400, 402, 404, 407, 410, 411, 412, 415, 425, 431, 432, 433, 435, 441, 442, 448, 451, 455, 456, 464, 465, 469, 490, 497, 499, 502, 506, 507, 508, 519, 523, 525, 526
 Alcochete, 8, 18, 287, 288, 289, 290, 291, 528
 Alcoutim, 18, 242, 287, 288, 289, 291, 292
 Alentejo, 69, 185, 187, 192, 193, 194
 Algarve, 69, 185, 192, 193, 194, 246, 247, 248, 353, 358, 479, 482, 504, 525
 Alijó, 203, 216, 238, 242, 244, 246, 253, 275, 279
 Almada, 18, 287, 288, 289, 293, 294, 348
 Almeirim, 220, 222, 242
 Almodôvar, 203, 216, 238, 242, 243, 246, 253, 275, 279, 283
 Alvaiázere, 223, 225, 235
 Amarante, 220, 222, 242
 ambiente, 83
 Anadia, 224, 225
 Arganil, 203, 216, 238, 242, 244, 245, 253, 275, 279, 283
 Armamar, 220, 222, 232
 Arraiolos, 232, 233
 Arruda dos Vinhos, 18, 220, 222, 287, 288, 289, 295, 296, 298, 348, 349, 528
 articulação horizontal, 15, 342, 438, 444, 445, 450
 associações, 15, 38, 39, 68, 85, 86, 90, 146, 147, 148, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 239, 291, 295, 312, 320, 341, 359, 383, 400, 406, 409, 410, 411, 427, 431, 433, 441, 449, 457, 458, 463, 465, 466, 484
 autarquias, 84
 autonomia, 17, 39, 51, 141, 147, 148, 149, 150, 167, 173, 175, 176, 177, 236, 290, 297, 308, 342, 367, 371, 406, 407, 419, 421, 429, 430, 431, 460, 461, 462, 463, 469, 476, 490, 491, 492
 Aveiro, 18, 203, 214, 216, 229, 238, 242, 244, 245, 253, 275, 283, 287, 288, 289, 299, 300, 349, 357, 482, 528
 Avis, 224, 225

Azambuja, 203, 216, 229, 238, 242, 244, 245, 253, 275, 279, 283

B

Barreiro, 220, 222, 233
 Beja, 36, 46, 62, 125, 164, 203, 216, 238, 244, 245, 246, 253, 275, 279, 283, 515
 Boticas, 220, 222, 233, 242
 burocracia, 17, 141, 167, 168, 169

C

Cabeceiras de Basto, 203, 216, 229, 230, 238, 242, 244, 246, 253, 283
 Caldas da Rainha, 18, 287, 288, 289, 301, 348, 349
 Caminha, 220, 222, 232, 242
 Cascais, 203, 216, 238, 244, 246, 253, 275, 279, 283, 497, 508, 512, 513, 515, 525, 526
 Castanheira de Pêra, 203, 216, 222, 229, 230, 238, 242, 243, 245, 253, 279, 283
 Castelo Branco, 203, 216, 229, 230, 238, 242, 244, 246, 253, 275, 279, 283
 Castelo de Vide, 233, 242
 Castro Marim, 203, 216, 238, 242, 243, 246, 253, 275, 279, 283
 Castro Verde, 203, 216, 229, 230, 238, 244, 245, 253, 275, 279
 Celorico da Beira, 220, 222, 232, 242
 Centro, 7, 9, 69, 86, 185, 186, 191, 192, 193, 194, 293, 295, 299, 301, 302, 321, 324, 325, 327, 337, 340, 343, 374, 382, 383, 385, 393, 394, 411, 412, 413, 414, 425, 426, 497, 500, 504, 508, 525

Ch

Chaves, 203, 238, 244, 245, 253, 275, 279, 283

C

cidadania, 38, 39, 50, 103, 118, 138, 144, 145, 146, 160, 174, 260, 261, 263, 266, 310, 311, 361, 371, 380, 405, 409, 410, 415, 416, 417, 419, 427, 430, 431, 450, 464, 465, 467, 469, 486, 514, 515, 525
 cidadão, 86
 classificação, 83
 coesão territorial, 16, 421, 427, 448, 455, 460, 461, 462, 463, 467, 471
 Coimbra, 220, 222, 242, 496, 504, 513
 comunicação, 14, 15, 24, 28, 29, 33, 40, 53, 68, 73, 86, 96, 99, 100, 106, 107, 112, 114, 115, 132, 133, 139,

- 144, 147, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 166, 172, 174, 175, 176, 179, 183, 207, 209, 240, 249, 250, 252, 262, 263, 264, 266, 273, 274, 275, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 306, 352, 362, 363, 364, 367, 394, 405, 406, 407, 409, 417, 419, 421, 427, 433, 437, 440, 443, 448, 453, 454, 455, 456, 457, 466, 471, 475, 477, 478, 487, 488, 491, 492, 499, 503, 511
- comunidade, 28, 77, 78, 79, 80, 81
- concertação, 139, 148, 151, 178, 315, 343, 416, 422, 424, 429, 431, 436, 437, 442, 445, 452, 457, 463, 469, 490
- conetividade, 41, 45, 132, 146, 173, 250, 254, 357, 364, 471, 488
- Conselho Local de Museus de Alcanena, 7, 20, 429, 430, 431, 441, 466
- contemporaneidade, 5, 11, 29, 34, 46, 60, 71, 102, 112, 124, 127, 346, 418, 474, 496
- cooperação, 5, 28, 39, 79, 89, 90, 94, 95, 129, 133, 138, 140, 145, 146, 147, 148, 164, 175, 176, 177, 210, 216, 229, 232, 239, 242, 245, 246, 248, 250, 252, 297, 299, 301, 302, 305, 306, 310, 314, 322, 330, 343, 348, 352, 357, 364, 367, 393, 394, 403, 416, 417, 418, 419, 422, 423, 427, 431, 433, 450, 452, 463, 464, 465, 469, 482, 489, 490, 491
- corresponsabilização, 5, 28, 39, 51, 139, 144, 299, 306, 312, 317, 334, 342, 350, 352, 356, 416, 417, 426, 427, 428, 430, 438, 462, 469, 490
- Crato, 235
- Cuba, 232
- cultura, 79, 80, 87
- curtumes, 27, 376, 377
- D**
- descentralidade, 107, 112
- descentralização, 38, 39, 135, 138, 141, 147, 148, 174, 194, 216, 217, 296, 308, 421, 427, 429, 430, 460, 461, 463, 466, 490, 492, 507
- desenvolvimento, 27, 28, 81, 84, 369, 377
- desenvolvimento humano, 38, 150, 492
- desenvolvimento sustentável, 29, 38, 39, 47, 120, 135, 299, 369, 378, 380, 476, 492, 515
- desigualdade social, 61, 100, 132, 133, 156, 406, 474
- desigualdades sociais, 33, 130, 133, 371, 415, 490
- diversidade, 23, 28, 32, 63, 78, 82, 87, 95, 112, 119, 120, 124, 128, 129, 138, 150, 176, 249, 299, 341, 378, 380, 390, 421, 451, 460, 463, 475, 476
- diversidade cultural, 78
- E**
- economia, 17, 30, 32, 33, 36, 46, 49, 71, 98, 124, 125, 128, 130, 131, 132, 139, 150, 151, 156, 163, 178, 367, 378, 379, 383, 406, 472, 475, 476, 496, 505
- educação, 85
- emancipação das comunidades, 150, 492
- entrajuda, 28, 156, 352, 443
- Entroncamento, 224, 225, 235, 374
- envolvimento das comunidades, 11, 14, 22, 24, 51, 52, 68, 73, 183, 227, 228, 229, 232, 235, 236, 271, 293, 304, 310, 322, 350, 351, 356, 358, 360, 409, 410, 446, 463, 466, 478, 481, 483, 484
- Espinho, 233, 242
- estado, 17, 27, 32, 33, 46, 59, 79, 80, 81, 87, 88, 89, 91, 93, 100, 117, 121, 124, 130, 131, 132, 138, 139, 151, 176, 220, 238, 367, 372, 382, 385, 391, 402, 405, 420, 431, 472, 473
- Estremoz, 18, 287, 288, 289, 302, 303, 348, 528
- estruturas museológicas locais, 50, 51, 197, 353
- Évora, 84, 203, 216, 238, 242, 243, 245, 253, 275, 279, 283
- F**
- Felgueiras, 220, 222, 242
- Figueira da Foz, 224, 225, 287, 288, 289, 304, 528
- Freixo de Espada a Cinta, 220
- função social, 10, 30, 35, 40, 48, 71, 75, 91, 97, 103, 141, 144, 208, 211, 346, 371, 446, 447, 461, 474, 475, 491, 495, 509, 513, 519
- Fundão, 232, 233
- G**
- globalização, 5, 14, 17, 23, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 50, 51, 60, 71, 88, 119, 124, 125, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 150, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 209, 250, 252, 253, 299, 361, 363, 364, 365, 367, 390, 406, 471, 474, 485, 488, 489, 495, 496, 502, 512, 517
- Góis, 84, 220, 233
- Golegã, 203, 216, 229, 238, 244, 245, 253, 275, 279, 283
- governança, 17, 30, 37, 38, 50, 61, 88, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 176, 177, 227, 315, 368, 406, 423, 425, 428, 430, 473, 474, 476, 491, 492, 498
- H**
- hibridação cultural, 52, 88, 153, 250, 252, 254, 361, 363, 364, 406, 485, 488, 489
- horários de funcionamento dos museus, 22
- I**
- Idanha-a-Nova, 203, 214, 229, 238, 242, 244, 246, 253, 275, 279, 283
- identidade, 28, 77, 78, 79, 80, 85, 87
- Ílhavo, 18, 287, 288, 289, 306, 307, 349, 496, 529
- inclusão social, 133, 139, 155, 312, 368, 406, 410, 421, 449, 460, 461, 464
- indústria, 377
- inovação, 11, 32, 134, 136, 141, 145, 169, 177, 178, 249, 364, 369, 407, 430, 469, 476, 488
- inquérito, 4, 11, 13, 14, 15, 21, 24, 25, 51, 55, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 72, 182, 183, 185, 189, 190, 194, 197, 198,

- 204, 220, 222, 237, 255, 285, 286, 287, 288, 289, 360, 478, 484, 504, 557
- interação, 20, 32, 33, 35, 40, 50, 54, 126, 129, 130, 132, 134, 138, 146, 148, 151, 153, 154, 155, 157, 170, 171, 172, 174, 229, 230, 243, 247, 249, 261, 341, 357, 358, 367, 391, 419, 427, 428, 436, 442, 445, 462, 472, 478, 482
- interdependência, 17, 32, 61, 131, 132, 147, 167, 170, 177, 249, 250, 254, 474
- interdisciplinar, 34, 97, 98, 104, 130, 134, 171, 211, 212, 214, 218, 223, 226, 315, 517
- interdisciplinaridade, 32, 33, 35, 52, 95, 99, 249, 250, 254, 296, 364, 365, 488, 489
- Internet, 11, 12, 14, 24, 25, 36, 69, 71, 72, 124, 125, 159, 172, 274, 281, 285, 286, 287, 315, 348, 353, 355, 356, 357, 358, 360, 440, 454, 456, 461, 464, 468, 478, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 507, 530, 557
- intervenção social, 16, 38, 60, 106, 146, 174, 419, 425, 447, 463, 464, 474, 492
- L**
- Lagoa, 203, 216, 229, 230, 238, 242, 243, 245, 253, 275, 279
- Lagos, 203, 229, 238, 242, 243, 246, 253, 275, 279, 283
- Lamego, 203, 216, 239, 242, 243, 245, 253, 276, 279
- Lisboa, 1, 3, 7, 9, 47, 69, 84, 103, 185, 186, 187, 192, 193, 194, 297, 374, 375, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527
- Loulé, 9, 18, 203, 214, 216, 229, 239, 242, 243, 246, 252, 253, 276, 279, 283, 287, 288, 289, 307, 308, 309, 349, 514
- Loures, 4, 18, 287, 288, 289, 310, 311, 312, 313, 349, 351, 496, 519, 523, 529
- Lourinhã, 235
- Lousada, 220, 222, 508
- M**
- Mação, 203, 216, 229, 239, 242, 244, 246, 253, 276, 279, 283, 374
- Machico, 220, 232
- Madeira, 65, 69, 183, 185, 186, 187, 192, 193, 194, 343, 509
- Matosinhos, 8, 203, 216, 229, 230, 239, 242, 243, 246, 253, 276, 279, 283, 287, 288, 289, 314, 315, 348, 349, 357, 482
- Melgaço, 18, 203, 216, 239, 243, 245, 253, 276, 279, 283, 287, 288, 289, 317
- memória, 27, 77, 78, 80
- Mértola, 18, 224, 225, 235, 287, 288, 289, 318, 319, 349, 529
- Miranda do Corvo, 220
- missão, 11, 13, 14, 22, 24, 31, 39, 48, 64, 65, 68, 72, 96, 99, 119, 126, 135, 169, 182, 183, 207, 208, 212, 214, 217, 218, 220, 223, 224, 237, 239, 240, 286, 290, 293, 302, 310, 314, 327, 342, 352, 354, 355, 367, 370, 372, 383, 393, 398, 407, 415, 420, 437, 455, 478, 480, 481, 492
- modo de funcionamento, 23
- Mogadouro, 9, 19, 287, 288, 289, 320, 321, 351, 529
- Monção, 220, 222, 233
- Mondim de Basto, 220, 222, 232, 233
- Montalegre, 203, 230, 239, 242, 244, 246, 253, 276, 279, 283, 495, 519
- Montijo, 220, 222
- movimento associativo, 38, 90, 135, 139, 145, 146, 147, 324, 380, 425, 431, 434, 441, 463
- MTA, 8, 12, 15, 16, 19, 20, 27, 47, 50, 52, 73, 356, 365, 368, 369, 372, 380, 405, 406, 407, 409, 410, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 423, 425, 427, 428, 429, 431, 432, 434, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 461, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 473, 478, 481, 490
- multiculturalidade, 32, 61, 132, 152, 153, 155, 249, 250, 252, 254, 364, 380, 406, 465, 474, 488, 489
- multiculturalismo, 52, 53, 361, 363, 477, 485, 488, 517
- MuMA, 8, 18, 239, 314, 315, 316
- Museu do Território de Alcanena, 4, 5, 8, 12, 15, 19, 20, 27, 28, 50, 57, 73, 175, 179, 352, 367, 372, 378, 381, 424, 431, 471, 498
- museu tradicional, 17, 60, 109, 110, 141, 143, 268, 273, 361, 486
- museus novos, 24, 271, 273, 362, 486
- N**
- natureza, 78
- Norte, 69, 132, 185, 187, 191, 192, 193, 194, 374
- nova museologia, 10, 12, 28, 34, 35, 40, 53, 59, 71, 91, 92, 93, 96, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 119, 141, 152, 156, 174, 177, 260, 299, 429, 443, 476, 477, 522
- novo museu, 17, 60, 109, 110
- novos paradigmas sociais emergentes, 30
- O**
- Óbidos, 9, 19, 203, 216, 239, 242, 244, 245, 253, 276, 279, 283, 287, 288, 289, 321, 322, 323, 529
- Oleiros, 203, 216, 239, 244, 246, 253, 276, 279
- Oliveira de Azeméis, 224, 225, 235
- Oliveira de Frades, 220, 222
- Oliveira do Hospital, 232
- Ourém, 220, 222, 233, 374
- Ourique, 220, 222, 232
- Ovar, 203, 214, 229, 230, 239, 242, 244, 246, 253, 276, 279, 283

P

Paços de Ferreira, 220, 222
 Palmela, 19, 287, 288, 289, 324, 325, 326, 349
 paradigma da tecnologia da informação, 30, 36, 60, 72, 125, 473, 474
 parceiros sociais, 38, 467
 Paredes de Coura., 235
 participação democrática, 38, 138, 372, 417, 427, 430, 469
 partilha, 28, 36, 99, 110, 132, 133, 138, 146, 151, 152, 155, 156, 157, 164, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 245, 246, 250, 252, 271, 299, 315, 338, 352, 357, 364, 367, 396, 398, 401, 406, 427, 443, 465, 475, 476, 482, 489
 património, 10, 17, 27, 28, 34, 35, 36, 45, 48, 59, 60, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 110, 111, 118, 119, 120, 121, 133, 134, 136, 137, 154, 155, 156, 161, 175, 190, 196, 207, 208, 209, 211, 212, 214, 216, 218, 220, 222, 223, 225, 226, 228, 238, 240, 241, 261, 263, 264, 290, 293, 296, 299, 300, 302, 305, 306, 308, 318, 322, 324, 327, 330, 332, 333, 334, 338, 341, 342, 346, 355, 369, 371, 378, 379, 380, 382, 386, 387, 388, 391, 392, 393, 395, 397, 398, 399, 400, 401, 403, 404, 415, 418, 419, 432, 442, 443, 447, 448, 450, 451, 473, 474, 475, 480, 491, 492, 496, 500, 506, 508, 513, 515, 520, 521, 523, 524, 525, 526, 527, 544
 Penafiel, 19, 203, 216, 229, 239, 242, 244, 245, 253, 276, 279, 283, 287, 288, 289, 327, 328, 529
 Penamacor, 203, 216, 239, 242, 244, 245, 253, 276, 279, 283
 Peniche, 203, 214, 216, 229, 230, 239, 242, 243, 245, 253, 276, 279, 283, 357, 482
 Plano Estratégico do MTA, 15
 plataforma, 28, 146, 147, 148, 174, 338, 352, 427, 429
 poder local, 10, 37, 39, 46, 50, 51, 59, 64, 75, 88, 124, 125, 126, 133, 134, 135, 136, 138, 146, 156, 174, 182, 194, 195, 196, 201, 211, 227, 286, 352, 356, 372, 405, 406, 422, 427, 430, 439, 473, 474, 476, 481, 493
 Ponte da Barca, 203, 214, 216, 229, 230, 240, 242, 244, 246, 253, 276, 279
 população, 76, 376
 Portel, 220, 222, 232, 233
 Póvoa de Lanhoso, 203, 216, 230, 240, 242, 244, 246, 253, 276, 279, 283, 509, 513, 516
 Póvoa de Varzim, 19, 203, 216, 240, 244, 245, 253, 279, 283, 287, 288, 289, 328, 329, 529
 práticas sociomuseológicas, 5, 24, 29, 30, 50, 56, 58, 64, 66, 72, 73, 124, 137, 182, 183, 184, 207, 208, 211, 217, 218, 255, 265, 273, 354, 356, 360, 405, 407, 423, 443, 448, 472, 480, 481, 485
 preservação, 27, 83, 84, 85, 86
 Proença-a-Nova, 203, 216, 229, 230, 240, 242, 244, 253, 276, 279, 283

Q

questionário, 25, 51, 55, 57, 58, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 182, 183, 184, 190, 192, 217, 266, 283, 352, 353, 363, 478, 487, 557

R

rede, 5, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 36, 37, 38, 39, 40, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 62, 65, 66, 68, 71, 72, 73, 118, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 133, 134, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 190, 191, 193, 194, 195, 202, 203, 204, 209, 211, 212, 214, 217, 218, 220, 222, 223, 225, 226, 229, 231, 232, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 252, 253, 255, 257, 264, 275, 278, 288, 291, 293, 295, 297, 300, 301, 302, 307, 308, 310, 311, 312, 314, 315, 316, 317, 320, 321, 324, 325, 327, 328, 330, 331, 333, 335, 337, 338, 341, 343, 344, 347, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 363, 364, 365, 367, 368, 370, 372, 378, 379, 380, 382, 384, 391, 395, 396, 403, 404, 406, 407, 409, 410, 415, 417, 418, 419, 421, 422, 423, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 432, 434, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 445, 446, 449, 450, 453, 454, 455, 457, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 469, 471, 472, 473, 475, 476, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 486, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 499, 500, 502, 503, 507, 510, 511, 517, 525, 526, 528, 529, 531, 535, 548
 Rede de Museus do Algarve, 9, 192
 Rede Portuguesa de Museus, 9, 86, 164, 175, 202, 246, 310, 358, 465, 482, 495, 504
 redes em fase de implementação, 14, 232
 Redondo, 203, 216, 240, 242, 243, 245, 253, 276, 279, 283, 510, 511
 regime de funcionamento dos museus, 21
 Ribeira de Pena, 220, 222
 Ribeira Grande, 19, 203, 216, 229, 230, 240, 243, 245, 253, 276, 279, 283, 287, 288, 289, 329, 330, 331, 529
 Rio Maior, 220, 233

S

salvaguarda, 27, 82, 84, 85, 86, 87
 Santa Comba Dão, 203, 216, 229, 240, 243, 245, 279, 283
 Santa Maria da Feira, 203, 214, 229, 240, 242, 243, 246, 253, 277, 279
 Santarém, 19, 287, 288, 289, 331, 332, 374, 376, 529
 Santiago do Cacém, 204, 214, 241, 242, 243, 245, 253, 277, 279, 283, 513
 São Brás de Alportel, 220, 222, 232, 233
 São Roque do Pico, 204, 216, 229, 241, 244, 245, 253, 279, 283

Redes em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena

- Seixal, 7, 19, 287, 288, 289, 332, 333, 336, 349, 495, 498, 503, 507, 529
- serviços educativos das redes museológicas locais, 11, 23, 24, 260, 265, 270, 361, 407, 486
- Sesimbra, 220, 233, 242
- Sever do Vouga, 220, 222, 232, 242
- Silves, 220, 242
- Sintra, 204, 216, 241, 242, 244, 246, 253, 277, 279
- sistema, 16, 18, 20, 30, 33, 39, 56, 62, 71, 108, 117, 127, 128, 129, 130, 132, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 262, 290, 331, 342, 348, 367, 376, 404, 406, 424, 453, 454, 455, 457, 459, 475, 476
- sistema vertical, 176
- sociedade, 5, 10, 11, 17, 28, 30, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 68, 71, 72, 73, 80, 84, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 108, 109, 112, 115, 118, 119, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 144, 146, 147, 148, 151, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 163, 164, 166, 169, 171, 174, 177, 179, 183, 208, 209, 211, 212, 214, 218, 223, 226, 227, 237, 249, 252, 254, 255, 259, 261, 263, 290, 306, 327, 330, 352, 360, 361, 363, 364, 365, 367, 372, 383, 392, 400, 405, 406, 409, 410, 417, 418, 419, 429, 430, 442, 443, 460, 469, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 485, 488, 489, 490, 492, 497, 499, 503, 507, 514, 515, 519, 531
- Sociedade Martins Sarmiento, 9, 18, 305, 358, 483, 530
- sociomuseologia, 5, 10, 13, 14, 15, 17, 22, 29, 30, 31, 33, 34, 39, 40, 41, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 59, 60, 65, 70, 71, 72, 73, 75, 93, 97, 103, 108, 112, 113, 126, 135, 143, 144, 145, 155, 182, 202, 208, 209, 213, 214, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 249, 254, 255, 261, 286, 290, 302, 308, 322, 344, 346, 350, 352, 354, 355, 356, 358, 365, 367, 368, 370, 371, 396, 405, 406, 407, 417, 423, 424, 425, 429, 443, 445, 446, 447, 449, 469, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 480, 481, 483, 489, 490, 492, 500, 511, 513, 515, 522, 535
- Sousel, 220, 222, 233, 235
- T**
- Tavira, 19, 204, 216, 229, 230, 241, 242, 243, 246, 248, 253, 277, 279, 283, 287, 288, 289, 337, 338, 339, 340, 348, 349, 351, 355, 370, 480, 530
- tecnologia, 30, 36, 60, 72, 112, 125, 158, 171, 175, 250, 254, 364, 384, 404, 473, 474, 488, 507
- tecnologias de informação, 30, 36, 49, 125, 130, 144, 174, 176, 180, 250, 252, 274, 275, 276, 277, 364, 440, 448, 472, 488, 503
- teia, 28, 40, 47, 65, 118, 153, 182, 249, 264, 266, 325, 352, 364, 373, 421, 471, 488, 491
- teoria da sociedade informacional, 30, 125
- teoria das organizações, 17, 30, 62, 71, 72, 167, 168, 171, 172, 178, 473, 475, 518
- teoria geral dos sistemas, 30, 71, 72, 167, 169, 171, 173
- Terras de Bouro, 232
- território, 27, 82, 375
- tipologias de público, 14, 23, 256, 258, 359, 484
- Torre de Moncorvo, 220, 222, 233
- Torres Vedras, 220, 222, 233, 242
- Trancoso, 220, 222, 232
- transformações sociais, 32, 35, 46, 97, 102, 124, 361, 486
- V**
- Vale de Cambra, 204, 216, 241, 242, 244, 245, 254, 277, 279, 283
- Valença, 233
- Valongo, 204, 216, 229, 230, 241, 242, 243, 245, 254, 277, 279, 283
- versatilidade, 178, 367, 476
- Viana do Castelo, 19, 287, 288, 289, 341, 342, 343, 351, 530
- Vila de Rei, 220, 222, 233, 374
- Vila Franca de Xira, 19, 287, 288, 289, 344, 345, 530
- Vila Nova de Cerveira, 204, 216, 230, 241, 242, 244, 246, 254, 279
- Vila Nova de Famalicão, 233
- Vila Nova de Paiva, 232, 242
- Vila Real, 8, 19, 204, 214, 216, 230, 241, 242, 243, 244, 246, 254, 277, 279, 283, 287, 288, 289, 346, 347, 530
- Vila Real de S. António, 204
- Vinhais, 204, 214, 216, 241, 242, 244, 245, 246, 254, 277, 279
- visão, 5, 20, 24, 33, 35, 54, 58, 60, 64, 65, 73, 78, 80, 87, 97, 103, 117, 120, 129, 140, 141, 167, 169, 170, 182, 192, 211, 212, 217, 218, 222, 223, 226, 255, 286, 308, 352, 354, 365, 370, 383, 385, 402, 404, 409, 416, 420, 421, 422, 423, 424, 428, 429, 430, 437, 469, 477, 480, 490, 491, 492, 513
- Vizela, 220, 222, 233
- Vouzela, 220, 222

APÊNDICE.

Apêndice	Título	Páginas
Apêndice I	Entrevistas efetuadas para a investigação.	I
Apêndice II	Questionário aplicado no inquérito aos municípios.	lxvi
Apêndice III	Registo de entrada de respostas ao inquérito.	lxxii
Apêndice IV	Grelha de análise criadas para o tratamento dos dados do inquérito.	lxxxI
Apêndice V	Síntese informativa da análise às redes museológicas locais pesquisadas via Internet.	civ